Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)
Departamento de Ciência Política (DCP)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Enrique Carlos Natalino

A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso

Belo Horizonte

2020

Enrique Carlos Natalino

A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso

Versão Final

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, requisito parcial para a conclusão do curso Doutoramento em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Dawisson Belém Lopes

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

NATALINO, Enrique Carlos.

A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso (tese). Enrique Carlos Natalino. 2020

Orientador: Dawisson Belém Lopes

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais

Referências: 1. Pensamento Internacional Brasileiro 2. Pensamento Político Brasileiro 3. Fernando Henrique Cardoso 3. Teoria da Dependência 4. Globalização 5. Política Externa Brasileira

CDD...
CDU...

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 11ª/2020 DA DEFESA DE TESE DO ALUNO ENRIQUE CARLOS NATALINO

Realizou-se, no dia 15 de julho de 2020, às 10:00 horas, a defesa da tese intitulada "*A Construção do Pensamento Internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*", elaborada e apresentada por ENRIQUE CARLOS NATALINO, número de registro 2016653870, graduado no curso de DIREITO. A tese é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Dawisson Elvécio Belém Lopes - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ), Profa. Mariana Llanos (GIGA), Prof. Alexandre Queiroz Guimarães (FJP), Prof. Juarez Rocha Guimarães (DCP/UFMG), todos por videoconferência, incluindo o referido discente. A Comissão considerou a tese aprovada. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletrônicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 15 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Mariana Llanos**, **Usuário Externo**, em 15/07/2020, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Queiroz Guimarães**, **Usuário Externo**, em 21/07/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Dawisson Elvecio Belem Lopes**, **Diretor(a) adjunto(a)**, em 21/07/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Christian Edward Cyril Lynch**, **Usuário Externo**, em 31/07/2020, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes**, **Servidor(a)**, em 23/11/2020, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0179128** e o código CRC **227CB701**.

Aos meus pais
Maria Célia e Hamilton (in memoriam)

Obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por todas as oportunidades ao longo da vida. Esta tese nasceu graças ao incentivo e ao apoio de muitas pessoas e instituições nos últimos cinco anos. Nas belas montanhas de Espera Feliz, agradeço o apoio inestimável da minha família: à minha mãe Maria Célia e às minhas tias Thereza e Mariza. Em Belo Horizonte, agradeço ao irmão Fred Natalino e à cunhada (e irmã) Yangmei Hon pelo apoio e acolhida. Agradeço ainda à Jacqueline, minha futura esposa, por seus incentivos e por sua infinita generosidade e paciência nos últimos meses. Meu agradecimento eterno se dirige ao meu pai, Hamilton, que nos deixou uma semana antes da qualificação do meu projeto, em agosto de 2017. Certamente estará feliz em saber que a missão foi concluída.

No Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMF), dirijo os meus agradecimentos iniciais ao meu orientador e amigo, Prof. Dawisson Belém Lopes, pela confiança e apoio nesta pesquisa. A versão inicial do projeto é um fruto do meu trabalho de conclusão em sua disciplina Pensamento Internacional Brasileiro, ministrada em 2015. Parece que foi ontem que começamos a discutir o projeto nos jardins da FAFICH. Em sua pessoa, estendo os agradecimentos a todos os colegas e amigos da Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa e em Regimes Políticos (RIPPERP). Ao longo do desenvolvimento da tese, que já teve diferentes versões, agradeço às generosas contribuições do professor Juarez Guimarães (UFMG), que não mediu esforços em compartilhar seus vastos conhecimentos e seus precisos livros. Nunca me esquecerei de seu delicado gesto de me presentear com um exemplar do livro em homenagem ao seu falecido pai, uma semana depois que perdi o meu. Minhas homenagens ainda ao professor Otávio Dulci (*in memoriam*), que esteve na banca de qualificação do projeto. Seu falecimento precoce foi uma grande perda para a Ciência Política brasileira. Ao professor Christian Edward Lynch (IESP), agradeço pelos aportes metodológicos na banca de qualificação. Espero que este trabalho esteja à altura das expectativas que em mim depositaram.

Meus agradecimentos se dirigem ainda à professora e amiga Magna Inácio (UFMG), pelo permanente incentivo e por me proporcionar a oportunidade de um estágio doutoral no German Institute of Global and Area Studies (GIGA), ao longo de 2018. O período de dez meses na Alemanha foi de muito aprendizado, de amadurecimento intelectual e de extraordinárias. Agradeço ao *Institute of Latin American Studies (ILAS)*, especialmente à minha supervisora Mariana Llanos e aos ex-diretores Netlef Nolte e Sabine Kurtenbach, pelo ambiente

acolhedor e intelectualmente estimulante que encontrei em Hamburgo. À secretária Stephanie Stoevesand, à assistente Marein Kasiske e à bibliotecária Doris Biesenbach, meu muito obrigado por tudo. No GIGA, agradeço aos colegas Siri Völker, Leonardo Bandarra, Tom Konzack, Christoph Heuser, Sofia Veras, Lucas Rezende, Carolina Salgado, Rocio Verástegui, Viviana Garcia, Clara Franco, Rafael Castro, Ximena Zapata, Carolina Guerrero, Rodrigo Cuevas e Luiz Eduardo Garcia da Silva.

Minha gratidão a Murilo Fahel (UNIMONTES), Alexandre Queiróz (Fundação João Pinheiro), Carlos Aurélio Faria (PUC-MG), Ana Maria Botelho (ICEG-PUC-MG), que há mais de dez anos vêm estimulando minha carreira acadêmica. Ainda no DCP-UFMG, meus agradecimentos aos coordenadores Ricardo Fabrino (2016-2018) e Natália Sátyro (2018-2020) e, especialmente, aos secretários Alessandro Magno e Thaís Amorim, pela fidalguia de sempre. Não posso esquecer de agradecer aos professores Mário Fuks e Manoel Santos, que leram as primeiras versões do projeto. Tive a sorte de contar com os conselhos dos colegas e amigos Aline Burni, Lucas Cunha, Jéssica Fernandes, Mário Schettino, Lucas Mesquita, Thales Carvalho, Bárbara Lamounier e Aglaé Tumelero. E a todos os colegas do grupo de pesquisa Presidência Institucional na América Latina (PRILA), os meus agradecimentos pelos estímulos.

Os queridos amigos Luís Fernando Baracho, Jorge Washington Cançado, Ronan Ramos Júnior, Luiz Feldman, Bruno Simões, Reginaldo Nogueira Júnior, Claudio Shikida, Antonio Pellegrino e Francisco Barros foram permanentes interlocutores ao longo do desenvolvimento da tese. A eles agradeço pelos aportes e insights que ajudaram a aperfeiçoa-la. A Lúcia Helena, agradeço pelos livros sobre FHC. Os amigos Cel. Luiz Carlos Martins, Zé Antonio Bittencourt, Mônica Coelho, Carlos Humberto, Zé Oswaldo, Todd Marshall, Helga Gonçalves, Antônio Claret, Cristiano Lamas e Luiz Ferreira estiveram sempre presentes ao longo dessa jornada. Esta tese também não seria possível sem o carinho da Idoméria e da Cacá. Dedico também a todos os alunos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para os quais ministrei aulas desde 2011 e com os quais aprendi, a cada semestre, a me tornar uma pessoa melhor.

Meus agradecimentos especiais aos ex-ministros Paulo Paiva, José Carlos Carvalho, Rubens Ricupero, Celso Amorim, Celso Lafer e ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por cederem o seu tempo para conversar e pelas preciosas entrevistas concedidas. Agradeço ainda a Sérgio Fausto e a José Luiz Sá, da Fundação Fernando Henrique Cardoso, pela interlocução institucional. Por fim, agradeço o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) pelas bolsas de pesquisa no Brasil e na Alemanha.

"Eu gostaria de ser Rodrigues Alves, mas sou Campos Sales. O que eu vou fazer? A história faz da gente o que a gente, às vezes, não quer ser"

Fernando Henrique Cardoso, Diários da Presidência

"Nós não contamos com baionetas,
nós contamos com valores, com as baionetas morais, que no mundo de hoje pesam"

Fernando Henrique Cardoso (Diários da Presidência)

"*Você, como presidente, tem que saber a força da palavra."*

Fernando Henrique Cardoso (Entrevista para a Tese)

RESUMO

Esta tese de doutorado trata da construção do pensamento internacionalista do intelectual e político brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Seu objeto principal é identificar quais as correntes de pensamento influenciaram na trajetória de vida de Cardoso. A questão central da tese é compreender a influência do contexto na formação das ideias internacionalistas de um dos principais intelectuais e políticos latino-americanos na segunda metade do século XX. Da formação universitária na USP até o exílio no Chile e da resistência ao regime militar até a Presidência da República, a hipótese desta tese é a de que o pensamento internacionalista de Cardoso se constituiu em sua inserção no debate intelectual e político brasileiro e latino-americano desde a década de 1950, tratando de temas como capitalismo, escravidão, desenvolvimento, dependência, autoritarismo, redemocratização, globalização e reformas econômicas. O marco temporal abrange desde a fase da formação dos alicerces intelectuais, nos anos 1950, até a conclusão do seu segundo mandato na Presidência, em 2002. A tese utiliza o repertório teórico do Pensamento Internacional e Político Brasileiro para compreender a aproximação e o distanciamento de Cardoso das principais matrizes de pensamento sobre a inserção do Brasil no mundo.

Palavras-chave: Pensamento Internacional Brasileiro, Pensamento Político Brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, Teoria da Dependência, Globalização, Socialdemocracia, Reformas Econômicas, Política Externa Brasileira

ABSTRACT

This thesis deals with the construction of the internationalist thought of Fernando Henrique Cardoso. The central question of the thesis is to understand the influence of the context in the formation of the internationalist ideas of one of the main Latin American intellectuals and politicians of the second half of the 20th century. The hypothesis of this thesis is that Cardoso's internationalist thought was constituted in his insertion in the Brazilian and Latin American intellectual and political debate since the 1950s, dealing with topics such as capitalism, slavery, development, dependence, authoritarianism, redemocratization, globalization and economic reforms. The timeframe ranges from the construction of his intellectual foundations in the 1950s until the conclusion of his second term in office in 2002. The thesis uses the theoretical repertoire of Brazilian International Thought and Brazilian Political Thought to understand the approximation and detachment of Cardoso of the main matrices of thought on the insertion of Brazil in the world.

Keyword: Brazilian International Thought, Brazilian Political Thought, Fernando Henrique Cardoso, Dependency Theory, Globalization, Social Democracy, Economic Reforms, Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Contexto e Pensamento Internacional de Fernando Henrique Cardoso 28

QUADRO 2 – Livros e artigos publicados no exterior por membros do CEBRAP 223

QUADRO 3 – Livros e artigos publicados no exerior por Fernando Henrique Cardoso após 1970 235

QUADRO 4 – Presidentes da International Sociological Association (ISA) 237

QUADRO 5 – Conferências realizadas pelo CEBRAP 258

QUADRO 6 – Da crise da dívida externa ao Plano Real 324

QUADRO 7 - Estruturação e etapas do Plano Real 328

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBAC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares

ADUSP - Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
ALCA – Área de Livre Comércio para as Américas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
EU – União Europeia
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – General Agreemnet on Trade and Tariffs

II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTCR – Missele Technology Control Regime

NAFTA – North America Free Trade Agreement
ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UDN – União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução 18

Capítulo 1: Cinco momentos do pensamento internacional brasileiro 44

1.1. O pensamento internacionalista da elite imperial 48

1.2. Rio Branco e o pensamento diplomático itamaratiano 57

1.3.Pensamento nacional-desenvolvimentista e política externa 64

1.4. Independência, pragmatismo e universalismo 74

1.5. O pensamento internacionalista da Nova República 80

1.6. A multiplicidade como virtude 89

1.7. Conclusão 91

Capítulo 2 – Pensamento Político Brasileiro: uma abordagem contextualista da História das Ideias 93

2.1. Origens e objeto de estudo do Pensamento Político Brasileiro 93

2.2.As origens da História das Ideias 100

2.3. A perspectiva de Quentin Skinner 104

2.4. As linguagens políticas de John Pocock 112

2.5. A História dos Conceitos de Reinhart Koselleck 115

2.6. Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político 117

2.7. O contextualismo no estudo do pensamento político 119

2.8.Conclusão 122

Capítulo 3 - Os alicerces acadêmicos e intelectuais (1931-1961) 124

3.1. Positivismo e nacionalismo: a influência dos militares 124

3.2. A formação escolar e os estudos na USP: o empirismo-cientificista 132

3.3. Entre o nacionalismo getulista e o internacionalismo proletário 138

3.4. A influência de Florestan Fernandes e da Sociologia francesa 144

3.5. Os estudos marxistas e o método dialético 151

3.6. Capitalismo e escravidão: a ruptura com o etapismo do PCB 156

3.7. Conclusão 161

Capítulo 4 - A concepção do jovem internacionalista (1961-1969) 165

4.1 O aprofundamento na Sociologia Francesa 166

4.2. O diálogo com o pensamento nacional-desenvolvimentista 169

4.3. A inserção no debate sobre a dependência 176

4.4. A latino-americanização do pensamento internacional 187

4.5. As teorias da dependência 190

4.6. Desenvolvimento na dependência 196

4.7. A segunda experiência francesa 207

4.8. O breve retorno à USP e o exílio interno 210

4.9. Conclusão 212

Capítulo 5 – As Ideias e a busca de um lugar: dependência, liberalismo e realismo utópico (1970-1982) 215

5.1. A centralidade da "Teoria da Dependência" 216

5.2. CEBRAP: uma plataforma de pensamento independente 220

5.3. A projeção de um internacionalista da periferia no centro 225

5.4. A diversificação do pensamento internacionalista 234

5.5. A "questão nacional" nas reflexões de Cardoso 240

5.6. O debate com a "corrente radical" da dependência 244

5.7. Uma visão liberal do Brasil 249

5.8. O caminho da participação política no MDB 255

5.9 Conclusão 260

Capítulo 6 – Reafirmação das Ideias: o projeto social-liberal chega ao poder (1983-1994) 263

6.1. O teste de fogo do político: a transição democrática 264

6.2. A construção de um novo partido: liberalismo ou socialdemocracia? 272

6.3. Socialdemocracia e liberalismo periférico 283

6.4. O quase-chanceler de Collor e a chegada ao poder 293

6.5. Enfim, chanceler: globalização e reinserção internacional 299

6.6. A busca de credibilidade internacional 308

6.7. Conclusão 317

Capítulo 7 – As Ideias no centro do poder: a diplomacia do Plano Real (1993-1998) 322

7.1. Plano Real: o articulador, o diplomata e o candidato 323

7.2. A vitória do projeto econômico liberal 331

7.3. Ultraliberais *versus* liberal-desenvolvimentistas 343

7.4. A globalização no pensamento de Cardoso 354

7.5. A influência do pensamento itamaratiano 368

7.6. O diplomata em ação: reflexões dos "*Diários da Presidência*" 376

7.7. O auge da diplomacia presidencial 385

7.7. Conclusão 402

Capítulo 8 – O choque de realismo: o pensamento internacionalista no segundo mandato (1999-2002) 405

8.1. A adesão à Terceira Via ou Governança Progressiva 406

8.2. A guinada macroeconômica e a reorientação política 419

8.3. Ajustes na estratégia de inserção externa 425

8.4. A sul-americanização da política externa 430

8.5. As críticas da corrente autonomista 437

8.6. Sai Luiz Felipe Lampreia, entra Celso Lafer 440

8.7. "Aqui nesse mundinho fechado": a diplomacia comercialista 445

8.8. Dissídios internos e turbulências internacionais 453

8.9. O pensamento cardosiano no pós-11 de setembro 458

8.10. Crises na vizinhança e os limites do poder brasileiro 464

8.11. O diplomata afiança o Brasil no mundo 472

8.12. A vitória de Lula e a transição de poder 479

8.13. Conclusão 487

Considerações Finais 489

Referências Bibliográficas 502

Anexos – Entrevistas 519

Entrevista com Paulo Paiva 520

Entrevista com José Carlos Carvalho 527

Entrevista com Rubens Ricupero 540

Entrevista com Celso Amorim 552

Entrevista com Celso Lafer 576

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso 593

INTRODUÇÃO

"O problema não é ter ideias, mas como as ideias viram ação.
E para elas virarem ação é preciso não só definir políticas,
mas ter pessoas que as incorporem e instituições
que deem sustentação às pessoas."
Fernando Henrique Cardoso
"*Diários da Presidência*"

Estudos sobre a trajetória de Cardoso

Nascido no Rio de Janeiro em 1931, o cientista social Fernando Henrique Cardoso se insere na vida pública brasileira como um dos intelectuais que fez a transição da academia para a política, ocupando posições de liderança pública após o processo de redemocratização do Brasil. Em discurso de saudação na cerimônia em que Fernando Henrique Cardoso recebeu o título de professor-emérito da Universidade de São Paulo, em 1992, Francisco Weffort, seu antigo aluno e futuro ministro da Cultura, define Fernando Henrique Cardoso como o "*intelectual das personalidades difíceis ou complexas*", dada a diversidade e heterogeneidade de sua obra acadêmica (WEFFORT, 1992). O historiador José Carlos Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais, em sua obra "*As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*" (2007) destaca a capacidade de Cardoso analisar a realidade social, buscando discutir e ressignificar as teorias de seu tempo. Celso Lafer, em seu ensaio "*FHC: o intelectual como político*" (2010) aponta que a singularidade de Fernando Henrique Cardoso reside na sua capacidade de exercer, como intelectual, diferentes papeis: o de crítico do poder, o de legitimador do poder, o de conselheiro do poder e, por fim, a título próprio, alcançar o poder. Na visão de Lafer, Cardoso é um caso singular na História brasileira, pois não apenas granjeou reconhecimento intelectual no país e no exterior, como também se tornou uma das personalidades mais influentes da vida pública nacional nas últimas décadas (LAFER, 2010: 66). Bolívar Lamounier, em seu ensaio "*Como um intelectual se faz presidente*" (2010) ressalta a contribuição do intelectual Cardoso à política, mas também faz uma conexão inversa, mostrando o quanto o político, no exercício do poder, influenciou o intelectual.

Entender o pensamento de Fernando Henrique Cardoso é indissociável da compreensão de sua inserção na vida política brasileira. Ao longo de quase sete décadas, Fernando Henrique Cardoso transitou por diversos temas sociológicos, econômicos e políticos:

escravidão no Sul do Brasil, empresários e burguesia industrial, desenvolvimento e dependência na América Latina, autoritarismo, redemocratização, socialdemocracia, reformas econômicas, globalização, pensadores brasileiros e a própria trajetória de vida. No ensaio "*A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil*" (2004), Afrânio Garcia Júnior divide a produção acadêmica de Cardoso em dois momentos: antes e depois da entrada na política. No primeiro período, até 1978, o foco de Cardoso seria o de convencer os seus pares da academia acerca da validade das suas análises sociológicas e políticas em temas como escravidão, empresários, desenvolvimento da América Latina. Já no segundo, após 1978, justificar posições e fortalecer apoios às suas preferências em temas econômicos, políticos e internacionais. Após a conversão em político profissional, os seus escritos buscaram dialogar com os desafios políticos de um país que se redemocratizava, reorganizava a sua economia e procurava um novo modelo de inserção externa diante da globalização.

Há uma importante literatura que estuda a trajetória intelectual, as ideias e o pensamento político de Cardoso (GRAEFF, 1983; WEFFORT, 1995; GOTO, 1998; LAMOUNIER E FIGUEIREDO, 2002; GOERTZEL, 2002; BENTES, 2006; D´INCAO E MARTINS, 2010; REIS, 2017). Alguns estudos sobre Cardoso focaram na dialética entre o intelectual e o político, mostrando como essas duas vertentes interagiram (WEFFORT, 1992; LEONI, 1997; MICHILES, 2003; REIS, 2007; COTRIM, 2007; BENTES, 2006; CARDOSO, 2007; LAFER, 2010; LAMOUNIER, 2010; BEAL, 2015; REIS, 2017). A obra "*Fernando Henrique Cardoso: Ideias e atuação política*" (1983), organizada por Eduardo Graeff, foi a primeira publicação que procurou reunir uma coletânea de textos de autoria de Cardoso. Publicada no contexto do início da vida parlamentar de Cardoso, buscava inventariar seus principais artigos jornalísticos da década de 1970, tratando de temas como autoritarismo, democratização, censura, anistia e crise econômica. Brigitte Hersant Leoni publicou a primeira bibliografia completa: "*Fernando Henrique Cardoso, o Brasil do possível*" (1997), lançada simultaneamente no Brasil e na França. A autoria resgata a trajetória de vida intelectual e política de Cardoso desde a década de 1930, com foco em depoimentos de diversas personalidades da intelectualidade que com ele conviveram na universidade, no exílio e nos primeiros anos na política, como Florestan Fernandes, Ruth Cardoso, Francisco Weffort e Roberto Schwartz. Embora essencialmente elogiosa a Cardoso, ajuda a iluminar como o jovem intelectual interagiu com as diversas correntes de pensamento em sua fase de formação.

Em "*Para ler Fernando Henrique Cardoso*", Roberto Goto" (1998) analisa os principais conceitos produzidos pelo sociólogo em sua trajetória de pensador das Ciências

Sociais brasileiras. Seu foco são os livros publicados ao longo dos anos 1960 e 1970. Nos anos 1960, "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*" (1962), "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*" (1964) e "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), este último em parceria com o chileno Enzo Falleto. Nos anos 1970, "*O modelo político brasileiro e outros ensaios*" (1972), "Autoritarismo e Democratização" (1975) e "*As Ideias e seu Lugar*" (1980).

Em "*A construção intelectual do Brasil contemporâneo*" (2001), Bernardo Sorj mostra como Fernando Henrique se projetou como liderança acadêmica brasileira no contexto de interdição do debate público brasileiro durante o regime militar. Segundo o autor, Cardoso fez a transição para a política em um momento no qual os intelectuais brasileiros da sua geração perderam o seu vigor com os desafios da redemocratização, das transformações econômicas e internacionais. Em "*Reiventing Democracy in Brazil*" (1999), publicado nos Estados Unidos, Ted Goertzel faz uma análise mais consistente da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso à luz do contexto político brasileiro. A obra foi traduzida e publicada no Brasil em 2002, com o título de "*Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil*" (2002). Em sua autobiografia "*A Arte da Política: a história que vivi*" (2006), Fernando Henrique Cardoso empreende uma minuciosa análise dos vários aspectos de seu governo, como a articulação das alianças, a formação do ministério e o encaminhamento das reformas econômicas. No mesmo ano, Cardoso lançou, em inglês, "*The Accidental President of Brazil – a memoir*" (2006), com foco na construção do Plano Real e nos anos de sua Presidência. A obra foi traduzida para o português e publicada, em 2013, com o título "*O improvável presidente do Brasil: recordações*". Ambos os livros autobiográficos vieram à tona após a saída de Cardoso do poder, trazendo sua narração e interpretação da experiência na Presidência do Brasil.

Em "*Ciência Política sob a perspectiva do realismo utópico: análise habbermasiana*" *do discurso argumentativo de Fernando Henrique Cardoso*" (2003), Carlos Michiles buscou analisar as ideias e as ações do sociólogo à luz das ideias da teoria da ação comunicativa de Juergen Habermas, com a defesa das instituições, das liberdades e do consenso político. Em "*Fernando Henrique Cardoso e o Pensamento Político Brasileiro*", Marcos Antonio Beal (2015) faz um amplo estudo sobre a afiliação de Cardoso às linhagens do pensamento político brasileiro. Beal buscou uma unidade na diversidade de ideias, conceitos e interpretações produzidos por Cardoso ao longo de décadas. Para o autor, existe uma cosmovisão articuladora entre as diversas análises de Cardoso, centrada no afastamento do pensamento radical, na crítica ao nacional-desenvolvimentismo e na vinculação às correntes de pensamento liberal.

Por fim, entre 2015 e 2019, começaram a ser publicados os "*Diários da Presidência*", em quatro volumes, um conjunto de gravações quase diárias de Fernando Henrique Cardoso ao longo dos seus oito anos à frente da Presidência do Brasil. Os primeiros registros se iniciam em fins de 1994, no período de formação do ministério, e avançam até a transição do poder para o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em fins de 2002. Foram publicados ao longo de quatro anos. O primeiro volume (1995-1996) veio à tona em 2015; o segundo volume (1997-1998), publicado em 2016; o terceiro (1999-2000), em 2017; o quarto volume (2001-2002), encerrando o ciclo, foi publicado em 2019.

Estudos sobre a Teoria da Dependência e a Globalização

Em decorrência de projeção acadêmica e política, a obra de Cardoso desponta em posição importante em citações acadêmicas no exterior em estudos sobre América Latina (BEAL, 2015). Nas últimas três décadas, os escritos acadêmicos de Cardoso têm merecido análises que ressaltam a sua diversidade temática, conceitual, analítica e metodológica no campo das Ciências Sociais (LEHMAN, 1986; LEONI, 1997; GOTO, 1998; KALVAN, 2000; MICHILES, 2003; KAUFMAN, 2008. D´INCAO, 2010; BEAL, 2015). A maior parte desses estudos discute a tese defendida por Cardoso e Falleto no livro "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969) à luz das transformações no ambiente interno e internacional dos anos 1990 e 2000 (BRESSER-PEREIRA, 1982; GOLDSTEIN, 1998; BATISTA JR, 1999; CRUZ, 1999; ALMEIDA, 2009; GROSFUGEL, 2000; REIS, 2007; MOREIRA, 2008, COTRIM, 2015). Em "*Seis interpretações sobre o Brasil*", Luiz Carlos Bresser-Pereira examina a inserção das análises sobre a dependência em um quadro mais amplo das ideias políticas produzidas no Brasil no século XX. No ensaio "Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso" (1998), Theotônio dos Santos, um dos principais teóricos da dependência, afirma que as posições de Cardoso não se caracterizam pela incoerência, mostrando os principais conceitos mobilizados pelo intelectual e o seu diálogo com outros pensadores do tema.

Em "*Dependência, da teoria à prática*" (1998), Paulo Nogueira Batista Júnior revisa, trinta anos depois da publicação do livro mais famoso de Cardoso, as relações entre a dependência e a globalização. Para Batista Júnior, a teoria da dependência não era propriamente uma "teoria", mas um conjunto de observações sobre as economias e sociedades latino-americanas nas suas relações internacionais. Fruto do mesmo seminário "*Teoria da*

dependência: 30 anos depois", o artigo "*Ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso*", de Sebastião Velasco e Cruz, mostra que especial circunstância de um dos intelectuais pensadores do tema ter chegado à Presidência da República em um contexto de crise econômica interna e de transformações globais mostrava a importância de cotejar o pensamento com as ações do chefe de Estado.

Já na obra "*A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*" (1999), Roberta Traspadini analisa as aparentes contradições entre as ideias do intelectual e as ações do político Fernando Henrique Cardoso, mostrando, na realidade, que a defesa da associação do Brasil ao capitalismo global já estava contida na análise de Cardoso sobre a dependência. Em seu artigo "*Caminhos novos? Reflexões sobre alguns desafios da globalização*" (2007), Fernando Henrique Cardoso retoma a discussão da obra "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), por ocasião das quatro décadas de sua publicação. Tal como a análise histórico-estrutural sobre a dependência, foco era compreender o impacto da globalização nos países da América Latina à luz das condicionantes internas e externas. Carlos Aguedo Paiva mostra, em "*Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista*" (2008), que a corrente política da "nova dependência", à qual Cardoso se afilia, faz uma crítica às teses dependentistas que se baseiam nas teorias do imperialismo e nas teorias cepalinas sobre o desenvolvimento da América Latina. Já em "*A Nação e seu Labirinto: a "dependência*" *e o desencontro entre democracia e a Nação*" (2011), Pedro Otoni examina a relação entre as "*teorias da dependência*" e a questão nacional, mostrando o lugar da noção de dependência no pensamento político brasileiro.

Em sua tese de doutorado "*PSDB: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo*", Marcelo Dulci busca compreender a inserção de Fernando Henrique Cardoso na linhagem de pensamento liberal no Brasil e analisa a influência de Cardoso nas linhas ideológicas do PSDB. Fernando Limongi, em seu ensaio "*Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática*" (2012), mostra a importância da atuação de Cardoso como pensador do desenvolvimento brasileiro e como articulador do CEBRAP. Para Limongi, a obra de Cardoso mostra a influência da escola das Ciências Sociais da USP e uma constante abertura às transformações que se processavam no país. Em "*Capitalismo Dependente e Politicização*" (2015), Ivan Cotrim estuda o fio condutor na obra de Fernando Henrique Cardoso: a noção de dependência. Para Cotrim, é preciso compreender a inserção da obra de Cardoso no contexto intelectual dos anos 1960, com a crise do nacional-desenvolvimentismo, a crítica às análises economicistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

e a afiliação de Cardoso ao pensamento weberiano. O autor promove uma análise das ideias de Cardoso em cotejo com os seus principais críticos.

No artigo "*Fernando Henrique Cardoso, diplomata*" (2016), Enrique Natalino afirma que as ideias de Cardoso sobre dependência e globalização impactaram nas escolhas do chanceler quanto do presidente. Basear as escolhas políticas internacionais de Cardoso em influências exógenas, desconectadas da realidade doméstica e descontextualizadas das transformações em curso, seria ignorar a trajetória, as influências anteriores e próprios textos escritos por Cardoso (NATALINO, 2016). No ensaio "*Entre massas afônicas e o interesse soberano: Fernando Henrique Cardoso e a gênese marxista da teoria do populismo no Brasil*" (2017), Pedro Luiz Lima mostra que a obra de Fernando Henrique Cardoso representa uma importante âncora para a compreensão da teoria do populismo no Brasil.

Claudia Wasserman, na recente obra "*Teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*", mostra a trajetória dos quatro intelectuais pertencentes à escola marxista ou radical da Teoria da Dependência: André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Wasserman mostra o contexto intelectual e político no qual os teóricos dependentistas produziram seus trabalhos e as polêmicas em que se envolveram, especialmente o debate com a escola da "*nova dependência*", à qual pertencia Fernando Henrique Cardoso.

Estudos sobre a política externa do governo Cardoso

Outra vertente de estudos e de narrativas sobre a trajetória de Fernando Henrique Cardoso busca compreender a sua atuação à frente da política externa brasileira (CARDOSO, 1994; FONSECA JÚNIOR, 1998; DANESE, 1999; LAFER, 2002; LINS DA SILVA, 2002; VIGEVANI E CEPALUNI, 2007; BURGES, 2009; HURREL, 2010; BELÉM LOPES, 2017). O livro "*Política Externa em Tempos de Mudança: a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty*" (1994), publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, reúne artigos, discursos e entrevistas de chanceler como Cardoso do governo Itamar Franco, entre 1992 e 1993. Em "*A Legitimidade e outras Questões Internacionais*", Gelson Fonseca Júnior mostra como a diplomacia brasileira, no governo Cardoso, buscou se adaptar às tendências de pensamento internacional em meados da década de 1990. Em "*Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*" (1999), Luiz Felipe Lampreia reúne os seus principais discursos como ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso, mostrando a

centralidade da globalização e da democracia em seu projeto de inserção internacional. Em sua obra "*A diplomacia presidencial*" (1999), por sua vez, Sérgio Danese analisa como Cardoso instrumentalizou a política externa para fortalecer a inserção internacional brasileira e obter dividendos políticos internos.

Em "*Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001-2002*", publicado em 2002, Celso Lafer analisa os principais temas alavancados pela política externa brasileira nos últimos dois anos do governo Cardoso. No capítulo "*Política e comércio exterior*" (2002) da obra "*A Era FHC: um balanço*" (2002), organizado por Bolívar Lamounier, Carlos Eduardo Lins da Silva analisa os principais traços, vertentes e ações da política externa dos governos FHC I e II. A obra coletiva "*Reformas no Brasil: balanço e agenda*" (2004), organizada por Fábio Giambiagi e outros, reúne três capítulos sobre a política externa de Cardoso, tratando de negociações comerciais, MERCOSUL e relações com os Estados Unidos. Em "*A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*" (2007), Celso Lafer argumenta que o governo Cardoso seguiu um caminho diplomático atrelado a uma visão de mundo grociano-kantiana, equilibrando uma leitura realista do cenário internacional com a capacidade de articular soluções para as questões regionais e globais de seu tempo.

Na obra "*Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica*" (2008), André Luiz Reis da Silva estuda a política externa de Fernando Henrique Cardoso à luz dos seus condicionantes internos e externos, mostrando a emergência, o apogeu e o declínio da matriz neoliberal na inserção internacional do Brasil. Já em "*Brazilian Foreign Policy After the Cold War*" (2009), Sean Burges argumenta que a diplomacia cardosiana busca construir uma "*hegemonia consensual*" na América do Sul, base de sua projeção como global-player no século XXI. Na coletânea "*Discursos Selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*" (2009), também publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, foram reunidos os discursos do presidente da República no exterior, com destaque para os pronunciamentos de posse (1995 e 1999), nas Nações Unidas (1995, 1997 e 2001), no Colegio de México (1996), na Assembleia Nacional da França (2001) e no recebimento dos títulos de doutor honoris causa nas universidades de Salamanca e de Oxford, em 2001.

Em seu ensaio "*Cardoso e o mundo*" (2010), Andrew Hurrel mostra como as reflexões de Cardoso sobre a dependência e a globalização se interconectam com as principais escolas de pensamento de relações internacionais, balizando as suas ações como condutor da inserção externa do Brasil. Em "*A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*", Tulio Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007) mostraram como a diplomacia de Fernando Henrique

Cardoso buscou explorar as possibilidades internas e externas para conduzir o reposicionamento do país na América do Sul e no mundo, na lógica da "*autonomia pela participação*". Os autores analisam as diferenças entre a política externa do primeiro e do segundo mandato de Cardoso: no primeiro, um maior entusiasmo com a adesão do Brasil à globalização e às normas e aos regimes internacionais; no segundo, um maior ceticismo e realismo, com a busca de resultados concretos no campo econômico-comercial.

Em "*A Política Externa na Nova República*" (2017), Dawisson Belém Lopes sustenta que a política externa de Fernando Henrique Cardoso buscou fortalecer a credibilidade, a legitimidade e a confiança das ações externas do país, no bojo das dinâmicas de democratização, de abertura econômica, de integração regional e de inserção global. A ideia central era otimizar a busca de meios para a busca da modernização econômica, grande aspiração do criador do Plano Real. Em "*Dependência e globalização: o pensamento de FHC em política internacional*" (2019), Sara de Toledo analisa as principais linhas orientadoras da diplomacia de Fernando Henrique Cardoso, com foco no impacto da Escola Inglesa em seu pensamento.

O pensamento internacionalista de Cardoso à luz do contexto

Muito embora a trajetória intelectual e política de Fernando Henrique Cardoso seja objeto de interesse por parte sociólogos, cientistas políticos e historiadores, há uma lacuna de estudos que abordem as conexões entre o seu pensamento internacional e o contexto de sua trajetória na academia e na vida pública. Inexiste um estudo analítico aprofundado que enfoque a trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso como um internacionalista, mostrando como as suas ideias se interconectam com as diversas correntes políticas e ideológicas que pautaram o debate político sobre a inserção internacional do Brasil e o pensamento político brasileiro nas últimas décadas.

Nessa direção, a pergunta que embasa esta pesquisa é a seguinte: como se deu a formação do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso, à luz do contexto nacional e internacional, ao longo de sua trajetória como acadêmico e como político?

A hipótese central é a de que o pensamento internacionalista de Cardoso se formou ao longo de sua inserção no debate intelectual e político brasileiro e latino-americano desde a década de 1950, abordando temas como escravidão, industrialização, dependência, autoritarismo, redemocratização, globalização e reformas econômicas. Em diálogo com a literatura do Pensamento Internacional Brasileiro (BELÉM LOPES, 2016), subcampo do

Pensamento Político Brasileiro (LYNCH, 2016), busca-se entender de que modo Cardoso interagiu com as principais matrizes desse campo de estudos que abrange um conjunto de obras, ensaios e discursos acerca de temas políticos, históricos, filosóficos, econômicos e culturais. O ramo do estudo das ideias internacionalistas brasileiras está diretamente atrelado ao processo de formação da sociedade, do Estado, das instituições, da cultura e da nação.

A adesão a correntes, o confronto com concepções ideológicas e a defesa de estratégias, agendas e opções políticas, em cada uma das fases da trajetória de Cardoso, permitem uma compreensão mais ampla das suas visões sobre a inserção internacional do país. O estudo do seu pensamento ganha relevância num debate mais amplo que analisa o papel dos intelectuais e dos acadêmicos na vida política brasileira e latino-americana. Ao ocupar as posições de ministro das Relações Exteriores (1992-1993), ministro da Fazenda (1993-1994) e presidente da República por dos mandatos (1995-2002), Cardoso exerceu influência sobre os rumos políticos, econômicos e diplomáticos do Brasil por quase uma década. Esse longo período fortalece o interesse por um estudo detalhado da influência que a sua experiência como acadêmico, chanceler e presidente trouxe ao seu pensamento sobre as relações internacionais.

O objetivo da tese foi promover um deslocamento da análise dos textos e da produção acadêmica pura de Cardoso para uma visão mais abrangente da sua trajetória de um acadêmico-político que se propõe a refletir sobre as relações internacionais e sobre a inserção externa do Brasil. Para que tal empreitada seja alcançada, buscou-se compreender como se deu a formação intelectual Cardoso à luz das diferentes vertentes do Pensamento Político Brasileiro; (ii) analisar as ideias presentes nas principais obras de Cardoso à luz do Pensamento Internacional Brasileiro e a sua interconexão com as diversas correntes políticas e ideológicas que pautaram a inserção externa do Brasil; (iii) entender a influência do pensamento internacionalista de Cardoso na política externa durante a sua gestão no Ministério das Relações Exteriores (1992-1993) e na Presidência da República (1995-2002). O marco temporal da tese abrange o período 1931-2002, entre o nascimento e o término do período presidencial de Cardoso.

Para verificar a validade da hipótese, optou-se pela utilização do método da História das Ideias, em sua vertente contextualista. Segundo a literatura das História das Ideias, estudar as obras de pensadores à luz do contexto em que as escreveram os seus trabalhos, ajuda a iluminar quais eram as suas motivações, influências e afiliações. A condensação das informações analisadas por Quentin Skinner (1996) permite articular as visões de mundo dos clássicos estudados, num esforço dirigido para a recuperação dos fatos mencionados nos textos analisados e a sua vinculação a correntes de pensamento. A abordagem contextualista do estudo

do Pensamento Político Brasileiro busca explicar a variação da substância das preocupações e dos processos sociais nos quais os intelectuais estão inseridos. Através dessa estratégia analítica, é possível entender quais eram intenções originais dos autores durante a redação de seus textos.

A tese lançou mão das seguintes fontes: pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão de literatura acerca da História das Ideias, do Pensamento Social e Político Brasileiro e do Pensamento Internacional que ancoram a análise contextualista da obra acadêmica de Fernando Henrique Cardoso. Envolveu ainda a análise das principais obras de cada um dos períodos da trajetória de Cardoso, além de livros, artigos, dissertações e teses relacionados ao objeto de pesquisa, devidamente elencados no final deste projeto. A análise documental procurou elucidar o contexto histórico e biográfico em que seus trabalhos foram escritos, contemplando a consulta a reportagens de jornais, entrevistas dadas a veículos de imprensa e discursos relacionados a temas internacionais, no Brasil e no exterior. A busca por outras fontes documentais foi na base de dados da Fundação Fernando Henrique Cardoso, nos arquivos da Presidência da República e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Os quatro volumes dos "*Diários da Presidência"* (Vol. 1, 1995-1996; V. 2, 1997-1998, V. 3, 1999-2000; V. 4, 2001-2001) foram uma fonte documental valiosíssima para captar o pensamento de Cardoso ao calor do momento, à luz do contexto doméstico e internacional.

As entrevistas semiestruturadas, que constam no apêndice à tese, foram realizadas com diversos atores diplomáticos que atuaram nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, ajudando a esclarecer as circunstâncias em que seu pensamento internacional foi sendo registrado em suas obras, antes, durante e depois do período em que foi chanceler e presidente da República. Os entrevistados foram Paulo Paiva, José Carlos Carvalho, Rubens Ricupero, Celso Amorim, Celso Lafer e Fernando Henrique Cardoso. As entrevistas buscaram identificar conexões do pensamento internacionalista de Cardoso correntes político-ideológicas.

A pesquisa inova por promover um deslocamento da análise dos textos puros de Fernando Henrique Cardoso para uma visão contextualista e mais abrangente da sua trajetória como acadêmico que se propõe a refletir sobre as relações internacionais e sobre a inserção externa do Brasil, baseando-se nas suas obras e na própria experiência. Tendo em vista a pergunta de pesquisa, a hipótese considerada e os objetivos propostos, esta tese organiza-se em seis oito capítulos.

Quadro 1: Contexto e Pensamento Internacional de Fernando Henrique Cardoso

Fases da Trajetória	Fatos biográficos	Contexto Doméstico	Contexto Internacional	Obras selecionadas	Pensamento Internacional
Formação sociológica (1955-1964)	Família positivista e nacionalista Formação na USP Partido Comunista Brasileiro Seminário Marx	I Governo Vargas Estado Novo Fim da ditadura Vargas II Governo Vargas Anos JK Governos Jânio e Jango	Crise de 1929 II Guerra Mundial Guerra Fria Guerra da Coréia Relatório Khrushchev Descolonização	"*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*" (1962) "*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*" (1964)	Nacional-estatismo Internacionalismo proletário Desenvolvimento associado-dependente
Sociólogo da dependência (1964-1969)	Exílio no Chile Cátedra de Ciência Política na USP	Golpe de 1964 Regime Militar	Guerra do Vietnã Maio de 1968	"*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969)	Desenvolvimento associado-dependente
Cientista político (1969-1978)	CEBRAP Universidades estrangeiras Aproximação com o MDB	Regime Militar	Deténte Fortalecimento do Terceiro-Mundo	"*O modelo político brasileiro e outros ensaios*" (1972) "*Autoritarismo e democratização*" (1975)	Desenvolvimento associado-dependente
Ascensão política (1978-1993)	Senado ISA Fundação do PSDB	Diretas Já Transição democrática Constituinte Crise econômica	Fim da Guerra Fria Terceira Onda da Democracia Crise das dívidas externas	"As Ideias e Seu Lugar" (1980) "*A democracia necessária*" (1985)	Reinserção no mundo Renegociação da dívida externa Choque de capitalismo
Ministério das Relações Exteriores e Presidência da República (1992-2002)	Ministro das Relações Presidente da República	Governo Itamar Franco Estabilização econômica Governos FHC I e II Crise de 1999 Ativismo Diplomático	Mercosul Globalização Ordem Multilateral Unilateralismo dos EUA Crises internacionais Terceira Via	"*A utopia viável*" (1995) "*O Presidente segundo o Sociólogo*" (1998) "O mundo em português" (1998) "*Diários da Presidência" (1995-2002)*	Abertura econômica Integração regional "*Autonomia pela participação*" Globalização assimétrica

Fonte: Elaboração própria

Organização da tese

O **Capítulo 1** procurou iluminar como se concebeu um pensamento internacionalista brasileiro desde o início do século XIX, quando o Brasil se constituiu como Estado-nação independente. Mostrou como uma multiplicidade de intelectuais, diplomatas e políticos influenciaram a condução das relações internacionais do Brasil, desde a formação do território, do Estado, da nação e do seu processo de desenvolvimento. Conforme se procurou demonstrar, o pensamento internacionalista se baseia na criação de narrativas acerca da inserção de um país no mundo, o que permite compreender as diferentes visões ideológicas, as concepções de mundo e os projetos de poder envolvidos em que cada período da história brasileira.

O pensamento internacionalista não se confunde com o pensamento diplomático. O pensamento diplomático tem por objeto o estudo das narrativas, doutrinas, concepções e ações que informam a prática diplomática, isto é, "*a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais pretende realizar determinados interesses*" (CERVO, 2008: 9). O pensamento diplomático integra o pensamento internacional, mas não o esgota, dada a diversidade de pontos de vista acerca do "*estar no mundo*" dos brasileiros. Traduz-se, ademais, na aplicação de conceitos, doutrinas e diretrizes de outros campos do conhecimento para entender como o país se insere em uma realidade mundial. O campo de estudos do Pensamento Internacional Brasileiro, ao incorporar múltiplas visões acerca de que como os brasileiros se inserem na realidade internacional, abrange contribuições de diversos ramos das Ciências Sociais. Mostrou-se como o cruzamento de diferentes saberes nos campos da História, da Economia, da Política, das Relações Internacionais, do Direito e da Filosofia traz desafios para os estudiosos desse campo, como a definição do objeto e de suas delimitações, sua abrangência e sistematização.

O **Capítulo 2** procurou estudar as origens dos estudos do pensamento político brasileiro, sua evolução e institucionalização, a partir das décadas de 1960 e 1970. Considerado inicialmente um produto inferior em relação às ideias produzidas nos países centrais, voltado apenas para o consumo das elites locais, o pensamento político brasileiro foi fortalecido com o advento de um paradigma nacionalista, que refletia as grandes transformações em curso no país a partir da década de 1930. A proliferação de centros de produção de pensamento sobre o país em São Paulo e no Rio de Janeiro, ajudou a impulsionar a produção de estudos voltados à compreensão dos processos de industrialização, urbanização, modernização e integração ao mundo (LYNCH, 2013: 759). O fortalecimento do Pensamento Político Brasileiro como campo

de estudos se consolidou a partir da década de 1970, com o surgimento de vários estudos relacionados a novos temas, como autoritarismo, democratização e marginalidade. Segundo a visão contextualista do campo do Pensamento Social e Político Brasileiro, o pensamento se estrutura a partir de um diálogo permanente com o mundo através da filiação ou crítica a determinada corrente de pensamento, ajudando a desvendar a sua cosmovisão e o fio condutor da sua trajetória (BRANDÃO, 2007; BOTELHO E SCHWARCZ, 2009). O ponto central é a captação da dimensão prática, da contingência e da interação dos autores estudados com a realidade do país e do mundo, o que é especialmente relevante num país periférico em que a formação do Estado e da nação foram tardios e no qual a recepção de ideias do mundo ocidental ajudou a conformar a sua cultura política (LYNCH, 2013).

Conforme o **Capítulo 3** procurou demonstrar, os alicerces do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso foram construídos em seus anos de formação, entre as décadas de 1930 e 1960. O fato de pertencer a uma família de militares (o pai era general e o avô era marechal do Exército), à elite acadêmica de São Paulo (aluno de professores brasileiros e franceses que fundaram o curso de Sociologia da Universidade de São Paulo) e o acesso precoce a uma rede de contatos internacionais na academia (Alain Touraine e George Friedmann), foram alguns dos fatores que conformaram a sua visão de mundo na juventude. Em seus anos de formação, Cardoso havia incorporado a perspectiva cientificista da Universidade de São Paulo (USP), com destaque para as leituras das obras da Sociologia de Max Weber e de Émile Durkheim. A força de Florestan Fernandes, Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda, que foram seus professores, e de Caio Prado Jr., que lá havia estudado, sobre o pensamento de Cardoso nos anos 1950, foi igualmente perceptível. A influência marxista, se deu a partir de sua participação no Seminário Marx, que funcionou entre 1958 e 1964, reunindo professores de vários campos para o estudo minucioso de "*O Capital"*, grupo do qual participavam José Arthur Gianotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, dentre outros.

Não obstante a força da USP, instituição quase autossuficiente que buscava afirmar-se como o centro produtor e difusor da ciência no Brasil, o jovem intelectual Cardoso não deixou também de receber influências do pensamento nacionalista dos militares de sua família, dos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de concepções econômicas cepalinas e nacional-desenvolvimentistas, especialmente do Instituto Superior de Estudos

Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro.[1] A diversidade de fontes de intelectuais brasileiros que Cardoso mobiliza para embasar suas reflexões sobre o Brasil em "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*" (1961), fruto de sua tese de doutoramento na USP, e em "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*" (1964), resultado de uma pesquisa desenvolvida no Brasil e na França, insere a sua obra num conjunto mais amplo de tradições do pensamento político brasileiro.

Nas duas obras, Cardoso dialoga com o pensamento político de Joaquim Nabuco, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Raymundo Faoro. O tema transversal das obras desses intelectuais era a "*questão nacional*", isto é, como situavam a inserção do Brasil no mundo, com ênfase nas particularidades históricas, sociais, econômicas, étnicas e culturais do país em formação. Em "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*", Cardoso afasta-se das concepções etapistas do PCB e afilia-se às posições externadas por Caio Prado Júnior acerca do caráter mercantil do empreendimento colonial português e do papel do trabalho escravo no desenvolvimento capitalista brasileiro. Cardoso confirma a influência, em diferentes graus, destes autores em sua formação, ao afirmar que "*o Brasil desses pensadores já fora ´inventado´, prática e intelectualmente, quando minha geração começou a se debruçar sobre as formas da sociedade brasileira, suas conexões internacionais e seus desafios*". Cardoso argumenta que as gerações posteriores de estudiosos, a partir dos anos 1960, se depararam com "*uma nação já formada, embora diferente do sonho de seus precursores*", interessando-se por temas como o desenvolvimento do capitalismo (CARDOSO, 2013: 12).

O **Capítulo 4**, por sua vez, procurou mostrar como o pensamento internacionalista cardosiano, na década de 1960, interagiu com o pensamento nacional-desenvolvimentista e com as visões econômicas cepalinas. Ao dialogar com as obras de Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, dentre outros, Cardoso discute a possibilidade de uma revolução burguesa capaz de impulsionar o mercado interno, superar o atraso social e elevar o país a um status superior no cenário internacional. Em sua obra "*Empresário industrial e desenvolvimento econômico***"** (1964), no entanto, Cardoso já mostrava as contradições da classe empresarial brasileira. De um lado, presa aos interesses e concepções tradicionais que moveram o modelo de desenvolvimento tradicional, baseado no latifúndio e em uma economia primário-

[1] Em entrevista para esta pesquisa, em janeiro de 2020, Fernando Henrique Cardoso afirma que "*no meu tempo havia pouco interesse na coisa internacional. Era muito mais o Brasil e compreender a sociedade brasileira". (...) Alguns tinham uma visão um pouco mais ampla do mundo e havia a tensão entre o pensamento populista e o pensamento comunista, exagerando. Foi daí que eu me formei, vendo o que estava acontecendo aqui e refletindo sobre o que acontecia no mundo*" (CARDOSO, 2020).

exportadora. De outro, a forte dependência em relação ao capitalismo internacional, ao qual se associava para crescer. Desse modo, argumentava, que a burguesia industrial se via presa em um dilema: ou tomava uma posição a favor dos grupos tradicionais contra os grupos urbanos e populares ou reagia contra o imobilismo e a inércia das camadas dominantes. O seu projeto de fortalecimento como classe social e como ator político autônomo necessitaria do apoio às reformas estruturais capazes de fortalecer os grupos sociais emergentes, o que contrariava os grupos que concentravam poder político e econômico. Ademais, a perspectiva de que o processo de modernização econômica e de emancipação política das massas pudesse ameaçar a sua hegemonia futura era um grande risco (CARDOSO, 1964). Em seu depoimento para esta pesquisa, quase cinco décadas e meia após da publicação da tese de livre-docência, Cardoso pontua que

> os empresários, com o Partido Comunista do mundo todo, não só aqui, inventaram a ideia de que existia uma burguesia progressista, que ia fazer como se fosse a revolução francesa. Era anacrônico. Eu fui fazer aquela tese sobre os empresários industriais e qual era a ideia política daquela época? Era que o Brasil estava sob o comando das forças reacionárias baseadas na agricultura, no campo, no latifúndio e tal. É preciso que a burguesia progressista atue em aliança com o campesinato, os sindicatos urbanos. Só que na realidade não era assim. Eles todos tinham muita ligação em parte com o campo, e também não viam a empresa estrangeira como inimiga. Alguns queriam se associar, outros não. Mas não era assim. Então o que eu digo é que estava tudo errado. A política que prevalecia já era uma visão inadequada. Eu não me refiro ao período do Getúlio, anterior, do Estado Novo, eles tinham que fazer o que tentaram fazer: fortalecer o Estado (CARDOSO, 2020).

A ideia central da interpretação cardosiana do fenômeno político da dependência, formulada pela primeira vez em "*Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico*" (1964), portanto, era a inviabilidade de uma revolução burguesa capaz de capitanear o desenvolvimento nacional autônomo. A tese contrariava as formulações dos intelectuais do ISEB, o guardião do pensamento nacional-desenvolvimentista, do PCB, com suas clássicas ideias etapistas, e do Grupo de Brasília, liderado por André Gunder Frank, que formavam as bases do pensamento crítico dependentista até o golpe militar de 1964. As críticas a essas concepções, à esquerda e à direta, foram se adensando após o colapso do modelo de desenvolvimento nacional-populista do período 1946-1964. Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso,

> eles tinham uma visão, como posso dizer, muito dogmática do mundo. O Gunder Frank menos, mas tinha também. E eles não viam as transformações do mundo. Então o que eles achavam? A saída é a revolução. Eu não acreditava que fosse essa a saída. Eventualmente pode haver, mas não é necessário. (...) Eu li todo *O Capital* anos a fio. O sistema capitalista é dinâmico, ele não fica estagnado. As coisas mudam. Então eu nunca acreditei nessa teoria da marginalidade, da revolução por causa da acumulação de força e não sei o quê... E na falta de emprego. Eu sempre acreditei e achava que o sistema podia ser injusto, mas tinha uma certa dinâmica. E esse pessoal tinha uma visão muito mecânica, economicista e determinista. Eu nunca tive uma visão economicista. Mesmo que eu não soubesse, era política. As coisas dependem da força que você contrapõe (CARDOSO, 2020).

Ainda no Capítulo 4, procurou-se demonstrar como as visões de mundo de Cardoso se valeram, em seus anos de exílio no Chile, do debate econômico e sociológico dentro da CEPAL e do ILPES e de um sentimento latino-americanista presente na comunidade acadêmica e política com a qual conviveu em Santiago. A experiência em uma organização internacional vinculada à burocracia da Organização das Nações Unidas também influenciaria as suas posições posteriores. Acerca da experiência chilena, Cardoso afirma, em entrevista realizada em janeiro de 2020, que

> quando eu fui para o Chile, tinha vivido na França antes. Você vivendo na França, como você viveu na Alemanha, você percebe que há uma certa identidade na América do Sul, pelo menos, mesmo que você não queira. Eu não sabia espanhol. Eu sabia francês. Bom, falei espanhol lá. Comecei a aprender espanhol na França porque os amigos meus eram latinos. E também, eu tinha muitos amigos argentinos. Mas enfim, agora por acaso, eu vou publicar, juntar coisas dos anos 70 e posterior à minha estada no Chile. Era muito difícil entender o que estava acontecendo no mundo porque nós não tínhamos nem os conceitos. A ideia de multinacional foi desenvolvida por um sujeito chamado Jack Behrman, um economista americano no começo dos anos 70. Não se tinha como conceituar as coisas" (CARDOSO, 2020).

Superando a visão que se impunha nos principais trabalhos de interpretação do desenvolvimento da América Latina, associando a dependência com o conceito de imperialismo, a obra "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1969), agregava fatores sociais, políticos, históricos e

institucionais que qualificam as abordagens prevalecentes CEPAL. No livro, os autores desenvolveram o conceito de "*desenvolvimento dependente associado*", mostrando os diferentes arranjos de forças políticas de classes dentro dos Estados. Ao contrário das visões pessimistas acerca do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, postulavam que era possível haver industrialização e crescimento econômico em associação com as empresas transnacionais e com o capital estrangeiro. Acerca da experiência chilena, Cardoso afirma:

> Quando eu fui para o Chile, tinha vivido na França antes. Você vivendo na França, como você viveu na Alemanha, você percebe que há uma certa identidade na América do Sul, pelo menos, mesmo que você não queira. Eu não sabia espanhol. Eu sabia francês. Bom, falei espanhol lá. Comecei a aprender espanhol na França porque os amigos meus eram latinos. E também, eu tinha muitos amigos argentinos. Mas enfim, agora por acaso, eu vou publicar, juntar coisas dos anos 70 e posterior à minha estada no Chile. Era muito difícil entender o que estava acontecendo no mundo porque nós não tínhamos nem os conceitos. A ideia de multinacional foi desenvolvida por um sujeito chamado Jack Behrman, um economista americano no começo dos anos 70. Não se tinha como conceituar as coisas (CARDOSO, 2020).

Os dois sociólogos se contrapuseram às teses de que sustentavam que a estagnação econômica latino-americana era inevitável, consequência dos interesses imperialistas em marcha. Salientaram, na direção oposta, que os investimentos externos produziam expansão industrial e crescimento econômico em países como Argentina, México e Brasil. Insistindo na força da política para moldar as nações, mostraram como as diferentes teias de relações e de interesses se entrelaçavam, formando novas alianças que impactaram nos distintos modelos de desenvolvimento latino-americanos. Dessa forma, inverteram o raciocínio, tornando a dependência a base de um modelo de desenvolvimento econômico associado, abrindo novos horizontes para a reflexão da inserção internacional brasileira. Ademais, anteciparam a caracterização do que, na época, chamou-se de "*internacionalização do mercado interno*", fenômeno posteriormente conhecido como globalização.[2] Do Chile, Cardoso seguiu para a França, onde lecionou na Universidade de Paris-Nanterre e presenciou os movimentos de maio de 1968. Em seu depoimento para esta tese, Cardoso relembra que saiu da CEPAL

[2] Em seu depoimento, Fernando Henrique Cardoso afirma que não "*se tinha essa ideia e eu achava que tinha essa possibilidade de um crescimento chamado dependente- associado. No fundo era a globalização, mas não tínhamos palavras para dizer o termo. Nas ciências humanas coisas são complicadas, é preciso criar conceitos para explicar as mudanças históricas. E a formação tradicional acadêmica nem cuidava desses temas. Cuidava de outros temas. Era diferente*" (CARDOSO, 2020).

> contra a opinião do meu chefe, o Medina Echevarria, que era um cara culto, weberiano, tinha formação jurídica e sociológica, bem mais velho que nós, naturalmente, ele ficou horrorizado. Como é que eu iria embora da CEPAL? Ele disse: "*Tá maluco? É uma burocracia, o mundo é burocrático hoje. Eu saí da Espanha para voltar e nunca mais voltei. A CEPAL dá garantia e não eu sei o quê...*". Tinha passaporte diplomático, tinha tudo. E eu era P5. Na carreira acadêmica, que era burocrática, tinha P1, P2, P3, P5.... Depois, B1, B2.... Eu estava bem situado e com pouca idade. E o Medina ficou desesperado. Não adianta, eu não me sinto bem na burocracia. Então fui para a França. Quando eu cheguei na França, já tinha um conhecimento. Então eu tentei publicar esse livro. O editor famoso de uma casa de edição falou: "Mas isso aqui não tem valor, é muito simples". Bom, mas o livro fez sucesso, né? Foi publicado no México, pelo Fondo de Cultura Económica (CARDOSO, 2020)

O **Capítulo 5** argumenta que o sucesso do livro "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" projetou internacionalmente a carreira acadêmica de Cardoso, tornando-o um dos principais intérpretes da América Latina em centros de estudos norte-americanos e europeus. A obra de Cardoso e Falleto (1969) também causou grande celeuma com a vertente mais à esquerda da Teoria da Dependência, que apregoava a inevitabilidade da revolução socialista no continente, ao longo da década de 1970. Contrariando outras interpretações mais radicais, como as de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, Cardoso e Falleto deram destaque às dinâmicas sociais, às alternativas econômicas e às trajetórias políticas de cada país. Cardoso afirma que a nova dependência, com a intensificação da industrialização dos mercados internos, "*não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes*". O fato de não haver homogeneidade regional, distribuição de renda e harmonia entre setores produtivos não significa, a seu ver, que não existia desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1980: 74-75). Em seu depoimento para esta pesquisa, em janeiro de 2020, Cardoso afirma que as mudanças internacionais no final da década de 1960 mostravam que a teoria do imperialismo não era mais suficiente para explicar o mundo:

> Porque o imperialismo não leva ao desenvolvimento. Leva à exploração de mão-de-obra, riqueza mineral. Isso é uma coisa antiga no mundo todo. Aqui estava um outro momento do capitalismo, não é? (...) E o caso do Brasil e da Argentina, em menor escala, e do México, em maior escala que a Argentina e menor do que o Brasil, tinha

> desenvolvimento industrial real. Isso não impedia que houvesse, ao contrário, requeria associação com o mercado mundial. Só que toda essa época é dominada pela Guerra Fria, existia a União Soviética, tinha a Revolução Chinesa. Ninguém imaginou que a União Soviética fosse desabar, como desabou. E nem que a China fosse se transformar no que é hoje, uma potência que compete com os Estados Unidos. Eu não sei qual é o sistema que prevalece lá, mas é uma questão capitalista, não é? Ninguém podia imaginar isso naquela época (CARDOSO, 2020)

Em "*As Ideias e Seu Lugar*", Cardoso argumenta que a discussão de Ruy Mauro Marini sobre os mecanismos de troca desiguais no comércio exterior era pertinente. Essa acumulação se daria pela "*superexploração do trabalhador*", o que se fazia pelo barateamento das exportações de seus produtos primários, pela redução do custo dos alimentos nos países industrializados (CARDOSO, 1980: 77-78). Cardoso reconhece o peso histórico dos argumentos de Marini, mas limita o alcance teórico de suas explicações, mostrando que os beneficiários desse processo de desenvolvimento dependente eram as empresas estatais, os conglomerados multinacionais e as companhias nacionais relacionadas com ambos. Os mecanismos de reprodução da dependência seriam a importação de tecnologias industriais e o endividamento externo. Dessa forma, "*desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes deem fim*". Mesmo nos países de industrialização recente da periferia, a indústria moderna não abrangia todos os setores, mantendo-se formas anteriores de dependência. Havia, portanto, uma situação de heterogeneidade (CARDOSO, 1980: 81-84). Cardoso mostra que o processo de divisão internacional do trabalho movido pelo capitalismo monopolista e pela expansão das empresas multinacionais permitia a industrialização das regiões periféricas, algo que não estava previsto nas teorias clássicas do imperialismo. Na ótica de Cardoso,

> Como eu sou sociólogo de formação e minha formação é clássica, durkheiniana. Eu li muita Antropologia inglesa, esse tipo de coisa. Eu tinha uma noção mais rica do que era a dinâmica das sociedades, como é que funciona. E era visível que aqui tinha mobilidade social. Esse pessoal nunca viu o mundo de uma maneira dinâmica. Muito mais mecânica de choques: o lado bom e o lado mau. Era essa a grande subjacente nas nossas discussões, era isso... Eu tinha uma certa noção do Estado. Você vê que na análise desse pessoal, na realidade, não existe Estado, só existem as classes (CARDOSO, 2020)

A projeção internacional de Fernando Henrique Cardoso como teórico da dependência e analista do desenvolvimento latino-americano também o fortaleceu no plano interno, abrindo portas para contatos com instituições internacionais (Fundação Ford) que ajudaram na constituição do CEBRAP. Juntamente com outros acadêmicos brasileiros que viram suas carreiras interrompidas pelo regime militar, Cardoso buscou nesse centro de estudos uma plataforma para desenvolver pesquisas na área de Ciências Sociais em um contexto de fechamento do regime e de interdição do debate nas universidades. A criação do CEBRAP se deu no bojo da consolidação da Sociologia Paulista e retomada política gradual de São Paulo, então coadjuvante no cenário político, ao centro das transformações econômicas, sociais e culturais do Brasil nas décadas de 1960 a 1980. Apesar de ter sido o seu idealizador, Cardoso não foi o principal gestor, opção estratégica que o deixou livre para dedicar seu tempo à docência em centros de estudos estrangeiros, à preparação de publicações para publicações fora do Brasil e à participação, como membro da sociedade civil, no processo de abertura e de redemocratização. Ao se tornar um intelectual na liderança de outros intelectuais, Cardoso se tornou, assim, uma espécie de "*príncipe da sociologia brasileira*" (DULCI, 2010: 118).

Cardoso buscou ainda desenvolver pesquisas sobre autoritarismo, democracia, urbanização e marginalidade, estudando o impacto do modelo de desenvolvimento dependente-associado nas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil desde 1964. Nas obras "*O modelo político brasileiro e outros ensaios*" (1972) e "*Autoritarismo e Democratização*" (1975), as convicções políticas liberais se tornam mais salientes, conflitando com as suas influências nacional-desenvolvimentistas. Suas críticas ao modelo nacional-estatista nestas obras, no entanto, ainda não se baseiam na defesa de uma alternativa econômica liberal, mas na percepção de que os regimes de segurança nacional haviam instrumentalizado o modelo estatista, concentrando poder econômico, político e militar e sufocando as vozes democráticas. A *détente* e a política externa mais autônoma praticada pelo Brasil mostravam que a ideologia de Segurança Nacional havia se tornado anacrônica. Portanto, os próprios regimes militares haviam perdido a razão de existir. Nesse sentido, Cardoso se afasta, ainda na década de 1970, das diferentes visões e interpretações de política externa e de relações internacionais do Brasil baseadas na narrativa nacional-desenvolvimentista, que sustentam a necessidade de valorização de Estado intervencionista e de uma política externa de um Brasil-Potência. Sua visão de mundo incorporava, cada vez mais, temas como direitos humanos, meio ambiente, combate à pobreza e participação nas organizações internacionais.

O argumento liberal tornou-se ainda a principal base de sua plataforma de inserção na política dentro do MDB, aproximando-se de lideranças como Ulysses Guimarães. A entrada de Cardoso no processo político de abertura se deu em paralelo com o auge da sua projeção acadêmica no exterior, com períodos prolongados de docência e pesquisa nos Estados Unidos, Reino Unido e França. Ademais, aproximou Cardoso de sociólogos e cientistas políticos que tiveram influência sobre o seu pensamento, como Albert Hirshman e Alfred Stepan. Suas reflexões sobre a experiência das vitórias socialistas na França, Espanha e Portugal, no começo da década de 1980, também mostraram uma aproximação com o pensamento socialdemocrata europeu.

O **Capítulo 6** mostrou como o pensamento internacionalista de Cardoso foi instrumentalizado para fortalecer trajetória política nas décadas de 1980 e 1990, da candidatura ao Senado em 1978 à passagem pelo Itamaraty, no governo Itamar Franco. As reflexões de Cardoso sobre o mundo nesse período se nutriram de suas reflexões acerca da redemocratização dos países latino-americanos e das crises de suas economias. A participação no processo de transição democrática e na elaboração da Constituição de 1988, nesse sentido, ajudam a iluminar como o acadêmico refletia a inserção brasileira no mundo. A aproximação com o pensamento socialdemocrata europeu e a influência do contexto internacional no final da década de 1980, com a crise do mundo socialista e a chegada ao poder lideranças com projetos econômicos neoliberais, impactaram decisivamente a visão de mundo do sociólogo, levando-o a apoiar um programa reformista a partir da criação de um novo partido o PSDB, que comungava ideias econômicas liberais com ideias socialdemocratas.

A alternativa "*social-liberal*", a seu ver, era que melhor respondia aos desafios de um país cuja economia sofria as consequências do processo hiperinflacionário, compatibilizando desenvolvimento com a associação ao mundo. Embora não tenha participado do governo Collor, Cardoso comungava com as reformas econômicas e com o projeto de inserção internacional alavancado pelo novo presidente. A deposição do governo Collor, por impeachment, levou Cardoso e o PSDB ao centro do poder, tornando-o um dos principais articuladores do governo Itamar Franco e o seu principal fiador no plano internacional. A experiência de gestão no Itamaraty, apesar de breve, foi um momento importante de contato com o pensamento itamaratiano e com o mundo diplomático, o que se refletiu na aproximação do chanceler-político com as diretrizes de política externa dos dois primeiros governos da Nova República. Cardoso deu continuidade aos processos em curso de modernização institucional, de abertura econômica, de integração regional e de diversificação de parcerias estratégicas.

Dessa forma, embora ainda mantivesse proximidade com ideias de esquerda e de centro-esquerda, Cardoso foi realista e pragmático, adaptando-se às mudanças de circunstâncias.

O **Capítulo 7** mostrou como o pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso se valeu do Plano Real, das reformas macroeconômicas, da reestruturação do Estado e da política externa de "*autonomia pela integração*" para alavancar a projeção internacional do Brasil na década de 1990. Como ministro da Fazenda e presente da República, Cardoso mostrava entusiasmo com as possibilidades viabilizadas pela globalização e pela estabilização econômica interna na melhoria da credibilidade internacional e da projeção dos interesses do país. A vitória presidencial de Cardoso nas eleições de 1994 ampliaram o distanciamento entre o PSDB e o PT, dois partidos de orientação socialdemocrata surgidos na década de 1980, no contexto da redemocratização. Enquanto a plataforma política de Cardoso defendia a necessidade de reformas econômicas, de reestruturação do Estado e de abertura comercial para a retomada do processo de crescimento econômico com distribuição de renda, a de Lula (PT) centrava-se em uma vertente mais nacional-desenvolvimentista e à esquerda. Em seu depoimento para esta pesquisa, Fernando Henrique Cardoso sustenta que

> Desde o discurso de posse eu disse o que precisava ser feito. Eu achava que nós precisávamos ter uma presença maior no mundo. Eu fui ao Japão, à Indonésia, às Filipinas à Índia. Porque eu queria ver o Brasil de novo com uma visão mais aberta. Porque o nosso problema todo aqui é o seguinte: historicamente da América e ligado aos Estados Unidos. Mas não estamos muito longe dos Estados Unidos, o que é uma vantagem, não é? Você tem a possibilidade de ter vários parceiros. E eu sempre fui favorável a ter muitos parceiros (CARDOSO, 2020).

Os críticos das ideias de Cardoso contestaram as suas opções políticas e defendiam a ideia de que houve uma ruptura de Cardoso com o seu pensamento acadêmico pretérito e uma adesão pura e simples ao neoliberalismo econômico. Nessa ótica, Cardoso seria um agente da elite política e econômica brasileira a cargo de implementar e de sedimentar um projeto de integração dependente ao mundo. Em suas entrevistas, gravações e discursos, Cardoso contestava a sua afiliação ao neoliberalismo, embora reconhecesse a importância de políticas como equilíbrio fiscal, abertura econômica, maior competição e quebra de monopólios estatais. Em conformidade com os registros do pensamento de Cardoso em seus discursos, gravações e entrevistas, percebe-se a defesa de que as políticas de seu governo buscavam a reorganização do Estado, a estabilidade econômica e a melhoria dos indicadores sociais. Ao gravar seu depoimento para esta pesquisa, Fernando Henrique Cardoso afirma que

> quando eu estava no governo, procurava ler, entender, pensar e falar. Eu tenho uma frase que o meu pai dizia sempre que foi útil, sabe: "*Os que leem sabem muito. Os que veem às vezes sabem mais*". Quer dizer, eu sempre quis entender eu mesmo. Primeiro na Presidência. Não basta você ter um relatório, ler. Tem que sentir. Então para mim nunca houve uma separação tão radical entre a vida política e a vida acadêmica, embora eu saiba que são coisas diferentes. Na vida acadêmica, você descobre uma coisa e sai correndo para colocar seu nome embaixo. E na vida política, é melhor que o outro pense que foi ideia dele. É outra lógica. Você não pode usar a mesma lógica, não vai dar certo. A vida política depende muito do outro, de convencer o outro. E você não convence se você também não tiver a capacidade de entender o pensamento do outro. Não pode ser só de um lado, sobretudo na política democrática. Em nenhuma política, mas na política democrática, obviamente, não pode. Você tem que negociar e ter noção do principal. O que dá para fazer? Se você pensa que vai fazer tudo, não vai. Não é só você. A agenda não é só do presidente ou do partido do presidente. É do país (CARDOSO, 2020).

O pensamento internacionalista de Cardoso, nesse período, não se distanciou das suas convicções acadêmicas dos anos 1960 e 1970: era possível haver desenvolvimento, modernização e transformação social por meio da integração do Brasil ao mundo. Ao mesclar as suas reflexões acadêmicas com a sua afiliação às linhas gerais de política externa praticadas pelo Itamaraty nos governos Sarney, Collor e Itamar, Cardoso fortaleceu as suas convicções de que o Brasil precisava reposicionar-se no mundo com novas credenciais. A diplomacia presidencial, expressão central de seu interesse pela formulação e pelo protagonismo na condução de assuntos internacionais, o levou a ampliar a sua reflexão acerca de temas como globalização e integração regional.

O **Capítulo 8** buscou demonstrar de que modo o pensamento internacionalista de Cardoso foi influenciado pelo contexto interno e externo conturbado do final do século XX. A aproximação com lideranças do movimento Governança Progressiva (Terceira Via), consubstanciada numa intensa participação em encontros para discutir a governança global, marcaria uma perceptível guinada no seu pensamento acerca da globalização. O Movimento da Terceira Via, capitaneado pelo sociólogo inglês Anthony Giddens e liderado por Tony Blair e Bill Clinton, buscava caminhos alternativos entre o fundamentalismo de mercado da direita e os sistemas estatistas e corporativistas de esquerda. O debate buscava superar o esgotamento do ciclo conservador na Europa e Estados Unidos, de que resultou a modernização do discurso e das agendas do Partido Trabalhista britânico e do Partido Democrata norte-americano. Desse

aggiornamento nasceu a plataforma modernizadora do *New Labor Party* britânico. Cardoso desejava inserir o seu partido, o governo e a intelectualidade nesse debate atualizado sobre democracia, desenvolvimento econômico-social e governança global. No entanto, a ausência de um programa orgânico e factível, as crises financeiras do final dos anos 1990, o crescente unilateralismo da política externa norte-americana e a derrota do Partido Democrata nas eleições presidenciais norte-americanas de 2000 enfraqueceram o ímpeto renovador da Terceira Via.

O pensamento de Cardoso ao longo do segundo mandato refletia as desilusões com as possibilidades de uma ordem internacional liberal e democrática. Em seus discursos, registros e entrevistas, Cardoso aumentou as suas críticas às assimetrias da globalização, à falta de mecanismos de governabilidade econômica e financeira, ao esgarçamento do Direito Internacional. Suas reflexões nos foros internacionais demonstraram a sua crescente insatisfação com os rumos da ordem internacional, com a carência de representatividade das organizações internacionais e com a legitimidade das políticas unilateralistas. A saída de Bill Clinton do governo dos Estados Unidos deixou Cardoso sem o seu maior aliado internacional, o que aumentou o isolamento do Brasil e enfraqueceu a aproximação Brasília-Washington, pedra-de-toque da política externa do primeiro mandato. Afastando-se de um choque frontal com a superpotência após a chegada dos republicanos ao poder, Cardoso procurou reduzir os danos nas relações com a Casa Branca, sobretudo em temas de segurança internacional. Na esfera comercial, a estratégia de Cardoso era de endurecer nas negociações para o acesso ao mercado norte-americano (ALCA), buscando preservar os interesses dos setores produtivos nacionais.

As ideias de Cardoso durante o seu último quadriênio revelam ainda uma crescente valorização da ideia de América do Sul como uma realidade econômica e política. Cardoso afirma, em diversas passagens de seus "*Diários da Presidência*", que não proclamava abertamente a liderança brasileira na região, para não gerar resistências, mas que exercia uma política externa independente a autônoma, inspirada no Barão do Rio Branco. No primeiro mandato, o apoio ao avanço do MERCOSUL, a aproximação com a Argentina e a resolução de crises no Paraguai e na relação entre Peru e Equador mostravam uma disposição de fortalecer a liderança brasileira na região. O projeto integracionista, encarnado na Cúpula de Brasília (2000) e no programa IIRSA, contemplava uma maior aproximação entre os Estados sul-americanos para a resolução de problemas comuns e para o fomento da interconexão entre as infraestruturas nacionais. A aproximação do MERCOSUL com a União Europeia, no plano

extra-regional, buscava abrir novos mercados para o Brasil e ampliar a margem de manobra nas negociações com os Estados Unidos.

A crise do Plano Real, a desvalorização da moeda, os fracassos dos programas de estabilização econômica na Venezuela e na Argentina, a queda do crescimento econômico no começo do segundo mandato, a queda da popularidade presidencial, o enfraquecimento da coalizão PSDB-PFL-PMDB levaram ao questionamento dos enfoques estritamente liberais da reforma do Estado e de inserção internacional brasileira capitaneados por Fernando Henrique Cardoso. Vozes críticas na academia, na diplomacia e na sociedade mostravam que as opções globalistas de Cardoso haviam promovido a subordinação do país às grandes estruturas globais de poder. Observou-se, nesse sentido, um movimento no sentido oposto, de revalorização da capacidade de estatal para a administração de situações de crises e de busca de alternativas de crescimento. Esse foi o debate internacionalista que permeou as eleições presidenciais de 2002, no qual tanto o candidato José Serra, da situação, quanto Luiz Inácio Lula da Silva, de oposição, advogavam uma visão mais nacionalista nas relações do Brasil com o mundo.

Conforme se percebe na entrevista do ex-chanceler de Lula, Celso Amorim, que serviu como embaixador na ONU durante o governo Cardoso, o receio de que uma postura mais afirmativa e assertiva contrariasse os Estados Unidos bloqueou iniciativas mais ousadas do governo Cardoso, como a aproximação com outras potências regionais. Amorim ilustra os limites dessa autonomia brasileira recordando a crise entre Estados Unidos e Iraque (1998), na qual, apesar de o Brasil ocupar uma cadeira de membro não-permanente no Conselho de Segurança (1998-1999), o país sofria pressões diretas e indiretas dos Estados Unidos para não criar obstáculos às suas pretensões belicistas e unilateralistas. Percebe-se, ademais, que a política externa de Cardoso foi tímida nas relações com os grandes Estados emergentes (China, Índia e Rússia) e nas relações com a África. Cardoso entendia que o Brasil não deveria ser um líder do Terceiro Mundo (conceito que criticava desde os anos 1970), mas buscar inserir-se no Ocidente econômico, político e cultural e almejar ao Primeiro Mundo. Apesar disso, a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso elaborou novos conceitos, projetos e programas que mesclaram as visões de mundo do intelectual e do político com o pensamento itamaratiano desde a volta da democracia:

> Não devemos nos definir em termos de terceiro-mundismo, mas com uma postura de global player. Agora, virar global player implica em uma construção, não se faz de repente. Nós estamos virando global player. E isso não tem nada a ver com ser membro do Conselho de Segurança. Conselho de Segurança pode ser mais um

> problema que uma solução. Tem a ver com a nossa autorepresentação (e, portanto, cultural também) e com a capacidade que viemos a ter para definir nossos interesses econômicos, políticos e culturais no mundo globalizado pelo comércio e pela produção, inclusive de ideias (CARDOSO, 2010: 60).

Em suma, como essa tese procura demonstrar, o pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso se formou desde o começo de sua vida acadêmica. Ao longo de sua produção intelectual, Cardoso mobilizou assuntos e promoveu análises ligados a temas internacionais, seja buscando entender a relação do Brasil com o mundo, seja tentando entender como a globalização modifica os padrões produtivos entre os países. Os temas mobilizados em seus estudos, nesse sentido, traduzem as realidades, contextos e preocupações de sua época: a questão do subdesenvolvimento, a reconstrução democrática, a estabilização econômica, a integração ao mundo. Dessa forma, Fernando Henrique Cardoso se tornou um dos intelectuais brasileiros que captaram, analisaram e compreenderam as dinâmicas econômicas, sociais e políticas em curso no país e no mundo. A multiplicidade de temas explorados por Cardoso ao longo de várias décadas exige que sua análise se faça à luz do contexto e das circunstâncias nos quais os escreveu.

CAPÍTULO 1. CINCO MOMENTOS DO PENSAMENTO INTERNACIONAL BRASILEIRO

"Sempre me opus a essa concepção estreita
de que em vez do Estado tem que haver mercado.
Não é o que temos aqui. Deve haver uma participação
maior da sociedade nas decisões. Não é [domínio exclusivo]
nem do Estado nem do mercado"
Fernando Henrique Cardoso, Diários da Presidência

O Capítulo 1 tem por escopo central responder à seguinte pergunta: existe um pensamento internacionalista brasileiro? Como ele se formou ao longo de dois séculos de História independente do país? Quais ideias, conceitos, narrativas, correntes de pensamento, diretrizes e projetos foram mobilizados para legitimar as escolhas políticas de atores políticos e diplomáticos no sentido de inserir o Brasil no mundo? As ideias, concebidas como visões de mundo que balizam os comportamentos e as escolhas estratégicas de atores e de grupos políticos, ajudam a explicar os resultados da política externa (GOLDESTEIN E KEOHANE, 1993). No entanto, as concepções ideológicas acerca da inserção internacional de um país não existem num vácuo. Elas interagem com os constrangimentos e variáveis independentes que impactam a sociedade, o Estado, a economia e as relações internacionais. E são mobilizadas pelos diferentes atores, governos e regimes para formular, operacionalizar e legitimar escolhas de política externa, em determinados contextos e circunstâncias, domésticas ou internacionais.

O campo de estudos do Pensamento Internacional Brasileiro abrange um rol amplo de registros (acadêmicos, diplomáticos, políticos, jornalísticos, artísticos, literários) que buscam construir a identidade internacional do Brasil como unidade política autônoma inserida no mundo. As narrativas que integram o repertório do Pensamento Internacional Brasileiro - um campo de estudos ainda em processo de definição de suas fronteiras analíticas, teóricas e metodológicas - oferecem argumentos que ajudam a entender, através de escritos diversos, como os brasileiros enxergam o seu "*estar no mundo*". Assim, as "*figurações do eu-nacional brasileiro, de seus desafios e potenciais, dos seus problemas persistentes e de suas virtudes adamantinas vis-à-vis os outros, o restante dos países, o entorno internacional",* deixados em registros escritos ou orais (na íntegra ou em fragmentos) consubstanciam um conjunto de

valores, ideias, princípios, projetos, diretrizes e comandos que ajudam a compor um panorama acerca de como os brasileiros se enxergam no mundo no decorrer de sua história como nação independente (BELÉM LOPES, 2016: 318).

A ideia de um pensamento internacional brasileiro vai além das contribuições oficiais da diplomacia, abarcando diferentes ideias e projetos políticos, econômicos e culturais sobre a organização do Estado e da nação. Rubens Ricúpero sustenta que a "*consciência da própria personalidade internacional modula a maneira pela qual cada país deseja inserir-se no mundo*". Ela se sustenta, segundo o autor, "*na estimativa realista ou não das potencialidades nacionais e visa atingir interesses concretos ou políticos. Por outro lado, a visão do país no mundo deve também agir no sentido de reexaminar o valor real desses interesses em termos de custos e benefícios*" (RICUPERO, 2017: 32).

Narrativas sócio-históricos e político-institucionais deixados por personagens como José Bonifácio de Andrada e Silva, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), Afrânio de Melo Franco, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, San Tiago Dantas, Tancredo Neves, importantes atores políticos e diplomáticos de suas respectivas épocas, nos ajudam a compreender como se deram as tratativas para o reconhecimento da Independência, as negociações lindeiras com os vizinhos sul-americanos, a celebração de acordos comerciais, as relações com grandes potências, o acesso aos meios para o desenvolvimento e a participação do país em organismos regionais e globais (ALMEIDA, 1998, 2004 e 2013; DANESE, 2009; GUIMARÃES, 2007; CERVO, 2007 e 2014; BELÉM LOPES, 2016). Almeida sustenta que não "*parece haver dúvidas que a diplomacia brasileira dispõe, historicamente, de ideias, ou de um pensamento, a sustenhar-lhe as ações (...). Para tanto apoiou-se naquelas ideias, naquele conjunto de valores e princípios, eventualmente adaptados às suas necessidades específicas e às circunstâncias que presidiram a cada tomada de decisão em relação ao desafio em causa"* (ALMEIDA, 2013: 15-16). Na perspectiva de Rubens Ricupero, em entrevista realizada em São Paulo, em abril de 2019, existe "*uma tradição muito nítida de pensamento diplomático brasileiro*", pois

> toda política externa de qualquer país, de qualquer governo, toma como ponto de partida uma visão do país e uma visão do mundo. Uma percepção do país, das suas potencialidades, das suas limitações, das suas aspirações daquilo que ele deseja ser e, complementarmente a isso, uma percepção da realidade internacional. Uma interpretação do mundo para se ter uma ideia daquilo que é possível e daquilo que não

> é possível. Quais devem ser as prioridades, onde nós devemos buscar recursos. Por isso é que eu penso que o esforço de teorização parte do diagnóstico, um diagnóstico correto. E daí é que se deduz uma política (RICUPERO, 2019).

Em seu artigo "*Existe um Pensamento Internacional Brasileiro?*", Dawisson Belém Lopes ressalta que "*a sobreposição entre pensamento e ação internacional, pela via diplomática, tornou, como consequência imprevista, nosso ideário sobre o mundo muitíssimo ´rente´ da ontologia social*" (2016: 318). Embora note-se a ausência de delimitação teórica e de rigor analítico e metodológico nesse campo de estudos em construção, essas publicações iluminam como os atores políticos de cada época (militares, diplomatas, assessores, lideranças, parlamentares, ministros, chefes de Estado) pensaram o Brasil em sua relação com o mundo à luz dos respectivos contextos domésticos e internacionais (BELÉM LOPES, 2016). Tais contribuições agregam os escritos de intelectuais e de homens de ação que atuaram de diferentes formas no curso da história brasileira, seja elaborando concepções doutrinárias mais sofisticadas sobre a identidade nacional e a atuação externa do Brasil, seja instrumentalizando conceitos, princípios e valores na projeção do país no mundo.

1.1. O pensamento internacionalista da elite imperial

A narrativa de que os diplomatas foram demiurgos da formação do território, da estruturação do Estado, da construção da unidade nacional, da promoção do desenvolvimento econômico e da projeção da identidade pacífica do Brasil no cenário internacional é das mais poderosas ideias-força da história do pensamento internacionalista brasileiro (GOES FILHO, 1999; DANESE, 2009; ALMEIDA, 2013; BELÉM LOPES, 2016; RICUPERO, 2017). Por um longo período, as elites brasileiras pensaram o Brasil como um "*país sem povo*", ideia que remonta à colonização e perpassa os processos de independência e de construção do Estado, no século XIX.[3] Em "*Formação do pensamento político brasileiro*" (2006), Francisco Weffort sustenta que o Brasil foi forjado por meio de uma sucessão de "*projetos, diagnósticos, às vezes meros devaneios que, por algum motivo, assumiram significação geral*". Assim, como em outros países iberoamericanos, "*o ideal precedeu o material; o signo, as coisas; o traçado*

[3] Em um contexto histórico de debate acerca da dissociação entre política e religião, na Renascença, Nicolau Maquiavel (1469-1527) conceituou o Estado como um ente político permanente e autônomo, independente da pessoa do monarca (SKINNER, 1996).

geométrico do plano, as nossas cidades e a vontade política de explorar, o sistema produtivo" (WEFFORT, 2011).[4]

A construção do mapa do Brasil, argumenta Ricupero (2017), foi o resultado de um esforço de produção de conhecimento histórico e geográfico aplicado a um objetivo diplomático: o de dilatar as fronteiras além dos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, incorporando vastas terras ao território nacional. Dessa forma, a "*formação do território e a expansão que o conduziram aos limites atuais já se encontravam praticamente concluídas e mais ou menos aceitas, embora não de modo definitivo, antes do fim do regime colonial*" (RICUPERO, 2017: 37). Para Ricupero, "*obra coletiva por excelência, nela se combinaram ao longo de vários séculos, de um lado, homens de ação – bandeirantes, missionários, militares, exploradores -, de outro, diplomatas de vocação intelectual que dirigiam a preparação dos argumentos cartográficos e criaram as razões e doutrinas jurídicas para fundamentar a negociação*" (RICUPERO, 2017: 38). Na perspectiva de Synesio Sampaio Goes Filho, em sua obra "*Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*" (2001), a

> formação das fronteiras brasileiras no período colonial pode ser imaginada como um diálogo entre bandeirantes e diplomatas. Um ocupava o território que, na prática, não tinha dono; o outro legalizava a penetração através de um acordo. Ambos serviam o Estado. O diplomata é seu típico representante; se a ação do bandeirante não foi sempre de inspiração estatal – foram motivos econômicos privados a mola mestra da maioria das excursões – o fato é que teve consequência territorial" (GOES FILHO, 1999: 310).

Diplomatas como Alexandre de Gusmão (negociador do Tratado de Madri, de 1750, ainda durante a colonização), Duarte da Ponte Ribeiro (responsável pelas tratativas lindeiras com as repúblicas sul-americanas durante o século XIX) e José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco (o pacificador as últimas pendências territoriais com os vizinhos) - foram "*servidores do Estado que, com seu conhecimento profundo das questões de fronteira, com sua avaliação correta das relações de força muito contribuíram para que, nos sertões da história, fossem encontrados os bons caminhos*" (GOES FILHO, 1999: 315). Assim, argumenta Ricupero, "*com a ajuda de outros diplomatas, estadistas, pensadores, edificou-se aos poucos*

[4] De acordo com Weffort (2011), o pensamento político brasileiro nasceu do embate entre o frágil Renascimento português e o medievalismo ibérico, no século XV, que se prolongou, pelo menos, até o século XVIII. Tendo em vista o atraso de Portugal na absorção das ideias modernizantes europeias, a ressonância do debate entre a secularização da política e as tradições medievais religiosas também aportou tardiamente no Brasil.

uma ideia de país satisfeito com seu status territorial, em paz com os vizinhos, confiante no Direito, nas soluções negociadas, empenhado em ver-se reconhecido como força construtiva de moderação e equilíbrio a serviço da criação de um sistema internacional mais democrático e igualitário, mais equilibrado e pacífico" (RICUPERO, 2017: 32).

Historiadores-diplomatas como Ricupero e Goes Filho buscam inserir os diplomatas no centro do processo histórico brasileiro. O mesmo argumento é desenvolvido por Sérgio Danese em "*A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil*" (2009), na qual sustenta que a presença de "*uma verdadeira escola da diplomacia portuguesa, marcada pela habilidade, sutileza, sendo de oportunidade (e de oportunismo), pragmatismo e prudência*", teriam ajudado o fortalecer o papel dos diplomatas na tarefa de pensar o Brasil como nação (DANESE, 2009: 30). Em virtude da influência central do Estado no processo de formação "*disso que se identifica com certa facilidade como nação brasileira, ou povo brasileiro",* é que se permite afirmar que a diplomacia, ao ajudar a superpor Estado e nação, teve um papel decisivo na gênese da nacionalidade brasileira (DANESE, 2009: 30). De acordo com Danese, os diplomatas atuam na defesa dos interesses do Estado e da Nação desde as primeiras décadas do Brasil independente. A eles coube não apenas desempenhar as clássicas funções de *state-building,* mas igualmente múltiplas tarefas de *nation-building*, de que é exemplo o patriarca da Independência e primeiro chanceler brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva: (i) criação de uma cultura e de uma identidade nacionais identificadas com a realidade geográfica, histórica, étnica, social e cultural do país (Francisco Adolfo de Varnhagen, Brasílio Itiberê); (ii) o aperfeiçoamento das estruturas políticas, numa sucessão de experimentações constitucionais e arranjos institucionais (José Bonifácio, Visconde do Uruguai, Visconde do Rio Branco); (iii) a modernização das estruturas sociais, dadas as pressões externas e internas para o fim do tráfico e a abolição do escravismo (Visconde do Uruguai e Joaquim Nabuco); (iv) o desenvolvimento econômico, elevado à condição de "*consenso supraideológico, suprapartidário e suprarregional"* na escala de prioridades da elite brasileira (San Tiago Dantas) (DANESE, 2009: 43 e 44).

Como se percebe, na narrativa itamaratiana, os diplomatas são figuras centrais na constituição das bases fundadoras do país: o território, o Estado e a nação. A tarefa da construção de um Estado nacional se iniciou com a transferência da Corte de D. João VI (1767-1826) para o Rio de Janeiro. A separação política de Portugal acelerou a construção de um aparato administrativo capaz de dominar o amplo território, dadas as ameaças de rebeliões e de movimentos separatistas. Por um lado, o surgimento do Brasil como Estado soberano e ator

internacional autônomo se deu com o processo de Independência. Por outro, o seu acabamento como unidade territorial, política, administrativa, econômica e social levaria mais de um século para efetivar-se (ALMEIDA, 2013: 26). Durante a maior parte do século XIX, o pensamento político produzido pelas elites brasileiras correspondia às aspirações elementares de um país recém independente em busca de modelos de organização social, moral, política, jurídica e institucional. A importação de obras da cultura erudita francesa e inglesa por membros da elite intelectual e religiosa ajudou a disseminar as ideias e os valores liberais na sociedade colonial. Essa importação de ideias e instituições europeias da França e Inglaterra teve continuidade nos séculos XIX e XX, mesclando-se com as tradições iberistas (WEFFORT, 2011).

Em sua obra "*O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington*" (2004), o diplomata e historiador Luiz Cláudio Villafañe Santos afirma que a identidade nacional brasileira, durante o Império, foi construída com base na ideia de alteridade em relação à América hispânica e de aproximação com a Europa. Enquanto para as nações lindeiras a ideia do "*outro*" era a Europa, para o Império eram as repúblicas caudilhescas sul-americanas. Ou seja, apesar de "*escravista, atrasado e distante*", o Rio de Janeiro "*via-se como distinto e superior a seus vizinhos, os quais entendia como anárquicos e instáveis*" (SANTOS, 2004: 134-35).

Monarquia que se via representante da civilização europeia em um continente de anarquia política, o Brasil buscou direcionar a sua inserção internacional pelos mesmos princípios que balizavam as nações europeias. Na condição de Estado periférico de um sistema internacional engendrado pelas potências europeias no século XIX e baseado no equilíbrio de poder, entretanto, o Brasil não tinha condições de contrapor-se à ordem mundial (LAFER, 2007: 68). Enquanto no campo da cultura procurava-se importar a sofisticação francesa - de que é exemplo a vinda de arquitetos, pintores e escultores na *Missão Artística Francesa* (1816), nos momentos que antecederam a Independência - as instituições políticas nacionais emulavam o sistema parlamentarista, o bipartidarismo britânico e a diplomacia das cortes europeias (ALMEIDA, 2013: 30). No entanto, as dificuldades do Estado brasileiro em apropriar-se da ideia de nação, que se entrechocava com as bases de sua própria legitimidade (o sistema escravocrata), ajuda a explicar o imenso esforço para se criar uma identidade internacional para o país.

A construção de um pensamento internacional brasileiro no século XIX é indissociável da ação dos intelectuais que atuaram na diplomacia e na construção das instituições do Estado nacional. A monarquia brasileira buscava projetar no mundo como um entreposto da civilização

europeia nas Américas. Embora não houvesse consenso quanto à forma ideal de organização do Estado, a elite brasileira buscava construir a ordem e a unidade territorial como elementos legitimadores do Estado imperial e da autoridade do imperador: "*O Brasil foi criado Império, dando ressonância à ideia do grande Império português, espalhado pelos quatro cantos do mundo. O imperador tornou-se o centro dessa identidade, referência do novo patriotismo que propunha e o símbolo da unidade brasileira*" (SANTOS, 2004: 137).

Em entrevista realizada em abril de 2019, Rubens Ricupero afirmou que "*desde a origem da diplomacia brasileira, o papel da inteligência foi central e decisivo"*. Ricupero que "*já no Império, a Secretaria de Negócios Estrangeiros era, para usar para usar uma linguagem moderna, uma organização voltada para a produção de conhecimento*". Além de aspectos operacionais e de representação, cabe a ela produzir conhecimento "*direcionado, de caráter prático, não o conhecimento do tipo acadêmico, científico, da verdade pela verdade*". Segundo Ricupero, "*a prova disso é que em todo curso da nossa história, os grandes chanceleres que nós tivemos e que marcaram a produção do pensamento da política externa eram também grandes intelectuais*". José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o primeiro ministro das Relações Exteriores do Brasil, segundo Ricupero "*era uma figura original, porque entre os próceres da independência, ele é o único talvez, das Américas, que não era nem militar e nem bacharel em Direito*". Os temas da abolição da escravidão e da representação política moveram as preocupações de José Bonifácio como homem de Estado. Embora a sua visão de mundo se baseasse em sua experiência europeia, advogava que o Brasil tomasse um rumo próprio:

> O brasileiro que possui uma terra virgem debaixo de um céu amigo recebeu das mãos da benigna Natureza todo o físico da felicidade, e só deve procurar formá-lo em bases morais de uma boa Constituição que perpetue nossos bons costumes. Devemos ser os chineses do novo mundo, sem escravidão política e sem mornos. *Amemos pois nossos usos e costumes, ainda que a Europa se ria de nós* (ANDRADA E SILVA, 1812 *apud* WEFFORT, 2011: 165).

José Bonifácio simbolizava os compromissos liberais do processo de Independência, marcado pelas contradições de uma sociedade escravocrata e conservadora. Na visão de Raymundo Faoro, os dois principais partidos políticos brasileiros do século XIX, o Partido Liberal e o Partido Conservador, tinham origem em facções guiadas pela "*afinidade psicológica, pela identidade de opiniões e pela coincidência de interesses*" no processo de emancipação política brasileira (FAORO, 2010: p. 56-59). Para Weffort, "*seu pensamento*

deixou o registro, brilhante sempre, às vezes melancólico, dos dramas da formação social do país, contribuindo para tornar seu nome emblemático de toda uma época" (Weffort, 2011: 159). Rubens Ricupero afirma que a figura de José Bonifácio, embora tenha permanecido pouco tempo à frente da diplomacia brasileira, impactou o pensamento político brasileiro como um todo: "*ele tinha o primeiro projeto de país, o primeiro sonho de Brasil que os brasileiros sonharam da independência para cá, que era um país que fosse na base do trabalho livre*" (RICUPERO, 2019). Sua visão de política externa, prossegue Ricúpero, se baseava na ideia de que o Brasil não deveria fazer concessões a Portugal e à Inglaterra para a obtenção do seu reconhecimento como Estado independente, "*porque a própria força das coisas se incumbiria de obrigar o reconhecimento*".

> Vê-se muito que os primeiros embates que o Brasil tem depois do reconhecimento da Independência, é reconquistar o mínimo de autonomia que se tinha cedido por causa desses tratados desiguais com a Inglaterra. E isso não era uma questão puramente teórica, porque os tratados com a Inglaterra que vinham dos primeiros de 1810 e foram depois renovados, haviam concedido aos ingleses uma tarifa de 15 por cento sobre todos os produtos. Com a Independência, isso foi estendido com a cláusula na nação mais favorecida aos outros grandes países. Com isso, o tesouro ficou amarrado porque, naquele tempo, a grande fonte do tesouro era o imposto sobre importação (RICÚPERO, 2019).

Já o primeiro imperador brasileiro, Dom Pedro I (1798-1834), simbolizava as contradições de um jovem país nascido na esteira do liberalismo europeu, mas que se constituía como unidade política enquanto monarquia hereditária, com uma sociedade conservadora e uma economia baseada na escravidão e no latifúndio (FAORO, 2010: 362). A realização de concessões a Portugal e à Inglaterra, por parte de Pedro I, para a obtenção do reconhecimento, visava objetivos pessoais e dinásticos, como a garantia dos direitos aos Tronos brasileiro e português para a Casa de Bragança. Na perspectiva de Rubens Ricupero, enquanto os países de colonização hispânica dispensaram a necessidade de reconhecimento da Espanha, "*que aliás nunca veio*", ou foi feita "*só lá pelos fins do século*", Pedro I buscou o reconhecimento português via mediação inglesa, única potência capaz de influenciar Portugal. Ao contrário do pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva – "*que era a visão mais intelectual*", mais politicamente "*lúcida*" e representante do "*interesse do Brasil, não do monarca*" – Dom Pedro I fez concessões aos ingleses (acordos comerciais com preferências tarifárias, imunidades de jurisdição para os súditos ingleses e um tratado de extinção do tráfico de escravos). Portugal,

por sua vez, teve metade da sua dívida externa assumida pelo Brasil, entre outras concessões (RICUPERO, 2019).

Se durante os primeiros anos de Independência o imperador centralizava as prerrogativas na condução da política externa, a partir da Regência houve maior participação do parlamento no debate sobre as ideias internacionalistas, nas negociações comerciais e na ratificação de acordos internacionais, demanda de ambos os grupos políticos (RICUPERO, 2017: 152). Os partidos Liberal e Conservador só se afirmariam no espectro político do Brasil do século XIX como portadores de uma ideologia e de um projeto de país após a Abdicação de Dom Pedro I (1831) e o início da Regência (1831-1840), um "*ensaio republicano*", no dizer de Raymundo Faoro (2010). Os liberais, de um lado, buscavam uma inspiração em ideias cosmopolitas, universalistas e moralistas. Seu programa, cujas linhas centrais estavam expostas no Ato Adicional (1834), defendia uma agenda de descentralização política e de fortalecimento da representação parlamentar, além da supressão do Conselho de Estado. Os conservadores, de outro, se embasavam numa leitura realista e pragmática dos fatos, orientados pela prudência, moderação e experiência. Seu programa, numa direção contrária, propunha a centralização e o reestabelecimento da autoridade do imperador. Encarnado na Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), que restaurou o Conselho de Estado e o Poder Moderador, suas diretrizes foram resumidas por Joaquim José Rodrigues Torres (1802 – 1872), o Visconde de Itaboraí: "*o imperador impera, governa e administra*" (FAORO, 2010: 363).

Em sua obra "*O Tempo Saquarema*" (2004), Ilmar Rohloff de Mattos afirma que a elite do Partido Conservador (*saquaremas*) atuou para neutralizar forças políticas e sociais progressistas que pudessem ameaçar o projeto centralizador, hierarquizante, agrário e escravista, moldando a construção do Estado nacional. Rubens Ricupero afirma, em entrevista para a pesquisa, que o projeto nacional autonomista, igualitarista e democratizante de José Bonifácio de Andrada e Silva foi derrotado pelo programa "*latifundiário e escravocrata"* de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850).[5] A liderança política e intelectual de Vasconcelos seria central na consolidação de um pensamento político e internacionalista no Segundo Reinado (1840-1889). Partidário do liberalismo no início da Regência, distanciou-se das posições dos liberais e progressistas dos "*avançados*" e dos "*exaltados*". Num movimento

[5] Diante da acusação de traição à causa liberal, pronunciou seu célebre discurso: *"Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal*" (Weffort, 2011: 170).

que ficou conhecido como "*Regresso Conservador*", o político mineiro defendeu um governo forte e centralizado, capaz de evitar a fragmentação nacional (WEFFORT, 2011: 167-69).

Sob o trono de Dom Pedro II, o pensamento conservador de Bernardo Pereira de Vasconcelos teria como continuadores Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José de Souza (Visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) e José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). Com estabilidade política, as instituições políticas nacionais (Trono, Conselho de Estado, Gabinete de Ministros, Parlamento) poderiam levar adiante o projeto de "*construção da ordem*" por parte da elite agrária cafeicultora, conforme atesta José Murilo de Carvalho:

> a decisão de fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras na época. Se em alguns pontos não havia muita liberdade de escolha, como na questão da escravidão ou do livre comércio, esses constrangimentos não determinavam os formatos políticos nem garantiam o êxito ou fracasso na organização do poder, isto é, não havia nada de necessário em relação a várias decisões políticas importantes que foram tomadas, embora algumas pudessem ser mais viáveis que outras (CARVALHO, 2003: 19).

O paradigma liberal e cosmopolita europeu da segunda metade do século XIX, em suas vertentes política, econômica e cultural, seria reproduzido pela elite diplomática brasileira. As ideias acerca da inserção internacional do país e do modelo de integração, baseado na inserção à ordem capitalista como nação periférica e dependente foram mantidos, em sua essência, até o fim do Império. A ausência de um povo com uma cultura, língua, costumes, heróis, artes, literatura, filosofia, instituições e sujeito da própria história era percebido como uma deficiência do Brasil na construção da nação. Naturalmente, as elites brasileiras do século XIX não ficaram alheias a isto, cultivando a noção de que o progresso humano e a civilização eram contínuos e lineares. Sem povo e sem história, o país também era destituído de "*grandes homens*" capazes de pensar o país, imaginá-lo em sua grandeza, desenvolver teorias originais à altura dos países cêntricos. Ou seja, era um "*deserto de ideias*", um enorme vácuo intelectual (LYNCH, 2013: 743).[6]

[6] "Nessa direção, "*o Brasil não podia ter história no sentido universal. Não houvera ainda tempo para que a ação do homem de origem europeia trabalhasse a natureza para transformá-la em cultura. O Brasil ainda não tinha história, mas geografia; ainda não tinha povo, permanecendo tão somente um país (i.e., território). Essa imagem*

Nesse sentido, Em apoio à iniciativa centralizadora, buscou-se a construção ideológica de um "*povo imaginário*", embalado pelo romantismo literário e pela idealização dos indígenas, marginalizando-se a mestiçagem e a escravidão. Na mesma linha, buscou-se a elaboração de um programa oficial de História do Brasil, em sintonia com as instituições políticas e com o projeto disciplinador e hierarquizante do Império, levado à frente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). A dicotomia "*civilização*" x "*barbárie*" era a principal lente através da qual as elites enxergavam o país.[7] A historiografia brasileira se orientava ainda pelos ensinamentos de Karl Friedrich von Martius, em "*Como escrever a história do Brasil*" (1840) e Francisco Adolfo de Varnhagen, em "*História geral do Brasil*" (1857), concentrada em personalidades e em acontecimentos (WEFFORT, 2011: 237). O escritor José de Alencar (1829-1877), síntese do pensamento saquarema, reconhecia o índio como expressão da nacionalidade, mas excluía o negro do projeto de mestiçagem. O catolicismo, o iberismo e o indianismo romântico, sustentados por um Estado monárquico, conviveram com uma crescente influência intelectual francesa e inglesa.

O pensamento internacionalista do Partido Conservador era atrelado à necessidade de ordem, pacificação interna, construção das instituições do Estado e consolidação da unidade nacional. A definição das fronteiras nacionais, a busca da hegemonia regional no Prata, a expansão do comércio, a promoção da imigração de mão-de-obra europeia, a preservação da soberania nacional e a negociação das fronteiras com os países vizinhos resumiam a essência da visão diplomática e geopolítica saquarema (WEFFORT, 2011: 301-303). Embora pertencente à Trindade Saquarema - composta por Paulino Soares de Souza (Visconde de Uruguai), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e Eusébio de Queiroz - interessada na manutenção da escravidão, o Visconde do Uruguai tinha uma percepção realista da política externa brasileira. Observava que a abolição do tráfico era inevitável naquele momento histórico pois, do contrário, os ingleses a imporiam pela força das armas, com boicotes dos portos e a humilhação ao Império. Talvez o maior tratadista de Direito Público e de Ciência Política do século XIX, Uruguai era um dos cardeais do pensamento político conservador e de um pensamento internacionalista pragmático no Império. Na visão de

do Brasil como reduzido à condição de natureza e geografia, privado de cultura e excluído da civilização, perpassava os testemunhos dos principais intelectuais da nossa belle époque" (LYNCH, 2013: 742)

[7] Literatos como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar e instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja inspiração era o *Institut Historique de Paris*, buscaram delinear uma visão de Brasil como nação: "*o indianismo literário e o ensaísmo historiográfico do IHGB vinham dar acabamento simbólico ao processo de pacificação que a Conciliação empreendia na política institucional*" (ALONSO, 57-58 *apud* Weffort, 2011: 178).

Ricupero, possuía "*uma visão da correlação de forças, porque a base da diplomacia, uma das bases, é a tua visão da correlação das forças, que muda conforme a época, porque naquela época os ingleses não teriam o menor problema em vir bombardear o Rio de Janeiro*" (RICUPERO, 2019).

Dessa forma, a política externa saquarema concentrou forças na vizinhança geográfica platina para refrear a expansão da Argentina e garantir maior margem de manobra para a salvaguarda da segurança nas fronteiras meridionais e da autonomia internacional brasileira. Na visão de Rubens Ricupero, outro luminar do pensamento internacionalista brasileiro no Império foi Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), diplomata profissional que elaborou a doutrina sobre fronteiras, introduzindo a noção do "uti possidetis" de fato para a consolidação das fronteiras brasileiras durante o Império: "Ele deixou centenas de ensaios, de mapas e de trabalhos. E assim, ao longo do tempo, é uma coisa interessante que o José Honório Rodrigues diz que os dois maiores pesquisadores do Brasil no século XIX foram ambos diplomatas profissionais" (RICUPERO, 2019).

Influenciado pelo liberalismo europeu e desejoso de projetar a imagem do Brasil como uma ilha de estabilidade e civilização em um continente politicamente conturbado por instáveis repúblicas, o imperador Dom Pedro II (1825-1891) buscou implementar, ao longo de seu reinado, uma diplomacia de prestígio internacional e de hegemonia brasileira na América do Sul (BEETHEL, 2012 *apud* CARVALHO, 2012: 131-35). Era a intenção do imperador avançar com a política de pacificação interna, buscando a conciliação dos partidos, a aprovação das reformas judiciária e a eleitoral, o desenvolvimento econômico e a continuidade da hegemonia internacional brasileira no Prata. A derrota do ditador argentino Juan Manuel de Rosas (1793-1877) para a coalizão formada pelas províncias de Entre Ríos e Corrientes, pelo Uruguai e o pelo Império, na batalha de Monte Caseros (1852), destruiu as pretensões de Buenos Aires de controlar o rio da Prata e consolidou a hegemonia brasileira na América do Sul. No plano político, as tensões políticas que opunham liberais e conservadores desde a década de 1830 foram amainadas pelo Gabinete da Conciliação (1853-1857), idealizado por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná (1801-1856), composto, entre outros membros, por José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) e Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880).

O fim da política da conciliação e os desgastes econômicos, políticos, sociais e militares advindos da Guerra do Paraguai (1865-1870) levaram ao progressivo divórcio entre a

monarquia e as elites políticas, econômicas e militares.[8] Segundo Luiz Cláudio Villafañe Santos (2004), a consagração dos nacionalismos após a Primavera dos Povos (1848) corroeu as bases legitimadoras da maioria das dinastias europeias, transformadas em símbolos da velha ordem. As monarquias que sobreviveram foram aquelas que souberam se adaptar e se reinventar, esforço que não foi bem-sucedido no Brasil. Nesse contexto de declínio do Império, o intelectual e político Joaquim Nabuco (1849-1810) seria uma das principais personagens e intérpretes de um pensamento internacionalista brasileiro segunda metade do século XIX. Nabuco era, simultaneamente, um homem do mundo seduzido pela cultura e história europeias, e um engajado ator político do movimento abolicionista no Brasil. Essa ambiguidade seria por ele expressa da seguinte forma: "*De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país. O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação europeia*" (NABUCO, 1900 *apud* Weffort, 2011: 191).

Desde a Independência, esteve em voga o problema das fragilidades de um Estado e de uma nação erguida sobre os alicerces da escravidão. A "*nação*", no contexto do século XIX, era sinônimo da elite branca, elitizada e europeizada. Tratava-se de uma ficção, pois a construção de uma sociedade liberal exigiria uma ampla reforma da sociedade e a incorporação dos negros à cidadania. Na visão de Weffort, ao antecipar-se "*quase um século às elites às quais pertencia, Nabuco inaugurou no pensamento político brasileiro o complexo processo intelectual do reconhecimento da existência do povo*" (WEFFORT, 2011: 200). O fim da escravidão configuraria a mais importante causa democrática do país, pois seria um ponto de partida para uma "*refundação*" do próprio país, com o reconhecimento do negro como parte integrante da nação, a sua plena integração à sociedade brasileira e a destruição da "*obra da escravidão*" (WEFFORT, 2011: 201).

A erosão do Estado imperial brasileiro se deu em um contexto erosão das bases da legitimidade da monarquia dos Bragança. Embora tentasse se apresentar como um governante liberal, moderno, ponderado e cosmopolita, Pedro II foi derrubado por um golpe militar em 15 de novembro de 1889. Na perspectiva de Emilia Viotti da Costa, em "*Da Monarquia à República: momentos decisivos*" (1999), a República não trouxe nenhuma ruptura econômica ou social para o processo histórico brasileiro: "*permaneceram o sistema de produção e o*

[8] No seu célebre "*discurso do sorites*", pronunciado em 1868, José Tomás Nabuco de Araújo Filho (1813-1878) critica fortemente o papel do monarca na formação dos gabinetes do Império: "*Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país*!" (NABUCO, 766-768 apud WEFFORT, 2011: 183)

caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e aos capitais estrangeiros" (COSTA, 1999: 490).

1.2. Rio Branco e o pensamento diplomático itamaratiano

O pensamento internacionalista brasileiro no final do século XIX foi marcado pela ideia de reinserção do Brasil no mundo em um contexto mundial de expansão dos imperialismos, do comércio internacional e da hegemonia dos Estados Unidos nas Américas. Embora a Grã-Bretanha ainda fosse a grande potência mundial, a ascensão norte-americana e germânica colocava em xeque a influência britânica no plano global. Assim como no período pós-Independência, na transição do Império para a República oligárquica procurou-se importar um conjunto de ideias que se adaptassem às necessidades das elites detentoras do poder político. A reorientação da diplomacia norte-americana para a América Latina, exposta no corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, ampliava o espaço para o exercício do seu poder de polícia na região, legitimando ações intervencionistas.

O apego a um pan-americanismo idealista e ingênuo, nos primeiros anos da República, acabou revelando-se contraproducente. A política externa não avançou diante do quadro de instabilidade política, agitação militar e desordem financeira. Com a incapacidade dos primeiros governos republicanos resolver as questões políticas e econômico-financeiras pendentes desde 1889, os governos Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) lançaram-se às tarefas de estabilizar a política interna, reequilibrar as finanças, restaurar o crédito, retomar os investimentos, as questões fronteiriças pendentes com os países vizinhos e reposicionar diplomaticamente o Brasil em um mundo em acelerada transformação.

As ideias e as ações de líderes políticos, burocratas, acadêmicos, intelectuais e membros da elite nacional responsáveis pela condução da política exterior brasileira nesse período estão "*conectadas a pessoas que a elas aderem e que as fazem movimentar-se, em função do próprio substrato intelectual, de seu envolvimento com assuntos públicos, de sua iniciativa e mobilização*" (ALMEIDA, 2013: 16). O mais emblemático caso, na história diplomática do Brasil, foi o de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912). Filho do Visconde do Rio Branco e herdeiro das tradições diplomáticas luso-brasileiras do século XIX, Rio Branco foi o mais influente pensador da política externa brasileira desde a Independência. Sua convocação para assumir o Ministério das Relações Exteriores, após uma

sucessão de frágeis ministros, representou a possibilidade de uma conexão da diplomacia republicana com as ideias, ações e diretrizes da política externa imperial.

Político com convicções monárquicas e conservadoras, Rio Branco era defensor da ordem, da estabilidade e do equilíbrio de poder. Realista e pragmático, buscava ampliar a margem de autonomia internacional do país. Na visão de Ricupero (2000), graças à experiência consular no serviço exterior brasileiro, ao conhecimento haurido ao longo de décadas de estudo, às missões bem-sucedidas de advogado do Brasil em disputas fronteiriças e à sua capacidade de conduzir o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) com "*sólido realismo nascido do aprendizado das lições da história"*, ele alcançou, como nenhum outro diplomata no Brasil, o panteão dos heróis nacionais (RICUPERO, 2000: 8 e 704).

> A ideia de um Brasil não expansionista, satisfeito com o status quo fronteiriço, confiante no Direito Internacional, nas soluções negociadas, fiel à não-interferência, incorporou-se de tal modo ao percurso diplomático brasileiro que se tornou atemporal como se tivesse sempre existido. Rio Branco mesmo gostava de fazer crer que tudo isso vinha do passado monárquico mas basta reparar na não-ingerência e no pacifismo para concluir que a afirmação é só parcialmente verdadeira (RICUPERO, 2000: 65)

O pensamento internacionalista de Rio Branco, no entanto, não advém exatamente dos seus escritos políticos e diplomáticos (que não foram poucos), mas das suas ações e realizações, fruto de sua singular condição de homem de Estado que, ao servir aos regimes monárquico e republicano, corporificou a ideia de continuidade da identidade diplomática brasileira.[9] Em "*A Política Externa da República Velha: os anos de apogeu*" (1902-1918), Clodoaldo Bueno afirma que Rio Branco "*consolidou e aprofundou tendências e cravou marcos indeléveis no estilo de se fazer diplomacia e nos procedimentos internacionais do Brasil, assinalando o período áureo da sua política externa, pois readquiriu prestígio, bem como ampliou e formatou o mapa do seu território*" (BUENO, 2003: 482). Para o autor, o Barão "*não foi um teórico que, para argumentar, explicitava correntes de pensamento então vigentes. Embora não se conheçam evidências a respeito de quais autores da época teriam exercido influência sobre o chanceler, não há dúvida de que tinha atitudes de um geopolítico*" (BUENO, 2003: 485).

[9] Em entrevista realizada em São Paulo, em abril de 2009, Rubens Ricúpero relembra que carta enviada pelo Barão do Rio Branco para um senador paulista, na qual afirma: "*Nós precisamos de modernizar, nós precisamos ter uma biblioteca, uma seção geográfica, onde os empregados e os diplomatas irão se munir dos argumentos que precisam para suas negociações*".

Dessa forma, em uma conjuntura de mudanças no eixo de poder mundial da Europa para os Estados Unidos e de fortalecimento da Argentina nas vizinhanças do Império, Rio Branco buscou reorientar pragmaticamente a política externa brasileira. Buscando uma aproximação com Washington, no eixo simétrico, para fortalecer seu pleito de encaminhar, em posição de força, as questões lindeiras com as nações vizinhas (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela) e conter as pretensões argentinas de hegemonia na América do Sul (BUENO, 2003: 128; 130-31). Para Celso Lafer, ao equacionar com "*virtù* e *fortuna"* as últimas pendências fronteiriças do Brasil com as nações vizinhas sul-americanas, consolidando a obra da unidade nacional iniciada pelos bandeirantes, no século XVII, Rio Branco liberou as energias diplomáticas do país para a concentração em um só vetor: a busca do desenvolvimento do espaço nacional (LAFER, 2007: 46). Na visão de Rubens Ricúpero, Rio Branco,

> muito mais do que o grande consolidador e definidor das fronteiras, foi o homem que elaborou o primeiro paradigma abrangente da visão do Brasil do mundo. Paradigma do Brasil no mundo. Por que isso? Porque ele percebeu que num mundo que era o mundo das grandes potências - ele foi ministro de 1902 a 1912 - o período alto do Concerto Europeu em que as potências não eram os EUA. Os Estados Unidos estavam começando a aparecer. Eram o Reino Unido, a França o Império Russo, o Império Austro-Húngaro, o Império Alemão e a Itália. Esses eram os países que davam as cartas, que dominavam a Ásia, que dominavam o Oriente Médio, dominavam a África, e o Império Otomano já em declínio. Ele se dá conta, antes dos contemporâneos, da ascensão dos Estados Unidos (RICUPERO, 2019).

Nesse sentido, após servir a quatro presidentes da República, durante dez anos, e cobrir um vasto conjunto de temas (política de fronteiras, relações com grandes potências, comércio, imigração, cultura), as ideias, as doutrinas e as diretrizes da gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty – na qual se incluem o pan-americanismo de Joaquim Nabuco e a defesa da igualdade jurídica dos Estados de Ruy Barbosa - foram explorados e instrumentalizados pelos diplomatas como "*a sistematização e consolidação do ideário externo do país em termos de objetivos e métodos*" (RICUPERO, 2007).

Embaixador brasileiro nos Estados Unidos no momento de reorientação das prioridades externas do país na chancelaria de Rio Branco, Joaquim Nabuco entrou para o rol dos pensadores internacionalistas brasileiros pela sua atuação na construção de uma visão brasileira sobre as relações hemisféricas. A intepretação da Doutrina Monroe por Nabuco como uma manifestação multilateral e de solidariedade continental entre as repúblicas americanas, e não

uma expressão da vontade unilateral dos Estados Unidos e do seu "*destino manifesto*". Essa ideia foi evocada como diretriz balizadora da política externa brasileira em momentos posteriores.

No que toca à contribuição do político, jurista e diplomata Ruy Barbosa, sua atuação como delegado do Brasil na Conferência de Haia de 1907, na qual defendeu a igualdade jurídica dos Estados como fundamento da democratização do poder no sistema internacional, inaugura a participação brasileira em foros internacionais. Em Haia havia uma hierarquização explícita dos Estados por seu nível de poder político, econômico e militar. Baseada em uma visão etnocêntrica da ordem internacional, essa desigualdade era sustentada pela tese de que os europeus, iluminados pelo progresso e pela civilização, ofereceriam aos demais povos (asiáticos, africanos e latino-americanos) o "*mapa do caminho*" para o desenvolvimento, a modernização e o progresso. Tal visão de mundo se estenderia para a concepção da ordem global, assentado sobre o "*Equilíbrio Europeu*", e se refletiria nas determinações de suas políticas exteriores. (LYNCH, 2013: 741). Na visão de Lafer, a

> ação de Ruy na Haia (...) é não só congruente com a sua prática política e a relevância de seu legado no plano interno, como também representou, no plano externo, um fazer diplomático precursor do tema e do processo de democratização do sistema internacional. É por este motivo que o alcance de Haia, em matéria de conduta diplomática, transcende a dicotomia idealismo/realismo e se insere no âmbito do estilo de ação grociana, que a meu ver inspira a política externa brasileira do século XX (LAFER, 2007: 70).

Embora Rio Branco, Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa tenham contribuído para a renovação da ação e do pensamento sobre política externa no Brasil, não elaboraram conceitos exclusivos, ideias originais ou princípios universalmente válidos. O conjunto de ideias desenvolvidas pela tríade contribuiu, entretanto, para "*atribuir à diplomacia brasileira essas marcas de qualidade, de respeito e de seriedade*" (ALMEIDA, 2013: 31). Na perspectiva de Celso Amorim: "*Talvez a pessoa que mais marcou a política externa brasileira ao longo de dois séculos de independência foi o Rio Branco. Não foi um intelectual no sentido clássico do termo, mas era uma pessoa de leituras, sobretudo de História e as coisas que mais diretamente tinham a ver com diplomacia. Sem dúvida, eu acho que o Rui Barbosa, que influenciou também, digamos, a visão internacionalista, de certa forma precursora do multilateralismo*" (AMORIM, 2020).

Rubens Ricupero, por sua vez, afirma que as críticas dirigidas ao Barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco, em função do seu americanismo, "*esquecem que o Brasil era o único país latino-americano vizinho de três potências europeias - vizinho com fronteira territorial ainda não demarcada - que eram a Inglaterra, França e Holanda. Com a Holanda não houve problema, mas com a França e a Inglaterra houve. E problemas sérios na época do auge do imperialismo europeu, em que os europeus não tinham o menor problema em ir lá e tomar aquilo à força*". Nesse sentido, Ricupero argumenta que Rio Branco desejava o apoio dos Estados Unidos: "*queria o apoio e pelo menos a neutralidade americana em relação aos vizinhos hispânicos. Então era uma visão pragmática, uma visão de troca de poder. E em troca disso, ele apoiava os americanos no México, no Panamá, na América Central, no Haiti"*. Ricupero pontua ainda que, para o Barão do Rio Branco *"não tinha problema, porque ele tinha a mesma posição conservadora de que esses países turbulentos precisavam ser mantidos de rédea curta. Então, ele tinha uma visão abrangente, porque o paradigma dele (...) era baseado numa diferenciação clara: era a relação com os países que nos separavam um grande diferencial de poder, que são relações assimétricas"*. Nesse sentido, conclui Ricupero, "*ele procurou se compor, ter uma aliança americana para compensar a falta de poder do Brasil em relação à Europa. Preferiu claramente o sistema americano, como o Nabuco também. E ele distinguia isso das relações do eixo de relativa igualdade, que era a Argentina, o Chile, os países mais ou menos igualitários"* (RICUPERO, 2019).

O Ministério das Relações Exteriores, em seu formato atual, como órgão de Estado, subordinado ao Poder Executivo, tem suas origens na Independência. No entanto, o Itamaraty, como instituição política emblemática da República, no plano interno e internacional, é uma criação do Barão do Rio Branco. O nome "*Itamaraty*" advém do nome do casarão construído entre 1951 e 1954 na Rua Larga (hoje rua Marechal Deodoro), no Rio de Janeiro, onde foi instalada a sede do Governo Provisório da República e, posteriormente, a sede do Ministério das Relações Exteriores até 1970, com a sua transferência definitiva para a nova capital, Brasília. Na acepção de Gilberto Freyre, o Itamaraty, sob a gestão de Rio Branco tornou-se um "*órgão supremo de irradiação ou afirmação do Brasil no continente, em particular, e no exterior, em geral*", a cargo, portanto, da promoção de um pensamento internacional sobre o país (FREYRE, 1959: 149 *apud* RICUPERO, 2000: 63). E converteu-se de uma mera repartição pública em um sistema "*de organização e definição de valores superiormente nacionais: sistema a que o Barão comunicou a sua imagem de superprotetor da pátria a seu ver*

necessitada do respeito dos europeus e dos anglo-saxões, para crescente afirmação de seu prestígio" (FREYRE, 1959: 151 *apud* RICUPERO, 2000: 64).

Em "*A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no mundo*" (2007), o diplomata Carlos Henrique Cardim afirma que o Barão abriu caminhos, estabeleceu paradigmas, organizou rituais e moldou diretrizes que se reproduziram ao longo do tempo. Cardim cita Gilberto Amado (1887-1969), que assim inseriu Rio Branco no espectro político e histórico brasileiro:

> É sua influência nos costumes, a irradiação da sua personalidade sobre todos os ângulos da Nação, é o Itamaraty, constituído núcleo de integração social, inteligência, beleza, dignidade... E é Rio Branco, entre outros benefícios, com a plenitude de meios para a realização de sua obra, para a definição da nossa política exterior, a construção moral do Itamaraty, o seu relevo histórico no Continente, o seu significado como fisionomia do Brasil (AMADO, 1958 *apud* CARDIM, 2007: 91).

Na visão de Goldstein e Keohane (1993), a produção de mitos em política externa é uma componente poderosa no condicionamento psicológico das elites para a produção de determinados resultados. A criação do Instituto Rio Branco (IRB) no ano do centenário do nascimento do Barão (1945), além de institucionalizar uma escola de formação e de socialização de diplomatas, serviu ao propósito de sacralizar o pensamento de Rio Branco como o centro da visão de mundo do Itamaraty. Nesse sentido, a repetição de mantras como a de que, graças às lições de Rio Branco, o Brasil buscaria, no plano das relações exteriores, apenas "interesses gerais" para salvaguardar os seus interesses nacionais no mundo, fortaleceu a noção de a corporação diplomática não apenas formula e executa a política externa, mas também possui o monopólio para elaborar um pensamento internacional sobre o Brasil. O culto ao mito do Barão do Rio Branco e a promoção do seu pensamento como sinônimo do interesse nacional foram de grande utilidade para a coesão interna e para a projeção externa do Itamaraty ao longo do século XX, com base em um pensamento político e diplomático conservador e ocidentalista. O livro "*Rio-Branco*", de Álvaro Lins, de 1945, "*escrito a convite do Ministério das Relações Exteriores para as comemorações de nascimento do Barão do Rio-Branco*", com farto material de arquivo do Itamaraty, tornou-se uma referência na propagação do mito do Barão nas décadas seguintes.[10]

[10] Ao historiar as escolas de pensamento internacional brasileiro na segunda metade do século XX, Gelson Fonseca Jr. (1998) afirma que historiadores como Delgado de Carvalho, Hélio Viana, José Honório Rodrigues, Álvaro Lins e Luís Viana, apesar de lidarem com temas diplomáticos, não eram especialistas na área internacional. Eles se

Em "*Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*" (2008), Amado Luiz Cervo afirma que, pesar da reorientação do eixo da política externa para a relação com os Estados Unidos, da solução das disputas fronteiriças, do exercício do equilíbrio de poder na América do Sul e da busca de maior prestígio internacional, a Primeira República (1889-1930) "*provocou queda na qualidade da política externa, ao lançar novas raízes de dependência na área econômica (estrutura centro-periferia), financeira, comercial e estratégica". Em outras palavras, beneficiava as elites exportadoras de produtos agrícolas e mantinha a dependência financeira do país em relação ao capital internacional, prolongando "o atraso histórico do Brasil, sem trazer inovação de fundo*" (CERVO, 2008: 43). Assim como o Estado imperial, o Estado republicano foi construído e dirigido por uma elite dirigente liberal-conservadora formada por grandes proprietários de terra, moldados por uma mentalidade agrário-exportadora. Essa elite econômica e política mantinha o mesmo projeto de nação a que Ilmar Mattos faz referência em "*O Tempo Saquarema*: uma grande e próspera fazenda fornecedora de bens primários aos mercados europeus e norte-americanos (MATTOS, 2004).

Embora houvesse a busca de uma diplomacia de prestígio por parte do Itamaraty, inclusive com frustrante experiência da Liga das Nações, o Brasil era tido como um país periférico. Até a Primeira Guerra Mundial, esse era o sentimento predominante: excluído da "*história universal*" que se produzia no Hemisfério Norte, o Brasil estava fadado a ser uma nota de rodapé da trajetória da civilização. O exercício de pensamento do Brasil limitava-se à reprodução de ideias europeias para o consumo das elites e a um exercício descritivo de acontecimentos transcorridos no país, algo sem nenhuma relevância fora das fronteiras nacionais, dada a condição periférica do país. Aqueles que se propusessem a pensar estavam condenados à solidão e à pregação no deserto, sem eco na sociedade ou capacidade de intervir no curso dos acontecimentos. A produção intelectual estrangeira (europeia) era considerada original, brilhante e universal; o produto nacional, seja na literatura, nas artes ou nas ideias políticas, ainda que fruto do engenho de seu povo, algo primitivo, inferior e subdesenvolvido. O próprio Barão do Rio Branco admitiria que no Brasil e na América do Sul, o estado de evolução das belas artes ainda era incipiente (LYNCH, 2013: 744). Essa visão de mundo era compartilhada até mesmo pelo presidente da República, Epitácio Pessoa, por ocasião da recepção ao corpo diplomático nas celebrações do centenário da Exposição de 1922, no Rio de Janeiro, parte dos festejos do centenário da Independência do Brasil:

ativeram a uma história meramente descritiva, buscando interpretações políticas por meio "*organização dos fatos*" (1998: 255)

> Vejais que não ficamos estacionários; que o Brasil, compenetrado da missão que lhe cabe na cena internacional, tem prestado devotadamente o seu concurso à obra da civilização em que viveis empenhado se é digno da consideração com que o honrais neste momento – vós, que decerto reconhecereis no esforço pertinaz da nossa adolescente nacionalidade a promessa de uma larga política de realizações (PESSOA,1961: 155 *apud* LYNCH, 2013: 745).

1.3. Pensamento nacional-desenvolvimentista e política externa

O pensamento político na Primeira República absorveu a temática social e buscou compreender as instituições a partir do prisma sociológico. Na perspectiva de Weffort, trata-se de retrato da "*mudança das elites que formavam uma consciência nacional desde inícios do século XIX e que passaram, lentamente e com não poucas dificuldades e desvios, a se reconhecer como parte de um país mestiço, rústico e primitivo, extremamente desigual*" (WEFFORT, 2011: 222-223). As transformações no campo ideológico e cultural também impactaram na orientação de paradigmas externos. O ataque às visões evolucionistas e universais predominantes até a Primeira Guerra Mundial, que caracterizaram o modelo liberal-cosmopolita, ajudaram na mudança de um paradigma linear para um perfil analítico que reconhecia as singularidades nacionais e as pluralidades culturais (LYNCH, 2013: 745). Christian Lynch denomina o período de crise de paradigmas políticos, jurídicos, econômicos e sociais no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, de "*nacionalismo periférico*" (2016: 91). Influenciados por sociólogos franceses e norte-americanos, os autores deste período conectavam o pensamento político ao comportamento social. Substitui-se, aos poucos, a velha dicotomia países bárbaros/civilizados por diferentes graus de progresso e desenvolvimento em relação aos países cêntricos, sem abandonar a condição de excentricidade ou exoticidade.

Em "*Populações meridionais do Brasil*" (1918), Viana analisa a crise do regime agrário e o problema da centralização política no Brasil sob um ângulo sociológico. Sua visão conservadora e autoritária advoga um poder central capaz de impor a ordem, educar o povo e prepara-lo para a democracia. Numa crítica ao regime federalista da República, a análise de Viana estabelece uma distinção entre o "*país legal*", do idealismo das elites ingênuas, e o "*país real*", da oligarquia latifundiária. Assim como os conservadores do Império reagiram aos problemas das rebeliões regenciais que ameaçavam de fragmentação o território, Viana reage a um período de conflitos internos e de crise do regime republicano oligárquico e federalista. O

pensador questionava a existência de "*leis gerais da evolução dos povos*" e sustentava que a intelectualidade brasileira deveria retomar o estudo do passado para compreender a formação e evolução social e política, para então propor um programa reformista que buscasse a superação da sua condição atrasada.

Em "*Formação do Pensamento Autoritário na Primeira República*" (1977), Bolívar Lamounier sustenta a existência de duas correntes de pensamento: a "*autoritária*" e a "*liberal*". Na vertente autoritária, militariam os nomes de Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo do Amaral. A base ideológica desses autores era a realista e estatizante, o que "*favoreceria um autoritarismo pragmático, esclarecido, temporário, cujo verdadeiro e recôndito objetivo muitas vezes escapa até mesmo aos seus beneficiários"* (LAMOUNIER, 1977, 383 *apud* Lynch, 2016: 98). Na corrente liberal, voltada ao elogio da democracia e do livre-mercado como instituições balizadoras para uma organização social eficaz, encontram-se liberais como Tavares Bastos, Rui Barbosa e Sérgio Buarque de Holanda. Lamounier sustenta que o autoritarismo não buscava a construção de uma sociedade liberal, mas se constituía numa "*ideologia de Estado*". A relevãncia do estudo do pensamento político brasileiro, bem como a autonomia do político diante de fatores sociais e econômicos, superava as velhas dúvidas acerca da existência de um pensamento político brasileiro (LYNCH, 2013b: 41-41).

Se o pensamento político do Império gestou dois caminhos antagônicos para o alcance da modernidade política no Brasil - o liberal ("*luzia*") e o conservador ("*saquarema*") - os pensadores "*autoritários*" da década de 1930 deram continuidade à linhagem conservadora ou "*saquarema*", reconhecendo o imperativo de um Estado forte para asseugurar o desenvolvimento segundo os cânones do capitalismo moderno. Oliveira Viana, o precursor dessa linhagem, defendia a tese de que a ordem liberal deveria ser precedida de uma etapa na qual o Estado nacional construiria as condições necessárias ao seu florescimento. A ruptura de paradigmas acerca do pensamento internacionalista brasileiro, no começo dos anos 1930, se insere no contexto de mudanças externas (o colapso da ordem internacional liberal do "*Concerto Europeu*", a ascensão dos nacionalismos, a crise econômica de 1929) e internas (a crise da República Velha, o movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna de 1922). Enquanto Europa e Estados Unidos buscaram caminhos protecionistas e nacionalistas, com o abandono de ideias econômicas liberais, o colapso do sistema econômico agrário-exportador, base da sustentação do sistema político liberal-oligárquico, levou a uma ruptura com a visão de mundo hegemônica das elites cafeicultoras brasileiras. Nesse sentido, a Revolução de 1930

estabeleceu os fundamentos de um país industrial e urbano, buscando apoiar a recuperação econômica, o projeto interno de industrialização e o fortalecimento do Estado.[11]

Em paralelo aos acontecimentos políticos internos e externos, entre as décadas de 1930 e 1940, surgem os ensaios de (re)descoberta do país, baseados em modelos advindos da Antropologia, da História, da Geografia e da Sociologia, num estilo eclético, contribuindo para renovar a realidade intelectual brasileira (WEFFORT, 2011: 251). Assim como no auge do romantismo e do indigenismo do Império, houve uma proliferação de estudos que buscavam analisar a formação do país e as suas transformações, numa interpretação global da história e da sociedade.[12] Tendo como eixo estruturador a compreensão do Brasil como nação inserida no mundo, três obras tiveram grande repercussão nas décadas de 1930 e 1940: "*Casa Grande & Senzala*" (1933), de Gilberto Freyre; "*Raízes do Brasil*" (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; "*Formação do Brasil Contemporâneo*" (1942), de Caio Prado Júnior.

As ideias de Gilberto Freire sobre o papel dos negros e dos mestiços na formação da nacionalidade em "*Casa Grande & Senzala"* (1933) tiveram um impacto grande no meio intelectual e político. Freire ressalta que a mestiçagem havida no Brasil era resultante da experiência prévia do contato dos portugueses com os mouros na luta pela Reconquista da Península Ibérica, tornando-os mais flexíveis à mistura étnica. O desprezo pelo negro e pelo mestiço revelaria um "*complexo de inferioridade*" que redunda no próprio desprezo pelo povo. Na visão de Weffort, a obra de Gilberto Freyre sugere que *"por ser formada através de séculos de mestiçagem, a cultura brasileira é, nesse aspecto, basicamente contraditória*. *Pode manifestar racismo em determinadas circunstâncias, mas não aceita legitimá-lo* (WEFFORT, 2011: 266). Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, em '*Pensadores que inventaram o*

[11] Em torno de Vargas e de seu ministro da Educação, Gustavo Capanema, reuniram-se intelectuais e artistas como Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa (WEFFORT, 2011: 235). A música popular foi beneficiada pelas pesquisas etnográficas de Mário de Andrade, pela popularização do rádio e pela consolidação do samba como estilo nacional. A música erudita viveu um período de esplendor com a produção de Heitor Villa-Lobos e de Francisco Mignone (Weffort, 2011: 256). A expansão do sistema educacional, com a criação das primeiras universidades, impulsiona novos núcleos de reflexão acadêmica além do campo profissionalizante. Até então, a atividade de pensar o país era monopólio de poucos centros intelectuais formados no Império, como as Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

[12] Do começo do século XX até a década de 1950, obras como "*Os Sertões*" (1902), de Euclides da Cunha; "*A América Latina*" (1905), de Manuel Bonfim; "*Populações Meridionais do Brasil*" (1920) e "*Instituições Políticas Brasileiras*" (1949), de Oliveira Vianna; "*Casa Grande & Senzala"* (1933) e "*Sobrados e Mucambos*" (1936), de Gilberto Freyre ; "*Raízes do Brasil*" (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; "*Evolução Política do Brasil*" (1933) e "*Formação do Brasil Contemporâneo*" (1942), de Caio Prado Júnior; "*Coronelismo, Enxada e Voto*" (1948), de Victor Nunes Leal; "*Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*" (1952) e "*A Integração do Negro na Sociedade de Classes*" (1964), de Florestan Fernandes; "*Os Donos do Poder*" (1958), de Raymundo Faoro; "*Formação Econômica do Brasil"* (1959), de Celso Furtado, constituem narrativas acerca da formação nacional que provocaram profundo impacto no Pensamento Político Brasileiro (BRANDÃO, 2005: 234).

Brasil" (2013), Gilberto Freyre mostra como a estrutura social, fruto do sistema produtivo, se recria, incorporando a vida cotidiana do brasileiro em sua análise sociológica: "*estruturas sociais e econômicas não são apresentadas apenas como condicionantes da ação, mas como processos vinculados por pessoas também movidas por emoções"* Assim, sua obra "*formula um mito nacional"* e interpreta a formação de um "*ser nacional*" equilibrado por contrários que se justapõem (CARDOSO, 2013: 82-84).

Gilberto Freyre, ao elogiar a plasticidade sociocultural dos portugueses, a mestiçagem e o sincretismo cultural e religioso dos brasileiros, contribuiu para a construção de uma narrativa diplomática plasmada pela capacidade do seu povo de convívio com as diferenças em um mundo heterogêneo. O discurso de valorização de "*equilíbrio de contrários*" e de "*democracia racial*" foi instrumentalizado pela política externa, traduzindo-se em convivência pacífica com os vizinhos, em apoio ao multilateralismo e em valorização da cooperação internacional. A tese do "*luso-tropicalista*" de Freyre também ajudou a legitimar os laços de proximidade política e cultural com a antiga metrópole, bem como a política colonialista portuguesa na África, até a década de 1970.

Sérgio Buarque de Holanda tratou do distanciamento entre instituições e estrutura social ao longo na formação do país. Ao analisar o período colonial, o Império e a Primeira República, "*Raízes do Brasil*" (1936) mostra que a democracia e as ideias liberais não se naturalizaram em nossa terra, deformadas pelos caudilhismos locais e por uma cultura política personalista. A emergência de uma sociedade industrial e urbana deixará em evidência o surgimento de camadas médias, num processo de modernização pelo alto. Nessa linha, a ideia de que o brasileiro era um "*homem cordial*" não dizia respeito a uma cultura política assentada em laços afetivos e emocionais, distante da impessoalidade que caracteriza a dominação racional-legal weberiana. Na visão Cardoso, a obra de Holanda mostra "*o peso dos muitos problemas derivados das estruturas de um país em formação*", como o "*estranhamento no mundo*", "*a herança ibérica*", "*a displicência da herança portuguesa*" e, principalmente, as dificuldades de construção de uma sociedade "*urbana*" e "*moderna*" no país. O desafio central proposto por Holanda em sua obra era o de "*substituir o personalismo, que fundamenta as oligarquias, pela racionalidade da vida pública, que fundamenta a democracia*" (CARDOSO, 2013: 138-39).

Em "*Formação do Brasil Contemporâneo*" (1942), Caio Prado Júnior analisou a organização econômica do país desde os primórdios da colonização, mostrando a inserção do Brasil no mercado internacional como um fornecedor de produtos primários (açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café) aos mercados europeus. O latifúndio, a escravidão e a

monocultura exportadora seriam instituições conformadoras da estrutura econômica, social e política brasileira nos três séculos de colonização. Nesse sentido, a sucessão de ciclos econômicos não alteraria a direção básica do empreendimento colonizador, baseado na concentração de terras, na estrutura de exploração da mão-de-obra escrava e em uma inserção externa subordinada ao capitalismo mercantil. Segundo Prado Júnior, foi o capitalismo comercial em expansão e a escravidão moderna, não o feudalismo, que conformaram a estrutura agrária colonial. As interpretações dos três autores mencionados contribuíram não apenas para renovar a compreensão do Brasil como nação, mas para apontar caminhos futuros, contribuindo para a (re)construção do pensamento internacionalista brasileiro nas décadas seguintes. Com as grandes transformações econômicas, sociais e culturais da década de 1930, a questão nacional alterou os paradigmas orientadores da inserção do Brasil no mundo.

A ascensão do "*paradigma desenvolvimentista*", segundo Amado Luiz Cervo, orientou os países latino-americanos na direção da modernização, com a busca de soluções para o seu atraso histórico. No campo ideológico, os Estados Unidos e a Inglaterra se colocavam como defensores da democracia e dos ideais pan-americanos. A Alemanha e a Itália, por seu turno, apostando na falência do liberalismo, postavam-se como baluartes, respectivamente de regimes antiliberais, nacionalistas e totalitários. O nacional-desenvolvimentismo, como ideia-força, teve impactos profundos no pensamento das elites brasileiras e na inserção do país no mundo entre as décadas de 1930 e 1960. Em meio a um contexto internacional conturbado, Getúlio Vargas (1882-1954) chegou ao poder por meio de uma revolução e como líder de uma ampla coalizão formada por políticos dissidentes do velho regime, militares insatisfeitos, intelectuais, empresários e trabalhadores. Suas ideias políticas retomam alguns dos princípios e diretrizes do despotismo esclarecido do Marquês de Pombal, do centralismo dos saquaremas e do positivismo de Auguste Comte (WEFFORT, 2011: 233-34).

Getúlio Vargas buscou fortalecer, no plano material e simbólico, a construção de um projeto de nação sustentado por uma ideologia conservadora e autoritária. No plano internacional, Getúlio Vargas prestigiou o pragmatismo, na linha realista saquarema-rio-branquina, maximizando as vantagens num cenário mundial marcado pela rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, os dois principais polos de poder político, econômico e militar. Sem romper com tradições pretéritas, como as relações amistosas com os vizinhos e o estreito relacionamento com a Europa e os Estados Unidos, a diplomacia de Vargas buscou uma "*equidistância pragmática*" entre Washington e Berlim, buscando atender às necessidades de sua política econômica (MOURA, 1982). A manutenção da estabilidade dos preços do café, o

aumento das exportações e a retomada de investimentos externos foram alguns dos objetivos que levaram o Brasil a assinar acordos comerciais com a Alemanha, em 1934 e 1936, e com os Estados Unidos, em 1935. Tanto o movimento integralista, liderado por Plínio Salgado, quanto o grupo getulista foram influenciados pelas ideias autoritárias em voga.

O Brasil adotou uma posição igualmente equidistante no plano ideológico, diante das crescentes rivalidades entre as duas potências, com aproximações de figuras de proa do governo Vargas com os dois polos: enquanto Oswaldo Aranha pendia para o lado dos norte-americanos, os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro não escondiam as suas simpatias com os regimes de Hitler e Mussolini. Em sua entrevista, Rubens Ricupero afirma que o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha atualizaria a visão pragmática do Barão do Rio Branco, buscando uma aliança de fato com os Estados Unidos:

> Osvaldo Aranha vai enfrentar aquele povo todo e vai conseguir que o próprio Getúlio, oportunista como era, perceba que na hora em que os EUA entram na guerra, o jogo mudou de lado. Mas continua aquela visão. (...) É uma visão muito clara e é a visão atualizada do Barão do Rio Branco, mas é uma visão também intelectual. O Aranha não era propriamente um intelectual profissional, mas era um homem que sabia, como essa frase mostra, sabia abstrair e teorizar (RICUPERO, 2019).

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, a exacerbação do discurso pan-americanista da "*política da boa vizinhança*" e o esgotamento dos recursos de barganha com a Alemanha, o regime do Estado Novo getulista se alinhou aos norte-americanos. Vargas negociou os termos da aliança, cedendo matérias-primas e bases militares no Nordeste em troca de vantagens comerciais e do apoio dos Estados Unidos ao projeto siderúrgico brasileiro. Após a Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, os países latino-americanos buscavam diferentes alternativas para superar o atraso econômico e social histórico e alcançar o desenvolvimento. A busca de alguma continuidade na política externa, em meio a um prolongado ambiente de instabilidade política doméstica, necessitava de uma poderosa ideia integradora que servisse como como ponto focal para reforçar as lealdades dentro da corporação diplomática, fortalecer as estruturas institucionais, ampliar o insulamento e atingir objetivos políticos. Rubens Ricupero registra que "*depois da guerra o Brasil se desilude muito porque espera uma espécie de Plano Marshall para a América Latina, que não veio. (...) As elites brasileiras se desiludem, mas, mesmo assim, se mantêm fiéis porque a grande preocupação deles era a subversão comunista interna*". Segundo o diplomata,

> para os setores dirigentes brasileiros, a luta dos EUA contra URSS, contra o Exército Vermelho, era o lado da mesma moeda que a luta contra o Partido Comunista e a subversão interna. Então aí não cabia barganha nenhuma porque era uma questão de vida ou morte, entende? Então aí é que passa a haver esse chamado alinhamento automático nas votações na ONU. (...) Era a luta do bem contra o mal. Ou era Moscou ou era Washington. Então, tudo era visto pelo prisma da Guerra Fria (RICUPERO, 2019).

As ideias alcançam um nível elevado de relevância para a elaboração de projetos governamentais e para a ação política na segunda metade da década de 1940 e começo da década de 1950. O debate entre liberalismo e nacionalismo, com diversas variações de matizes, influenciou tanto o mundo intelectual quanto o da prática política dentro das instituições do Estado. Diversos alinhamentos, composições, rupturas e radicalizações entre pensadores e políticos marcariam essa disputa entre caminhos para o Brasil. A valorização do passado histórico integrava o projeto nacionalista pós-1930, no qual três instituições desempenharam o papel de reposicionar a cultura brasileira: o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-SP).

O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), cuja figura central era o jurista Miguel Reale, se opunha aos paradigmas subalternos e buscava inserir a filosofia brasileira num contexto mundial, considerando as suas particularidades intelectuais e as suas políticas nacionais. Na visão de Lynch, os seus membros tiveram dificuldade para abandonar a concepção universalizante das ideias, baseada nas concepções hegelianas, o que os levava a crer que a nossa filosofia ainda não tinha condições de tornar-se autônoma (LYNCH, 2013: 749). O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 no âmbito do Ministério da Educação, rejeitou o paradigma cosmopolita como fruto de alienação mental e símbolo da condição periférica do país. A linhagem na qual se baseava a visão de mundo isebiana, o "*nacionalismo periférico*", derivaria do pensamento de Alberto Torres, para quem os intelectuais políticos brasileiros confinavam-se em discussões retóricas, abstratas e utópicas, transplantando de instituições e princípios europeus desconexos da realidade nacional, ideologia a que Oliveira Viana denominaria de "*idealismo utópico*" (LYNCH, 2013: 751-752).

Intelectuais como Hélio Jaguaribe[13], Guerreiro Ramos, Roland Corbisier[14] e Álvaro Vieira Pinto, os mais ativos membros do ISEB, buscariam, através da produção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista, a superação da condição alienada, periférica, colonial ou neocolonial do país.

Numa outra direção, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), fortemente influenciada pela sociologia francesa orientava-se segunda uma perspectiva cosmopolita. O sociólogo Fernando de Azevedo, seu fundador, considerava a cultura brasileira extremamente defasada e superficial em relação a outros países. Em "*Formação da Literatura Brasileira*", o uspiano Antonio Cândido reconhecia o caráter subalterno da cultura literária brasileira. Tributário do funcionalismo de Émile Durkheim e de Robert King Merton, Florestan Fernandes buscava a afirmação de uma visão científica e combatia as ideias dos isebianos. Ao lado da sociologia positivista, a filosofia marxista também ganhou terreno na FFLCH-USP como alternativa de superação das visões subalternas e periféricas do pensamento político brasileiro, tendo como marco a tese de Dante Moreira Leite, "*O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*" (1954), e a realização do "*Seminário Marx*" ou "*Grupo do Capital*", coordenado por José Arthur Giannotti, reunindo nomes como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Fernando A. Novais, Paul Singer, entre outros.

A aceleração do processo de industrialização, urbanização e integração territorial abrem espaço para a produção de uma cultura e de um pensamento autenticamente nacionais. Nesse sentido, o pensamento internacionalista brasileiro seria profundamente influenciado pelas ideias econômicas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Principal expoente desse pensamento, Raúl Prebisch (1901-1986) sustentava que o comércio internacional, baseado na desigualdade centro-periferia e na deterioração dos termos de troca, produzia e perpetuava o subdesenvolvimento. Em seu ensaio "*Interpretação histórico-analítica do desenvolvimento econômico*" (1953), o economista Celso Furtado, participante da CEPAL

[13] Alguns anos antes, Jaguaribe agregava em torno de si importantes nomes da intelectualidade, organizando o "*Grupo de Itatiaia*" para debater temas nacionais. Desse grupo nasceu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), editor da revista "*Cadernos de Nosso Tempo*", que reunia ensaios sobre temas relacionados ao desenvolvimento nacional. Num de seus exemplares, trouxe uma análise das perspectivas do governo Kubitschek.

[14] Guerreiro Ramos dedicou-se ao estudo da sociologia brasileira, salientando o trabalho precursor de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana de elaborar um pensamento próprio sobre o Brasil. Ramos identifica no Visconde do Uruguai o símbolo de uma capacidade do país de elaborar soluções próprias para os seus problemas. O autor buscava no exemplo da CEPAL um fator desencadeador de uma união entre teoria e prática, influenciando as elites políticas, econômicas e estatais.

desde a sua fundação, expõe suas ideias acerca das possibilidades de desenvolvimento dos países da América Latina num momento histórico de grandes transformações culturais e de possibilidades abertas.

Celso Furtado (1920-2004) teve importante papel na construção do seu Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Sua obra-magna, "*Formação Econômica do Brasil*" (1959), mostrava como as políticas públicas deslanchadas pelo Estado brasileiro a partir de 1930 ajudaram a impulsionar o aumento da industrialização e a articular as diversas "*ilhas*" do "*arquipélago*" econômico brasileiro. O livro do economista e suas teses tiveram enorme repercussão no debate intelectual e político no final da década de 1950 e nas seguintes. A corrente econômica desenvolvimentista é igualmente tributária das ideias do empresário, intelectual e político Roberto Simonsen, autor de "*História econômica do Brasil*" (1937).[15] Simonsen polarizou com o economista liberal Eugenio Gudin, um dos críticos da industrialização brasileira, que refutava como "*artificial*", dada a vocação do Brasil a ser um "*país essencialmente agrícola*". O embate entre desenvolvimentistas e liberais, tendo como figura de maior expressão o economista Eugênio Gudin, marcaria o debate político e econômico nas décadas seguintes (WEFFORT, 2011: 292).[16] Impactaria, igualmente, na formação de visões sobre a inserção brasileira no mundo.

As frustrações advindas do alinhamento automático com os Estados Unidos no governo Eurico Gaspar Dutra 1946-1951) e dos poucos resultados práticos dessa parceria com Washington levaram à busca de novas oportunidades de inserção internacional e de cooperação no segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954).[17] Diante das mudanças na política externa com a chegada ao poder do republicano Dwight D. Eisenhower (1890-1969), o governo norte-americano reduziu empréstimos aos governos da América Latina, estimulando a iniciativa privada. Essa mudança de postura causaria impactos na concepção do nacionalismo econômico brasileiro, dividindo os grupos que antes se mantinham coesos (WEFFORT, 2011: 292).

[15] Roberto Simonsen era presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), um dos fundadores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde lecionou.

[16] Eugenio Gudin, um dos representantes da corrente econômica neoclássica no Brasil, era o delegado brasileiro na Conferência de Bretton Woods e tornou-se ministro da Fazenda do governo Café Filho (1954-1955).

[17] Surgida em 1949, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) teve papel fundamental no suporte técnico à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em 1952, sob a liderança do diplomata e economista Roberto Campos. No segundo governo Getúlio Vargas, colaboraram, além de Campos, os economistas nacionalistas Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, Tomás Pompeu Acióli Borges e Cleanto de Paiva Leite, lotados na Assessoria Econômica da Presidência da República, que produziu diversos projetos, como os que nortearam a criação da Petrobras e da Eletrobras.

Uma nova concepção sobre o papel brasileiro nas relações internacionais adveio das Ciências Sociais, área em gestação no Brasil a partir da década de 1950, com a articulação de interpretações mais acadêmicas acerca de temas brasileiros. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era a principal instituição formuladora de um pensamento nacional brasileiro na década de 1950. É interessante que "*as soluções propostas "venham a se dar fundamentalmente no plano das soluções internas, da qual decorreria, logicamente, a transformação da posição internacional do país. A nação teria condições plenas de forjar, com consciência renovada de suas possibilidades, o seu destino. O pano de fundo é uma nação incompleta, mas que pode se completar por vontade própria. Nesse marco analítico, o diplomático não é relevante em si mesmo*" (FONSECA JÚNIOR, 1998: 256).

Ao retomar as heranças intelectuais do passado, o ISEB buscava intervir no debate de ideias e na ação política, instrumentalizando o nacionalismo para apoiar o Programa de Metas de JK. A ideologia nacional-desenvolvimentista defendia a expansão da industrialização e o fortalecimento do mercado interno. Em "*O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*" (1958), Hélio Jaguaribe (1923-2018) admite a participação dos investimentos externos no projeto de desenvolvimento visando suprir a deficiência de poupança doméstica. O autor aponta como estrangulamentos que impediriam a modernização econômica do país os privilégios de classe e o parasitismo, que atingiria tanto a burguesia, as classes operárias e a pequena burguesia. Diante de um mundo cindido pela disputa bipolar entre os Estados Unidos e a URSS, assinala que o Brasil se mantinha na condição de região colonial. Nesse sentido, considera a cultura e as ideias instrumentos de edificação de uma resposta para os desafios do Brasil como civilização. A ideologia nacional-desenvolvimentista, dessa forma, era instrumentalizada para o alcance de fins políticos (JAGUARIBE, 1958). Jaguaribe aproximou-se de Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), o assessor internacional do presidente Kubitschek, ajudando a moldar a visão internacionalista do governo JK. Na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, em depoimento para este trabalho:

> o Juscelino tinha uma visão mais aberta e por isso foi muito criticado pela esquerda. Ele fez aliança com japoneses, com alemães, trouxe a indústria automobilística. Ali que foi a mudança. Isso era muito mal visto pela esquerda, porque era visto como uma traição nacional. O ISEB era o centro do pensamento nacionalista estatal. Bom, eu era da USP. A USP sempre criticava o ISEB, mas por um prisma também equivocado. Era a luta de classes. O ISEB era nacional. Na verdade, os dois eram simplificações. E o Juscelino está no meio disso, muito mais concreto, pensando nos diferentes interesses, na experiência dele. Então, nessa época, o que era aceitável? Era aceitável

> a união com os outros dependentes, com os latino-americanos. O resto era visto como uma coisa perigosa (...) A visão do ISEB não queria saber dos EUA. O Hélio Jaguaribe tinha muita influência. O Jaguaribe pessoalmente, era um tipo muito interessante. Eu me dei bem com o Jaguaribe, ele era o melhor ali no grupo do ISEB. O Cândido [Mendes] que é meu colega até hoje na Academia Brasileira de Letras não tinha a mesma visão. Era um homem mais de ação do que de pensamento. O Hélio queria ser de ação, mas era de pensamento. O Guerreiro [Ramos] também era bom, mas tinha uma visão também nacionalista. Não digo isso como crítica, porque era o ambiente da época. Nós tínhamos que refazer essa visão (CARDOSO, 2020).

1.4. Independência, pragmatismo e universalismo

Na década de 1960, a produção de um pensamento internacionalista no país se beneficiou da experiência diplomática dos presidentes Jânio Quadros (1917-1992) e João Goulart (1919-1976). O diplomata e ex-chanceler Celso Amorim, em entrevista realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 2020, ao analisar a influência dos intelectuais na concepção da política externa brasileira, afirmou que a ideologia nacional-desenvolvimentista que embasou o processo de industrialização do país também se traduziu em um pensamento internacionalista mais autonomista no governo JK (1956-1961), com a Operação Pan-Americana, idealizada por Augusto Frederico Schmidt, e a aproximação comercial com os países do Leste Europeu:

> O Juscelino, no final, por influência provavelmente de pessoas do Itamaraty também, e do Augusto Frederico Schmidt, começa a ter uma atitude. O Jânio, acho que já tinha uma influência. Não sei se era uma coisa midiática, qual era o grau de profundidade, não sei. Mas ele tinha, ele fez uma visita antes da eleição ao Nasser, no Egito, a Cuba. Então ele já dizia: "*aqui vai ser diferente*". Curioso, porque a política econômica dele era muito ortodoxa, não era uma política desenvolvimentista de jeito algum. Mas na política externa ele queria avançar e acho que isso foi feito. Teve aqueles gestos da condecoração do Che Guevara, embaixadas na África foram abertas. Por isso eu sempre digo: o grande mérito do San Tiago Dantas, não apenas nas ações, mas ele teve o mérito de conceptualizar isso (AMORIM, 2020).

Na perspectiva de Rubens Ricupero, a Política Externa Independente praticada entre 1961 e 1964 encontra em Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), San Tiago Dantas (1911-1964), e João Augusto de Araújo Castro (1919-1975), importantes intelectuais, políticos e diplomatas formuladores de um pensamento internacional sobre o país. Para o ex-chanceler

Celso Amorim, a geração de diplomatas a que pertence foi profundamente influenciada pela Política Externa Independente:

> aquele período da descolonização, da busca de alternativas à Guerra Fria, ao conflito Leste-Oeste. E aí, naturalmente, a figura que sobressai é o Santiago Dantas, que embora tenha ficado apenas oito meses como ministro, conseguiu conceptualizar isto, de certa maneira até já vinha sendo praticada pelo antecessor, Afonso Arinos, seu conterrâneo, um pouco esquecido, mas ele teve importância. Claro que sob a inspiração do Jânio Quadros também, figura controversa, mas que nesse aspecto foi muito interessante. E nesse aspecto ele tomou uma atitude – quer dizer, tomou várias – mas nesse aspecto tomou uma que foi aquele voto muito marcante em que o Brasil não apoiou a suspensão de Cuba da OEA, na Conferência de Punta del Leste, em 1962 (AMORIM, 2020).

O impulso da nova política externa, segundo Ricupero, veio do presidente Quadros, complementado pelo chanceler Arinos "*ele, inteligente como era, percebeu claramente que esse era o caminho. E, a partir de então, eu acho que ele contribui muito para enriquecer. Tanto assim que depois, na época do Goulart, quando ele era embaixador na ONU, ele vai pressionar muito para que o Brasil tome uma atitude contra o colonialismo português. E o Goulart não vai fazer isso, porque o governo aqui não queria desafiar os portugueses. Mas aí ele já estava mais à esquerda do que o governo nessa matéria* (RICUPERO, 2019). A essência da Política Externa era a recusa em resumir a inserção internacional à bitola estreita dos alinhamentos ideológicos da Guerra Fria. A questão central, naquele contexto, era o posicionamento em relação ao problema da Revolução Cubana:

> Havia o problema de Berlim, e tal, mas de Berlim o Brasil estava longe. Enquanto que Cuba era aqui, não é? Então, o Brasil vai ter uma posição diferenciada sobre Cuba. Uma posição que nós no opomos à expulsão de Cuba da OEA. Nós procuramos manter os canais abertos. Você sabe que essa política vai irritar muito os americanos e vai contribuir muito para aquela conspiração toda (RICUPERO, 2019).

Interessante observar que um dos momentos mais criativos e inovadores do pensamento internacionalista brasileiro, no começo dos anos 1960, coincida com a crise econômica e a instabilidade política que se seguiu ao governo Kubitschek. A renúncia de Jânio Quadros levou a um quadro de turbulência, com o veto militar à posse do vice-presidente, à implantação provisória do parlamentarismo, à paralisia do sistema político, à crise econômica, à

radicalização e à derrubada de João Goulart, por um golpe militar, em 1964. Na perspectiva de Ricupero,

> com o Castelo Branco, volta-se à política do alinhamento, mas era num outro contexto. Porque esse é o momento em que os americanos vão bancar o Brasil com ajuda etc. Logo depois, com o Costa e Silva, começa o estranhamento. Os americanos esperavam que o Golpe Militar fosse redundar logo numa eleição. Então, com o Costa e Silva e com o que vem depois, culminado no AI-5, os dois países se afastam. Mas continua a haver aquela união em torno do anticomunismo, porque era o grande perigo e tal (...) Magalhães Pinto, conservador. Ele ficou muito numa linha... Ele procurou mesmo abrir uma vertente asiática... com a Índia, mas ele não mexeu muito na essência. A política externa vai voltar a mudar com o Geisel e o Silveira. Porque aí se retoma a independência, a autonomia. (RICUPERO, 2019)

Enquanto os formuladores e os intérpretes da Política Externa Independente eram partidários de visões mais nacionalistas e autonomistas, no plano econômico e internacional, pode-se encontrar, na obra "*Geopolítica no Brasil*" (1966), do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), uma visão internacionalista mais conservadora, que defende o estreito alinhamento do Brasil ao Ocidente político, militar e ideológico, liderado pelos Estados Unidos. Essa concepção de mundo influenciou diretamente a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967), o primeiro de cinco governos autoritários que se sucederam entre 1964 e 1985. No entender de Paulo Fagundes Vizentini, em sua obra "*A política externa do regime militar brasileiro*", o governo Castelo Branco "*constituiu um período atípico, com alinhamento automático aos Estados Unidos, formalmente dentro da concepção de fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional anti-esquerdista*" (VIZENTINI, 1998: 361).

O pensamento internacionalista que orientou a diplomacia econômica brasileira, mesmo no Regime Militar, baseava-se do ideário nacional-desenvolvimentista, com um corte mais conservador e autoritário. Imaginado inicialmente como uma solução provisória para "*arrumar a casa*" e combater a influência comunista no país, o regime militar golpeou a elite civil e os partidos políticos, consolidando um regime autoritário que durou vinte e um anos (WEFFORT, 2011: 293-95). Dando continuidade ao projeto conservador e autoritário das elites brasileiras desde o Império, ampliou a escala do crescimento econômico e integrou o país, mas ao custo das liberdades democráticas e do aumento das desigualdades sociais. Vizentini ressalta que esse alinhamento automático, contudo, "*foi menos profundo do que se pode pensar, pois muito da subserviência externa foi resultante de problemas internos*" (VIZENTINI, 1998: 361).

A partir dos governos Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974), houve a retomada da concepção nacional-desenvolvimentista, embalada pelo Milagre Econômico e por visões mais autonomistas de inserção internacional. Em sua conferência "*O Congelamento do Poder Mundial*" (1971), realizada em Washington, o embaixador João Augusto de Araújo Castro afirma que "nenhuma política externa se faz sem riscos, sem perigos e sem sobressaltos". Para o diplomata, com "*seu espantoso progressos e desenvolvimento, o país está cheio de esperança e de confiança em si mesmo e já podemos permitir-nos o luxo do realismo e do pragmatismo em nossas relações com outros países. Estamos em condições de viver e de prosseguir em nosso caminho, sem ilusão e sem ressentimento, sem entusiasmo líricos e sem pessimismos desarrazoados*" (CASTRO, 1982: 198). Rubens Ricupero ressalta a influência do embaixador Araújo Castro para afirmação de uma leitura autônoma da inserção brasileira no mundo, menos alinhada aos Estados Unidos:

> uma coisa interessante, o Brasil não aderiu ao Tratado de Não- Proliferação Nuclear, que é de 1968. É da época do Costa e Silva. Porque o Brasil entendeu o Tratado, como dizia o Araújo Castro, como um esforço a mais de "congelar o poder mundial". Porque, dizia o Araújo Castro, haviam dois momentos do congelamento do poder. Um foi São Francisco, quando se definiu que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança são as grandes potências. Foi o congelamento político e institucional. E o outro foi o congelamento tecnológico, quando o Tratado de Não Proliferação Nuclear disse: "Olha, até aqui os nucleares são tais e tais, a partir de agora ninguém mais entra (RICUPERO, 2019).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Teoria da Dependência (ou, mais especificamente, as múltiplas interpretações do fenômeno da dependência, como se poderá verificar nos capítulos adiante), em uma matriz mais sociológica, buscaria reinterpretar as teorias estruturalistas à luz da realidade internacional e latino-americana. As obras mais conhecidas, "*El desarrollo del subdesarrollo*" (André Gunder Frank, 1966), "*Dependencia y desarrollo en America Latina*" (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, 1969), "*Dialética da dependência*" (Ruy Mauro Marini, 1973) e "*Imperialismo y dependência*" (Theotônio dos Santos, 1978), trazem análises mais específicas da inserção internacional brasileira e latino-americana. Na visão de Gelson Fonseca Júnior, as visões dependentistas buscam "*remodelar a sociologia do desenvolvimento a partir da dialética das condicionantes, internas e internacionais, econômicas e sociais, que estabelecem os limites para as opções nacionais de progresso*" (1998: 258).

As visões internacionalistas dependentistas - tanto as mais radicais (Frank, Marini, Santos) quanto a mais moderada (Cardoso e Falleto) - foram muito influentes para moldar o pensamento internacionalista brasileiro no contexto histórico de abertura política e de reinserção internacional, das décadas seguintes, especialmente nos programas dos dois principais partidos políticos que, na década de 1990, polarizando a política nacional. A obra de Cardoso e Falleto, contrariando as demais visões que acreditavam na impossibilidade de haver desenvolvimento na dependência, sustentava que as diferentes alianças entre atores internos e externos definia as trajetórias econômicas das nações latino-americanas. O maior controle sobre os processos produtivos, por parte dos grupos internos, seria um *fator decisivo para o processo de industrialização de países como Brasil, Argentina e México. Nesse sentido, seria possível haver desenvolvimento "associado-dependente" na periferia.*[18] Segundo Fernando Henrique Cardoso, em depoimento para esta pesquisa, o *"que eu tentei fazer, mesmo sem ter muita consciência, naquele livro com o Faletto no Chile, era uma coisa despretensiosa. Era entender o que nós estávamos vivendo naquele momento. (...) Mas toda corrente progressista queria o desenvolvimento urbano e industrial. (...)Eu estava vendo o que estava acontecendo, eu era brasileiro. Como é que você vai negar o crescimento aqui? Como é que você vai negar crescimento do estrangeiro?" (CARDOSO, 2020).* E prossegue:

> Aqui estava em um outro momento do capitalismo, não é? (...) E o caso do Brasil e da Argentina, em menor escala, e do México, em maior escala que a Argentina e menor do que o Brasil, tinha desenvolvimento industrial real. Isso não impedia que houvesse, ao contrário, requeria associação com o mercado mundial. Só que toda essa época é dominada pela Guerra Fria, existia a União Soviética, tinha a Revolução Chinesa (CARDOSO, 2020).

A década de 1970 marca, igualmente, o declínio do gênero das grandes interpretações do Brasil, dando espaço para visões mais pluralistas acerca da inserção brasileira no mundo.Com a insuficiência dos paradigmas histórico-diplomático, econômico, geopolítico e dependentista para a compreensão do fenômeno internacional no Brasil, na década de 1970 surgiram interpretações mais voltadas a compreender as opções de política externa do Brasil à

[18] Em sua obra "*Empresariado Nacional e Desenvolvimento Econômico*" (1964), Cardoso já admitia a impossibilidade de uma revolução burguesa capaz de alavancar o desenvolvimento econômico autônomo no Brasil. E, em suas obras posteriores – "*O modelo político brasileiro*" (1972), "*Autoritarismo e Democratização*" (1975) e "*As ideias e seu lugar*" (1980) – Cardoso sustenta que as alianças entre grupos internos, Estados burocrático-autoritários e empresas multinacionais viabilizariam a expansão econômica e o avanço do processo de industrialização, com alguma distribuição de renda e autonomia externa, mas sem democracia e participação.

luz da relação com outros Estados, em diversos contextos históricos, buscando entender os conflitos, a cooperação e as razões diplomáticas propriamente ditas. A obra "*Brasil e Argentina no sistema das relações internacionais*" (1973), de Celso Lafer e Felix Peña, buscava um olhar diferenciado para a relação entre os dois principais Estados sul-americanos e vislumbrava uma convergência de interesses comuns além das visões geopolíticas prevalecentes. Beneficiados com a institucionalização dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais, análises como as de Gerson Moura, "*Autonomia na Dependência*" (1979), e de Maria Regina Soares de Lima "*The Political Economy of Brazilian Foreign Policy*" (1986), tornar-se-iam trabalhos seminais de análise de política externa na academia brasileira.

A busca da autonomia e do pragmatismo na estratégia de inserção internacional brasileira deram a tônica da segunda fase do governo militar, marcada pelos processos de descompressão e de abertura política. O governo Ernesto Geisel (1974-1979) retomou as linhas centrais da Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Antonio Azeredo da Silveira (1917-1990) sintetizaria na fórmula "*pragmatismo ecumênico e responsável*" a filosofia de uma política externa que explorava o cenário internacional de *détente* entre as superpotências para levar à frente o avanço de "*um projeto de autonomização econômica do país, como resposta ao desafio gerado pela crise econômica internacional*" (VIZENTINI, 1998: 204). Nesse sentido, buscou ampliar as margens de autonomia em relação aos Estados Unidos, a multilateralização do discurso diplomático, o fortalecimento de parcerias estratégicas e o universalismo. O governo do general João Figueiredo (1979-1985), último do ciclo militar, deu continuidade a estas linhas básicas, ampliando a presença do país no mundo em um contexto de crise da dívida externa e de distensão bilateral com a Argentina.

A abertura política e a redemocratização, em 1985, após duas décadas de governo militar, abriram novas perspectivas para a inserção internacional brasileira. Tancredo Neves, o principal artífice da transição democrática, afirmou que, apesar da mudança de regime, a linha universalista e independentista da política externa conduzida pelo Itamaraty deveria ser preservada. De acordo com Rubens Ricupero,

> É essencial um consenso entre todos os setores políticos no Brasil. É sobre a política externa conduzida pelo Itamaraty. E ele manteve. Ele manteve a política. Porque a grande guinada em relação à política ideológica anticomunista veio do Geisel. Veio a partir de 1974. Ora, o Tancredo está falando dez anos depois. Você se lembra, a essa altura o Brasil já tinha reconhecido da China comunista. Foi o primeiro país a reconhecer Angola. A única coisa que sobrava foi Cuba, porque de fato era um tabu

> para os militares. E isso coube ao governo Sarney, mas que teria cabido ao governo Tancredo. Então há uma linha de continuidade (RICUPERO, 2019).

1.5. O pensamento internacionalista na Nova República

No último quartel do século XX, diversas forças externas e internas impactaram na produção de um pensamento internacionalista brasileiro. O fim da Guerra Fria, a derrocada do mundo socialista, a globalização e a ascensão de governos de matriz econômica liberal na Europa, Estados Unidos e América Latina foram algumas das forças externas que impactaram na inserção internacional do Brasil. No plano interno, a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 ampliaram as "*poliarquização*" da política externa brasileira, com a maior participação de atores políticos (Congresso Nacional, sindicatos, empresários) e a intensificação da contestação interna às escolhas externas dos governos civis (BELÉM LOPES, 2013). Em "*Política Externa na Nova República*" (2017), Dawisson Belém Lopes salienta que a constitucionalização de princípios da política exterior na Carta Magna de 1988 foi um marco no processo de redemocratização, com possibilidade de maior controle democrático e jurisdicional sobre as políticas implementadas pelo Itamaraty. Outro fenômeno importante foi o fortalecimento das estruturas de assessoramento internacional na Presidência da República e o da "diplomacia presidencial" a partir de 1985 (BELÉM LOPES, 2017: 26-27).

Em "*Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis*" (2010), Robert Putnam afirma que a política interna e a política internacional estão conectadas. Entretanto, as teorias estatocêntricas das relações internacionais não foram capazes de explicar os vínculos entre o interno e externo na atuação das lideranças políticas. Assim, ao atuar em uma negociação internacional, os líderes jogariam em dois níveis, refletindo os comportamentos diante de atores internos (parlamento, burocracia, empresários, sindicatos, sociedade civil, mídia) e externos (Estados, organizações internacionais, empresas multinacionais). Dessa forma, as narrativas elaboradas para a condução de uma política externa podem produzir tanto efeitos internos - fortalecendo as preferências domésticas - quanto externos, moldando as coalizões, as ações e as instituições no plano internacional. Na perspectiva de Rubens Ricupero,

> À medida que um país se desenvolve, as questões diplomáticas e de segurança passam a ser tão importantes que elas deixam de ser o domínio exclusivo das chancelarias. Isso a gente vê nas grandes potências há muito tempo. (...) A política externa é o principal da função presidencial. Nos países em desenvolvimento é menos, porque ainda os problemas internos prevalecem. Eu diria que no Brasil quem começa a

> encarnar pessoalmente a política externa é o Sarney (...) Porque o Sarney é quem inaugura na América Latina aquele diálogo entre ele e o Sanguinetti, no Uruguai, o Alfonsín, na Argentina na Argentina. E é uma espécie de canal próprio. Não marginalizando as chancelarias, mas havia um *plus* que era a relação entre os três presidentes. O Sarney em dois aspectos na política latino-americana e na ONU, porque ele tinha muito interesse pela ONU, ele marcava muito a sua presença pessoal. Acho que o Collor tinha tendência a fazer isso, mas acaba sendo vítima do fracasso em seu governo. O Itamar não tinha nenhuma vocação para isso (RICUPERO, 2019).

Em "*Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*" (2008), Amado Luiz Cervo assinala que houve uma profunda alteração no pensamento internacionalista da elite política e econômica brasileira na década de 1990. Cervo criou o conceito de "*Estado normal*" para explicar o novo paradigma de política externa vigente na América Latina na década de 1990, marcado pela ideia de supremacia do mercado como ente organizador das relações sociais, em contraste com o Estado desenvolvimentista. De acordo com Cervo, inaugurado no governo de Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile, o "*paradigma neoliberal*" teve a sua mais avançada experiência no governo Carlos Menem (1989-1990), na Argentina. Nesse sentido, "*o Estado normal tornou-se subserviente ao sacrificar a autonomia da política exterior e erigir o chamado Consenso de Washington, ou seja, os comandos externos do centro do capitalismo, como inspiração do processo decisório*" (CERVO, 2008: 51-52). No plano ideológico, houve o triunfo das ideias econômicas monetaristas sobre as visões estruturalistas e nacional-desenvolvimentista:

> Assim como antes se havia operado uma redução de conceito de desenvolvimento para o de expansão industrial e crescimento econômico, operou-se agora outra redução da funcionalidade do Estado, de indutor do desenvolvimento para expectador do mercado. Para os monetaristas, consigna-se ao Estado a função de prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado a função de prover tudo o mais (CERVO, 2008: 77).

O "*paradigma neoliberal*" da política externa brasileira, segundo Amado Cervo, norteou a reorientação da inserção internacional brasileira a partir de 1990, com a abertura comercial, o estímulo aos investimentos estrangeiros, a estabilização monetária e a busca de um novo posicionamento internacional. Gelson Fonseca Júnior, um dos principais pensadores da inserção externa brasileira nos governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), afirma que "*no marco do sistema internacional, seríamos um*

país ocidental em transição, com potencial de realizar certos ideais. A melhor sustentação de uma transição positiva é a democracia que, em tese, forçaria a sociedade e o governo para as soluções positivas" (FONSECA JÚNIOR, 1998: 289). A promoção de valores como a democracia e a paz, a adesão aos regimes internacionais multilaterais de meio ambiente, direitos humanos e desarmamento global incrementaria, segundo o autor, o "*soft power*" do Brasil no mundo pós-Guerra Fria. Em depoimento para esta pesquisa, o ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho assevera que o reposicionamento do Brasil em questões ambientais foi decisivo para a melhoria da imagem externa do país:

> Ainda hoje as principais convenções internacionais que globalizaram a proteção do meio ambiente, que tornaram o meio ambiente uma política global, foram todas definidas no Rio. Isso é uma conquista do Brasil, um legado do Brasil que às vezes a gente não considera de maneira satisfatória. Porque nós tivemos a Convenção de Mudanças Climáticas, veja que é o assunto que está mais na ordem do dia hoje no mundo todo, ela tinha sido negociada na Conferência do Rio em 1992. A Convenção de Conservação da Biodiversidade também foi aprovada na Assembleia-Geral da Conferência do Rio 92. E a convenção do que veio a ser depois as bases da de desertificação que também foi aprovada no Rio. Então esse foi um grande legado além da Agenda-21 na época, que era uma agenda... um conjunto de princípios para orientar as políticas de desenvolvimento e um documento chamado "Princípios de Proteção das Florestas" (CARVALHO, 2019)

A maior autonomia da política externa, nesse sentido, não dependeria da distância de temas problemáticos, mas de uma maior participação na sua resolução e em uma integração ao mundo. Nesse sentido, a globalização econômica se tornou a principal força propulsora da reelaboração da estratégia nacional de desenvolvimento e de inserção externa brasileira na década de 1990, com destaque para a diplomacia do Plano Real do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e das críticas mais assertivas à "*globalização assimétrica*" no segundo mandato (1999-2002). Na visão de Rubens Ricupero, Cardoso não criou um novo e diferenciado paradigma de leitura do Brasil no mundo na década de 1990, que compreende o período histórico entre queda do Muro de Berlim e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Marcada pela ideia de Francis Fukuyama de "fim da História", onde haveria o triunfo da economia de mercado e da democracia liberal garantida pela presença incontrastável dos Estados Unidos na cena mundial, a década de 1990 demarca a força da globalização como fenômeno e como ideia:

> O Fernando Henrique é um reflexo moderado dessas coisas, porque ele teve, a meu ver, a sabedoria de adaptar essas tendências mundiais às realidades e às limitações do Brasil. Você veja, por exemplo, das três grandes reformas propugnadas pelo Consenso de Washington, que são: a privatização, a abertura da economia e a desregulamentação, ele só se distinguiu na primeira. A privatização é a marca do governo Fernando Henrique. Não chegou ao final, é claro. Teve coisas que não foram privatizadas. Mas em abertura comercial veio até recurso por causa daquela política do regime automobilístico. Sabe que a média de tarifas aumentou em relação ao Collor, não? E a desburocratização, como você sabe, não avançou muito porque no nosso caso, teria que ter sido uma mudança muito grande em matéria, por exemplo, de reforma tributária, que não houve. Então, na verdade, ele aplicou um liberalismo moderado com muitas exceções por causa da realidade brasileira (RICUPERO, 2019).

Em seu depoimento, Celso Amorim afirma que Fernando Henrique Cardoso, ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, tinha gosto por lidar com relações internacionais: "*ele se identificava e se sentia bem nessas situações. Acho que ele gostava. Um pouco diferente da situação do Itamar, que sentia um pouco inibido. A única reunião grande da qual o Itamar participou foi a da Cúpula das Américas, em 1994. Agora, ele se sentia muito bem com os latino-americanos. Não tinha, assim, inibição. Ele gostava muito do Caldera. A grande aproximação do Brasil com a Venezuela começa nessa época. (...) Há uma diferença de temperamento e de pessoa"* (AMORIM, 2020).

Em "*Brazilian Foreign Policy After the Cold War*" (2009), Sean Burges afirma que o Brasil conseguiu elevar o seu perfil diplomático por intermédio de uma sofisticada estratégia de defesa dos seus interesses nos planos regional e global. Por meio de uma diplomacia não-confrontacionista e moderadora de conflitos, implementada por um corpo diplomático profissionalizado, técnico e apolítico, o Brasil almejou projetar-se como um *global player* na década de 1990. A capacidade de influenciar a agenda internacional se vale da projeção de uma hegemonia benigna na América do Sul, buscando preservar a autonomia nacional e não-interferência de outras potências no espaço de projeção histórica do Brasil. O encerramento de tensões com a Argentina, a aproximação bilateral com Buenos Aires, a criação do MERCOSUL e a promoção da integração sul-americana maximizaram a projeção dos interesses brasileiros. Burges estuda a política externa dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique para entender como Cardoso instrumentalizou suas ideias acerca da teoria da dependência e a sua ascendência sobre os diplomatas do Itamaraty para alavancar a sua estratégia de inserção internacional. A

política externa cardosiana, na visão do autor, era uma dimensão de uma estratégia mais ampla de reformulação econômica e de modernização do Estado brasileiro. A busca da redução de custos inerentes à projeção da liderança brasileira resultou em uma diplomacia mais discreta, que não alardeava as pretensões brasileiras de ocupar um espaço de liderança mais ambicioso (2009: 5-7). Em seu depoimento acerca da existência de um pensamento internacionalista brasileiro para esta pesquisa, Fernando Henrique Cardoso salientou:

> eu acho que tem uma certa tradição, que não é estável, varia, de pessoa a pessoa, de governo a governo. Mas o Itamaraty conseguiu um certa - não diria unidade - mas uma certa convergência com certas questões centrais. E, independentemente da variação de governos, eles têm uma certa visão do Brasil na América Latina e no mundo. Custou muito ao Brasil entender que ele parte do mundo e não apenas da região. Primeiro, custou a entender que a região faz parte também do jogo internacional. Não eram só os grandes. Depois ele percebeu que é preciso ter a região, mas não basta, é preciso ter um pouco mais de mundo. Eu acho que existe um pensamento, pelo menos no Itamaraty, mais ou menos consolidado sobre essa matéria. Uma preferência pelo multilateralismo nas negociações, porque acham que há mais vantagem no multilateral para nós do que no dois a dois. Porque negociar com os EUA, com a China, é difícil" (CARDOSO, 2020).

Na visão do sociólogo e ex-presidente da República, "*o que é específico nosso, é reconhecer que nós somos excêntricos, estamos fora do centro. Mas somos potenciais candidatos a uma posição de proeminência na nossa área. Então, isso é o que eu acho que une".* Na perspectiva de Cardoso, os diplomatas e os militares (estes, com uma visão mais defensiva) tinham o monopólio do pensamento sobre "*coisas internacionais no Brasil*" até há algumas décadas. No seu entender, a globalização inseriu, definitivamente, também os empresários como formuladores de visões internacionalistas sobre o Brasil: "*Não dá mais para você pensar isoladamente".* Nesse sentido, a globalização transformou o pensamento sobre o mundo de uma visão defensiva para um olhar mais integracionista, participativo e ofensivo: "*Agora, a ideia de você ter um papel para o Brasil sendo inserido no mundo, é mais recente. É mal compreendido e sempre tem um risco de suscitar a impressão de que há a subserviência a uma grande potência e não a defesa do interesse nacional".* Cardoso adverte, no entanto, que nas grandes estruturas burocráticas, como o Itamaraty e as Forças Armadas, "*foi-se consolidando a ideia de um interesse nacional, que deriva facilmente para uma posição de direita, que é perigosa. Mas é importante conciliar o seu interesse nacional e estar inserido no mundo*" (CARDOSO, 2020). A definição de qual é o "*interesse nacional*" ou de quais são os

"*interesses nacionais*" e a articulação de interesses contraditórios para a atuação externa do país são alguns dos desafios discutidos na agenda de estudos que explora a relação entre democracia e política externa. Na acepção de Celso Lafer, a identidade internacional do Brasil

> está permeada por uma leitura grociana da realidade internacional, nela podendo identificar-se um ingrediente positivo de sociabilidade que permite lidar, mediante a Diplomacia e o Direito, com o conflito e a cooperação e, desta maneira, reduzir o ímpeto da "política de poder". Pauta-se com bom senso pelo "realismo" na avaliação dos condicionantes do poder na vida internacional. E a partir da informação haurida nos fatos do poder, mas sem imobilismos paralisantes nem impulsos maquiavélico-hobbesianos, busca construir novas soluções diplomáticas e/ou jurídicas no relacionamento dos temas relacionados à inserção internacional do Brasil (LAFER, 2007: 47).

As crises econômico-financeiras dos anos 1990, com suas consequências sociais e políticas, provocaram o questionamento das reformas pró-mercado e das políticas ultraliberais na América Latina. Ainda no governo Cardoso, ensaiou-se uma reorientação na política externa, no segundo mandato, com o reforço da presença brasileira na América do Sul e uma maior assertividade nas negociações de acordos comerciais. Na visão do diplomata e historiador Rubens Ricupero, Fernando Henrique Cardoso

> tentou aplicar um pouco daquela ideia na base do capitalismo dependente. Sem nenhuma conotação pejorativa esse "dependente". A ideia era de que o Brasil tinha que se desenvolver dentro das condições que o mundo proporcionava. O capitalismo com atração de capitais estrangeiros. Eu acho que o governo dele é coerente em relação a esse livro dele e do Enzo Faletto. Eu acho que tem uma coerência desde que a pessoa não procure uma coincidência em todos os detalhes, porque é claro que ele era suficientemente inteligente, como ele mostra nesses *Diários* dele. Dá para ver os ajustes que a realidade impunha (...). Dentro da relatividade das coisas eu acho que ele foi fiel aquele pensamento em que ele já tinha evoluído e que é um pensamento muito compartilhado por outros, de um liberalismo político com uma consciência social, dentro de um regime basicamente de livre mercado e aproveitando as oportunidades que a globalização podia oferecer. Mas sem um choque interno muito grande. Eu acho bastante coerente, entende? E não acho que tenha sido muito diferente o que o Lula fez. Pelo menos ele teve uma política econômica mais correta, mais saudável, não? (RICUPERO, 2020)

No começo da década de 2000, Governos com orientação de esquerda e de centro-esquerda chegaram ao poder em países como Venezuela, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, impactando na escolha das prioridades de inserção internacional. Nesse contexto de críticas à herança das reformas pró-mercado, emerge um novo modelo de inserção internacional, o "*paradigma logístico*", baseado em maior autonomia decisória em política externa e o resgate de algumas orientações desenvolvimentistas na política econômica. Segundo Amado Luiz Cerco, a principal característica do Estado logístico é a sua ação mais assertiva para fortalecer competitividade sistêmica da economia nacional, apoiar as empresas nacionais em sua estratégia de internacionalização e de interconexão nas cadeias globais de valor (CERVO, 2008: 85-87).Abandonado as crenças idealistas, o "*Estado logístico*" se funda em uma percepção realista da realidade internacional, combinando a interdependência com a salvaguarda do interesse nacional. O avanço da internacionalização econômica brasileira, a diversificação das prioridades da política externa e o adensamento das vertentes participativa e integracionista perpassam a política externa brasileira nos anos 2000. Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores dos governos Itamar Franco (1993-1994) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010, em entrevista realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 2020, afirmou que existe um pensamento internacional brasileiro:

> Não é um pensamento único, felizmente. Mas há várias concepções. Aquelas que são mais gerais e espalhadas por vários setores da intelectualidade, da elite e até da população atenta a isso são os que estão na Constituição: autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias. Esses são mais ou menos os que são consensuais. Isso não exclui o fato de que há várias diferenças de concepção sobre o que é uma política de Estado e uma política de governo. Claro que tem que haver uma política externa, que é uma política de Estado, assim como a política de defesa, que também é uma política de Estado. Mas cada governo tem uma ideia sobre como chegar nesses objetivos que são uma política de Estado. Você não pode é contraria-los totalmente ou parcialmente. Então, aí sim você terá diferenças e visões" (AMORIM, 2020).

Na mesma entrevista, Celso Amorim afirma que a tese da "*diplomacia presidencial*", de Sérgio Danese (1999) – para ele "*um achado*", uma "*trouvaille*" – faz parte da evolução da diplomacia mundial: "*A gente mal lembra dos presidentes na época em que o Rio Branco foi ministro. Eu nem sei quem eram direito, tenho sempre que olhar para ver. Naturalmente, eu não tenho a menor dúvida quanto a isto com relação ao Fernando Henrique ou com relação*

ao Lula, todo mundo fala da diplomacia do Fernando Henrique. Ninguém fala da diplomacia do Lampreia. Assim como todo mundo fala da diplomacia do Lula. Alguns falam de mim porque eu fiquei muitos anos (AMORIM, 2020). Na perspectiva do ex-chanceler, a influência dos intelectuais na política externa brasileira não ocorre no vácuo:

> Ela se dá quando as condições objetivas, como diriam os marxistas, as condições materiais e históricas permitem. Então sim, os intelectuais têm uma influência, agora as condições materiais têm que permitir. Eu, por exemplo, pude fazer coisas com o Lula que eu não poderia fazer com o Itamar Franco. Não que não tenha tentado e não tenha conseguido. Nem passava pela cabeça, pelas limitações. Não por ser o Itamar, mas o momento histórico não dava margem a isso. Eu estou saltando talvez para um outro ponto que talvez você pergunte, quer dizer, simplificando muito, como foi possível o Brasil ter a política externa que teve? Condições objetivas e também subjetivas, o desejo de fazer. E uma coisa que marca e que tornou possível a política externa do governo Lula foi uma evolução que eu marcaria por três processos: a democratização, a estabilidade econômica e a justiça social, que no caso dele era mais no anúncio do que na realidade. Mas de alguma maneira, esses três fatores pesaram muito na autoestima e na possibilidade de fazer uma política externa que eu, no dia em que fui anunciado como ministro, defini como sendo e vindo a ser "ativa e altiva"" (AMORIM, 2020).

Na visão de Rubens Ricupero, a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva "*radicalizou a retórica, mas em essência, a política externa do PT não foi uma ruptura dessa diplomacia"* conduzida pelos governos da Nova República, em especial o da gestão Fernando Henrique Cardoso: *"Você também pode aplicar a política do Lula e do Celso Amorim, que essa definição busca da autonomia pela participação e pela integração"*. Para Ricupero, a criação dos BRICS, em 2008, e as articulações do Fórum IBSA (Brasil, Índia, África do Sul), em 2003, mostram uma continuidade dessa visão integracionista, pontuada pela aproximação com lideranças de esquerda, como Hugo Chavez, na Venezuela. Nessa linha, não teria havido uma mudança de paradigma na política externa de Lula: "*A mudança de paradigma ocorreu com a Política Externa Independente e que depois foi sofrendo ajustes. Agora sim, há uma mudança de paradigma*". (RICUPERO, 2019). A figura de Luiz Inácio Lula da Silva, no entender de Ricupero, não era a de um revolucionário, mas a de um moderado, tanto em questões internas quanto internacionais. Uma evidência que respalda essa afirmação é o fato de que Lula não aderiu à "aliança bolivariana":

> Você se lembra, ele era o queridinho dos banqueiros. Eu ouvi o Olavo Setubal, que era meu amigo, uma vez eu fui à casa dele. Ele e a mulher eram entusiastas do Lula. Então depois criaram isso, essa radicalização do *impeachment*, mas na época não foi nada disso (RICUPERO, 2019).

As linhas gerais da política externa dos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018) também se basearam no acumulado histórico da diplomacia brasileira nas últimas décadas, com traços de continuidade e de permanência que prevaleceram sobre as diferenças de prioridade, ênfase e estilo. A grande ruptura no pensamento internacionalista brasileiro, ao longo de duzentos anos de política externa de Estado independente ocorreu com a (anti)diplomacia do governo Jair Bolsonaro (2019-). Retomando traços do alinhamento político automático aos Estados Unidos dos governos Dutra e Castelo Branco, a linha atual do Itamaraty se pauta, sobretudo, pela tentativa de emular as ideias e os comportamentos do presidente Donald Trump. Os discursos dos principais atores diplomáticos e as ações externas demonstram uma subordinação aos valores e às ações que emanam da Casa Branca, com a defesa do anti-globalismo, o ataque às instituições multilaterais e o desprezo pelos temas ambientais e de direitos humanos.

Ernesto Araújo, chanceler do governo Bolsonaro, resumiu, em algumas frases de efeito pronunciadas em seu discurso de posse, as principais diretrizes dessa diplomacia, ao pugnar pela libertação do Itamaraty do "*alarmismo climático*", do "*terceiro-mundismo automático*", das "*pautas abortistas e anticristãs*", da "*destruição da identidade dos povos*" e da "*transferência de recursos a países não-democráticos e marxistas*". O chanceler disse ainda que pretendia "*extrair a ideologia de dentro do Itamaraty*". A ausência de um programa minimamente racional e consistente de inserção brasileira no mundo afasta a política externa do atual governo dos princípios centrais da diplomacia brasileira: autodeterminação dos povos, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias, jurisidicismo, multilateralismo, cooperação, diversificação de parcerias, universalismo, cordialidade no trato com a vizinhança, desenvolvimento como vetor, realismo, pragmatismo e independência na inserção externa. Conforme ressaltou Rubens Ricupero em conferência no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em fevereiro de 2019, "*o governo Bolsonaro pode jactar-se de haver efetivamente promovido a demolição radical da política externa que, em linhas gerais, vinha sendo seguida desde o governo Geisel"*.[19]

[19] Íntegra do artigo: https://diplomatizzando.blogspot.com/2019/02/rubens-ricupero-palestra-sobre-politica.html

1.6. A multiplicidade como virtude

A visão do Brasil como país latino-americano, de matriz étnico-cultural africana, democrático, ocidental, em desenvolvimento, agroexportador, membro de arranjos internacionais como o BRICS e o G-20, multilateralista e pacífico, são classificações geográficas, históricas, culturais, diplomáticas e ideológicas que definem a "*realidade imaginada*" ou a realidade desejada pelos brasileiros – tendo a sua elite diplomática à frente - em seu contato com o mundo (RICUPERO, 2017: 717). A expressão "*pensamento diplomático brasileiro*" legitima-se, segundo Paulo Roberto de Almeida, em função de quatro fatores: as especificidades da cultura diplomática, o alto grau de socialização proporcionado pelo Instituto Rio Branco, o corporativismo e a crença na continuidade da política externa. Dessa forma, o pensamento diplomático "*se refere mais ao contexto desse tipo de formulação ideal-típica, enquanto guia para a ação de homens públicos, do que uma reflexão teórica, ou puramente especulativa*" (ALMEIDA 2013: 22).

A crença da continuidade na mudança e do pragmatismo como fios condutores do pensamento diplomático do Itamaraty é um outro poderoso instrumento de mobilização de sucessivas gerações de diplomatas por parte de chefias que assumiram a Casa de Rio Branco, especialmente após mudanças de governos e até de regimes políticos. Esta ideia foi assim resumida pelo chanceler Mario Gibson Barbosa: "*a melhor tradição do Itamaraty é saber reinventar-se*". O pragmatismo que advém dessa continuidade enraíza-se na própria trajetória do Barão do Rio Branco, um monarquista convicto que ofereceu os seus serviços a um regime republicano, assim como na de outras figuras da história da política exterior do Brasil, como Joaquim Nabuco, Oswaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco e Araújo Castro, que serviram a governos e regimes com orientações político-ideológicas muitas vezes antagônicas. Esse realismo político, traduzido em pensamento diplomático, não seria uma tentativa de justificação de um comportamento camaleônico, adaptando-se interesses individuais (ou de um grupo) às mudanças de circunstâncias? No entender de Belém Lopes, o pragmatismo diplomático brasileiro, se por um lado reflete a capacidade de leitura realista da realidade internacional, por outro revela certa superficialidade: o "*homo faber e homo reflexivus, afinal, são espécies que não se confundem*" (BELÉM LOPES, 2016: 318).

Diferentes atores políticos e diplomáticos, à frente da condução da política externa brasileira ou em postos de assessoria ou de aconselhamento, da carreira do serviço exterior ou recrutados fora dela, produziram, em livros, discursos, ensaios, memórias e depoimentos,

narrativas acerca de quais deveriam ser as diretrizes do país na sua interação com os demais Estados. A formação de uma visão acerca da identidade internacional do país tem no Itamaraty um quase monopólio, justificado pelos próprios protagonistas da política externa em virtude do papel simbólico do diplomata de representar o país no exterior e de capturar as semelhanças e diferenças entre o nacional e o estrangeiro. Assim, "*a distância e o tempo puderam com frequência atuar por obra desta função de representação como catalisadores de distintas percepções de identidade brasileira, que exprimem, na dialética nacional/universal, o movimento dialógico da diferença*" (LAFER, 2001: 16).

Nesse sentido, a construção da identidade internacional do país e da sua inserção no teatro mundial é uma das tarefas-chave do pensamento diplomático: definir aproximações e distanciamentos, em função de como o país se enxerga em meio a uma coletividade de outros Estados. E, em função da construção dessa identidade, que é complexa, mobilizar apoios, definir objetivos e buscar resultados. Assim, por um lado, se a identidade internacional se define pela igualdade e pela aproximação, busca-se uma orientação voltada à celebração de acordos de comércio, amizade, cooperação e de integração. É o que define, por exemplo, a aproximação do Brasil com países sul-americanos ao longo das últimas décadas. Por outro lado, se a afirmação da identidade se define por alteridade e por diferença, pressupõe a distância, a diferenciação e a rejeição. É o que ocorreu nas relações do Brasil com o bloco socialista, entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960 (LAFER, 2001: 17-18).

O estudo do pensamento diplomático, contudo, não é suficiente para compreendermos o impacto das ideias nas decisões de política externa no Brasil contemporâneo. A maior complexidade da sociedade e da economia brasileiras e a crescente interação de ambas com o mundo, a partir da década final do século XX, diluiu as fronteiras entre o interno e externo e tornou obsoleto o padrão de produção de política externa baseado no monopólio da chancelaria para formular e executar a inserção internacional (BELÉM LOPES, 2013). As tradições diplomáticas propagandeadas pela chancelaria e o esforço de produção de pensamento diplomático não conseguem mais captar os avanços e as complexidades do Brasil e do mundo.

A transição dos estudos internacionais de um modelo dualista, em que ambiente interno e cenário externo eram analisados como esferas estanques, cede espaço para interpretações monistas e integradas, onde política doméstica e política internacional se fundem. Assim, "*mais do que oferecer uma leitura plural e interdisciplinar sobre um tema, é, sobretudo, de transdiciplinaridade que estamos falando*" (BELÉM LOPES, 2016: 319). O autor argumenta que o campo é uma "*zona de convergência entre saberes*", um "*espaço para construções*

intelectuais de fronteira, de olhares lançados do Brasil para o mundo, e vice-versa". Na visão de Belém Lopes, a quebra do monopólio ou da "*cláusula de exclusividade*" do Itamaraty e dos diplomatas na interpretação das relações exteriores abre um novo panorama para que novos atores da academia, da literatura, do jornalismo, dos partidos políticos, do setor produtivo, dos sindicatos e das artes possam contribuir com essa tarefa de modelagem de pensar o Brasil no mundo. Para o autor, "*a inflexão terá sido decisiva para justificar a transição de um pensamento diplomático stricto sensu para um pensamento internacional brasileiro, em latíssimo sentido"* (BELÉM LOPES, 2016: 319). O estudo de Pensamento Internacional Brasileiro, ao lançar luz sobre as ideias, visões de mundo, concepções ideológicas, princípios e conceitos que mobilizam os atores políticos e diplomáticos e a sociedade brasileira na definição de suas escolhas, integra esse esforço de democratização da política externa.

1.7. Conclusão

Conforme o Capítulo 1 buscou demostrar, o pensamento internacionalista brasileiro congrega, ao longo de dois séculos da vida independente, uma multiplicidade de intelectuais que influenciaram e/ou conduziram as relações exteriores do país. Dos diplomatas demiurgos do Brasil aos conservadores do Império, do Barão do Rio Branco ao nacional-desenvolvimentismo, e da globalização aos tempos atuais, o pensamento internacionalista foi criando narrativas acerca da construção do território, do Estado, da nação e de sua inserção no mundo. O acúmulo de conhecimentos, a troca de opiniões e o convívio entre políticos, militares, diplomatas, magistrados, intelectuais e professores permitiu um confronto de propostas acerca da forma de condução das relações exteriores do país.

As ideias aplicadas ao fazer diplomático, seja durante o Império ou na República, na visão de Almeida (2013), não constituem um repertório original e exclusivo desse universo, mas uma aplicação prática de conceitos, princípios e doutrinas extraídos de outros campos, como a Filosofia, a História, o Direito e a Economia. Traduzidas em ações na formulação e na execução da política externa, conceitos, princípios e interpretações materializam-se em atos unilaterais, acordos bilaterais, convenções multilaterais e declarações universais que expressam a vontade do Estado na esfera internacional.

O campo de estudos do Pensamento Internacional Brasileiro, ao se diversificar, se torna um dos mais produtivos das Ciências Sociais. Por abranger contribuições de diversos ramos das Ciências Humanas e cruzar disciplinas diversas, o ramo do estudo das ideias internacionalistas

brasileiras está diretamente atrelado ao processo de formação da sociedade, do Estado, das instituições, da cultura e da nação. Dentre os desafios a serem enfrentados, a necessidade de definição precisa do seu objeto, das suas fronteiras e do seu estatuto, além de um maior grau de nacionalização, abrangência, diversificação e a sistematização.

CAPÍTULO 2 –PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM CONTEXTUALISTA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS

A consolidação de um subcampo do Pensamento Internacional dentro do Pensamento Político Brasileiro, disciplina autônoma com balizas teóricas e metodológicas orientadoras e vasta produção acadêmica no âmbito da Ciência Política Brasileira, já há meio século, constitui um passo importante para o desenvolvimento de pesquisas acerca da conexão entre intelectuais e ideias internacionalistas no Brasil. Nessa direção, o presente capítulo procura compreender como o Pensamento Político Brasileiro se formou e se institucionalizou como objeto de estudo acadêmico no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, bem como a sua conexão com a História das Ideias, na vertente contextualista.

2.1. Origens e objeto de estudo do Pensamento Político Brasileiro

O gênero de ensaios e estudos sobre o Pensamento Político Brasileiro surgiu no século XIX, com o processo de Independência, abrangendo um conjunto variado de escritos de políticos, juristas, historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, críticos literários, diplomatas, militares, economistas etc. Num sentido mais amplo, o objeto de estudo dessa disciplina se reporta a registros representativos da cultura política brasileira e de sua inserção periférica no contexto político, econômico e intelectual internacional. As ideias se entrelaçam com a evolução da sociedade e da cultura, com projetos políticos, com o desenvolvimento econômico e institucional e com as circunstâncias internacionais na construção histórica do Brasil.

Em seu ensaio "*Existe um pensamento político brasileiro*?" (1987), Raymundo Faoro associa as ideias políticas com a realidade e com a cultura nacionais. Conforme a nação brasileira se torna mais complexa, moderna e diversificada e nos aproximamos do tempo presente, torna-se cada vez mais difícil identificar onde e quando a influência de determinadas correntes de pensamento começa e termina. A transição do Brasil de país rural a urbano e industrial, processo que se acelera no começo do século XX, é o objeto central dos ensaios de pensadores que dedicaram sua atenção a uma análise histórica, sociológica e cultural da sociedade brasileira.

O campo de estudos do Pensamento Político Brasileiro, no âmbito da Ciência Política, comporta múltiplas denominações: pensamento social brasileiro, pensamento político

brasileiro, pensamento político e social brasileiro, interpretações do Brasil e história das ideias no Brasil. No âmbito formal, esse campo de estudos se vale de um conjunto de fontes (livros, artigos, ensaios, discursos, manuais, tratados) em que se pode identificar a vinculação dos autores a determinadas correntes nacionais de pensamento. No aspecto material ou substantivo, percebe-se a temática e o estilo periféricos dessa literatura, que não esconde as suas modestas pretensões em termos de abstração e de elaboração teóricas, atribuindo aos pensadores canônicos europeus uma ciência e filosofia "*cosmopolita*" e "*universal*" (LYNCH, 2016: 83).

A atividade de historiar as ideias no Brasil se depara, como objeto de pensamento, com a dúvida acerca da existência sentimento nacional, que só começou a ser respondida nas primeiras décadas do século XX. O estilo periférico de Pensamento Político Brasileiro se baseia em algumas características estruturantes que o definem: (i) reflexões políticas mais pragmáticas e pontuais, circunscritas no espaço e no tempo, sem buscar grandes sínteses; (ii) escritos que privilegiam a retórica e argumentos de autoridade; (iii) o esforço pioneiro de trazer a "*modernidade cêntrica*" europeia para o país, sem grandes preocupações em demonstrar explicitamente afiliação com escolas nacionais predecessoras; (iv) a busca por posições políticas mais moderadas, o que se explica pela ausência de um passado feudal, pelas hierarquias sociais mais flexíveis e a busca da superação das adversidades do presente periférico; (v) a procura da superação de um passado de identificado com o atraso e de um porvir redentor, a ser alcançado pela via do "*progresso*"; (vi) a importação e a "*aclimatação*" de ideias, conceitos, crenças e modelos mentais de países com instituições consideradas avançadas, na Europa e América do Norte; (vii) a valorização de conhecimentos pragmáticos que se adaptam às instituições importadas. Conforme a sociedade brasileira adquire maior complexidade, pluralismo e independência intelectual, essas características se diluem progressivamente (LYNCH, 2016: 85-86).

Até a institucionalização acadêmica da Ciência Política no Brasil, as obras canônicas dos pensadores do Brasil eram consideradas a base das reflexões políticas produzidas no Brasil. Tais obras ecoam a disputa entre duas visões da Ciência Política: uma voltada para fins práticos (a resolução de problemas nacionais) e outra mais purista (a descrição e análise de fenômenos políticos), sem compromisso com a ideologia (LYNCH, 2016: 87). Tal crença começou a ser descontruída na década de 1950, com esforços mais amplos de filósofos e sociólogos no sentido de teorizar as ideias políticas brasileiras, tais como o de Guerreiro Ramos, pioneiro em aplicar critérios específicos das Ciências Sociais nos estudos sobre pensamento político brasileiro. A

História das Ideias, na perspectiva marxista, deveria denunciar as marcas autoritárias que atravessavam a história política brasileira, da Colônia à República.

O campo de estudos ganhou maior autonomia e um enorme empuxo com o desenvolvimento, a consolidação e a expansão das instituições universitárias. Nesse sentido, concorrendo com o projeto do ISEB, a USP desenvolveu um pensamento acadêmico e antinacionalista, de corte marxista, cujos principais expoentes foram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Octavio Ianni. Os acadêmicos da USP acreditavam que as ideias dos países do Hemisfério Norte estavam deslocadas num país com uma realidade social, econômica e política completamente distinta. Ao serem retiradas de seu contexto, perderiam a sua potência original. As contradições entre um passado colonial e as ideias liberais importadas da Europa e dos Estados Unidos estariam na raiz desse desencaixe (LYNCH, 2013: 755-757). Os temas de interesse abarcam o processo de industrialização e de urbanização, a construção da sociedade de massas, a organização do Estado autoritário pós-1964 e a reconstrução da democracia. Nesse momento, as universidades assumem a dianteira no processo de construção do conhecimento, sem tanta concorrência de instituições estatais como o ISEB ou de partidos programáticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O desenvolvimento de uma nova Ciência Política no Brasil, reforçada com métodos e pesquisa de campo e institucionalizada como campo de saber universitário, se deu com a criação dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), hoje Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP). O processo de institucionalização, em suas primeiras décadas, promoveu estudos que focavam em temas como eleições, sistema eleitoral, partidos políticos, formas de governo, forças armadas, burocracia estatal, políticas públicas, política externa e formação social e histórica do poder político (LYNCH, 2016: 94).

Na Ciência Política Brasileira pós-institucionalização acadêmica, o campo do Pensamento Político Brasileiro cuidou do objeto de estudo da "*velha*" ciência política brasileira, isto é, das ideias e das ideologias daquilo que se denomina, desde o século XIX, como pensamento nacional da sociedade brasileira. A tardia estruturação de uma disciplina acadêmica para o estudo de um pensamento político brasileiro, no bojo de um esforço mais amplo de especialização universitária, se deve "*à convicção típica da América ibérica de que países periféricos não produziam ciência nem teoria de valor"*, mas apenas um pensamento para consumo local e conjuntural (LYNCH, 2016: 96). Novos instrumentos metodológicos foram

trazidos para o estudo do Pensamento Político Brasileiro por acadêmicos como Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier, que incorporaram aos seus estudos sobre história intelectual brasileira o conhecimento haurido em seus respectivos cursos de doutorado em Ciência Política em universidades nos Estados Unidos. Os diferentes critérios adotados por cada um dos intérpretes se reporta às suas visões de mundo, fundadas nas tradições nacionalista, liberal e marxista. O eixo temático central do Pensamento Político Brasileiro era o do reformismo da realidade, buscando modernizar as estruturas sociais, econômicas e políticas e tornar o país uma democracia capitalista (LYNCH, 2016: 97).

A pesquisa de Wanderley Guilherme Santos acerca da história do pensamento político nacional enquadrou o objeto como disciplina acadêmica. Com uma abordagem epistemológica mais pragmática, buscou superar o hegelianismo do ISEB e o positivismo da USP, predominantes na segunda metade dos anos 1950, focando indissociável vinculação do pensamento político com a prática (LYNCH, 2013: 728). Nesse sentido, Santos buscou a produção da elite intelectual brasileira como horizonte de pesquisa e para compreender um panorama mais amplo dos dilemas nacionais. No artigo "*Preliminares de uma Controvérsia Sociológica* (1965), Santos defende a combinação, no âmbito das Ciências Sociais, entre as modernas técnicas de investigação científica em voga com o fundo histórico. Dessa forma, advoga um tratamento científico, sistemático e metodológico do "*pensamento social brasileiro*". Na sua perspectiva, a crítica às ideias eurocêntricas na História das Ideias do Brasil era anterior à abordagem isebiana sobre a subordinação neocolonial da produção intelectual brasileira. A despeito da importação de ideias consideradas "*alienadas*" à realidade local, o Brasil conseguira avançar na resolução de questões centrais da trajetória histórica, como o processo de construção do Estado, de abolição da escravidão e de modernização econômica, nos séculos XIX e XX. Em "*Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro*", pesquisa iniciada em 1965, mas somente publicada em 2002, Santos e sua equipe se propuseram a elaborar um longo inventário da produção do pensamento político brasileiro entre 1970 e 1965, com uma listagem de três mil textos. O objetivo do projeto era desvendar o processo político brasileiro ao longo de quase um século para ajudar a compreender o processo de modernização brasileiro, cujo marco é a Revolução de 1930.

A nova vertente agregaria à tradição ensaística a necessidade de formulação de hipóteses para teste e comprovação, refundando o campo de estudos como disciplina universitária. Com a fragmentação do mundo intelectual após a erosão do modelo nacional-desenvolvimentista, as temáticas de investigação igualmente se fragmentaram (BRANDÃO, 2005: 235). Assim, parece

existir "*uma íntima relação entre o caráter cíclico do interesse por aqueles "intérpretes do Brasil" e a dinâmica histórica e cultural da política brasileira, ou mais especificamente, alguma conexão de sentido entre essa explosão intelectual e a conjunção crítica – mudança global e, sob certo aspecto, concentrada no tempo, que está forçando a reorganização das esferas da nossa existência e a reformulação dos quadros mentais que até agora esquematiza vamos só saber – que estamos vivendo, apenas comparável aos períodos abertos pela Abolição e pela Revolução de 30*" (BRANDÃO, 2005: p. 235).

Entre as décadas de 1960 e 1990, no entanto, poucas teses de doutorado foram realizadas nas universidades brasileiras sobre o tema, com destaque para aqueles orientados pelos professores Lourival Gomes Machado, Oliveiros Ferreira e Célia Aquino, na Universidade de São Paulo: "*Teoria e ação do pensamento abolicionista*" (1961), de Paula Beiguelman; "*O passado no presente: Oliveira Viana e o Estado corporativo*" (1974), de Evaldo Amaral Vieira; "*Monarquia, Abolição e República: Joaquim Nabuco e as desventuras do liberalismo no Brasil*" (1983), de Marco Aurélio Nogueira; "*Tavares Bastos, um liberalismo tardio*" (1989), de Walquiria Domingues Leão Rego; "*Obsessões patrióticas: origens e projetos de dias escolas do pensamento político do Exército brasileiro*" (1993), de Leonardo Trevisan (LYNCH, 2016: p. 100). Na década de 1990, o livro "*Americanistas e iberistas: a polêmica de Tavares Bastos com Oliveira Viana*" (1991), de Luiz Werneck Vianna, traria novas contribuições ao campo de pesquisa, argumentando que a modernização do Brasil se processaria por meio de uma "*revolução passiva*", com duas correntes distintas – a americanista, centrada em Tavares Bastos; a iberista, encarnada por Oliveira Viana. Em "*Weber e a interpretação do Brasil*" (1999), Werneck Vianna mostra a influência do pensador alemão nas explanações acerca da persistência do pensamento estatal ou burocrático na vida política brasileira.[20]

Os estudos de pós-graduação no campo do pensamento político e brasileiro, que já vinham se desenvolvendo a USP, ganham o reforço das teses de doutorado defendidas no antigo IUPERJ (atual IESP-UERJ) a partir da segunda metade dos anos 1990.[21] Nos anos 2000, este

[20] Nos anos seguintes, novas tese de doutorado viveram se somar a esse campo de pesquisa, com dois trabalhos: "*Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*" (1998), de Luiz Guilherme Piva, orientado por Boris Fausto; "*Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*" (1999), de Milton Lahuerta, orientado por Gabriel Cohn (LYNCH, 2016: 100).

[21] É mister destacar, por exemplo, "*Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: veredas*" (1997), de Heloísa Starling, e "*Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*" (1997), de Isabel Lustosa, ambos orientados por José Murilo de Carvalho; "*O pensamento político de Roberto Campos: da razão de Estado à razão de mercado*" (1950-1995), de Roberto Teixeira Pérez, defendido em 1998, orientado

esforço teria continuidade com a publicação de novas obras no campo do Pensamento Político Brasileiro, como "*Linhagens do pensamento político brasileiro*" (2007), de Gildo Marçal Brandão. Hodiernamente, diversas correntes intelectuais se dedicam à pesquisa das ideias políticas nas universidades brasileiras.

A diversidade teórica e metodológica, bem como a abrangência temática, demonstram uma evolução e consolidação das credenciais científicas da disciplina no contexto da Ciência Política no Brasil. Descendente da tradição intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a corrente historicista busca na história do pensamento político brasileiro e ibero-americano as bases para as reflexões teóricas. Com forte peso no IESP-UERJ, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), seus referenciais são os trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos, José Murilo de Carvalho e Renato Lessa. A corrente historicista, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, possui muitos laços com essa linha desenvolvida pelo antigo Iuperj (LYNCH, 2016: p. 109). Destaque para os trabalhos "*Patrimonialismo no Brasil: leituras críticas de interpretações weberianas e suas articulações socioculturais*" (2009), de Rubens Goyatá Campante, e "*Raízes intelectuais da democracia brasileira: linguagens políticas e a formação da república*" (2013), de Marcelo Sevaybricker Moreira, ambos orientados por Juarez Guimarães.

Na UFSCar, destaque para os trabalhos "A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros" (1979-1983), de Carlos Alexandre Ramos, defendida em 2014 e orientado por Vera Alves Cepeda; "Bresser-Pereira: pensamento como ação política" (2014), de Daniel Estevão Ramos de Miranda, orientado por Marco Aurélio Nogueira. Na UnB, "A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido" (2014), de Martin Adamec, orientado por Paulo César Nascimento (Lynch, 2016: 104-106). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a tese "*Fernando Henrique Cardoso e o Pensamento Político Brasileiro*" (2015), de Marco Antonio Beal, orientada por Carlos Sell.

Marcelo Jasmin e João Feres Júnior, por sua vez, promoveram a introdução do contextualismo linguístico de Quentin Skinner e de John Pocock e da história dos conceitos de Reinhart Koselleck nos estudos sobre história das ideias políticas no Brasil no antigo IUPERJ.[22]

---

por César Guimarães e Marcelo Jasmin; "*Jequibá em mato miúdo: vocação intelectual e retórica política em Afonso Arinos*" (2000), com orientação de César Guimarães e Ricardo Benzaquen de Araújo.

[22] Entre 2006 e 2015, onze teses de doutorado foram defendidas no IESP-UERJ (antigo IUPERJ), tratando de temas como nacionalismo, federalismo, poder moderador, religião, democracia, republicanismo, liberalismo e marxismo. Destaque sejam dados aos trabalhos "Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos" (2006), de Maria Aparecida Abranches; "O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político

Em seu artigo "*História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*" (2005), de Marcelo Jasmin, e nos livros "*História dos Conceitos: diálogos e perspectiva*" (2006) e "*Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*" (FERES JÚNIOR, 2014), os autores promoveram a integração do pensamento político brasileiro ao dos países ibero-americanos, estudando as ideias políticas conjuntamente com o contexto político e social em que foram produzidas.

Na Universidade de São Paulo (USP), prevalece a visão de mundo marxista na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). O principal representante dessa corrente foi Gildo Marçal Brandão, tributário do marxismo hegeliano de Gyorgy Lukács. Brandão faz uma crítica às perspectivas nacionalista, de Wanderley Guilherme dos Santos, e liberal, de Bolívar Lamounier. O autor retoma a denominação original de Oliveira Viana – "*idealismo orgânico" e "idealismo constitucional"* – incorporando o critério marxista (classes sociais), que equipara a primeira corrente ao conservadorismo e a segunda ao liberalismo europeu. Brandão contrapõe as duas correntes, a seu ver elitistas e aristocráticas, às ideias de viés antiaristocrático concebidas pelas classes média e operária no bojo do processo de desenvolvimento do Brasil. A primeira, o "*radicalismo de classe média"*; a segunda, o "*materialismo de matriz comunista"*. As quatro correntes, segundo o autor, balizariam as interpretações sobre o Brasil e o posicionamento de figuras políticas (BRANDÃO, 2007 *apud* LYNCH, 2016: 103). Essa vertente teve continuidade na USP com as pesquisas de Bernardo Ricupero sobre a história das ideias políticas no Brasil.[23] Em sua obra "*Sete lições sobre os intérpretes do Brasil*" (2007), Ricupero busca investigar áreas nas quais o marxismo teve um impacto importante, como nos trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Novaes, Roberto Schwarz e Celso Furtado (LYNCH, 2016: 110).

Outro grupo é o dos gramscianos, oriundos da militância comunista democrática, reunidos em torno da liderança de Luiz Werneck Viana (Iuperj), cuja obra de referência é "*Os intelectuais e a organização da cultura*", de Gramsci. Essa corrente defende a atuação dos

imperial" (2007), de Christian Edward Cyril Lynch; "Qual democracia? O governo do povo no pensamento político brasileiro" (2013), de Wendel Antunes Cintra, orientados por Marcelo Jasmin. Acrescente-se a esta lista o trabalho de Luísa Rauter Pereira, "História do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política" (2011), orientado por João Feres Júnior. Ainda no Iesp-Uerj, defendeu-se, recentemente, uma tese acerca do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: "As desventuras do marxismo: Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação" (2015), de Pedro Rego Lima, orientada por César Guimarães.

[23] Na Universidade de São Paulo, destacam-se ainda os trabalhos de Neide Morais de Melo, "*Intelectuais na vida pública: Mário de Andrade e Monteiro Lobato*" (2007), orientado por Gabriel Cohn; "*A esquerda experimentalista: uma análise da teoria política de Unger*" (2009), de Carlos Sávio Gomes Teixeira, orientado por Fernando Haddad.

intelectuais públicos como atores políticos capazes de atuar para fins hegemônicos e contra-hegemônicos. A abordagem busca compreender, por meio do estudo do pensamento dos intelectuais brasileiros, o processo de modernização do país e sua inserção na periferia do capitalismo (LYNCH, 2016: 110).

Nos anos 2000, o crescimento de novas publicações acerca do pensamento político brasileiro tem sido notável. Em sua obra "*Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil*" (2011), Lessa defende o resgate da tradição ensaística do pensamento político brasileiro. Entre 2006 e 2016, além de um crescimento exponencial do número de teses defendidas no campo em programas de doutorado na USP, Iesp-Uerj, UFMG, Unicamp, UFSCar, UFF e UnB, além de uma expansão do espaço de debates na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

O mais importante embate no campo de estudos no campo de estudos do Pensamento Político Brasileiro opõe as abordagens filosóficas ou textualistas às históricas ou contextualizas. A primeira, textualista, oriunda dos estudos da história da filosofia, se destaca pela sua abordagem atemporal, sistemática, abrangente e abstrata de textos considerados canônicos. Já a segunda, contextualista, não promove a separação dos textos em relação aos contextos em que foram produzido, focando especialmente na reação dos autores às contingências de sua época (LYNCH, 2016: 107).[24] A querela entre filósofos e historiadores no Brasil contrapôs, de um lado, os contextualistas Marcelo Jasmin, João Feres Júnior e Ricardo Silva e, do outro, os textualistas Gildo Marçal Brandão e Renato Lessa (LYNCH, 2016: 108).

2.2. As origens da História das Ideias

Legado pela tradição cartesiana, o conceito tradicional de ideia é associado à representação imagética de objeto ou de fato do mundo exterior (SILVA, 2015: 2). Weber afirmava ideias seriam como "*manobreiros que determinam os trilhos pelos quais a ação é impulsionada pela dinâmica dos interesses*" (Weber, 1981: 280 apud Perissionoto e Stumm, 2017: 121). Embora ideias políticas, filosóficas, religiosas e artísticas sejam objeto de compilação, sistematização e estudo há séculos, somente no século XX o campo de estudos da História das Ideias emergiu como uma disciplina independente e adquiriu perenidade na

[24] Essa querela reproduziu, no Brasil, os embates que se viram no mundo anglófono entre filósofos da política (Leo Strauss) e historiadores contextualistas, como Quentin Skinner e John Pockock.

academia ao estudar a percepção que temos do mundo e as suas diversas representações através do tempo. Próxima dos domínios da História, da Filosofia, da Teologia e da Filologia, onde tem suas raízes, a História das Ideias mescla campos do saber diversos, como o estudo das artes, das narrativas filosóficas, das escolas literárias, das ideologias políticas e das narrativas dos intelectuais. Seus métodos foram sendo refinados conforme as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Psicologia) dela se apropriaram dela em suas investigações acerca da linguagem e da crítica.[25]

A disciplina passou por variações ao longo do século XX, moldada por diferentes escolas e gerações de historiadores das ideias, conquistando uma posição importante no campo de estudos da História. Os estudos de Thomas S. Kuhn mostraram que as ideias não fluem de forma linear, contínua, evolutiva e acumulativa, mas por meio da concorrência e a disrupção de paradigmas. Nos Estados Unidos, Arthur Lovejoy**,** imbuído de uma perspectiva idealista segundo a qual o papel do historiador era o de localizar, sistematizar e apresentar o pensamento ao longo dos séculos, foi o responsável pela institucionalização da disciplina da História das Ideias, a partir da década de 1930, dando-lhe um objeto, programa e métodos próprios (SILVA, 2015: p. 6). A visão tradicional da ideia como representação do mundo exterior foi questionada por reflexões que demonstraram que a linguagem poderia adquirir diferentes conotações, em função dos diversos contextos e jogos de linguagem.

No âmbito dos estudos da História das Ideias, essas reflexões ajudaram a pensar como as ideias se articulam, são transmitidas, ressignificadas e recepcionadas ao longo do decurso temporal (SILVA, 2015: 3). Os hábitos mentais, conscientes ou não - tidos como crenças naturais e habituais enraizadas muitas vezes não são formalizadas, discutidas ou investigadas do ponto de vista da autoconsciência lógica - constituem um elemento decisivo da formação do pensamento dos autores. Outra componente importante é o "*pathos metafísico*", isto é, a influência do mundo das coisas (realidade) nas construções filosóficas (LOVEJOY, 2005: 21 apud SILVA, 2015: 4). A tarefa do historiador das ideias é rastrear as ideias-unidade originais nas diversas áreas do conhecimento que tivessem algum grau de relevância para a compreensão do texto, buscando o seu sentido e as suas conexões com outras ideias. Procedimento igualmente utilizado é o de identificar as manifestações dessas ideias não apenas num autor eminente, mas numa coletividade de pessoas, buscando mapear sua difusão para um acervo maior de mentes (SILVA, 2015: p. 5).

[25] Os pioneiros desse campo de estudos, em suas diversas vertentes, foram os historiadores Nils Johan Nordström (1891-1967) e Sten Lindroth (1914-1980), na Suécia; o sociólogo e filósofo Karl Mannheim (1893–1947), na Áustria; o filósofo Arthur Oncken Lovejoy (1873-1962), nos Estados Unidos.

Dadas as semelhantes preocupações, a História das Ideias teve uma estreita aproximação com a História Política e com a História Cultural, a ponto de ser confundida com as mesmas. No exame das elaborações filosóficas dos pensadores da política, esse diálogo também se estende para a identificação das correntes ideológicas e do sistema de difusão de ideias, interconectando-se com a História Social (BARROS, 2007: 202-203).[26]

A renovação da História das Ideias seguiu as novas tendências presentes na historiografia ocidental. Inicialmente desconectada dos contextos sociais, a História das Ideias progressivamente absorve a perspectiva contextualista. A aproximação entre o universo das ideias (plano intelectual) e o mundo social (realidade) passou a integrar as diversas abordagens de estudos, embora algumas correntes optassem por continuar a rejeitar ou ignorar os contextos na análise textual, focando exclusivamente em aspectos linguísticos, hermenêuticos e literários (SILVA, 2015: 6). A revitalização epistemológica do campo de estudos, nos anos 1960, ofereceu a possibilidade de maior conexão entre Filosofia, História, Ciência Política e Linguística, abrindo novas fronteiras e horizontes para a análise das situações históricas nas quais as ideias surgiram. Houve um esforço de retomada graças à recomposição de suas bases epistemológicas, ocorrida na Alemanha com Otto Brunner e Reinhart Koselleck, e na Inglaterra, com Peter Laslett, John Dunn, Quentin Skinner e John Pocock (STAHL, 2016: 14).

A abordagem contextualista da História das Ideias capta as conexões ideológicas e as afiliações intelectuais a correntes de pensamento, tecendo uma ponte entre as palavras e o mundo em que elas foram concebidas (SKINNER, 1969, 1996; POCOCK, 1971, 2003; KOSELLECK, 1992, 1999, 2006, 2013; ROSANVALLON, 2010). Skinner e Pocock foram os autores que melhor sintetizaram as visões da chamada Escola de Cambridge da História das Ideias, centrada em Cambridge, na Inglaterra, propondo uma revisão de paradigmas e a renovação dos programas. Suas respectivas obras integram os programas dos cursos de História, Filosofia Política e Ciência Política, nas mais renomadas universidades do mundo. Inspirados na hermenêutica de Wilhelm Dilthey (1833-1911), os alemães elaboraram várias ramos da História das Ideias: *Begriffsgeschichte* (História dos Conceitos), *Ideengeschichte* (História das Ideologias), *Geistesgeschichte* (História da Cultura) e *Problemgeschichte* (História dos

[26] Até então centrada em autores eruditos ou em temas distantes das mentalidades comuns, a *École de Annales* teve um papel importante para ampliar as fronteiras da investigação, aproximando-se também da História das Mentalidades, às vezes chamada de História Cultural. Um exemplo são os estudos de Roland Barthes (1915-1980), Michel Foucault (1926-1984), Roger Chartier (n.1945) e de Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Humberto Eco (1932-20...), em suas reflexões sobre a estética e a antropologia medievais no campo da semiologia, examina os desdobramentos dos sentidos semânticos, aproximando-se da História das Ideias.

Problemas). Principal expoente da *Begriffsgeschichte,* Koselleck, direcionou suas investigações para o estudo dos conceitos, cobrindo sua definição, histórico e sentido.

A partir da renovação dos estudos da disciplina, a História das Ideias vislumbra três grandes vertentes interpretativas: (i) *ideias como unidades*, que se vale de métodos quantitativos e da etimologia para a análise de documentos antigos; (ii) *ideia como discursos*, com ênfase nos contextos, na ideologia e nas influências socioculturais implícitas; (iii) a *ideias como paradigmas*, que focam nas características comuns, nas relações de poder, na disputa entre modelos e estilos. O estudo sobre grandes movimentos ou correntes de pensamento abrange concepções sobre ideias políticas, filosóficas, estéticas e científicas, bem como o contexto específico que as interligam com a realidade política, econômica, social e cultural de cada época. O estudo das ideologias e da difusão de ideias a aproxima da História das Mentalidades, que se preocupa com as práticas culturais que circulam através do tempo. Embora exista intersecção, ambas não se confundem. A História das Ideias foca em discursos, escritos, narrativas e movimentos de toda ordem, enquanto a História das Mentalidades tem preocupações mais amplas, buscando investigar padrões mentais e modos mais abstratos de pensamento que vão muito além da cultura letrada (BARROS, 2007: 205-207).

Nesse sentido, com os avanços verificados, a História das Ideias tornou-se capaz de ajudar a iluminar as linguagens originais de determinados conjuntos de ideias, afastando-se de interpretações anacrônicas e aprofundando-se na recriação das temporalidades, na reprodução dos contextos e na compreensão das sutilezas de significação. A superação da perspectiva intemporal permite reconstituir a realidade de épocas distantes e conectá-las com o conteúdo dos textos, ajudando a entender o papel das estruturas e dos momentos linguísticos na construção do pensamento do sujeito histórico. O historiador é capaz de perceber como determinado "*produtor de ideias*" dialoga com os seus contemporâneos, bem como a operação de absorção de ideias com autores com os quais dialogou. A construção dessa teia de ideias aponta para uma "*rede intertextual*", ou tradição de pensamento, dentro da qual se inscreve ou com a qual contrasta ou rompe (BARROS, 2007: 207-208).

Na Ciência Política contemporânea, os pesquisadores encontram-se com os estudiosos da História das Ideias quando buscam entender conceitos e buscar explicações mais amplas para fenômenos políticos no tempo. Apesar da importância da contribuição metodológica da História das Ideias, os críticos apontam igualmente as suas limitações, em especial os exageros de autores que afirmam ser possível uma rigorosa reprodução da realidade original e dos estilos da época. Uma crítica que se faz à Escola de Cambridge é a de que a busca das intenções do

autor pode confundir correlação com causa, atribuindo a um determinado pensador ideias ou influências que originalmente não possuía. Na direção oposta, a ênfase maior no contexto do que nas próprias ideias também leva a um historicisimo e sociologismo exacerbados. A concepções de mundo e os valores do historiador, do filósofo, do crítico de arte ou do cientista político, no ato de interpretar, também guiam, de algum modo, a análise. Na visão de Barros,

> pairando criticamente entre a antiga ilusão de neutralidade e o permanente estado de alerta diante dos perigos do anacronismo, o historiador das ideias deveria se habilitar a trabalhar concedendo um espaço às vozes do passado sem pretender sufocar inutilmente a sua própria voz. Ao mesmo tempo, entre as impossibilidades de um mais-que-perfeito "contextualismo" e as pretensões de um "internalismo" que investe nas possibilidades de buscar exclusivamente dentro de um texto os seus significados – geralmente à luz das metodologias semióticas de origem estruturalista – o historiador das ideias deve fazer as suas escolhas possíveis (BARROS, 2007: 208).

Em suma, a História das Ideias tem revelado um domínio historiográfico dos mais ricos e produtivos, em conexão estreita com a História Cultural, a História Política, a História das Mentalidades, a História Social, a História da Ciência, a História da Literatura, a História das Artes, a História Econômica, a História Miliar e a História da Política Externa, com abordagens múltiplas e interdisciplinares para diferentes textos, correntes e contextos (BARROS, 2007: 208). Embora ainda existam correntes tradicionalistas que não explorem tanto o diálogo de ideias através do tempo, o contexto histórico-social tem sido cada vez mais evocado para conectar ideias com a sua época.

2.3.A perspectiva de Quentin Skinner

O historiador inglês Tony Judt, em sua obra "*Pensando o Século XX*", argumenta que a proximidade com eventos e a familiaridade com personagens seriam vantajosas para os historiadores, ajudando a esclarecer os fatos antes que a memória se dissipe e as provas e evidências materiais se percam. Por outro lado, a familiaridade também é geradora de problemas: preferências ideológicas do investigador e percepções socialmente enraizadas acerca da personagem em estudo podem levar a uma perda de objetividade e de imparcialidade analíticas. Judt (2004) argumenta que os historiadores são ensinados a manter uma distância prudente de seus textos, evitando torna-se mais importante do que a história que pretendem analisar. No entanto, faz uma ressalva:

> um historiador (ou mesmo qualquer outra pessoa) sem opinião não é muito interessante, e seria na verdade estranho se o autor de um livro sobre o seu próprio tempo não tivesse visões intrusas sobre as pessoas e ideias que o dominaram (JUDT, 2014: 412).

O dilema entre proximidade e distanciamento cronológicos exposto por Tony Jundt em seu estudo sobre o século XX foi abordado pelas três vertentes contextualistas. Para os estudiosos da Escola de Cambridge, os escritos dos intelectuais são o produto das interações dos autores com os desafios de cada período histórico no qual estão inseridos. As principais referências dessa corrente historiográfica são os historiadores britânicos Quentin Skinner e John Pocock, cujas obras revisaram abordagens anteriores do pensamento político, apontaram problemas metodológicos e propuseram um novo programa para o estudo de textos. Skinner (1969 e 1996) sistematizou as duas possibilidades procedimentais para a análise de uma obra histórica: a contextualista, focada em fatores religiosos, políticos e econômicos, a internalista, centrada no texto como unidade autossuficiente de análise. A perspectiva skinneriana, desse modo, representou uma das mais influentes e impactantes tentativas de reconstrução da História das Ideias. Sua contribuição foi um divisor de águas nesse campo de estudos. Considerando os avanços dos estudos de filosofia da linguagem e de filosofia da ciência, o reconhecimento de que seria impossível reconstruir um conhecimento original antes do ato interpretação ou independentemente deste (SILVA, 2016: 9).

Skinner utilizou a teoria dos "*atos de fala*" de Austin, buscando mostrar a transparência da linguagem utilizada pelos autores, ancorar seus textos em situações históricas específicas e resgatar as suas intenções morais originais. A busca das relações dialógicas entre aquilo que é documentado e o que se encontra por trás dos textos originais, isto é, a interface entre texto e contexto, deveria ser o problema central a ser investigado (SILVA, 2016: p. 12).[27] Em "*Meaning and Understanding in the History of Ideas*" (1969), considerado um dos artigos fundacionais dessa escola do pensamento, Skinner busca compreender o significado dos textos

[27] Dominick LaCapra estabeleceu seis possibilidades de relacionamento entre texto e contexto: (i) relação da intenção do autor e o texto; (ii) relação entre a biografia do autor e o texto, o que possibilita investigar também se haveriam contradições com as intenções originais; (iii) relação entre a sociedade com os textos, e vice-versa. (iv) relação da cultura com os textos, o que envolve a pesquisa das comunidades de discursos mais relevantes para os intelectuais; (v) relação do texto com o corpus do escritor, comparando-se o texto em análise com a sua produção mais ampla, o que permite colocar em discussão a unidade de sua obra; (vi) relação entre modos de discurso e texto, com foco nas estruturas e convenções da escrita e leitura do texto. La Capra considera o esforço de reconstrução do passado, através de documentos confiáveis e da apreensão dos contextos em que foram produzidos, fundamental para o historiador das ideias (SILVA, 2015).

através do uso da linguagem. Por trás do que é dito numa sentença, haveria algo mais, fruto do conhecimento de como o autor profere o seu "*ato de fala*". Ao conhecermos o que um determinado autor está fazendo ao proferi-lo, podemos iluminar melhor o conteúdo do que é dito e descobrir as suas reais intenções. Assim, a compreensão ou entendimento de uma sentença (*understanding*) não possui correspondência estrita ao seu significado (*meaning*). Para compreender o "*algo mais*" ou as "*entrelinhas" da sentença*", é preciso conhecer o que o autor estava fazendo ou a sua intenção ao proferir o ato de fala. [28] Para Skinner, o contexto ajuda a compreender a força ilocucionária com que as sentenças foram elaboradas. Transpõe-se, assim o modelo de compreensão da comunicação oral para entender a interpretação de textos, separando-se contexto linguístico da força ilocucionária. Skinner diferencia os termos em inglês *utterance* (enunciado falado) e *estatement* (enunciado falado ou escrito). Somente ao compreender os dois aspectos da comunicação, pode-se elucidar, com precisão, o que o autor pretendia dizer, que plateia pretendia atingir, com quais correntes intencionava dialogar, resgatando o seu conteúdo original (SKINNER, 1969; FERES JUNIOR, 2005: 659).

Em seu projeto historiográfico, Skinner discute as características mais relevantes das sociedades em que os autores conviveram e os problemas centrais com os quais se depararam. O contexto se refere às obras anteriores com as quais tiveram contato, os axiomas herdados e as contribuições variadas do vocabulário normativo. Para Skinner, os historiadores que pretendem fazer história da teoria política e recuperar as "*mentalités*" que cercavam os intelectuais raramente conseguem fazer análises precisas e recuperar o panorama histórico apenas focando suas atenções apenas nas discussões abstratas, não nos problemas da vida real. Dessa forma, argumenta, o mérito do seu método era construir imagens mais realistas de como o pensamento político foi forjado, aproximando-se de um exercício realmente histórico (SKINNER, 1996: 10-11). O estabelecimento de vínculos entre ideias e princípios, de um lado, e a conduta política, de outro, ajuda na tarefa de interpretação do significado dos textos. O uso de vocabulários normativos para descrever e legitimar comportamentos ajuda na tarefa do historiador:

> Assim, o problema de um agente que pretenda legitimar o que está fazendo ao mesmo tempo que obtém o que deseja não se reduz à questão, simplesmente instrumental, de recortar sua linguagem normativa a fim de adequá-la a seus

[28] Dito de outro modo, o conteúdo de um texto não se restringe ao que é dito. Como exemplo, uma frase simples como "feche a porta" poderia conter várias intenções (conselho, ordem, pedido, sugestão, ironia). O entendimento dela é essencial para a compreensão correta do ato de fala (FERES JUNIOR, 2005: 658).

> projetos. Terá de ser, pelo menos em parte, a questão de recortar seus projetos a fim de adequá-los à linguagem normativa de que dispõe (SKINNER, 1996: 12)

Em "*The foundations of modern political thought*" (1978), sua obra mais conhecida, Quentin Skinner estuda as origens da Renascença, do Absolutismo, da Contrarreforma, do Constitucionalismo e do Calvinismo, momentos marcantes da história ocidental entre os séculos XV e XVI. Skinner estuda o contexto em que as ideias e conceitos de intelectuais como Maquiavel, Hobbes e Locke foram formulados para esclarecer quais foram as suas escolhas e os seus posicionamentos diante dos grandes debates de seu tempo. O autor sustenta que é tarefa fundamental incorporar, nas análises históricas, o contexto de obras canônicas anteriores que influenciaram os pensadores, os axiomas ideológicos vigentes naquele período e, não menos importante, as contribuições de manifestações tidas, nas respectivas épocas, como menores ou efêmeras (discursos, manifestos, panfletos etc).

> Com razão a historiografia recente chegou ao lugar-comum de que, se temos em mira compreender sociedade anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas *mentalités* de dentro, da forma mais empática possível. Mas é difícil perceber como poderemos chegar a essa espécie de compreensão histórica se continuarmos, no estudo das ideias políticas, concentrando o eixo da nossa atuação naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado. Se, por outro lado, tentarmos cercar esses clássicos com o seu contexto ideológico adequado, poderemos ter condições de construir uma imagem mais realista de como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado (SKINNER, 1996: 11)

O estudo das grandes obras de filosofia política proporciona informações adicionais sobre sua etiologia e amplia a nossa visão acerca das intenções reais do autor, algo que não seria viável apenas com a leitura e releitura dos textos, desconectados do seu redor. Os argumentos que apresentavam, as questões que tentaram formular, as reações ao debate político de seu tempo ajudam a entender não somente a realidade da época, mas os seus próprios textos (SKINNER, 1996: 14). Um exemplo simplificado a que Skinner recorre é o do filósofo inglês John Locke, que em sua obra "*Dois tratados sobre o governo*", não faz menção à força coercitiva da antiga Constituição inglesa, algo que seus contemporâneos interpretariam como uma grande lacuna em sua argumentação. Com base no estudo de um vasto conjunto de fontes

que iluminam o debate político do século XVII, Skinner sustenta a hipótese de que Locke teria ignorado propositalmente o tema por considera-lo indigno de sua consideração. Assim, reagia ao debate do seu tempo através do silêncio. Essa observação não pode ser realizada descartando-se o contexto em que viveu (SKINNER, 1996: 2).

No entender de Skinner, os historiadores políticos costumam atribuir um papel marginal aos princípios e às ideias para explicar as ações de atores em determinada época. Assim, um agente político adotaria determinados princípios ou ideias com o intuito revestir as suas ações futuras com ideias moralmente aceitáveis, legitimando-as perante a sociedade e a posteridade. O problema do agente, nessa linha, era o de saber recortar um conjunto de ideias que se adequassem com os seus reais propósitos e com as suas ações. A seleção de ideias seria algo meramente instrumental, não ajudando a explicar o comportamento individual. A tarefa de situar um texto em um contexto ou quadro histórico permite que se construa uma interpretação mais abrangente, fortalecendo as conexões entra a teoria e a *práxis*. Ao proceder à investigação do contexto da sociedade em que os autores viviam, podemos compreender melhor os argumentos, as indagações, as questões e as respostas que formulavam acerca dos problemas, ideias e convenções predominantes no debate político de seu tempo. E, ao aceitar, endossar, constatar, repelir ou ignorar determinadas ideias, os autores dizem muito sobre a sua interação com as sociedades nas quais viveram (SKINNER, 1996: 12).

A compreensão do vocabulário político à disposição dos escritores abriria importantes perspectivas para os investigadores. Skinner exemplifica essa afirmação ao demonstrar que a linguagem política da Renascença italiana, nos primórdios da modernidade, derivaria, em larga medida, dos valores e crenças do estoicismo romano. Na medida em que se conhece o processo de elaboração do pensamento de um autor que lida com os clássicos romanos para elaborar um pensamento sobre os desafios das Cidades-Estado italianas do século XIV, pode-se vislumbrar "*o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer*" (SKINNER, 1996: 13). Faz ainda uma crítica ao anacronismo e à imputação de ideias que não correspondiam às intenções originais dos autores no contexto em que escreveram os seus textos fundamentais. Ao estudar o pensamento humanista no Renascimento, mostra que ele buscou adotar uma atitude de diferenciação da sua época em relação à Antiguidade Clássica. Não havia, até então, uma sensação de descontinuidade entre a civilização greco-romana e a Idade Média, sobretudo na Itália, em que as cidades ocupavam as mesmas localidades das cidades romanas e onde alguns instrumento jurídicos dos tempos imperiais (Código Justiniano) ainda vigoravam. Dessa

forma, a cultura milenar de gregos e romanos era vista como familiar e contínua, não como um momento histórico separado e localizado no tempo (SKINNER, 1996: 106).

Ao estudar a produção intelectual de Maquiavel, examina as correntes pretéritas com as quais o pensador florentino dialogava e as circunstâncias que mobilizavam a sociedade na qual estava imerso, como as ameaças de invasões externas, a vulnerabilidade das cidade-estado e a necessidade de conservação da ordem política. Desse exercício historiográfico, extrai quais eram as gramáticas políticas pretéritas e os fatores fundamentais que influenciaram a gênese do pensamento de Maquiavel. Segundo Skinner, Maquiavel, em "*O Príncipe*", ataca a visão que os seus contemporâneos tinham da teoria política, salientando, em especial, a falta de destaque que se dava à força na vida política. O senso comum dos tratadistas atribuía grande valor ao empenho numa vida virtuosa como condição para o alcance de objetivos supremos (honra, glória e fama). Maquiavel mostra que tal pressuposição padeceria de ingenuidade, dado que sem a garantia de força militar efetiva, a estabilidade principado estaria em risco, pondo a perder qualquer possibilidade de realizações virtuosas (SKINNER, 1996: 150). Outro ponto que Maquiavel contesta em sua obra, salienta Skinner, é a tese humanista de que o cultivo da mais ampla e variada qualidade de virtudes cristãs e morais seria o elemento necessário para a conservação da estabilidade do Estado. Como se sabe, Maquiavel rejeita a convenção de que o agir sempre virtuoso era o elemento mais importante e divorcia a política da moral, proclamando a "*autonomia da política*". No entanto, Maquiavel concorda com os seus contemporâneos quanto aos objetivos centrais que os governantes devem almejar: a manutenção do Estado, a grandeza, a honra, a glória e a fama. A diferença encontra-se nos métodos adequados para a consecução dos fins. Para Skinner, o pensador florentino faz uma crítica à incapacidade dos pensadores de sua época enxergar o dilema dos detentores do poder:

> aceitar sem nenhuma reserva que se um príncipe estiver empenhado seriamente em "*manter seu estado*", terá de renunciar às exigências da virtude cristã, abraçando de todo o coração a moralidade em tudo diferente que lhe determina a posição que ocupa. Assim, a diferença entre Maquiavel e seus contemporâneos não pode ser corretamente avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade. O contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas – duas exposições antagônicas e incompatíveis do que em última análise se deve fazer (SKINNER, 1996: 155).

Assim, ao atacar o conjunto de valores supremos que guiavam os príncipes, propõe uma nova orientação, que não abandona as normas cristãs e morais legadas da tradição humanista,

mas a elas acrescenta um conselho primordial: o príncipe deveria seguir no caminho da virtude, sempre que possível; mas se as circunstâncias o indicassem, poderia praticar o mal, sem remorso. A maneira fria, amoral e técnica com que escreve tais conselhos, nota Skinner, derivaria da necessidade de afirmar-se como *expert* em política, tecendo reflexões aplicáveis a todos os tempos e em todas as ocasiões. Desse modo, o pensador de Florença amplia o conceito de *virtù*, utilizando-o como referência às qualidades para a manutenção da estabilidade do Estado e para a realização de feitos extraordinários pelos governantes (SKINNER, 1996: 157-159).

Skinner aborda a questão das "mitologias" ao explicar como os historiadores podem ser movidos por expectativas ao tentar comprovar que o autor de um texto teria dito algo relevante sobre um tema analisado. Outra possibilidade de metodologia é a inconsistência ou a omissão do autor sobre determinado tópico. Nessa linha, o historiador também deveria abandonar a busca de "*problemas perenes*" ou de "*verdades universais*" (SILVA, 2016: 8-9). Ao debater o conceito de liberdade republicana, Skinner demonstra como Maquiavel contesta a tese ortodoxa em seu tempo de que a boa fortuna e a virtude militar moderaram os tumultuados tempos da República de Roma. Assim,

> ao enfatizar os perigos da discórdia civil e ao mesmo tempo defender o valor da liberdade política, a maior parte de seus contemporâneos simplesmente se mostrou incapaz de perceber as consequências de suas próprias teses e argumentos. (...) Concordavam eles em que a liberdade somente se pode conservar promovendo-se a virtù, e que esta somente se pode promover se os cidadãos tiverem uma plena participação nos negócios políticos. Mas não conseguiram, segundo Maquiavel, apreciar que os "tumultos" da Roma antiga resultava exatamente de uma intensa participação política, e portanto expressavam a mais alta virtude cívica" (SKINNER, 2003: 201-202)

Os teóricos da política são confrontados, ao longo de sua trajetória, com os desafios e problemas práticos da vida política, acerca dos quais propõem reflexões e saídas (SKINNER, 1996: p. 10). Os críticos de Skinner salientava que seu método se assentava num erro: o de que a comunicação oral e textual basicamente se equivaliam e, portanto, poderiam ser analisadas com as mesmas ferramentas, sem as adaptações necessárias. Assim

> todo o edifício da metodologia skinneriana se assenta sobre um erro, qual seja, o de trabalhar com a premissa, presente em todos os seus trabalhos sobre metodologia, de que comunicação oral e comunicação textual não são significativamente diferentes,

> ou melhor, com a premissa de que uma teoria desenhada para a análise dos atos de fala pode ser simplesmente aplicada, sem maiores adaptações, à interpretação dos textos (FERES JUNIOR, 2005: 357).

No entanto, o método skinneriano pressupõe que os dois aspectos da comunicação sejam compreendidos em conjunto, já que o conteúdo da fala (intenção) interfere no conteúdo do texto Para Skinner (1969), é um desafio separar as intenções de autor, o significado de seu trabalho para os seus contemporâneos e o entendimento do intérprete que analisa a sua obra. Feres Júnior adverte para os riscos da contaminação do projeto de interpretação com as expectativas dos intérpretes. Skinner afirma que o conhecimento da intenção original do autor ao redigir o seu texto (*in writing*) é fruto do conhecimento da contextualização da obra, especialmente as convenções linguísticas de que fez uso. Nessa direção, a história da teoria política, ao traçar um quadro de como o pensamento foi produzido no passado, ajuda a iluminar o papel desempenhado pelos intelectuais na vida política, conectando o mundo da ideologia com o da ação. Uma das principais tarefas do intérprete, portanto, é desvendar os eventos linguísticos e não-linguísticos envolvidos, o que exige explicitar e conhecer, com a maior precisão possível, como esse conhecimento é produzido. Esse trabalho hermenêutico requer uma negociação entre a linguagem do autor e a do texto, pois ao se defrontar com as linguagens de outros tempos, o historiador torna-se capaz de enxergar o presente com olhos críticos (FERES JUNIOR, 2005: 661-663). Na visão de Feres Junior, Skinner fala de autores clássicos como se fosse possível aos intérpretes acessar as intenções originais e travar contato direto com as personagens investigadas.

> Contudo, somos obrigados a perguntar, do ponto de vista do intérprete, quem é esse autor-sujeito? Quem são Maquiavel, Hobbes ou Francisco Vitória, senão coleções de material escrito? Como tal, eles apresentam-se para nós, interpretes do presente, sempre através do mesmo meio, o texto (FERES JUNIOR, 2005: 670)

O entendimento mútuo da referência é vital para a comunicação oral, conectando as palavras ao mundo. No entanto, não é possível acessar as intenções originais e o mundo do passado sem a mediação dos próprios textos, originais ou de seus contemporâneos (FERES JUNIOR, 2005: 671). Skinner também acredita ser possível desvendar as referências da situação original, seja através da sua biografia ou do contexto histórico. Isso gera uma contradição: de um lado, o desejo de se resgatar a linguagem original do passado, insulando-a de interferências do presente; de outro, a utilização de instrumentos de análise advindos das

tradições filosóficas e dos avanços historiográficos contemporâneos. Na visão de Feres Junior, a solução seria considerar a visão de Skinner um instrumental transitório para a interpretação de textos ou aceitar o seu caráter contingente (FERES JUNIOR, 2005: 671). Dessa forma, a teoria proposta por Skinner, levada ao extremo, pressupõe que o intérprete entre numa máquina do tempo e se transfira para o mundo do autor. Tarefa virtualmente impossível, dado que esse mundo não existe mais como experiência vivida, mas como registro textual.[29]

2.4. As linguagens políticas de John Pocock

O historiador John Pocock, ao lado de Skinner, é outro dos pilares da Escola de Cambridge. Em sua obra "*The Machiavelian Moment"* (1975), Pocock analisa o pensamento político da Renascença até a Independência dos Estados Unidos, mostrando as conexões entre a Antiguidade Clássica, o Humanismo Cívico da Itália do século XV e as ideias dos *Founding Fathers* das repúblicas norte-americanas. Pocock procura entender as gramáticas das linguagens políticas que disputam as preferências dos intelectuais, substituindo uma visão mecanicista por uma perspectiva capaz de captar movimentos sincrônicos (tradições) e diacrônicos (inovações) do seu pensamento. Em "*Linguagens do Ideário Político*" (2003), o autor argumenta que as linguagens apresentam uma dimensão histórica: "*cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa*" (POCOCK, 2003). Para escapar de análises hermenêuticas textualistas, o historiador deveria mobilizar mais provas e evidências do contexto que, aplicada na análise, corroborassem as suas hipóteses. Assim,

> Não nos importa muito saber se os primeiros leitores de *Il Principe* (fossem quem fossem) estavam dispostos a aceitar a legitimidade do governo restaurado dos Medici, especialmente considerando-se que a obra parece capaz de operar em ambas as direções. O que nos importa é estudar as diferenças que *Il Principe* e o Leviatã representam diante das premissas sobre as quais o discurso político era efetivado. Isso significa dizer, evidentemente, que somos historiadores do discurso, não do comportamento, mas significa também ler Maquiavel e

[29] Para Feres Junior, *"as noções contemporâneas da historicidade e contexto histórico não advêm exclusivamente da interpretação direta de fontes primárias, mas também da recepção dessas pelas gerações que sucederam ao texto.* Ou seja, prossegue, *"há de fato uma teia complexa de mediações textuais que condicionam nosso entendimento presente no contexto de um dado período histórico e, portanto, condicionam também nosso entendimento do texto em contexto"* (Feres Junior, 2005: 672). Assim, todos as fontes textuais contextuais também apresentam os mesmos problemas que os textos principais analisados.

> Hobbes como eram lidos por todos aqueles cuja resposta a esses autores possuímos em forma escrita (POCOCK, 2003: 38)

A história do pensamento político tem passado por várias mudanças nas últimas décadas que apontam para o resgate do discurso. Ainda nos anos 1950, essa tendência se fez presente nas análises linguísticas de filósofos que buscavam a validação de suas proposições. Na visão do historiador, o desenvolvimento da teoria dos atos de fala (*speech acts*), na Inglaterra, apresentava os pensamentos como *"elocuções atuantes sobre aqueles que as ouvem, e até mesmo sobre aqueles que as enunciam*" (POCOCK, 2003: 24). Os historiadores, filósofos e cientistas políticos também participam da cena política e interagem entre si, lançando mão de uma diversidade de contextos linguísticos que enriquecem o resgate da história. Ao se buscar as intenções do autor sem indícios das suas intenções fora do texto, existe o risco de que o intérprete se torne um prisioneiro do denominado "*círculo hermenêutico*". O aumento da quantidade de provas disponibilizadas ajuda na construção de hipóteses que, confrontadas com o texto, ajudam na elaboração de teses acerca do pensamento dos autores. Da mesma forma, o questionamento dessas hipóteses irá requer a reunião de um conjunto igualmente grande de novas provas, e assim sucessivamente (POCOCK, 2003: 27). Para o historiador, as intenções dos autores não existem antes de serem articuladas em um texto; portanto, não existem fora da linguagem em que o texto é construído.

> O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente construídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que ele pode dispor para efetuá-las. Nesse ponto, a objeção que estamos analisando levanta a questão da *langue* bem como a da *parole*, do contexto linguístico bem como do ato de fala (ou de discurso). (POCOCK, 2003: 27-28).

Nesse sentido, o conhecimento dos textos escritos, das linguagens selecionadas, dos programas de ação praticados e da contextualização política, social, econômica e cultural, tornaria possível a formulação de hipóteses acerca das necessidades, intenções e estratégias dos autores (POCOCK, 2003: 38). Como ilustração,

> Ninguém tentou identificar os mil cavaleiros cujas mentes Hobbes certa vez afirmou terem forjado uma conscienciosa ao governo da *Commonweath*, nem

> nos diria muito sobre o *Leviatã* saber se eles realmente existiram. Não nos importa muito saber se os primeiros leitores de *Il Principe* (fossem quem fossem) estavam dispostos a aceitar ou rejeitar a legitimidade do governo restaurado de Médici, especialmente considerando que a obra parece capaz de operar em ambas as direções. O que nos importa é estudar as diferenças que *Il Principe* e o *Leviatã* apresentaram diante das premissas sobre as quais o discurso político era efetivado (POCOCK, 2003: 38)

Na análise da obra dos grandes pensadores, percebe-se que nem todos eles buscaram a sistematização de sua teorização política. Alguns historiadores das ideias buscam, no conjunto de textos de vários autores, um princípio organizador que garanta unidade ou continuidade. Nesse esforço, os intérpretes buscam indícios que lhes permitam afirmar que o texto foi imbuído de algum grau de continuidade e reconstroem, passo a passo, o caminho que o autor seguiu para apresentar suas ideias (POCOCK, 2003: 50-51). Contudo, muitas vezes esse exercício se faz impossível. Para entender o conjunto de ações e transformações, inovações e acontecimentos envolvidos na história do discurso, o intérprete deve estudar o texto original e analisar os diversos textos que influenciaram ou impactaram o autor, posicionando-o numa dada tradição. Assim, a atenção do historiador se volta para o cotejo de textos que vão sendo interpretados, reinterpretados, absorvidos ou desconstruídos (POCOCK, 2003: 55).

> Em vez de supor um único espelho refletindo acontecimentos de um mundo exterior, no momento de sua ocorrência, seria melhor supor um sistema de espelhos voltados para dentro e para fora em diversos ângulos, de maneira a refletir as ocorrências do mundo espelhado, em grande parte, através dos diversos modos como se refletem uns aos outros. Uma discussão entre os observadores de espelhos tem, portanto, uma certa relação com o modo como os espelhos se refletem uns aos outros, mesmo antes de essa discussão se focalizar sobre a possibilidade de haver algo novo no campo da visão. Melhor ainda seria supor que os espelhos estão dispostos tanto diacrônica quanto sincronicamente, de maneira que, enquanto alguns deles compartilham o mesmo momento no tempo, outros estejam situados em seu passado e seu futuro. (POCOCK, 2003: 56).

O historiador visualiza a formação das linguagens como respostas às pressões internas e externas que se formam ao longo do decurso temporal. Logo, "*ele interage com a experiência e fornece as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a experiência tem de ser reconhecida e articulada"* (POCOCK, 2003: 56). Ao se debruçar sobre as narrativas de

autores clássicos, os historiadores conseguem perceber identificar suas repostas aos desafios e às experiências de seu tempo, mapeando, através do discurso, sua reação às correntes e teorias. As pressões externas do contexto levam os autores a verbalizar e eternizar, pela intermediação da linguagem, o debate de seu tempo, utilizando-se de paradigmas, convenções, conceitos, princípios, teorias e linguagens diversas (POCOCK, 2003: 56).

2.5. A História dos Conceitos de Reinhart Koselleck

Metodologicamente próxima à Escola de Cambridge na Europa continental, a História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*) lida com a evolução do significado de termos da linguagem política ao longo tempo do tempo. A *Begriffsgeschichte* tem sua origem nas tradições da hermenêutica, da filologia e na história da filosofia. Embora anterior às construções teóricas da Escola de Cambridge, tendo surgido no final dos anos 1950, atingiu a academia anglo-saxônica num momento posterior. O historiador alemão Reinhart Koselleck, seu principal representante, sustenta que a elucidação de conceitos à luz do contexto permite entender como os intelectuais reagiram às crenças de seu tempo, através da concordância, complementação, concessão, discordância, revisão, alargamento ou reposicionamento em relação ao que foi dito por autores de correntes ou tradições pretéritas. Aborda, portanto, a compreensão de valores e práticas culturais em seus contextos particulares, não apenas com processos e ideologias imutáveis. A proliferação de dicionários de conceitos tem mostrado o vigor dessa vertente que ataca a pouca contextualização e o anacronismo das ideias. Ela busca sanar ainda a lacuna da transposição de expressões do presente para a análise do passado e à prática de histórias das ideias constantes e imutáveis, que não se articulam com as diferentes histórias (KOSELLECK, 1985: p. 80 *apud* JASMIN, 2005: 31). Assim,

> os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que compartilharam desses conflitos. Desse modo, o trabalho de explicação conceitual quer precisar as proposições passadas em seus termos próprios, tornando mais claras as ´circunstâncias intencionais contemporâneas´ em que foram formuladas (JASMIN, 2005: 32)

A noção de não-conversibilidade das linguagens particulares de determinadas épocas para tempos distintos reforça o rigor metodológico da escola alemã, abrindo novas dimensões

analíticas para a construção e análise teórico-conceitual. Tal como as teses de Skinner e de Pocock, a História dos Conceitos se volta para a vertente contextualista. Os autores ingleses procuraram se opor às ideias e concepções atemporais das questões filosóficas. Koselleck, da mesma forma, voltou-se contra a imutabilidade da História das Ideias de Frederich Meinecke. A *Begriffsgeschichte* lida, portanto, com linguagens e conceitos elaborados para situações específicas, fugindo de generalidades (KOSELLECK, 1996: p. 62 *apud* JASMIN, 2005: 32). Como ilustração, o conceito de *politeia* cunhado por Aristóteles não pode ser compreendo sem o entendimento do funcionamento das *poleis* da Grécia. Da mesma forma, a noção de *res publica* de Cícero não pode ser desvinculada da ordem política romana. A História Conceitual está igualmente interessada em desvendar como os intérpretes posteriores leram e alteraram os significados das preposições políticas do passado.[30] Dessa forma, embora os conceitos, em si, não tenham dimensão história, as recepções desses conceitos ao longo do tempo possuem. A mudança conceitual adquire, portanto, os traços diacrônicos em função do decurso do tempo histórico. A hermenêutica também adquire maior relevância do que na Escola de Cambridge: continuidades e mudanças tornam-se balizadoras desse método que amplifica a investigação das linguagens articulares pelos autores do passado para permitir que se conheça o que havia de importante (JASMIN, 2005: 32-33).

Para Koselleck, há elementos pré-linguísticos que conformariam a História. Ademais, grande parte das intepretações históricas se fazem a *posteriori*, em função do desconhecimento da importância do acontecimento daquele momento ou da insuficiência da linguagem para exprimir os eventos com precisão. Ou seja, os conceitos possuem as suas próprias capacidades políticas e sociais, derivando não apenas das circunstâncias que ele pretende cobrir, mas das suas potencialidades e limites. Dessa forma, a perspectiva koselleckiana sustenta que as mudanças, no longo prazo, não podem ser explicadas por teorias que excluam a referência a fatores externos ao sistema de linguagem (JASMIN, 2005: 33-34). Portanto,

> No political action, no social behavior can occur without some minimum stock of basic concepts that have persisted over long periods; have suddenly appeared, disappeared, reappeared; or have been transformed, either rapidly or slowly. Such concepts therefore must be interpreted in order to sort out their multiple meanings,

[30] "If my questions should be answerable in the affirmative, the formal relations between history of concepts and history of discourses will remain as I have attempted to characterize them, and there will be no reason why the two should not reinforce, stimulate, challlange, and enrich one another" (POCOCK, 1996: 58)

> internal contradictions, and varying applications in different social strata (KOSELLECK, 1996: 65)

A História dos Conceitos e a História dos Discursos são compatíveis, pois os discursos necessitam de conceitos para serem explicitados e a análise dos conceitos demandam a explicitação de contextos linguísticos e extralinguísticos, inclusive aqueles fornecidos pelos discursos. Dessa forma, somente através da compreensão do contexto o analista consegue compreender os múltiplos significados dos conceitos, sua importância e contestação (KOSELLECK, 1996: 65). A História dos Conceitos desenvolve, em síntese, a ideia de que a descontinuidade histórica pode ser localizada através da análise conceitual. Essa descontinuidade se reflete na linguagem e emana para os eventos e as instituições. Para Motzkin, quando for narrada a história intelectual do século XX, o método linguístico terá ganho importância e será visto como um contra-movimento na linha anti-historicista dos linguistas atuais (MOTZKIN, 1996: 41)

2.6. Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político

A chamada Escola Francesa do Político surgiu da renovação dos estudos de teoria política, tendo por expoentes os historiadores Claude Lefort[31], François Furet, Marcel Gauchet e Pierre Rosanvallon.[32] Rosanvallon abarca a história social e as questões relacionadas à tarefa de governar, promovendo análises comparativas e expandindo os horizontes analíticos da História das Ideias em diálogo com vários campos da Ciências Sociais (Lynch, 2010). Assim como o contextualismo de Skinner, Rosanvallon atribui ao historiador a tarefa de reconstituir o passado e dar-lhe uma dimensão presente, de escolhas abertas, de possibilidades e de indeterminações. Nesse sentido, o método foca no resgate de experiências, iniciativas, dilemas

[31] As reflexões de Lefort ajudaram a impulsionar os estudos do político, valendo-se de uma multiplicidade de conhecimentos sociais que transcendem os limites da própria política. Lefort considera a política um subsistema que abarca outros campos da modernidade, como a religião, a economia e o Direito. Para Lefort, não há sociedade sem a referência a um lugar de poder, o que coloca o político como elemento essencial da vida social. O político pressupõe a noção de poder que impõe a ordem, arbitra os conflitos, define normas de participação e de distribuição. Desse modo, ele é uma instância que institui todas as outras da sociedade (LYNCH, 2010).

[32] A renovação dos estudos de teoria política moldada pela História, tem em Alexis de Tocqueville a sua referência, moldado pelo tripé democracia, erosão da aristocracia e liberalismo. A tese tocquiviliana era a de que a democracia se caracterizava pela "igualdade social" ou "igualdade de condições". Raymond Aron posicionou Tocqueville como o continuador de Montesquieu na linhagem do pensamento liberal na França. O centro emanador desse pensamento é a *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS*), em Paris,* dentro da qual se localiza *Centre de recherches politiques Raymond Aron.*

e contradições, ajudando a explicar o passado através da sua reconstrução como tempo presente. Assim como o político e o social, a história social e a história intelectual tornam-se indissociáveis (Lynch, 2010). A noção de político em Rosanvallon compreenderia um conjunto mecanismos que sustentam a vida comunitária e a garantia de unidade na pluralidade, evitando a guerra civil e a destruição da sociedade (ROSANVALLON, 2010). A política, assim como a de religião e de economia, constitui, portanto, um segmento do "político". O eixo central de sua obra é a compreensão de como se deu a reconstrução da cultura política na França após a Revolução de 1789, baseando-o no tripé cidadania-representação-soberania Assim, Rosanvallon buscou compreender a racionalidade dos atores políticos analisando as suas ideias.

Na linha da História das Mentalidades, o projeto de Rosanvallon incorpora os elementos formadores da cultura política – textos teóricos, obras literárias, artigos da imprensa, discursos, panfletos e outras manifestações – que ajudam a esclarecer o pensamento num dado momento histórico. Na visão de Rosanvallon, os clássicos gozam de grande prestígio porque conseguem conectar, com qualidade, o texto a problemas políticos e filosóficos específicos. Ao extrair suas bases da História Cultural, da História Ideias e da História Social, essa vertente se enverada pela linha do projeto histórico totalizante de Fernando Braudel (ROSANVALLON, 2010). Do ponto de vista da abordagem, trata da interação entre cultura política, instituições e eventos históricos através do rastreamento e de convergências, divergências, reelaborações, ambiguidades, contradições e lacunas. Ao realizar este mapeamento, ela empreende uma tentativa de reconstruir a emergência das questões dentro de um determinado contexto, com toda a carga de indeterminação e de escolhas abertas. O historiador, de sua posição externa, não consegue manter uma perspectiva objetivista e passiva em relação aos autores, textos e contextos analisados (ROSANVALLON, 2010).

O empreendimento de Rosanvallon busca a convergência entre a História e a Filosofia Política, lidando com a problemática das experiências e das opiniões que informam a vida em comunidade, bem com as discussões e controvérsias que a afetam. O ato de interpretar do historiador, se reveste, assim do comprometimento de lançar luz sobre o presente. Não se trata de aplicar ideias e preferências pessoais num dado texto, mas de buscar, na História, subsídios e soluções para desafios perenes da sociedade. As experiências do passado provocam ressonâncias no viver presente, aproximando o trabalho intelectual da experiência cívica. Nesse sentido, a história filosófica do político possui uma dimensão além de ideologias e de preconceitos. Ao revelar a conexão entre os conflitos e as representações, mostra a capacidade da própria sociedade de transformar-se.

O projeto historicista de Rosanvallon evita leituras deterministas, buscando explanações multicausais nos campos da Sociologia, da Ciência Política, da Economia, da Religião e da Cultura. Compreende a História do Político com um campo aberto a diversas influências. Ao seguir os passos de Raymond Aron, Claude Lefort e Françoise Furet, retrata a evolução da cultura política francesa e faz uma genealogia da democracia ocidental para entender as questões presentes no momento pós-revolucionário, entre os séculos XVIII e XIX. Rosanvallon problematiza a Revolução Francesa, afastando-se de abordagens que a enxergam como o "*marco zero*" da História moderna. A estratégia analítica não despreza as correntes que analisam aspectos textuais, econômicos e institucionais, buscando as sociabilidades, as opções dos grupos e dos atores, diferenciando-se do marxismo predominante na França (OLIVEIRA JUNIOR, 2012: 168 e 172). Não se tratava de restituir apenas o contexto linguístico e social dos pensadores, mas buscar alguma ressonância dos debates do passado nas experiências do presente. Segundo Rosanvallon, as representações sociais não se equiparam às ideologias, nem se reduzem a preceitos específicas das relações sociais. Sendo o poder a essência do político, é possível problematizar o entendimento de como os indivíduos desenvolvem as instituições de representação que sustentam a vida comunitária.

> Na medida em que essas representações nascem de um processo em que a sociedade está constantemente se reexaminando, e que elas não são exteriores às consciências dos atores, a história filosófica do político objetiva, primeiramente, entender como uma época, um país ou um grupo social tenta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão elas percebem como um problema" (STAHL, 2016: 21)

2.7. O contextualismo no estudo do pensamento político

A Escola de Cambridge contempla uma elaboração conceitual, teórica e metodológica sobre o fazer História das Ideias. Ela ensejou ainda um debate profícuo evolvendo não apenas historiadores, mas filósofos, críticos literários e cientistas políticos (JASMIN, 2005: 28). O método skinneriano, centrado no resgate da linguagem e das intenções autorais, ajuda a resgatar a pluralidade das tessituras linguísticas (*langues*) que conferem sentido às performances (*paroles*) numa universalidade de línguas. Não se trata de reduzir autores a porta-vozes de suas linguagens, mas explorar o rico mosaico linguístico em que estão inseridos. A maior complexidade e diversidade do contexto linguístico torna maiores as chances de ambivalência nos discursos atos de fala. A ambivalência, por sua vez, impacta no contexto linguístico e pode

transformá-lo. Nesse sentido, ao estudar a História das Ideias, o historiador faz a história da fala, do discurso e das interações entre *langue* e *parole*. Ou seja, a história do pensamento político torna-se uma história do discurso precisamente porque se torna discurso (POCOCK, 2003: 28). As diferentes linguagens desenvolvidas numa dimensão histórica, ao elencarem suas prioridades e definirem sua autoridade, contribuem para o exercício da atividade política e para a reflexão acerca de problemas do presente (POCOCK, 2003: 32). A tarefa do historiador da História das Ideias, defende Pocock, é buscar indícios do uso de palavras em novos contextos, abrindo o leque de possibilidades para o seu uso. O intérprete consegue visualizar as variações de uso da linguagem e as mudanças contextuais, recursos que não estavam disponíveis aos autores estudados (POCOCK, 2003: 37).

Dentre as críticas feitas à perspectiva skinneriana encontra-se o antiquarismo, isto é a inutilidade dessa historiografia, dada a impossibilidade de transição dos conceitos anteriores sem sua alteração ou deformação do sentido original por mecanismos de atualização considerados ilegítimos. Nesse sentido, sustentam os seus opositores, seria melhor elaborar teorias sem referências às ideias ou pressupor a deformação do pensamento pela atualização ou tradução pelos contemporâneos. O esforço de resgate das ideias do passado com o uso de métodos do presente serve "*à desnaturalização ou desestabilização dos conceitos da teoria contemporânea, fomentando a imaginação conceitual com alternativas enriquecidas por significados e alteridades que a pesquisa erudita da história pode encontrar*" (JASMIN, 2005: 29). John Pocock ajuda a resolver esse problema da perspectiva skinneriana. Sua variante metodológica se concentra na análise no confronto entre várias linguagens políticas, conformando novas tessituras linguísticas (*langue*) nas quais as performances (*paroles*) variadas se fazem presentes. Como exemplo, a disputa pela hegemonia entre diversas linguagens políticas na Inglaterra do século XVIII, baseadas em questões jurídicas, morais e consuetudinárias, na qual saiu vitoriosa a perspectiva do liberalismo e dos direitos individuais. Os intérpretes conhecem os resultados desse confronto, algo ignorado pelos contemporâneos dos autores (JASMIN, 2005: 29). O anacronismo reside, portanto, na tentativa de reconstruir o passado por aqueles que conhecem o desenlace da história, o que equivale a ignorar as encruzilhadas e as opções disponíveis naquele contexto. Na frase de Skinner, "*demandar da história do pensamento uma solução para os nossos próprios problemas imediatos é perpetrar não só uma falácia metodológica, mas também algo como um erro moral*" (SKINNER, 1969: 67 *apud* JASMIN, 2005: 30).

A despeito da disponibilidade de informações do contexto, o resgate histórico apenas proporciona a oportunidade de construção de hipóteses plausíveis, sem pretensões de verdades definitivas (JASMIN, 2005: 31). Apesar de sua sensibilidade e atenção ao contexto linguístico da época, o projeto skinneriano nem sempre é muito claro em integrar o seu esforço analítico nos jogos de linguagem do presente. Nesse sentido, o estudo da recepção do pensamento político do passado no presente é de suma importância para entendermos como os textos originais sobreviveram ao seu público original, foram recebidos pelas novas gerações e se prestaram a novas intepretações. Esse esforço permite que os textos originais sobrevivam como unidades autônomas, reforçando o aspecto diacrônico da análise e a condução da narrativa até os tempos presentes (FERES JUNIOR, 2005: 673). Sonhar com o resgate total dos seus significados originais e das intenções originais se faz uma missão quase impossível. Ao se questionar a autoridade dos autores e de seus respectivos contextos sobre a interpretação dos textos, o historiador assume protagonismo e necessita justificar a escolha de sua linha interpretativa à luz das linguagens do presente. O presente é o tempo da política e da experiência vivida. Logo, o uso de instrumentos para a reconstrução do passado ajuda a iluminar o debate do presente e os caminhos do futuro.

A História do Político e a História das Ideias, em sua vertente skinneriana, também se conectam. Para Rosanvallon, Skinner busca ir além da disputa entre adeptos de interpretações textualistas puras, completas e autossuficientes, a vertente marxista, que reduz os textos políticos a manifestações ideológicas. O historiador inglês, na perspectiva de Rosanvallon, buscou uma leitura dos textos "*como atos linguísticos inscritos em universos de significado convencionalmente irreconhecíveis*" (Rosanvallon, 2010). Assim, os discursos não podem ser dissociados das respectivas contextualizações.

A Escola Francesa do Político de Rosanvallon lança seus fundamentos em vários campos das Ciências Sociais, com ênfase nos conflitos e disputas pelo poder, conectando questões de comportamento político com variáveis sociais, culturais, econômicas e religiosas. O retorno do político como objeto de estudo da História ajuda no esforço de renovação da Ciência Política pois, à maneira da História das Mentalidades, incorpora elementos da cultura política (ROSANVALLON, 2010; STAHL, 2016).[33] Tanto a História quanto as Ciências Sociais se prestam à reconstrução da realidade: a primeira explica para reconstituir; a segunda,

[33] Considerando o político ligado à escolha racional, enquanto o social ligado a preocupações econômicas, a política encerraria maior espaço de liberdade (Stahl, 2016: p. 15). Rosanvallon fez a ponte entre a cultura política dos *Annales* e as teses de Lefort sobre o político. O político refere-se à dimensão simbólica existente em todas as sociedades, referente ao poder, enquanto a política é um setor da sociedade democrática (Stahl, 2016: p. 16).

reconstitui para explicar. Dessa forma, o cientista social se vale da História das Ideias para ilustrar uma teoria e explicar como as ideias se desenvolveram. A Escola de Cambridge da História das Ideias, a *Begriffsgeschichte* e a Escola da Francesa do Político convergem para a ideia de que a compreensão do mundo do passado não se processa sem a necessidade de validação do presente, com instrumentos, linguagem e recursos do mundo do intérprete. Ou seja, ao viajar do presente ao passado, o intérprete deve preparar o seu retorno ao presente. A articulação entre as dimensões "*interna*" e "*externa*" do político, ampliando o estudo para analises centradas no estudo do pensamento e internacionalista brasileiro, será objeto do próximo capítulo.

Em síntese, a História das Ideias em sua vertente contextualista, conforme visto, empreende a investigação e a análise do produto da atividade intelectual realizada por indivíduos ou grupos, buscando compreender como o pensamento é produzido, transmitido, recepcionado e reelaborado. A compreensão da relação entre os intelectuais, as ideias e a sua trajetória, nesse sentido, buscam elucidar o processo de inserção dos pensadores em diferentes contextos históricos. O estudo do passado nacional é uma ferramenta não apenas para historiar as ideias políticas das grandes figuras do passado, mas para auxiliar na compreensão e do questionamento do presente (LYNCH, 2016: 95).

2.8. Conclusão

A cultura política se orienta por diferentes ideologias e discursos que funcionam como mapas do caminho, balizando preferências de grupos políticos e competindo pela atenção dos detentores do poder na definição de escolhas diante das incertezas. Por conseguinte, onde existe uma comunidade política organizada, existe uma cultura política constituída de representações do passado, do presente e do futuro, na forma de ideias, discursos, valores e visões de mundo (LYNCH, 2016: 75-81). A história do pensamento político está diretamente atrelada à visão do mundo dos seus produtores e à inserção subordinada no Brasil no mundo das ideias. Essa visão inferiorizada já estaria presente na escolha da palavra "*pensamento*" para designar o conjunto das ideias produzidas no país, consideradas de consumo meramente local pelo seu caráter parcial e pouco abrange, enquanto mantinha-se a designação "*teoria*" para referência aos ensinamentos de autores dos países centrais, consideradas "universais" pela maior densidade intelectual (LYNCH, 2013: 758).

O pensamento político brasileiro é produzido por atores políticos que objetivam aplicá-lo a fins práticos, numa realidade geográfica e temporal particular. Assim como os países do Novo Mundo eram considerados um subproduto do Ocidente europeu, o pensamento aqui produzido era considerado uma adaptação para consumo local das ideias originais advindas dos países centrais, compreendido, portanto, como uma produção intelectual limitada, de baixa densidade intelectual e de segunda ou de terceira classe. A reação se deu ao longo do século XX, com o surgimento de um novo paradigma, o nacionalista, devidamente adaptado para as condições da periferia e impulsionado pelas enormes transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e culturais advindas da intensificação dos processos de industrialização, de urbanização, de integração territorial e de modernização do país (LYNCH, 2013: 759). A disputa entre as interpretações dos principais centros de produção do pensamento político entre as décadas de 1940 e 1970 (IBF, ISEB e USP-FFLCH) mostra que esse processo resultou em uma ampla produção bibliográfica, acelerada a partir da década de 1960.

A superação da "*condição periférica*" do pensamento político brasileiro sofreu uma importante mudança a partir da década de 1970, com o projeto de Wanderley Guilherme dos Santos, e com os debates acerca do processo de autoritarismo, abertura e democratização política. Nas últimas duas décadas, a crença na superioridade do pensamento eurocêntrico, no quadro da cultura mundial, tem sido sumariamente questionada em função das transformações econômicas e políticas globais, entre as quais a emergência da Ásia, a crise econômica europeia e o enfraquecimento político do continente em temas globais (LYNCH, 2013: 760).

As interpretações teóricas sobre as origens do Pensamento Político e Internacional Brasileiro ajudam a reconstruir a História intelectual do país e a iluminar os dilemas centrais da sua sociedade ao longo do tempo. A opção por uma análise da construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso à luz das correntes do Pensamento Político Brasileiro busca entender como o intelectual e o político dialogaram com as diversas correntes de pensamento ao longo da segunda metade do século XX. Sendo assim, os Capítulos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 buscam analisar o diálogo de Cardoso à luz das correntes de pensamento que impactaram a produção de interpretações do Brasil como nação inserida no mundo.

CAPÍTULO 3
OS ALICERCES ACADÊMICOS E INTELECTUAIS (1931-1961)

"O *problema do petróleo é o teste de honradez pelo qual verificaremos quais os verdadeiros patriotas e quais os traidores, que procuram engodar a opinião pública com um falso patriotismo*".
Fernando Henrique Cardoso, 1948

O presente capítulo analisa a formação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso entre 1931 e 1961. Esse capítulo cobre o período de infância e de adolescência no Rio de Janeiro e em São Paulo em uma família de militares com fortes tradições positivistas, republicanas e nacionalistas (1931-1949); o contato com o pensamento cientificista em sua formação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (1949-1953); a militância intelectual estudantil em um ambiente de efervescência cultural de São Paulo (1949-1955); o treinamento como pesquisador e assistente dos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes (1953-1961); o período de aprofundamento de estudos no "Seminário Marx" e de elaboração de sua tese de doutorado, "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*", orientada por Florestan Fernandes, defendida em 1961. A construção da visão de mundo do jovem intelectual Fernando Henrique Cardoso se valeu de um conjunto de ideias e de valores que permearam o pensamento dos militares, dos professores da FFCL, da intelectualidade comunista e dos jovens docentes da geração de 1950 da USP. Utilizando a corrente contextualista da História das Ideias, na vertente do historiador Quentin Skinner (1996), o capítulo busca entender o papel das convicções familiares e das matrizes intelectuais e políticas brasileiras das décadas de 1940 e 1950 na gênese das ideias internacionalistas de Cardoso em sua fase acadêmica até a conclusão de sua tese de doutoramento.

3.1. Positivismo, nacionalismo e getulismo: a influência dos militares

Fernando Henrique Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931 em uma família de políticos e de militares cuja linhagem remonta ao Império e que teve participação nos principais acontecimentos políticos da República Velha (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1964). Cardoso vivenciou, ainda criança, a agitada vida militar do pai, o contato com os parentes

generais e as inúmeras discussões familiares realizadas na casa da avó, Leonídia Cardoso, em torno da lembrança de episódios passados e da vida política do Brasil na década de 1930. O pensamento e a mentalidade de uma família de militares ajudaram a moldar sua personalidade.

Na perspectiva de Garcia Júnior (2010), os grandes eventos da história republicana da primeira metade do século XX foram a ele narrados por testemunhas ou participantes diretos. Não eram personagens históricos de manuais escolares ou de obras de ficção, mas pessoas de carne e osso. A participação do pai, dos tios, do avô e do tio-avô nos acontecimentos políticos do final do século XIX e início do século XX incutiram em Cardoso um forte sentimento de ligação com a política, com a História, com o *ethos* militar e com a condução dos assuntos de Estado (GARCIA JUNIOR, 2010: 97).[34] A matriarca dos Cardoso cultivava permanentemente a memória e as ideias do falecido marido, o general Joaquim Ignácio Cardoso (1860-1924). Os pais viveram na casa da avó nesses anos. O filho pequeno e seus irmãos passavam grande parte do tempo em sua presença, em uma confortável residência de classe média em Botafogo, no Rio de Janeiro (GOERTZEL, 1999: 6; CARDOSO, 2006: 50).

A família Cardoso era de origem portuguesa e parte constitutiva do *establishment* estamental brasileiro. O bisavô, Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (1835-1905), foi um dos expoentes do Partido Conservador na Província de Goiás. Exerceu importante influência na vida política local, alçando-se aos cargos de deputado, de senador e, por duas vezes, de presidente da província (1887 e 1888-1889). Ocupou-se ainda da catequização de índios, tendo recebido o título honorífico de brigadeiro pelos serviços prestados ao Império.[35] Do casamento de Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso com Emericiana Azevedo Espírito Santo nasceram os irmãos Joaquim Ignácio (1860-1924) e Augusto Ignácio (1867-1947). O avô, Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, entrou para as fileiras do Exército em 1875, aos quinze anos, como voluntário. Augusto Ignácio Baptista Cardoso, seu irmão, nascido durante a Guerra do Paraguai, ingressou na Escola Militar da Corte em 1884. Foram os primeiros membros da família Cardoso a se dedicar integralmente à carreira militar. Militares positivistas e republicanos, o avô e o tio-

[34] Nos *Diários da Presidência - Volume 4 (2001-2002)*, Cardoso faz referência a essa influência da família ao afirmar que "*a disciplina militar, que herdei de meu pai e de outros antepassados, me fez ter um sentimento de obrigação pelas tarefas que me atribuem ou por aquelas que eu mesmo me atribuo: uma vez começado um trabalho, é preciso termina-lo*" (CARDOSO, 2019: 11).

[35] Segundo Carvalho (2004), o funcionamento do recrutamento militar no século XIX favorecia a incorporação de grupos sociais dominantes às fileiras do oficialato das Forças Armadas. O apadrinhamento era o critério que definia a seleção dos cadetes das academias militares, criando verdadeiras dinastias dentro do Exército, como as das famílias Lima e Silva e Deodoro. Enquanto as famílias da elite militar fecharam-se sobre si mesmas no controle da corporação, a Guarda Nacional foi deixada como território quase exclusivo da elite civil, já que exigia menos esforço e não interferia nas atividades particulares (CARVALHO, 2004: 187).

avô tiveram participação nos eventos militares que levaram à Proclamação da República, em 1889.

O avô e o tio-avô de Fernando Henrique Cardoso pertenciam ao grupo dos chamados "*bacharéis de farda*", a ala mais jovem de oficiais do Exército, que uniu forças com os velhos combatentes da Guerra do Paraguai, denominados "*tarimbeiros*" (muitos sem formação na Escola Militar) para derrubar a Monarquia (CARVALHO, 2004: p. 196; MOTA, 2008: p. 628). Benjamin Constant era exemplo da facção dos "*bacharéis-de-farda*", enquanto o Deodoro da Fonseca ilustrava o grupo dos "*tarimbeiros*". As relações entre as duas facções militares eram tensas. Segundo José Murilo de Carvalho, "*se, de um lado, Deodoro dizia que seu único benfeitor fora Solano Lopes, a quem devia sua carreira militar, de outro lado, os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha de Guerra era causa de ridículo"* (CARVALHO, 2004: p. 197).

Na visão de Francisco Iglesias, "*dessa burguesia formada de militares, de médicos e de engenheiros – mais próximos das ciências positivas em virtude da prática de suas profissões, que surgirá o movimento positivista, ao qual aderiram também os que já não mais se encantavam com o ecletismo espiritualista vigente no Segundo Império*" (IGLESIAS, 2004: 330-1). Baseado nas teses do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), o positivismo foi a corrente ideológica que mais ressoou na polifonia de ideias cientificistas que aportaram no Brasil no século XIX. Sua influência na Escola Militar da Praia Vermelha se intensificou a partir da entrada de Benjamin Constant como professor, em 1872, tornando-a mais um centro de estudos de ciências exatas e humanas do que de disciplinas ligadas à formação militar. A influência positivista fez com que os jovens cadetes se tornassem espécies de intelectuais diletantes, verdadeiros bacharéis fardados. Apreciavam ser chamados de "*Dr. General*", "*Dr. Tenente*" ou, simplesmente, "*seu doutor*".

A Proclamação da República fundiria a corporação dos velhos oficiais com as ideias positivistas dos jovens. O elemento de coesão era o *esprit de corps* militar, mais saliente nos "*tarimbeiros*" do que nos "*bacharéis-de-farda*". Os oficiais mais velhos buscavam prestígio, enquanto os mais jovens desejavam implantar as ideias revolucionárias. Marginalizados em uma sociedade rural na qual a posse da terra era o principal elemento de poder e de riqueza, os jovens oficiais vislumbravam a farda como ponto de referência.[36] Criados em uma tradição

[36] A ideologia do "soldado-cidadão" incorporada pelo alferes Joaquim Ignácio Fernandes Cardoso seria um instrumento de afirmação de uma classe que se percebia excluída: "*o soldado, por ser militar, era um cidadão de*

civilista legada pelo Império, necessitavam justificar o intervencionismo perante a sociedade e si mesmos. Enquanto ajudante-de-ordem de Floriano Peixoto, o avô de Fernando Henrique Cardoso foi um dos militares que estava no cais do porto do Rio de Janeiro na madrugada de 16 de novembro de 1889, ao lado do major Frederico Sólon Ribeiro (1839-1900), no momento em que foi entregue ao Imperador Dom Pedro II (1825-1891) a ordem de expulsão do Brasil (LIONI, 1997: 37-41). O oficial chegou a dizer a Benjamin Constant, um dos líderes do movimento republicano no Rio de Janeiro, o que deveria ser feito com o Imperador deposto caso apresentasse alguma resistência: "*Fuzile-se*" (CARDOSO, 2006: 52).

O pai de Fernando Henrique Cardoso, Leônidas Fernandes Cardoso (1889-1965), nasceu em Curitiba no ano da Proclamação da República. Filho de Joaquim Ignácio Cardoso e de Leonídia Fernandes, oriunda do Rio de Janeiro, seguiu a carreira do pai e cursou a Escola Militar de Porto Alegre. O irmão mais velho, Felicíssimo Cardoso (1887-1977), também havia optado por seguir pela carreira das armas. Leônidas Cardoso chegou a iniciar os cursos de Medicina e de Direito, completando apenas o segundo mais tarde. Como o pai, participou das Revoltas Tenentistas de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em São Paulo. Os generais Joaquim Ignácio Cardoso e Hermes da Fonseca foram os únicos que apoiaram a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, insurreição liderada por jovens tenentes. Ambos foram presos, acusados de insubordinação. A ideologia do "*soldado-cidadão*" que o general Ignácio Cardoso e o seu filho incorporavam, interventor no sistema político para realizar reformas modernizadoras, impactou a formação de todas as gerações de oficiais do Exército desde o final do século XIX até a década de 1920.[37]

O divisor-de-águas na formação do pensamento político dos oficiais brasileiros foi a chegada da missão dos "*jovens turcos*" da Alemanha, em 1913 (CARVALHO, 2004: 211). O nome fazia alusão aos militares turcos que, tal qual os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e que, ao retornar, se engajaram em movimentos nacionalistas e reformistas. Os jovens oficiais defendiam o aumento da centralização e da coesão internas do Exército, enfatizando princípio da hierarquia como a sua espinha-dorsal da organização militar. Trouxeram da Europa a noção moderna de mobilização total de recursos humanos, técnicos e econômicos para a guerra. Essa nova concepção também enfatizava a importância do desenvolvimento de indústrias estratégicas para a segurança nacional. Bertholdo Klinger, um dos líderes dos jovens

segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar, ou nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar" (CARVALHO, 2004: pp. 197 e 211).

[37] A Constituição de 1891 subordinava os militares à obediência "*dentro da lei*", dispositivo interpretado como uma faculdade de decidir a conveniência da obediência, ou não, às autoridades civis.

turcos, escreveu, em 1913, na revista *A Defesa Nacional:* "*O exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam*" (KLINGER, 1913: 1 *apud* CARVALHO, 2004: 212).No afã de modernizar a corporação, fortaleceu o espírito de conservadorismo e de nacionalismo econômico das Forças Armadas brasileiras (CARVALHO, 2004: 200).

A visão de mundo dos "*jovens turcos*" concordava com a do "*soldado-cidadão*" quanto à possibilidade de intervenção dos militares na arena política. A ideia de um poder moderador exercido pelas Forças Armadas combinaria as ideias do positivismo tenentista e do profissionalismo organizacional dos "*jovens turcos*".[38] Ocorre que invés de ser executado por escalões inferiores (tenentes), o intervencionismo seria promovido pela organização como um todo. A oportunidade de ouro para colocá-lo em prática ocorreria em 1930. Na visão do então tenente-coronel Pedro Aurélio Góes Monteiro (1889-1956), oficial de Estado-maior e o líder militar da Revolução de 1930, considerando ser o Exército "*um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do exército e não a política no exército*" (CARVALHO, 2004: 214). O movimento revolucionário que derrubou a República Velha (1889-1930) levou ao poder os interesses vitoriosos do movimento tenentista, porém gerou novos conflitos dentro Exército. Para amainar as tensões entre oficiais inferiores e superiores, a solução encontrada foi a rápida promoção dos líderes tenentistas. Em um momento em que "*o Brasil entrara em uma crise de mutação histórica cuja ambiência acidentada e intranquila era propícia ao surgimento de uma grande liderança capaz de determinar o rumo do país*", ao político positivista gaúcho Getúlio Dornelles Vargas caberia o papel de "*renovador providencial dos destinos nacionais*" (FELDMAN, 2016: 244).

O então capitão do Exército Leônidas Fernandes Cardoso, pai de Fernando Henrique Cardoso, foi influenciado pelas ideias nacionalistas e modernizadoras do movimento dos "*jovens turcos*". Com uma carreira militar entrecortada pela instabilidade político-militar dos anos 1920 e com interesses intelectuais múltiplos (gostava de poesia, tocava piano, falava

[38] O programa tenentista comportava múltiplas reivindicações: "*Somos contra: os impostos exorbitantes, a incompetência administrativa, a falta de justiça, a mentira do voto, o amordaçamento da imprensa, as perseguições políticas, o desrespeito à autonomia dos Estados, a falta de legislação social, o estado de sítio. Somos a favor: do ensino primário gratuito, da instrução profissionalizante e técnica, da liberdade de pensamento, da unificação e autonomia da justiça, da reforma da lei eleitoral e do fisco, do voto secreto obrigatório, da liberdade sindical, do castigo aos defraudadores do patrimônio do povo e aos políticos corruptos e do auxílio estatal às forças econômicas*" (MOTA, 2008: 632).

francês e espanhol e era bom orador), Leônidas Cardoso era uma figura mais cosmopolita em uma família castrense formada no mais rígido cânone positivista. Quando servia em Manaus, em 1928, casou-se com Nayde Silva Domingues, de família alagoana. Participou da Revolução de 1930 e apoiou, com reservas, o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Após a Revolução de 1930, o clã Cardoso se dividiu em campos opostos: um mais fiel ao líder civil da Revolução de 1930 e diretamente alinhado com Getúlio Vargas, e outro com uma visão mais liberal e civilista. Leônidas Cardoso alinhou-se com os revolucionários de São Paulo em 1932, lado oposto ao do irmão de seu pai, general Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra de Getúlio Vargas entre 1932 e 1934 (LIONI, 1997: 42-43). Entre 1930 e 1934, o Exército Brasileiro estava dividido e submetido a diferentes linhas de chefia e de liderança. Após a neutralização do movimento tenentista, o fortalecimento da organização foi gradual, com o reforço da coesão interna. No entanto, os movimentos políticos com participação de facções do Exército, como a Revolução Constitucionalista de 1932, ainda mostraram as fragilidades dessa coesão. A corrente identificada com o aperfeiçoamento da unidade de comando, liderada por Góes Monteiro, buscou aproveitar o ambiente de crescente radicalização política nos anos 1930 para aumentar o poder da organização no processo decisório do governo Getúlio Vargas. A crescente autonomia do Exército dentro do aparato governamental deu à instituição um poder de arbitragem política do regime e uma crescente influência em decisões relacionadas ao desenvolvimento econômico (DINIZ, 2018: 118).

As divergências políticas e a derrota da Revolução paulista não impediram a convivência familiar e nem a continuidade da carreira do capitão Leônidas Fernandes Cardoso no Exército. Promovido a major em 1933, serviu como oficial-de-gabinete dos ministros da Guerra Góes Monteiro (1934-1935) e Eurico Gaspar Dutra (1937-1945). A continuidade da carreira se deu um contexto de conciliação entre as facções militares dissidentes. A visão orgânico-corporativa da sociedade, o objetivismo tecnocrático e o voluntarismo foram definidores da ideologia estatista-centralizadora impregnada na alta cúpula militar (DINIZ, 2004: 80-86; LAMOUNIER, 2004: 359). No esquema de poder getulista, marcado por um Estado forte, as Forças Armadas buscaram o distanciamento das facções políticas para fortalecer a sua autonomia e neutralidade, preservando-se ampla margem de manobra. Ainda durante a fase constitucional do governo Vargas (1934-1937), a corrente liderada por Góis Monteiro buscava transformar o Exército em instituição nacional, o que exigia medidas efetivas para modernizá-lo. Segundo Luiz Feldman,

> o Ocidente enfrentava o desafio de reconstruir seus regimes políticos concedendo a primazia do social sobre o individual. O mundo atravessava um período de remodelação da política. Transformações radicais se processavam na concepção de Estado, embora ainda não houvesse clareza sobre qual tipo de regime político prevaleceria. O certo é que o Estado devia ser colocado acima de interesses partidários, classistas e setoriais (FELDMAN, 2016: 235-236)

Os conflitos internos e as ameaças externas fortaleceram o senso de prioridade do desenvolvimento como fator fundamental da capacidade militar e da segurança nacional. Se antes de 1930 a causa da modernização da produção interna não teria grandes defensores dentro do estamento militar, a partir da Revolução, o objetivo da industrialização seria elevado à categoria de prioridade central. O alinhamento político ao lado das potências aliadas vencedoras levou o Brasil a fortalecer a indústria pesada e a produção interna de bens de consumo, ampliando o processo de substituição de importações. O nacionalismo econômico se traduziria na defesa da construção de uma indústria de base e na exploração das riquezas minerais e energéticas, reforçando o binômio Desenvolvimento/Segurança (DINIZ, 2004: 99).

Lotado entre 1933 e 1940 no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, a recém construída sede do Ministério da Guerra, o pai de Fernando Henrique Cardoso foi testemunha do acirramento das tensões internas e mundiais e da disputa entre facções políticas dentro do governo Getúlio Vargas na definição do posicionamento externo do Brasil nos momentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os generais Dutra e Góes Monteiro eram as principais vozes defensoras do alinhamento político e miliar do Brasil com as potências totalitárias do Eixo. Politicamente influentes na burocracia do Estado, pressionaram Vargas para intensificar as tratativas com o governo da Alemanha para a compra de armas. Na visão dos oficiais superiores, a renovação e o reequipamento das Forças Armadas eram prioritários após a crise econômica mundial ter dificultado a compra de materiais bélicos. Em 1938, o governo brasileiro assinou contrato com a empresa alemã *Krupp* para o fornecimento de grande quantidade de material bélico. Em 1939, Góes Monteiro e oficiais brasileiros estiveram na Alemanha em visita oficial e assistiram a manobras da *Wehrmacht* e da *Luftwaffe* (TRONCA, 2004: p. 341; MOTA, 2008: 691).

Os germanófilos eram contrabalançados pelo ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha (1894-1960), defensor de uma aproximação com os Estados Unidos. O famoso discurso de Getúlio Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, teve grande impacto nos Estados Unidos. Como resultado da fala ambígua de Vargas, Washington

priorizaria a cooperação econômica, industrial e militar com o Brasil, inclusive fornecendo empréstimos e tecnologias para a construção de uma usina siderúrgica. Em setembro de 1940, o chefe da Missão Militar Americana no Brasil, Lehman Miller, sugeriu ao Alto-Comando das Forças Armadas brasileiras a disponibilização de portos e aeroportos e o livre trânsito de tropas norte-americanas. Contrário à proposta, o ministro Dutra alegou que com os escassos meios disponíveis no Exército, *"uma tal aventura seria temerária e quase ridícula*", recomendando a Vargas uma "*atitude neutra*" (TRONCA, 2004: 357-359).

O interesse das Forças Armadas pelo setor siderúrgico buscava satisfazer os seus objetivos em matéria de modernização do equipamento militar, de fortalecimento corporativo, de segurança nacional de maior controle no âmbito do Estado. A conjuntura político-militar sul-americana impactou na decisão do governo de aproximar-se dos Estados Unidos, que temiam a penetração nazista no Cone-Sul e o controle do saliente nordestino pelo Eixo. A impossibilidade de obtenção de armamentos alemães e a mudança de cenário da guerra após o ataque japonês a Pearl Harbor foram decisivos na aproximação de Vargas com os Aliados e na ruptura de relações diplomáticas com o Eixo em 1942, contrariando as posições dos generais Dutra e Góis Monteiro. A pressão popular contra os germanófilos levou à exoneração ministro da Justiça, Francisco Campos, do chefe de Polícia, Filinto Müller e do diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes. Os generais Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e Góes Monteiro (chefe do Estado-Maior) foram mantidos na cúpula militar até o final da ditadura do Estado Novo (MOTA, 2008: 692).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Leônidas Cardoso desempenhou missões pontuais, como a de monitorar a saída de navios do Rio de Janeiro para o Nordeste. Quando criança, Fernando Henrique Cardoso muitas vezes acompanhou o pai até o cais do porto para acompanhar o movimento de entrada e de saída de navios mercantes na Baía da Guanabara. Ele e outras crianças brincavam com máscaras contra gás na casa de seu tio, general Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (CARDOSO 2019: 50). Em 1940, seu pai foi transferido do gabinete do ministro da Guerra para a 2ª Região Militar, em São Paulo, levando a família para o outro estado. Sua missão era manter sob vigilância o então interventor Ademar de Barros. Na capital paulista, o clima da Segunda Guerra Mundial também estava presente, com frequentes blecautes e treinamentos de defesa antiaérea. Essas lembranças da infância durante a guerra impactariam as reflexões de Cardoso nas décadas seguintes. Leônidas Cardoso foi promovido a tenente-coronel em 1942 e passou para a reserva, como general-de-brigada, em 1945, por problemas de saúde. Com o levantamento da censura à imprensa, a libertação dos presos políticos, a

deposição de Vargas, a convocação de eleições presidenciais e a instalação de uma Assembleia Constituinte, em 1946, iniciava-se a nova ordem política no país após quinze anos da presença do getulismo no poder. Com a saída do Exército, Leônidas Cardoso dedicou-se à advocacia e tornou-se um frequente colaborador dos jornais *Correio da Manhã, O País, O Globo* e *Jornal do Brasil* (LIONI, 1997: 37-4).

3.2. A formação escolar e os estudos na USP: o empirismo-cientificista

O começo da adolescência de Fernando Henrique Cardoso coincidiu com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas. Apesar nova ordem política liberal, as mudanças estruturais empreendidas nos quinze anos de permanência de Vargas na presidência da República haviam alterado a ordem econômica e social brasileiras. Nesse sentido, "*as ideias de reforma, de afirmação nacional, de atualização cultural, e de necessidade de modernização das instituições e da economia*" impactaram fortemente as mentalidades de civis e de militares (MOTA, 2008: p. 740). Cardoso integrou o grêmio escolar (foi diretor e vice-diretor) e criou dois pequenos jornais escolares, *O Guarani* e *A Crônica.* Ainda aos quinze anos, tomou parte em debates literários com poetas e intelectuais, como o modernista Oswald de Andrade. De seu grupo de amigos na adolescência fazia parte Boris Fausto e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos. Admiradores da poesia moderna, chegaram a lançar a Revista *Novíssimos*, em 1949. Criaram ainda o *Clube dos Artistas e Amigos das Artes e São Paulo* (LIONI, 1997: 44-57). Em "*A Crônica",* edição de maio de 1948, Cardoso escreveu um artigo denominado "*Rabiscos sobre o Modernismo",* no qual afirma que o movimento literário "*será julgado mais tarde como uma literatura marginal uma vez que é produto de um período de transição em que nada está definido e tudo luta pela subsistência*" (CARDOSO, 1948a).

No artigo "*O Petróleo*", publicado na *Tribunal Estudantil*, em abril de 1948, demonstra a influência recebida das ideias nacionalistas familiares ao escrever que o "*problema do petróleo é o teste de honradez pelo qual verificaremos quais os verdadeiros patriotas e quais os traidores, que procuram engodar a opinião pública com um falso patriotismo*". Segundo o estudante do Colégio São Paulo, "*uma nação não poderá ter independência política quando sua economia estiver subjugada a quem quer que seja".* Por essa razão, afirma Cardoso *"todos os cidadãos brasileiros precisam lutar para a conservação do petróleo do nosso sub-solo em poder do Brasil*". Demonstrando alinhamento com as convicções do pai, afirma que no "*terreno da soberania, e o petróleo confunde-se com a nossa soberania*", os "*brasileiros"* e *"a mocidade*

estudantil" precisavam tomar uma "*posição de irredutibilidade*" em defesa do interesse nacional (CARDOSO, 1948b)

A exploração do petróleo no Brasil foi um tema e galvanizador de mobilizações de políticos, de militares, de intelectuais e de estudantes. No Clube Militar, no Rio de Janeiro, confrontavam-se, de um lado, os militares nacionalistas, liderados pelo general Júlio Horta Barbosa (1881-1965). Defendiam que todas as atividades de extração, refino e extração de petróleo estivessem sob controle estatal. De outro, os militares liberais, reunidos em torno dos generais Juarez Távora (1898-1975) e Cordeiro de Farias (1901-1981), do brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) e do tenente-coronel Juracy Magalhães (1905-2001), pugnavam pela participação de capitais privados nacionais e estrangeiros.[39] Em 21 de abril de 1948, os nacionalistas criaram o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, posteriormente rebatizado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Seu objetivo era o de mobilizar a opinião pública para a causa do monopólio estatal das jazidas de petróleo.[40] Figuravam entre os presidentes de honra Arthur Bernardes (1875-1955), ex-presidente da República, e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre 1953 e 1973, o Cedpen foi presidido pelo general Felicíssimo Cardoso (1887-1977), irmão do general Leônidas Cardoso, cognominado "*General do Petróleo*".

Interrompendo a longa linhagem militar familiar, ao concluir os estudos secundários, Fernando Henrique Cardoso hesitou entre estudar Direito ou Filosofia. Influenciado pela conversa que teve com um amigo dos pais, o professor da Universidade de São Paulo (USP) Nuno Fidelino Figueiredo, historiador de literatura portuguesa, em uma viagem que fez com amigos para Águas de Lindóia, interior de São Paulo, optou por estudar Ciências Sociais, mas prestou os dois vestibulares. Reprovado em latim na seleção para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 1949. Estudar Ciências Sociais era algo incomum para os filhos de famílias de classe média daquela época, que buscavam ascensão profissional mais

[39] No contexto da mentalidade anticomunista da Guerra Fria, em 1949 foi criada no Rio de Janeiro a Escola Superior de Guerra (ESG), no modelo de *War College* norte-americano, que se tornaria outro centro importante de irradiação do pensamento militar no Brasil nas décadas seguintes.

[40] A instituição também se opunha veementemente à exportação de minerais estratégicos para os Estados Unidos e ao projeto da criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, considerados afrontosos à soberania nacional. Alarmado com a politização de militares nacionalistas, como o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva (1889-1976), representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), e do coronel e historiador Nelson Werneck Sodré (1911-1999), o presidente Dutra ordenou a prisão do general Horta Barbosa "por defender a existência de petróleo na Bahia" (MOTA, 2008: 743).

rápida nas faculdades de Engenharia, Medicina e Direito (LIONI, 1997: 57-59). Enquanto as escolas profissionalizantes eram máquinas formadoras da elite dirigente de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) buscava desenvolver uma elite intelectual capaz de reposicionar São Paulo na vanguarda nacional. Após a derrota na Revolução Constitucionalista (1932), um grupo de empresários, intelectuais e políticos criou, em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. E, com apoio do interventor federal Armando de Salles Oliveira (1887-1945), os jornalistas Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) e Paulo Duarte (1889-1984), além do educador Fernando de Azevedo (1894-1974), criaram, juntos, a Universidade de São Paulo (USP). Sua *alma mater* era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (CÂNDIDO, 1993: 29 *apud* Martins e Barbuy, 1999: 193).[41]

> De certo modo, a USP nascia sob o signo da contradição. Enquanto o país marchava celeremente sob uma ideologia centralizadora e autoritária, nessa universidade surgia sob a égide da ideologia liberal da Comunhão Paulista, vendo na pesquisa desinteressada e no ensino superior de qualidade instrumentos úteis para a formação de sua futura elite dirigente. Ela significava uma opção da elite de São Paulo, depois de sua derrota na Revolução Constitucionalista de 1932, apostando na ciência e na cultura como meios de sua redenção, inclusive política (S. MOTOYAMA, 1984: 11 *apud* SORJ, 2001: 13)

A criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, foi influenciada pelo pensamento renovador exposto no "*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*" (1932). Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Hermes Lima, Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Almeida Junior, Delgado de Carvalho, Roquette Pinto, Francisco Venâncio Filho, Júlio de Mesquita Filho, dentre outros educadores, intelectuais, jornalistas e artistas foram seus signatários. Defendiam uma ambiciosa reforma educacional no Brasil: escola pública de qualidade, laica, obrigatória e gratuita; descentralização educativa; alargamento das universidades; formação de qualidade para os professores; cultura universitária que superasse a tradição bacharelesca (MOTA, 2008: 669). O conjunto de ideias reformistas foi instrumentalizado por Gustavo Capanema (1900-1985), ministro da Educação (1934-1945) de

[41] A USP surgiu da união da nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com instituições já existentes: a Faculdade de Direito (1827), a Escola Politécnica de São Paulo (1893), a Faculdade de Farmácia e de Odontologia (1898), a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz (1901) e a Escola de Medicina (1912).

Getúlio Vargas, em um sistema nacional e centralizado que congregava instituições de educação, música, patrimônio histórico e artístico, arquitetura etc (MOTA, 2008: p. 682).

As elites intelectuais paulistas também desejavam que USP fosse uma universidade de padrão internacional. As "*missões francesas*" trouxeram à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) jovens professores na faixa dos trinta anos: o etnógrafo Claude Lévi-Strauss (1908-2009); os sociólogos Roger Bastide (1898-1974) e Paul Arbousse Bastide; o historiador Fernand Braudel (1902-1985) e o filósofo Jean Maugué (1904-1990). Segundo depoimento de Antonio Candido a Brigitte Leoni, os professores franceses eram ecléticos, críticos e ensinaram "*a ver e a pensar o Brasil sob um ângulo diferente, sem nunca nos fazer perder nosso nacionalismo*" (LIONI, 1997: 64). Como os departamentos eram pequenos, incentivava-se que os alunos cursassem disciplinas em várias áreas. O convívio entre docentes e discentes era estreito. A maioria dos cursos era lecionada em francês, idioma de domínio dos professores recrutados no exterior. Ao comentar sua experiência como jovem professor na USP, Claude Lévi-Strauss registra:

> Nossos alunos encaravam a universidade como uma fruta tentadora, mas, também, venenosa. Esses jovens nada haviam visto do mundo e a maioria deles era pobre demais para nutrir quaisquer esperanças de viajar para a Europa. Para muitos, éramos suspeitos como representantes da classe dominante e beneficiários de um cosmopolitismo que perpassava a vida e as aspirações nacionais do Brasil. No entanto, trazíamos nas mãos as maçãs do conhecimento e, por isso, nossos alunos ora nos cortejavam, ora nos repeliam (LÉVI-STRAUSS, 1971: 107 *apud* GOERTZEL, 1999: 14)

A cidade de São Paulo vivia em acelerado ritmo de crescimento econômico e de transformação social, comparável à Chicago do começo dos anos 1900. A população da cidade cresceu de 580 mil para 2,2 milhões de habitantes no período 1920-1950. Um aumento de cinco vezes em trinta anos. O enriquecimento da metrópole burguesa em virtude da prosperidade cafeeira iniciada na segunda metade do século XIX, do afluxo de mão-de-obra imigrante e da expansão do parque industrial disponibilizaram recursos materiais e humanos para a consolidação da Universidade de São Paulo. Embora os empresários de São Paulo estivessem empenhados em tornar a capital paulista o centro econômico dominante do país, seus intelectuais estavam relativamente isolados do grande debate nacional, comparados aos dos Rio de Janeiro. Suas preocupações giravam em torno de teorias científicas e de pesquisas aplicadas, não da política cotidiana (GOERTZEL, 1999: 22).

Inicialmente localizada na Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República, a FFCL foi transferida, em 1949, para quatro prédios mais modernos localizados na rua Maria Antônia, entre os bairros de Santa Cecília e de Higienópolis. Nas proximidades se localizavam a Universidade Mackenzie, a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Economia e Administração da USP e, após 1951, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Além das escolas, havia uma movimentada vida urbana movida por cafés, restaurantes, livrarias e novo prédios de apartamentos. Era um centro de vibrante vida intelectual e política na São Paulo do pós-Segunda Guerra Mundial (GOERTZEL, 1999: 17). Em sua obra autobiográfica *Confissões*, Darcy Ribeiro (1922-1997) descreve o ambiente universitário que encontrou no começo dos anos 1940 na Escola de Sociologia e Política, vizinha da FFCL da USP:

> Tinha professores excelentes, em tudo diferentes, até opostos aos de Minas. Enquanto lá a tendência era para a erudição vadia, enfermidade principal da inteligência mineira, que tudo quer ler, de tudo quer saber, por pura fruição, em Sampa a coisa era séria. Ninguém buscava erudição. Lia-se o que fosse precioso, funcionalmente, como sustento do tema que se procurava dominar. A ciência não era um discurso fútil, especulativo, imaginoso, mas um exercício sério da inteligência verrumando a superfície do real. Os professores, quase todos, e eram dezenas, me ganharam e me empolgaram (RIBEIRO, 1997: 124)

A Universidade de São Paulo vivia um momento de grande ascensão e prestígio. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco era a mais politizada de todas as unidades, tradição que remontava ao século XIX, quando dividia com a Faculdade de Direito de Olinda (posteriormente transferida para o Recife) a posição de centro de formação de quadros da elite política e intelectual do Império e da Primeira República. A criação do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1947, tinha por propósito fortalecer um novo estilo de produção acadêmica. Fernando de Azevedo (1894-1974) e Roger Bastide (1898-1974) eram os professores catedráticos de Sociologia. Seus assistentes eram, respectivamente, os professores Antonio Cândido (1908-2017) e Florestan Fernandes (1920-1995). Os historiadores Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Júnior (1907-1990) também integravam o corpo docente da Casa. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLC) orgulhava-se de sua autossuficiência. Segundo José Murilo de Carvalho, essa autossuficiência se baseava na afirmação do "*caráter científico da sociologia, em enfatizar a necessidade de se seguirem, no exercício da profissão, os protocolos relativos a métodos e teorias, além da crença, que hoje nos pareceria um tanto ingênua, na capacidade*

da ciência de reformar a realidade" (CARVALHO, 2013: 290). As leituras de obras de Karl Mannheim (1893-1947), Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1868-1917), nos cursos ministrados pelos professores Roger Bastide e Florestan Fernandes, foram influências importantes desse período inicial de formação de Cardoso.[42]

Ao falar sobre a influência de Bastide em sua formação naquele período, Cardoso afirma que "*era um sociólogo interessante porque ele não era durkheimiano, tivera formação religiosa protestante e nos fazia ler de forma eclética Bergson, Mannhein e psicanálise, mas sempre com uma perspectiva mais aberta, sem limitar a Durkheim*" (CARDOSO, 2010: 34). Cardoso estreitou as suas relações com Fernandes, sendo por ele motivado a se especializar no campo da Sociologia, que chamava de "*ciência empírica*" (LEONI, 1997: 67). O sociólogo inaugurou uma nova concepção de ensino da Sociologia no Brasil, incentivado pelos professores franceses e norte-americanos dos quais foi aluno na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP). Segundo o ex-aluno da Casa, Darcy Ribeiro, a ESPSP era "*um dos melhores centros de estudos de ciências sociais que se podia encontrar fora dos Estados Unidos*" durante a guerra (RIBEIRO, 1997: 127). Fernandes desejava que seus alunos superassem o estilo literário e ensaístico da tradição intelectual brasileira e realizassem estudos com rigor empírico. O docente almejava a qualidade acadêmica e a excelência internacional. Não nutria objetivos de participação ou de influência em questões políticas nacionais. O uso de avental branco, como se os sociólogos fossem cientistas em seus laboratórios, simbolizava a preocupação com o profissionalismo, a objetividade e o rigor metodológico (CARVALHO, 2013: 291). Ao relembrar os anos de convívio com Fernandes, Fernando Henrique Cardoso afirma que

> Cada classe não tinha mais do que dez ou doze alunos. O avental era quase um macacão. Era a maneira de mostrar duas coisas: uma, que a ciência é trabalho; e a outra, que a sociologia é ciência. Esse empenho terrível de demonstrar a todos nós que havia uma ética do trabalho a ser desenvolvida e que não era qualquer trabalho, mas um trabalho rigoroso a partir de um conjunto de hipóteses e de um conjunto de métodos, era a paixão da vida de Florestan Fernandes e ele a transmitiu a nós (CARDOSO, 2013: 176)

[42] Segundo Cardoso, os "*cursos, para mim, logo eu entrei na faculdade, eram decepcionantes. Eu entrei lá porque eu queria mudar o mundo com o socialismo e não sabia muito bem o que era isso, mas o sentimento era esse*" (CARDOSO, 2010: 39-40).

3.3. Entre o nacionalismo getulista e o internacionalismo proletário

O ambiente universitário estimulava as suas ambições intelectuais do jovem bacharel em Ciências Sociais. O meio intelectual dessa época também era bastante rico e diversificado, com intensas atividades jornalísticas e literárias, discussões e reuniões em cafés e em chás de São Paulo. Os estudantes acompanhavam de perto os acontecimentos políticos e intelectuais na Europa, Estados Unidos e América Latina. No começo dos anos 1950, Fernando Henrique Cardoso participou, ao lado do pai, da intensa campanha nacionalista "*O Petróleo é Nosso*" e do estimulante ambiente intelectual em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1950, a candidatura presidencial de Getúlio Vargas (1882-1954), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), galvanizava as bandeiras nacionalistas e projetava a imagem paternalista que tinha grande impacto entre as massas. No entanto, o PTB fazia alianças com uma força política centrista, mas igualmente conservador, o Partido Social Democrático (PSD), também criado com o apoio de Getúlio Vargas em 1945 para congregar os ex-interventores do Estado Novo, a burocracia estatal, além de setores do empresariado e da agricultura.

O retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete pôs em marcha novos planos nacionalistas. Na perspectiva de Mota, "*tal nacionalismo soava como esquerdista e pró-comunista naquela quadra em que a Guerra Fria impunha limites estreitos às iniciativas dos Estados latino-americanos e terceiro-mundistas: Estados-nação subdesenvolvidos que emergiam com extrema dificuldade, pois todos carregavam pesadíssimas heranças culturais*" (MOTA, 2008: 753). Enviada ao Congresso Nacional em dezembro de 1951, a Mensagem Presidencial n. 468, que tratava da exploração do petróleo, foi alvo de ataques à esquerda e à direita. As forças à esquerda, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) consideravam um projeto de Vargas "*entreguista*", pois não vedava a participação de empresas privadas, inclusive estrangeiras. Os setores à direta o criticavam por ser excessivamente estatista, inviabilizando a entrada de investimentos externos. A campanha pela exploração estatal do petróleo se converteu em um dos maiores movimentos cívicos da história brasileira, reunindo estudantes, militares, sindicalistas, trabalhistas, socialistas, comunistas, católicos, classe média e até udenistas em torno da causa do desenvolvimento nacional autônomo (SCHWARCZ E STARLING, 2015; 401). A ampla mobilização popular na campanha *"O Petróleo é Nosso*" levou à aprovação da Lei 2004 de 3 de outubro de 1953, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobras. Iniciando suas operações em 1954, era um dos pilares da ofensiva getulista.

Em 1954, foi fundada a Liga da Emancipação Nacional (LEN), que buscou coordenar e intensificar a mobilização pelas causas nacionalistas após a consecução dos objetivos da campanha "*O Petróleo é Nosso*".[43] Membro fundador do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen) e presidente da Liga de Emancipação Nacional (LEN) em São Paulo, o general Leônidas Cardoso concentrou sua militância política em torno da causa da nacionalista. A mobilização na campanha "*O Petróleo é Nosso*" levou o general Leônidas Cardoso a eleger-se deputado federal, em 1954, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 28 mil votos, com apoio do PCB (LIONI, 1997: pp. 77-80). Esse apoio adveio da forte influência que PCB teve nos debates realizados no Centro de Estudos do Petróleo e Defesa da Economia Nacional (RODRIGUES, 2004: pp. 415). O deputado Leônidas Cardoso apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 e o seu Plano de Metas, mas não disputou a reeleição. Encerrou seu mandato parlamentar em 1959.

A família Cardoso era leal às ideias e à liderança de Getúlio Vargas. Também era peça fundamental da sustentação política e militar do governo. Além do apoio dos generais Felicíssimo Cardoso e Leônidas Cardoso à frente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), outros membros da família ocuparam cargos na administração federal. O general Cyro do Espírito Santo Cardoso (1898-1979), primo de Fernando Henrique Cardoso, esteve à frente do Gabinete Militar (1951-1952) e do Ministério da Guerra (1952-1954). Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (1896-1978), outro primo, irmão do Ministro da Guerra, foi prefeito do Distrito Federal (1952-1954), o que equivalia, na época, às responsabilidades de governador de Estado. O equilíbrio de forças entre militares que apoiavam Vargas e os que a ele se opunham mudou a partir de 1954, com a demissão do general Cyro do Espírito Santo Cardoso do Ministério (MOTA, 2008: 757; CARDOSO, 2013. 403).Segundo Cardoso, o governo de Getúlio Vargas era mal visto pela elite paulista (e também dentro da USP), "*mas não pelo povo, porque ele foi eleito senador por aqui, ganhou eleição aqui".* Assim, afirma que "*não podia ser contra Getúlio, afetivamente. Não podia porque era muito difícil, era ser contra toda a história da minha família"* (CARDOSO, 2010: p. 40).

Embora tivesse amigos pertencentes a grupos stalinistas e trotskistas e participado de publicações ligadas à intelectualidade do PCB, Fernando Henrique Cardoso não demonstrava

[43] Durante sua curta existência (1954-1956), a LEN absorveu as atividades do Cdpen, até ser extinta, por decreto, pelo governo Kubitschek. O Cdpen acabou se dividindo em relação à abertura econômica aos investimentos estrangeiros. Um setor minoritário daria apoio irrestrito às políticas de JK, enquanto a comissão diretoria optou por um apoio crítico.

entusiasmo pela militância político-partidária.[44] Os intelectuais se mantinham mais distantes da burocracia partidária do Partido Comunista, concentrando suas forças em atividades voltada para o público externo: publicações, atividades culturais, conferencias, manifestos. Alguns eram refratários à rigidez ideológica e doutrinária, prezando pela liberdade de expressão e de criação. A disciplina e a centralização eram características da organização interna do PCB. Possuía uma importante rede de publicações e de organizações auxiliares, como a União de Juventude Comunista. O "Partidão" sobreviveu à perseguição da ditadura getulista e verificou grande crescimento na República de 1946. Isso se deveu ao prestígio pessoal de Luis Carlos Prestes, o lendário "*Cavaleiro da Esperança*", e às simpatias das esquerdas com a liderança de Joseph Stalin (1878-1953).

O marxismo e o nacionalismo atraíram muitos segmentos da juventude, da *intelligentsia* e do meio sindical (RODRIGUES, 2004: 411). Outra vertente da ideologia do PCB era o "*internacionalismo proletário*", traduzido em um alinhamento incondicional ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No "*Programa Mínimo de União Nacional*" do PCB de 1945, defendia-se a "*luta pela manutenção da paz mundial pela ruptura de relações com os governos fascistas (...) pela solidariedade das Nações Unidas em apoio à Carta de São Francisco"* (ALMEIDA, 1998: 184). A dependência ideológica e política dos comunistas brasileiros em relação à matriz soviética tornava problemático o nacionalismo de seus dirigentes. A questão era delicada. Por um lado, havia a possibilidade de capitalizar politicamente o prestígio internacional dos soviéticos perante a opinião pública, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Por outro lado, os laços com a URSS criavam dificuldade para os comunistas traçarem objetivos compatíveis com as condições internas brasileiras, sujeitando-se às orientações soviéticas. Nesse sentido, a contradição entre as plataformas nacionalista e internacionalista proletária fortalecia as críticas em relação ao posicionamento do PCB em caso de um conflito entre os blocos capitalista e comunista que envolvesse o Brasil. Essa questão enfraqueceu a possibilidade de moderação política e de conversão do Partido Comunista em um partido reformista socialdemocrata. O partido também

[44] Fundado em 1922, o PCB era a mais longeva agremiação política do país. Tinha grande força junto aos movimentos operário e intelectual. Ao contrário dos partidos comunistas de outras nações ocidentais, não se originou de uma cisão do movimento socialdemocrata. A tradição marxista e socialista no país era pouco expressiva. Transformou-se no principal partido da esquerda brasileira diante do desaparecimento dos anarquistas e da pouca expressão política de socialistas e trotskistas. O desaparecimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1938, tornou o PCB o único grande partido ideológico brasileiro. Dada a instabilidade do cenário político nacional e internacional, a repressão interna, as constantes mudanças de orientação política, as bruscas oscilações de filiados e as crises dentro da própria burocracia, o PCB não conseguiu se consolidar como um partido de massas (RODRIGUES, 2004: 363 e 433).

não teve condições de atuar como movimento revolucionário a partir do fracasso da Aliança Nacional Libertadora (ALN) na Intentona Comunista de 1935. Após o fim do Estado Novo, em seu breve momento de legalidade, o PCB seguiu uma linha moderada e de união nacional, tributária de fatores internacionais ("convivência pacífica" entre Estados Unidos e União Soviética) e nacionais (aliança política com o varguismo em 1945). Segundo Leôncio Martins Rodrigues,

> o objetivo permanente da atuação do PCB, qualquer que fosse o grau de radicalismo e de moderação, não foi a "frente única" das camadas populares contra as classes altas, isto é, uma "aliança para baixo", mas uma "aliança para cima". Ou seja, uma grande frente patriótica e anti-imperialista, policlassista, reunindo a burguesia nacional, a pequena burguesia, o campesinato e o proletariado. Nesta frente, o PCB apareceria como o representante da classe operária e, como tal, merecendo a liderança. Dentro desta concepção, o PCB sempre mostrou-se mais inclinado a acordos com frações das classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda, contra as quais travou sempre um combate sistemático (RODRIGUES, 2004: 437)

Apesar da moderação ideológica, as Forças Armadas e a Igreja Católica mantiveram sua hostilidade permanente ao partido. A deterioração das relações entre as potências capitalista e comunista, bem como o alinhamento do Brasil ao lado dos Estados Unidos, levaram à radicalização das críticas do PCB ao "*imperialismo*". Em retaliação, houve a cassação do registro do PCB e dos mandatos de seus parlamentares.[45] Embora continuasse influente nos meios sindicais e intelectuais, as filiações refluíram. Os únicos meios de manutenção de alguma influência na fase de ilegalidade após-1947 eram os jornais e publicações de massas. Segundo Rodrigues, a simpatia de grande parcela da *intelligentsia* nacional ao PCB (escritores, artistas plásticos, jornalistas, professores universitários) permitiu sua influência na imprensa popular e acadêmica. Eram nomes importantes e de peso intelectual em suas respectivas áreas, caso dos escritores Jorge Amado (1912-2001) e Graciliano Ramos (1892-1953), do historiador de Caio Prado Júnior (1907-1990), do pintor Cândido Portinari (1903-1962), do físico Mário Schemberg (1914-1990), dos arquitetos Oscar Niemeyer (1907-1912) e Vilanova Artigas (1915-1985) e do jornalista Aparício Torelly (1895-1973), o Barão de Itararé (RODRIGUES, 2004: p. 411-12).

[45] A União da Juventude Comunista foi colocada na ilegalidade (abril de 1947); a Justiça Eleitoral cassou o registro partidário; os mandatos dos deputados do PCB foram cassados (janeiro de 1948); o Ministério do Trabalho interveio em 143 sindicatos com controle comunista (RODRIGUES, 2004: 412-13).

Os estudantes também eram um público-alvo cativo. Fernando Henrique Cardoso era um desses jovens estudantes que foram influenciados pela intelectualidade comunista. Sua aproximação com o Partidão se deu entre 1949 e 1955, período no qual assinou um manifesto antiamericano contra Guerra da Coréia (1950-1953). Em 1954, quando o esportista tcheco Emil Zatopek (1922-2000) venceu a Corrida de São Silvestre, Cardoso e seus amigos saudaram a façanha do corredor como um símbolo do triunfo do mundo socialista e das grandes ambições de transformação social (GOERTZEL, 1999: p. 8). Darcy Ribeiro relembra, em "*Confissões"*, que no período de militância estudantil em São Paulo, no começo dos anos 1940, a despeito "*de todo o dogmatismo stalinista que imperava então, os comunistas atiçaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária*" (RIBEIRO, 1997: 127). Segundo Cardoso, a militância do PCB nos anos 1950 não era tão intelectualizada: *"não éramos estritamente militantes nem marxistas*" (CARDOSO, 2010: 38). Cardoso assumiu a secretaria da revista *Problemas*, controlada pelo partido, e foi membro do Conselho Editorial da revista *Fundamentos*, da Editora Brasiliense, ambas fundadas pelo historiador Caio Prado Júnior (1907-1990). *Fundamentos* adotava posições ideológicas do movimento comunista internacional.

A edição n. 24, de abril de 1952, da revista *Fundamentos*, trazia um "*Manifesto de Convocação da Conferência Continental Americana de Paz*", assinado por Salvador Allende, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer e Graciliano Ramos: "*A ameaça de uma terceira guerra mundial impõe aos nossos povos, na América, assim como todos os demais povos do mundo, o dever de defender a paz*". Advertiam que a "*história nos mostra que a política tendente a regular as pendências internacionais por meio de um sistema de força conduz sempre à guerra*". Na mesma edição havia uma resenha do jovem estudante de Ciências Sociais Fernando Henrique Cardoso, com o título de "*Um Falso Brasil*". Ao analisar o livro "*Um retrato sincero do Brasil*", do sociólogo Limeira Tejo, Cardoso critica a falta de rigor científico e o fracasso na aplicação das ideias marxistas. Segundo Cardoso, Tejo esqueceu-se "*de que é impossível estudar uma economia capitalista de nossos dias considerando-a um círculo fechado sôbre si mesmo, dentro de um determinado espaço nacional",* pois, com o advento do "*imperialismo financeiro*" em que o mundo se encontrava, "*não há fronteiras políticas detendo a expansão dos capitais e não existem economias autônomas, mas sim uma vasta economia mundial dirigida por grupos financeiros internacionais*" (CARDOSO, 1952: 2). Recorrendo à ortodoxia doutrinária, contesta a possibilidade de desenvolvimento do Brasil segundo o capitalismo norte-americano:

> Nós não somos os Estados Unidos e não encontraríamos diante de nós as mesmas condições que possibilitariam a criação do parque industrial norte-americano. Não adianta repetir que, na fase de expansão do capitalismo financeiro internacional, a indústria dos países subdesenvolvidos é mais ou menos dominada pelos grupos ligados às altas finanças e que, se for do interesse destes grupos, produzir-se-ão apenas produtos exportáveis, enquanto permanecer esta ordem das coisas (CARDOSO, 1952: 2)

Em fevereiro de 1956, com a divulgação do Relatório Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), houve uma profunda crise no PCB. Secretário-geral do PCUS, Nikita Khrushchev (1894-1971) denunciou ao mundo os crimes cometidos durante a Era Stalin (1927-1953). A maioria dos membros do PCB recursou-se a acreditar no seu conteúdo, considerando-o uma fabricação da inteligência norte-americana. A direção partidária demorou nove meses para emitir um pronunciamento sobre o assunto. Um grupo secreto que reunia intelectuais e jornalistas, denominado Sinédrio, vinculado à imprensa do PCB, decidiu discutir o problema dos desvios do stalinismo, à revelia da cúpula. O jornalista sergipano João Batista de Lima e Silva, redator e ex-diretor do jornal "*Voz Operária*", foi o primeiro a romper a barreira e a escrever um artigo sobre o tema. Em outubro de 1956, enfim, o Comitê Central do PCB reconheceu a veracidade das informações reveladas por Khrushchev e recriminou "*o culto à personalidade e suas nefastas consequências*" para a União Soviética e para o movimento comunista internacional. O histórico militante do PCB Agildo Barata (1905-1968) descreve as reações que sentiu ao tomar conhecimento do relatório Khrushchev:

> Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo. Desmoronavam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de vinte anos, toda a minha imaginação de admirador e entusiasta incondicional de Stalin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra. Se o que o relatório Khruschev dizia era verdadeiro, era preciso e indispensável uma revisão completa com tudo o que havíamos feito e vínhamos fazendo e dizendo (AGILDO BARATA, op. Cit 356, *apud* RODRIGUEs, 2004: 423).

Foi um momento importante de abertura para o debate e de exposição de divergências entre os membros do partido. Em carta ao Comitê Central, Prestes apoiou a realização do

debate, mas enfatizou serem "*inadmissíveis ... em nossas fileiras e na imprensa, feitas com recursos do povo, quaisquer ataques à URSS, ao PCUS, ao baluarte do socialismo do socialismo e ao partido que dirige a construção do comunismo no mundo*" (RODRIGUES, 2004: 422-3). A repressão do regime soviético a movimentos autonomistas dentro da Cortina de Ferro, como as intervenções na Polônia e na Hungria (1956), foi extremamente prejudicial à reputação do PCB junto aos setores intelectualizados (RODRIGUES, 2004: 439). Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais acompanhavam de perto os acontecimentos internacionais. Com a denúncia dos crimes do stalinismo e a invasão da Hungria por tropas soviéticas, ele e outros companheiros romperam publicamente com o PCB, assinando um abaixo-assinado protestando contra a invasão do país do Leste europeu.[46]

3.4. A influência de Florestan Fernandes e da Sociologia francesa

Fernando Henrique Cardoso casou-se, em 1953 com a colega Ruth Carrea Leite (1930-2008), estudante de Antropologia, oriunda de Araraquara, interior de São Paulo. Ambos frequentavam museus, estudavam e participavam de atividades acadêmicas juntos durante o período de estudo na USP (GOERTZEL, 1999: 20). Cardoso teve ligação ainda com a revista *Anhembi*, fundada em 1950 pelo jornalista Paulo Duarte, e que publicava textos de autores nacionais e estrangeiros nos campos da sociologia, antropologia, história e literatura. A publicação mesclava análises eruditas com textos culturais, imitando o modelo da pariense "*Les Temps Modernes*", identificada com o pensamento de Jean-Paul Sartre e com o "*socialismo democrático*" (GOERTZEL, 1999: 11).

Em 1952, por intermédio de Florestan Fernandes, o primeiro emprego de Fernando Henrique Cardoso foi o de primeiro-assistente da cadeira de História Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Após concluir a licenciatura em Ciências Sociais, hesitou entre especializar-se em Economia e Sociologia. Convidado por Florestan Fernandes, assumiu, em 1953, o cargo de professor-assistente de Roger Bastide e a posição de auxiliar de ensino da cadeira de Sociologia I na FFCL. Tanto Bastide quanto Fernandes valorizam as técnicas de pesquisa, minimizando a tradição ensaística

[46] Segundo relato de Cardoso, "*Nunca vou esquecer quando fui uma vez à casa de Paulo Emílio Sales Gomes com Agenor Parente, o Pedreira, o Eduardo Sucupira, que era um jornalista, e nós ali indignamos com o que estava acontecendo na União Soviética e o Paulo Emílio disse: ´Mas só agora?´ Cada geração tem o seu momento de desilusão*". (CARDOSO, 2010: 37)

da Sociologia no Brasil. Bastide estava interessado nas experiências internas e nas relações entre a consciência e o mundo exterior, escrevendo livros como "*Estudos afro-brasileiros*" (1946, 1951 e 1953, em 3 volumes) e "*Sociologia e psicanálise*" (1948). Em suas obras "*Organização social dos Tupinambá*" (1949) e "*A função social da guerra na sociedade Tupinambá*" (1952), Fernandes aplicou as teorias e os métodos sociológicos disponíveis para estudar agrupamentos sociais (GOERTZEL, 1999: p. 15). O primeiro trabalho de campo de Cardoso como sociólogo foi o de supervisionar o "*Censo de Força de Trabalho*" - encomendado pelo Serviço de Pesquisas do Mercado de Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio do Governo do Estado de São Paulo.

Com retorno de Roger Bastide para a França no ano seguinte e a nomeação de Florestan Fernandes para a cadeira de Sociologia I, Cardoso tornou-se o seu primeiro assistente, em 1955. Cardoso integrou-se ao programa de pesquisas dirigido por Fernandes. A ambição do novo professor catedrático de Sociologia da USP era tornar a FFCL uma nova Escola de Chicago, na época modelo mundial de centro acadêmico voltado aos estudos sobre questões urbanas, sociais e raciais (GOERTZEL, 1999: p. 19). Um dos projetos mais bem-sucedidos foi um estudo encomendado sobe as relações entre populações negras e brancas, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco). A pesquisa foi influenciada pelo livro "*An American Dilemma*", um impactante estudo do economista e sociólogo sueco Gunnar Myrdal (1898-1987) sobre os negros norte-americanos. Essa publicação foi um divisor-de-águas no estudo científico das raças em âmbito mundial. A oportunidade de realizar algo do gênero no Brasil surgiu a convite do jornalista Paulo Duarte, editor da revista *Anhembi*. Patrocinador dos estudos dos novos sociólogos, Duarte tinha uma ampla rede de contatos internacionais e propôs aos professores Roger Bastide e Florestan Fernandes uma investigação sobre a situação dos negros em São Paulo (CARDOSO, 2013: 192-3; GOERTZEL, 1999: 11).

Graças à influência do editor de *Anhembi*, Alfred Metraux, diretor de Ciências Sociais da Unesco, desembarcou em São Paulo com o intuito de financiar o estudo sobre as relações interétnicas no país. Foram realizadas pesquisas nas cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, o que permitiria vislumbrar a realidade dos negros numa perspectiva nacional. Roger Bastide e Florestan Fernandes ficaram encarregados de levar à frente a pesquisa na capital paulista. A expectativa dos patrocinadores, baseada na visão da "*democracia racial*" do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor de "*Casa-Grande & Senzala*" (1933), era a de que a situação brasileira contrastava com a realidade norte-americana, tendendo à

harmonização entre as raças (CARDOSO, 2013: 193). Segundo Elide Rugai Bastos (2004), a "*democracia racial*" de Gilberto Freyre era baseada na premissa de que "*a ordem social é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que existe um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial na sociedade brasileira*".[47] Dessa forma, a ideia de "*democracia racial*", ao ser incorporada pela população brasileira como integrante da identidade nacional, funcionou como um obstáculo à reflexão e ao enfrentamento da desigualdade entre negros e brancos no país (BASTOS, 2004: 233).

Por meio do emprego de instrumental sociológico, o grupo de pesquisa de Roger Bastide e de Florestan Fernandes buscou compreender as mudanças histórico-estruturais, as relações interétnicas e os mecanismos de acomodação da relação entre brancos e negros a partir do declínio da ordem escravocrata e do nascimento de uma sociedade sustentada pelo trabalho livre em São Paulo. O primeiro fruto da pesquisa foi a publicação do livro "*Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*" (1955), mais tarde modificado e republicado como "*Brancos e negros em São Paulo*", pela Coleção Brasiliana. Fernando Henrique Cardoso deu sequência a essa linha de pesquisa em parceria com o colega Octavio Ianni (1926-2004). Desse esforço resultou o estudo "*Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*", publicado pelos dois professores-assistentes em 1960. Apesar de voltados para o ambiente acadêmico, os estudos possuíram uma dimensão política de análise das contradições sociais brasileiras (CARDOSO, 2013: 180-181 e 194-195).

Essa relação com o mundo além dos muros da universidade e a conexão com uma organização internacional em busca de recursos mostram o vanguardismo do Departamento de Sociologia da USP e o pioneirismo de Roger Bastide e de Florestan Fernandes. Privilegiadamente distante dos embates do centro de poder político nacional, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL) pode gozar de certa liberdade e autonomia para buscar seus próprios caminhos. Na visão de Florestan Fernandes, essa autonomia "*deve ser creditada à tradição elitista: a utopia liberal-conservadora, desde o início, associou a inovação a propósitos puramente burgueses de hegemonia econômica, cultural e política*" (FERNANDES, 1977: 223 *apud* SORJ, 2001: 13-14). A presença de professores europeus,

[47] Estabelecia-se, "*uma ponte entre miscigenação e democratização – o primeiro, um fato biológico e o outro um fato sociopolítico -, identificando-se como semelhantes dois processos independentes entre si*". Segundo Bastos, essa comparação defendida por Freyre minimiza o modo como "*se ordenou a população descendente dos escravos e os mecanismos que impediram a mobilidade social e vertical dela, criando-se uma estrutura social que discrimina grandes contingentes populacionais*" (BASTOS, 2004: 233).

herdeiros de uma tradição acadêmica mais antiga e consolidada, também ajudou a reforçar o insulamento da USP em relação aos debates nacionais. Alfredo Bosi ressalta que

> a cultura universitária de São Paulo escapou à vertente nacionalista, ou antes, ela nada teve que ver com qualquer prática nacional-popular. Para entender suas razões profundas, creio que além de reconhecer a sua filiação (primeiro, oligárquica, depois de classe de classe média nobilitada pelo status da hierarquia docente); além de notar sua desconfiança em relação a todo nacionalismo; além de verificar seu descentramento em face do poder, é preciso por-se nos meandros da sua prática intelectual. A Universidade fez Ciência Social nos moldes franceses e americanos, correndo, às vezes conscientemente, o risco de ser positivista e funcionalista, logo "cientificamente neutra"; e de alhear-se, durante largos anos, ao processo de "conscientização" que se promovia em outras áreas menos acadêmicas da inteligência brasileira (...)" (BOSI E MOTA, 1977 *apud* SORJ, 2001: 15-16).

O contato de Fernando Henrique Cardoso com a academia francesa remontava a meados dos anos 1950, com a visita do sociólogo francês Georges Friedmann (1902-1977) à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP. Era um dos maiores especialistas em Sociologia do Trabalho, novo campo de estudos que examinava os problemas sociais, psicológicos e trabalhistas advindos da automação dos processos produtivos da sociedade industrial. Sua tese de doutorado, "*Problèmes humains du machinisme industriel*" (1946) era considerado o texto fundador da Sociologia Francesa do Trabalho. Sob a sua inspiração foi criado o *Institute des Sciences Sociales du Travail* (1951), da Universidade Paris 1 (*Panthéon Sorbonne*). Friedmann buscava conhecer as relações de trabalho e as práticas industriais em diversas regiões do mundo, incluindo a América do Sul. A proximidade de Cardoso com os professores veteranos, a facilidade com a língua francesa e o fato de possuir um automóvel, artigo ainda pouco acessível na época, facilitou o contato de Cardoso com o professor de Paris, com que circulou pela cidade de São Paulo para mostrar o crescimento urbano-industrial daquela que emergia como a grande metrópole sul-americana. Interessado em fortalecer a as pesquisas sobre Sociologia do Trabalho em parceria com os brasileiros, Friedmann enviou a São Paulo seu assistente, o sociólogo Alain Touraine (1925-), que passou alguns meses no Brasil como professor-visitante.

> Touraine chegou, leu nossos trabalhos e fez comentários: "vocês estão descrevendo o Brasil como se estivessem na Europa, com classes sociais bem estabelecidas, mas não é bem assim. O Estado aqui tem mais força que as classes, a ideia de nação é central". Touraine sempre teve essa preocupação com a nação e o Estado. E ao mesmo tempo

> em que ele elogiou o que nós tínhamos feito, botou lá uns pontinhos de dúvida em nosso nascente marxismo com sabor de Sena (CARDOSO, 2010: 36-37).

Em "*Os Paulistas no Poder*" (1995), Rubem Barbosa Filho afirma que a intelectualidade paulista se diferenciava da carioca e função do distanciamento do centro de poder. Entre os anos 1930 e 1950, a Universidade de São Paulo tornou-se, cada vez mais, indissociável da vida política do Estado de São Paulo. Após a Revolução de 1932, a *intelligentsia* paulista enxergava São Paulo como "*a periferia do Estado*". Distante da burocracia pública e da política nacional, era parte integrante "*de uma sociedade recortada por problemas e dilemas do mundo econômico moderno".* O cosmopolitismo de São Paulo se espelhava, assim, nos valores do Ocidente capitalista e liberal. A universidade paulista seria caracterizada "*pela exigência de racionalidade, precisão e disciplina comuns às sociedades industriais*" (REIS, 2017: 94-95).

Na visão de José Carlos Reis, em *As Identidades do Brasil* (2017), os intelectuais cariocas saudavam o Rio de Janeiro como cidade-símbolo da nação e posicionavam o Estado como ente protagonista do desenvolvimento e da história nacional. Caio de Navarro Toledo, em "*Iseb – Fábrica de Ideologias*" (1997), assevera que a questão do desenvolvimento econômico aglutinou as preocupações dos intelectuais na segunda metade da década de 1950, especialmente os que giravam em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Marginalizado nas quatro décadas entre o fim do Segundo Reinado e da Primeira República, o Rio de Janeiro retomou, com a Revolução de 1930, o seu caminho de centro de convergência do poder e da cultura nacionais. Criado em 1955 no governo Café Filho (1954-1955), o ISEB propunha-se a constituir um "*pensamento brasileiro*" por meio de "*um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante, onde confluiriam disciplinas e ciências diversas – sociologia, história política, economia e filosofia*" (TOLEDO, 1997: 25-26).

Em "*A Imaginação Político-Social Brasileira"* (1967), Wanderley Guilherme dos Santos examina o debate da década de 1950 entre Guerreiro Ramos (ISEB) e Florestan Fernandes (USP) sobre a cientificidade da produção intelectual brasileira. Enquanto Ramos era defensor de um paradigma nacionalista e caracterizava o estudo do pensamento político brasileiro como um exercício científico, Fernandes, numa lente universalista, enquadrava as ideias pretéritas como "*pré-científicas*". Santos posiciona-se numa posição intermediária, evitando enquadrar a produção brasileira como rigorosamente científica, mas sem descarta-la como ideológica. Afastando-se desse dilema, recorreu ao conceito de "*imaginação social*" de Wright Mills, usado para se referir às reflexões de jornalistas, educadores, profissionais liberais

e artistas, que embora não pertencessem ao meio acadêmico formal, eram dotadas de interesse e valor (MILLS, 1965: 11 e 25 *apud* LYNCH, 2013b: 18). Santos adapta o conceito de Mills para se referir a uma "*imaginação política brasileira*" que abrangesse um conjunto de escritos e de reflexões, produzidos por intelectuais com formações e com origens diversas, acerca da trajetória política brasileira desde a Independência até a década de 1960.[48]

Os principais intelectuais ligados ao ISEB foram Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corbusier, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Embora estatutariamente subordinado ao MEC, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) possuía certa autonomia na formulação de suas pesquisas. A instituição alcançaria o seu auge no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a "*ideologia do desenvolvimento*" foi alçada a "*palavra de ordem*", presente em quase todas as pesquisas e publicações. Kubitschek definiu a tarefa da instituição em seu projeto governamental: "*formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento*" (TOLEDO, 1997: p. 42). A palavra ideologia, contudo, não aparecia em nenhum dos documentos do ISEB, pois não era possível admitir diretamente

> que o Estado "representante da nação", conciliador das disputas e das tensões sociais, "mantenedor da ordem e da harmonia social", promotor do "bem-estar coletivo" – promova ideologias. Para o pensamento oficial, as ideologias, quaisquer que sejam seus matizes, carregam consigo estigmas e marcas detestáveis – parcialidades, desarmonia, luta social. (....) Na prática, porém, aceita-se que uma instituição criada pelo Estado promova uma ideologia determinada (TOLEDO, 1997: 43)

Essa relativa autonomia do ISEB em relação ao ministro da Educação isentava o Estado de certas posições assumidas pelos intelectuais ligados à instituição e ligava a ideologia oficial aos interesses nacionais, superando "*todos aqueles estigmas que tradicionalmente vêm colados às ideologias*". Nesse sentido, "*com a ideologia do desenvolvimento nacional, teríamos constituído um caso modelar: a ideologia não-ideológica ou, em outra versão, a ideologia*

[48] O "*intelectual público*" e os "*formadores de opinião*" ajudavam a organizar, racionalizar e orientar os fatos políticos, convertendo-os em conceitos, avaliações, narrativas e análises para o consumo de um grande público. Assim, a imaginação política vinculava-se simultaneamente ao passado e ao futuro, unindo acontecimentos pretéritos com um horizonte de ação futura dos atores políticos (Santos, 1970, p. 138 *apud* LYNCH, pp. 17-18). Santos critica as tentativas anteriores de enquadramento do pensamento-político social brasileiro, centradas num positivismo exagerado que desqualificaria quase toda a produção intelectual brasileira do século XIX e XX (LYNCH, 2013b: 19-20)

acima de qualquer suspeita" (TOLEDO, 1997: 43). Em "*Consciência e Realidade Nacional*", Álvaro Vieira Pinto sustenta que a tarefa do ISEB era a de promover o "*pensar filosófico por via de compreensão das categorias reais que configuram processo histórico e acompanham o projeto de modificação das estruturas fundamentais da nação*". Em outras palavras, instrumentalizar as ideias para a transformação da realidade (VIEIRA PINTO, 1960: 64 *apud* TOLEDO, 1997: 45 e 57). Roland Corbuisier, em "*Formação e problema da cultura brasileira",* assinala que a consciência crítica nacional surge a partir de guerras, conflitos externos, crises internas, desagregação institucional e novas relações econômico-culturais (CORBISIER, 1960: 41-43 *apud* TOLEDO, 1997: 45).

A busca da ascensão profissional dentro de uma universidade de elite, pensada no âmbito de um projeto para a recuperação da influência política e cultural de São Paulo, projetou o jovem acadêmico Fernando Henrique Cardoso como um dos partícipes do processo de modernização da instituição e de adaptação à realidade do país. Cardoso desempenhou crescente papel na política universitária como Representante dos Antigos Alunos, dos Doutores e dos Livre-docentes no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, entre 1957 e 1962, compondo chapa com o vice, o professor de economia Antonio Delfim Netto. A reforma universitária, a democratização das rígidas estruturas de carreira e a defesa dos interesses dos professores assistentes eram algumas de suas plataformas.[49] Em sua gestão como conselheiro, ajudou a fundar a Associação dos Docentes da USP (ADUSP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), um dos principais braços do governo paulista na promoção do desenvolvimento científico-tecnológico do Estado (CARDOSO, 2006, 50-1; DULCI, 2010: 65). Cardoso participou ainda da Campanha em Defesa da Escola Pública, que mobilizou toda a universidade. Assim,

> nós todos esquecemos um pouco de nossos aventais e nos lançamos a uma peregrinação por São Paulo para fazer uma campanha – a Campanha em Defesa da Escola Pública. Esta campanha teve uma importância muito grande naquela época (...) Foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou ao que então era raro: o encontro entre a universidade e os trabalhadores. Andamos por sindicatos sem

[49] De acordo com Cardoso, em seu depoimento sobre a convivência com Florestan Fernandes: "*Houve uma luta muito grande na universidade para que os assistentes, os auxiliares de ensino, pudessem ter estabilidade, pois eram, como se diz em latim, demissíveis ad nutum, quer dizer, o professor catedrático tinha o direito de dispensar seu assistente a qualquer momento e em qualquer estágio da carreira, fosse até mesmo um livre-docente. A figura fundamental em torno da qual se organizava toda a vida universitária era o do professor catedrático*" (CARDOSO, 2013: 178-79)

> fim, pregando. Andamos por escolas, andamos pelo interior, pregando, discutindo modificações concretas numa lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil (CARDOSO, 2013: 178).

Graças aos contatos com o meio político dentro e fora dos muros da USP, Cardoso desenvolveu uma capacidade de diálogo, negociação, intermediação, acomodação e interlocução com diversos atores acadêmicos e políticos. Na visão de Leoni, torna-se "*difícil dissociar a atividade intelectual e puramente acadêmica de Fernando Henrique Cardoso de sua atividade política. Elas estão ligadas e se interlaçam*" (LIONI, 1997: 77). As raízes familiares, o contato permanente com o pai, representante paulista na Câmara dos Deputados, e as convicções políticas nacionalistas mantiveram Cardoso sempre próximo da política.[50]

3.5. Os estudos marxistas e o método dialético

Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais haviam se afastado do Partido Comunista em meados dos anos 1950, mas mantinham ideias e convicções de esquerda, refinadas no estudo da obra de Karl Marx. A segunda geração de estudantes da USP, à qual Fernando Henrique Cardoso pertencia, se distanciava paulatinamente da postura puramente academicista e se aproxima cada vez mais da política (LIONI, 1997: 81-84). Segundo Cardoso, "*havia uma espécie de corte entre o mundo da política e o mundo da USP. Embora eu estivesse sentimentalmente e até politicamente do outro lado, na academia, nas aulas, eu não falava de política*" (CARDOSO, 2010: 40).

O contexto nacional e internacional seria um elemento favorecedor dessa virada, com a euforia nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a enorme onda de impacto causada pela Revolução Cubana (1959) no pensamento político brasileiro e latino-americano. Cuba era o símbolo maior da ruptura com a dependência das potências imperialistas e de ação contra a repressão social (GOERTZEL, 1999: 12). A Conferência de Bandung (1955) reuniria os países resultantes do processo de descolonização afro-asiático, abrindo novas possibilidades de inserção para os países do chamado "*Terceiro Mundo*". E, no plano regional, a "*Operação Pan-Americana*" (1958) de JK propugnou uma diplomacia

[50] Segundo depoimento de Cardoso: "*O Juscelino, o que ele fez, ele deu o primeiro passo para a internacionalização. Meu pai era deputado, a favor do Juscelino. Mas havia uma espécie de corte entre o mundo da política e o mundo da USP. Embora eu estivesse sentimentalmente e até politicamente do outro lado, na academia, nas aulas, eu não falava de política*" (CARDOSO, 2010: p. 40)

econômica de apoio à multilateralização do desenvolvimento continental (MOTA, 2008: 725). O Plano de Metas de JK, ao promover a instalação de grandes empresas multinacionais (bens de capital, automobilística, farmacêutica, eletrodoméstica, alimentos) no país e expandir o investimento público em infraestrutura (energia e transportes), trouxe um crescimento industrial sem precedentes (MOTA, 2008: 761). Simbolicamente, a inauguração da nova capital, Brasília, em 21 de abril de 1960, nos confins desabitados do planalto goiano, marcou o processo de interiorização e de integração nacional. A cultura brasileira também vivenciava um período de florescimento nos campos da literatura, da música, das artes plásticas e do cinema. A educação e a ciência e a tecnologia também passariam por avanços importantes, notadamente com criação da Universidade de Brasília. Na visão de Mota (2008), o "*sentimento coletivo era o de que a Revolução aguardava o país na próxima esquina; e que o futuro parecia sempre próximo*" (MOTA, 2008: 765). Em síntese, a política influenciava, cada vez mais, o universo uspiano.

Ocorrido em meio a essa conjuntura histórica, o Seminário Marx (ou Grupo do *Capital*) era uma novidade no Brasil do final dos anos 1950. Em retorno de um período de estudos na França, o filósofo José Arthur Giannoti (1930-) foi o mentor de um grupo de acadêmicos dedicado a uma leitura minuciosa de toda a obra "*O Capital"*, de Karl Marx. Em Paris, Giannotti havia participado de um grupo de discussão denominado "*Socialismo e Barbárie*", centrado nos escritos de Claude Leffort (1924-2010) sobre a burocratização da União Soviética (GOERTZEL, 1999: p. 20). As reuniões eram realizadas fora da universidade, na casa dos membros, a cada dois sábados, normalmente seguidas de um jantar. Era um "*ambiente de camaradagem, animação, e também de rivalidade*" entre as interpretações acadêmicas (SCHWARZ, 1998:100). Como ainda não havia tradução da obra de Karl Marx para a língua portuguesa, cada membro fazia a leitura no idioma que lhe fosse familiar. A maioria dos membros havia se afastado da militância em torno do Partido Comunista Brasileiro. Somente Octávio Ianni e Francisco Weffort ainda permaneciam, na época, próximos ao "Partidão". Alguns não possuíam nenhuma vinculação política específica (GOERZTEL, 1999: p. 21).[51]

Movido pela curiosidade intelectual, o grupo era composto por jovens professores em processo de elaboração de suas teses de doutorado e estudantes, escolhidos a partir de perspectiva multidisciplinar: a antropóloga Ruth Correa Leite Cardoso (1930-2008); o economista Paul Singer (1932-2018); o historiador Fernando Novaes (1933-), os sociólogos

[51] Em depoimento a Leoni, Roberto Schwarz rememora que o objetivo central do Seminário Marx era compreender os conceitos marxistas à luz do rigor acadêmico, o que "*nos permitia superar o esquematismo e o jargão do Partido Comunista, que todos sabíamos que era uma bobagem*" (LEONI, 1997: 87).

Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Octavio Ianni (1926-2004), os estudantes de Ciências Sociais Francisco Weffort (1937-), Roberto Schwarz (1938-) e Leôncio Martins Rodrigues (1934-), e Bento Prado Júnior (1937-), estudante de Filosofia. Além deles, participaram do grupo Juarez Brandão Lopes (1925-2011), especialista em História Sindical, e Gabriel Bolaffi (1934-2011), em Política Habitacional. Em depoimento de Fernando Henrique Cardoso a Bernardo Sorj, o sociólogo afirma que a criação do Seminário Marx reflete a relação contraditória de seus membros com Universidade de São Paulo:

> Por um lado, a maioria, se não a totalidade, eram membros docentes ou discentes da USP. Neste aspecto, reflete a USP no sentido que formavam um grupo de pessoas bem capacitadas e em condições de realizar um trabalho sério e sistemático, de procura e aprendizagem intelectual. Por outro lado, a USP apresentava claras limitações pelo posicionamento científico eclético, na medida em que o grupo do seminário acreditava que Marx devia ocupar uma posição particularmente privilegiada. Mas não se trata de um corte puramente intelectual. É também o primeiro esforço de reflexão coletivo com participação igualitária, independentemente de posições na hierarquia acadêmica (SORJ, 2001: 18).

O Seminário Marx iria abalar as estruturas da sociologia universitária paulista, abrindo as portas para que a segunda geração de professores se enveredasse por temas mais afeitos ao debate sobre a realidade política, econômica, social e cultural e sobre as grandes transformações nacionais.[52] Permitiu, dessa forma, que um grupo de cientistas sociais se embrenhasse em um estudo acadêmico aprofundado da obra de Marx, sem as amarras doutrinárias e sacralizantes do Partido Comunista ou de suas variações, aplicando-as posteriormente em suas teses de doutorado, em suas disciplinas e em seus novos estudos. O pioneirismo da iniciativa se deve ao fato de ter sido realizada num país periférico e marginal uma década antes da introdução da moda de revisão da obra de Karl Marx pelo filósofo francês Louis Althusser (1918-1990) no universo acadêmico europeu (SORJ, 2001: 19-20). Eles fizeram o Seminário Marx alcançar "*importância quase mitológica na história intelectual brasileira* (GOERTZEL, 1999: 21). Os encontros tiveram um grande impacto nas teses de doutorado defendidas pelos seus membros. O grupo elevou o marxismo a um novo patamar na academia brasileira: de doutrina dogmática de partido a teoria acadêmica importante. Segundo Cardoso,

[52] Após a leitura de Karl Marx, o grupo se voltou para o estudo de outros pensadores marxistas – Rosa Luxemburgo (1879-1919) e Rudolf Hiferding (1877-1941) – e, antes de interromper suas atividades, em 1964, o plano era embrenha-se na obra do economista John Maynard Keynes (1883-1946).

> Não lemos *O capital*, entretanto, com os olhos ingênuos dos que nada leram antes, nem com a beatífica benevolência dos conversos. Lemo-lo depois de muito Weber, Descartes, Durkheim, Dilthey, Mannheim, Husserl, alguma antropologia, história e economia. Os autores de predileção de cada um dos participantes do "seminário de Marx" e o grau de conhecimento que cada um de nós possuía destes e de outros autores variava. Mas nos debates acabávamos por aprender de tanto escutar as discussões acaloradas. Havia os que, sob a influência de Sartre, procuravam uma "antropologia fundante", para explicara história, e os que, brandindo Husserl ou Hegel, mas querendo libertar-se da fenomenologia e do idealismo, acreditavam ter descoberto como ancorar a Lógica no trabalho social, dispensando a "problemática do sujeito" como passo requerido para completara dialética marxista. Bons tempos (CARDOSO, 2003: 16)

O depoimento de Fernando Henrique Cardoso a Bernardo Sorj demonstra a importância atribuída pelo sociólogo à obra de Karl Marx na estruturação do seu pensamento naquele período de sua formação intelectual. O investimento intelectual no estudo de "*O Capital*" se reflete na produtividade e influência intelectual dos seus ex-integrantes. Segundo Giannotti, era impossível o domínio das diferentes vertentes exploradas por Marx por uma só pessoa:

> Tendo isso em vista é que nos reunimos num grupo heterogêneo, que nos permitisse caminhar com certa segurança no interior dessas ciências, mas que nos custou horas a fio de irritantes discussões a fim de chegarmos a um vocabulário comum. Entretanto, agora, depois de mais de um ano de seminários quinzenais, todos sentimos que estamos adotando uma nova maneira de compreender Marx, e os problemas de nossa sociedade estudados por este autor, o que sem dúvida deverá produzir seus frutos (GIANNOTTI, 1960: p. 61 *apud* SORJ, 2001: 17-18)

O papel de Cardoso era o de aglutinador das diferentes posições. Embora as obras de Marx tenham desafiado e provocado o pensamento de Cardoso, suas preocupações eram mais direcionadas para as questões políticas do que para os métodos em si (GOERTZEL, 1999: p. 23). Buscava elaborar sínteses entre diferentes visões (antropológica, economicista, historicista, sociológica). Sua participação era menos dogmática e mais conciliadora, mediadora, flexível, buscando aproximações com a realidade (LIONI, 1997: pp. 89-90). Além de "*O Capital*", o grupo leu também "*O Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte*", que Cardoso utilizou como

modelo de abordagem da ciência social para seus estudos posteriores. A obra não buscou construir uma teoria geral, mas realizar um estudo de conjuntura histórica que analisa os conflitos entre classes, os partidos políticos e a ideologia que levaram ao desfecho trágico da Revolução Francesa. Cardoso afasta-se do funcionalismo, tão caro a Florestan Fernandes e aproxima-se intelectualmente das ideias de Marx Weber e de Jean Paul Sartre. Interessante a reação de Fernandes a respeito do grupo, do qual não participou:

> os meus assistentes traziam consigo ventos novos, que vinham principalmente da França e da Inglaterra. Eles haviam sido meus alunos e me respeitavam. O que eu lhes dera, porém, fora um mero ponto de partida e o respeito, para ser mantido, deveria ser continuamente reconquistado. No processo de autoafirmação psicológica e científica, eles impunham claramente o peso da renovação que eles configuravam graças a Lukacs, primeiro, a Sarte, em seguida, a Goldman, mais tarde, e a uma pletora de leituras menores em que se confundiam a "nova esquerda", a "contracultura" e os principais representantes mais recentes da sociologia europeia ou norte-americana. Apesar das pequenas diferenças de idade, eles surgiam diante de mim e dos estudantes como uma nova geração. Eu não dispunha de tempo para retomar leituras maciças ou para aprofundar meus reconhecimentos sobre os expoentes das nossas tendências filosóficas, sociológicas e socialistas. Por sua vez, os meus colegas mais jovens não simplificaram as coisas para mim (FERNANDES, 1977: p. 191 *apud* SORJ, 2001: p. 18-19).

Nota-se no depoimento um exemplo da relação de tensão entre o professor veterano e os seus discípulos. Uma divergência polida e respeitosa, mas que sinaliza a autonomia acadêmica e a busca de novos caminhos intelectuais. Ianni e Cardoso foram os primeiros professores a ofertar cursos sobre Marx na USP. Nos trabalhos de interpretação da evolução econômica e social de São Paulo, os autores também se valem de esquemas teóricos marxistas para explicar a estrutura de classes internas e a industrialização (SORJ, 2011: p. 20). Cardoso elaborou a tese em regime de dedicação integral às atividades de pesquisa: "*Não havia saído do país e meu horizonte intelectual limitava-se à antiga Rua Maria Antônia"* (CARDOSO, 2003: 15). Na visão de Otavio Dulci (2010), o Seminário Marx não se limitava à questão puramente ideológica. Era um projeto científico que buscava "*enfrentar tanto a irracionalidade conservadora quanto o cientificismo [ortodoxo ou stalinista] da própria esquerda*". A referência dos acadêmicos de São Paulo não era a nação, mas a própria USP (DULCI, 2010: 84-85). Acerca das divergências com o projeto isebiano, Giannotti observa que

> Recusávamos desde logo o projeto de construir uma ideologia nacional, por mais que reconhecêssemos sua importância como força de aglutinação política. (...). A consciência que nos interessava era a consciência de classe, mas antes da nação era preciso investigar como a própria expansão imperialista criava formas peculiares de dominação e crescimento. (...) Em suma, o conhecimento deveria percorrer o caminho do mais geral ao mais particular, antes de fixar-se na análise da estrutura nacional (GIANNOTTI, 1998: 120-1 *apud* DULCI, 2010: 81).

As palavras de Giannotti evidenciam as diferenças entre o projeto acadêmico do Iseb e da USP. O primeiro refletia a intensa vida política, midiática e cultural do Rio de Janeiro, caixa de ressonância do debate nacional. O segundo, o universo da Rua Maria Antônia, que ambicionava perseguir o padrão científico, opondo-se ao que denominava de "ideologia". De acordo com Dulci, a análise marxista se encaixava melhor "*na São Paulo em rápido processo de industrialização do que no Rio de Janeiro das benesses estatais*" (DULCI, 2010: p. 86).

> Nós não estávamos no dia a dia da política brasileira, nem quando fizemos o seminário sobre Marx. No meu caso particular, eu vivia um drama, porque meu pai era deputado. Isso, no início dos anos 1950, no tempo do Getúlio, quando eu tinha um primo que era ministro Guerra, outro que era governador do Rio de Janeiro e, mais tarde, um tio tornou-se presidente do Banco do Brasil, no tempo de Juscelino. Isto eu vivia toda vez que ia ao Rio; em São Paulo ninguém sabia que eu tinha tais ligações, mas eu acompanhava o que estava acontecendo. (....) A política chegava até mim, mas não chegava propriamente na universidade. Então, pessoalmente, eu não tinha uma reação tão negativa ao Iseb quanto os outros, mas não passaria nunca essa minha avaliação para os trabalhos, porque o que se discutia na política não seria "ciência". (CARDOSO, 2010: 36).

3.6. Capitalismo e escravidão: a ruptura com o etapismo do PCB

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro dos membros do Seminário Marx a instrumentalizar a obra e Karl Marx em sua tese de doutorado, "*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul*", orientada por Florestan Fernandes defendida na USP em 1961. O Rio Grande do Sul era um estado maior e mais complexo que Santa Catarina, tema do livro conjunto "*Cor e mobilidade social em Florianópolis*" (1960), em co-autoria com Ocavio Ianni. A pesquisa sobre a integração dos negros na economia do Brasil Meridional foi realizada entre 1955 e 1960, por Ianni e Cardoso, sob a supervisão de Fernandes. Ianni defendeu a sua tese "*As metamorfoses do escravo*", fruto

da pesquisa conjunta, no mesmo ano. O foco na especificidade desta região brasileira trouxe importantes informações factuais, contrastando com as abordagens teóricas da intelectualidade da época. Escrita entre os seus 25 e 30 anos de idade, a tese doutoral era um desdobramento da investigação sobre relações raciais em cidades brasileiras. Exigiu a leitura de grande quantidade de documentos e de bibliografia, além de visitas de campo a comunidades negras gaúchas.

O argumento central da tese: o fenômeno do escravismo no Brasil era algo novo e moderno, produto da expansão capitalista europeia a partir do século XVI e parte indissociável do processo de desenvolvimento econômico de um país periférico e dependente. O desenho da pesquisa era aplicação do método dialético marxista a um caso concreto, fornecendo uma visão integrada do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, onde a escravidão e a monocultura foram periféricas. Embora o Rio Grande do Sul fosse uma região periférica do país, era dependente da dinâmica econômica central e da região platina (Argentina e Uruguai), onde prevalecia o trabalho livre e assalariado. Segundo Cardoso, dado que a economia do Rio Grande do Sul era uma área subsidiária da economia colonial, focada na produção de charque e de couros, a escravidão não chegou a desenvolver-se com a mesma intensidade de outras regiões tropicais, onde haviam produtos capazes de proporcionar grandes lucros em uma situação quase monopolista, como a cana-de-açúcar. A integração do Rio Grande do Sul ao restante da economia colonial, no entanto, se valeu de técnicas e de organização econômica modernas, supridas pela mão-de-obra escrava.

> A escravidão moderna compõe-se de um conjunto de relações (de propriedade e de produção, de técnicas, de instituições e de valores) que se formou num horizonte histórico determinado, o da expansão do capitalismo mercantil. Essas relações baseiam-se no domínio que a camada senhorial exerce, pela violência, sobre os escravos. Suas formas só se explicam quando se analisa a formação do sistema capitalista escravista (CARDOSO, 2003: 19).

Segundo Cardoso, embora capitalismo e escravidão sejam instituições antagônicas, o capitalismo brasileiro se expandiu por meio da escravidão, não contra ela. Dessa forma, a inserção dos escravos no sistema produtivo sulino (na produção do charque, no mercado urbano, nas residências familiares e nas estâncias) ajudou a impulsionar as atividades mercantis coloniais e a formar a sociedade de classes. A tese o coloca em rota de colisão com as teses do Partido Comunista, segundo a qual a formação do capitalismo envolve, necessariamente, três etapas: escravidão, feudalismo e ordem burguesa. O avanço de uma etapa a outra dependeria da destruição e da superação da anterior.

Na ótica do marxismo vulgar prevalecente no Brasil, a história colonial brasileira seria a versão nacional do feudalismo da Idade Média europeia. Para destruir a herança feudal, seria preciso combater a ordem social e agrária legada pelo sistema colonial. E o caminho para a derrota do feudalismo seria a promoção de uma aliança entre a burguesia empresarial progressista e os trabalhadores urbanos e rurais, abrindo caminho para o triunfo final do socialismo. A visão etapista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) promovia um "*congelamento das possibilidades revolucionárias*" ao sustentar que a realidade brasileira comportava "*restos feudais que deveriam ser superados antes de se programar uma ação pro-socialista*" (COTRIM, 2005: 13-14). Desde os anos 1930, Caio Prado Júnior chocava-se de frente com essas interpretações, mostrando que as teorias de Lênin sobre a Rússia eram inaplicáveis à realidade brasileira. Com uma interpretação inovadora da obra do marxismo, seu foco era mostrar a trajetória do capitalismo brasileiro, resgatando o impacto da colonização na constituição da economia, da população, do sistema de trabalho, da ordem política e das relações da Colônia com o exterior.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), Prado Júnior analisou os três primeiros séculos da história brasileira, inserindo a descoberta e a colonização do país em um movimento mais amplo de avanços das comunicações e de expansão do capitalismo mercantil europeu a partir do século XVI. A empreendimento colonial capitalista tinha por foco atender aos interesses europeus, transformando as terras recém descobertas no continente americano em simples exportadora de matérias-primas tropicais. Em síntese, o Brasil teria sido originalmente concebido para ser uma mera feitoria dos portugueses. O estatuto colonial se estenderia além dos três primeiros séculos da Colônia e teria continuidade no estabelecimento de uma sociedade nacional pós-Independência (PRADO JÚNIOR, 2000: 7-21). Enquanto a análise de Caio Prado Júnior demonstra o nexo entre capitalismo e escravidão na Colônia, Cardoso analisa também a problemática na fase pós-Independência. Em "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*", procura distinguir as especificidades do capitalismo brasileiro das formas europeias e norte-americana, apontando a influência da institucionalização de um Estado patrimonialista. Conceito central na análise de Cardoso, o patrimonialismo se refere a uma "*estrutura de dominação ao poder doméstico descentralizado mediante a distribuição de terras e as vezes de pecúlios aos filhos ou a outras pessoas dependentes do círculo familiar*" (CARDOSO, 2003: 100 *apud* COTRIM, 2005: 55-56). Na perspectiva de Cardoso, o sistema econômico-comercial escravista,

> é dinâmico (...) e é contraditório (as transformações do capitalismo tornam a própria relação servil um tropeço para o sistema produtivo avançar). O caráter contraditório e dinâmico sobre o qual assenta o capitalismo escravista está dado desde sua instauração, mas ele só se apresenta como algo historicamente determinante de opções quando, através das transformações efetivas, o sistema todo começa a decompor-se. É neste momento que os movimentos sociais de negação da ordem servil se tornam possíveis e que a consciência social apresenta suas facetas críticas ou conservadoras de forma mais pura (CARDOSO, 2003: 19).

A escravidão moderna analisada por Cardoso, resultante de um projeto de dominação expansionista colonial, cria obstáculos ao amadurecimento do capitalismo, "*pois as forças produtivas que se encontram sob esse padrão de relações de produção ficam muito aquém, em termos socioeconômicos, daquelas que contam com a força de trabalho livre*" (COTRIM, 2005: 46). O elevado custo envolvido no tráfico negreiro e na compra de escravos exigiam a inversão de grande quantidade de capitais, bloqueando o desenvolvimento de outras atividades produtivas. Ao comparar a força de trabalho escrava com a livre, Cardoso mostra que a produção sob o regime assalariado permite maior capacidade de extração da "mais-valia" e de acumulação de capital do que o trabalho compulsório. Esses recursos aprisionados na movimentação do "infame comércio" somente seriam disponibilizados para a diversificação econômica com o fim do tráfico (1850) e com a gradual emancipação dos negros.

Na perspectiva do historiador e jurista Raymundo Faoro, em "*Os Donos do Poder" (1958),* o modelo de capitalismo promovido por Estado patrimonialista, chave para a compreensão da formação histórica luso-brasileira e da tese de Fernando Henrique Cardoso, se baseia em uma dominação exercida por um estamento aristocrático instalado junto ao poder. O estamento tradicional se adaptaria às mudanças para manter seu acesso ao poder e às benesses estatais. Assim ocorreu com a manutenção da escravidão e do latifúndio, bases da estrutura econômica colonial, na fase de construção da nação, no século XIX. Na perspectiva de Schwarz, "*o progresso nacional repõe, isto é, reproduz e até amplia as inaceitáveis relações sociais da colônia*". E, mesmo ao liquidar a escravidão, "*não é para integrar o negro como cidadão à sociedade livre, mas para enredá-lo em formas velhas e novas de inferioridade, sujeição pessoal e pobreza, nas quais se reproduzem outros aspectos da herança colonial*" (SCHWARZ, 1998: 105-6). A ausência de políticas de integração após a desagregação da ordem servil nas regiões meridionais evidencia "*a precariedade da nova ordem democrática que se supôs implantada no país e a persistência de traços acentuados do "antigo regime" na sociedade de classes que se formara*" (CARDOSO, 1977: 355).

Em seu procedimento teórico-metodológico, Cardoso combina o pensamento econômico marxista com as concepções políticas weberianas. Cotrim (2015) assinala que, ao importar o conceito de patrimonialismo de Weber e mescla-lo com Marx para explicar a história brasileira, em suas fases colonial e imperial, Cardoso promoveria uma redução do pensamento do autor de *O Capital:*

> Cardoso desfazia os nexos postos pela história, já que a base determinativa, a esfera econômica fora afastada da sociabilidade que passava a ser analisada apenas do ângulo da política. Dessa forma, o conceito de patrimonialismo "caiu como uma luva" por desligar economia e política, permitindo que ele conduzisse sua análise ao sabor de um aleatório jogo de forças políticas que, em última instância, residia na vontade política. Com isso ele apertava os laços teórico-ideológicos com Weber, relegando o plano econômico a um mero fator entre os demais fatores da composição social, destacando o núcleo de ação política como determinante (COTRIM, 2005: 15).

Segundo Goto (1998), influenciado pela linguagem técnico-científica de Florestan Fernandes, Cardoso teria escrito sua tese de acordo com um formalismo hermético e preciosista, confinado ao mundo acadêmico (GOTO, 1998: 6-7).[53] Dulci (2010) discorda dessa avalição e salienta que o estilo de Cardoso reflete o contexto de sua época, marcado pelo momento de afirmação e institucionalização da linguagem das Ciências Sociais no Brasil. Segundo Dulci (2010), "*há claramente um preciosismo estilístico, excessiva insistência nos estrangeirismos",* o que demonstraria *"uma personalidade 'vaidosa' na forma*". Dulci salienta, entretanto, que Cardoso não confinou dentro dos muros da universidade e buscou fortalecer contatos e fazer política dentro e fora do ambiente acadêmico, resultando em uma obra que busca dialogar com a realidade. Logo, Cardoso "*é um dos autores mais claros e objetivos do mundo acadêmico brasileiro de todos os tempos – e reside aí uma das razões principais da sua tremenda capacidade persuasiva*" (DULCI, 2010: 69-70). O método tem uma função "*de abordagem crítica e dialética, mas não estrutura seu conteúdo normativo – como em tantos autores ortodoxos marxistas*". Ao contrário, prossegue Dulci, a "*heterodoxia metodológica dialética*"

[53] Cardoso afirma que "*o livro ressente-se também desta juventude: demasiadas citações, uma certa insegurança quanto à força das análises e das interpretações que leva à repetição, a falta de coragem para cortar e simplificar"* (CARDOSO, 2003: 9).

conduziu Cardoso "*a posições acadêmicas particulares sobre assuntos diversos de cristalina clareza (das quais existem exemplos variados), a uma visão geral acadêmica densa e logicamente construída*" (DULCI, 2010: 71-72).

> É conveniente observar que o autor utilizou para explicar as relações de produção relações escravistas – instauradas na fase colonial às formulações de Marx que em vários momentos de sua obra trata da constituição do escravismo na América como um sistema que se implanta pelo aumento e expansão do capital comercial no âmbito da economia mercantilista. Mas ao considerar as relações centrais de formação do sistema de dominação, o autor lança mão dos conceitos abstratos weberianos como o patrimonialismo, que embora descarte o tratamento feudal à colônia também não oferece fundamento histórico para a sua instalação. Com isto, vemos que Cardoso, quando trata das relações econômicas de produção, segue o que entende ser a orientação marxista, mas quando aborda o sistema de dominação, a política assume uma posição weberiana (COTRIM, 2015: 57)

3.7. Conclusão

As primeiras três décadas de vida de Fernando Henrique Cardoso coincidem com um dos momentos mais politicamente intensos e intelectualmente vibrantes da História do Brasil no século XX. A construção dos alicerces do pensamento político, nesse sentido, se confunde com a trajetória intelectual brasileira nesse período. Para compreender como se deu a construção do pensamento internacionalista de Cardoso ao longo de sua trajetória acadêmica e política, buscou-se, na perspectiva de Quentin Skinner (1996), entender o contexto ideológico, político e cultural em que se deu a sua ascensão intelectual. O fato de pertencer a uma família de militares (o pai era general e o avô era marechal do Exército), à elite acadêmica de São Paulo (alunos de professores franceses que fundaram o curso de Sociologia da Universidade de São Paulo) e o acesso precoce a uma rede de contatos internacionais na academia foram alguns dos fatores que ajudaram a formar a sua visão de mundo nas três primeiras décadas (WHITEHEAD, 2010; LAMOUNIER, 2010).

As primeiras influências de Cardoso se reportam à educação em uma família de militares com tradições positivistas, republicanas, nacionalistas e getulistas. Seus ascendentes participaram da Proclamação da República (1889), das revoltas tenentistas de 1922 e 1924, das

Revoluções de 1930 e 1932, das tratativas que conduziram o país a participar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da campanha "*O Petróleo é Nosso*" (1953-54). General reformado, o pai foi eleito deputado federal com a defesa de bandeiras nacionalistas e populares. Carioca de nascimento, Cardoso passou a juventude e ingressou na vida universitária na capital paulista. Ao atuar como articulista nas revistas *Problemas* e *Fundamentos*, aproximou-se da intelectualidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A influência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), especialmente Florestan Fernandes, Roger Bastide Antônio Cândido, marcariam a sua trajetória intelectual e o começo de sua carreira de pesquisador e de docente no campo das Ciências Sociais. A militância nacionalista em torno do monopólio estatal do petróleo, o estudo da obra de Karl Marx na companhia de um grupo de jovens colegas docentes, as pesquisas sobre o negro e a escravidão no Sul do Brasil, a Campanha em Defesa da Escola Pública e a participação na vida política dentro da Universidade de São Paulo (USP) formaram o substrato de sua atuação como acadêmico entre 1949 e 1961, período compreendido entre a entrada como aluno na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) e a defesa de sua tese de Doutoramento.

Em seus anos de formação, Cardoso havia incorporado a perspectiva cientificista da área da Universidade de São Paulo (USP), com destaque para as leituras das obras da Sociologia de Max Weber e de Émile Durkheim (GOTO, 1998). A força de Florestan Fernandes, Antonio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda, que foram seus professores, e de Caio Prado Jr., que lá havia estudado, sobre o pensamento de Cardoso nos anos 1950, foi igualmente perceptível (CARVALHO, 2013). A influência marxista, na mesma universidade, se deu a partir de sua participação no Seminário Marx, que funcionou entre 1958 e 1964, reunindo professores de vários campos para o estudo minucioso de "*O Capital"*, grupo do qual participavam José Arthur Gianotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, dentre outros.

Não obstante a força da USP, instituição quase autossuficiente que buscava afirmar-se como o centro produtor e difusor da ciência no Brasil, o jovem intelectual Cardoso não deixou também de receber influências do pensamento do Partido Comunista Brasileiro e de concepções nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro, dirigido por intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, ligados ao governo de Juscelino Kubitschek. USP e ISEB disputavam, na segunda metade dos anos 1950, a hegemonia sobre interpretação do Brasil (CARVALHO, 2013). A diversidade de fontes de intelectuais brasileiros que Cardoso mobiliza para embasar suas reflexões sobre o Brasil em

suas obras inserem a sua obra "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*" em um conjunto mais amplo de tradições do pensamento político brasileiro (BEAL, 2015).

Cardoso dialoga com as obras de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Raymundo Faoro. O tema transversal das obras desses intelectuais é a "*questão nacional*", isto é, como situavam a inserção do Brasil no mundo, com ênfase nas particularidades históricas, sociais, econômicas, étnicas e culturais do país em formação. Cardoso (2010) confirma a influência, em diferentes graus, destes autores em sua formação, ao afirmar que "*o Brasil desses pensadores já fora ´inventado´, prática e intelectualmente, quando minha geração começou a se debruçar sobre as formas da sociedade brasileira, suas conexões internacionais e seus desafios*".

Cardoso inaugurou as análises políticas que iriam se reproduzir na academia brasileira a partir da década de 1960. Fernando Novais, em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, mostra que a escravidão moderna é fruto do tráfico negreiro. Em "*Homens Livres na Sociedade Escravocrata"* (1964), de Maria Sylvia de Carvalho Franco, também foi influenciado pelo livro de Cardoso. A autora mostra as relações de dependência e apadrinhamento entre escravos e proprietários. Tanto Maria Sylvia quanto Cardoso mostram enfatizam as margens de manobra existentes em uma sociedade em que a propriedade de terra foi negada aos negros, mostrando as diferentes configurações entre escravidão e trabalho livre em uma sociedade paternalista (DULCI, 2010: p. 89). A discussão de Cardoso sobre dialética tem valor biográfico porque ilumina a forma com que o pensamento marxista moldou as suas ideias. O autor encara os sistemas sociais como entidades que surgem, se desenvolvem e se transformam, focando na interação entre fatores materiais e ideias que impactam a sociedade.

O pensamento de Cardoso, a partir desse momento, "*se volta a totalidade do sistema social (seja um país, uma região, o estado ou uma cidade) em uma determinada época histórica*" (GOERTZEL, 1999: 30). Apesar do risco de isolamento político no âmbito do pensamento acadêmico, Cardoso afirma as suas convicções. A autonomia intelectual o levou a criticar a esquerda, mesmo sendo de esquerda. Segundo Leoni, "*essa audácia e essa independência de espírito que lhe darão um peso e uma certa autoridade intelectual nos meios progressistas (...)"*. Cardoso buscará, adiante, "*examinar as alternativas que a esquerda considera, conservando ao mesmo tempo uma grande liberdade diante do programa e da ideologia*" (LEONI, 1997: 100-101). Cardoso nunca contestou sua designação como intelectual marxista, já que, com ela, "*nutriu-se de prestígio entre os marxistas independentemente de estes*

se aperceberem ou não da abstrata conexão existente entre a produção intelectual de Cardoso e o ideário marxiano" (COTRIM, 2015: 12-13). Cardoso desenvolveu seu próprio método, mobilizando autores clássicos (Marx, Weber, Gramsci, Poulantzas, Althusser) para sustentar sua concepção dialética da realidade brasileira, latino-americana e mundial. Dulci argumenta que o método de Cardoso tem função de "*abordagem crítica e dialética, mas não estrutura seu conteúdo normativo – como em tantos autores ortodoxos marxistas*". Essas escolhas, conclui Dulci, levaram a "*uma visão geral acadêmica densa e logicamente construída*" e "*a uma visão de mundo democrática (...) e liberal*" (DULCI, 2010: 71-72)

CAPÍTULO 4 - DESENVOLVIMENTO NA DEPENDÊNCIA: A CONCEPÇÃO DO JOVEM INTERNACIONALISTA (1961-1969)

> "Não há dúvida de que o cientista social precisa optar e agir para corresponder às expectativas que formam em torno de sua posição de intelectual num país subdesenvolvido e êsse é o aspecto positivo e fascinante dos que, formulando maio alvo, atacam a "ciência enlatada"".
>
> Fernando Henrique Cardoso, 1960

O Capítulo 4 analisa a formação do pensamento internacionalista do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao longo da década de 1960, permeada pelo acirramento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, pela descolonização afro-asiática, pela ampliação das assimetrias entre centro e periferia e pelo crescente interesse mundial com temas relacionados à América Latina após o advento da Revolução Cubana (1959). Marcada pelo êxodo rural, industrialização, acelerada urbanização e transformação das classes sociais, a conjuntura nacional era desafiadora para a geração de cientistas sociais formada nos anos 1950 que buscava aproximar a academia da realidade nacional. A investigação do Capítulo 4 enfoca o período entre 1961 e 1969 e compreende episódios fundamentais em sua trajetória de pensador da inserção do Brasil e da América Latina no mundo: a aproximação com a intelectualidade francesa, os primeiros estudos no exterior, a pesquisa sobre empresariado industrial brasileiro, o diálogo com o pensamento nacional-desenvolvimentista, o exílio no Chile, o contato com outros cientistas sociais latino-americanos, o debate sobre a Teoria da Dependência, a docência na Universidade de Paris (Nanterre), a disputa pela cátedra de Ciência Política na USP e a aposentadoria compulsória pelo Ato Institucional n.5 (AI-5). Trata-se de um período crucial na formação acadêmica do jovem Cardoso, especialmente definidor de suas afiliações ideológicas e de suas escolhas políticas posteriores. Utilizando a corrente contextualista da História das Ideias, na vertente de Quentin Skinner, o capítulo analisa o diálogo do acadêmico Fernando Henrique Cardoso com as principais correntes de pensamento político e internacional brasileiro antes e depois do golpe militar de 1964.

4.1. O aprofundamento na Sociologia Francesa

Após a defesa de sua tese doutoral, "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*", em 1961, as preocupações do sociólogo Fernando Henrique Cardoso se direcionaram para a docência e para a publicação de trabalhos que lhe permitissem o reconhecimento acadêmico e a consolidação de sua carreira docente na Universidade de São Paulo (USP). Embora o interesse pelo marxismo se expressasse em artigos e pesquisas, suas aulas mantiveram o padrão positivista dos cursos de Introdução à Sociologia, centrados em autores funcionalistas norte-americanos (GOERZTEL, 1999: 24). Cardoso fez uma opção por publicar seus trabalhos rapidamente, em detrimento do aprofundamento de suas investigações na tese doutoral. Apesar da intensa participação política no Conselho Universitário, principal órgão de representação da comunidade acadêmica uspiana, como representante dos Antigos Alunos, dos Doutores e dos Livre-docentes, e dos contatos familiares com a política partidária no campo nacionalista, o foco de Cardoso no começo dos anos 1960 foi a academia. No artigo *"Ciência nacional e a responsabilidade dos intelectuais*" (1960), Cardoso argumenta que o cientista social não pode "alhear-se aos problemas de seu povo e de sua época". Porém, mostrando sua afiliação ao pensamento de Florestan Fernandes, Cardoso afirma que não deve abdicar da sua condição de "homem da ciência":

> Da afirmação da ciência como um instrumento de formação da nacionalidade para a sua transformação numa ideologia o passo é curto. E, de fato, o que se tem visto no Brasil é já a pregação aberta da ciência social como uma expressão da "ideologia nacionalista". Esta, como toda ideologia, implica numa racionalização e na transformação de valores que são particulares e servem a algumas camadas da sociedade num dado momento, em valores absolutos. Tanto mais absolutos, numa civilização que fez da ciência uma fé laica, quanto mais tiverem o cunho e a chancela da ciência social. Assim, consegue-se fazer do cientista social alguém que, desejando corresponder aos papéis sociais e ao desafio político de sua época, acaba transformando-se num ideólogo. Ora, é preciso antes de mais nada um certo esforço de lucidez para preservar o pensamento científico, sem ao mesmo tempo fazer disso lima técnica de fuga aos compromissos morais do cientista com a comunidade. Não há dúvida de que o cientista social precisa optar e agir para corresponder às expectativas que formam em torno de sua posição de intelectual num país

> subdesenvolvido e êsse é o aspecto positivo e fascinante dos que, formulando maio alvo, atacam a "ciência enlatada".[54]

Essa tentativa de compatibilizar Ciência Social com engajamento político já era perceptível na década anterior, quando participou de movimentos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da campanha pela valorização do ensino público. No campo intelectual, Fernando Henrique Cardoso foi um dos participantes do comitê de que recepcionou os intelectuais franceses Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Simone de Beauvoir (1908-1986) em sua visita à América Latina em setembro de 1960, em solidariedade à Revolução Cubana. A facilidade com a língua francesa e as conexões acadêmicas o levaram a ser o intérprete das conferências de Sartre e de Beauvoir em São Paulo. Os dois ícones da intelectualidade europeia passaram dois meses e meio no Brasil, alternando conferências em clubes e universidades com entrevistas nos jornais e na televisão.

Os relatos de Beauvoir sobre a visita ao Brasil foram registrados em um diário, publicado no livro "*Sob o signo da história*", lançado em português pela primeira vez em 1965. Sartre e Beauvoir estiveram em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Ouro Preto, Congonhas, Fortaleza, Manaus e Brasília. Encontraram-se com o presidente Juscelino Kubitschek, com intelectuais, com artistas, com acadêmicos e com militantes comunistas icônicos, como Luís Carlos Prestes e Oscar Niemeyer (BEAUVOIR, 1992: 262 *apud* GOERTZEL, 1999: 18).[55] Um sucesso de mídia e de público, a visita de Jean Paul Sartre e de Simone de Beauvoir ao Brasil causou grande impacto e abriu novas portas para a inserção de Fernando Henrique Cardoso no mundo acadêmico e intelectual brasileiro. A aproximação de Cardoso com a política acadêmica e os seus laços familiares o levaram a estar próximo do poder. Apesar de ter apoiado o general Henrique Teixeira Lott (PSD) nas eleições de 1960, ideologicamente próximo do pai e de outros familiares, Cardoso recebeu um convite de José Aparecido de Oliveira (1929-2007), secretário particular do presidente Jânio da Silva Quadros (1917-1992), para ir a Brasília. Cardoso foi informado de que o presidente da República

[54] CARDOSO, Fernando Henrique. *Ciência nacional e a responsabilidade dos intelectuais*. O Jornal do Ceupes, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 1-3, 1960.

[55] Simone de Beauvoir afirma ter tido uma boa impressão dos intelectuais brasileiros em sua visita à América do Sul: "Conscientes de pertencerem a um país em ascensão, com todo o futuro da América Latina dependendo de si, seu trabalho, para todos eles, era uma batalha à qual haviam dedicado a totalidade de suas vidas; sua curiosidade era enorme e insaciável; uma vez que eram, no geral, muito cultos e dotados de mentes ágeis, era proveitoso e agradável conversar com eles (BEAUVOIR, 1992: 262 apud GOERTZEL, 1999: 18).

desejava sondar seu interesse em ocupar uma cadeira no Conselho Nacional de Economia (CNE), órgão de assessoramento da Presidência da República. Cardoso agradeceu o convite e informou que não estava interessado no cargo, pois desejava dedicar-se exclusivamente à pesquisa e à docência (LEONI, 1997: 95).

O passo seguinte de sua carreira acadêmica envolveu uma pesquisa sobre a mentalidade do empresariado industrial brasileiro. O diálogo com o mundo político e empresarial foi facilitado pelas conexões dentro do Departamento de Sociologia e do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo (USP). Cardoso participou da criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), iniciativa de Florestan Fernandes e de Alain Touraine, análogo ao criado pelo sociólogo Georges Friedmann em Paris. O CESIT passou a empreender pesquisas sobre o Estado e o desenvolvimento econômico, as classes operárias, a mobilização social, as desigualdades regionais, a estrutura industrial e a problemática da mão-de-obra. Subordinado ao Departamento de Sociologia da USP, o CESIT impulsionou o processo de incorporação das transformações industriais e urbanas à pauta de preocupações da USP.[56] Cardoso se tornou o primeiro diretor do centro, o que ampliou o seu acesso ao empresariado e a centros de estudos internacionais (CARDOSO, 1964: 5). Suas pesquisas "*A estrutura da empresa industrial em São Paulo*" e "*Os empreendedores econômicos e a formação da sociedade de classes no Brasil*" foram desenvolvidas no âmbito desse centro.

Fernando Henrique Cardoso fez estudos de pós-graduação no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* da Universidade de Paris, em 1962, a convite de Alain Touraine. A familiaridade com a produção internacional da Sociologia foi facilitada pela rede criada Universidade de São Paulo (USP). Além do contato prévio com Roger Bastide, de quem foi aluno e assistente nos anos 1950, a aproximação com Alain Touraine franqueou o acesso ao universo acadêmico e intelectual da França. O sociólogo francês se interessou por questões relacionadas à organização do trabalho após um período de convívio com operários franceses, alemães e poloneses em minas de carvão no norte da França. Impactado pelo livro "*Les problèmes humains du machinisme industriel*", de Georges Friedmann, Touraine ingressou no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em 1950, para estudar questões teóricas e metodológicas relacionadas à Sociologia do Trabalho. Teve contato com o funcionalismo estrutural de Talcott Parsons durante sua estadia em universidades norte-americanas. Afastado do marxismo

[56] O CESIT foi financiado com recursos da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), na época presidida interinamente pelo empresário Fernando Gasparian (1930-2006), um dos diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/CIESP).

dogmático, em 1959 criou a revista "*Sociologie du Travail*", na companhia dos colegas Michel Crozier e Jean-Daniel Reynaud, voltada à difusão de reflexões sociológicas e de pesquisas empíricas relacionadas às sociedades urbanas.

Cardoso e a família permaneceram quatro meses na França em um período no qual o país europeu buscava a restauração da estabilidade interna e do seu prestígio internacional. A recuperação econômica e a expansão industrial foram reforçadas pela difusão de um sentimento de grandeza pelo presidente Charles De Gaulle (1959-1969), simbolizado pela política externa autonomista, pelos avanços tecnológicos (avião supersônico *Concorde* e o trem *TGV*), pelo reforço da capacidade militar (*Force de frappe*) e pela vanguarda cultural (*Novelle vague*). O ano de permanência na França foi marcado pelo reconhecimento da independência argelina em plebiscito, com 90% de aprovação dos franceses, após o desgaste militar, político e econômico causados pela Guerra da Argélia (1954-1962). Em Paris, Cardoso aproximou-se de outros acadêmicos latino-americanos e iniciou a redação de sua tese de livre-docente sobre o processo de formação da classe empresarial, da estrutura industrial, da mentalidade e das relações internas e externas dos empresários brasileiros. Em paralelo, a antropóloga Ruth Correa Leite Cardoso frequentou um seminário de Claude Lévi-Strauss no *Collège de France*. Em depoimento para esta pesquisa, Cardoso afirma: "*você vivendo na França, (...) percebe que há uma certa identidade na América do Sul, pelo menos, mesmo que você não queira. Eu não sabia espanhol. Eu sabia francês. Bom, falei espanhol lá. Comecei a aprender espanhol na França porque os amigos meus eram latinos. E também, eu tinha muitos amigos argentinos"* (CARDOSO, 2020).

4.2. O diálogo com o pensamento nacional-desenvolvimentista

Ricardo Bielschowsky, em sua obra "*Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico nacional-desenvolvimentista*" (2000), assinala que o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964 foi permeado por ao menos três grandes correntes: (I) a linha nacional-desenvolvimentista; (ii) a corrente liberal; (iii) a vertente socialista. As correntes desenvolvimentistas tinham como seus principais defensores Roberto Simonsen (desenvolvimentismo empresarial), Roberto Campos (desenvolvimentismo estatal não-nacionalista) e Celso Furtado (desenvolvimentismo estatal nacionalista). A corrente liberal ou neoliberal era representada por Eugenio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões, enquanto a socialista, por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Nelson

Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. O economista Ignacio Rangel figurava como uma figura independente (BIELSCHOWSKY, 2000: 431-2).

Criada em 1948 para promover estudos sobre o desenvolvimento da região, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) se insurgiu contra a posição econômica dominante que defendia as vantagens comparativas da especialização no comércio internacional (BIELSCHOWSKY, 2000: 7). A base do pensamento cepalino eram os conceitos de desenvolvimento, centro-periferia e deterioração dos termos de troca do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986). Prebisch defendia soluções estruturalistas para o enfrentamento da inflação, a defesa da substituição de importações para lidar com o problema da deterioração dos termos de troca no comércio internacional, o planejamento como via de promoção da industrialização e a defesa do protecionismo para a expansão gradual de setores infantes (BIELSCHOWSKY, 2000: 16-29). O conceito-chave de desenvolvimentismo se desdobrava na defesa da industrialização como instrumento de superação do atraso, na necessidade da ação planejadora para o alcance de uma industrialização eficiente e no papel central do Estado como direcionador e orientador dos investimentos, suprindo as deficiências da iniciativa privada.

De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira, o desenvolvimentismo buscava a superação da "*dualidade básica da sociedade brasileira*", a coexistência de dois polos – um mais avançado e integrado ao mundo, outro mais atrasado e isolado. Ambos, porém, dependentes em relação ao exterior. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento consistiria na "*passagem do tradicional para o moderno*", enfrentando as contradições entre o polo principal e o secundário. O desenvolvimento dos países periféricos, além de enfrentar o problema da alienação nacional, caracterizava-se por essa contradição dual entre um polo principal e outro secundário, e pela dependência de ambos em relação ao exterior (BRESSER PEREIRA, 2004: 62-6). Esse processo seria capitaneado pelo planejamento estratégico do Estado, garantidor do desenvolvimento em países que, como o Brasil, não possuíam um setor privado desenvolvido.

Celso Furtado (1920-2004) foi o principal teórico do pensamento nacional-desenvolvimentista no Brasil.[57] Economista com formação na Universidade de Paris-Sorbonne, Furtado integrou os quadros da recém-criada Comissão Econômica para a América Latia (CEPAL), em Santiago do Chile, onde foi diretor da Divisão de Desenvolvimento entre 1949 e 1957. Após o retorno ao Brasil, Furtado presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDES, responsável

[57] Nascido no sertão paraibano, Furtado colocou grau em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Após integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e servir na Itália, cursou doutorado em Economia na Universidade de Paris-Sorbonne, entre 1946 e 1948.

por um diagnóstico abrangente da economia brasileira que se tornou uma das bases do Plano de Metas do governo Kubitschek, e assumiu uma das diretorias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A pedido do presidente, elaborou o projeto de criação e assumiu o comando da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Ao analisar o sistema econômico brasileiro como um todo em seu livro "*Formação Econômica do Brasil*" (1959), escrito durante uma estadia como professor-*visitante no Kings´s College* da Universidade de Cambridge, Furtado abriu novas perspectivas para a compreensão da História do Brasil e da inserção do país na ordem econômica internacional.

Sua obra promoveu um estudo cronológico das fases e ciclos da economia nacional, desde o pau-brasil até a industrialização. A obra empreende um estudo integral da formação da sociedade e da economia das diversas regiões, além das organizações políticas e econômicas subjacentes às mudanças de regime. Na introdução à obra, o autor afirma que seu objetivo foi "descortinar uma perspectiva o mais possível ampla" e "captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos" (FURTADO, 1959). O livro de Celso Furtado impactou o mundo universitário, econômico e político brasileiro e latino-americano. O argumento furtadiano, em consonância com a escola estruturalista da CEPAL e com a ideologia do ISEB, buscava uma ruptura da dominação econômica internacional, com um núcleo endógeno de desenvolvimento nacional, planejamento e intervenção estatais capazes de impulsionar o mercado interno e de superar o atraso social, elevando o país a uma condição mais favorável na divisão internacional do trabalho (CARDOSO, 2013: 12-13). Furtado afirma, na conclusão de sua obra que o "processo de integração econômica dos próximos decênios, se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país" (FURTADO, 1959: p. 242).

Em "*A Pré-Revolução Brasileira*" (1962), Celso Furtado assinala as modificações acarretadas pelo desenvolvimento industrial na estrutura socioeconômica urbana e rural brasileiras. Concentrando sua análise na realidade contemporânea, Furtado problematiza as questões histórico-sociais acumuladas desde o século XIX e as possíveis vias para o seu encaminhamento e solução. Segundo o autor, em razão da ausência de preparo da sociedade brasileira "para assumir as responsabilidades nesse aumento enorme do poder decisão, vivemos uma época de angústias permanentes e grande incerteza acerca do futuro" (FURTADO, 1962: p. 10). Celso Furtado salienta que "o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido

nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do pais" (1962: 15).

Na ordem do dia do debate nacional, a defesa das Reformas de Base pelo Governo João Goulart (1961-1964) polarizou o ambiente político brasileiro. O ponto central era o combate ao latifúndio, considerado a principal causa subdesenvolvimento brasileiro, e a crítica ao imperialismo norte-americano. Segundo o economista, a concentração geográfica e social de renda era um problema central a ser combatido por meio de reformas estruturais: "sabemos onde estão os erros de nosso desenvolvimento desordenado, sabemos que está ao nosso alcance poder erradica-los ou minorá-los, e temos consciência disso. Não é por outra razão que nos sentimos responsáveis e intranquilos". Dialogando com o pensamento marxista, Furtado reconhece que "a realidade social é *histórica*; portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada" (FURTADO, 1962: 17).

Na mesma obra, publicada no calor da conjuntura econômica e política brasileira do começo dos anos 1960, Furtado considerava "um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias" (FURTADO, 1962: 31). Segundo o autor de "*A Pré-Revolução Brasileira*", a alternativa viável para a transformação do Brasil era acelerar as mudanças econômicas e sociais para conjugar desenvolvimento com liberdade, consciente "de que o nosso destino de povo está dependente de nossas decisões". Tratava-se, assim, "de um desafio, cuja grandeza só é percebida por aqueles que têm intuição das possibilidades deste imenso país" (FURTADO, 1962: 115). Otimista acerca das possibilidades de desenvolvimento, Furtado argumenta que

> As decisões de construir Brasília, de rasgar o território nacional, de sul a norte e de leste a oeste, de grandes estradas e de abordar de frente o problema dos desequilíbrios regionais, assim como o grande movimento de opinião visando romper a anacrônica estrutura agrária, indicam claramente a direção em que estão apontando as forças mais progressistas do país. Se persistirmos nessa direção, teremos iniciado uma época de pioneirismo que poderá fazer do Brasil uma das áreas de maior dinamismo demográfico e ímpeto econômico do mundo, na segunda metade do século (FURTADO, 1962: 115-116).

Celso Furtado chegou a colaborar e a compartilhar suas visões com o ISEB, mas trilhou um caminho intelectual próprio. Em 1962, foi o primeiro ocupante do recém-criado Ministério do Planejamento e o idealizador do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social no

governo João Goulart (1961-1964). Com o fracasso do Plano, retornou à Sudene até o golpe militar de 1964. Em seu ensaio "*A trajetória intelectual de Celso Furtado*" (2000), Juarez Guimarães assinala que obra de Furtado "*contém uma narrativa coerente sobre as origens, a identidade e o destino do Brasil*". Guimarães assinala que a obra furtadiana "*argumenta em favor da tipicidade do Brasil e de um caminho próprio para o desenvolvimento*" (GUIMARÃES, 2000: PP. 18-19). Assim, "o diagnóstico das imperfeições do livre-aperfeiçoamento do mercado é radicalizado para a indicação de suas distinções estruturais na periferia do capitalismo e, neste contexto, o planejamento e a intervenção estatal, de remédios anticíclicos, ganham uma importância vital para a própria definição das bases do dinamismo econômico". Dessa forma, é "igualmente nítida a raiz cepalina de sua reflexão, amadurecida simbioticamente ao despertar da autonomia de um pensamento latino-americano sob a liderança de Prebish" (2000: p. 21). Ao combinar teoria e prática, sua análise "desembocava na política, no processo de formação das vontades coletivas e dos choques de interesses, na tensão permanente entre tradição e mudança, entre autonomia nacional e autonomia de destinos" (GUIMARÃES, 2000: 22). Na perspectiva de Bielschowsky,

> ao combinar sua tese sobre as transformações históricas do sistema centro-periferia com a análise das estruturas produtivas periféricas, [Furtado] foi capaz de prover um instrumental analítico engenhoso, através do qual uma série de importantes tendências típicas dos países subdesenvolvidos – tais como déficits externos, deterioração nos termos de troca, desemprego e inflação – podia ser prevista e estudada de maneira particularmente acurada (BIELSCHOWSKY, 2000: 29).

Em "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*", defendida em 1963 na USP e publicada às vésperas do golpe militar de 1964, Fernando Henrique Cardoso Cardoso focou suas análises nas contradições, incoerências e inconsistências da classe empresarial brasileira. De um lado, presa aos interesses e às concepções que moveram o modelo de desenvolvimento tradicional, baseado no latifúndio e numa economia primário-exportadora. De outro, fortemente dependente em relação ao capitalismo internacional, ao qual se associou para crescer. Cardoso argumenta que as condições para a existência de uma "*ação empresarial moderna*" no país não foram criadas por uma ação espontânea da classe burguesa, mas em função mudanças estruturais e conjunturais que viabilizaram a associação entre grupos privados e o Estado ou entre aqueles e o capital estrangeiro para o início do processo de industrialização. A modernização econômica não ocorria sem a ação dos homens e das elites dirigentes para

assumir riscos e conduzir projetos de transformação na realidade econômica nacional (CARDOSO, 1964: 48).

Realizada entre 1961 e 1963, a tese de livre-docência teve grande influência do pensamento de Alain Touraine acerca das sociedades urbanas. Cardoso acreditava que conversar com os empresários permitia colher seu pensamento na fonte. Cardoso revisa as ideias dos economistas Werner Sombar (1863-1941), Joseph Schumpeter (1883-1950) e Walt Whitman Rostow (1916-2003), dos sociólogos Talcott Parsons (1902-1979) e Ralf Dahrendorf (1929-2009), bem como do jurista Adolph Berle (1895-1971), que enfatizavam o papel do empresário como demiurgo do desenvolvimento em uma sociedade de livre-mercado. Na ótica do autor, a fim de que "*a noção de subdesenvolvimento tenha significação concreta é preciso determinar cientificamente as condições que dão sentido à noção de desenvolvimento*", o que requer a compreensão da dinâmica social e das condicionantes que a estruturam (CARDOSO, 1964: 68). A posição dos países subdesenvolvidas no sistema capitalista internacional dependia da sua configuração econômica e política interna. As relações entre "*as aspirações para o desenvolvimento, a mediação política do processo de mudança econômica e o tipo de sociedade industrial*", de acordo com Cardoso, ajudavam a entender o papel do Estado e das classes sociais no processo de industrialização (CARDOSO, 1964: 74).

Cardoso busca compreender "*quais os impulsos (externos e internos) que pressionaram o aumento da procura de bens de consumo e como deslocou-se o centro dinâmico da economia agrária-exportadora para a economia industrial baseada no mercado interno*" (CARDOSO, 1964: 76).[58] A construção do sistema industrial brasileiro, segundo o autor, foi o resultado do entrechoque de movimentos sociais "*orientados por ideologias e interesses cuja razão de ser, objetivos e motivos têm variado conforme os grupos que os sustentam, embora sempre, na medida em que visam o desenvolvimento, dirijam-se para criar a civilização industrial*". O mapeamento das ligações entre as classes econômicas e os grupos internacionais ajudaria a iluminar as possibilidades e limites do processo de desenvolvimento nacional. A nova sociedade industrial brasileira, atesta Cardoso, possuía grupos sociais diversos – operariado, burguesia nacional, empresas estrangeiras, forças populares, intelectuais e militares – que interagiam na tomada de posições quanto à produção, consumo e investimentos. Fernando

[58] O começo do processo de substituição de importações se deu com a combinação de circunstâncias entre a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial: a crise do setor exportador, as políticas de defesa do nível de renda internas, as desvalorizações cambiais e a expansão do setor industrial para abastecer ao mercado interno. Como consequência, o setor industrial se expandiu até certo limite, esbarrando nas limitações estruturais da economia: a falta de divisas, a falta de planejamento e os baixos preços do café, limitando a capacidade de importar bens de capital e gerando pressões inflacionárias (CARDOSO, 1964: 77).

Henrique Cardoso ressalta o papel das forças e dos interesses que transformam decisões em ações, sem "*retirar da história o nervo político*" (CARDOSO, 1964: 79).[59]

Cardoso aponta as limitações das teses sobre a viabilidade de uma burguesia industrial capaz de alavancar um capitalismo autárquico brasileiro. Na visão do autor, o processo de desenvolvimento industrial brasileiro foi definido pelas circunstâncias políticas, econômicas, sociais e históricas do pais. As dinâmicas históricas mostram que "*o impulso de desenvolvimento e a política desenvolvimentista implicam na existência de camadas sociais que não só inovam, isto é, propõem-se adotar o modelo industrial das sociedades desenvolvidas, como o fazem a partir de estratégias nem sempre iguais e nem sempre coincidentes*" (CARDOSO, 1964: 83). Ao mostrar as limitações da burguesia industrial brasileira em alavancar um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, Cardoso insere o Estado como um ator fundamental na trajetória da industrialização do país nas últimas décadas. Incapaz de romper relações com os grupos de interesse aos quais estava atrelado, a trajetória do empresariado brasileiro não era a mesma dos países desenvolvidos. Sem os recursos externos e o apoio do Estado, a iniciativa privada não conseguiria mobilizar poupança nacional suficiente para impulsionar o investimento. Portanto, a ação do Estado como "*centro das decisões*", e não as pressões dos setores industriais, foi o que impulsionou o processo de industrialização brasileiro na Era Vargas. Os setores privados mantiveram atividades paralelas às ações estatais, vendo-as com suspeição, mas beneficiando-se destas (CARDOSO, 1964: 84). Na perspectiva de Cardoso,

> Os grupos sociais que organizaram movimentos pela *"emancipação econômica*" não suspeitavam que, no momento seguinte, a burguesia nacional poder-se-ia aliar aos "*interesses estrangeiros*", e os setores industriais da burguesia nacional, refratários à ação do Estado e, em princípio, contrários a quaisquer intervenções estatais na economia, não imaginavam que seriam os

[59] Na perspectiva do autor, "*a passagem da sociedade de base agrária exportadora politicamente dependente, para a sociedade industrial autônoma, supôs no Brasil uma rearticulação no sistema de poder e um novo arranjo nas relações de barganha no mercado mundial*" (CARDOSO, 1964: 80). Teria havido dois momentos importantes no processo de industrialização. O primeiro, marcado pela "*aspiração ao progresso e à independência nacional*" permitiu a condução de mudanças estruturais no longo prazo por meio de investimentos governamentais em setores estratégicos e de planejamento de longo prazo para a adequação dos recursos escassos aos objetivos pretendidos. O segundo, caracterizado pela "*permeabilização do setor industrial já existente da economia brasileira aos modelos e práticas sugeridos e difundidos pelo que chamaríamos de pressões desenvolvimentistas",* o que não necessariamente comportava a *"a adesão total da burguesia nacional aos valores de cunho estatizante que orientavam os movimentos pela emancipação econômica*" (CARDOSO, 1964: 84).

> maiores beneficiários dos movimentos favoráveis à intervenção pública na economia do país (CARDOSO, 1964: 85).

A interpretação do processo de desenvolvimento de um país capitalista, segundo Cardoso, não se faz com abstrações, mas com a compreensão dos fatores políticos e sociais constituintes do "*ponto de interseção a partir do qual se desvenda a natureza e o sentido de processo de desenvolvimento*" (CARDOSO, 1964:183). O capitalismo, argumenta, não se transfere simplesmente de suas nações originárias para a periferia. O processo de industrialização dos países subdesenvolvidos e de formação de burguesias nacionais resulta de um movimento que altera a configuração do sistema internacional. No caso brasileiro, o processo de industrialização foi um movimento que surgiu de fora do setor privado da economia, buscando a emancipação econômica. Posteriormente, com o avanço da burguesia industrial, em associação com grupos estrangeiros, esta buscou dirigir o processo de desenvolvimento.[60] Dessa forma,

> as condições peculiares da burguesia nacional - ligada ao capitalismo internacional e bloqueada pela estrutura tradicional de dominação local que nunca chegou a romper - acabaram por tornar o processo de desenvolvimento pontilhado de pontos de estrangulamento, e a dominação política da burguesia industrial incompleta e contraditória (CARDOSO, 1964: 183).

4.3. A inserção no debate sobre a dependência

A visão do Brasil como um país periférico com possibilidades de desenvolver-se no âmbito interno e de salvaguardar sua autonomia no âmbito externo era compartilhada pelos intelectuais próximos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornando-se uma *"uma referência inescapável, o centro de uma visão de mundo que galvanizou a atenção das*

[60] Fernando Henrique Cardoso argumenta que ao não se definir "no plano das representações enquanto um grupo com consciência de si", os empresários buscavam "uma forma ideológica de representar-se que coincide com os mais profundos interesses que a consciência burguesa pode alcançar: o industrial vê-se subjetivamente como Povo e por isso mesmo tem maiores probabilidades de ser reconhecido socialmente como tal". Ao desvencilhar-se da identificação subjetiva com o governo, "pois em parte não está objetivamente a êle ligado, o empresariado tira o máximo de proveito do fato de ser classe economicamente dominante sem ser de forma total camada politicamente dominante". Dessa fora, a burguesia industrial "exige como povo proteção e benesses; influi como burguesia na obtenção de seus desígnios; reclama como Nação os desmandos da política governamental; e paga como sócio comanditário do Poder o preço do clientelismo que garante a persistência da dominação política das classes médias tradicionais e dos proprietários rurais" (CARDOSO, 1964: 168).

principais lideranças da política e da cultura brasileira naquele momento histórico" (DULCI, 2010: 48). Segundo Caio Navarro de Toledo, difundido na produção do ISEB, o conceito de dependência foi empregado a fim de "*definir tanto a situação colonial quanto a de subdesenvolvimento ou de semi-colonialismo*" (TOLEDO, 1997: 83).[61] Em uma conjuntura internacional marcada pela intensificação do processo de descolonização afro-asiático e pelos desdobramentos do alinhamento de Cuba com o bloco socialista, a ideia de uma aliança policlassista capitaneada pelo Estado para a promoção de uma revolução capaz de romper a dependência era uma possibilidade. O pensamento nacional-desenvolvimentista tinha seus principais intérpretes baseados no Rio de Janeiro, centro de gravidade política e cultural do país. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) defendia uma estratégia de desenvolvimento capaz de alavancar uma revolução nacional, superando a dualidade de espaços econômicos (BRESSER PEREIRA, 2004: 55-6).

As teses isebianas deram continuidade às ideias dos anos 1920 e 1930, explorando a "*questão nacional*" em diversos ensaios interpretativos (DULCI, 2010: p. 47). Os isebianos creditavam que a única forma de rompimento dos laços de subdesenvolvimento seria uma aliança nacionalista entre empresários e trabalhadores, intermediada pelo Estado. O enfrentamento das questões relacionados ao subdesenvolvimento e a busca de um maior espaço de ação do Brasil no cenário internacional, lastreadas pelas visões de mundo das teorias da CEPAL e do ISEB, mostravam as fortes conexões entre o debate acadêmico e a política externa brasileira. A afirmação do Brasil como país destinado a trilhar um caminho próprio e a ocupar posições de liderança no concerto das nações ocupou o imaginário da intelectualidade brasileira no começo da década de 1960. O espectro da Revolução Cubana e suas promessas igualitárias surgiram no horizonte brasileiro como uma alternativa possível de transformação econômica e social (WASSERMAN, 2019: 71-73). Constrangida pelo contexto do antagonismo americano-soviético da Guerra Fria, na qual a democracia liberal e o socialismo se confrontavam como modelos rivais de organização da economia e da sociedade, a presença brasileira no mundo entre 1946 e 1964 foi marcada pelo alinhamento ao sistema pan-americano, sob a esfera de influência dos Estados Unidos (MOTA, 2008: 789-790).

[61] A noção de dependência identifica-se com a de "alienação", pois "a dependência dos países subdesenvolvidos se entende basicamente em virtude de suas relações externas, pela sua posição de "periferia ou de proletariado externo" do mundo desenvolvido ou da área metropolitana. (...) O binômio periferia x metrópole, substituindo frequentemente o seu correlato – mundo desenvolvido x subdesenvolvimento – encontra-se na maioria dos autores e é utilizado para indicar a necessidade de se pensar as relações que se estabelecem entre os países de uma mesma órbita político-econômica, a do capitalismo ocidental" (TOLEDO, 1997: 83)

A política externa brasileira oscilava gradualmente na direção de uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos a partir do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954), acompanhando a mudança de mentalidade política e cultural que se processava em parte da elite intelectual nacional e as crescentes demandas por investimentos, tecnologias e mercados externos inerentes ao aprofundamento do processo de substituição de importações em curso no Brasil. Nesse sentido, a Política Externa Independente (PEI) dos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) levou ao auge o desejo de autonomia em relação aos Estados Unidos.[62] Em discurso de paraninfo da turma do Instituto Rio Branco de 1963, o chanceler San Tiago Dantas (1911-1964) aborda a questão da dependência na política externa: "Não se compreendeu que a dependência de uma política externa, em vez de servilismo, ou sujeita a crescentes imposições feitas do exterior, é um fato a ser explicado à luz de critérios sociológicos e não a ser julgado por critérios puramente morais". Assim, prossegue, "a independência só se alcança, quando a consciência política do país, impelida pelo processo de suas próprias contradições, logra refletir e apreender a realidade nacional e passa a identificar, no quadro topográfico de suas relações com outros povos, a posição e o itinerário que lhe permitem alcançar suas finalidades" (DANTAS, 1963 apud RICUPERO, 2017: p. 427). Embora as diretrizes executadas pelo Itamaraty durante os governos Quadros e Goulart tivessem despertado o entusiasmo de setores nacionalistas, provocou grande resistência de figuras mais afinadas ao pensamento econômico liberal e a uma diplomacia de maior alinhamento com os norte-americanos. O economista e diplomata Roberto Campos relata, em seu livro de memórias "*A Lanterna na Popa*", um debate que teve com San Tiago Dantas sobre a PEI quando embaixador em Washington e então o chanceler brasileiro se encontrava a caminho de uma audiência com presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy (1917-1963):

> Ponderei que a expressão acariciava nosso orgulho nacional, mas era a um tempo ingênua, injusta e aética. Ingênua, porque vivíamos num mundo cada vez mais interdependente em que os países sentem necessidade de se integrar em mecanismos *coletivos* de defesa e/ou organismos regionais de comércio. Injusta, porque humilhávamos indiretamente a grandes e patrióticos varões de

[62] Na proposta de política externa apresentada à Câmara dos Deputados em 1961 pelo chanceler do primeiro gabinete parlamentarista, San Tiago Dantas (1911-1964), afirma-se que "o Brasil será levado, graças à posição independente que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas, que ora o aproximarão de determinados Estados, ora poderão alinhá-lo como Estados de orientação diferente". Dessa forma, em "nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados" (DANTAS, 2011: 23).

> nossa história diplomática, como se a preocupação com nossa independência não fosse uma rotina de conduta e sim um másculo exotismo de comportamento, uma espécie de happening da era Quadros/Goulart. Aética, porque, por assim dizer, colocava num mesmo plano de indiferença moral, de um lado, o sistema democrático ocidental, único capaz de preservar o valor supremo da liberdade e, de outro, o totalitarismo soviético (CAMPOS, 1994: 744).

Em "*O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*" (1958), o cientista político Hélio Jaguaribe, um dos fundadores e mais ativos intelectuais do ISEB, afirma que o modelo econômico adequado para que um país com as dimensões do Brasil pudesse caminhar na direção da acumulação capitalista, da transformação da realidade social e da inserção qualificada na divisão internacional do trabalho deveria ter como prioridade a industrialização acelerada.[63] A racionalização da agricultura, a expansão da indústria de base e a ampliação do mercado interno eram algumas das diretrizes que deveriam ser perseguidas. Jaguaribe acreditava que o impulso inicial do processo de industrialização brasileira partiu do setor privado, especialmente do empresário schumpeteriano. Segundo o intelectual carioca, "*no regime vigente, que é o do capitalismo possível nas condições do nosso tempo e do nosso país, abre-se para a burguesia brasileira a oportunidade histórica de promover o desenvolvimento econômico-social do pais. Essa oportunidade tem um prazo: o da atual geração*" (JAGUARIBE, 1958: P. 99). O modelo associativista propugnado por Jaguaribe era o cerne do Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961): a conjugação de capitais privados, nacionais e estrangeiros, sob coordenação de um Estado planejador, para o fortalecimento da produção industrial, a modernização da infraestrutura e a ampliação da oferta de bens de consumo duráveis no país. Assim, o modelo que mais conviria ao Brasil, na perspectiva de Jaguaribe,

[63] O cientista político Hélio Jaguaribe (1918-1923) esteve envolvido com a discussão de problemas brasileiros desde os estudos universitários. Foi o artífice de um grupo de intelectuais cariocas e paulistas que se reuniam periodicamente em Itatiaia, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, para debater temas relacionados ao desenvolvimento brasileiro no começo dos anos 1950. Do "*Grupo de Itatiaia*" nasceu a revista "*Cadernos do Nosso Tempo"* (1951-1954), publicação com diversos ensaios sobre Sociologia e Economia. Jaguaribe e outros intelectuais fundaram, em 1953, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), rebatizado em 1955 como Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por decreto do presidente Café Filho, tornando-se um órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura (DULCI, 2010: p. 41).

> será aquele que tire o máximo partido da especialização do país, no quadro da repartição internacional do trabalho, compatível com o máximo incremento de sua produtividade, mediante a mais acelerada possível transformação de sua estrutura econômico-social e a mais alta taxa possível de acumulação capitalista (JAGUARIBE, 1958: 61).

Pioneiro na análise do nacionalismo brasileiro à luz da realidade internacional, Hélio Jaguaribe era defensor de um Estado "*neobismarckiano*", capaz de assegurar "o máximo poder de investimento tolerável pela comunidade, regulando o regime de participação de cada estrato de acordo com a sua efetiva capacidade política de reivindicação e assegurando aso empresários nacionais a liderança na promoção do desenvolvimento da comunidade, concebida como nação, de acordo com a programação traçada pelo Estado" (JAGUARIBE, 1958: p. 68). Além da necessidade de condições materiais para o desempenho de suas funções estratégicas, o Estado necessitava alavancar uma "*revolução nacional*" na qual empresários, burocratas e políticos participassem de um esforço convergente para a promoção de uma transformação abrangente das estruturas políticas e econômicas. O objetivo era construir um Estado com as mesmas características das estruturas dos países desenvolvidos e uma elite política capaz de lutar contra a "*subordinação cultural das elites dos países subdesenvolvidos, vítimas do complexo de inferioridade colonial*". Em outras palavras, buscava-se a internalização dos centros de decisão econômicas e políticas, buscando fortalecer a capacidade nacional dos brasileiros de traçarem o seu destino (BRESSER PEREIRA, 2004: 58-62).

O ponto mais polêmico do livro de Hélio Jaguaribe era a sua crítica ao nacionalismo autárquico e a defesa explícita de um modelo de desenvolvimento econômico que contemplasse a conjugação de capitais nacionais com estrangeiros para o aumento da capacidade de investimento em países como o Brasil. Jaguaribe argumenta que "defrontadas com gigantescas tarefas a serem realizadas em prazos relativamente curtos, tais nações tendem a necessitar de maciços investimentos estrangeiros para, completando sua deficiente capacidade própria de investimento, manter uma taxa mínima de crescimento compatível com a superação de seu atraso econômico" (JAGUARIBE, 1958: 58). Após a publicação de "*Nacionalismo na Atualidade Brasileira*", houve uma divisão no núcleo-duro do ISEB, com a acusação de Hélio Jaguaribe ser "entreguista". Jaguaribe e outros membros saíram do instituto em protesto (DULCI, 2010). De acordo com Angélica Lovatto, o pensador carioca "constatava a debilidade da burguesia brasileira e se afligia ao não a ver assumir um papel que assumir um papel que deveria ser dela". Jaguaribe buscou de forma enfática e desesperada, ao longo de sua trajetória

intelectual e política, "ser o *instrumento de esclarecimento da burguesia brasileira* no sentido de convencê-la a tomar parte no cenário histórico e realizar o papel que era dela" (LOVATTO, 2019: 270).

Na visão de Amado Luiz Cervo (2008), a visão dos intelectuais cepalinos acerca das relações internacionais era baseada na existência de mecanismos reprodutores da condição de subdesenvolvimento, congelando-a em estruturas permanentes que dificultavam a ação transformadora. O pensamento cepalino, nesse sentido, desenvolveu conceitos que buscaram compreender as desigualdades econômicas existentes na relação entre países centrais e periféricos. A ação política, para esses pensadores, comportava não apenas um esforço interno de industrialização, mas a adequação da política exterior e da ação diplomática dos Estados aos esforços de modernização econômica. Assim, na perspectiva de intelectuais cepalinos como Raul Prebish e Celso Furtado, "*estava em jogo a superação do sistema dual mundial, nada menos*" (CERVO, 2008: 14). Furtado salientou o papel da tecnologia como elemento diferenciador da inserção dos países na economia mundial. Os países europeus que foram capazes de dominar as inovações tecnológicas e aplica-las aos processos de dominação sobre regiões mais atrasadas, como a América Latina e a África, foram aqueles que largaram na frene no desenvolvimento capitalista. Na visão de Cervo (2008),

> A fragilidade do pensamento prebischiano, bem como a de Furtado (...), reside, contudo, em insuficiente análise histórica. A expansão do capitalismo não comporta, a partir do século XIX, a existência de mecanismos de perpetuação da configuração dual, ao contrário, revela a possibilidade prática de rompê-los. Os dirigentes de alguns países perceberam a necessidade de romper com tais estruturas, enquanto outros acomodaram-se na condição periférica. Essa fragilidade explica, contudo, uma nova fase do pensamento brasileiro e latino-americano que representa uma evolução do pensamento cepalino. Entretanto, sugere saltar para fora do sistema capitalista com o fim de superar o subdesenvolvimento. Trata-se das teorias da dependência (CERVO, 2008: 15).

A conexão entre a formação econômica e social da América Latina e a inserção subordinada no sistema capitalista mundial teve na Universidade de Brasília (UnB) um dos seus

principais centros de estudo e de pensamento crítico.[64] O grupo de Brasília buscava um novo paradigma marxista para a compreensão da realidade brasileira e mundial que superasse as interpretações cepalinas, isebianas e stalinistas. O grupo se reuniu em torno do economista alemão André Gunder Frank (1929-2005), doutor em Economia pela Universidade de Chicago. As influências keynesianas de Frank o levaram a entrar em choque contra as concepções neoliberais de seu orientador, o economista Milton Friedman (1912-2006). Além da incompatibilidade com as visões neoliberais, o economista também criticou o pensamento neokeynesiano em vigor nos Estados Unidos, enfatizando a necessidade de ênfase na equidade em detrimento da eficiência. Após a conclusão do doutorado, Frank fez um périplo internacional por Cuba, Gana e Guiné. A partir de 1960, começou a viajar pela América Latina e instalou-se em Brasília, a convite de Darcy Ribeiro. Chegou ao Brasil em um momento de forte polarização política e foi surpreendido pelo engajamento dos intelectuais brasileiros (Wasserman, 2019: p. 52).[65]

Em 1963, criou-se, na UnB, um grupo permanente para a leitura de "*O Capital*", nos moldes do "*Seminário Marx*" da USP, sob a liderança de André Gunder Frank. As discussões se davam em torno das condições, da viabilidade, da urgência e da autoria de uma "*revolução brasileira*". Além de André Gunder Frank, o grupo de Brasília era formado por Ruy Mauro Marini (1932-1997), Theotônio dos Santos (1936-2018) e Vânia Bambira (1940-2015), além de outros.[66] Retomaram as ideias sobre o imperialismo de Vladimir Lenin (1870-1924) e de Rosa Luxemburgo (1871-1919), do desenvolvimento desigual de León Trotsky (1879-1940) e

[64] Concebida pelo educador Anísio Teixeira e tendo Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor, a recém-criada UnB se destacava como um centro de um pensamento inovador para a intelectualidade brasileira. Teixeira e Ribeiro buscaram construir uma instituição mais autônoma em relação ao Estado, organizada em departamentos, ao invés de cátedras, e que privilegiava a relação ensino-pesquisa, grupos de estudo de pós-graduação e debates mais livre.

[65] Nascido em Berlim e criado nos Estados Unidos em razão da fuga de sua família do nazismo, André Gunder Frank (1929-2005) estudou na Suíça e fez estudos universitários no Swarthmore College, Pensilvânia. Doutorou-se em Economia pela Universidade de Chicago em 1957, com um estudo sobre a agricultura na União Soviética denominado "*Growth and Productivity in Ukrainian Agriculture from 1928 to 1955*".

[66] Em comum, eram todos nascidos em Minas Gerais. Marini era natural de Barbacena, Santos de Carangola e Bambirra de Belo Horizonte. Ruy Mauro Marini ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, sem chegar a concluir o curso. Graduou-se na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Complementou seus estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (*Sciences Po*). Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra estudaram Sociologia, Política e Administração Pública na Faculdade de Economia e de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Marini editou jornais estudantis militou na Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB), enquanto Santos teve participação ativa no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG. Marini e Santos ingressaram na organização marxista revolucionária "Política Operária" (POLOP). Enquanto Gunder Frank já era doutor em Economia, os três últimos integraram o círculo de estudos marxista como estudantes de Mestrado em Ciência Política na UnB.

do subdesenvolvimento de Paul Sweezy (1910-2004) para debater a conjuntura brasileira e latino-americana (WASSERMAN, 2019: 32).

No artigo "*Quais são os inimigos do povo*" (1962), da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro,* editada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Theotônio dos Santos mostra que os problemas econômicos e sociais brasileiros não poderiam ser resolvidos pela "*união de classes*", pois não acreditava em um projeto reformista capitaneado pela aliança entre a burguesia industrial e o operariado. Santos afirma que os trabalhadores "são comandados por homens de outras classes que, apesar de defenderem alguns interesses dos trabalhadores, não os poderiam defender até o fim, pois em certo ponto teriam que *assumir atitudes contra a sua classe*, se quiserem levar adiante essa defesa". Questiona as alianças políticas entre setores empresariais e populares que levaram ao poder figuras populistas como Getúlio Vargas e João Goulart. Ataca ainda a ideologia nacionalista, tão cara ao ISEB, ao afirmar que o "*nacionalismo burguês ou de direita* é aquele que pretende reunir todo o povo brasileiro e seus exploradores nacionais contra o *inimigo comum estrangeiro*. Este nacionalismo descamba, na maioria das vezes, para a patriotada ou o oportunismo". Nesse sentido, adverte que a burguesia nacionalista é "*vacilante* na sua oposição ao imperialismo com o qual têm muitos pontos em comum, e tendem mais à *conciliação* do que à luta" (SANTOS, 1962: 14, 26-27 *apud* Wasserman, 2019: 106, grifos nossos).

Assim como Fernando Henrique Cardoso havia feito em "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*", os intelectuais de Brasília criticavam as visões do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atribuía o atraso econômico brasileiro aos restos feudais da formação colonial e da herança escravista. A intepretação nacional-desenvolvimentista do ISEB e a sua defesa da emancipação econômica nacional por meio de uma aliança entre o Estado e a burguesia nacional também foi questionada. Os brasilienses acreditavam, no entanto, que o caminho da revolução e do socialismo eram iminentes e que não haveria desenvolvimento econômico nos países do chamado Terceiro Mundo. Na perspectiva de Wasserman, o debate acerca da "*capacidade ou o interesse da burguesia em liderar as transformações necessárias ao desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro e conduzir o processo revolucionário suplantou o debate econômico sobre o papel do imperialismo na constituição de obstáculos ao desenvolvimento nacional*" (2019: 59).

Na disputa de projetos e de visões de país entre os "*marxistas acadêmicos*" da USP e os "*marxistas partidários*" do PCB, o debate intelectual travado dentro da Universidade de Brasília (UnB) ficou à margem (Wasserman, 2019: 26-27). Assim como os intelectuais

anteriores que se dedicaram ao estudo da sociedade brasileira para encontrar possíveis diagnósticos e soluções para os problemas do país, à luz da história, da economia e da sociologia, os teóricos da dependência de Brasília também foram intérpretes do Brasil (WASSERMAN, 2019: p. 23). Na perspectiva de Wasserman (2019), em o que diferencia as teses dos dependentistas das interpretações precedentes que buscavam analisar a dinâmica entre o Brasil e o mundo, como as de Hélio Jaguaribe (1958), Celso Furtado (1959 e 1962) e Fernando Henrique Cardoso (1964), era a sua sustentação de que o desenvolvimento capitalista na periferia ocorreria sob a forma de subdesenvolvimento. No entanto, as categorias criadas pelos teóricos da dependência em Brasília acabaram sendo desprezadas pelos seus adversários. A denominação de "*radical*", na acepção brasileira que preza a conciliação, também comportava uma conotação negativa (Wasserman, 2019: 37).

O resultado da trajetória nacional-desenvolvimentista no Brasil, sustenta Fernando Henrique Cardoso na conclusão de sua tese de livre-docência "*Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico*", não teria sido consequência de "*espertezas e fraquezas da burguesia nacional, nem de vacilações morais das lideranças populares*". Diante das limitações estruturais e dos constrangimentos internacionais da economia brasileira, a expansão da indústria exigia recursos a capitais externos. A alternativa seria a ruptura revolucionária, "*miragem que paira sempre como uma esperança e uma ameaça, entre cujos pólos líderes populares e dirigentes industriais vacilam constantemente, temendo, a justo título, que sejam deslocados pelo processo que vierem a desencadear*" (CARDOSO, 1964: 85). Cardoso mostra que o empresariado industrial brasileiro estava dividido: não desejava uma revolução, nem um governo politicamente inerte. No resultado de sua pesquisa com dezenas de empresários em várias cidades brasileiros, Cardoso encontrou apenas dois empresários que corroboravam a visão isebiana de que o empresariado apoiava uma revolução burguesa promotora das reformas de base e do desenvolvimento econômico endógeno.

A "*aspiração bonapartista velada"* de acelerar as mudanças sociais por meio de regimes de uma revolução nacionalista, segundo Cardoso, sofria de um vício de origem. Os mesmos setores que se beneficiam das revoluções poderiam desejar refrear a velocidade e o alcance de mudanças que avançassem além do esperado. Assim, "*a política vigente, se não acelera a emancipação nacional e o desenvolvimento econômico na escala possível, mantém um compromisso entre o passado e o futuro: a estrutura agrária continua arcaica, a industrialização não é planejada e processa-se através de acordo com grupos internacionais*"

(CARDOSO, 1964: p. 85).[67] A mentalidade dos empresários espelhava a correlação de forças dos grupos constitutivos da formação capitalista brasileira. Se em algumas épocas valorizavam o trabalho árduo, o gosto da aventura e a busca da especulação como algo positivo, na conjuntura seguinte poderiam desacreditar nesses valores (CARDOSO, 1964: p. 157).[68]

Cardoso constatou que a classe empresarial brasileira não era antiga ou coesa o suficiente para possuir um sentimento de classe, de responsabilidade social e de projeto nacional, preocupando-se mais com os negócios de família do que com a liderança política e a organização coletiva. Dominados por uma visão de curto prazo, buscavam favores estatais e aliavam-se aos empresários estrangeiros para o avanço de seus negócios. Não havia, portanto, suporte factual às teorias dos intelectuais nacionalistas ligados ao PCB e ao ISEB. Esse trabalho marcou a sua transição de um intelectual de esquerda para um acadêmico com posições mais moderadas e centristas. Cardoso não acreditava em uma revolução socialista e não enxergava a viabilidade de um projeto de desenvolvimento autônomo liderado pela elite empresarial, independente do capitalismo industrial.

> Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as fôrças urbanas e populares. Para assegurar a expansão econômica e tentar o contrôle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia no futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interêsses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro (CARDOSO, 1964: 186).

[67] O Estado intervencionista, apesar de ser um instrumento de distribuição de benesses, na visão dos mesmos industriais que desejavam o suporte do governo, gerava consequências imprevisíveis, expressas em chavões como "*o Estado é mau patrão*" e um "*mau administrador*"; "*os investimentos do Governo são demagógicos, ineficientes e inoperantes*"; "*as empresas do Governo são sempre deficitárias*" (CARDOSO, 1964: p. 135).

[68] Na perspectiva cardosiana, "a indústria brasileira estava presa a um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais. Entre estes dois polos a burguesia nacional hesita incessantemente, temendo ora a alienação do patrimônio, ora a perda do controle político da nação. Isto quer dizer que qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento e do próprio desenvolvimento acaba apontando um beco sem saída e que, portanto, a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico" (CARDOSO, 1964: p. 168)

Fernando Henrique Cardoso antevia o aprofundamento dos laços de dependência do Brasil com os países capitalistas centrais, já que a burguesia industrial brasileira estava *"satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental*". Cardoso questiona, no fim de sua tese de livre-docência na USP, "qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país". Em um ambiente de alta polarização política e de acirramento das rivalidades ideológicas, o fracasso do governo reformista de João Goulart (1961-1964) demonstrou o acerto da análise de Cardoso. A burguesia brasileira fez a sua opção pela manutenção das estruturas de dominação tradicionais, pela manutenção das relações de dependência com os países capitalistas centrais e pelo sacrifício do regime democrático. Dessa forma, Cardoso mostrou, nas vésperas de março de 1964, que o Brasil marchava para um papel "*subcapitalista*" na hierarquia econômica internacional: a revolução nacional-burguesa ou o socialismo não seriam, portanto, caminhos viáveis (CARDOSO, 1964: p. 187).

O acúmulo de problemas econômicos, sociais e políticos no começo dos anos 1960 no Brasil provocou intensos debates, manifestações e movimentações sociais nas cidades e no campo que guardaram algumas afinidades com as realidades de países que vivenciaram transformações revolucionárias, como Argélia e Cuba. O economista e diplomata Roberto Campos (1917-2001) afirma, em suas memórias, que "*a política de gangorra*" inaugurada por Getúlio Vargas, "oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista", esgotou suas possibilidades de êxito no governo Juscelino Kubitschek. Segundo Campos, com JK "o desenvolvimentismo nacionalista alcançou um período de euforia, mas também uma safra de impasses: aceleração inflacionária, insolvência cambial, nacionalismo temperamental, quebra da disciplina sindical, estudantil e militar, e imobilismo legislativo" (CAMPOS, 1994: 568-69). Na perspectiva do historiador Carlos Guilherme Mota, o golpe militar de 31 de março de 1964 provocou o fim da mais longa experiência democrática vivenciada até então pelo país e "*desativou o projeto de reformas estruturais e de ampliação das liberdades democráticas em curso, bloqueou o reformismo nacional-desenvolvimentista e anulou os esforços na busca de uma política externa independente, ou seja, fora da esfera de denominação americana*" (MOTA, 2008: 797-8). Apoiado pelo governo dos Estados Unidos, o movimento de inspiração direitista liderado por civis e militares que se opunham ao governo João Goulart e apoiado por

setores políticos que integravam a base do governo reposicionou o Brasil nos quadros da hegemonia norte-americana (MOTA, 2008: pp. 799-800).

4.4. A latino-americanização do pensamento internacional

Em "*Raízes da Imaginação Política Brasileira"* (1970), Wanderley Guilherme dos Santo buscava entender a dinâmica bipolar que marcava o pensamento político brasileiro no contexto do golpe militar de 1964. De um lado, os partidários da ruptura institucional, com suas razões diversas (movimento comunismo, corrupção, desordem e ineficiência administrativa). De outro, os seus opositores, atrelando a quebra da legalidade a um projeto das elites oligárquicas de manutenção do *status quo*, de interrupção da modernização industrial e da inserção internacional autônoma. Para Santos, essa dicotomia era produto de uma cultura política que provia lentes ideológicas ou paradigmas históricos e culturais apara a análise dos fenômenos políticos. Assim, tirando o foco da questão da cientificidade, o estudo do pensamento social e político era necessário para compreender a formação de categorias culturais que impactam os processos políticos na História do Brasil (LYNCH, 2013b: 20-22).

As perseguições que se seguiram ao golpe de 31 de março de 1964 atingiram acadêmicos, intelectuais, estudantes, sindicalistas e militantes defensores de ideias nacionalistas, comunistas, socialistas e liberais. A ligação mais próxima de Fernando Henrique Cardoso com o governo João Goulart era o chefe da Casa Civil da Presidência da República, o antropólogo Darcy Ribeiro, de quem era amigo. Fernando Henrique Cardoso não apoiava os rumos de radicalização do governo João Goulart, porém entrou em conflito com acadêmicos mais conservadores em sua atuação no Conselho Universitário da USP (GOERZTEL, 1999: 44). No clima de radicalização política de abril de 1964, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi a única instituição da Universidade de São Paulo (USP) que não divulgou um manifesto de apoio ao movimento cívico-militar que visava derrubar o governo João Goulart (LEONI, 1997: 108). Cardoso tinha conhecimento, através dos contatos de seu pai, de que um golpe militar estava sendo discutido entre os militares, embora não conhecesse detalhes específicos. O general e ex-deputado Leônidas Cardoso apoiou Jango até a queda e opôs-se ao golpe militar até a sua morte, em 1965. Cardoso foi procurado pela polícia e teve ordem de prisão decretada. Escondeu-se por alguns por alguns dias em residências de amigos e continuou a escrever a tese de cátedra sobre os empresários latino-americanos e o desenvolvimento (LEONI, 1997: 111-113).

Em 17 de abril de 1964, Fernando Henrique deixou o país rumo ao autoexílio. Em Buenos Aires, foi recebido pelo sociólogo argentino Torcuato Francisco Nicolás Di Tella (1929-2016) e pelo colega Nuno Fidelino de Figueiredo, professor da USP que trabalhava na CEPAL. Figueiredo transmitiu-lhe o convite do sociólogo espanhol José Medina Echeverria (1902-1977) para trabalhar em Santiago. Cardoso havia redigido um trabalho para Echeverria com uma abordagem weberiana sobre o papel dos empresários latino-americanos, "*El empresario industrial en América Latina: Brasil*", publicado em 1963 (GOERTZEL, 1999: 46). Aceitou a proposta de trabalho no Chile e desembarcou em Santiago em maio de 1964 (LEONI, 1997: 114). Algumas semanas depois, a esposa Ruth Cardoso e os filhos se mudaram para o Chile. O país era uma referência de estabilidade política, econômica e institucional na América Latina, com uma próspera classe média, universidades com peso na vida social. Santiago era uma cidade com enorme efervescência cultural e acadêmica, uma das mais cosmopolitas da América Latina.

A concentração de organizações internacionais, a presença de instituições acadêmicas e, principalmente, o ambiente político democrático atraíram grande número de refugiados políticos. Além de ser a sede da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), outras organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), possuíam escritórios regionais na capital chilena. Santiago do Chile abrigava também a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), importantes escolas formadoras de pensamento econômico, político, social. O Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) era uma organização que reunia sociólogos e cientistas políticos, gozando de independência em relação à CEPAL. Seu objetivo era "*formar especialistas em desenvolvimento econômico para os governos latino-americanos*" (FURTADO, 1991: 27). Nessa direção, os pesquisadores do ILPES dispunham de acesso fácil a todo o material de pesquisa disponibilizado pela CEPAL, sem constrangimentos burocráticos. Celso Furtado ajudou na organização do centro, em 1961, e foi membro do seu conselho de direção. Afastado da CEPAL em 1963 por limite de idade, Raúl Prebisch permaneceu vinculado ao ILPES na condição de pesquisador.[69]

Fernando Henrique Cardoso viveu no Chile em um momento em que a CEPAL gozava de enorme prestígio como organização internacional e como centro produtor de um pensamento

[69] O fundador da CEPAL encontrava-se em Genebra, presidindo os trabalhos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), órgão da Assembleia Geral das Nações Unidas destinado à promoção de discussões, pesquisas, análises e deliberações acerca do desenvolvimento em escala global.

econômico e internacional. Segundo Furtado, "a tomada de consciência de que a industrialização da América Latina tropeçava em dificuldades devido à estreiteza dos mercados nacionais levou Prebisch à convicção de que a frente de luta deveria ser ampliada (Furtado, 1991: p. 20). Além de Presbisch, a CEPAL contava com outros economistas de renome, como o brasileiro Celso Furtado e o argentino Aníbal Pinto (1919-1996). Cardoso desembarcou em Santiago dez anos após a elaboração da teoria econômica cepalina e em meio a um avançado processo de industrialização dos países latino-americanos. Em "*Os Ares do Mundo*" (1991), o terceiro volume das memórias de Celso Furtado, o economista brasileiro relembra que prevalecia, no Chile, o "sentimento de que o que viesse a ocorrer na América Latina dependeria de alguma forma do que ali se discutia" (1991: 19).

Nesse ambiente, Cardoso soube inserir-se em um meio acadêmico e técnico que mesclava Economia e Sociologia, buscando aproveitar-se do clima intelectual para se inserir e se impor (LEONI, 1997: 122). Cardoso aproximou-se de José Medina Echeverria (1902-1977), intelectual espanhol de formação weberiana, que formou uma equipe de trabalho internacional e variada. Cardoso assumiu a cadeira de Sociologia do Desenvolvimento no ILPES e tornou-se diretor-adjunto da sua Divisão Social, acumulando com um cargo equivalente de professor de Sociologia do Desenvolvimento na FLACSO e de professor de Introdução às Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile. Por meio dos contatos de Echeverria, Cardoso associou-se a importantes pesquisadores da Argentina, Chile, Venezuela, México e Bolívia que pensavam acerca dos problemas latino-americanos e estreitou laços com os dirigentes das principais organizações internacionais.

Os exilados políticos brasileiros também ajudavam a organizar grupos que se dedicaram à ajuda mútua e à reflexão política, permitindo que se mantivessem bem informados e em contato permanente. O fluxo de pessoas vindas do Brasil os abastecia com informações atualizadas sobre a situação interna do país. Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Francisco Oliveira, Almino Affonso, Paulo de Tarso Santos, Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros e Samuel Weiner eram alguns dos intelectuais brasileiros que se reuniam, quase sempre às noites, para debater a situação política brasileira. A principal referência da diáspora brasileira em Santiago era o assessor cultural da Embaixada do Brasil, o poeta Thiago de Melo, que residia em uma mansão de propriedade do poeta chileno Pablo Neruda, localizada em área central da metrópole andina. Além de recepcionar os exilados brasileiros, Thiago de Melo os apresentava ao mundo político, diplomático e intelectual chilenos, que formavam uma comunidade pequena e coesa em meados

dos anos 1960.[70] Essa situação ambígua de exilados políticos serem acolhidos no exterior pelo representante diplomático do mesmo Estado que os perseguia internamente, porém, não durou muito tempo (FURTADO, 1991: p. 20).

Embora os exilados fossem todos indivíduos com convicções políticas de esquerda, divergiam quanto a que caminho tomar em relação à ditadura brasileira. Alguns exilados mais liberais defendiam a resistência por meio da política institucional; outros mais radicais advogavam a luta armada. Apesar da formação e das visões distintas, o que os unia era a sociabilidade brasileira e o desejo de resistência ao autoritarismo, de restauração democrática e de transformação rápida do país (LEONI, 1997: p. 120). Em seu livro de memórias Celso Furtado registra que

> Com frequência saíamos para perambular pelas margens do rio Mapocho. Havia sempre novos participantes em nossas reuniões. Alguns vinham para respirar, sufocados pelo clima de repressão criado no Brasil, mas logo se impacientavam e preparavam o regresso. Outros haviam escapado à perseguição e exploravam a possibilidade de encontrar um abrigo. Em verdade, a quase totalidade partia do princípio de que "a coisa em breve melhorará", viabilizando o regresso. Fernando Henrique Cardoso insistia que era necessário encontrar ou abrir espaços para a luta dentro do Brasil. Alguma forma de intelligentsia independente teria de sobreviver, se desejássemos que o obscurantismo aprofundasse as suas raízes (FURTADO, 1991: 23)

4.5. As teorias da dependência

Em sua obra "*A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*" (2019), Claudia Wasserman assinala que o debate sobre a dependência ganhou repercussão e maior audiência na América Latina e no mundo com o exílio dos intelectuais brasileiros no Chile, México e Europa.[71] (2019: 71). México e Chile se destacavam como sedes

[70] Eduardo Frei, Alejandro Foxley, Domingo Cavallo, Pablo Neruda, Salvador Allende e Isabel Allende eram alguns nomes com os quais Cardoso conviveu naquele período.

[71] André Gunder Frank e a família deixaram o Brasil antes do golpe, rumo ao Chile. Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Vania Bambirra foram demitidos da UnB e perseguidos pela ditadura. Processado, preso e torturado, Ruy Mauro Marini obteve *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) e se exilou no México, em 1965 (WASSERMAN, 2019: 69). Mantendo-se na clandestinidade como dirigente nacional da organização revolucionária Política Operária (POLOP) e condenado como "*mentor intelectual da penetração subversiva no campo*", Theotônio dos Santos deixou o Brasil em 1966 rumo ao exílio no Chile, acompanhado por Vânia Bambirra.

de importantes centros de estudo sobre a realidade latino-americana. No México, o Centro de Estudos Internacionais (CEI) do Colégio de México cumpria uma função similar às das CEPAL-ILPES e da FLACSO em estimular o debate sobre os problemas latino-americanos. A "*descoberta*" ou a "*redescoberta*" da América Latina em universidades e em centros de estudo da Europa e Estados Unidos também teve um papel importante em disseminar o interesse pela teoria da dependência. O interesse pela história e pelos problemas latino-americanos se deu, em larga medida, em função da Revolução Cubana e da implantação de regimes autoritários no continente. Claudia Wasserman assinala que enfoques da Teoria da Dependência mobilizaram três aspectos centrais que diferenciaram seus intérpretes a questão empírica, a metodologia e o aspecto teórico. No que toca aos aspectos empíricos, a preocupação era acerca de quais deveriam ser os aspectos socioeconômicos da realidade latino-americana a serem analisados. As questões metodológicas, por sua vez, dividem os autores entre aqueles que consideravam a existência de leis específicas para o desenvolvimento de sociedades dependentes e os que defendiam que as leis gerais da evolução capitalista se aplicavam igualmente a sociedades capitalistas centrais ou periféricas. Em relação aos aspectos teóricos em si, o debate procurava organizar a dependência enquanto conceito, o que permitiria caracterizar situações concretas em diferentes países e regiões (WASSERMAN, 2019: 81). Segundo a autora, as diferentes formulações teórico-metodológicas da teoria da dependência revelavam, em maior ou menor grau, a influência da luta de classes na configuração de sociedades dependentes.

> Essa extraordinária produtividade intelectual e a abundância de reflexão teórica foram resultado de uma época conturbada, de exaltação dos movimentos, partidos e organizações de esquerda em todo o subcontinente, da necessidade de explicar esses projetos. Ao mesmo tempo, devido ao imperativo de aclarar os motivos do fracasso quase generalizado de alternativas de esquerda e a escalada do autoritarismo, a intelectualidade latino-americana absorveu-se no debate teórico. O desenvolvimento das universidades e a profissionalização das ciências sociais e humanidades nessa mesma época também contribuíram para o incremento de debates e a produção intelectual do período (WASSERMAN, 2019: 87)

Foi no ambiente universitário e intelectual fora do Brasil que os intelectuais dependentistas de Brasília puderam encontrar apoio e solidariedade para a continuidade de suas carreiras e de suas pesquisas. O forte vínculo entre os cientistas sociais de Brasília se

aprofundou quando trabalharam com outros pesquisadores latino-americanos que se interessavam pelo mesmo tema da dependência, do subdesenvolvimento e das alternativas dos povos da periferia do capitalismo para a emancipação econômico e política (WASSERMAN, 2019: p. 19). Em sua obra "*Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*" (1965), André Gunder Frank revisa as teses da CEPAL e busca uma nova reinterpretação da teoria do imperialismo dentro do marxismo para tentar compreender a dinâmica de desenvolvimento continental. Segundo Frank, a dialética entre uma economia cindida entre ilhas de um capitalismo avançado, sofisticado e integrado ao mundo e estruturas arcaicas e desiguais e mostra a reprodução do subdesenvolvimento (WASSERMAN, 2019: p. 60). Numa visão mais radical, a única alternativa era o rompimento da dependência por meio de uma revolução. Composto por ensaios escritos 1964 e 1965, "*Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina*" assinalava a inconformidade com a ideia de um capitalismo nacional ou uma burguesia nacional que tivessem a capacidade de superar o subdesenvolvimento. Frank assinala, no prefácio à primeira edição da obra, que

> la opinion de que el capitalismo debe penetrar aún en el resto del país es cientificamente inaceptable, y la estrategia politica que la acompanha – apoyar la burguesia en su esfuerzo por extender el capitalismo y completar la revolucion democrático-burguesa – es politicamente desastrosa (FRANK, 1965: 5 *apud* WASSERMAN, 2019: 109)

Em "*A Revolução Brasileira"* (1966), Prado Júnior sustenta o caráter dependente da economia brasileira em relação ao sistema capitalista internacional e as dificuldades de rompimento dos laços de subordinação. O autor nega a divisão entre setores da burguesia, vislumbra o caráter industrializante e burocrático do novo capitalismo e denuncia a exploração do trabalho rural. Inicialmente otimista com a possibilidade de reformas econômicas e sociais conduzidas pelo Estado, Prado Júnior retornou às teses estagnacionistas que eram hegemônicas dentro do marxismo brasileiro, mostrando o capitalismo internacional como um obstáculo à transformação econômica e à libertação do legado colonial. Fernando Henrique Cardoso e Caio Prado Júnior coincidiam na ideia de que uma parte da burguesia conduziria uma revolução nacionalista autônoma no Brasil (BRESSER PEREIRA, 1982: 283). Em contraposição ao positivismo gaúcho e ao pensamento autoritário dos pensadores dos anos 1920 a 1940 e à cultura política nacional-desenvolvimentista, a visão modernizadora autoritária do regime

militar liquidou a via "*nacional-burguesa*", isto é, a aliança entre burguesia nacional, o Estado e o proletariado (BRESSER PEREIRA, 1982: 276).

Ao invés de uma revolução nacional, os setores dominantes buscam estreitar as alianças externas com as forças imperialistas. O novo modelo pressupunha o fortalecimento do "*capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo*.". Dessa forma, a burocracia estatal se alia aos setores monopolistas e as empresas multinacionais para impulsionar o projeto de Brasil Potência (Bresser Pereira, 1982: 276-7). Na perspectiva de Otávio Dulci, o projeto modernizador da interpretação nacional-desenvolvimentista da CEPAL e do ISEB retorna com o projeto autoritário-modernizador dos militares, mas desprovido de sua componente nacional e popular (DULCI, 2010: p. 56). A visão da Escola Superior de Guerra, cuja principal obra intelectual é o livro "*Aspectos Geopolíticos do Brasil*", de Golbery do Couto e Silva, defende uma visão internacional subordinada aos Estados Unidos. O general Golbery do Couto e Silva e o embaixador Roberto de Oliveira Campos defendiam a conciliação entre desenvolvimento econômico e segurança nacional, sob a égide do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria. Segundo Celso Furtado,

> Nós, da periferia (...) tínhamos do mundo uma visão distorcida. Carecíamos de uma perspectiva para globalizar, para captar o sentido dos processos que determinam o curso dos acontecimentos em que estamos envolvidos. Nós nos apercebemos de que somos, cada vez mais, peças de uma engrenagem abrangente. A erupção do caso cubano nos empurrava brutalmente para a zona de maior influência. Seríamos doravante escrutinados muito mais de perto. Como observa Richard Nixon, a era em que a América Latina suscitava ideias amenas – "s*iesta, manana, cha-cha-cha*", em suas próprias palavras – fora encerrada definitivamente. Nossa história se desprovincializava, malgrado nós mesmos. Estávamos agora sendo integrados em correntes que envolviam o planeta nas direções Leste-Oeste e Norte-Sul (FURTADO, 1991: 66)

No artigo "*Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*" (1966), André Gunder Frank mostra que a burguesia estava coesa e comprometida com o imperialismo, culpado pelo subdesenvolvimento. O conceito capta a ideia de que o processo de evolução industrial em países periféricos apenas aprofundaria os laços de subordinação em relação ao núcleo do capitalismo mundial. Derrotado o projeto nacionalista, sobreviveu a superexploração de países

subdesenvolvidos pelas nações centrais do capitalismo. O meio dessa exploração seria o apoio a regimes de natureza autoritária. Frank critica a ideia da existência de sistemas econômicos pré-capitalistas na América Latina, já que as regiões com maior atraso econômico foram as que tiveram maior êxito no projeto mercantilista. A partir das publicações de Frank e dos estudos subsequentes sobre subdesenvolvimento, dependência e relações centro-periferia, começou-se a discutir o conteúdo específico da dependência e, sobretudo, teorias e metodologias mais adequadas para a interpretação da realidade periférica latino-americana (Wassserman, 2019: p. 78-79). Outros autores tributários dessa visão do processo de desenvolvimento brasileiro foram Ruy Mauro Marini (teoria da superexploração dos países periféricos, teoria do subimperialismo regional e crítica ao reformismo do nacional-desenvolvimentismo) e Theotônio dos Santos (formas de dependência e teoria do desenvolvimento desigual e combinado). (Bresser Pereira, 1982: 284-6; DULCI, 2010: p. 60).

O debate entre economistas e sociólogos produziu um ambiente de reflexão extremamente rico dentro do ILPES. Celso Furtado propôs a realização de um seminário para a releitura dos textos seminais da CEPAL e para pensar os problemas globais da América Latina.[72] Segundo Furtado, as reuniões não se pareciam com um seminário acadêmico, "*pois ninguém fazia jogo pessoal, marcando cartas, preservando suas ideias supostamente mais originais para publicações pessoais*". Excetuando-se Celso Furtado e José Maria Echevarría, que pertenciam ao grupo dos primeiros anos da CEPAL, todos os demais participantes a ela se incorporaram a partir da segunda metade dos anos 1950. Furtado estabelecia os temas a serem debatidos nos encontros, centrados na tentativa de explicar "a perda de dinamismo das economias latino-americanas".[73] Furtado fez as seguintes observações sobre o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso nesses encontros:

[72] As reuniões no ILPES se realizavam às quartas-feiras, tendo início em junho de 1964, contando com a presença de Cristóban Lara, Eric Calcagno, Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Cibotti, Norberto Gonzáles, Benjamin Hopenhayn, Carlus Matus, Gonzalo Martiner, José Medina Echevarría, Julio Melnick, Luis Ratinoff, Osvaldo Sunkel, Pedro Vuscovic e Francisco Weffort. Prebisch acompanhava as discussões à distância.

[73] O economista brasileiro apresentou duas teses centrais nesses primeiros encontros que resumiam as ideias cepalinas: (i) "A forma como se deu a propagação do progresso técnico dos centros industrializados à periferia da economia mundial engendrou um sistema de divisão do trabalho que opera como mecanismo de concentração dos frutos do progresso técnico naqueles centros industrializados"; (ii) "A industrialização periférica não poderá realizar-se na conformidade do modelo que conheceram os atuais centros industriais. A tecnologia atualmente disponível corresponde às necessidades de economias de elevados níveis de produtividade e poupança e os padrões de consumo que se universalizam correspondem a altos níveis de renda. Na assimilação dessa tecnologia avançada, esses padrões de consumo dispendiosos põem em marcha forças tendentes a refrear o desenvolvimento periférico" (FURTADO, 1991: 33).

> A contribuição dos sociólogos consistia principalmente em ampliar o horizonte do debate. Todos insistiam que a problemática do desenvolvimento colocava questões que sobrepassavam os limites da análise econômica. Fernando Henrique Cardoso avançara suficientemente na matéria para afirmar que "pelo momento, não me parece que o procedimento analítico constitua o modo mais adequado para responder à pergunta fundamental acerca das possibilidades do desenvolvimento". A seu ver, convinha recuar para o nível dos estudos monográficos, vale dizer, para o nosso ponto de partida quinze anos atrás. Às questões que levantava ele acrescentava outras: "que grupos (setores empresariais, novas classes médias, setores operários) impulsionam o desenvolvimento e a partir de que condições de interação política e social o fazem? (FURTADO, 1991: 36)

O pensamento mais recente de Raul Presbisch, segundo Furtado, "via no Estado o instrumento de importantes funções no plano social com vistas a superar os obstáculos culturais que inibiam o desenvolvimento". Segundo o economista, "tudo levava a crer que o modelo clássico da CEPAL era insuficiente para explicar o quadro de tendência à estagnação que se observava na América Latina, sendo necessário ampliar o seu escopo na direção do social e do político" (FURTADO, 1991: 37). Era preciso incorporar novas variáveis ao modelo de análise, já que a "*dimensão histórica estava sendo negligenciada, o que explicava a ausência de progressos recentes no plano das ideias políticas*". O processo de industrialização por substituição de importações, segundo Furtado, "perdia fôlego e tudo indicava que continuar por essa trilha era abrir as portas às forças que levam ao autoritarismo. E contar com uma modificação significativa no quadro internacional a muitos de nós parecia uma miragem" (FURTADO, 1991: 38). Instabilidade macroeconômica, dependência do setor primário-exportador, atraso educacional e estrangulamento da capacidade de obtenção de insumos, capitais e de tecnologias eram alguns dos problemas estruturais que mantinham a economia latino-americana atrasada. As fórmulas de crescimento advogadas pela CEPAL não respondiam mais às demandas da realidade. Focavam nos grandes agregados macroeconômicos, mas não levavam em consideração as análises dos processos sociais, das relações entre classes e da natureza sociopolítica das relações econômicas de produção.

Reagindo a esta conjuntura histórica e inserida neste contexto acadêmico, a interpretação de Fernando Henrique Cardoso e do sociólogo chileno Enzo Falleto (1935-2003) no ensaio "*Dependência e Desenvolvimento da América Latina*", escrito para circulação o âmbito interno da CEPAL entre 1965 e começo de 1967, repensou o tema das possibilidades de desenvolvimento na região, buscando entender as relações de poder, de classes e a formação

histórica de cada país para explicar a estagnação econômica e o colapso dos regimes nacional-populistas. Enquanto Fernando Henrique Cardoso estudava o papel dos empresários no desenvolvimento latino-americano, Enzo Falleto investigava os movimentos operários. José Medina Echeverria leu o manuscrito e apresentou sugestões. Raul Prebish autorizou a circulação do trabalho, embora não concordasse inteiramente com as teses apresentadas (GOERTZEL, 1999: 47).

Assim como em "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*" (1964), o trabalho escrito no Chile reafirma a crença de que o desenvolvimento dependeria da capacidade de cada país de tomar as decisões políticas e de criar as condições econômicas para assegurá-lo. Os autores mostram que os acontecimentos da década de 1950 levavam a supor que países como o Brasil, Argentina e México embarcariam em processos abrangentes de substituição de importações. A estagnação econômica que se seguiu a um longo período de expansão industrial, no entanto, foi decepcionante. Os autores se opuseram à ideia de que os países em desenvolvimento deveriam, necessariamente, passar pelas mesmas etapas de evolução histórica do sistema capitalista que os países centrais. Cardoso já havia argumentado em sua tese de livre-docência publicada no Brasil que as ideias do ISEB e do PCB sobre a associação da classe burguesa com o operariado para a transformação da realidade brasileira e a superação da dependência não tinham correspondência no pensamento da classe empresarial. Diferentemente dos economistas, a visão dos sociólogos apontava o subdesenvolvimento como um problema da sociedade, a ser explicado no bojo de estruturas sociais particulares. A tentativa de redefinição dos termos do intercâmbio internacional e de busca de soluções internas, teses caras à CEPAL, não trouxeram resultados satisfatórios em termos de desenvolvimento. Segundo os autores, era preciso realizar "*uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 24).

4.6. O desenvolvimento na dependência

No prefácio à primeira edição de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", publicada em 1969, Cardoso e Falleto afirmam que o trabalho almejava *"estabelecer um diálogo com os economistas sobre o desenvolvimento na América Latina, para salientar a natureza social e política daquele processo"*. Seu foco era "*mostrar de forma mais direta e específica como se dá esta relação e que implicações derivam da forma de combinação que se*

estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos e situações estruturais distintos". Assumem que seu objetivo é modesto: "*esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 13-14).

As análises economicistas se resumiam a mostrar a transição do desenvolvimento para o subdesenvolvimento e sustentavam que as sociedades latino-americanas seriam tradicionais e arcaicas. A Teoria do Desenvolvimento de Walt Whitman Rostow (1916-2003), por exemplo, sustentava que os sistemas políticos, econômicos e sociais da Europa e Estados Unidos seriam o modelo para o futuro das sociedades subdesenvolvidas. O caminho para o desenvolvimento consistia na reprodução de soluções e de caminhos que levaram aqueles países a se tornarem prósperos. A modernidade passaria, portanto, por um modelo híbrido – a fase de desenvolvimento – que gerava um "*dualismo estrutural*", com setores mais adiantados e outros que permaneciam no atraso. [74] Cardoso e Falleto mostraram que os conceitos de "*tradicional*" e "*moderno*" não eram capazes de abranger a complexidade das situações existentes e tampouco estabeleciam relações mais amplas entre as diversas etapas de desenvolvimento (CARDOSO E FALLETO, 2004: 27-29). A abordagem dos sociólogos da CEPAL mostra que a formação de sociedades industriais na periferia do capitalismo não deveria ser vista como uma "*tendência inexorável*", mas como um curso de ação definido por opções políticas, econômicas e institucionais (CARDOSO, 1964: 43).

Os sociólogos consideram mais adequada a incorporação de elementos explicativos das relações entre os grupos sociais no plano nacional, bem como da conexão entre o sistema econômico nacional e a realidade internacional. Nessa direção, o processo de desenvolvimento se encaminhava com o confronto, a conciliação e a superação de interesses e de valores, buscando as conexões entre "*determinantes internos e externos*". Tanto o "*interno*" quanto o "*externo*" se expressavam "como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 35). Ao explicar as

[74] As ideias de Rostow sobre desenvolvimento tiveram grande impacto na América Latina. Sua obra "*The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*" (1960) mostrava as cinco etapas do desenvolvimento econômico: (i) uma sociedade pré-moderna ou tradicional; (ii) criação das condições para o desenvolvimento econômico; (iii) decolagem rumo ao desenvolvimento; (iv) maturidade; (v) formação de uma sociedade de consumo de massa. Tais ideias reforçaram o discurso nacional-desenvolvimentista, respaldando as teses CEPAL de que o caminho da substituição de importações levaria as nações latino-americanas ao caminho percorrido pelas nações centrais do capitalismo (WASSERMAN, 2019: 42-43).

transformações econômicas como processos sociais, a política se torna uma variável-chave para o entendimento das relações produtivas, das alianças, dos objetivos e dos interesses dos grupos sociais. As condições do mercado mundial, a distribuição internacional do poder, os sistemas produtivos nacionais, a configuração histórica das nações, a distribuição e a correlação de forças econômicas, os movimentos político-sociais e as pressões por mudanças internas eram fatores fundamentais do modelo proposto em "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 36).

Para os autores, as sociedades nacionais que se formaram por meio de situações coloniais reproduziram historicamente um padrão de subdesenvolvimento estabelecido no período de expansão do capitalismo comercial. O início do processo de diversificação econômica levaria à diferenciação das posições que cada um desses países passou a ocupar no sistema capitalista. Portanto, entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento não haveria um estágio único, mas diferentes padrões determinados por relações de dominação interna e por conexões externas. Mais do que reconhecer a trajetória histórica, o que se buscava era mapear "*a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 39). Do mesmo modo, sustentam que a classificação "*economias nacionais*" e "*economias periféricas*" incorporava as desigualdades e as assimetrias internacionais como um dado central da análise. Não propunham a superação dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois se referiam a realidades e a dimensões distintas.

A noção de dependência para Cardoso e Falleto incorpora tanto a dimensão econômica quanto a política, nos planos interno e externo, enquanto o conceito de subdesenvolvimento se reporta aos estágios de diferenciação produtiva, sem aprofundar sobre os sistemas econômicos ou as conexões internacionais. O conceito de dependência, contudo, não levaria em conta as dimensões político-sociais caracterizadoras da dependência. Os autores mostram que há sociedades que vivenciaram processos de transformação produtiva sem a ruptura completa dos laços de dependência externa, caso da Argentina e do Brasil. Da mesma forma, a ruptura dos laços de dependência não levaria, necessariamente, à melhoria das condições econômicas e sociais, exemplificados pelos casos da Iugoslávia, China, Argélia, Egito e Cuba. Portanto, as análises globais do processo de desenvolvimento deveriam incorporar não apenas a evolução dos sistemas econômicos e dos centros de decisão, mas também o seu histórico de integração à economia mundial (CARDOSO E FALLETO, 2004: 40-41).

Assim, grupos sociais envolvidos com um modelo econômico primário-exportador podem ser rearticular com aqueles vinculados com uma economia moderna. Em uma situação de "*enclave colonial*", por exemplo, as relações políticas e econômicas desiguais são mais facilmente apreendidas do que em Estados nacionais com uma economia mais diversificada, onde as estruturas políticas e sociais, embora mais fluidas, influenciam decisivamente na evolução desses países.[75] Dessa forma, a dependência teria uma face "*interna*", determinada pelas vinculações entre os grupos sociais, e uma face "*externa*", ditada pelos vínculos com as forças econômicas mundiais. Ao longo do transcurso histórico, com a emancipação política e a formação dos Estados nacionais, as antigas colônias da Espanha e de Portugal permaneceram como economias periféricas da Inglaterra e dos Estados Unidos (CARDOSO E FALLETO, 2004: 44-46).

As mudanças econômicas e sociais advindas do processo de diversificação econômica alteraram o equilíbrio interno e a inserção externa das nações periféricas (CARDOSO E FALLETO, 2004: 52). As colônias organizadas como base agrícola das economias metropolitanas, e não apenas como produtoras de produtos "coloniais" (cana-de-açúcar, cacau e café), tinham um mercado interno mais desenvolvido e maior autonomia econômica e política. A constituição de Estados nacionais constituiu uma nova realidade de ordenação econômica e política, com novas vinculações entre grupos internos e externos para o controle do sistema produtivo-exportador e novas possibilidades de alianças entre setores que estavam fora do pacto colonial. Esse processo não foi homogêneo e nem livre de obstáculos, mas marcado por lutas fratricidas entre grupos rivais, fragilidade das instituições, debilidade do aparato estatal e constante estado de anarquia. Foi nesse contexto que se constituíram as alianças políticas definidoras do mercado nacional, dos limites territoriais e da organização dos instrumentos de dominação do Estado (CARDOSO E FALLETO, 2004: 57-58).

A primeira situação de dependência e desenvolvimento dentro de um contexto nacional, se deu com a recuperação das vinculações dos grupos dominantes locais com o mercado mundial. O controle do sistema produtivo, dos portos, da administração, do exército e do sistema político pavimentou o caminho da hegemonia política. As instituições locais, por sua vez, tiveram o seu controle disputado pelas oligarquias tradicionais e pelos setores ligados aos

[75] Segundo Cardoso e Falleto, "Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação - como no caso das lutas anticolonialistas -, o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina. (CARDOSO E FALLETO, 2004: 44).

interesses modernizadores. Essa realidade atravessou os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX, incorporando setores comerciais e industriais ao modelo exportador. Tais alterações conduziram à ascensão gradual de uma classe média reformista, gerando divergências entre os grupos dominantes. Nesse sentido, a integração econômica ao mundo se baseia na capacidade de integração dos grupos nos planos interno e externo. Internamente, o espaço nacional seria moldado pela organização de um Estado capaz de estabelecer a ordem por meio de alianças internas. Externamente, tais condições seriam determinadas pelos atores que controlam as economias capitalistas centrais, capazes de definir alianças políticas com outros agentes hegemônicos (CARDOSO E FALLETO, 2004: 62-63).

As economias baseadas no controle nacional do sistema produtor, como Brasil, México e Argentina, mostram diferentes alianças e vinculações ao exterior que as nações caracterizadas por economias de enclave, como Peru, Venezuela e Bolívia. No primeiro caso, o controle parcial dos processos produtivos pelos grupos dominantes após as independências nacionais criou as condições históricas para um maior enfrentamento com os setores externos. Essa disputa foi fortalecida pela organização do aparato regulatório e burocrático do Estado, o que gerou oportunidades de emprego e de ascensão social que não foram ofertadas pelos setores industriais modernos. No segundo caso, as decisões relacionadas a investimento e produção se processavam em função do "*fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível para investimentos da economia central*". Dessa forma, eram fracas ou quase inexistentes as relações das economias de enclave com os setores domésticos (CARDOSO E FALLETO, 2004: 66-69).

As economias latino-americanas se inseriram internacionalmente em função da demanda externa, com lenta, porém contínua, diversificação das suas atividades produtivas. Esse processo levou ao surgimento de novos grupos diretamente agregados à economia exportadora, com interesses políticos próprios, e de um complexo mercantil e financeiro que apoiou um ensaio de industrialização. Os autores denominam de "período de transição" o processo de diferenciação da economia exportadora, com o surgimento de uma classe média urbana e de diferentes graus de integração dos grupos sociais. Em alguns casos, houve alianças entre grupos internos para o controle do sistema produtivo, ao passo que em outros a debilidade do sistema exportador inviabilizou a internalização (CARDOSO E FALLETO, 2004: 73-75). Os autores argumentam que o sistema de dominação oligárquica começou a deteriorar-se antes mesmo da crise de 1929. A crise desse modelo variou em função da intensidade da consolidação do complexo exportador e do "*sistema produtivo nacional",* com o desenvolvimento gradual

de uma sociedade mais complexa e diversificada, impulsionada pela economia exportadora (CARDOSO E FALLETO, 2004: 77). Quando o setor comercial-exportador constituiu um sistema financeiro sólido e criou as condições para avançar no controle da infraestrutura exportadora, ampliou o seu domínio interno e impôs sua "*ordem peculiar*" ao restante da sociedade. Essa "*unidade de classe*", argumentam, não eliminava as contradições internas dos grupos regionais, caso da disputa entre os interesses da burguesia exportadora de Buenos Aires e os grupos de latifundiários do interior da Argentina (CARDOSO E FALLETO, 2004: 78). Já em países como economias mais débeis da América Central, o sistema de enclave reduziu a força dos grupos com interesses ligados ao mercado interno e as possibilidades de diversificação econômica (CARDOSO E FALLETO, 2004: 79).

As políticas de consolidação do mercado interno e de industrialização marcaram o período de transição na América Latina para uma nova situação de dependência externa, caracterizada pela presença de classes médias urbanas e de burguesias industriais e comerciais (CARDOSO E FALLETO, 2004: 121).[76] A ideologia do "populismo desenvolvimentista" se baseou na busca da legitimação do programa de industrialização, com a distribuição de rendas via incorporação das massas, a existência de capacidade empresarial para a expansão econômica, a profissionalização da gestão estatal e, sobretudo, a "*uma liderança política capaz de se impor aos interesses contraditórios dos distintos grupos e de obter, eventualmente, períodos de conciliação entre os grupos em conflito, em nome do interesse nacional*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 125). O conceito de dependência caracteriza a nova situação de desenvolvimento determinada pela "*reorientação na luta dos interesses internos e a redefinição da vinculação centro-periferia*". A nova relação Estado-sociedade em uma economia urbano-industrial permite a ampliação da base interna das economias e a consolidação de um mercado interno de proporções consideráveis em países como Argentina,

[76] No caso argentino, houve a incorporação de setores médios à burguesia exportadora, especialmente em setores administrativos, ligados à exportação e ao mercado interno. Segundo os autores, a "*articulação entre os diferentes grupos pôde dar-se sob a hegemonia do setor agroexportador na medida em que este conseguiu apresentar, através do aparato do Estado, sua dominação como se fosse expressão da unidade do conjunto dos setores dominantes*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 84). No Brasil, essa incorporação se efetuou com a crise da dominação oligárquica, que se iniciou com a abolição da escravidão e a queda do Império. Por meio de uma "*burocracia incipiente, politicamente destra e socialmente importante*" e do Poder Moderador, a autonomia dos setores locais foi resguardada, com a preservação da unidade do Estado nacional. A diferenciação da economia brasileira, após a Primeira Guerra Mundial, se deu nos marcos de um processo incipiente de urbanização e de industrialização. Levado ao poder pela "*reação antioligárquica*" de setores econômicos marginalizados e do jovem oficialato militar, o governo Getúlio Vargas recompôs a aliança com os setores tradicionais, substituindo a política regional pela centralização e pelo estímulo ao fortalecimento de setores industriais (CARDOSO E FALLETO, 2004: 86-89).

Brasil e México. Alianças sustentadas por um Estado "*artífice de uma política de arbitragem*" levaram a um processo de industrialização que transformou a estrutura produtiva e urbana.[77]

Na visão dos dois sociólogos da CEPAL, os capitais estrangeiros também buscavam novos mercados em um ambiente internacional de expansão do capitalismo do centro para a periferia, forjando alianças com grupos internos hegemônicos. Corporações internacionais passaram a desempenhar o papel de investidoras, sendo atraídas pelo crescimento do mercado interno e da acumulação pública e privada de capitais viabilizada pela industrialização por substituição de importações. Nesse sentido, foram competidoras de indústrias internas ou subordinavam as empresas nacionais aos seus interesses, caso da indústria automobilística. A conciliação entre interesses políticos e econômicos nos processos de substituição de importações ocorridos no Brasil, Argentina e México, se por um lado tornou possível a existência de um mercado urbano e da expansão da renda, por outro intensificou o "*sistema social excludente"* dessas economias periféricas. Atingidos os limites financeiro e tecnológicos do modelo, houve uma perda da dinâmica do processo de industrialização, com o surgimento de problemas estruturais que foram postergados e mascarados pela "euforia desenvolvimentista" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 160). Portanto, o modelo já era frágil e vulnerável antes mesmo do surgimento de uma crise mais ampla, como a dos anos 1960.

Na perspectiva de Cardoso e Falleto, a integração das economias em processo de industrialização ao capitalismo monopolista se processa de maneira distinta da maneira com que ocorria nas economias agrário-exportadoras do passado. A expressão política dessa integração ao mundo é o estabelecimento de laços no sistema de comércio exterior e nos investimentos industriais diretos, orientando-se, em sua fase inicial, "*para a consolidação de grupos produtores nacionais e, fundamentalmente, para a consolidação do Estado como instrumento de regulação e formação de núcleos produtivos*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 162). Crescimento interno e vinculação externa se dão na forma de maior endividamento e de maior controle das decisões econômicas do exterior. Amplia-se, por conseguinte, a conexão entre a economia doméstica e a dinâmica externa dos países centrais. A elevada diversificação

[77] No caso brasileiro, o fator dominante foi o papel do Estado como instrumento regulador e constituidor da base industrial (CARDOSO E FALLETO, 2004: 135). A intervenção governamental foi determinada pela ameaça e pelos riscos que a mobilização das massas representava para a manutenção da ordem e para a dominação política dos setores tradicionais. No contexto de um Estado desenvolvimentista, o modelo populista foi mantido como linha política do Estado, sobretudo nos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Na impossibilidade de conciliar interesses contraditórios, houve a cisão da aliança nacional-desenvolvimentista, "*pois os setores burgueses e latifundiários ainda estavam comprometidos, dentro do esquema de dominação vigente, e a aliança não podia manter-se com a incorporação dos homens do campo ao movimento de massas*". Alcançou-se, assim, o limite da aliança desenvolvimentista (CARDOSO E FALLETO, 2004: 140).

econômica, a limitada saída de excedentes de capitais, a especialização da mão-de-obra, o crescimento do setor terciário, a melhor distribuição de renda e a ampliação do mercado interno diferenciam as economias urbano-industriais da periferia das economias de enclave. As decisões de investimento, embora dependam fundamentalmente de centros localizados no exterior, também levam em conta o mercado interno. Nesse sentido,

> poder-se-ia supor que existe simultaneamente desenvolvimento e autonomia; entretanto, se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou tem um novo caráter), esse tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes. Com efeito, os vínculos que ligam a situação de subdesenvolvimento ao mercado internacional já não aparecem aqui como direta e francamente políticos (como ocorre nas economias de enclave), nem são apenas o reflexo interno de decisões tomadas no mercado mundial (como ocorre no primeiro tipo de economia subdesenvolvida descrito neste trabalho). Pelo contrário, pareceria que a relação entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais se estabelece no próprio mercado interno (CARDOSO E FALLETO, 2004: 164).

A "internacionalização do mercado interno" é acompanhada de uma reorganização das técnicas produtivas e da organização política, social, financeira, administrativa e tecnológica. Essas mudanças se expressam por meio de embates políticos entre os atores sociais representantes da nova fase da industrialização. A enorme soma de conhecimentos, capitais e técnicas necessárias para impulsionar uma economia industrial leva à diferenciação da estrutura social e à construção de novos laços de dependência.[78] A dificuldade de reordenar "*certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal",* segundo Cardoso e Falleto, *"não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional*" (2004: 167). Há casos em países como Brasil e México em que a ação crescente do Estado ampliou o grau de autonomia interna desses países em relação a outros da América Latina, sem livrá-los completamente da dependência.

[78] Há nações que buscaram reconstruir seus próprios sistemas produtivos, com o fechamento total e parcial, almejando maior autonomia, e a ampliação do controle estatal sobre setores estratégicos, casos da China e da União Soviética (CARDOSO E FALLETO, 2004: pp. 165-66). Esses casos levaram à reordenação dos sistemas sociais, com foco em objetivos revolucionários e estratégicos.

No caso brasileiro, a reorganização do sistema econômico sob a forma do novo sistema de dependência se deu de forma consistente em função das condições internas favoráveis (golpe militar de 1964), da dinâmica internacional e da Doutrina de Segurança Nacional, baseada "*no papel preponderante da aliança ocidental - consequentemente na sujeição momentânea dos interesses nacionais ao bloco liderado pelos Estados Unidos - e na forma adotada pela guerra, como guerra revolucionária na qual o "inimigo externo" coexiste com o 'inimigo interno', servem de pano de fundo para as mudanças econômicas e políticas apontadas*". (CARDOSO, 2004: 171). Ou seja, no novo sistema econômico, há uma renovação da base político-social e da estrutura de dominação, que não se baseia mais em setores tradicionais (latifúndio, comércio e pequena indústria), mas em empresas monopolísticas e em setores financeiros internacionalizados vinculados ao mercado nacional.

O centro de dominação nesse sistema são as "burguesias internacionalizadas", mais vinculadas ao Estado do que as burguesias agroexportadoras hegemônicas até a década de 1930 (CARDOSO e FALLETO, 2004: 172). As Forças Armadas constituem a corporação burocrática que evoca a defesa do interesse nacional, aniquilando setores tradicionais do período "populista-desenvolvimentista", tornando-se um "*uma espécie de arbítrio tecnocrático com que se pretende revestir as intervenções militares na vida econômica, política e social*", fundindo-se com a própria vontade do Estado (CARDOSO E FALLETO, 2004: p. 173). Com frequência esse segmento, principal defensor de uma ideologia de classe média, defende caminhos "que desprezam a força da estrutura capitalista dependente da economia local, voltando a colocar questões, como a necessidade da reforma agrária, da redistribuição das rendas, do desenvolvimento harmonioso entre as regiões do país etc., que pareceriam adaptar-se melhor ao período anterior de desenvolvimento" (CARDOSO E FALLETO, 2004: p. 174). As pressões populares advindas das classes operárias, altamente influentes no sistema anterior ao canalizar suas reivindicações por meio de sindicados, partidos, organizações estatais, têm sua atuação bloqueada no novo modelo. Celso Furtado corrobora essa análise ao argumentar que "o Brasil penetrava em mais uma fase de sua evolução política na qual não havia espaço para que as forças de base popular se expressassem, e onde a presença tecnocrática teria peso crescente" (FURTADO, 1991: 62).

Em síntese, o caráter inovador do trabalho dos sociólogos da CEPAL reside na análise das formas e dos efeitos da situação de dependência, desde os tempos coloniais até o começo do processo de substituição de importações. Cardoso e Falleto afirmam que "*não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro*", pois ela

somente se concretiza por meio de redes de interesses e de contatos entre os grupos sociais (CARDOSO E FALLETO, 2004: 180). Cardoso e Falleto propõem a superação da tradicional antítese entre "desenvolvimento" e "dependência", mostrando as possibilidades do desenvolvimento dentro da dependência. Indagam, nessa direção, se não seria mais adequado o uso do termo *"interdependência*", pois "*os interesses de poder e as alianças para garantir a hegemonia de grupos e facções de classe, internos e externos, têm que ser levados em consideração*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 181).[79]Assim, nem a dependência nem o subdesenvolvimento implicam "*a inevitabilidade de a história nacional tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no polo hegemônico externo, nem estas são irrelevantes para a autonomia possível da história nacional*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 182). Portanto, "*é por intermédio da ação dos grupos, classes, organizações e movimentos sociais dos países dependentes que estes vínculos se perpetuam, se transformam ou se rompem. Existe, portanto, uma dinâmica interna própria que dá inteligibilidade ao "curso dos acontecimentos", sem cuja compreensão não há ciência política possível*" (CARDOSO E FALLETO, 2004: 182).

Inicialmente mal recebido, por questionar os fundamentos da teoria estruturalista cepalina, aos poucos as ideias de Cardoso e Falleto foram ganhando espaço. Foi publicado em espanhol em 1969, em português em 1970, em italiano em 1971, em alemão em 1977, em francês em 1978 e em inglês em 1979. Teve dezesseis edições em espanhol até ser traduzida para o inglês, consagrando-se como como uma das obras de maior impacto no círculos políticos e intelectuais latino-americanos a partir de então (GOERTZEL, 1999: 47). A originalidade dos autores reside em negar que o subdesenvolvimento conduziria ao socialismo e em afirmar a possibilidade de um desenvolvimento dependente. Em outras palavras, "*ousarão dizer que a internacionalização dos mercados pode oferecer uma saída para o desenvolvimento de um país como o Brasil*" (LEONI, 1997: 127). Enquanto outros intelectuais dependentistas não acredita na possibilidade de direção burguesa de projetos democráticos desenvolvimentistas, os autores de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" deixavam em aberto a possibilidade de um "desenvolvimento dependente-associado" em países, como o Brasil, o México e a Argentina, nos quais houvesse controle nacional do sistema exportador e um sistema de alianças que fosse capaz de superar os entraves estruturais ao desenvolvimento. Na conclusão da obra, afirmam:

[79] O termo "internacionalização do mercado interno" caracteriza o controle crescente do sistema econômico de países periféricos por grandes empresas monopolísticas internacionais (CARDOSO E FALLETO, 2004: 181).

> Nesse sentido, tratamos de sugerir que oposições - presentes ou virtuais - poderiam dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina e que possibilidades estruturais haveria para um ou outro tipo de movimento social e político. Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível. (CARDOSO E FALLETO, 179)

Além do impacto nos meios intelectuais do continente, a obra inspirou uma geração de cientistas sociais em universidades norte-americanas e europeias. Pela primeira vez, alguém de peso da academia latino-americana afirmava que o capitalismo periférico oferecia perspectivas futuras, contrariando as ideias de imperialismo, exploração e fascismo. "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, abriu um caminho intermediário entre a ortodoxia comunista e a visão cepalina, que teria continuidade em publicações subsequentes de outros estudiosos brasileiros: "*Desenvolvimento e Crise no Brasil"* (1968), de Luiz Carlos Bresser-Pereira (1968); "*Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina" (1969),* de Celso Furtado; "*15 Anos de Política Econômica",* de Carlos Lessa; "*Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro"* (1972), de Maria da Conceição Tavares. Essas obras ajudaram a ampliar a intepretação da nova dependência ao mostrar a dinâmica do modelo de desenvolvimento baseado em monopólios público-privados e a grande concentração de renda nos setores mais altos da pirâmide social (BRESSER-PEREIRA, 1982: 289-90). As obras "*Além da Estagnação*", de Maria da Conceição Tavares e José Serra, e "*Análise do Modelo Brasileiro"* (1972), de Celso Furtado, buscaram explicar o novo dualismo, numa divisão de trabalho complementar entre empresas estatais, multinacionais e locais. Enquanto as tarefas mais complexas e tecnologicamente mais dinâmicas ficaram a cargo das multinacionais, as estatais e empresas locais cumprem funções mais tradicionais. A teoria de dependência, na ótica de Cardoso e Falleto, terá conclusões eminentemente políticas, oferecendo "*uma saída para a intelligentsia nacionalista latino-americana que não aceitava nem o stalinismo, nem o liberalismo*" (LEONI, 1997: 128). Em entrevista a Brigitte Hersant Leoni, o sociólogo Enzo Falleto afirmou que

> o tema da dependência permitiu introduzir a variável política na explicação da estagnação econômica. Nós mostramos que as alianças feitas no interior e no exterior entre os empresários locais e os países capitalistas desenvolvidos podiam modificar a economia e o tipo de desenvolvimento de um país. Queríamos mostrar que uma economia do Terceiro Mundo pode ser dinâmica mesmo gravitando em torno de países desenvolvidos, e de que maneira as condições internas influíam no tipo de relação que esses países podiam ter com o exterior (LEONI, 1997: 127).

4.7. A segunda experiência francesa

Ao mencionar as dificuldades do intelectual de integrar-se em novas terras, Celso Furtado, contemporâneo de Fernando Henrique Cardoso em parte do período em que o sociólogo viveu no Chile, nota que o "exilado é corroído por *dúvidas* que o assediam de todos os lados. Faz repetidas vezes as mesmas *perguntas* e com frequência se *auto-ilude* ligando pedaços de verdades para construir uma *inverdade*. Até que se coloca a dura questão da sobrevivência. Aí, muda a vida. Uns poucos se integram rapidamente e se empenham em novas tarefas com tanto mais ardor quanto é grande o desejo de ver chegarem os seus".[80] Ao tratar da capacidade de reinvenção dos intelectuais em "*Os Ares do Mundo*", Furtado assinala:

> Se está em um país novo para ele, tudo lhe interessa, pois tudo encerra o segredo de outra experiência de vida de homens e mulheres que não compartilham de sua memória e que viveram mil coisas que ele desconhece. A solidão do intelectual é de qualidade diferente. Raramente o domina o sentimento de inutilidade, a angústia do não-ser. É como se ele carregasse consigo mil questões que esperam pela oportunidade de serem abordadas (Furtado, 1991: 45).

Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Celso Furtado eram exceções à maioria dos exilados brasileiros no Chile. Ambos possuíam círculos de convivência pessoal mais amplos. Furtado nota que em razão das amizades que havia cultivado no período em que trabalhou como funcionário internacional no país, "*podia escapar ao círculo dos exilados, prisioneiros de uma memória dolorosa"* (FURTADO, 1991: 47) Apesar das adversidades de ter que viver longe do

[80] Segundo Furtado, é necessário vivenciar o peso da solidão, a ausência dos familiares, a necessidade de expressão em outro idioma e as incertezas quanto ao futuro para que se consiga vislumbrar a angústia do exílio. Segundo o brasileiro, a "grande maioria assume uma atitude hostil para com o país que lhe serve de abrigo. Ou, pelo menos, assume um complexo de superioridade que nada mais é do que um escapismo" (FURTADO, 1991: 44).

país, ameaçado por uma ordem de prisão e proibido de lecionar na instituição na qual fez toda a sua formação acadêmica, Fernando Henrique Cardoso soube reinventar-se. O período chileno abriu-lhe novas perspectivas intelectuais e internacionais. Deu-lhe visibilidade, contatos e oportunidades de ascensão acadêmica e política. O sociólogo brasileiro manteve um salário elevado como funcionário de uma organização internacional e boas condições de vida para a família no exílio. Cardoso chegou a receber, anos mais tarde, o convite de Raúl Prebisch para sucedê-lo à frente da CEPAL, mas o recusou por não demonstrar interesse em galgar carreira na burocracia internacional. Desfrutou, em síntese, de uma experiência humana, profissional e política de três anos em um país latino-americano com partidos bem organizados, um rico debate parlamentar, uma imprensa vibrante e uma elite intelectual cosmopolita. Na visão de LEONI, o acadêmico Cardoso que desembarcou no Chile

> não é um rebelde, mas um homem de compromisso, um negociador, um homem de alianças. Também não é alguém que tenha sofrido fisicamente durante a ditadura. Ao se exilar, ele se autoexila, porque não pode mais ensinar livremente e não suporta ficar num país que vai limitá-lo e cercear sua liberdade de expressão" (LEONI, 1997: 119).

Em 1967, Fernando Henrique Cardoso aceitou o convite do sociólogo francês Alain Touraine para lecionar por um período na Universidade de Paris, em Nanterre. Cardoso abriu mão da segurança, da posição e da estabilidade da burocracia da ONU, pediu demissão e seguiu para a França (LEONI, 1997: 132-133). Em "*Os Ares do Mundo*", Celso Furtado, também contemporâneo de Cardoso em seu período em Paris, observa que a França havia sido transformada desde que Charles De Gaulle assumira o Palácio do Eliseu, restaurando "*a consciência de um destino histórico próprio*". Segundo Furtado, esse "*redirecionamento do processo histórico deu-se de forma cartesiana, sem perder de vista os obstáculos gerais e sem deslizar na cacofonia*". O esforço do Estado francês em apoiar a pesquisa científica e tecnológica se refletia em avanços consideráveis em setores avançados, como aeronáutico, espacial e nuclear. Ademais, o planejamento ajudou na conciliação entre "*abertura para o exterior, criação de novos espaços para a iniciativa privada, convergência de propósitos e iniciativa de ação*" (FURTADO, 1991: p. 146).

Alain Touraine propôs a Cardoso lecionar um curso sobre teoria da dependência para os alunos de doutorado e de teoria sociológica para os de mestrado. Sem preocupações políticas e burocráticas, dedicou-se exclusivamente à docência e à pesquisa sobre empresários latino-

americanos e os desafios do desenvolvimento (LEONI, 1997: 135-136). Fernando Henrique Cardoso integrou a comunidade de brasileiros que se instalou em Paris após o golpe militar de 1964, formada por intelectuais e por políticos. Participou ativamente dessa rede de refugiados e ampliou o seu círculo de amizades. Reencontrou-se com o amigo Celso Furtado, que vivia na França desde 1965, e com o sociólogo Luciano Martins. O grupo de brasileiros não tinha atividades políticas, mas se reencontrava periodicamente em residências e cafés para discutir a situação do país. Cardoso e Furtado advogavam uma resistência sutil, organizada e acadêmica à ditadura militar em debates com acadêmicos nas universidades francesas. Na visão de Celso Furtado, no entanto, era "*pequeno o espaço que tem para ocupar, na França, um intelectual do Terceiro Mundo, não obstante a simpatia e a boa vontade com que possa ser tratado".* Os intelectuais latino-americanos despertavam certa simpatia nos franceses, em grande parte em função do sentimento antiamericano prevalecente no país na Era De Gaulle. Assim, "*havia certamente um elemento de mauvaise conscience da parte dos franceses, dado que os norte-americanos tinham sido os maiores críticos da política colonial da França, de cujas sequelas eles eram herdeiros no Vietnã*" (FURTADO, 1991: 147).

A permanência de Fernando Henrique no país também coincidiu com os acontecimentos políticos de maio de 1968. A liquidação do secular império colonial francês, o esforço de reconstrução econômica, a busca de posições tecnológicas avançadas e a organização de um sistema de defesa autônomo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), espinha dorsal da aliança ocidental liderada pelos Estados Unidos, levaram a sociedade francesa a uma situação de instabilidade no final dos anos 1960. Ademais, houve uma substancial mudança demográfica, com o rejuvenescimento da população e o repatriamento de colonos que viviam na Argélia, conduzindo à ascensão de novas reivindicações sociais. Todos esses fatores acumulados levaram à explosão social de 1968. Celso Furtado compara maio de 1968 em Paris a um filme surrealista: "*tudo parecia montado expressamente para surpreender. Eu me empenhava em dar aulas conforme o que estava programado. Mas podia chegar no Anfiteatro e encontra-lo vazio, ou superlotado de pessoas que eu não conhecia e que exigiam de mim falar sobre matéria fora de meu curso*" (FURTADO, 1991: 166). O clima de fantasia criado conduzia as pessoas "*a se abrirem umas com as outras de forma intempestiva, a desafogarem o peito candidamente. Pude então me dar conta de que muita gente que me parecera indiferente tinha simpatia por mim: um professor que fora punido simplesmente por pretender pensar com independência*" (FURTADO, 1991: 168). As reivindicações estudantis de "*mudar a sociedade*"

e de "*instalar a imaginação no poder*" repercutiram fora das fronteiras francesas e aportaram nos Estados Unidos, México e Brasil.

A Universidade de Paris-Nanterre, em especial o Departamento de Sociologia, encontrava-se no centro da agitação estudantil de maio de 1968. Daniel Cohn-Bendit, um dos principiais líderes do movimento, foi aluno de Fernando Henrique Cardoso nesse período. Amigo de Touraine, Cardoso ajudou a intermediar a ajuda do colega francês para que Cohn-Bendit não fosse deportado do país. Cardoso aproveitou-se das agitações estudantis e das greves de maio de 1968 para acelerar o processo de elaboração da tese da cátedra que pretendia de Ciência Política disputar na USP. Fez também várias conferências, tomando posição contra o radicalismo de Regis Debray, que advogava a luta armada. O livro de Debray impediria uma análise mais cientifica e realista das situações de cada país latino-americano. A temporada na França aproximou Cardoso de vários intelectuais, jornalistas e políticos franceses, como Herbert Marcuse, Michel Rocard, Jacques Delors e Marcel Niedergang, especialista em América Latina do jornal *Le Mon*de. Cardoso aproximou-se ainda da franco-maçonaria, com contatos com Jacques Mitterrand, irmão de François Mitterrand (LEONI, 1997: 139-142). Sua passagem por Paris permitiu ampliar os contatos com a comunidade acadêmica francesa e sondar a possibilidade de publicação de seus livros e artigos no país. A família Cardoso o acompanhou nesse período, mas retornou ao Brasil no ano de 1968. Cardoso dedicou seu tempo restante a escrever a tese para a cadeira de Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), vaga com a morte do professor Lourival Gomes Machado (LIONI, 1997: 137-138). Com a revogação da ordem de prisão expedida em 1964, Cardoso decidiu encerrar o autoexílio de quatros anos e retomar as atividades acadêmicas no Brasil ao se inscrever no concurso para a cátedra de Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). O retorno ao Brasil se deu em um momento de grande polarização política e de rápidas transformações no campo acadêmico.

4.8. O breve retorno à USP e o exílio interno

Após 1964, o cenário das Ciências Sociais no Brasil se desenvolveu em torno de vários núcleos: em São Paulo, a USP e a Escola de Sociologia e Política; no Rio de Janeiro, com o fechamento do ISEB, em torno das Universidades do Brasil e Fluminense; em Belo Horizonte, ao redor da Faculdade de Economia e do novo curso de Pós-Graduação em Ciência Política, pioneiro do país; em Brasília, no Instituto de Ciências Humanas, desfalcado de grande parte do

núcleo original pré-1964 (SORJ, 2004: p. 24). Com a repressão política aos membros do PCB e com o fechamento do ISEB, a Escola Paulista de Sociologia se consolidou como a hegemônica no campo das Ciências Sociais, identificando o projeto isebiano com uma interpretação enviesada para a compreensão da realidade brasileira (DULCI, 2010: 50). Enquanto os isebianos não perceberam o impacto das mudanças econômicas e políticas que inviabilizaram a continuidade do pacto desenvolvimentista, os críticos da USP desprezavam o nacionalismo do centro de pensamento carioca. As divergências fundamentais residiam em estilos diferentes de trabalho, não em projetos de sociedade. De um lado o estilo ensaísta e orientado para o grande público dos isebianos. De outro, o rigor científico direcionado ao público acadêmico dos uspianos. Enquanto o primeiro ambicionava ser a voz do povo e das aspirações éticas de transformação da sociedade brasileira, os uspianos se autoproclamavam detentores da competência científica.[81]

O foco central do debate acadêmico pós-1964, nesse sentido, mudou de eixo. Se no período anterior as polêmicas envolviam as críticas da Sociologia Paulista a Gilberto Freyre e ao ISEB, após o golpe militar, os adversários passam a ser "*a própria ditadura, as esquerdas tradicionais ou ortodoxas, as correntes de ultraesquerda*" e os "*populistas de todas as cores e vieses*", defensores do getulismo (DULCI, 2010: 57). Na visão de Dulci, "*tais críticos estavam, a partir da intensa e dinâmica industrialização do país, particularmente centrada em São Paulo, e das conseqüências políticas e culturais deste fato decisivo, semeando as visões concorrentes de mundo do futuro brasileiro*" (DULCI, 2010: 58). Segundo Bernardo Sorj, o período intelectual da segunda metade dos anos 1960 mostra uma continuidade em relação ao anterior, a despeito da repressão política da ditadura militar. A dualidade entre, de um lado, a "*teoria social*" e, de outro, a "*realidade social*" foi retomada, após 1964, em debates realizado nas revistas "*Civilização Brasileira*" (1965-1968) e "*Teoria e Prática*" (1967), importantes arenas de discussão dos rumos das Ciências Sociais brasileiras. Na perspectiva de Roberto Schwarz, em seu ensaio "*Ideias Fora do Lugar*", "*apesar da ditadura de direita, existe uma relativa hegemonia cultural de esquerda dentro do país*" (1970: p. 37), percebida

[81] Na visão de Florestan Fernandes, principal porta-voz da Escola Paulista de Sociologia, "*nenhum cientista conseguirá por a ciência a serviço de sua comunidade sem observar, de modo integro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento. A esse respeito, é justamente o sociólogo que pode estabelecer que, neste terreno, não há incompatibilidade entre o grau de desenvolvimento da estrutura social e a natureza do pensamento científico. As incompatibilidades, quando existem, revelam-se de outra forma: se a estrutura social não comportar determinar nível de diferenciação econômica e cultural, pura e simplesmente não poderá assimilar as técnicas, os valores e as instituições científicas*" (Fernandes, 1977: 68 *apud* Sorj, 2004: 25)

principalmente nos grupos de estudantis, intelectuais, artísticos e jornalísticos (SORJ, 2004: p. 26). Com a radicalização do ambiente político, o milagre econômico, as lutas guerrilheiras, abrem-se novas perspectivas para o cenário nacional, com o surgimento de novos atores políticos e societários (Sorj, 2004: p. 27).

As universidades foram tomadas por protestos contra o regime militar, o arcaico sistema de cátedras e a hierarquia universitária. O clima de confronto era perceptível na USP, onde Cardoso sofreu violentas resistências à sua candidatura à cátedra. Os estudantes protestaram contra a atitude de um professor tido como progressista que sempre defendeu a reforma da universidade se candidatar a uma cátedra, aderindo ao mesmo sistema arcaico que prometeu combater quando era representante no Conselho Universitário. Cardoso tentou convencer seus críticos, afirmando que lutaria pela democratização de dentro e se não ocupassem este espaço, outros o fariam. Em 1968, conquistou a cátedra de Ciência Política na Universidade de São Paulo. O ministro da Justiça, Antônio Gama e Silva, tentou impedir a nomeação, mas a banca o aprovou por unanimidade. Meses depois, o sistema de cátedra foi abolido. Sua tese de cátedra seria publicada posteriormente com o título "*Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: ideologias do empresário argentino e brasileiro*". Cardoso retomou a docência na universidade onde havia feito toda a sua formação docente após quatro anos de residência no exterior. Sua carreira acadêmica, contudo, se viu ameaçada pela radicalização política e pelo acirramento dos conflitos no meio estudantil. Cardoso tentou intervir em favor dos estudantes da USP durante o conflito da rua Maria Antônia e teve seus arquivos destruídos. A Faculdade de Filosofia foi definitivamente transferida para o campus da USP (LEONI, 1997: 149-150). O Ato Institucional n. 5 (AI-5) não poupou a Universidade de São Paulo da repressão. Em abril de 1969, dezenas de professores de várias faculdades da USP foram atingidos pela aposentadoria compulsória, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, José Arthur Giannoti e Octavio Ianni. Após a consumação do ato de arbítrio e impedido de lecionar no Brasil, Cardoso recebeu convites para retornar à Universidade de Paris, em Nanterre. Recebeu ainda um convite de Richard Morse para trabalhar na Universidade Yale, nos Estados Unidos.

4.9. Considerações finais

O pensamento político de Cardoso até o começo da década de 1960 foi conformado por suas influências familiares e acadêmicas da USP, moldando uma visão de mundo que abrangia

influências positivistas, nacionalistas, comunistas e socialistas. Apesar da intensa participação política na USP e dos contatos familiares com a política partidária no campo nacionalista, o foco de Fernando Henrique Cardoso no começo dos anos 1960 foi a academia. O pensamento internacionalista Cardoso, por sua vez, foi forjado à luz de seu diálogo com pensadores da corrente econômica nacional-desenvolvimentista, da escola econômica cepalina e da teoria da dependência. A internacionalização do pensamento de Fernando Henrique Cardoso se acelerou com sua mudança para o Chile e a sua convivência em um círculo acadêmico e intelectual mais amplo. A vertente francesa de seu pensamento, influenciada pela Sociologia francesa (Roger Bastide, Alain Touraine), foi matizada pelo contato mais intenso com diferentes visões acerca da problemática do desenvolvimento na América Latina.

O nacional-desenvolvimentismo foi profundamente abalado pelas crises econômicas, políticas e sociais vivenciadas na década de 1960. Essa conjuntura abriu espaço para interpretações divergentes das propostas autonomistas que advogavam a via revolucionária ou mostravam as vantagens do modelo de capitalismo associado. Buscava-se, sobretudo, uma discussão das teorias cepalinas à luz da percepção de que os problemas dos países latino-americanos eram estruturais. Para compreender a inserção de seu pensamento no contexto intelectual de meados dos anos 1960, o capítulo mostrou como se organizava o debate das ideias acerca do desenvolvimento latino-americano no rico ambiente intelectual proporcionado pela CEPAL. Em "*Desenvolvimento e Dependência na América Latina*", Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto criticam os conceitos de subdesenvolvimento e de periferia, acentuando a relevância e precisão do termo "*dependência*" para tratar tanto de questões econômicas atinentes à condição de subdesenvolvimento quanto de situações políticas de dominação de uma nação pela outra. Os autores propuseram um caminho analítico intermediário, que considerava os termos de dependência externa e de integração nacional. Buscam se afastar dos caminhos radicais, valorizando as opções políticas de cada país em determinado momento histórico. E que acreditam que o desenvolvimento capitalista seria realizado exclusivamente por obra das burguesias nacionais, eles incorporaram o capital externo e as empresas multinacionais como atores atuantes no processo de desenvolvimento dos países periféricos. O que os autores defendem é a concentração nas realidades históricas, não nos caminhos abstratos. Opõem-se, nesse sentido, às teorias mecanicistas da história.

Conforme se procurou demonstrar, o livro de Cardoso e Falleto surgiu em um contexto histórico no qual os intelectuais latino-americanos buscavam novas ideias e intepretações para o fracasso das teses de esquerda e o triunfo de governos e regimes de direita na região. A

América Latina encontrava-se em um período de crescimento reduzido, que os teóricos marxistas e não-marxistas atribuíam à estrutura econômica dos países e à sua inserção subordinada nas relações internacionais. Intelectuais como André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marino acreditavam que a única solução seria uma revolução socialista capaz de romper com os laços imperialistas. A direita, por sua vez, creditava a crise a problemas econômicos estruturais – inflação alta, elevados gastos públicos, desequilíbrios no balanço de pagamentos – defendendo o livre-mercado. Ambos os lados não consideravam a hipótese de que a economia poderia estar vivenciando um período de depressão cíclica, uma etapa normal do processo de desenvolvimento econômico de longo prazo. Cardoso estava ciente de que ciclos de alta e de baixa eram comuns e teve debates posteriores com André Gunther Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, que frisavam o problema da opressão da América Latina pelo imperialismo mundial. Os autores defendiam um rompimento com o sistema capitalista para viabilizar a emancipação continental.

Afastando-se da ortodoxia de Frank e dos outros teóricos do grupo de Brasília, Cardoso buscava um diálogo com a esquerda, para a esquerda, aproveitando-se de sua entrada nos meios acadêmicos para legitimar sua interpretação e conferir-lhe autoridade. Tornou-se, assim, também capaz de abrir canais de comunicação da esquerda para a direita. Em função do exílio e dos obstáculos da ditadura militar, internacionalizou a sua carreira acadêmica e ampliou a sua rede de amigos e colegas o exterior. O período de docência na França foi uma fase de transição antes do retorno ao Brasil para a retomada da carreira universitária. A fama recebida com o sucesso da publicação de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" em vários idiomas, a partir de 1969, também ajudou a alavancar a carreira acadêmica e sua visibilidade internacional de Fernando Henrique Cardoso. Embora escrito a quatro mãos, Cardoso colheu os maiores frutos por sua capacidade de comunicação, de interlocução acadêmica e de autopromoção, divulgando o seu livro e as suas ideias no Chile, em outros países latino-americanos, nos Estados Unidos e na Europa.

CAPÍTULO 5
AS IDEIAS E A BUSCA DE UM LUGAR: DEPENDÊNCIA, LIBERALISMO E REALISMO UTÓPICO (1970-1982)

"Mas não terão sido a bomba atômica chinesa, a mobilização
nas fronteiras sino-soviéticas, a busca da entente russo-americana
que deram o sinal de que a geopolítica cabocla estava errada em sua concepção
estratégica?"
Fernando Henrique Cardoso, 1975

O Capítulo 5 da tese analisa a produção de ideias internacionalistas no período de transição do sociólogo para o intelectual-político e político profissional Fernando Henrique Cardoso, entre 1970 e 1985. Na vertente da contextualista da História das Ideias, pretende compreender como as ideias de Cardoso dialogaram com as diferentes escolas de pensamento político e internacionalista desse período. Conforme visto Cardoso nos capítulos 3 e 4, o pensamento cardosiano sobre o mundo se estruturou com base em seu contato com diferentes famílias ideológicas ao longo das décadas de 1930 a 1960, como o nacionalismo, o comunismo, o pensamento cientificista de Florestan Fernandes e da Escola Paulista de Sociologia, a Sociologia do Trabalho de Alain Touraine e a Teoria da Dependência. À luz das transformações nos cenários interno e internacional e das diversas correntes de pensamento político brasileiro, investiga a produção de ideias no período no qual o acadêmico puro se transforma, aos poucos, em um político com militância partidária, projeto de poder e participação ativa no processo de reconstrução da democracia no Brasil. Como se deu a produção de ideias internacionalistas na transição do intelectual puro para o político profissional? Quais recursos foram mobilizados por Cardoso para abrir espaços de reflexão intelectual e de debate de ideias em um país que vivenciava uma situação autoritária? Em quais debates intelectuais ele concentrou e com quais escolas de pensamento dialogou? O que explica a sua decisão de direcionar a maior parte da sua produção acadêmica para o exterior? Quais fatores internos e externos influenciaram na sua decisão de se engajar na política institucional e de disputar um mandato de senador? Por que o político em ascensão não abandonou os hábitos intelectuais? Qual o impacto da experiência política em suas reflexões acadêmicas entre 1970 e 1985? E de que modo o político Fernando Henrique Cardoso influenciou o internacionalista Cardoso nesse período? A hipótese central é

a de que Fernando Henrique Cardoso instrumentalizou a sua projeção acadêmica internacional para ampliar as possibilidades de influenciar no cenário político num ambiente de gradual abertura e de reconstrução democrática. Nesse sentido, o capítulo enfoca a sua participação na criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o diálogo no campo da "*teoria da dependência*", as análises sobre a natureza do Estado autoritário brasileiro, a projeção como um pensador internacionalista na periferia, a crescente afiliação à corrente política liberal e o engajamento no movimento de reconstrução da democracia.

5.1. A centralidade da "Teoria da Dependência"

Em "*Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*" (1977), o crítico literário Roberto Schwarz mostra como as ideias produzidas nos países centrais foram transformadas nas nações periféricas. Ao ilustrar seu argumento de que as ideias importadas dos países estavam "*fora do lugar*", Schwarz mostrou como o processo de absorção do pensamento liberal europeu pela intelectualidade local chocou-se com uma sociedade antiliberal, moldada pelo escravismo e pelo patrimonialismo. Dessa forma, o transplante de ideias "que gregos e troianos não reconhecem no Brasil" seria uma "hipocrisia" (SCHWARZ, 2014: 49). As "ideias e razões europeias", ao serem adotadas, serviram de justificação ideológica para encobrir as realidades de uma sociedade periférica e atrasada.[82]

> Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional. O tique-taque das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário (SCHWARZ, 2014: 63).

No ensaio "*A Originalidade da Cópia: a CEPAL e a Ideia de Desenvolvimento*", incluído na coletânea "**As Ideias e seu Lugar"** (1980), Fernando Henrique Cardoso faz alusão

[82] Como exemplo, "atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc." (SCHWARZ, 2014: 54). O liberalismo à brasileira, seria, portanto, "desconcerto", ficção, anacronismo, contradição e engano.

à obra de Schwarz para mostrar como o pensamento cepalino e as reflexões sobre desenvolvimento na América Latina foram centrais na constituição de seu pensamento. As ideias ocidentalizantes, associadas ao progresso, ao liberalismo, à razão e à modernização, conforme visto no Capítulo 1, tiveram enorme recepção no Brasil no final do século XIX. A importação do pensamento positivismo da França para o Brasil, segundo Fernando Henrique Cardoso, ilustra essa operação de mudança da forma e do conteúdo das ideias. Ao ser recepcionado no Brasil, teria havido a mitigação da noção de ordem como princípio basilar, tornando o positivismo, no Brasil, "uma ideologia mais *reformista* do que reacionária" (CARDOSO, 1980: 17).

Cardoso ressalta que seu intento era fazer um percurso oposto ao de Roberto Schwarz, mostrando "*as ideias e seu lugar*". O autor mostra que algumas ideias sobre o desenvolvimento eram originalmente latino-americanas, não meros reflexos do "*sol resplandecente do pensamento ocidental*" (CARDOSO, 1980: p. 19). O texto fundador do pensamento cepalino, segundo o sociólogo, é o "*Estudio Econômico de América Latina*", de 1949", publicado em 1951 pela ONU, e o artigo "*EI desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*" (1950), de Raúl Prebisch (CARDOSO, 1980: 22). A teoria Prebisch-CEPAL advogava a desigualdade do desenvolvimento entre centro e periferia, o que se dava em função da deterioração dos termos de troca. Longe de serem aceitas pacificamente, as teses sobre comércio internacional e o desenvolvimento foram objeto de intensas críticas, tanto à esquerda (marxistas) quanto à direita (liberais). Para os primeiros, as formulações da CEPAL não "*põem a nu os mecanismos de exploração social e econômica que mantêm a subordinação dos trabalhadores à burguesia e desta aos centros imperialistas*"; para os segundos, o pensamento cepalino representava "*cavalo de Tróia do esquerdismo*" e de um "*socialismo burocrático*" (CARDOSO, 1980: 25).

Considerando o contexto em que foram produzidas, as ideias continham originalidade no que toca à argumentação teórica e soluções propostas (CARDOSO, 1980: 44). Além das ideias de industrialização, aumento da produtividade, acumulação de capital, o pensamento cepalino contemplava a importância da integração regional para a formação de um mercado comum latino-americano.[83] A "*originalidade da cópia*" pressupõe o entendimento de que as

[83] No começo da década de 1960, o governo dos Estados Unidos, por meio do programa "*Aliança para o Progresso*", aceitou, implicitamente, parte das críticas da CEPAL. Discussões acerca dos obstáculos ao desenvolvimento foram trazidas ao primeiro plano e houve o patrocínio à criação do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID). A reunião da Organização dos Estados Americanos de Punta del Este, em 1961, e a criação da *United Nations Conference onTrade and Development* (UNCTAD), em 1964, representaram, no plano internacional, marcos importante desse movimento.

ideias sobre desenvolvimento, industrialização e modernização não eram originalmente latino-americanas, mas a sua absorção, transformação e aplicação no contexto regional eram processos singulares. Apesar de A estagnação econômica de meados dos anos 1960 trouxe um período de certa prolixidade teórica e de pessimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento da periferia (CARDOSO, 1980: 45). Tendo em vista esse contexto, a vertente teórica conhecida como "*Teoria da Dependência*", segundo Cardoso, incorporou preocupações sociológicas e políticas ao pensamento da CEPAL, cuja contribuição foi inestimável para a América Latina. Cardoso ressalta que o pensamento cepalino produziu

> ideias que ajudaram a compreender, em seu momento, alguns dos problemas centrais da acumulação capitalista na periferia e alguns dos obstáculos que se lhe antepõem. Não há portanto que escrever lápides para suas ideias. Elas se modificaram e, trocando de pena como sói acontecer com ideias-força, continuaram vivas, às vezes noutras instituições ou com outras cores, ao mesmo tempo em que deixaram pelo caminho os segmentos mortos, como costuma ocorrer com todas as interpretações científicas (CARDOSO, 1980: 56).

O debate sobre a dependência do qual participou Fernando Henrique Cardoso adquiriu os contornos de um campo intelectual próprio, no qual diversas correntes de pensamento buscaram definir conceitos e procurar explicações para entender o desenvolvimento latino-americano à luz das transformações políticas e econômicas da época (SORJ, 2004: 23). Em "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", Cardoso e Falleto (1969) questionaram a narrativa hegemônica da esquerda marxista acerca da dominação da região pelo imperialismo norte-americano e o seu papel homogeneizador da trajetória de subdesenvolvimento regional, visão reforçada pela via revolucionária cubana de Fidel Castro e de Che Guevara.[84] Os autores mostram uma nova espécie de dependência, nascida com o processo de industrialização e de "internacionalização do mercado interno", reforçada com a opção de aprofundar a aliança com as empresas multinacionais.

[84] Na obra "*Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique latine*" (1967), o filósofo francês Regis Debray exalta o caminho do engajamento na luta armada para combater o imperialismo e os regimes autoritários na América Latina. Segundo Bernardo Sorj, a via cubana advogada pelo debrayrismo/guevarismo é marcada "pelo seu cárater simplificador, homogeneizante e hipervalorizador do papel do imperialismo na história do continente" (2004: 24).

No ensaio "*Do nacionalismo à dependência*" (2009), Luiz Carlos Bresser-Pereira assinala que a obra de Fernando Henrique Cardoso é herdeira direta da tradição da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), cujo "patrono liberal" foi Fernando de Azevedo, o "chefe" foi Florestan Fernandes e os principais discípulos, Antônio Cândido, Cardoso, Roberto Schwarz, Octavio Ianni, Alfredo Bosi e Dante Moreira Leite. Segundo Bresser-Pereira, os trabalhos "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), de Cardoso e Falleto, e "*A Revolução Burguesa no Brasil*", de Florestan Fernandes, apontam em direção aos dois grandes ramos da teoria da dependência:

(i) a interpretação da "nova dependência", que rejeitava a possibilidade de uma revolução nacional-burguesa autônoma e vislumbrava o "desenvolvimento dependente-associado";
(ii) a interpretação da "superexploração imperialista' ou da "esquerda radical", que não enxergava alternativas fora de uma revolução socialista capaz de romper os laços de subordinação com os países capitalistas centrais.

Em "*As ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso*" (1999), Sebastião Velasco e Cruz afirma que a reflexão de Cardoso e Falleto (1969) sobre a dependência buscava uma resposta para um fato histórico bastante específico: o golpe militar de 1964 no Brasil e a adesão que teve de setores do empresariado nacional (CRUZ, 1999: 242). De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira, o momento de publicação de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" coincidiu com o começo do Milagre brasileiro e ajudou a comprovar a hipótese de Cardoso e Falleto de que a ausência de uma burguesia nacionalista não obstaculizava o desenvolvimento econômico:

> Pelo contrário, e de forma paradoxal, já que muita gente a compreendeu como uma forma nova de criticar o imperialismo implicando a burguesia mais explicitamente no processo de dominação, a versão associada da teoria da dependência não considera os países ricos como imperialistas, mas, sim, como aliados que podem contribuir para o desenvolvimento econômico da periferia (BRESSER-PEREIRA, 2009: 234)

No ensaio *"A Dependência Revisitada"* (1972), reunido na coletânea **"As Ideias e seu Lugar"** (1980), Cardoso mostra que o ecletismo e a pluralidade das abordagens da teoria da

dependência, dada a ausência de um consenso teórico e metodológico, conduziam a diferentes interpretações da realidade latino-americana. A questão central era entender a "*situação socioeconômica do processo histórico latino-americano*" (CARDOSO, 1980: 59). Na ótica de Cardoso, o conceito de dependência não constitui uma "*categoria geral*", composta de diferentes "partes" integrantes de "situações de dependência". Tratava-se, isto sim, de uma "*síntese de pensamento*", "um *processo histórico de produção teórico-prática do conhecimento*" (CARDOSO, 1980: pp. 66-67). Cardoso sintetiza os problemas comuns às diversas correntes da teoria da dependência: (i) como se estabelecem as relações entre as classes, os partidos e os Estados; (ii) a sustentação do processo de construção da Nação; (iii) as tensões entre "imperialistas" e o "interesse nacional" (CARDOSO, 1980, 85-86).

Nesse sentido, a construção da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso é indissociável dos seus estudos sobre a realidade brasileira e latino-americana à luz da teoria da dependência. As preocupações acadêmicas de Cardoso, ao longo da segunda metade dos anos 1960, tiveram por fio condutor a análise das possibilidades de desenvolvimento na América Latina num cenário de crescente internacionalização econômica e de integração das nações periféricas ao capitalismo industrial. A permanência no Chile e na França, entre 1964 e 1968, alavancou a primeira fase de internacionalização de sua obra. A experiência de docência e de pesquisa na CEPAL, no ILPES e na Universidade de Paris (Nanterre) ampliaram a sua rede de contatos e a ressonância de suas ideias. Na visão de Marcelo Dulci, Cardoso se tornou "*o centro acadêmico em torno do qual se debatia a situação da América Latina, do Brasil e – por que não dizer? – das relações entre os países centrais e os países dependentes do Terceiro Mundo*" (DULCI, 2010). Como intelectual brasileiro e pensador das mudanças econômicas, sociais e políticas em curso na América Latina, projetou-se, ao lado de Celso Furtado, como uma referência de leitura em universidades e em centros de estudos latino-americanos, europeus e norte-americanos, tornando-se reconhecido como um dos mais conhecidos pensadores do Sul global na década de 1970.

5.2. CEBRAP: uma plataforma de pensamento independente

Em "*A construção Intelectual do Brasil Contemporâneo*" (2001), Bernardo Sorj observa que com o bloqueio dos canais político-institucionais, a derrota da alternativa da luta armada e o isolamento político das oposições durante a primeira década da ditadura militar, as universidades funcionaram "*como sucedâneo do espaço de encontro, agitação e*

doutrinamento" (2001: 64). Elas não foram fechadas, mas sofreram sucessivas intervenções, expurgos e cassações, além de uma reforma que aboliu a estrutura de cátedras. A maioria dos cientistas sociais cassados entre 1964 e 1969 permaneceu no país, articulando-se em instituições da sociedade civil. Apesar da aposentadoria compulsória, Fernando Henrique Cardoso recusou os convites para retornar a Nanterre e lecionar nos Estados Unidos. Contrariou expectativas com essa decisão: já era um acadêmico com um vasto currículo, com vivência no Chile e na França e com uma ampla rede de contatos em universidades latino-americanas, europeias e norte-americanas.

Optando pela permanência no Brasil, Cardoso ajudou a criar um centro de estudos para abrigar os intelectuais cassados. A ideia de conceber uma instituição de pesquisas com maior autonomia em relação às universidades havia sido cogitada ainda no Chile, em discussões entre Cardoso, Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria, entre 1966 e 1967, e foi concretizada com as cassações e aposentadorias compulsórias promovidas pelo AI-5 (SORJ, 2001: 24). Fundado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) possuía 27 membros em sua ata de criação. Havia um "*consenso*" de que os intelectuais cassados possuíam um "*direito automático*" de ingresso. A direção da instituição, em sua primeira década, alternou entre os sociólogos Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso e o filósofo José Arthur Giannoti, grupo sênior que exercia um amplo controle sobre a instituição. Giannoti era o "*superego teórico*" e o "*guardião da ortodoxia*" acadêmica. Cardoso era o nome mais internacionalmente conhecido (LEONI, 1997: 60-161).[85]

Se por um lado a presença de professores catedráticos com elevado prestígio e notoriedade estimulava o debate intelectual, por outro provocou certa intimidação. De acordo com Sorj, a coesão do CEBRAP em seus primeiros anos não se deveu tanto à "*convergência teórica*", mas a "*afinidades de natureza geracional e aos vínculos criados no* contexto de uma *tradição acadêmica específica"*. Os laços de solidariedade em função do clima político se sobrepujaram às diferenças ideológicas (2001: 35).[86] As conexões de Fernando Henrique

[85] O núcleo central era composto por pesquisadores seniores da USP: Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannoti e, a partir de 1970, Octávio Ianni (SORJ, 2001: 34).

[86] Em 1971, por decisão colegiada, o número de pesquisadores associados foi ampliado para 72 membros, inclusive cinco cientistas sociais cassados que se incorporariam ao seu núcleo: Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins e José Serra. A segunda geração de pesquisadores possuía um forte vínculo com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Carlos Estevam Martins participou da fundação do Departamento de Ciência Política, ao passo que Bolívar Lamounier e Vilmar Faria eram oriundos do curso de licenciatura em Ciências Econômicas (SORJ, 2001: 36). Os três fizeram seus respectivos cursos de doutoramento na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Cardoso com organizações internacionais, centros de pesquisa, setores mais liberais do empresariado, políticos moderados, Igreja Católica, comunidade acadêmica e com a intelectualidade ajudaram no processo de constituição do centro (SORJ, 2001; WASSERMAN, 2019). Por intermédio de Cardoso, o CEBRAP recebeu ajuda financeira da Fundação Ford para iniciar as suas atividades. O programa de estudos latino-americanos da instituição norte-americana era dirigido por intelectuais liberais que se opunham à política externa de Richard Nixon, muitos deles oriundos da administração John Kennedy (GOERTZEL, 2002: 66). Embora a doação fosse fundamental, nunca foi suficiente para custear todas as despesas. Os professores precisavam complementar o salário com cursos e palestras (SORJ, 2001: 30-32).

No ensaio "*Sonho e Realidade*", incluído na coletânea "*Sonhos e labores: o cinquentenário do primeiro Departamento de Ciência Política do Brasil*" (2018), organizado por Dawisson Belém Lopes e Márcia Miranda, o historiador José Murilo de Carvalho destaca o papel da Fundação Ford no apoio à implantação da pós-graduação em áreas como Ciência Política, Sociologia e Antropologia no Brasil. A fundação norte-americana foi fundamental para a constituição do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), curso pioneiro no Brasil, além do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e de cursos na UnB, UFRG e PUC-Rio.[87] Segundo Carvalho, a Fundação Ford ajudou a renovar as Ciências Sociais e a preservar as tradições herdadas da USP, num esforço que incluiu a formação de professores e a formação das bases institucionais para a instalação dos cursos de pós-graduação (CARVALHO, 2018: 42).

José Murilo de Carvalho pontua que a influência da Fundação Ford na organização das instituições de pesquisa e de docência e no envio de professores para cursar doutorado em universidades norte-americanos também teve uma forte dimensão política e cultural, ao romper com a tradição intelectual da academia brasileira de buscar orientação em países europeus, especialmente a França, o que ocorria, sobretudo, na Universidade de São Paulo. A experiência dos jovens cientistas sociais em universidades norte-americanas ajudou a reorientar as pesquisas, a oxigenar os horizontes teóricos e a valorizar o caráter científico-metodológico (CARVALHO, 2018: 43). O fortalecimento institucional do campo das Ciências Sociais favoreceu a projeção acadêmica e intelectual do CEBRAP e de seus pesquisadores no começo da década de 1970. A constituição de um sistema nacional de pós-graduação e a organização de departamentos com delimitação temática dentro das universidades ampliou o campo de

[87] O valor investido no CEBRAP, cerca de US$ 2,216 milhões em valores atualizados, corresponde a mais que o dobro do que foi alocado no DCP-UFMG, cerca de US$ 928 mil (CARVALHO, 2018: 32).

atuação dos cientistas sociais. Houve aumento na produção de dissertações e de teses, maior financiamento à pesquisa e aumento da demanda de estudos acadêmicos por órgãos estatais de planejamento e de administração. Um outro fator relevante foi a crescente especialização dos cientistas sociais em áreas como Antropologia, Ciência Política e Economia. A ascensão de movimentos sociais, na segunda metade da década, também ajudou a impulsionar novos estudos acerca da vida política nacional. Com o avanço dos profissionais com perfil acadêmico-técnico, muitos desses pesquisadores oriundos das faculdades e cursos de pós-graduação Ciências Sociais alcançaram posições de direção burocrática dentro do aparelho do Estado (SORJ, 2001: 70).

O predomínio de trabalhos com visão mais estruturalista, na primeira fase do CEBRAP, se deveu ao bloqueio e engessamento do debate em função da repressão do regime. As primeiras propostas de investigação incorporaram pesquisas sobre demografia já em curso na USP, vinculadas ao Centro de Estudos de Dinâmica Populacional, criado em 1966, com financiamento da Fundação Ford. Tais análises produziram farto material quantitativo e qualitativo que subsidiou as publicações sobre urbanização e pobreza ao longo da década de 1970. Havia duas publicações: a revista *Estudos CEBRAP*, destinada a um público mais amplo, e *Cadernos CEBRAP*, com *papers* de circulação mais restrita. Os temas de maior repercussão, no que toca à quantidade e à diversidade, foram os seminários ("*mesões*") sobre economia brasileira, conectando os membros do CEBRAP com pesquisadores de diversos centros de pesquisa e universidades (SORJ, 2001: 71).[88]

Quadro 2:

Livros e Artigos publicados no exterior por membros do CEBRAP após 1970*

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Espanhol		2		7	2	5	3	3	4	5	1		32
Inglês			1		2	1	1	3	1	2	2		15
Alemão							1	1					2
Francês	1					2	1	2			1		6
Outros													
	1	2	1	7	4	8	6	9	5	7	4	2	56

Fonte: Sorj, 2001: 53

[88] Após a apresentação do texto de José Serra e Maria da Conceição Tavares sobre economia brasileira e de Fernando Henrique Cardoso sobre "*O regime político brasileiro*", duas importantes interpretações do Brasil foram produzidas no CEBRAP: "*Crítica da Razão Dualista*" (1972), de Francisco de Oliveira, e "*As contradições do Milagre*" (1973), de Paul Singer.

*Excluídos os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso

Embora crescentemente conectada a circuitos internacionais, as Ciências Sociais brasileiras na década de 1970 ainda concentravam sua problemática intelectual e vínculos institucionais com os países centrais do Ocidente (Estados Unidos, França e Reino Unido), mantendo ainda um distanciamento em relação à realidade latino-americana. Na perspectiva de Sorj, foi criada no país "uma comunidade acadêmica com as características de um *paroquialismo cosmopolita*, pois altamente atualizada em relação aos debates intelectuais dos países centrais, mas geralmente *dando de costas* para o estudo comparativo dos processos sociais que, nos países vizinhos, prenunciavam a dinâmica da sociedade brasileira", [grifos nossos] (SORJ, 2001: 109). A concentração de trabalhos em temas relacionados ao Brasil, com poucos estudos comparados, se explica pelo grande interesse pelos problemas nacionais e pelas transformações em curso na sociedade brasileira. Assim, prossegue Sorj, embora "sejamos naturalmente *importadores natos* de teorias e conceitos dos países centrais, existe um espaço enorme para *confrontar os marcos analíticos com as realidades locais*, mostrando como conceitos surgidos em outras realidades em geral são relevantes, mas com as devidas adaptações, para *contextos como o nosso*" {grifos nossos] (SORJ, 2001: 109).

Em seus primeiros três anos, as publicações de pesquisadores do CEBRAP no exterior foram escassas. Os anos de 1970-1972 foram tímidos em termos de livros ou artigos iniciais, dada a necessidade de estruturar o centro. A busca de fontes de financiamento para as pesquisas no exterior, aos poucos, viabilizou a maior circulação dos membros no circuito acadêmico internacional, primeiro na América Latina e depois na Europa e Estados Unidos. A internacionalização se acelerou a partir de 1973, tendo seu auge no biênio 1976-1977, em função da ampliação do escopo dos estudos realizados pelo centro. Entre 1970 e 1981, foram publicados 56 artigos ou livro no exterior, projetando o CEBRAP como um influente *think-tank* no campo das Ciências Sociais. A América Latina teve uma importante dimensão na formação do pensamento do CEBRAP em virtude da passagem de muitos de seus pesquisadores por universidades e por centros de pesquisa latino-americanos, especialmente no Chile. Fernando Henrique Cardoso foi um dos intelectuais que ajudou a tornar a América Latina para um campo de estudos comparados para o Brasil, estruturando um debate acadêmico mais conectado com as realidades das nações vizinhas.

5.3. A projeção de um internacionalista da periferia no centro

Em paralelo às atividades no CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso manteve uma rotina de viagens internacionais para conferências, palestras e visitas por períodos curtos em universidades estrangeiras. Cardoso viveu durante curtos períodos no México, Suíça, Estados Unidos, Reino Unido e França ao longo da década de 1970. A presença em diversas universidades e em centros de estudo sobre América Latina e sobre desenvolvimento econômico estreitou os seus laços com sociólogos, cientistas políticos e economistas como Albert Fishlow, Phillippe Schmitter, Frank Bonilla, Alfred Stepan e Juan Linz. O sucesso de vendagem da obra "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", originalmente publicado em espanhol, e traduzido para o português, o francês, o italiano, o alemão e o inglês na década de 1970, ajudou a divulgar o seu pensamento na Europa e nos Estados Unidos. Entre 1969 e 1970, Cardoso foi professor contratado no *International Institute of Labour Studies*, ligado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), no México e na Suíça. A permanência no México ampliou a sua articulação com intelectuais latino-americanos, inclusive com grupos de brasileiros exilados. Em Genebra, na Suíça, pode circular entre acadêmicos e funcionários internacionais dos órgãos da Organização das Nações Unidas.

Quadro 3:

Livros e artigos publicados por Fernando Henrique Cardoso no exterior após 1970

	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	Total
Espanhol	4	1	3	5		1		3	1	1			19
Inglês		1	1	4	1			4	3	1	1		16
Alemão				2	1			1					4
Francês	1	1	1	1			1		2	1	1		9
Italiano	1	1											2
Total	6	4	5	12	2	1	1	8	6	3	2		50

Fonte: Sorj, 2001: 53

Havia uma clara preocupação em direcionar sua produção intelectual para o exterior, numa estratégia de consolidação de seu prestígio acadêmico e de sua rede de contatos. Cardoso teve dois períodos mais produtivos nessa década: 1970-1974 e 1977-1978. Coincidem com suas permanências em universidades e centros de pesquisa no exterior. Os períodos de menor produção foram aqueles nos quais desenvolveu mais intensamente as suas atividades políticas

internas. Cardoso teve 19 publicações em espanhol, 16 em inglês, nove em francês, quatro em alemão e duas em italiano, totalizando 50 publicações fora do Brasil no período 1970-1981. O volume de publicações se aproximava da soma de todos os demais membros do CEBRAP no mesmo período (56). Ter a obra publicada, lida e comentada no exterior se traduzia em dividendos acadêmicos e políticos.

Por um lado, mais convites para participar de palestras, de grupos de pesquisa, de seminários, de consultorias e de encontros do *jet set* acadêmico norte-americano e europeu. Por outro, mais prestígio e liderança junto à comunidade acadêmica do eixo Rio de Janeiro-São Paulo e à emergente rede de universidades federais (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). Conforme procuraremos mostrar, esse direcionamento corrobora a hipótese da busca da internacionalização acadêmica como estratégia de acúmulo de prestígio político. Entre 1965 e 1970, Cardoso tornou-se conhecido nos meios acadêmicos hispano-americanos e franceses. Já havia trabalhado na CEPAL, lecionado na Universidade do Chile e sido professor em Nanterre. O espaço latino-americano já havia sido desbravado. Era preciso avançar no mundo anglo-saxônico.

Fernando Henrique Cardoso chegou aos EUA para lecionar em 1972 no *Institute of Political Sciences* da Universidade Stanford, na Califórnia, durante o governo do republicano Richard Nixon (1913-1994), momento no qual as ideias de esquerda tinham maior influência no meio universitário (LEONI, 1997: pp. 166-167). Nesse período, Cardoso circulou em centros de pesquisa e se aproximou de cientistas políticos nas costas Oeste e Leste do país. Propôs uma análise do sistema de poder no Brasil que resultou no livro *"O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios"* (1972). Cardoso mostra que o ambiente internacional era um fator impactante na avaliação das possibilidades de afirmação das liberdades internas e da autonomia externa de cada país latino-americano.[89]

O Capítulo I, "*Alternativas Políticas na América Latina"*, resulta de um ensaio apresentado em Seminário do *Center for Inter-American Affairs*, em Nova York, em maio de 1971. O sociólogo salienta a existência de brechas para a afirmação da autonomia econômica e internacional em uma situação de dependência: "a *supradeterminação* da Potência Hegemônica [os Estados Unidos] só é aceita sem discussões em hipóteses extremas: debilidade econômica, política e militar do país associado-dominado, ou quando se produzem *conjunturas de alta*

[89] Publicado originalmente em 1972, o livro teve várias reedições. Reúne trabalhos destinados, em sua maioria, a um público estrangeiro. Na impossibilidade de obtenção da primeira edição, as citações correspondem à edição impressa em 1977, sem alteração na redação em relação à original.

tensão ou de *choque entre grandes blocos rivais*". Nesse sentido, "as *veleidades autonomistas* no interior de cada Bloco falam forte *nas razões de Estado* e, em especial, *quando o Estado está sob controle ou sob influência dos militares locais*" (1977: 13).

Os militares buscariam um "*nacionalismo da Pátria Grande*, fruto tardio na América Latina da *política direitista*, mas que não encontra expressão concreta em termos de uma política econômica conflitante com os interesses do *tripé do desenvolvimento-associado*" (CARDOSO, 1977: 14, grifos nossos). No entanto, a crença de que o comunismo internacional, a União Soviética e a Revolução Cubana eram ameaças externas à segurança nacional levaram os regimes autoritários (Brasil, principalmente) a buscar a lealdade total dos cidadãos, sem tolerar o dissenso, levando ao fechamento político (CARDOSO, 1977: 22). A inspiração ideológica da visão autoritário-modernizante da sociedade brasileira, vitoriosa no golpe de 1964, era baseada em dois pilares. De um lado, na Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A ideia central era o condicionamento da segurança nacional a um projeto de desenvolvimento abrangente, a associação entre uma elite estatal tecnocrática (civil e militar), o planejamento governamental, a defesa de "*objetivos nacionais permanentes*" e o alinhamento político e militar do Brasil ao Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, em oposição ao bloco soviético. O principal formulador desse ideário era o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), autor, entre outras obras, de "*Aspectos Geopolíticos do Brasil*" (1952). O pensamento conservador "esguiano" tinha entre os seus defensores os generais Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Humberto de Alencar Castelo Branco.

De outro lado, o projeto vitorioso em 1964 também se valeu das concepções econômicas liberais de Eugênio Gudin (1886-1986) e de Roberto Campos (1917-2001). Em artigos publicados desde a década de 1920, Gudin defendia o pensamento econômico neoclássico. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, apresentava-se como crítico do keynesianismo, do modelo de substituição de importações e das ideias cepalinas de proteção do mercado interno para o fomento industrial. Seus dois principais livros foram "*Princípios de economia monetária*" (1943) e "*Rumos de política econômica*" (1945), nos quais advogava o rígido controle inflacionário, a atração de capitais externos, a igualdade de tratamento destes em relação ao capital nacional e a eliminação da restrição da remessa de lucros ao exterior. Era um árduo defensor da vocação agrícola brasileira e da continuidade do modelo primário-exportador.[90]

[90] Seu principal antagonista era o industrial Roberto Simonsen, entusiasta da planificação econômica e do desenvolvimento industrial. Gudin politicamente alinhado à União Democrática Nacional (UDN) e chegou a ser ministro da Fazenda durante o curto governo de João Café Filho (1954-1955), implantando uma política monetarista ortodoxa. Crítico ferrenho do governo Goulart, defendeu a sua deposição em vários artigos na imprensa.

Discípulo ideológico de Eugênio Gudin, o diplomata e economista Roberto Campos (1917-2001) era um crítico voraz da Política Externa Independente (PEI) e dos rumos do governo João Goulart, tendo se afastado do governo em sua fase final. Apoiador do golpe de 1964, Campos tornou-se um dos principais formuladores da política econômica do governo Castelo Branco. Era o símbolo da figura do tecnocrata a serviço do projeto conservador e autoritário dos militares. Em suas obras *A Técnica e o Riso* (1967) e *Do Outro Lado da Cerca* (1968), Campos expunha as suas ideias acerca da necessidade de alinhamento com os Estados Unidos e de apoio à abertura às empresas multinacionais. Embora discípulo das ideias liberalizantes de Gudin quanto ao controle dos gastos públicos e da inflação, Campos acreditava na importância do planejamento econômico para suprir a debilidade da iniciativa privada e modernizar o país. Era partidário, portanto, de um modelo econômico que compatibilizava o Estado forte, o capitalismo nacional e as multinacionais.

As reformas econômicas, administrativas e institucionais do governo Castelo Branco (1964-1967), analisadas por Fernando Henrique Cardoso em sua **"*O Modelo político brasileiro e outros ensaios*"** (1972), potencializaram a integração da economia brasileira nas cadeias internacionais de produção e finanças, numa combinação de ortodoxia econômica e de alinhamento diplomático automático aos Estados Unidos. Os governos seguintes, de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) teriam ampliado a presença das Forças Armadas na ocupação de cargos estratégicos na estrutura administrativa, buscando ainda privilegiar setores da burguesia nacional que se viram excluídos dos primeiros anos do novo arranjo político-econômico. Cardoso ressalta que "o *paternalismo* do marechal-presidente ou seus *impulsos populistas*" direcionaram a política econômica para um viés mais expansionista, mas não interferiram na direção dada de burocratização autoritária do poder. No que toca às Forças Armadas, seu principal objetivo era o fortalecimento do Estado e a garantia da segurança nacional, já que não havia choque entre a dominação tecnoburocrática sob controle militar e o crescimento econômico acelerado (CARDOSO, 1977: 79-80).

O êxito do modelo econômico da ditadura levou a uma grande aceitação do regime e ao fracasso da opção revolucionária. O Milagre Econômico (1968-1973) proporcionou enorme expansão dos investimentos, do parque industrial, das classes médias e do consumo, com a cooptação de grande parte da sociedade pela mística de um *Brasil Potência*. Na obra **"*Autoritarismo e Democratização*"** (1975), Fernando Henrique Cardoso reconhece a contribuição do regime militar para a modernização da economia, de uma classe média e de uma classe operária no país. Ao adentrar o quadro internacional no qual se insere a problemática

do autoritarismo e da democratização no Brasil, Cardoso aborda o tema da *deténte* da Guerra Fria na década de 1970 para a demonstrar o enfraquecimento das bases de sustentação externa dos governos autoritários latino-americanos.

> Não sou especialista na matéria e não quero aventurar-me além do razoável em hipóteses. Mas não terão sido a bomba atômica chinesa, a mobilização nas fronteiras sino-soviéticas, a busca da *entente* russo-americana que deram o sinal de que a geopolítica cabocla estava errada em sua concepção estratégica?

No capítulo VII de "***Autoritarismo e Democratização***" (1975), Fernando Henrique Cardoso aborda a política externa dos governos militares. Ao tratar das diretrizes diplomáticas dos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), afirma que "o Brasil parece ter seguido simultaneamente *duas políticas, nem sempre coerentes*". De um lado, mantinha o *alinhamento tradicional* com o *Ocidente ideológico e militar*, no bojo das "*fronteiras ideológicas*", do "pacto do Atlântico Sul", da defesa do regime colonial de Portugal e de golpes militares na América do Sul; de outro, a perseguia a "*independência externa*", com posturas mais autonomistas nas áreas nuclear, ambiental e de alinhamento com os países do Terceiro Mundo. O "*realismo pragmático*" foi exercido, sendo Cardoso, à medida em que "a Chancelaria brasileira passou a *atuar com mais sutileza*" na defesa dos interesses estratégicos do Estado brasileiro, especialmente no governo Médici (CARDOSO, 1975: 227-28). Dessa forma,

> se partirmos de uma concepção de política internacional na qual a *conveniência armada* e a *pluralidade ideológica* são aceitas, embora dentro dos limites e das áreas de influência das grandes potências, como justificar que a teoria da segurança nacional se baseie na mobilização ideológica contra o *inimigo externo encapuçado de opositor interno*, e na perseguição implacável dos opositores, inspirada na ótica de adesão total? (CARDOSO, 1975: 228)

A literatura sobre política externa brasileira e pensamento diplomático brasileiro registra a inflexão na política externa do regime a partir dos governos Costa e Silva e Garrastazu Médici (ALMEIDA, 1998; VIZENTINI, 1998; CERVO E BUENO, 2014; RICUPERO, 2017). Foram retomadas algumas das linhas-mestras da Política Externa Independente (PEI) já enraizadas no pensamento diplomático do Itamaraty, como a busca de maior autonomia em relação aos Estados Unidos, a ênfase no desenvolvimento, o multilateralismo e a diversificação de parcerias (RICUPERO, 2017: 488). No ensaio "*Uma Teoria de Política Internacional para o Brasil*"

(1971), o embaixador João Augusto de Araújo Castro, um dos principais pensadores da política externa brasileira na década de 1970, resume essa mudança de paradigma ao afirmar que a diplomacia do Brasil tinha por objetivo precípuo a remoção de "quaisquer obstáculos que possam oferecer-se contra o seu pleno desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, contra a preservação de sua herança cultural e de sua identidade nacional, como país soberano, e contra a afirmação e crescimento de seu poder nacional". O "périplo africano" do chanceler Mário Gibson Barbosa e a ampliação do Mar Territorial para 200 milhas no governo Médici exemplificam esses novos rumos internacionais (CASTRO, 1971 *apud* AMADO: 1982, 2016)

A reorientação da política externa para um comportamento internacional mais autonomista e focado na busca de meios para a promoção do desenvolvimento econômico se aprofundou ainda mais no governo Ernesto Geisel (1974-1979), com a diplomacia do "*Pragmatismo Responsável e Ecumênico*" levada a cabo pelo chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. A maior ousadia no delineamento dos objetivos externos do país se traduziria em ações concretas, como o abandono do tradicional alinhamento com Portugal, no reconhecimento das independências das antigas colônias portuguesas, no reconhecimento da China comunista, na aproximação com a Europa Ocidental e Japão, na negociação do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e no rompimento unilateral de um acordo militar com os Estados Unidos (SPEKTOR, 2010).

Essa nova realidade diplomática mostrava que havia brechas internacionais para a afirmação de uma potência média como o Brasil no sistema internacional e que os condicionantes externos da instalação de um regime autoritário no país se dissipavam, ameaçando a legitimidade do regime. O argumento central do livro **"*Autoritarismo e Democratização*"** (1975) surgiu neste contexto de mudança do cenário externo. Na perspectiva de Cardoso, existia uma contradição entre a realidade mundial e a ideologia de segurança nacional brasileira. A questão era a definição de qual era o inimigo e que ameaças projetava sobre o regime político. O sociólogo mostra que a visão de mundo dos governos autoproclamados revolucionários na América Latina "fez água", pois a realidade dos anos 1970 apontava na direção de um arrefecimento da luta ideológica. A visita do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon (1969-1974) à China e as negociações entre EUA e Vietnã do Norte para pôr termo à Guerra do Vietnã exemplificam a distensão em voga naquele começo de década. Consequentemente, a guerra interna travada pelos regimes militares era "um pretexto para *manter arranjos políticos autoritários* e para dar lugar a *cavalheiros de má catadura* cuja prática repressiva alimenta o *único trunfo que jogam*, numa espécie de *motu* contínuo".

Internamente, por sua vez, a mobilização política ainda era pequena, dado o grau de desarticulação política das oposições, a apatia dos setores populares e a adesão da burguesia empresarial e das classes médias à euforia do Milagre Econômico (CARDOSO, 1975: 229). Assim, do ângulo internacional,

> Já não existem bases externas para apoiar transformações políticas concebidas nos estritos termos militares anteriores. Sobraram, entretanto, os regimes autoritários e repressivos que condicionam a vida política a partir da situação anterior e impedem os movimentos de massa e a ampliação da participação política. Existe, nesse caso, uma situação de anacronismo. Será que este anacronismo, redefinido, é indispensável às classes dominantes? Ou num dado ponto pode haver coincidência tática de interesses em sua eliminação? (CARDOSO, 1975: 230)

O pensamento de Cardoso teve grande impacto e penetração nos EUA ao longo da década de 1970, especialmente nos círculos políticos anti-establishment e liberais que faziam análises e propunham alternativas para a América Latina. Fernando Limongi, no artigo "*Fernando Henrique Cardoso: Teoria da Dependência e Transição Democrática*" (2012), assinala a contribuição do pensamento de Cardoso em economistas como Nouglass North e Daron Acemoglu e James Robinson, que buscam entender o desenvolvimento econômico à luz das trajetórias políticas e institucionais das nações (LIMONGI, 2012: 192). No ensaio "*O Consumo da Teoria da Dependência nos Estados Unidos*" (1976), apresentado em conferência na *Latin American Studies Association* (LASA), em Atlanta, incluído na coletânea ***"As Ideias e seu Lugar"*** (1980), procura analisar como os intelectuais dos EUA recepcionaram o pensamento dos dependentistas. O artigo se inicia com a referência à obra "*Capitalism and Devolopment in Latin America",* de André Gunder Frank, que teve grande repercussão nos meios marxistas e keynesianos norte-americanos. Frank havia realizado sua formação doutoral na Universidade de Chicago, tinha algum trânsito intelectual e dominava a língua inglesa. Embora a tese sobre o dualismo agrário de Frank fosse estimulante, Cardoso argumenta que havia autores anteriores no Brasil, como Caio Prado Júnior, em "*Formação do Brasil Contemporâneo*" (1942), que haviam invalido a tese etapista do Partido Comunista, mostrando a inexistência do feudalismo na América Latina.

Outra distorção na leitura da teoria da dependência nos EUA, segundo Cardoso, se reportava à conexão entre as estruturas políticas, econômicas e sociais das nações dependentes

e o capitalismo internacional (CARDOSO, 1980: p. 94). Cardoso mostra que os estudos sobre a dependência nos EUA sofreram uma influência local, com preocupações com as formas de ajuda internacional, a interferência da política externa norte-americana na América Latina e a influência "maquiavélica" das multinacionais. Deriva desse fato o interesse por análises que priorizam o "externo" sobre o "interno", reduzindo ou eliminando a dinâmica interna das sociedades dependentes. Cardoso critica as interpretações que trouxeram miscelâneas de citações de trabalhos de Gunder Frank e de Theotônio dos Santos, sem diferenciar conceitos, resumindo-as em uma "*totalidade concreta*" sem "*proposições formalizáveis e testáveis*". Argumenta ter sido reticente no emprego do termo "teoria da dependência" diante do temor de que a "*tentação gloriosa* de construir uma teoria" fosse inútil. Alguns especialistas norte-americanos cobraram, outrossim, uma "*coerência interna*" e hipóteses para testar a teoria da dependência, algo que exigiria uma reformulação com conceitos e variáveis precisos. O viável, segundo Cardoso, era tentar buscar diferentes graus de dependência e de autonomia, sem generalizar situações (CARDOSO, 1980: 97-99).

Entre 1975 e 1976, Fernando Henrique Cardoso foi professor-visitante do *Institute of Advanced Studies*, em Princeton, a convite do economista Albert Hirschman (1915-2012), que tinha um amplo conhecimento da temática do desenvolvimento latino-americano.[91] Sua obra "*Strategy of economic development*" (1958), de grande impacto, enfatizava a necessidade de fomento ao desequilíbrio para o estímulo ao crescimento em países sem capacidade ou com limitações estruturais para impulsionar o crescimento econômico. A chave para o crescimento, observava Hirschman, era uma estratégia de desenvolvimento centrada na concentração de investimentos em setores com maior capacidade multiplicadora, conforme as possibilidades financeiras e tecnológicas disponíveis. Ao seu ver, tal caminho geraria "encadeamentos" que seriam sentidos em toda a cadeia produtiva.

Ainda intelectualmente ligado ao marxismo, Cardoso já era um sociólogo de renome internacional que direcionava os seus interesses para temas mais amplos, como participação política, redemocratização e marginalidade social. Em 1976, em uma nova etapa de sua

[91] De origem alemã, Hirschman emigrou para França com o advento do regime nazista. Fez sua formação na Universidade de Paris (Sorbonne), doutorando-se pela Universidade de Trieste, na Itália. Teve intensa participação intelectual e política nos movimentos de resistência ao fascismo. Transferiu-se os Estados Unidos na década de 1940, onde trabalhou na Universidade da Califórnia (Berkeley) e serviu no Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Atuou como Chefe da Seção Europeia do Federal Reserve (FED), o Banco Central dos Estados Unidos, ajudando na elaboração do Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental, e assessorou o governo da Colômbia na década de 1950. Foi professor em Yale, Columbia, Harvard e no *Institute for Advanced Study* em Princeton, onde se fixou.

projeção internacional, foi convidado para ocupar a *"The Simón Bolívar Chair in Latin American Studies*" na Universidade de Cambridge (Reino Unido). Criada em 1968, a cátedra era financiada por um fundo do governo da Venezuela com o propósito de atrair, a cada ano, um intelectual latino-americano de renome para a Universidade. O ocupante da cátedra tinha liberdade para o desenvolver o curso de sua predileção e se associava aos trabalhos do *Centre of Latin American Studies*. A cadeira havia sido ocupada por outros renomados intelectuais como o mexicano Octavio Paz (1969-1970) e pelo o brasileiro Celso Furtado (1973-1974).[92] Seu curso em Cambridge, entre 1976 e 1977, abordava o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Na Inglaterra, circulou por diversas universidades e grupos que estudavam o Brasil. No período inglês, fez ainda viagens para a França, onde participou de seminários no *Institut d´Études sur le Développement Économique* (IEDES) da Universidade de Paris.

Cardoso intensificou a defesa da redemocratização brasileira em suas atividades acadêmicas no exterior, como membro de várias organizações acadêmicas com forte interlocução política.[93] Isso aumentou a sua visibilidade acadêmica internacional nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina em um momento de mudança na política externa norte-americana com a chegada do presidente democrata Jimmy Carter à Casa Branca, em 1977. O distanciamento político do governo Carter em relação à ditadura então liderada pelo general Ernesto Geisel tornou a ditadura brasileira um alvo constante da política de direitos humanos e de distanciamento das ditaduras latino-americanas do Departamento de Estado. Por um lado, o câmbio diplomático dos Estados Unidos na direção de uma política humanista criou sérios atritos com o governo brasileiro; por outro, deu visibilidade internacional e força política às oposições.

[92] Nos anos seguintes, a Simón Bolivar Chair in Latin American Studies foi ocupada por intelectuais como Mario Vargas Llosa (1977-1978), Carlos Fuentes (1986-1987) e Guillermo O'Donnell (2002-2003),

[93] Nos períodos como professor-visitante no exterior na década de 1970, Cardoso engajou-se em diversas instituições acadêmicas e de políticas públicas, como membro associado ou em cargos de *direção: Comitê Latino-Americano do Social Science Research Council - Latin American Program*, no *The Wilson Center* (Estados Unidos); *Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población* (México); *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO) e *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (CEDES), na Argentina; *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) e *Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamerica* (CIEPLAN), no Chile. Juntamente com o economista Ignacy Sachs, criou a International *Foundation for Development Alternatives* (IFDA), existente entre 1976 e 1993, na Suíça (LEONI, 1997: pp, 186-187). Entre 1978 e 1982, Cardoso ocupou *a vice-presidência da International Sociological Association* (ISA).

5.4. A diversificação do pensamento internacionalista

A segunda metade da década de 1970 marca uma inflexão no pensamento internacionalista de Cardoso, com a incorporação de temáticas mais amplas: a integração regional, o meio ambiente, os direitos humanos, a democratização das organizações internacionais, a mudança do modelo de desenvolvimento, a união das nações do Terceiro Mundo. Tais reflexões vieram à tona em um contexto de crise econômica e energética, com as repercussões do primeiro e do segundo choques do petróleo (1973-74 e 1979-81), que impactaram profundamente as economias ocidentais (inclusive as latino-americanas). No plano multilateral, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972, da qual resultou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, inseriu na agenda internacional a conexão da agenda ambiental com os conflitos armados, gestão de ecossistemas, poluição, desperdícios de recursos, mudanças climáticas e governança ambiental.

Na obra **"As Ideias e seu Lugar**" (1980), Fernando Henrique Cardoso retoma à temática da dependência com uma nova roupagem, menos teórica e mais ligada aos desafios políticos internos e internacionais. Seus interesses intelectuais já eram indissociáveis de suas pretensões políticas de influenciar, de dentro da política institucional, o processo de redemocratização brasileiro. As temáticas se ampliam: modelo político, mudanças econômicas estruturais, distribuição de renda, eleições, emergência da sociedade civil, participação política. No artigo "*Por um Outro Desenvolvimento*", de 1979, incluído nesta coletânea, Cardoso aborda as a crise da civilização industrial após os choques do petróleo. As questões do desperdício de recursos naturais, da poluição do meio ambiente, da criminalidade, das drogas e da insegurança, na visão de Cardoso, seriam preocupações comuns aos países ricos e pobres. Segundo Cardoso, "a civilização industrial contemporânea criou, de fato, as bases materiais para a igualdade com decência ao elevar os patamares mínimos de acumulação que *já estão à disposição dos homens*, tecnicamente falando" (CARDOSO, 1980: 116). Cardoso mostra que a tentativa dos países de Terceiro Mundo de emular o modelo tecnológico-industrial dos países centrais como caminho único para o crescimento a manutenção da integridade nacional fracassou com o episódio da Guerra do Vietnã, no qual um país periférico e pobre, destituído de um moderno exército ou de um complexo industrial derrotou, com apoio popular, a maior potência militar do planeta. Assim, prossegue Cardoso, houve um grande abalo na consciência de que a via única industrializante poderia levar ao desenvolvimento sem provocar danos sociais e ambientais.

Cardoso reconhece a importância de algumas experiências de cooperação internacional e dos programas e ações das Nações Unidas como um espaço de intercâmbio de experiências e de opiniões entre especialistas acerca dos problemas globais. Num espectro mais amplo, porém, observa o fracasso do sistema de cooperação internacional, com a reafirmação de um modelo econômico predatório (CARDOSO, 1980: 122). E assinala a necessidade de uma ordem internacional capaz dar voz à pluralidade das vozes da sociedade civil (consumidores, trabalhadores, mulheres, minorias étnicas e religiosas, moradores das periferias), não apenas dos governos. Mesmo sendo utópica a possibilidade de abolição das desigualdades econômicas e políticas entre as nações, Cardoso defende o fortalecimento de grupos com o G-77 e o Movimento dos Países Não-Alinhados, bem como de organizações regionais, como o Sistema Econômico Latino Americano (SELA), e de organizações temáticas, como a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Isso tornaria os fóruns internacionais mais plurais, democráticos e representativos.

No mesmo ensaio, Cardoso defende o estudo das experiências dos países do Terceiro Mundo no enfrentamento de situações concretas e na elaboração de políticas aplicadas. Entretanto, reconhece as limitações do conceito de Terceiro Mundo, expressão utilizada para designar uma grande variedade de países com diferentes experiências históricas, graus de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e realidades sociais. Assim, a pretensão de se buscar "um *marco único* às aspirações e possibilidades destes países significaria *repetir o mesmo erro cometido no passado*, quando neles se procurou reproduzir a experiência dos países industrializados", grifos nossos (CARDOSO, 1980: pp. 122-123). Cardoso ilustra com as diferentes realidades das sociedades do Sul e do Sudeste asiáticos, com diferentes concepções de igualdade, sistema político, bem-estar, cultura, desenvolvimento e autonomia. Assim, o reconhecimento das dificuldades que vivenciam os países do Terceiro Mundo, em sua busca pelo desenvolvimento, autonomia e liberdade "*não implica inação ou desespero*", pois embora sejam "*diferentes os caminhos, as metas básicas são as mesmas*" (CARDOSO, 1980: pp. 123-125).

Após a sua primeira experiência eleitoral, como candidato a senador nas eleições legislativas de 1978, na qual não se elege, Fernando Henrique Cardoso retomou as atividades docentes no exterior e assumiu, em 1980, a presidência do CEBRAP. A mais importante conquista internacional foi a presidência da *International Sociological Association* (ISA), no período 1982-1986. A presidência da ISA coincidiu com a ida de Cardoso para o Senado Federal, em 1983, ocupando a cadeira vaga com a vitória do titular, Franco Montoro, nas

eleições para o Governo do Estado de São Paulo. Criada em 1949, a ISA era uma organização não-governamental dedicada a reunir sociólogos e associações nacionais de sociólogos em diferentes continentes, mantendo um pluralismo de áreas de pensamento, abordagens teóricas e ideologias. A ISA participava do *International Social Science Council*, mantendo relações estreitas com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e com o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC).[94] Do primeiro presidente, o norte-americano Louis Wrth, até o brasileiro Fernando Henrique Cardoso, a *International Studies Association* (ISA) havia sido presidida por três sociólogos norte-americanos, dois britânicos, um francês, um alemão, um sueco e um polonês. Nesse sentido, Cardoso foi o primeiro sociólogo de um país do chamado "Terceiro Mundo" a assumir o comando dessa instituição mundial. Após sua gestão, sucederam-se outros três norte-americanos, um francês, um italiano e um polonês. Depois de Cardoso, somente outros dois presidentes tiveram origem em países em desenvolvimento: o indiano T.K. Oommen (1990-1994) e o libanês Sari Hanafi, atual presidente.

Cardoso também participou de vários comitês científicos na América Latina e na Europa, onde desenvolveu atividades políticas paralelas, ampliando sua rede de contatos internacionais. Entre 1980 e 1982, integrou o *Inter-American Dialogue*, (Washington), o *Centro Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo* (Roma) e a *World Association for International Relations* (Atenas).Apesar da aproximação do mundo anglo-saxônico na década de 1970, que resultou na permanência em Stanford, Princeton e Cambridge, Fernando Henrique Cardoso mantinha estreitos laços com a intelectualidade francesa e com a realidade política do mundo europeu continental. Em 1981, promoveu uma série de 11 conferências no *Collège de France* sobre a emergência do Terceiro Mundo, a convite do filósofo Michel Foucault (1926-1984), que chegou a convidá-lo para ocupar um cargo de professor permanente na instituição. Cardoso recusou o convite para se mudar para a França, optando por permanecer no Brasil, já que nutria ambições políticas de ocupar a cadeira de senador de Franco Montoro, em caso de suplência. Torna-se ainda diretor de pesquisa associada da *Maison des Sciences de l'Homme, École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Ainda nesse ano, foi professor-visitante do Departamento de Sociologia da Universidade da California, em Berkeley, Estados Unidos, explicando transição democrática brasileira.

[94] Suas conferências mundiais (*World Congress*) ocorriam a cada quatro anos, entrecortadas por reuniões temáticas e regionais menores. O Brasil foi um dos fundadores da ISA, por ser um dos países pioneiros em organizar associações de sociólogos. A principal publicação era a revista "*Current Sociology*", criada em 1952, à qual se somou, em 1986, a "*International Sociology*".

Quadro 4:

Presidentes da International Sociological Association (ISA)

Período	Presidente	Origem
1949–1952	Louis Wirth	EUA
1953–1956	Robert C. Angell	EUA
1956–1959	Georges Friedmann	França
1959–1962	Thomas Marshall	Reino Unido
1962–1966	René König	Alemanha Ocidental
1966–1970	Jan Szczepański	Polônia
1970–1974	Reuben Hill	EUA
1974–1978	Thomas Bottomore	Reino Unido
1978–1982	Ulf Himmelstrand	Suécia
1982–1986	Fernando Henrique Cardoso	Brasil
1986–1990	Margaret Archer	Reino Unido
1990–1994	T.K. Oommen	Índia
1994–1998	Immanuel Wallerstein	EUA
1998–2002	Alberto Martinelli	Itália
2002–2006	Piotr Sztompka	Polônia
2006–2010	Michel Wieviorka	França
2010–2014	Michael Burawoy	EUA
2014–2018	Margaret Abraham	EUA
2018–2022	Sari Hanafi	Líbano

Fonte: https://www.isa-sociology.org/en

Cardoso também participou de vários comitês científicos na América Latina e na Europa, onde desenvolveu atividades políticas paralelas, ampliando sua rede de contatos internacionais. Entre 1980 e 1982, integrou o *Inter-American Dialogue*, (Washington), o *Centro Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo* (Roma) e a *World Association for International Relations* (Atenas).Apesar da aproximação do mundo anglo-saxônico na década de 1970, que resultou na permanência em Stanford, Princeton e Cambridge, Fernando Henrique Cardoso mantinha estreitos laços com a intelectualidade francesa e com a realidade política do mundo europeu continental. Em 1981, promoveu uma série de 11 conferências no *Collège de France* sobre a emergência do Terceiro Mundo, a convite do filósofo Michel Foucault (1926-1984), que chegou a convidá-lo para ocupar um cargo de professor permanente na instituição. Cardoso recusou o convite para se mudar para a França, optando por permanecer no Brasil, já que nutria ambições políticas de ocupar a cadeira de

senador de Franco Montoro, em caso de suplência. Torna-se ainda diretor de pesquisa associada da *Maison des Sciences de l'Homme, École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Ainda nesse ano, foi professor-visitante do Departamento de Sociologia da Universidade da California, em Berkeley, Estados Unidos, explicando transição democrática brasileira.

Em 1982, foi publicada a coletânea **"*O novo socialismo francês e América Latina*"**, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Hélgio Trindade, que reflete sobre a "onda socialista" na Europa após a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais na França, em um contexto de crise mundial. O livro traz artigos de Cardoso, Trindade, Celso Furtado, Gerges Lavau, Pascal Perrineau, Alain Rouquié e Alain Touraine. Cardoso indaga, em seu ensaio "*A América Latina e o socialismo na década de 1980*", que a vitória de Mitterrand poderia fortalecer as correntes socialistas no continente, servindo de modelo político para a implementação de reformas democráticas: "até que ponto cabe imaginar, hoje, que uma transformação como a ocorrida na França poderá ter influência sobre *les pays de la-bas*?"Os desafios postos a Mitterrand, na visão de Cardoso, eram dois: que tipo de socialismo seria implementado e que impacto teria na inserção francesa no mundo.

> Não faço a pergunta na posição de que a França como polo de atração cultural haja perdido a influência ou de que soluções políticas próprias, por mais atraentes que possam ser, hajam substituído não apenas o mimetismo cultural, especialmente nas esquerdas, mas até a porosidade das elites e das massas norte-americanas para desenvolver as influências externas (CARDOSO E TRINDADE, 1982: 17).

Cardoso mostra as três perspectivas orientadoras das esquerdas latino-americanas entre o final da década de 1970 e fim da década de 1980: (i) A Revolução Cubana de 1959 e o regime implementado na ilha por Fidel Castro; (ii) a "*transição para o socialismo*", no governo de Salvador Allende (Unidade Popular", no Chile, entre 1970 e 1973; (iii) a experiência recente da Frente Sandinista da Nicarágua, com a derrubada da ditadura de Somoza. Menciona ainda os fracassos das experiências guerrilheiras na Bolívia, Venezuela, Peru, Colômbia e Brasil, bem como do movimento dos *montoneros* na Argentina e dos *tupamaros* no Uruguai. Cita ainda experiência peruana autoritária de viés nacionalista e socializante, revertida na segunda metade dos anos 1970. Dadas as derrotas das experiências socialistas mencionadas, exceto a de Cuba, restaria a via castrista, que divide as esquerdas entre os simpatizantes da experiência de governo de Fidel Castro, ressaltando as conquistas igualitárias e sociais, e os seus críticos, que apontam

a falta de mecanismos de participação e a ausência de liberdades fundamentais (CARDOSO, 1982: 18).

> Pasma mais ainda que diante desse descontentamento a *intelligentsia* local (com contadas exceções) se limite a repetir o estio de questionamento teórico originado na tradição marxista ocidental. Quando não o debate se amesquinha ao nível de uma defesa do nacional-populismo, que se produz algum casamento mais feliz com o marxismo (...), ou se pôde colocar questões pertinentes quanto ao papel das classes médias e do anti-imperialismo (...), em geral termina engolfado pela oposição latente entre o nacional (pensado como Estado, inclusive Forças Armadas) e o popular, jamais pensado como algo concreto e, portanto, sempre frágil diante da crítica dos que em nome da classe (em geral operária) jogam todo pensamento nacional-populista no desvio de uma posição meramente capitulacionista diante das verdadeiras tarefas da revolução (CARDOSO, 1982: 18)

Em outras palavras, Cardoso mostrava os limites das propostas políticas que pretendiam implantar o socialismo e promover transformações sociais revolucionárias na América Latina. Apesar de o pensamento de esquerda ter influenciado grupos e movimentos políticos nos países latino-americanos entre 1930 e 1980, Cardoso nota que "em nenhum foi possível reequacionar a *questão nacional*, a *questão popular* e *a questão democrática* diante da etapa de desenvolvimento social e econômico criada com a internacionalização do sistema produtivo, com a industrialização de alguns países latino-americanos ou, numa palavra, da oligopolização das economias locais, viabilizada pela presença ativa das empresas multinacionais, pela ação das empresas estatais e pela integração das burguesias locais às forças oligopólicas dominantes" (CARDOSO, 1982: 19).

Antecipando um debate que ocorreria no final da década de 1980, no momento de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e da polarização político-ideológica posterior com o Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Henrique Cardoso assinala as limitações das fórmulas "bolchevique" e "socialdemocrata" na América Latina, pois ambas "*supõem uma extensão, um peso e um grau de organização e de autonomia das classes trabalhadoras frente ao Estado e às classes dominantes que não se vêem no cotidiano deste continente*". Nesse sentido, Cardoso aponta mostra que os desafios dos socialistas franceses eram semelhantes aos dos países latino-americanos: implementar um programa socialista em

um contexto de crescente internacionalização econômica e de transformação produtiva que restringia o poder do Estado, do empresariado nacional e do movimento operário. Cardoso traça um paralelo entre a situação política francesa e a cena política brasileira após a volta do multipartidarismo, em 1980: "*se não formos capazes de entender que as formas estatais e partidárias (quaisquer que sejam) tendem a esmagar o componente de espontaneidade da sociedade e a autonomia dos movimentos sociais, arriscamo-nos a cair no burocratismo*" (CARDOSO, 1982: 27). Dessa forma, o

> Estado e os partidos são necessários para a organização da ação coletiva. Isto é mais óbvio ainda nos países dependentes (onde a questão nacional se impõe) e pobres (onde a questão social prima). Pensar, entretanto, que eles dirigirão, serão hegemônicos, na condução do processo político, sem contrapesos, leva-nos ao risco, sempre iminente, do totalitarismo (CARDOSO, 1982: 28)

Esses desafios seriam comuns tanto à França quanto à América Latina. A influência ideológica e as escolhas partidárias internas e governamentais dos socialistas franceses seriam fundamentais para as forças políticas da esquerda latino-americanas. A crítica ao modelo político e ideológico propugnado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, está implícita em suas observações. Cardoso acreditava que a sociedade civil era um ator político poderoso, capaz de exercer grande pressão política sobre o Estado, mas incapaz de conviver com um sistema político monolítico e sob a tutela de um partido político apenas (CARDOSO, 1982: 29-30). Essa reflexão ajudaria a explicar o motivo de não ter aderido ao projeto de criação do PT, ao contrário de vários de seus amigos e colegas acadêmicos.

5.5. A "questão nacional" nas reflexões de Cardoso

Em um rico debate intelectual entre Fernando Henrique Cardoso e seu colega de CEBRAP Francisco Weffort, antigo aluno no Departamento de Sociologia da USP, nota-se o desejo de integrar tópicos antes tratados separadamente, como desenvolvimento, inserção internacional, classes e nação (DULCI, 2010: p. 107). Em "*A Nação e seu labirinto: a "dependência e o desencontro entre a democracia e a Nação*" (2001), Pedro Henrique de Souza Otoni mostra como os conceitos de desenvolvimento, democracia e Nação influenciaram no pensamento intelectual e na dinâmica política nacional nas décadas de 1970 e 1980. Segundo Otoni, as análises sobre a dependência (a "*marxista*" e a "*weberiana*" se fizeram desconectadas

da questão nacional, não buscando "*a convergência entre a edificação de um ideário de democracia econômica e política e a afirmação de um projeto de desenvolvimento nacional e soberano*". Segundo o autor, o desencontro entre desenvolvimento, democracia e Nação teria implicações relevantes no processo de reorientação política e ideológica das forças políticas brasileiras após a redemocratização, na década de 1980 (OTONI, 2011: 9).

O debate intelectual entre Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort acerca do alcance da teoria da dependência marca a primeira grande divergência dentro do CEBRAP. A polêmica foi iniciada com a exposição "*Notas sobre a Teoria da dependência: teoria das classes ou ideologia nacional?*", de Weffort, realizada no II Seminário Latino-Americano para o Desenvolvimento, ocorrido em Santigo do Chile e promovido pela *Faculdad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO), em 1970. Em sua apresentação, Weffort argumentou que o diferencial de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), de Cardoso e Falleto, era "amarrar" as relações internas e externas, mostrando a combinação dos sistemas político e econômico desde a formação da nação. Weffort reconhece que Cardoso e Falleto refutam as teorias dualistas acerca da necessidade de transplantação de modelos europeus ou norte-americanos para o desenvolvimento latino-americano, mas pondera que sua concepção não rompia com a visão cepalina de que o desenvolvimento capitalista era a melhor alternativa para a região. Weffort ressalta que a importância

Francisco Weffort observa que a análise de Cardoso e Falleto (1969) tinha efeitos teóricos limitados ao pressupor que a autonomia política, no momento de constituição da nação, não seria limitada pelos laços de dependência econômica existentes. Ou seja, sem autonomia econômica, como seria possível conceber a independência política? Weffort (1970) argumenta que o conceito de dependência havia se difundido na América Latina como instrumento de explicação do subdesenvolvimento, ajudando a iluminar as relações entre os grupos internos e entre estes e as forças imperialistas. Tendo em vista a dualidade entre "*relações internas e relações externas*", as análises tradicionais vinculavam o "*externo*" à dependência da nação e o "*interno*" às relações de dependência ou de subordinação entre as classes. Weffort afirma que não estava claro se Cardoso e Falleto enfocavam as relações entre as classes sociais ou a formação da nação. Dessa forma, "*dependência interna*" e "*dependência externa*" tornar-se-iam variáveis separadas. Por esse motivo, sustenta que a teoria da dependência frustrou as expectativas que ela própria criou de tentar explicar o imperialismo do ângulo da periferia (WEFFORT, 1970).

As críticas eram dirigidas à ruptura de Cardoso e Falleto com a problemática nacional, seja o nacionalismo de corte desenvolvimentista, seja o comunista ou proletário. Otoni observa que o discurso liberal e democrático de Cardoso, além de refratário ao estatismo autoritário, seria dissociado da "questão nacional". A desvinculação de uma análise da dependência do "registro" é problemática, pois "o espaço da Nação existe, mesmo que de forma ideológica, porque a ideologia não é uma abstração, pertence ao código subjetivo de uma terminada sociedade" (OTONI, 2011: 147-48). Em réplica ao trabalho de Francisco Weffort no mesmo Seminário, Cardoso afirma que não substituiu uma enteléquia (imperialismo) por outra (dependência), mas mostrou que a dinâmica específica dos países dependentes era parte constitutiva da evolução capitalista. Para Cardoso, Weffort possui uma visão conceitual e teórica da dependência dissociada da estruturação histórica dos Estados nacionais e da sua conexão com o sistema capitalista mundial, em suas diferentes fases.

Em "***O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios***" (1972), Cardoso reafirma que o conceito de dependência não deve ser totalizante. Era possível, segundo o sociólogo, existir uma "teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, *não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional*" (CARDOSO, 1977: 128). Assim,

> com a noção de dependência, não se pode (nem se desejou) substituir a análise de classes pela de nações, mas a disjuntiva não é correta porque alude a conceitos cujo estatuto teórico é desigual. Precisamente o que se pretendeu foi que mostrar que concretamente, isto é, sem apelar para as contradições gerais e determinadas das ideias abstratas de classe, nação, Estado ou imperialismo, a contradição entre as classes, nos países dependentes, *passa* por uma contradição nacional e se insere no contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados nacionais (CARDOSO, 1977: 130).

A solução proposta por Weffort para a oposição classe-nação, segundo Cardoso, era insustentável: "nem a nação foi por nós concebida como princípio teórico explicativo, nem se colocou qualquer questão nacional ou de dependência em geral". Cardoso ressalta que a abordagem de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969) particularizou "situações de dependência", mostrando as conexões entre o interno e o externo (CARDOSO,

1977: 131).[95] Segundo Cardoso, a perspectiva da nação e o foco exclusivo no Estado nacional haviam perdido o significado como objeto de estudo, pois em termos teórico-metodológicos, "seria uma volta atrás, num ensaio que caracteriza situações de dependência, insistir nas contradições gerais entre relações de produção e relações de classe, como pretende Weffort, sem mostrar que elas se articulam, ainda hoje, através do Estado e da nação" (CARDOSO, 1977: 131).

Na obra "*A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*" (1975), Florestan Fernandes concorda com a análise de Cardoso e Falleto. Fernandes mostra que a revolução burguesa no Brasil seguia uma trajetória própria, associada à dependência e ao autoritarismo. Assim como havia feito em "*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*", Fernandes buscava uma explicação sociológica ou típico-ideal para o "*burguês*" e o "*espírito burguês*" capazes de instaurarem, juntos, uma ordem capitalista competitiva. Mostrava, contudo, que a formação dessa classe social não se arredava dos fundamentos escravistas e patrimonialistas da história brasileira. Embora evocasse ideias liberais, nacionalistas e socializantes, a essência político-ideológica da burguesia brasileira era "*autocrática"*, aprimorando os mecanismos de dominação e desmobilizando movimentos democratizantes. Assim, o Estado nacional e a ordem social constituídas após a independência eram liberais apenas em seus fundamentos formais. Florestan Fernandes reconhece as particularidades do processo de desenvolvimento periférico, mas se afasta de Cardoso e Falleto ao lamentar as oportunidades perdidas para alavancar as transformações que apenas uma revolução nacional e socialista seria capaz de deslanchar (FERNANDES, 1975).

Otoni (2011) argumenta que a "questão nacional", para a geração de estudos sobre o fenômeno da dependência à qual pertencia Fernando Henrique Cardoso, camuflava interesses de uma classe que se arrogava em defensora do interesse de toda a Nação. Na teorização de Cardoso e Falleto, as determinantes históricas e estruturais condicionavam as alianças entre as classes e setores sociais, gerando diferentes arranjos políticos e econômicos. Dessa forma, a "ideia de Nação e desenvolvimento nacional se comportaria como um arranjo de dominação que a, em um mesmo movimento, setores e classes com interesses contraditórios". Ou seja, o

[95] Segundo Cardoso, a perspectiva da nação e o foco exclusivo no Estado nacional, como objetos de estudo, haviam perdido o significado: "Em termos teórico-metodológico seria uma volta atrás, num ensaio que caracteriza situações de dependência, insistir nas contradições gerais entre relações de produção e relações de classe, como pretende Weffort, sem mostrar que elas se articulam, ainda hoje, através do Estado e da nação" (CARDOSO, 1977: 131).

nacionalismo poderia ser um instrumento de mobilização e de controle político e social. Desse modo, a ideologia nacionalista poderia ser apropriada por grupos diversos (intelectuais, burocratas, militares, políticos) para alavancar projetos de poder populistas e autoritários (OTONI, 211: 91-93).

Na visão de Roberto Goto, Cardoso responde às críticas de Francico Weffort na posição de defensor do discurso científico e racional, contrapondo-se à ideologia, à utopia e ao voluntarismo (GOTO, 1998: 62). Na perspectiva de Dulci, o debate entre Cardoso e Weffort, embora não tivesse grande repercussão na época, serviu de base para a organização das visões de mundo das forças políticas brasileiras que se estruturaram após a reconstrução da democracia brasileira, pautando a inserção do Brasil no cenário global no final do século XX (DULCI, 2010: p. 99). Esse mesmo discurso que contrapunha a ciência à ideologia seria instrumentalizado na luta para a consolidação das suas ideias nos campos intelectual e político. O otimismo do autor com as possibilidades de desenvolvimento em situações de dependência, deixaria implícita a visão de que os latino-americanos deveriam se adaptar "*ao inevitável e ao inescapável – desenvolvimento com dependência ou vice-versa" e* à *"visão de que somos subordinados quase que por definição*" (DULCI, 2010: 112).

5.6. O debate com a "corrente radical" da dependência

O debate sobre a economia brasileira dentro do CEBRAP e com outros intérpretes da dependência influenciou profundamente as análises de Fernando Henrique Cardoso ao longo da década de 1970, impactando na produção do seu pensamento internacional. Dentro do CEBRAP, os economistas Maria da Conceição Tavares e José Serra mostraram, no ensaio "*Além da Estagnação*" (1971), discutido em um dos seminários do centro ("mesões"), que a nova estratégia de desenvolvimento capitaneada pelo Estado autoritário era baseada na "heterogeneidade estrutural" e na "reconcentração de renda" da classe média para cima. O economista Paul Singer assinala, em "*O Milagre Brasileiro*" (1972), que o convívio entre indústrias modernas e tecnologicamente avançadas com setores atrasados aprofundava as assimetrias e contradições econômicas. Em "*Crítica à Razão Dualista*" (1972), o sociólogo Francisco de Oliveira, também pertencente aos quadros do centro, questiona o modelo cepalino de análise do desenvolvimento socioeconômico no Brasil, baseado no dual-estruturalismo. Assim, assinala que a questão da dependência havia sido analisada apenas do ângulo externo, sem compreender os processos internos de dominação. Oliveira acredita que não existiriam

contradições entre os modos de produção pré-capitalistas e a economia moderna. Ao contrário, tanto o atraso rural quanto a marginalidade urbana seriam funcionais ao modelo concentrador de renda, ao reduzir o custo da mão-de-obra.

Outro debate importante entre as diferentes concepções da teoria da dependência se deu entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Claudia Wasserman assinala que o grupo de Brasília, denominado de "*teoria marxista da dependência*", "*corrente radical da teoria da dependência*", "*vertente de esquerda da teoria da dependência*", "*neomarxistas*" ou "*trotskistas*" utilizava o conceito de dependência como eixo vertebrador de suas reflexões. Conforme visto no capítulo anterior, o ponto central que orientava as reflexões desse grupo era a crença de que o imperialismo estava internalizado na estrutura de classes brasileira. Seu intento era conceber um "*corpus* teórico que fosse capaz de entender o funcionamento peculiar das sociedades periféricas, sem considerar necessariamente as relações entre países como fundamentos de analise" (WASSERMAN, 2019: 111-112). O diálogo entre Cardoso e Marini enriqueceu a compreensão acerca do desenvolvimento capitalista durante o governo autoritário no Brasil e ajudou a iluminar a trajetória mais ampla da economia brasileira no contexto mundial.

No ensaio "*Dialética da Dependência*" (1973), Ruy Mauro Marini buscou entender a relação de subordinação da economias latino-americanas em relação aos países centrais, desde a colonização até o capitalismo industrial. A subordinação inicial tomou diversas formas ao longo da trajetória do país, forjando mecanismos que asseguram a sua reprodução ao longo dos séculos. De acordo com Marini, no desenvolvimento industrial dos países centrais, o papel da América Latina seria a de fornecedora de bens primários, escala inferior da divisão internacional do trabalho. Incapaz de acompanhar os países centrais no desenvolvimento tecnológico e no aumento da produtividade, a América Latina sofreria a "*superexploração da força de trabalho*" (MARINI, 1973).

No artigo "*Sobre a dialética da dependência*" (1973), Marini esclarece que o objetivo da sua reflexão era entender as "*leis de desenvolvimento do capitalismo dependente*". Assim, afirma que a "superexploração não corresponde a uma *sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital*, mas que é inerente a esta e crescente correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva de trabalho". E que as sociedades dependentes buscam "*obstaculizar seu trânsito* desde a produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho (MARINI, 1973: 190-194 *apud* WASSERMAN, 2019: 122). No artigo **"***Em torno da dialética da dependência*" (1973), Marini

mostra que a continuidade da economia agroexportadora, apesar dos esforços industrializantes na periferia, mantém a lógica da "*superexploração da força de trabalho*". Dessa forma, o capitalismo dependente mostrar-se-ia incapaz de alavancar uma estratégia autônoma de desenvolvimento. Ou seja, dependência equivalia, necessariamente, à subordinação aos países capitalistas centrais (MARINI, 1973).

Outras abordagens dos intelectuais do "grupo de Brasília", na mesma linha de Marini, ganharam projeção no debate intelectual. No artigo "*A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina*" (1970), o cientista político Theotônio dos Santos explica que a compreensão da trajetória do desenvolvimento dos países da América Latina conduziu aos estudos sobre a teoria da dependência, que conceitua como a situação que condiciona o crescimento de países inseridos em uma escala inferior da divisão internacional do trabalho. Santos admite a possibilidade de mudança da situação de dependência em decorrência do câmbio das estruturas hegemônicas ou dependentes. Em "*Imperialismo y dependência*" (1978), Theotônio dos Santos caracteriza a economia internacional como um espaço de formações sociais configuradas pelas oscilações cíclicas do sistema capitalista. Em sua obra "*El capitalismo dependiente latino-americano*" (1974), Vânia Bambirra também focaliza experiências concretas de países dependentes, classificando-os segundo o seu grau de industrialização e de controle nacional sobre o processo produtivo.

Em resposta às interpretações mais radicais do fenômeno da dependência, Fernando Henrique Cardoso questiona, em sua obra **"*Autoritarismo e Democratização*"** (1975), as cinco teses que considera "*errôneas*" acerca do desenvolvimento, dependência e imperialismo na América Latina: (i) a inviabilidade do capitalismo periférico; (ii) a exploração da mão-de-obra e a sub-remuneração do trabalho como bases do capitalismo dependente; (iii) o desaparecimento das burguesias locais como forças sociais livres; (iv) o expansionismo dos Estados locais em função da penetração de empresas multinacionais; (v) a encruzilhada entre "socialismo e fascismo" na América Latina.

Cardoso questiona as ideias de André Gunder Frank ("desenvolvimento do subdesenvolvimento") e de Ruy Mauro Marini ("superexploração da força de trabalho") acerca da impossibilidade de desenvolvimento na América Latina. Não se poderia aplicar a situação de um país periférico a todos eles, inclusive os de industrialização acelerada. Os ciclos de alta e baixa do processo de acumulação capitalista seriam permanentes, ao passo que as recessões seriam conjunturais. Referindo-se ao trabalho "*Dialética da Dependência*", de Marini, Cardoso

afirma que a tese de que os países periféricos tenderiam à estagnação, em função de um mercado consumidor reduzido, não encontraria respaldo, pois processou-se em concomitância

> com a internacionalização do sistema produtivo capitalista, o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho foi consequência dos investimentos estrangeiros com o avanço tecnológico que eles trazem, muito mais do que da pressão local de falta de mão-de-obra. Tudo isto acentua o caráter contraditório (porém, insisto, dinâmico) do desenvolvimento associado (CARDOSO, 1975: 33).

No que toca ao desaparecimento das burguesias nacionais como forças sociais ativas, Cardoso afirma que o que desapareceu não foram as burguesias, mas a "*ideologia do desenvolvimento nacional burguês*". Conforme havia mostrado em sua "*Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico*" (1963) e em suas pesquisas sobre a burguesia industrial latino-americana posteriores, Cardoso reafirma não havia suporte empírico à ideia de que as burguesias locais seriam a força de vanguarda na promoção do progresso econômico autônomo, às reformas sociais e à resistência à entrada de investimentos estrangeiros no continente. Tais visões correspondiam à visão nacional-populista, não à ideologia das burguesias nacionais. Embora importantes para viabilizar o desenvolvimento equânime, a autonomia não era condicionante do avanço da acumulação capitalista. Essas burguesias continuavam política e socialmente ativas (CARDOSO, 1975: 35).

No que concerne à ideia de que a associação com empresas multinacionais teria levado alguns Estados latino-americanos a praticar políticas expansionistas, Cardoso argumenta que o desenvolvimento do capitalismo avançado conduzia à reordenação da economia e da política para a integração ao mercado externo. Essas políticas de integração regional, alimentadas pelas "*ilusões nacional-desenvolvimentistas*", caso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e do Pacto Andino ou Comunidade Andina de Nações (CAN), passaram a ser redirecionadas para a obediência direta "às políticas de r*eorganização do espaço econômico* e à *divisão internacional do trabalho* que interessam às empresas multinacionais", grifos nossos (CARDOSO, 1975: 37).

Por fim, no que toca à encruzilhada entre "*socialismo ou fascismo*", Cardoso mostra que o capitalismo pode percorrer diversos caminhos históricos, alguns mais atrelados ao liberalismo de mercado, outros mais conectados à construção de sociedades mais igualitárias. Cardoso argumenta que o fracasso da experiência socialista chilena de Salvador Allende, derrubado no sangrento golpe de Estado de 1973 liderado pelo general Augusto Pinochet, mostra um reforço

do autoritarismo burocrático-militar como "a *resposta política reacionária* das classes dominantes locais frente ao desafio do *movimento político urbano das massas, às disputas entre grupos dominantes*", grifos nossos (CARDOSO, 1975: 40). Embora guardem semelhanças com os regimes totalitários de direita, tais governos encontram a sua "*raison d´être"*

> menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo. A esse eixo se aliam alguns setores empresariais locais, mas de forma caudatária (CARDOSO, 1975: 40)

No artigo "***As desventuras da dialética da dependência*"** (1978), Fernando Henrique Cardoso e José Serra refutam a tese, oriunda do pensamento nacionalista, de que a presença do capital estrangeiro e das multinacionais levaria à descapitalização dos países dependentes. Ao contrário da opção pela "revolução", os empresários brasileiros haviam optado pela ordem. Cardoso e Serra (1978) mostram que, na década de 1960, as concepções teóricas de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini convergiam na direção da estagnação burguesa. Afirmam concordar com este grupo no que concerne aos fundamentos estruturais e ao caráter histórico do capitalismo dependente. Salientam, entretanto, que as teses de Marini acerca da *"superexploração do trabalho*" e das reduções de lucro na periferia em função das trocas desiguais não eram válidas porque as políticas salariais não dependiam apenas de fatores externos, mas das condições políticas e econômicas internas e da dinâmica do processo de industrialização (CARDOSO E SERRA, 1978).

A resposta de Ruy Mauro Marini ao artigo de Fernando Henrique Cardoso e de José Serra apareceria dois anos depois, no artigo "*As razões do neodesenvolvimentismo*" (1980), no qual reage ao rótulo de "estagnacionista" que lhe foi dado, referência às suas reflexões sobre a crise brasileira no começo dos anos 1960. Marini explica que não foram consideradas suas críticas ao projeto nacional-desenvolvimentista e às teses do PCB. Alega, ademais, que as mesmas colocações que havia feito em relação à crise do modelo econômico nacional-populista haviam sido esboçadas também pelos teóricos cepalinos, como Celso Furtado e Aníbal Pinto, bem como por intelectuais do grupo de Brasília, como André Gunder Frank e Theotônio dos Santos, nos anos 1960. Tratava-se de um período de crise das concepções políticas da esquerda e do populismo. Marini reafirma as suas teses e salienta que a "superxploração do trabalho" não

decorria apenas do intercâmbio desigual entre países centrais e periféricos, mas da busca pelo lucro fácil por parte dos empresários. O autor sustenta que o regime militar brasileiro optou pela aproximação com o capital externo e com as empresas do capitalismo monopolista, favorecendo um desenvolvimento "sub-imperialista", agravando as desigualdades e assimetrias internas (MARINI, 1980). Ao refletir posteriormente sobre a contribuição da teoria da dependência para o desenvolvimento latino-americano, Ruy Mauro Marini afirma que ela foi

> decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo pela primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, ao invés de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos (MARINI, 1990 *apud* WASSERMAN, 2019: 144).

5.7. Uma visão liberal do Brasil

A transformação do intelectual Fernando Henrique Cardoso em uma personagem política não se fez sem a construção de um conjunto de ideias acerca do Brasil e do mundo. Conforme visto nas seções anterior, o pensamento internacionalista de Cardoso, na década de 1970, é indissociável das suas reflexões acerca das possibilidades de desenvolvimento econômico e de inserção internacional da América Latina, bem como de suas análises sobre a emergência dos países da periferia e da participação da sociedade civil nas organizações internacionais. Na perspectiva de Dulci, uma "*visão de mundo cada vez mais claramente liberal* lhes dava a coerência teórica e prática" (DULCI, 2010: 132-133).

Entre 1969 e 1974, o Brasil vivenciou uma fase de intensa repressão política, desarticulação da sociedade civil, enfraquecimento das oposições, derrota da luta armada e de isolamento da comunidade acadêmica. A oposição ao regime miliar se dividiu entre aqueles que defendiam a luta armada e a revolução e os partidários da resistência dentro das regras do jogo estabelecidas, congregadas dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime. Cardoso escolha apoiar a segunda opção. O seu envolvimento político

cresceria a cada ano ao longo da década de 1970 e seu pensamento político se direcionaria no sentido da moderação e da defesa do liberalismo político.[96]

As reflexões de Celso Furtado sobre o desenvolvimento com autoritarismo impactaram profundamente a obra de Fernando Henrique Cardoso na década de 1970. Em "*Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*" (1966), Furtado analisa em detalhes o modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo monopolista e em setores tecnologicamente avançados e intensivos em capital. No artigo "*De l´oligarchie à l`État militaire*", publicado na revista francesa Les *Temps Modernes* de outubro de 1967, na mesma direção, Furtado analisa o caráter burocrático do Estado Militar brasileiro, mostrando que as tendências liberalizantes dos vitoriosos de 1964 seguiam na direção da estabilização social e da preservação do *status quo*, sacrificando os caminhos de um desenvolvimento industrial mais acelerado e privilegiando o retorno do Brasil a uma sociedade agrária ou pastoril. Contudo, Furtado observa que a tentativa de controle militar para refrear o desenvolvimento urbano-industrial seria quase impossível, dado o avanço do processo de industrialização e de diferenciação de mobilidade social no Brasil.

Em "**O modelo político brasileiro e outros ensaios**", Fernando Henrique Cardoso salienta que o golpe de 1964 no Brasil teve "o caráter de um movimento de contenção" das políticas redistributivas do período nacional-populista (CARDOSO, 1977: 52-53).[97] Fábio Wanderley Reis, em "*Political Develolopment and Social Class: Brazilian Authoritarianism in perspective*" (1974), na mesma direção, mostra que a insuficiente institucionalização e a incapacidade do sistema político brasileiro de absorver e de processar as múltiplas demandas das classes sociais no período nacional-populista levou à ruptura autoritária de 1964. Segundo Cardoso, além do Estado e dos empresários locais, agentes centrais do modelo nacional-populista anterior a 1964, entram na equação atores que representam o "capitalismo internacional" e a tecnoburocracia. Com a reorientação do capitalismo brasileiro para o modelo dependente-associado e a rearticulação dos papeis dos atores políticos, ganharam poder as multinacionais e as Forças Armadas (ao assumir funções repressivas, administrativas

[96] Em entrevista ao jornalista Zuenir Ventura na edição de agosto de 1973 da revista *Visão*, Fernando Henrique Cardoso afirma que o "intelectual tem de estar na *fronteira do possível*. Mesmo que esteja aquém daquilo que ele pretenda – e no momento está – ele deve tentar *ampliar essa fronteira*" (CARDOSO, 2010: 20, grifos nossos).

[97] O regime autoritário brasileiro "não teve o caráter de uma volta ao passado", contestando as análises que mostravam um paralelo com o Estado Novo ou com o nacional-desenvolvimentismo dos governos Vargas II, Kubitschek e Goulart. Ao contrário, prossegue, o regime de força imposto em 1964 "expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente" (CARDOSO, 1977: 52-53).

modernizadoras). Em países como Brasil, México e Argentina, a relação de dependência se baseia em uma "*nova divisão internacional do trabalho*", na qual há transferência de parte das plantas industriais dos países centrais para as economias da periferia, sob a direção das multinacionais. Tal arranjo viabilizaria uma dinâmica de crescimento econômico, expansão do consumo e mobilidade social no setor urbano-industrial. É um modelo que marginalizador e concentrador de renda, mas que admitia espaços de autonomia nacional. Cardoso argumenta que as burguesias nacionais não seriam capazes de realizar uma "revolução" no sentido amplo, mas procuraram maximizar as margens de manobra sua inserção no capitalismo associado-dependente.

> Foi essa revolução limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários, ampliou os canais de acumulação e, ao mesmo tempo, pôs de lado – mesmo que o processo não seja definitivo – os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais (CARDOSO, 1977: 71).

Seu objeto de interesse eram os regimes de autocracia burocratizada, nos quais o enrijecimento das estruturas decisórias e a repressão a grupos opositores buscava desmotivar o debate e a contestação, substituída pela propaganda ufanista e pelo incentivo ao consumo. Ocorre que a ação repressora desses Estados tecnoburocráticos, segundo Cardoso, "termina por *diminuir a capacidade criadora nacional* e por *alentar o divórcio entre a elite política e a elite cultural* e *entre ambas e as camadas populares*" (CARDOSO, 1977: 28-29).

Em "***Autoritarismo e Democratização***" (1975), um dos livros mais importantes da trajetória intelectual de Cardoso, o autor analisa o problema da construção do Estado autoritário à luz do pensamento político brasileiro do século XX, mostrando a existência de duas vertentes: de um lado, a que vislumbra o Estado como o elemento aglutinador da sociedade e integrador da nação; de outro, a força do localismo oligárquico como base do poder. Para Cardoso, as duas interpretações se cruzam com a do "*realismo programático*", base do Estado autoritário. Nesse sentido, Cardoso pensa o sistema político do governo militar em termos de "*anéis*" que cortam, horizontalmente, as duas estruturas burocráticas públicas e privadas. Dessa forma, as empresas estatais e suas burocracias poderiam ser cooptadas pelos interesses de empresas multinacionais. Segundo Cardoso, o jogo político dos "*anéis burocráticos*" encontra seus limites

> tanto nos interesses objetivos (de poder e econômicos) dos respectivos eixos fundamentais de estruturação estrutural, como no fato decisivo de que o Estado, embora fragmentado, aparece como um Bloco – e assim é – diante da questão fundamental: as alianças variáveis são possíveis na cúpula à condição de que não ponham em risco o caráter fundamenta do estado, como um Estado de Desenvolvimento Capitalista (CARDOSO, 1975: 183).

Nessa direção, propõe uma análise do processo político brasileiro a partir de um ângulo diferenciado, no qual as ordem civil e política se reestruturam e se encontram em um arranjo novo, no qual os instrumentos de dominação se transformam (CARDOSO, 1975: 185). O arranjo autoritário brasileiro levou à emergência do tecnocrata como ator político, e à delegação de poder da política para a economia em um país periférico do sistema capitalista mundial (CARDOSO, 1975: 202). Na ótica de Cardoso, o fechamento político dos regimes militares sul-americanos criava uma dinâmica de apatia e de despolitização. Se à primeira vista essa desmobilização reduzia o espaço da oposição ao regime, mantinham um sistema político disfuncional (CARDOSO, 1975: 233). As condições de abertura política do regime, na visão do autor, não dependiam apenas da implantação de um regime liberal-representativo, mas da percepção de que

> ou bem se constroem avenidas que permitam a participação política popular e o conflito – para que se expresse a sociedade industrial de massas – ou o futuro da ordem política brasileira – em que pese as intenções dos que eventualmente venham a ocupar o ápice da cúpula do poder – descambará para as formas envergonhadas do fascismo, dissimuladas num autoritarismo anacrônico (CARDOSO, 1975: 236).

O estudo de Cardoso dialogava com autores contemporâneos de Pensamento Político Brasileiro, como Wanderley Guilherme dos Santos. Em *"Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira"* (1975), Santos insere a construção do pensamento político brasileiro num quadro mais abrangente da instituição do liberalismo e promove uma análise mais contextualizada de sua evolução nos últimos dois séculos. Na visão do autor, a interação entre ideias estrangeiras e acontecimentos políticos nacionais ajudou a moldar a inserção brasileira na história universal. Isso se passou no processo de independência e de institucionalização do Estado imperial, com a interação entre as ideias liberais defendidas por

juristas, jornalistas e políticos e a realidade nacional. O autor reforça o nexo entre as diversas etapas do pensamento político nacional e as necessidades das suas elites políticas.

Em "*A Práxis Liberal no Brasil: propostas para reflexão"* (1978), o autor busca dialogar com com outros autores que tratam do tema da construção de uma sociedade liberal moderna no Brasil e sobre as dificuldades de implentar política capazes de viabilizá-la. Santos classica o pensamento político brasileiro em duas vertentes: o "*liberalismo doutrinário*" e o "*autoritarismo instrumental*". A primeira sustenta a presença do Estado para promover a mudança social num país fragmentado e atomizado. A segunda, cosmopolita e oligárquica, reproduziria as doutrinas e práticas políticas dos países europeus, na crença de que instituições virtuosas moldam sociedades modernas e liberais (SANTOS, 1978: 51). Visando combater as oligaquias da República Velha, o getulismo buscaria a centralização do Estado, inclusive governando sob uma ditadura (Estado Novo), reencarnando o pensamento do "*autoritarismo instrumental*".[98] Assim, caberia ao Estado determinar os rumos da sociedade e potencializar o alcance do desenvolvimento nacional, contrapondo-se aos interesses particularistas e locais. Tanto o Estado Novo quanto o Regime Militar se enquadrariam nessa categoria. Santos defendia que a transição de um Estado autoritário para um Estado liberal, no contexto da abertura do Regime Militar, preservasse não resultasse na desorganização dos instrumentos de ação para o provimento de políticas públicas no campo social.

Em suas participações no jornal *Opinião*, organizado em 1972 pelo empresário e ex-deputado Fernando Gasparian, Cardoso escreveu artigos intelectualmente engajados, o que aumentou sua visibilidade nacional (LEONI: 1997, 162-165). No artigo "*Uma austera, apagada e vil tristeza*", publicado em edição de 27 de novembro a 4 de dezembro de 1972 de *Opinião*, Cardoso aborda o papel das oposições, ressaltando a necessidade de "*assumir riscos e enfrenta-los com bravura. Sem pedir permissão e sem fazer tudo o que seu lobo mandar. Um pouco do espírito da antiga banda de música da UDN não faz mal a qualquer oposição. Em certos momentos é proibido gritar. Que se fale, ao menos. Que se sussurre*", (CARDOSO, 2010: 17). O periódico abordava assuntos da realidade brasileira e internacional com uma postura crítica ao regime, com uma tiragem de mais de 40 mil exemplares.[99] A censura ao jornal

[98] Após a queda da ditadura varguista, o pensamento liberal se rearticularia na organização da União Democrática Nacional (UDN), cuja agenda política se radicalizaria na década de 1950 (*lacerdismo*), defendendo abertamente a sua chegada ao poder pela via de um golpe militar capaz de combater o populismo.

[99] Graças às articulações internacionais com Violeta Garvaiseau, *Opinião* conseguiu um contrato que permitia reproduzir artigos do *Le Monde*, o que ajudou nas vendas (LEONI: 1997, 162-165).

Opinião foi crescendo e, aos poucos, tornou inviável a publicação de artigos, o que levou ao fechamento do jornal.

Em 1973, Fernando Henrique Cardoso e Antonio Candido lançaram uma revista literária, mensal e erudita, a *Argumento.* A revista durou apenas três números e foi fechada. Cardoso colaborou ainda com o jornal *Movimento*, também de oposição, financiado pelo empresário Sérgio Motta, que chegou a alcançar 80 mil exemplares. O jornal tratou de temas importantes, como defesa das minorias, o lugar da mulher na sociedade brasileira, as injustiças sociais e o caráter autoritário do regime. Os artigos mostram convicção e firmeza na defesa de ideias políticas liberais. A intensa participação nos meios intelectuais e na imprensa o projetou como figura importante da sociedade civil.

Na perspectiva de Sorj, é preciso considerar "as idiossincrasias de uma personalidade em que o lado político – isto é, a vontade de *aglutinar* – entra por vezes em contradição com as *exigências da criação teórica* – isto é a lógica da diferenciação" (SORJ, 2001: 61, grifos nossos). Embora ainda não estivesse na linha de frente das lideranças de oposição ao regime, sua voz se fez respeitada nos meios acadêmicos por defender um caminho de moderação na luta contra a ditadura, divergindo da pregação da esquerda ortodoxa (LEONI, 1997: p. 178-79). Em "**Autoritarismo e Democratização**" (1975), Cardoso advoga o entendimento entre governo e oposições para a construção de uma ordem política baseada em "*valores pseudo-consensuais*", com o "*reconhecimento da necessidade e da legitimidade da divergência*". O sociólogo apostava no aparecimento de rachaduras no edifício burocrático-autocrático em função das suas próprias contradições (CARDOSO, 1975: 237). O fato de o Brasil ser um país continental e diverso exigiria a criação de mecanismos institucionais que expressassem essa realidade. Cardoso aposta no fortalecimento dos movimentos sociais e das forças de oposição para que a reorganização política do regime expresse a "*vontade nacional*". Assim, conclui:

> é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possam contrabalancear o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação. Este processo impõe uma ampla revisão de valores, e exige que as várias nuanças do processo político, de um lado a outro, assumam a contemporaneidade da vida cotidiana atual. À ligeireza das sínteses ideológicas extremas é preciso contrapor o peso das exigências concretas do trabalho e da ação (CARDOSO, 1975: 239).

5.8. O caminho da participação política no MDB

A crescente de Fernando Henrique Cardoso no debate político nacional coincidiu com o início da abertura política e com a chegada, ao Palácio do Planalto, em 1974, do general Ernesto Geisel. Pertencentes ao grupo mais moderado das Forças Armadas, que havia sido alijado no governo Costa e Silva, e imbuído da ideia de distensão política, Geisel e seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, se propuseram a desmontar o regime que haviam ajudado a criar. O desgaste da ditadura já era visível desde o Primeiro Choque do Petróleo (1973-74), que interrompeu o ciclo expansionista e trouxe crescentes problemas econômicos e políticos. Na visão da dupla Geisel-Golbery, era necessário programar o encerramento do ciclo militar e retirar, gradualmente, as Forças Armadas do jogo político (GASPARI, 2003).

Os pesquisadores do CEBRAP mostraram contradições do modelo econômico implantado em 1964, acentuando o seu caráter excludente e marginalizador. As novas investigações acompanharam o interesse cada vez maior por questões como marginalidade, crescimento urbano desordenado e pobreza nas periferias, o que contradizia o discurso oficial dos militares de que o crescimento econômico beneficiaria a todos.[100] Ulysses Guimarães, figura de proa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anticandidato das oposições nas eleições indiretas de 1973 para a Presidência, propôs a colaboração do centro na atualização do programa partidário para as eleições legislativas de 1974. Cardoso ponderou que a instituição não poderia elaborar um programa político-partidário, em função da natureza acadêmica do centro, mas que alguns de seus membros poderiam colaborar, em caráter individual, se o desejassem.

O novo programa do MDB, elaborado por Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado pela direção do partido e contribuiu para a vitória significativa das oposições nas eleições parlamentares de 1974. O MDB ganhou terreno no plano eleitoral e ampliou o escopo dos temas defendidos, incluindo Assembleia Nacional Constituinte, anistia, questões sociais, minorias e direitos humanos. Pedro Simon, um dos líderes do MDB gaúcho, convidou Cardoso para fazer uma série de conferências no Rio Grande do Sul em 1974. Mais de 2000 pessoas compareceram ao encontro de Porto Alegre. O MDB percebeu o potencial de mobilização de Cardoso e o papel

[100] Com a ampliação gradual do escopo das linhas de pesquisa, Cardoso se interessou pelos temas do emprego, desenvolvimento e recursos humanos da Grande São Paulo. Fez estudos sobre o Vale do Paraíba, a região amazônica, os partidos políticos e a pobreza, este último a pedido da Igreja Católica. Os trabalhos sobre a pobreza urbana resultaram na publicação do livro "*São Paulo 1975: crescimento e pobreza*", com grande repercussão nos meios políticos e de oposição.

instrumental do CEBRAP, ampliando os contatos regulares entre os seus membros. Os laços entre o CEBRAP e o MDB, e entre Cardoso e Guimarães, que se conheciam desde os anos 1950 em função da amizade do pai, o então deputado federal Leônidas Cardoso (PTB-SP), com o então deputado da "ala moça" do PSD de São Paulo, se estreitaram (LIONI, 1997: 180-183).

O convite para realizar conferências por todo o país abriu, aos poucos, as portas da política nacional. Nessas conferências do MDB, Cardoso se aproximou de lideranças de várias regiões. O período de maior intimidação ao CEBRAP, contraditoriamente, se deu no começo do governo Ernesto Geisel, com a prisão de pesquisadores e interrogatórios policiais. Fernando Henrique Cardoso não chegou a ser preso, mas foi intimado a depor numa instalação do aparato repressivo do regime por suas alegadas ligações com militantes políticos no Brasil e no exterior. Em 1975, Cardoso foi um dos organizadores do ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog, um dos intelectuais engajados na luta pelos direitos humanos mortos por responsabilidade da ditadura militar. Em 1976, o CEBRAP também foi alvo de um atentado que danificou escritórios e a sua biblioteca, forçando a sua transferência de uma casa em Higienópolis para uma sala comercial em um prédio da avenida Paulista. Os membros da instituição não deixaram se intimidar e avançaram com seus estudos sobre autoritarismo, crescimento econômico, partidos políticos, redemocratização e abertura política (LEONI, 159-160).

Entretanto, a abertura política representou o início de uma crise interna dentro do CEBRAP. Embora houvesse uma "*matriz comum*" organizadora dos debates e das análises, o CEBRAP não tinha uma linha ideológica. Era uma organização com uma linha "*político-institucional*" de resistência ao regime militar" (SORJ, 2001: 58). O universo teórico, conceitual e metodológico dos antigos membros do "Seminário Marx" da USP não oferecia mais soluções consensuais para os problemas de uma economia e de uma sociedade em transformação. Conforme o processo de liberalização avançada, "a esquerda se liberalizava – isto é, descobria o tema da democracia – e, os liberais se esquerdizavam – isto é, descobriam os temas da desigualdade social" (SORJ, 2001: 65).

Vários membros começam a deixar o CEBRAP, a começar por Octavio Ianni, Bolívar Lamounier e, depois, Carlos Estavam Martins e Vilmar Faria. O foco em questões partidárias, societárias e eleitorais começa a escancarar a crise das matrizes marxistas como orientadoras da leitura da realidade brasileira (SORJ, 2001: 76). Os intelectuais que pretendessem se manter politicamente influentes necessitavam se ligar a algum projeto político. De acordo com Bernardo Sorj, o "*impacto desfiliador* do CEBRAP pode ser relacionado também a uma

característica do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, e que permeava o CEBRAP, de *valorizar o novo, as tendências emergentes"* (SORJ, 2001: 108). Nesse sentido, o ano de 1978 marcou a transição acelerada do intelectual para o político Cardoso. A inserção acadêmica viabilizada pelo CEBRAP, a interlocução político-partidária, a projeção internacional e exposição em múltiplas arenas da sociedade civil tornaram Cardoso uma personagem conhecida e um dos principais líderes da comunidade acadêmica e científica brasileira.

O sociólogo se posicionou como um atuante membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se transformou em fórum político de debate sobre abertura política, eleições diretas, Assembleia Nacional Constituinte. Apresentando-se como um pensador dos problemas nacionais e buscando envolver a sociedade civil no esforço de redemocratização, suas palestras e conferências atraíram grandes contingentes de acadêmicos, intelectuais, estudantes, sindicalistas e militantes de oposição. As entrevistas a jornais e revistas tornam-se cada vez mais frequentes. Ao falar à revista *Veja*, em 3 de agosto de 1977, Cardoso afirma que

> *política é travessia*, é o caminho, não é a *proclamação de objetivos*. Por isso eu também falo em *realismo utópico*: é preciso ter um *horizonte de opções para escolher*. Mas se nós concentramos toda a atenção no *modelo*, não caminhamos nada. Ficamos discutindo no *clube dos sábios a República ideal*. E por aí não se vai longe. (...) A questão é *como, na prática, vamos nos aproximar das utopias*" [grifos nossos] (CARDOSO, 2010: 26).

De todos os intelectuais do CEBRAP, Cardoso, que se afirmava, cada vez mais, como um liberal político clássico, era o que tinha maior vocação para a atuação política. Juntamente com outros colegas – José Gregori, Plínio de Arruda Sampaio e Francisco Weffort – propôs a criação de um novo grupo político para concorrer nas eleições legislativas de 1978. Após vários debates, Cardoso se posicionou como candidato natural. Filiou-se ao MDB e decidiu apresentar uma candidatura de protesto para a cadeira de São Paulo no Senado Federal, já que cada partido poderia lançar candidatos por três sublegendas. A principal candidatura do MDB, no entanto, era a do ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social do gabinete parlamentarista de Tancredo Neves (1961-1962), André Franco Montoro (1916-1999), que disputava a reeleição ao Senado. A decisão de se candidatar ao Senado, naquele momento, era parte de um projeto mais amplo da sociedade civil brasileira de ampliar dos espaços de participação e demarcação

do espaço público. Era preciso explorar as fissuras abertas dentro do regime para acelerar o processo de redemocratização.

Quadro 5:

Conferências realizadas pelo CEBRAP

	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	TOTAL
Estado e sistema político brasileiro				3	5	2		2		1	2	1		16
Economia brasileira				3	5	4	2	4		2	5		2	27
Imperialismo e dependência														
Classe operária				1	2	4	4						1	12
Imigração e demografia				1	3	3							2	9
Urbanismo e marginalidade				3	3	1	2	1		1				11
Estrutura agrária					1	1	2				2			6
Teoria social e metodologia				4	2	5	5	1			1	2	2	22
Igreja				1		2								3
Estruturas sociais				1	7	2	2	2	1			2	5	22
História				1	2	3							1	7
Outros														
TOTAL				18	30	27	17	10	1	4	11	5	13	36

Fonte: Sorj, 2001: 54

Em "***Democracia para mudar: trinta horas de entrevistas com Fernando Henrique Cardoso***" (1978), Cardoso expõe a sua visão e as suas ideias sobre a democracia, mostrando que as transformações econômicas e sociais trouxeram novas demandas políticas. Suas manifestações na imprensa escrita se avolumam neste ano, buscando atingir um público cada vez mais amplo, aglutinando apoios para a sua candidatura. O fato de ser um intelectual com visões de esquerda ajudou a atrair atenção pública para as suas entrevistas. Defendia teses progressistas, mas advogava a moderação e o diálogo como instrumentos de ação política. A linguagem de Cardoso também mudou. O jargão cientificista do sociológico da dependência latino-americana e do teórico do autoritarismo brasileiro cedeu espaço a exposições mais simples e diretas. Em entrevista à revista *Isto É* de 13 de setembro de 1978, Cardoso expõe sua estratégia de atuação política: "Vamos ter que *quebrar o regime*. *Mudar o regime*. Para isso, porém, nós deveríamos ter um período de experimentação social, experimentação coletiva da liberdade" (CARDOSO, 2010: 34, grifos nossos). Cardoso reafirma o peso da escravidão e do autoritarismo pesavam sobre o país:

> *Somos uma sociedade autoritária*. Em nossas relações, somos ao mesmo tempo *cordiais e autoritários*. Isso é escravidão. O *autoritarismo político* é reforçado pelo *autoritarismo social.* (...) Além do que, somos um país que teve a sua *transformação econômica, empresarial, sem a revolução burguesa, no sentido pleno da palavra*. Tudo se deu num tremendo sistema de *acomodação das classes dominantes*. É um *autoritarismo para baixo*, enquanto é *conciliador ao nível da classe dominante* (CARDOSO, 2010: 36, grifos nossos).

Cardoso articulou habilmente e conseguiu aglutinar todas as forças de esquerda e de centro-esquerda de São Paulo. Recebeu o apoio da comunidade acadêmica, de artistas e de lideranças sindicais, como Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. Um outro apoio importante foi o de Orestes Quércia, que disputava com Montoro o comando do MDB paulista. A esposa, Ruth Cardoso, acreditava que ele poderia ter mais peso como intelectual independente. A mãe, dona Nayde, o apoia (LEONI, 1997: 188-190). Apesar de beneficiado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal às vésperas da campanha, suspendendo a inelegibilidade que o alcançara em 1968 com o AI-5, a anticandidatura não teve chances reais de ganhar, mas alcançou o segundo lugar nas eleições ao Senado de 1978, com 1,3 milhão de votos. Permaneceu logo atrás de André Franco Montoro (MDB-SP), que teve 4,5 milhões. Político experiente e já conhecido, Montoro era um dos principais líderes do MDB. Cardoso conquistou a primeira suplência de senador e teve mais votos que o candidato da ARENA, Claudio Lembo, com 1,2 milhão de votos (LEONI, 1997: 204).

A disputa de 1978, entretanto, trouxe bons dividendos para Cardoso, dando-lhe maior projeção nos meios políticos e acadêmicos, dentro e fora do país. Até então, sua produção intelectual era destinada a um público mais restrito, no âmbito das Ciências Sociais, e seus objetivos, puramente acadêmicos: convencer os seus pares da academia, dentro e fora do Brasil, da validade de suas teses; projetar-se como um pensador influente dos problemas brasileiros; ampliar a compreensão da inserção da América Latina no capitalismo internacional; ser conhecido como um intelectual liberal e progressista. A vivência política acumulada desde 1974 junto às oposições e a experiência eleitoral de 1978 ajudaram a moldar o político Fernando Henrique Cardoso, mas não o afastaram completamente da academia.

5.9. Conclusões

A trajetória do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso entre 1970 e 1982 é indissociável de sua interpretação da "*teoria da dependência*", de suas análises sobre a natureza do modelo político do regime autoritário brasileiro e de pretensões de influenciar, como intelectual e como ator político, o processo de redemocratização brasileiro a partir de 1974, com a abertura "*lenta, gradual e segura*" iniciada pelo governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e continuada pelo gestão de seu sucessor, João Figueiredo (1979-1985). A hipótese central que procuramos demonstrar foi a de que Cardoso instrumentalizou a sua projeção internacional para ampliar os espaços de ação no campo político. No entender de Marcelo Dulci, Fernando Henrique Cardoso consolidou-se, ao longo da década de 1970, como um "*acadêmico globalizado*", o que teria grande impacto em sua vida intelectual e política (DULCI, 2010: 113-115).

A decisão de permanecer no Brasil e de construir um centro de estudos independente demonstra a opção preferencial pela ação política. O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o qual Cardoso ajudou a conceber e viabilizar, se consolidou como um "*partido da inteligência*" ou um "*Estado-maior da intelectualidade*" (DULCI, 2010: 116). A empreitada desafiava os limites do regime autoritário e embutia riscos óbvios: perseguições, censura e estrangulamento financeiro. E não comportava nenhuma garantia de êxito. Nesse sentido, Cardoso lançou mão de sua respeitabilidade intelectual, dentro e fora do Brasil, e de suas conexões políticas, empresariais e internacionais para viabilizar o funcionamento do CEBRAP no período de maior repressão da ditadura militar. O CEBRAP era uma ponte intergeracional entre a visão a Escola Paulista de Sociologia, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os novos cientistas sociais brasileiros formados em universidades norte-americanas. Cardoso transitou entre as três, com análises que mesclavam as preocupações cientificistas da vertente sociológica francesa, o estilo ensaístico dos intelectuais isebianos e o interesse por novos temas dos jovens cientistas sociais. Foi no período do CEBRAP que suas influências francesas e latino-americanas foram matizadas pelo contato com a Ciência Política norte-americana.

Conforme já havia mostrado em "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), com Enzo Falleto, Cardoso confirma, em suas obras "*O modelo político brasileiro*" (1972), "*Autoritarismo e Democratização*" (1975) e "*As Ideias e seu Lugar*" (1980), a possibilidade de haver crescimento econômico acelerado na periferia do capitalismo, mesmo

com a ausência de uma burguesia com visão nacionalista e de um regime político de liberdades democráticas. Em "*O modelo político brasileiro e outros ensaios*" e em "*Autoritarismo e Democratização*", Cardoso argumenta que a revolução burguesa, nos países dependentes, corresponde ao deslocamento de poder dos antigos grupos protagonistas do modelo nacional-populista para uma "*burguesia internacionalizada*", cujo espaço de atuação econômica transcende os limites dos Estados e das economias nacionais. Sua fortaleza eram as grandes empresas multinacionais, aliado dos Estados e de suas elites tecnocráticas (CARDOSO, 1975: 132-33).

Na primeira metade da década de 1970, sua preocupação era uma reinterpretação do país à luz das mudanças do ambiente intelectual e político. Nessa direção, os debates de Cardoso com Francisco Weffort, um dos membros do CEBRAP, e com Ruy Mauro Marini, do "grupo de Brasília", expressaram as diferentes visões de mundo acerca do fenômeno da dependência. Enquanto Fernando Henrique Cardoso focava sua análise nas relações entre as classes sociais definidas pelo contexto interno e internacional e na construção de um sistema político e de partidos que expressassem a diversidade da sociedade brasileira, quebrando o monolítico aparato autoritário, Weffort criticava a ausência da "*questão nacional*" nas análises de Cardoso e valorizava o potencial dinâmico das forças políticas em ascensão, como os movimentos sociais. Já com Marini o debate se deu em torno da existência das teses da denominada "intepretação da super-exploração imperialista". Enquanto Marini e outros teóricos da versão radical da "teoria da dependência (André Gunder Frank, Ruy Mauro, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra) defendiam que o imperialismo era culpado pelo subdesenvolvimento dos países latino-americanos, Cardoso sustentava a possibilidade de desenvolvimento na dependência, mesmo em um regime autoritário.

Para os radicais, não havia possibilidade de conciliação: a alternativa era socialismo (e revolução) ou fascismo. Para o moderado Cardoso, apesar de politicamente reacionário, o regime militar havia promovido crescimento e efeitos transformadores na estrutura social do país, embora com distorções e desigualdades. A tese gera protestos nos círculos de esquerda, por contrariar a ideia de que o autoritarismo havia gerado pobreza e miséria. Para alguns, era considerada adesão ao regime autoritário ou revisionismo histórico.

É nessa linha que se deve compreender a concepção de seu pensamento internacionalista na década de 1970. Cardoso acreditava que o arrefecimento das tensões internacionais da Guerra Fria, com os entendimentos entre Estados Unidos e União Soviética e entre Estados Unidos e a China comunista, abriria brechas externas para a projeção mais autônoma dos países

latino-americanos com economias mais avançadas, como o Brasil. Esse argumento reforça a ideia do modelo de desenvolvimento dependente-associado como modelo capaz de conciliar os interesses da burocracia estatal, dos empresários locais e das empresas multinacionais na promoção do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o quadro internacional contribuiria para enfraquecer a legitimidade dos regimes autoritários baseados na ideia de segurança nacional e de contenção do comunismo, pavimentando o caminho do fortalecimento das forças democráticas.

Em síntese, a década de 1970 foi extremamente prolífica na trajetória do pensamento internacionalista do sociólogo. Segundo Dulci, Cardoso conseguiu "formular análises especialmente criativas e contribuiu de forma decisiva para a construção de um projeto para o país, sem, no entanto, ser completamente original – a "*originalidade da cópia*", como observou o próprio Fernando Henrique Cardoso (...) –, assim como ele mesmo o liderou politicamente na prática" (DULCI, 2010: 127). Sua interpretação do modelo político brasileiro ajudou a abrir caminho para outros estudos sobre os impactos do Milagre Econômico na sociedade brasileira, especialmente a partir das duas crises do petróleo. Como pensador internacionalista da periferia, vislumbrou novas perspectivas para a inserção autônoma das nações industrializadas. Com sua crítica ao regime burocrático-autoritário, inovou ao introduzir, no campo da esquerda, os temas da sociedade civil, da participação política, da representação partidária e da democracia, aproximando-se de um pensamento político liberal. Cardoso deslocou seu foco de preocupações puramente intelectuais a partir da intensificação dos contatos com o meio político. E como defensor da transposição, para o plano internacional, da participação crescente da sociedade civil na política que se processava no âmbito interno, projetou-se como um defensor de uma ordem internacional mais democrática. Por fim, como ator político emergente no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Fernando Henrique buscou o caminho do diálogo, da negociação e da conciliação, com uma visão extremamente realista e pragmática da política, conforme se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6 – O INTELECTUAL, O POLÍTICO E O PROJETO LIBERAL-GLOBALISTA (1983-1993)

"O crescimento que propiciará melhores condições internas de vida não pode mais ser encarado, como no passado, como devendo "orientar-se para dentro". Será orientado tanto para o mercado interno como para a competição internacional"

Fernando Henrique Cardoso, 1990

O Capítulo 6 analisa a construção do pensamento internacionalista Fernando Henrique Cardoso entre 1983 e 1993, período de sua ascensão rumo ao centro do poder político no Brasil. O período recortado se inicia com a sua entrada no Senado Federal como parlamentar de oposição ao Regime Militar. Desdobra-se na sua participação no movimento das Diretas Já (1984) e nas negociações da Aliança Democrática (1984-1985), que selaram a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República. Capitalizado pela sua inserção no palco político do PMDB na transição democrática, pelas suas conexões mais amplas com a sociedade civil e com a imprensa, pela sua leitura pragmática do ambiente político e pelo seu estilo academicista de exercício do mandato senatorial, Cardoso se tornou um político com uma carreira política meteórica entre 1985 e 1995. Lançou-se candidato a prefeito de São Paulo (1985), eleição perdida para o ex-prefeito Jânio Quadros. Foi reeleito senador da República (1986) e tornou-se membro da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), onde desempenhou a função de sub-relator da estratégia Comissão de Sistematização. Rompido com a cúpula partido, ajudou a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (1988), do qual se tornou o principal ideólogo. Com a derrota do candidato do PSDB nas eleições de 1989 e a possibilidade de apoio do PSDB ao novo governo, Cardoso quase foi chanceler do governo Fernando Collor de Melo. Ocupou ainda o Ministério das Relações Exteriores (1992-1993) no governo Itamar Franco, sua primeira experiência governamental. Conforme o capítulo procura demonstrar e analisar, nos dez primeiros anos da Nova República, Cardoso se tornou uma personagem com grande influência nos debates intelectuais acerca da reorganização econômica e política do país. Como o intelectual Cardoso conviveu com o político nesse período? À luz da vertente contextualista da História das Ideias, o capítulo mostra como o político Cardoso capitalizou a sua projeção

acadêmica internacional e a sua visão de mundo acerca do "*desenvolvimento dependente-associado*" para impulsionar as suas ambições políticas no período de redemocratização, de reestruturação econômica e de reposicionamento internacional brasileiro a partir de 1985.

6.1. O teste de fogo do político: a transição democrática

Apesar da crescente exposição viabilizada pela aproximação com as lideranças do MDB ao longo da década de 1970, que o levaram a se candidatar ao Senado em 1978, Fernando Henrique Cardoso ainda priorizava a sua carreira acadêmica e continuava investindo em sua projeção internacional. Em 1978, por exemplo, recebeu o primeiro título de doutorado *honoris causa*, pela Universidade Rutgers, nos Estados Unidos. Em 1979, lançou os dois volumes da coletânea **"*Política e sociedade*"**, juntamente com Carlos Estevam Martins. Em 1980, lançou a coletânea "***As Ideias e seu Lugar***" (1980), cujos textos foram discutidos no capítulo anterior, e assumiu a presidência do CEBRAP no período 1980-1982. A associação entre o acadêmico e político em ascensão Fernando Henrique Cardoso e o professor e político profissional Franco Montoro no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi duplamente benéfica. De um lado, ajudou o senador vitorioso a conquistar o apoio da academia e da intelectualidade ao seu mandato. De outro, transformou o sociólogo e suplente no seu principal conselheiro político, com expectativa de ocupar, talvez, sua cadeira no Senado Federal no futuro. Ambos desempenharam um papel central na oposição ao último governo da ditadura militar.

Os ventos liberalizantes da Europa (redemocratização de Portugal e Espanha) e as frustrações das expectativas econômicas (crise do petróleo e da dívida externa) tornavam o regime implantado pelas armas em 1964 um arranjo de poder cada vez mais impopular e anacrônico, conforme Cardoso já havia argumentado em suas obras da década de 1970.[101] A vitória das oposições nas eleições de 1974 mostrou que as insatisfações populares foram canalizadas para a arena política, fortalecendo o MDB. O aumento do endividamento externo e os crescentes sinais de esgotamento da dinâmica de crescimento econômico, evidenciados com o declínio das taxas de crescimento econômico e com a inflação persistente, levaram a insatisfação social para as áreas metropolitanas, especialmente as regiões industriais, como o ABC Paulista, coração da indústria automobilística brasileira. Diante da perda da hegemonia

[101] A popularidade da ditadura começou a se esvair ainda no governo Ernesto Geisel (1974-1979), especialmente nos grandes centros urbanos, onde a concentração de renda e a urbanização desordenada deixavam mais salientes as vulnerabilidades do modelo excludente.

política do regime, o "projeto revolucionário" baseado no autoritarismo burocrático assegurado pela força das armas entrava em sua etapa final.[102] Em 1979, Geisel revogou o AI-5 e transmitiu o governo ao general João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), também pertencente ao grupo moderado das Forças Armadas. Houve continuidade da política de distensão política e de abertura. Inicialmente apoiadoras do regime de força e da repressão levada a cabo pelo aparato policialesco, parte da burguesia empresarial e da classe média se afastaram do governo.

No plano externo, as tensões entre o governo militar e o sistema financeiro internacional se intensificaram a partir do Segundo Choque do Petróleo (1979-1981) e da elevação das taxas de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve Board (FED), levando à inviabilização da estratégia de crescimento com poupança externa, à deterioração do balanço de pagamentos, à crise da dívida externa, à explosão inflacionaria, à recessão e à escalada do desemprego. Ao longo do ano de 1982, os de juros da dívida externa tornaram crônico o déficit no balanço de pagamentos, levando o governo a buscar a ajuda do Fundo Monetário Mundial (FMI). O governo recorreu a uma maxidesvalorização da moeda e, em decorrência da queda da arrecadação tributária e da indexação generalizada da economia, a inflação anual chegou a três dígitos. Houve queda de produção em todos os setores, com retração forte do PIB e escalada no desemprego. As variáveis econômicas negativas desestabilizaram politicamente o regime político erguido com base no discurso de defesa da segurança nacional e do crescimento acelerado, levando à perda da capacidade de o governo balizar o processo de abertura. O modelo de desenvolvimento por substituição de importações, levado a cabo desde a década de 1930, colapsava.

Figueiredo acelerou o processo de redemocratização, com a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, e com a extinção do bipartidarismo, em 1980.[103] A criação do novo sistema partidário dividiu os membros do núcleo central do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) entre os partidários do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido dos Trabalhadores, o que erodiu o consenso interno durante o período em que

[102] Nesse contexto, o Pacote de Abril de 1977 e o fechamento do Congresso Nacional, a pretexto de aprovar a reforma do Judiciário, foram demonstrações, simultaneamente, de força e de fraqueza do regime diante de uma oposição cada vez mais organizada e popular.

[103] O retorno do multipartidarismo trouxe novos partidos e lideranças políticas para a cena: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A coalização oposicionista reunida no MDB alterou o nome para Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura, trocou de nome para Partido Democrático Social (PDS). Surgiu ainda o Partido Popular (PP), reunindo figuras tanto da ARENA, como ex-governador mineiro Magalhães Pinto, e da oposição, como o senador Tancredo Neves (MDB-MG).

Fernando Henrique Cardoso ocupou a presidência da instituição (1980-1982). A reintegração de professores ao sistema universitário após a Anistia provocou, ademais, um rápido esvaziamento do centro de estudos. O Partido dos Trabalhadores reuniu intelectuais de esquerda, sindicalistas e militantes da ala progressista da Igreja Católica. Cardoso participou das primeiras reuniões para a criação do partido, entre 1979 e 1980. Apesar de muitos intelectuais próximos a ele terem se filiado, como José Arthur Giannoti e Francisco Weffort, Cardoso decidiu não aderir à nova agremiação, mantendo-se dentro do PMDB.

Cardoso optou pelo apoio à agremiação que era, desde a extinção do multipartidarismo pelo Ato Institucional n. 2 (AI-2), em 1966, o polo aglutinador das forças políticas de oposição ao regime, com alas diversas, complexidades regionais, múltiplas demandas e diferentes visões sobre a organização da sociedade, do Estado e da economia. A escolha envolvia escolhas políticas estratégicas em um momento de grande incerteza da transição democrática diante das sucessivas manobras da ditadura para evitar a perda do controle político e o fortalecimento das oposições, com sucessivos pacotes eleitorais que embaralharam as regras do jogo eleitoral. Segundo Ted Goertzel, embora ainda nutrisse simpatias pelas ideias socialistas, Cardoso havia se tornado um intelectual com ideias políticas mais moderadas (GOERTZEL, 2002: 94). De acordo com Dulci, Cardoso foi um "*socialista de cátedra*" e um "*liberal*" na ação política: "*um liberalismo gradualmente construído e sofisticado intelectualmente", adaptado à sua visão do Brasil forjada na academia e na política*" (DULCI, 2010: 146). A escolha em não aderir ao PT levou ao distanciamento político crescente com vários de seus colegas de esquerda (LEONI, 1997: 209).

Vinculado às principais lideranças do PMDB em São Paulo, como Ulysses Guimarães e Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso se projetava como uma figura intelectual e política que, até e então, fazia a crítica do poder de um regime autoritário dentro de um partido de oposição. As eleições para os governos estaduais de 1982 consagraram a vitória das oposições em estados importantes como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. O PMDB elegeu nove governadores, entre eles Franco Montoro (São Paulo) e Tancredo Neves (Minas Gerais).[104] O PDT teve uma vitória expressiva ao eleger Leonel Brizola (Rio de Janeiro). A vitória política da oposição foi significativa, conquistando estados que concentravam a maior parte da população e da riqueza nacional. A maior vitória política do MDB foi a conquista do

[104] Os nove governadores eleitos pelo PMDB foram André Franco Montoro (São Paulo), Tancredo Neves (Minas Gerais), José Richa (Paraná), Jader Barbalho (Pará), Gilberto Mestrinho (Amazonas), Íris Rezende (Goiás), Gerson Camata (Espírito Santo), Wilson Martins (Mato Grosso do Sul) e Nabor Júnior (Acre).

Governo do Estado de São Paulo pelo senador Franco Montoro, a mais rica unidade da federação.[105] Com a ida de Montoro para o governo paulista, Fernando Henrique Cardoso assumiu a sua cadeira, como suplente, em 1983, tornando-se um dos representantes da oposição no Senado. Até então mantendo-se no cenário político mais como crítico do poder, ideólogo e conselheiro dos líderes do PMDB, Cardoso assumiu, a partir de então, a linha de frente da luta político-partidária em um momento de grandes dificuldades da ditadura. A entrada no Congresso Nacional situou Fernando Henrique Cardoso em um espaço privilegiado para observar e atuar no processo de redemocratização. A figura de um intelectual com trajetória puramente acadêmica no Senado Federal, porém, era estranha para a maioria dos senadores, alguns ex-governadores, ex-deputados e ex-prefeitos.

Em seu primeiro discurso, **"*Considerações sobre a Situação do País*"**, em 27 de abril de 1983, o novato senador Fernando Henrique Cardoso externa as preocupações de vários grupos de interesse (empresários, sindicalistas, industriais, funcionários públicos, intelectualidade) e aborda dois temas principais: democratização e crise da dívida externa na América Latina.[106] O senador Virgílio Távora, do partido governista (PDS), mesmo externando não concordar com as colocações, reconhece que haviam sido ditas "*com tanta graça e, ao mesmo tempo, com tanta finura*", que mereceriam resposta adequada. O senador Aloysio Chaves, líder do PDS, partido da ditadura, disse que a presença de Cardoso "*enriquece o Senado Federal pela sua competência, pelo seu reconhecido prestígio como sociólogo, como professor, no Brasil e no exterior*", congratulando-o por valorizar o debate parlamentar com um discurso articulado sobre os problemas nacionais.

As ideias políticas de Fernando Henrique Cardoso mesclavam a sua visão crítica do modelo político e econômico brasileiro com ideais liberais acerca da institucionalização do Estado. Conforme visto no capítulo anterior, Cardoso acompanhava com interesse o que se passava no debate político europeu, especialmente com a vitória dos socialistas na França e na Espanha. Suas análises acerca da inserção econômica internacional brasileira, expostas nos livros **"*As Ideias e Seu Lugar*"** (1980) e **"*O Novo Socialismo Francês e a América Latina*"** (1982), mostravam que estava a par e em estreito diálogo com intelectuais como Alain

[105] O governo Figueiredo perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados (49% das cadeiras), mas manteve o controle do Senado Federal (66% das cadeiras) e ainda tinha maioria suficiente no Colégio Eleitoral (52% dos votos), invenção da ditadura militar para controlar, por eleições indiretas, o processo sucessório presidencial, fornecendo uma fachada de legitimidade ao regime.

[106] Íntegra do Discurso:

http://acervo.ifhc.org.br/Documento/Visualizar?Id=22288&iframe=true&width=100%&height=100%

Touraine. Sua permanência como presidente da *International Sociological Association* (ISA) também o obrigavam a viajar periodicamente para reuniões e congressos acadêmicos.

Apesar do distanciamento das rotinas puramente acadêmicas a que estava acostumado, o Senado proporcionou a Fernando Henrique Cardoso uma tribuna para divulgar suas ideias e travar debates com figuras de projeção nacional. O embate político mais importante foi com o diplomata e colega senador Roberto Campos (PDS-MT), igualmente estreante na Casa, que simbolizava o liberalismo econômico ortodoxo e o poder da tecnocracia do regime militar, objeto de reflexões de Cardoso na década de 1970. Em seu livro de memórias, Campos relembra que os embates mais "*intelectualmente estimulantes*" que teve no Senado Federal foram com o senador Fernando Henrique Cardoso. Na sua visão, apesar de ser o representante de um estado capitalista (São Paulo), Cardoso admitia "*várias formas de intervencionismo e estatismo, sob pretexto de controle social do mercado*", pois "*não havia ainda se livrado do entulho ideológico da teoria da dependência"* e defendia "*outrossim, teses favoráveis ao nacionalismo informático e ao dirigismo estatal, ainda que com mais elegância e sofisticação intelectual do que os nacional-populistas da época*" (CAMPOS, 1994: 1080). Em seu discurso de estreia no Senado Federal, em 8 de junho de 1983, Campos fez um inventário das "*raízes do mal*" e as "*deformações de comportamento*" do Brasil: a "*displicência demográfica*", a "*imprevidência energética*, "*a socialização do profano*". Centrava suas críticas nas elevadas taxas de crescimento populacional, nos excessos do intervencionismo estatal e no desrespeito à hierarquia e às leis.

Em resposta a Roberto Campos, Fernando Henrique Cardoso contra-atacou em seu discurso **"*As Razões da Oposição*"**, de 15 de junho de 1983, e criticou a indefinição do governo em tomar medidas para amenizar os efeitos da situação econômico financeira, sem definir se buscaria o caminho defendido por Campos, "*um projeto de conservadorismo metódico*", ou "*um conservadorismo bastante canhestro, e pouco justificável diante dos desafios que o País enfrenta*". Cardoso concordava com Roberto Campos quanto aos rumos equivocados do regime militar durante os anos 1970, mostrando que a política econômica expansionista do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PDN) de Geisel deu ao país a ilusão de viver em uma "*ilha da prosperidade*". Disse na tribuna: "*Riam de nós. Imaginavam que agíamos com afã meramente destruidor, que não desejávamos entender que o Brasil havia superado a barreira do subdesenvolvimento*". Por fim, faz alusão às críticas de Roberto Campos à visão terceiro-mundista da política externa brasileira, mostrando que os militares jamais imaginaram "*que nossos - como diz o Senador Campos - "cupinchas", ou seja, os países do Terceiro Mundo, em*

algum momento, poderiam reagir contra uma situação de espoliação e impor uma outra relação com o mundo desenvolvido, com consequências imensas sobre o conjunto das nações deste planeta". Cardoso completa: "*nunca imaginam a possibilidade de que aqueles que estão por baixo possam estar por cima no dia seguinte e definir eles próprios os seus destinos".*[107] Roberto Campos era um mordaz crítico da Política Externa Independente (PEI) dos anos 1960 e, vinte anos depois, continuava atacando a aproximação do Brasil com os países do Terceiro Mundo, um dos pilares da política externa brasileira desde o governo Costa e Silva.[108] Cardoso, por sua vez, desde as suas obras "O Modelo Político Brasileiro" (1972) e "Autoritarismo e Democratização" (1975) via como sinais de distensão política do regime a política externa dos militares a partir do governo Costa e Silva.

Na obra **"*Perspectivas: ideias e atuação política***" (1983), uma coletânea de artigos publicados nos últimos anos, Cardoso compara a transição política brasileira à experiência espanhola, dadas as tradições conciliatórias da política nacional. A transição negociada almejada pelas forças oposicionistas moderadas se inspirava, segundo Cardoso, no *Pacto de La Moncloa*, base do processo de redemocratização após o fim do regime ditatorial do general Francisco Franco (1892-1975). Segundo Cardoso, o acordo articulado por Adolfo Suárez e pelo rei Juan Carlos foi marcado pelo seu caráter público e abrangente, incorporando as forças oposicionistas, exceto os partidos da direita radical, *Alianza Popular* e *Fuerza Nueva*, que dele não participaram. As reflexões de Cardoso nesse livro ajudaram a embasar seu posicionamento político aberto ao diálogo e à negociação durante o processo de transição democrática. Em 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que previa o reestabelecimento das eleições diretas para presidente da República. A tese ganhou o apoio dos principais partidos oposicionistas, mobilizando a criação de uma ampla articulação suprapartidária. Mobilizados pela força

[107] Integra do discurso:
http://acervo.ifhc.org.br/Documento/Visualizar?Id=22289&iframe=true&width=100%&height=100%

[108] Como nota o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro em "*Lembranças de um Empregado do Itamaraty*" (1992), o governo João Figueiredo (1979-1985) promoveu o universalismo como como o pilar central da política internacional brasileira. Segundo Guerreiro, um princípio "*promotor da dignidade nacional, porque propõe o pleno respeito às individualidades nacionais, ou seja, a ampla aceitação da igualdade soberana dos Estados como modelo da organização da vida internacional*". Nesse sentido, consoante a apreciação de Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal, a política externa do último governo militar, dando prosseguimento às guinada autonomista da gestão Geisel, promovia, nas palavras do chanceler Guerreiro, "uma avaliação ponderada não só dos interesses próprios senão dos meios disponíveis para satisfazê-los, o que, como disse várias vezes, no caso do Brasil aconselha moderação, pois não temos um excedente de poder, ou de atração econômica e cultural, o que nos permite mantermos a boa convivência e a receptividade política e diplomática alheia se errarmos demais" (GUERREIRO, 1992: 29)

magnética do movimento, comícios foram realizados nas principais cidades brasileiras, com adesões de multidões à causa das *Diretas Já* (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004).

Fernando Henrique Cardoso apoiava o movimento, mas não descartava a negociação política, à luz das ideias expostas nos ensaios do livro de 1983. Cardoso chegou a ter um encontro informal com o presidente Figueiredo, em uma recepção ao presidente mexicano Miguel de la Madrid no Itamaraty.[109] Ao saudar, em nome da Frente Parlamentar Brasil-México, a visita do chefe de Estado mexicano, em março de 1984, Cardoso afirmou que a presença do presidente mexicano era um estímulo "*ao reconhecimento do muito que há por fazer para chegar-se à democracia com presença popular ativa, à reforma do estado doando-lhe de probidade e de responsabilidade pública, ao desenvolvimento das forças produtivas no contexto de um estilo de desenvolvimento mais igualitário, a uma ação internacional coordenada, baseada no princípio da autodeterminação dos povos e na soberania nacional"*.[110]

Sob a liderança do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, dos governadores Franco Montoro, Tancredo Neves, Leonel Brizola, José Richa, de figuras de grande expressão política nacional, artistas, intelectuais, estudantes, sindicalistas, empresários, prefeitos e vereadores, o movimento *Direitas Já* uniu, pela primeira vez desde 1964, todas as forças de oposição ao Regime Militar em um grande projeto político nacional: derrotar a ditadura. Os dois maiores comícios foram o da Candelária, no Rio de Janeiro, e o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, ambos com mais de um milhão de pessoas. A mobilização capitaneada pelas oposições também dividiu a base governista. Apesar disso, uma ala mais realista do PMDB temia a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, dado que o governo ainda possuía instrumentos de coerção para dissuadir os dissidentes. Na visão desse grupo, mobilizar e negociar eram dos caminhos necessários para garantir a transição democrática. Diante do veto do governo às eleições diretas e do enquadramento dos dissidentes do PDS, medidas de emergência foram decretadas em Brasília e a emenda Dante de Oliveira foi derrota no Colégio Eleitoral. Faltaram apenas 22 votos para a aprovação do projeto.

---

[109] Evocando a amizade de seu pai, general Euclides Figueiredo, com o general Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique Cardoso, Figueiredo disse que respeitava a oposição, mas que não aceitaria ofensas pessoais durante a campanha das Diretas Já. O encontro teve grande repercussão na imprensa e deixou indignados alguns setores da oposição (LEONI, 1997: 225).

[110] Link para o discurso completo:

http://acervo.ifhc.org.br/Documento/Visualizar?Id=21994&iframe=true&width=100%&height=100%

A partir da derrota, o governador de Minas Gerais Tancredo Neves tornou-se o protagonista do processo de democratização, mantendo a mobilização do movimento *Diretas Já* com a campanha *Mudanças Já.* O objetivo era vencer o candidato do governo no Colégio Eleitoral, em eleições indiretas, e destruir o Colégio Eleitoral com a cooptação do grupo dissidente do PDS, assegurando uma transição negociada. Nesse contexto, o senador paulista Fernando Henrique Cardoso foi encarregado por Ulysses Guimarães e por Franco Montoro da tarefa de reforçar o movimento pela eleição de Tancredo Neves dentro do Senado Federal. Na visão de Ronaldo Costa Couto, em "*A História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*" (1998), a deterioração interna e externa do governo autoritário, agravada pela situação econômica, levou o regime à exaustão e dispersão de seus apoios políticos. As ideias de uma transição negociada entre a oposição e setores dissidentes do governo militar estavam expostas na Carta da Aliança Democrática.[111] Era apoiada pela base oposicionista (PMDB, PTB, PDT), por dissidentes do PDS (vice-presidente Aureliano Chaves, senadores José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Marco Maciel), pela corrente moderada das Forças Armadas (ex-presidente Ernesto Geisel) e por empresários (Antônio Ermírio de Morais e Roberto Marinho).[112]

Em fins de 1984, Fernando Henrique Cardoso aproximou-se de Tancredo Neves, tornando-se um dos seus principais interlocutores políticos, e recebeu o Troféu Juca Pato de Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores de São Paulo. Vivenciava um período de grande projeção política no cenário nacional. Em entrevista à jornalista Miriam Leitão na revista *Playboy* de outubro de 1984, Cardoso analisava o seu posicionamento no contexto político-ideológico da época:

> Há anos eu brigo com a esquerda. Já entrei em polêmica sobre vários temas. E não tenho medo nem das polêmicas nem das acusações, porque tenho convicções e sustentação teórica do que digo. Posso estar errado, mas não há nada imoral em estar errado. E a crítica da esquerda é a de que eu estou

[111] O fato divisor da base do governo foi a vitória da candidatura de Paulo Maluf sobre as de Mário Andreazza e Aureliano Chaves no PDS, selando a cisão das forças pedessistas. A renúncia do senador José Sarney à presidência do PDS, acompanhando de um grupo de parlamentares do PDS, levou à criação da Frente Liberal, transformado depois em Partido da Frente Liberal (PFL).

[112] O acordo político selado pela "*Aliança Democrática*" reconhecia a necessidade de renegociação da dívida externa para a retomada do desenvolvimento, a promoção de eleições diretas, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), o fortalecimento da Federação, o combate à inflação, a reforma tributária, o enfrentamento da fome, das desigualdades sociais e do desemprego, a defesa dos direitos humanos, o combate às discriminações de minorias, a promoção da saúde, a reforma educacional, a proteção do meio ambiente e da Amazônia, a reorganização da previdência social e uma política externa baseada na defesa da soberania nacional, da segurança internacional, da justiça e da paz (COUTO, 1998).

> vacilando, quando eu posso estar apenas com uma análise errada. Muitas vezes estive errado, mas isso não é imoral (CARDOSO, 2010: 68).

6.2. A construção de um novo partido: liberalismo ou socialdemocracia?

A inserção de Fernando Henrique Cardoso no debate político brasileiro a partir da segunda metade da década de 1980 se confunde com a própria história da Nova República. Essa seção procura mostrar como a vertente liberal do pensamento político de Cardoso se tornou mais saliente, o que traria consequências impactantes na elaboração de seu pensamento internacional. A formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso é ancorada na Escola de Sociologia Paulista, de tradição francesa. Apesar de sua permanência nos Estados Unidos (Yale, Princeton e Stanford) e no Reino Unido (Cambridge) na década de 1970 e de sua estreita interlocução com os cientistas sociais norte-americanos, a matriz intelectual de Cardoso sempre teve na França o seu baluarte. Essa influência francesa só começou a declinar na segunda metade da década de 1980, com o declínio do socialismo e com o enfraquecimento das ideias da esquerda europeia. As matrizes intelectuais francesas continuaram presentes, mas foram cada vez mais matizadas pela influência do pensamento anglo-saxônico (DULCI, 2010: p. 126).

A crise do mundo socialista no final da década de 1980 e a adesão de lideranças socialdemocratas europeias, como François Mitterrand (França), Felipe González (Espanha) e Mário Soares (Portugal), a um receituário econômico mais liberal, teria impacto nas reflexões de Cardoso acerca da inserção do Brasil no mundo. O fortalecimento da vertente liberal em sua produção de ideias, já verificada ao longo da década de 1970, se consolidou com a redemocratização brasileira, que coincide com o esgotamento do modelo de desenvolvimento orientado por substituição de importações, iniciado no começo da década de 1930. Estudioso do processo de desenvolvimento econômico brasileiro desde a década de 1960 e defensor da tese que haveria a possibilidade de conciliar crescimento econômico com associação ao capitalismo global, as ideias de Cardoso começaram a ganhar maior repercussão nos meios políticos brasileiros nos dez anos seguintes, com destaque para os seus artigos, pronunciamentos e entrevistas durante os trabalhos de formulação da Constituição de 1988.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney derrotaram o candidato do PDS, Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral, por 480 votos contra 180. Em seu discurso de vitória, Neves pregou a conciliação nacional e reafirmou o seu compromisso com a democracia, com a reorganização institucional do Estado, com a retomada do desenvolvimento e com a justiça social. Reconheceu o papel da iniciativa privada, do capital estrangeiro e da manutenção de

uma política externa universalista e pragmática, alinhada aos interesses nacionais. A montagem do seu ministério refletiu a diversidade de sua aliança na busca de uma maioria parlamentar, o equacionamento de questões ideológicas, regionais e políticas. No plano internacional, Tancredo Neves buscava fortalecer as credenciais democráticas do Brasil, estreitar as relações com os parceiros tradicionais e entabular conversações com governos e instituições multilaterais para a renegociação da dívida externa. Em seu discurso de vitória no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves mostra a sua visão acerca do mundo no qual o Brasil precisava se reinserir:

> Se não vemos as outras nações como inimigas, e não as vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante da árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política. As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem, frente a um novo nacionalismo. (...) Ao mesmo tempo, fenômeno típico do desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo, surge nova realidade supranacional nas grandes corporações empresariais. Aparentemente desvinculadas de suas pátrias de origem, tais organizações servem, fundamentalmente, a seus interesses (NEVES, 1985).[113]

Terão os ventos liberalizantes da Nova República impactado também a política externa brasileira? Na perspectiva de Dawisson Belém Lopes, em "*Política Externa e Democracia no Brasil*", as densas transformações nas relações Estado-sociedade no Brasil entre 1974 e 1985 e as condicionantes internacionais contribuíram para os primeiros ensaios, ainda que tímidos, de maior abertura e democratização da política exterior brasileira. Durante o final da ditadura militar, com o fim da censura à imprensa e o maior escrutínio à política externa, nota-se uma preocupação da chancelaria brasileira em incorporar a opinião pública como um ator político, ao menos na retórica, durante o governo João Figueiredo. Belém Lopes registra ainda que a viagem internacional de Tancredo Neves em 1985 buscou capitalizar, no exterior, o processo de redemocratização do país e a continuidade das linhas da política externa do Ministério das Relações Exteriores (BELÉM LOPES, 2013: 41-42).

[113] http://www.tancredo-neves.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=68:presidente-eleito-brasilia-15-01-1985&catid=42:discursos&Itemid=125

Em seu artigo "*O legado diplomático da viagem presidencial de Tancredo Neves – seu significado para a política exterior do Brasil*" (1985), Celso Lafer argumenta que o périplo do presidente eleito à Europa, aos Estados Unidos e à América Latina, entre janeiro e fevereiro de 1985, tornou-se "*o seu momento presidencial (...). Esse breve momento teve, no entanto, um alcance importante que foi o de marcar, no plano internacional, o significado das transformações internas ocorridas em nosso país com o advento da Nova República*" (LAFER, 1985: 13-19 *apud* RICUPERO, 2010: 377). Em discurso pronunciado na Recepção no Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1º de fevereiro de 1985, Tancredo Neves mostra esse nexo dentre democracia no plano interno e no plano internacional:

> A dificuldade em constituir uma ordem internacional mais equilibrada é semelhante às barreiras que as nossas sociedades tiveram, e têm ainda, de vencer os seus respectivos processos de consolidação da democracia. Existe a meu ver uma vinculação muito clara entre o estabelecimento de sistemas democráticos, em nível nacional, a democratização da vida internacional. Em ambos os contextos, o caminho só pode ser o do diálogo livre e da participação de todos. (...) Se no plano interno nos batemos para assegurar o envolvimento dos mais distintos setores de nossas sociedades no dia a dia das deliberações dos poderes constituídos, no pano externo não poderíamos deixar de lutar pela participação equitativa da totalidade das nações no processo decisório internacional (NEVES, 1985 *apud* RICUPERO, 2010: 293).

Fernando Henrique Cardoso era um dos senadores com maior vivência, experiência e contatos internacionais dentro do Congresso Nacional e nutria expectativas de ocupar o Ministério das Relações Exteriores no governo a ser chefiado pelo presidente-eleito Tancredo Neves.[114] Como participante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, tinha contato com temas como a dívida externa e a política nacional de informática. A aproximação com a América Latina também era um dos temas centrais de sua visão de mundo, o que se percebe na

[114] A atuação na política doméstica, entre 1982 e 1985, não o afastou da participação, como membro, em instituições acadêmicas nacionais e internacionais. A título ilustrativo, Cardoso era presidente do Conselho Superior da tradicional Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Além de presidente da International Sociological Association (ISA), tornou-se membro de novas organizações: Helen Kellog Institute for International Studies (Universidade de Notre Dame, Estados Unidos); Third World Academy of Science (Trieste, Itália); Vienna Institute for Development (Áustria); Instituto de Relaciones Europeo Latinoamericanas (Madri, Espanha); American Academy of Arts and Sciences (Estados Unidos); Associação Internacional "Maison d'Auguste Comte" (França).

participação na Frente Parlamentar Brasil-México. Em seu depoimento para esta pesquisa, Celso Amorim, então representante do Brasil na Holanda, afirma que a possibilidade de Cardoso ser chanceler era uma possibilidade discutida abertamente nos círculos do Itamaraty:

> Minha mulher veio de férias ao Brasil e foi a uma reunião da CBPC. E eu disse a ela: "entrega um bilhetinho para o Fernando Henrique". Porque eu conhecia ele, não intimamente, mas conhecia. E disse: "Você deve ser o nosso chanceler". E isso na democratização. Portanto, cinco ou seis anos antes dele (AMORIM, 2020)

A escolha do banqueiro Olavo Setúbal para o Ministério das Relações Exteriores, como prêmio de consolação por ter entregue o Ministério da Fazenda ao sobrinho, Francisco Dornelles, frustrou a as expectativas de Cardoso de chefiar o Itamaraty.[115] Em "*Um diplomata a serviço do Estado: na defesa do interesse nacional*" (2018), Rubens Barbosa, na época escolhido chefe de gabinete do chanceler Olavo Setúbal, explica que Setúbal era uma das peças-chave da articulação de Tancredo Neves com o empresariado durante a campanha no Colégio Eleitoral. Nesse sentido, apesar de ter defendido uma política externa de continuidade com a praticada pelos militares desde Geisel, Tancredo Neves buscou inserir a pasta do Exterior no jogo político mais amplo de distribuição dos ministérios às forças políticas que lhe apoiaram em 1984-1985. Para equilibrar a escolha de um chanceler-político (no caso, de um chanceler-banqueiro), o presidente eleito prestigiou a burocracia itamaratiana, escolhendo o diplomata Rubens Ricúpero para a sua Assessoria Internacional a ser criada na Presidência da República, e, para comandar a Secretaria-geral de Relações Exteriores, o segundo cargo do Itamaraty, o diplomata Paulo Tarso Flecha de Lima.

Para compensar o senador Fernando Henrique Cardoso, Tancredo Neves ofereceu-lhe o recém-criado cargo de líder do Governo no Congresso Nacional. Era uma posição política pomposa, mas meramente simbólica. A questão essencial da montagem do novo governo era a personificação, em Tancredo Neves, de uma transição negociada e sem confrontos. No entanto, as expectativas de uma transição mais suave foram frustradas com a doença e a hospitalização do presidente eleito, às vésperas da posse, seguida de uma sucessão de cirurgias, quarenta dias

[115] Em entrevista ao *Jornal da Tarde*, em 2 de novembro de 1985, Cardoso abordou a questão da possibilidade de ter sido o ministro das Relações Exteriores de Tancredo Neves: "*É um ministério que não possui grande peso político, mas tem um enorme charme. Tenho um projeto internacional para o Brasil, resultante de meus estudos de sociólogo e das minhas reflexões sobre a conjuntura internacional. Sem dúvida, eu estaria muito cômodo nessa função"*.

de sofrimento e a sua morte, em 21 de abril de 1985, feriado de Tiradentes. Diferentemente do pacto espanhol analisado por Cardoso em seu ensaio de 1983, a experiência brasileira de redemocratização manteve o seu caráter mais conservador, com a continuidade de grupos e lideranças do regime anterior em posições-chave de poder. Na Espanha também houve alguma continuidade, mas a transição foi mais rápida e os representantes do franquismo perderam eleições, enfraquecendo-se politicamente.

Com a presidência José Sarney iniciou-se a derradeira fase de sua transição democrática: os militares retornaram aos quartéis, o entulho autoritário remanescente da ditadura foi aos poucos revogada, as liberdades democráticas foram consolidadas e as eleições indiretas foram eliminadas. A Aliança Democrática não garantiria ao vice-presidente José Sarney a coesão político-programática costurada por Neves, gerando um vácuo político, ideológico e de poder na Nova República. Em sua obra **"*A Democracia Necessária*"** (1985), Cardoso analisa o impacto da implantação de uma democracia liberal para o enfrentamento dos desafios econômicos e sociais brasileiros:

> Acho que é de esperar que cada vez mais os que entendemos alguma coisa (ou pensamos que entendemos) devemos deixar que a paixão nos toque um pouco, para sairmos do esplêndido isolamento da universidade. Mas se viermos a contribuir, não devemos fazê-lo como torcedores, apenas, mas como alguém que acrescenta algo na visão de mundo. Se não, sofreremos com a nossa lucidez ou seremos engolfados na covardia de deixar-nos embalar pela paixão sem acrescentar o elemento de razão que a mudança requer e nossa formação nos permite e obriga a dar à luta política (Cardoso, 1985: 45).

Após a morte de Tancredo Neves, o futuro político de Cardoso era incerto. Havia experimentado uma grande exposição midiática durante os comícios das *Diretas Já* e as articulações pela eleição de Tancredo Neves. Em 1985, diante da impossibilidade legal da recondução de Mário Covas (PMDB) à Prefeitura da cidade de São Paulo, anunciou a sua intenção de disputa-la. A ambição de administrar a capital paulista, a maior cidade do país, proporcionaria ao senador a oportunidade de pôr em prática as suas reflexões sobre temas urbanos e de projetar-se como uma liderança nacional do partido.[116] Cardoso teve que enfrentar,

[116] Ao anunciar a candidatura, Fernando Henrique Cardoso salientou que buscaria uma administração pautada pelas seguintes diretrizes: "A eficiência, a firmeza, a modéstia a coordenação da equipe. Aí estão os traços do

como adversário, o ex-presidente Jânio da Silva Quadros (1919-1992) em uma campanha duríssima: "*Ele conhece melhor Paris Nova York do que Sapopemba*", dizia Quadros sobre o adversário (LEONI, 1997: 237). Em termos partidários, Fernando Henrique Cardoso tinha vantagem de possuir um partido grande e com capilaridade na cidade de São Paulo. No entanto, Cardoso não foi bem-sucedido em suas alianças: não conseguiu atrair o apoio do PFL, que apoiou Quadros, nem do PT, que lançou a candidatura de Eduardo Suplicy.[117] Em novembro de 1985, eleições foram realizadas em 201 municípios, incluindo as capitais de estados e territórios. O PMDB ganhou em 25 capitais e em 110 cidades, mas perdeu São Paulo, a joia da coroa. Apesar do favoritismo nas pesquisas até às vésperas das eleições, Cardoso sofreu uma derrota para o ex-presidente da República por apenas 140 mil votos (LEONI, 1997: 238-240).

Após o malogro do projeto de governar a capital paulista, Fernando Henrique Cardoso viajou para transmitir a presidência da International Sociological Association (ISA) ao sucessor, em Nova Delhi, na Índia. Duas semanas depois de retornar ao Brasil, anunciou a sua candidatura à reeleição ao Senado. Capitaneado pelo Plano Cruzado, o programa de combate à inflação do governo do presidente José Sarney, o PMDB elegeu os chefes de governos de todos os Estados, exceto o de Sergipe.[118] O partido obteve 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos assentos). No Senado, o PMDB conseguiu 38 das 49 cadeiras em disputa. Elegeu dois senadores em São Paulo: Mário Covas (7,8 milhões de votos) e Fenando Henrique Cardoso (6,2 milhões). Orestes Quércia foi eleito governador do Estado e se tornou um dos maiores adversários de Cardoso dentro do PMDB. A partir das eleições de 1986, Fernando Henrique Cardoso se posicionou com uma voz crítica dentro do partido e da condução do governo pelo presidente José Sarney. Após o malogro do Cruzado, a situação econômica do pais se tornou muito complexa, com a escalada inflacionária e da dívida externa. Em entrevista ao jornal do Brasil em 27 de fevereiro de 1986, Cardoso afirmou: "*o grande engano da Nova República é*

administrador moderno. Serei sincero e simples, direto e enérgico na ação, sem personalismo nem exibicionismo" (LEONI, 1997: 235).

[117] Cardoso cometeu ainda vários erros políticos e deslizes que foram politicamente capitalizados pelo adversário. No último comício na televisão, ao ser perguntado sobre o preço de um quilo de feijão ou de um pão, não soube responder. A recusa em responder ao jornalista Boris Casoy sobre se acreditava ou não em Deus também não foi bem vista pelo eleitorado mais conservador. Outro erro crasso foi deixar-se fotografar na cadeira do prefeito para a imprensa, acreditando que a imagem viria a ser publicada apenas após as eleições.

[118] O partido obteve 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos assentos). No Senado, o PMDB conseguiu 38 das 49 cadeiras em disputa. Elegeu dois senadores em São Paulo: Mário Covas (7,8 milhões de votos) e Fenando Henrique Cardoso (6,2 milhões). Orestes Quércia foi eleito governador do Estado e se tornou um dos maiores adversários de Cardoso dentro do PMDB.

acreditar que ela existe em todo o Brasil, quando ela só existe em Brasília" (LEONI, 1997: 242).

Na perspectiva de Dulci, o êxito eleitoral do PMDB em 1986 foi seguido por um rápido declínio, resultante das incertezas do processo de redemocratização, do vácuo de liderança com o desaparecimento da figura conciliadora de Tancredo Neves (símbolo maior da transição democrática) da vulnerabilidade do governo Sarney após o fracasso do Plano Cruzado e das divisões internas da Assembleia Nacional Constituinte. O ponto central eram as disputas entre a ala histórica do PMDB, mais ideológica e progressista, e a ala conservadora, mais clientelista (DULCI, 2010: 161-162). Essa maioria conservadora do PMDB formou, em 1987, o chamado "Centrão", que reunia parlamentares de diversos partidos e bloqueava medidas mais progressistas dentro da Constituinte. O PMDB rachou em três alas: Centrão (direita); grupo de Ulysses Guimarães (centro); dissidentes (esquerda). O grupo dos dissidentes tinha como principais lideranças Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, José Serra e Pimenta da Veiga. Além de questões político-eleitorais regionais envolvendo a disputa pelo poder nos estados, outro motivo para a cisão dentro do PMDB foi a liderança centralizadora de Ulysses Guimarães, que acumulava a presidência do partido, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte. Ulysses disputava espaços de influência com José Sarney e ocupava interinamente a cadeira presidencial nas viagens internacionais do chefe de Estado. Era, portanto, a figura mais poderosa da República e, por seu estilo concentrador de poder, ofuscava outras lideranças dentro do PMDB.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, que durou 18 meses, Fernando Henrique Cardoso participou ativamente dos trabalhos para a elaboração da nova Carta Magna. Na abertura dos trabalhos, foi designado relator-adjunto da Comissão de Sistematização. Em 1987, foi escolhido líder do PMDB no Senado, o que não o impediu de manter um tom crítico em relação ao seu partido, tornando mais salientes as divergências entre grupos e correntes internas do partido. Embora não tivesse a projeção de Ulysses Guimarães e de Mário Covas, com maior interlocução dentro e fora do Congresso Nacional, Cardoso possuía trânsito entre os partidos políticos e boa aceitação entre os adversários. O fato de manter atividades intelectuais e acadêmicas o diferenciava dos demais políticos do Congresso Nacional, conferindo-lhe um certo destaque por seus discursos recheados de análises acadêmicas (LEONI, 1997: 248). Cardoso fez críticas sistemáticas ao clientelismo e ao fisiologismo do PMDB e à política econômico-social do governo José Sarney. Em discurso no Senado Federal em 29 de janeiro de 1988, Cardoso abordou a crise de confiança no Governo:

> Centrão, Centrinho, fisiológicos, progressistas, históricos, histéricos, retrógrados e queixosos são, muitas vezes, denominações que encobrem a incapacidade de os partidos serem os canais para o exercício do mais elementar dever do político: respeitar o senso comum, o bom senso do homem das ruas, sem o que não haverá representatividade, nem, portanto, democracia (CARDOSO, 1988 *apud* LEONI, 1997: 115)

A relação entre dissidentes e o Centrão se tornou cada vez mais tensa e tumultuada, com ameaças de ruptura com o partido em fins de 1987. O alvo principal era o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Franco Montoro e Mário Covas se somaram ao discurso crítico ao fisiologismo, tornando a situação política do grupo insustentável dentro do PMDB. Cardoso anunciou a Ulysses Guimarães que sairia do partido para fundar uma nova agremiação.[119] Em entrevista à Folha de São Paulo em 11 de abril de 1988, intitulada "*Novo partido deve ser criado até junho*", o senador antecipa quais deveriam ser os contornos da nova agremiação:

> um partido que se ponha na centro-esquerda, que tenha limite à esquerda e à direita, e que a esquerda desse limite seja o seguinte: não queremos esquerda autoritária, que é a esquerda que pensa que vai mudar a sociedade e que é preciso se encarapitar no Estado seja por eleição, seja pela revolução. E que, a partir do Estado, ela faça as reformas na sociedade. Essa esquerda nós não queremos. Não queremos também a esquerda populista, a esquerda que pensa que o Estado é uma máquina de benesses sem fim. Essa atitude irresponsável para com a produção, para com as leis de mercado, para com um desenvolvimento econômico [apenas] em médio prazo não nos serve também, é demagógica. Qual o limite da direita? Eu acho que os liberais democráticos, sim, desde que sejam modernos (SANCHEZ, 2013: 148).

[119] O deputado Pimenta da Veiga assim definia ideologicamente o novo partido: "Será um partido de centro-esquerda. Hoje o PMDB é um partido de centro. A esquerda é o PT e os PCs. Deveremos abranger o PMDB mais de centro (Montoro), o socialismo democrático (Covas/Fernando Henrique) e até os socialistas como Saturnino Braga. Queremos ser claramente um partido de centro-esquerda, que defende a democracia social; democracia porque toma decisões de forma aberta, social porque as medidas sociais devem estar acima das econômicas. Essa posição é a nossa vocação; mas esse também é o espaço vago. A sociedade está órfã; esse espaço era do PMDB, mas ele se distanciou. A classe média, os operários, os sindicatos precisam de um intérprete político. Sem isso a transição não se completa" (SANCHEZ, 2003: 115-6).

Esse discurso de Cardoso mostra que, além de uma concepção de um modelo de desenvolvimento associativista, Cardoso passa a defender um conjunto de reformas domésticas para reestruturar o Estado e viabilizar uma economia de mercado mais aberta. Na perspectiva de Wasserman, a década de 1980 foi marcada por diversos percalços econômicos no mundo capitalista, pelo predomínio da doutrina neoliberal e pela ascensão do conservadorismo político em países como Estados Unidos e Reino Unido (2019: 150-151). O socialismo estava em declínio e o mundo comunista vivenciava transformações com a chegada do líder moderado Mikhail Sergeyevich Gorbachev (1931-) ao comando do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1985. Gorbatchev impulsionou a reestruturação da economia (*perestroika*) e maior abertura e transparência (*glasnost*). No plano internacional, os entendimentos bilaterais entre Estados Unidos e União Soviética no campo do desarmamento nuclear ajudaram arrefecer a Guerra Fria. Mesmo os governos europeus de orientação socialista, como os de François Mitterrand (França) e de Felipe González (Espanha), promoviam reformas pró-mercado para dinamizar suas economias. Na América Latina, o Chile se destacava por seu experimento econômico neoliberal, implementado por economistas de orientação monetaristas oriundos da Universidade de Chicago, apelidos de *Chicago boys*.

Havia, portanto, um contexto político doméstico e internacional favorável ao debate sobre as opções econômicas e internacionais do Brasil. É nesse ambiente que se deve compreender a decisão de Cardoso de participar da criação de um novo partido político. Em junho de 1988, Fernando Henrique Cardoso renunciou à liderança do PMDB no Senado. O senador Mário Covas apresentou a sua renúncia à liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte. Os dissidentes entregaram os cargos que ocupam no governo federal e nos governos estaduais. Junto com 102 dissidentes do PMDB, Cardoso participou do movimento de criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O novo partido buscaria "*ocupar vazio*" no espectro da centro-esquerda brasileira (LEONI, 1997: 252). A mais importante liderança era o senador Mário Covas, mas Cardoso se tornou o seu principal ideólogo (SANCHEZ, 2003: 133-4).[120] No novo partido, defendeu uma maior integração econômica do Brasil no mundo, como se pode verificar em discurso no Senado, em 1988:

[120] A primeira Executiva Nacional do PSDB era composta por Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Franco Montoro, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, entre outros. O cargo de presidente do partido foi ocupado por revezamento entre Covas, Richa, Pimenta da Veiga e Cardoso. Nota-se a concentração de nomes do Estado de São Paulo e do Sudeste na direção do partido, o que demonstra a dificuldade inicial de afirmação para fora do eixo Sul-Sudeste.

> assumir a opção pelo desenvolvimento implica um processo que, a falta de um nome melhor, chamarei de "modernização", mas que, na verdade, é o da globalização da economia. No momento em que a Europa integra seu mercado por meio de uma multiplicidade de joint-ventures com a União Soviética, e que a China se "ocidentaliza", o Japão já é parte do mundo ocidental e os Estados Unidos formam um grande mercado na América do Norte, juntamente com o Canadá e o México, o Brasil não pode isolar-se, de forma anacrônica, por meio de um processo ultrapassado de autarquia, com o risco de tornar-se um grande Cambodja (CARDOSO, 1988 *apud* GOERTZEL, 2002: 115).[121]

Marcelo Dulci (2010) entende que há uma forte conexão entre a visão de mundo de lideranças e de partidos, a cultura política e a ação política. Essa relação fica mais clara com a operacionalização de um projeto político dentro de um partido recém-fundado, com pretensões de disputar a presidência da República e de reorientar os rumos do país.[122] A Apesar de nascer com uma base parlamentar forte, o PSDB não possuía um enraizamento sindical, como os partidos socialdemocratas europeus. Houve a adesão de algumas organizações representativas do empresariado e do setor rural. Os movimentos sociais eram uma força política periférica. Possuía, porém, um núcleo intelectual forte (Vilmar Faria, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Hélio Jaguaribe, Ruth Cardoso, além do próprio Fernando Henrique Cardoso).[123] A incorporação de acadêmicos ao núcleo de poder do PSDB mostrava a perda crescente de espaço do modelo de intelectual engajado dos anos 1960 e 1970. Na visão de Wasserman, houve "uma relativa inadequação teórica – a epistemologia da modernidade passava por graves questionamentos diante da valorização do relativismo – assim como também se criou uma nova cultura política

---

[121] Em reação ao discurso de Cardoso, o senador Roberto Campos afirmou que se colocava "*na curiosa posição de concordar com grande parte das conclusões do senador, sem concordar com suas premissas*". (GOERTZEL, 2002: 115).

[122] Quanto à linha ideológica, o arco doutrinário do PSDB incorporaria quatro correntes: liberais progressistas (mais conservadores), democrata-cristãos (Franco Montoro e José Richa), socialdemocratas (Márcio Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Bresser-Pereira, Hélio Jaguaribe) e socialistas democráticos (Célio de Castro e Cristina Tavaes) (SANCHEZ, 2003: 138).

[123] O Estatuto do Partido proclamava a "democracia como valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro" e defendia um ideário reformista do Estado, das políticas públicas, do sistema político-eleitoral e dos diretos sociais. Prezava ainda a dimensão social, com a defesa dos direitos humanos, a garantia dos direitos fundamentais, a luta contra as discriminações e a redução das desigualdades sociais. O grande objetivo partidário era a defesa do sistema de governo parlamentarista e a defesa de uma economia moderna que combinasse inovação tecnológica, livre-iniciativa e ampliação da eficiência "para a integração soberana ao sistema econômico internacional" (Diário Oficial, 1988: 12509 apud DULCI, 2010: 179). Quanto às relações exteriores, advogava uma presença "*ativa no cenário internacional: além dos objetivos históricos de nossas relações exteriores – autonomia, integridade territorial etc –, precisamos ter um papel mais ativo na integração latino-americana"* (Diário Oficial, 1988: 12510 apud DULCI, 2010: 180).

que exigia mais atenção aos problemas de ordem prática" (2019: 156). Atentos aos "*novos valores, hierarquias e necessidades*" de uma cultura política institucionalizada e democrática, os intelectuais brasileiros na década de 1980 foram profundamente marcados pelas lutas democratizantes. No entanto, na visão de Leoni (1997), o PSDB seguiu menos o "*arroubo participativo e democrático*" de Covas e de Montoro e mais as ideias "*realistas*" de Cardoso. A autora ressalta que o traço de indefinição ideológica do partido, oscilando entre a centro-esquerda e a centro-direita, "*em cima do muro*", se deve muito à própria personalidade política de Cardoso (LEONI, 1997: 253).[124]

Nas eleições presidenciais de 1989, o PSDB apresentou a candidatura do senador Mário Covas ao Palácio do Planalto. A campanha de Mário Covas oscilou entre as visões políticas mais liberais, nacional-desenvolvimentistas e progressistas. O discurso de Covas de 28 de junho de 1989, *"Compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento"*, mais conhecido como o do "*choque de capitalismo*", dirigia veementes críticas ao governo José Sarney, defendendo "*uma proposta de reforma radical do Estado e da sociedade, dirigida à consciência e à razão dos brasileiros*. Ao analisar o quadro internacional, Covas afirma que o Brasil deveria posicionar-se internacionalmente "*com independência crítica como um País que sabe o quanto, hoje, as nações devem ligar-se umas às outras até ao ponto de podermos sustenta uma espécie de Constituição mundial na qual os direitos dos povos do universo estejam assegurados sem engolfar os legítimos interesses de cada país*". O senador faz alusão, ademais, à necessidade de reforço da capacidade de competição do país numa economia cada vez mais integrada: *"Não faz sentido isolar o País numa autarquia. Ele deve participar da nova ordem política mundial*". E continua: "*Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil*". Por fim, assinala que *"o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios*".[125] Segundo Celso Lafer, um dos intelectuais apoiadores da criação do PSDB:

[124] O trecho do Manifesto de Fundação do partido sintetizava o seu pensamento político, uma mistura de liberalismo e socialdemocracia europeia: "*Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados*" (Manifesto de Fundação do PSDB. In: DULCI, 2010: 177).

[125] Íntegra do Discurso de Mário Covas: "https://tucano.org.br/choque-do-capitalismo/"

> Já havia um bom debate sobre política externa e já havia a percepção de que a União Soviética estava desaparecendo. E que, portanto, o mundo estava mudando. E que não adiantava você imaginar o Brasil operando, como vinha, na lógica da substituição de importações. E o Covas estava de acordo com isto. O Covas era outro tipo de figura e de personagem. Também muito interessante e muito diferente do Ulysses, Montoro e Fernando Henrique, ainda que com eles tivesse com eles boas relações. Tinha um pouco as características da sua própria formação. Era engenheiro: pão, pão, queijo. (...) Era um homem de grande coragem pessoal e de grande coragem política. (...) O Covas também era muito zeloso da sua própria autoridade. Então havia sempre um pouco essa coisa de ciumeiras internas (LAFER, 2020)

Grupos mais amplos do empresariado brasileiro cogitaram apoiar Mário Covas como opção para enfrentar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, mas acabaram aderindo à candidatura de Fernando Collor de Melo (DULCI, 2010: 208). A candidatura também não atraiu apoios importantes nos estados. Covas obteve apenas o quarto lugar no primeiro turno entre 21 candidatos, com pouco mais de 7 milhões de votos. No segundo turno das eleições de 1989, o PSDB apoiou o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Lula foi derrotado por Collor, ex-governador de Alagoas que se tornou um fenômeno eleitoral. A eleição de Collor se deu em um quadro de instabilidade social e política trazida pela crise econômica e pelos elevados índices inflacionários do final do governo Sarney. Outro fator relevante foi o temor dos grupos dominantes de que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, pudesse vencer as eleições. A insatisfação do eleitorado com os partidos políticos hegemônicos foi outro fator relevante para a ascensão de Collor do *outsider*. Collor derrotou todos os partidos políticos tradicionais, incluindo os poderosos PMDB e PFL. Seu vice era o senador mineiro Itamar Franco, colega de Fernando Henrique Cardoso no Senado, recém desfilado do PMDB.

6.3. Socialdemocracia e liberalismo periférico

A conjuntura do final do primeiro governo da Nova República era de grande instabilidade e desorganização econômica. No estudo "*Brasil: reforma ou caos*" (1989), o cientista político Hélio Jaguaribe, intelectual ligado ao PSDB, juntamente com uma equipe de

outros pesquisadores, registraram a necessidade de "*um amplo consenso nacional*" para a reorganização do Estado brasileiro e a retomada do ciclo de desenvolvimento. Segundo os autores, "o país se defronta, presentemente, com obstáculos de suprema gravidade, que poderão sustar seu processo de desenvolvimento e mergulhá-lo numa situação de caos social e econômico, necessariamente conducente a soluções autoritárias, de direita ou de esquerda". Seu diagnóstico mostrava que o Estado brasileiro, "depois de ter sido levado, na década de 70, à condição do mais moderno Estado do Terceiro Mundo, sofreu, nos últimos anos, uma extraordinária deterioração em termos de recursos, de eficiência operativa e de responsabilidade pública" (JAGUARIBE *et alli*, 1989: 302-303). Nesse sentido, defendem uma reforma do Estado que contemple a reocupação das finanças públicas, a elevação da eficiência da máquina administrativa e o aperfeiçoamento da "responsabilidade moral" no setor público. Finalmente, advertem que, se "a inércia popular, a incompetência das lideranças e os estreitos egoísmos que parasitam o Estado e a sociedade não permitirem que se empreenda, apropriadamente, esse esforço de reforma social e de reforma do Estado, não pode haver dúvidas quanto ao fato de que mergulharemos, dentro dos próximos anos, numa situação de irremediável caos" (JAGUARIBE et alli, 1989: 304-305).

Em 1989, o economista britânico John Williamson (1937-) cunhou a expressão Consenso de Washington em um artigo no qual descrevia as políticas reformistas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Tesouro dos Estados Unidos - instituições baseadas na capital norte-americana - para a estabilização econômica e maior integração dos países latino-americanos na economia globalizada. Dentre as políticas sugeridas, incluem-se a abertura para investimento estrangeiro, o reforço de direitos de propriedade e a liberalização comercial. O termo se popularizou após uma conferência realizada em 1990 no *Institute for International Economics* com outros economistas, que apoiaram a ideia.[126] O relatório do encontro teve grande circulação e repercussão, dentro e fora dos Estados Unidos, sintetizando a visão das instituições financeiras multilaterais baseadas em Washington e do governo norte-americano sobre a melhor forma de conduzir ajustes econômicos estruturais para a competição no mercado internacional. Em "*O Direito na Economia Globalizada*" (2002),

[126] Em seu ensaio "*The Washington Consensus as Policy Prescription for Development*" (2004), John Williamson argumenta: **"**The Washington Consensus as I originally formulated it was not written as a policy prescription for development: it was a list of policies that I claimed were widely held in Washington to be widely desirable in Latin America as of the date the list was compiled, namely the second half of 1989. Of course, development was the main objective of the countries in question; the point is that my agenda excluded policies even if I believed they would promote development unless I was also convinced that they commanded a consensus.**"**

José Eduardo Faria aponta que esses governos se engajaram em um programa de reformas que se tornaram um padrão para outras economias em desenvolvimento nas décadas seguintes, que incluíam: (i) a flexibilização de acordos, de compromissos e de garantias sociais; (ii) a privatização de empresas estatais; (iii) a implementação de programas de estabilização monetária e de ajuste fiscal.

Em sua obra "*O Fim da História*" (1989), o cientista político norte-americano Francis Fukuyama defendia a tese da universalidade da democracia liberal e da economia de mercado como modelos de organização do mundo após a Guerra Fria. Fukuyama mostrava que, após a queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos seriam a superpotência guardiã de um mundo mais democrático, mais interconectado, mais interdependente e mais pacífico. Os avanços da integração europeia ao longo da década de 1980 (incorporação de Grécia, Espanha e Portugal; Ato Único Europeu etc) mostravam que os dividendos econômicos e políticos de uma ordem liberal poderiam ser compartilhados globalmente, disseminando-se nos países da antiga Cortina de Ferro (Leste Europeu), Leste Asiático e América Latina. Os países do Leste Asiático e a China haviam iniciado a implementação de reformas estruturais na última década, com resultados positivos em termos de abertura econômica, atração de investimentos e crescimento econômico. Na América Latina, o Chile foi o primeiro a se converter à cartilha liberal, ainda nos anos 1970. A ditadura militar na Argentina também tentou fazê-lo, mas abortou o projeto. Após a crise da dívida externa, em 1982, o México seguiu o mesmo caminho do Chile. Bolívia e Colômbia também iniciaram processos de liberalização econômica na década de 1980.

No artigo "*Uma nova ordem mundial*" (1992), publicado no primeiro volume da revista Política Externa, Hélio Jaguaribe apresenta uma síntese dos acontecimentos políticos e econômicos que alteraram as placas tectônicas globais entre 1989 e 1991. Segundo Jaguaribe, os três últimos anos haviam exacerbado as alterações dos fundamentos do mundo construído no pós-Segunda Guerra Mundial que já eram percebidas nas últimas décadas: o colapso do mundo comunista, a emergência de sociedades pós-industriais, a formação de grandes blocos comerciais, o agravamento das desigualdades entre Norte e Sul e a ausência de uma governança internacional para a resolução dos problemas globais. A mais importante dessas tendências foi a desintegração do mundo comunismo, que acelerou todas as demais, retirando a União Soviética como ator global e deixando espaço para a afirmação dos Estados Unidos como única superpotência global. O surgimento de sociedades pós-industriais, baseadas em avanços tecnológicos e avanços de produtividade, levou ao aumento das trocas comerciais e da interconexão das economias, em busca de maior escala, redução de custos e aumento dos lucros.

A globalização, por sua vez, levou ao aumento das assimetrias entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, dado o esgotamento de alternativas endógenas de desenvolvimento. Nesse contexto pós-Guerra Fria, a Comunidade Europeia, o Japão e países emergentes como China, Índia e Brasil poderiam buscar uma afirmação mais assertiva em suas respectivas regiões, fazendo contraponto à afirmação da *Pax Americana*, isto é, da hegemonia política, econômica, militar e cultural dos Estados Unidos (JAGUARIBE, 1992 *apud* DUPLAS, LAFER E LINS DA SILVA, 2008).

Dessa forma, no começo da década de 1990, a visão de mundo de Fernando Henrique Cardoso se nutria de um debate intelectual mais amplo acerca das vantagens de uma maior integração econômica, comercial, financeira e tecnológica entre as nações e entre as regiões como a melhor alternativa para a inserção do Brasil no mundo. No entanto, Cardoso não se mostra um entusiasta da tese de Francis Fukuyama. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo em* 11 de março de 1990, Cardoso reflete sobre a crise do socialismo e a tese do "*fim da História*" de Fukuyama: "É uma coisa discutível, resultante de uma filosofia linear da história. A não ser metafisicamente, não sei se se poderia dizer que o mundo caminhava para o socialismo (...) E a verdade é que passamos agora para o extremo oposto: todo mundo acha que o mundo caminhava para o liberalismo. (...) Nós nem vamos para o fim da história e nem estamos num caminho batido para o liberalismo (...) Por isso prefiro ficar com a modéstia weberiana: a realidade em si é infinita e você não deve ter a intenção de apreendê-la numa só linha" (CARDOSO, 2010: 72).

As ideias de Fernando Henrique Cardoso acerca das transformações econômicas no Brasil e na América Latina, expostas em dois simbólicos artigos de 1990, atualizam as teses do desenvolvimento dependente-associado e conectam o seu pensamento político dos anos 1960 e 1970 com as suas ideias dos anos 1980 e 1990. No artigo **"*Desafios da Social-Democracia na América Latina*"** (1990), Cardoso mostra que o esgarçamento do nacional-populismo nos anos 1960 e do estatismo autoritário nos anos 1980 permitiria um reposicionamento da relação Estado-sociedade para impulsionar a retomada do desenvolvimento. Na América Latina, a onda de redemocratização na década de 1980 coincidiu com a crise do modelo nacional-desenvolvimentista, com a pior década econômica da história republicana e com as demandas sociais represadas por maior igualdade, políticas públicas e melhor distribuição de renda (CARDOSO, 1990: 29-49). Segundo Cardoso, as mudanças estruturais advindas da globalização exigiam dos países latino-americanos a necessidade de discutir qual era o grau desejável de integração à economia global. Cardoso inicia o artigo retomando as origens da

socialdemocracia, movimento político surgido na Europa no final do século XIX e que defendia políticas reformadoras do capitalismo, igualdade de oportunidades, maior participação social, incorporação das classes trabalhadoras na gestão empresarial, políticas sociais robustas e redução das desigualdades sociais. Embora ideologicamente próximo da visão social de partidos com ideários mais de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o principal formulador ideológico do PSDB centrava suas críticas no corporativismo e no nacionalismo autárquico que os dois partidos defendiam (CARDOSO, 1990).

A proposta social-democrática de Fernando Henrique Cardoso para o Brasil enfatizava o compromisso democrático, a necessidade de redução das desigualdades sociais, de estabilização econômica, de atração de investimentos externos, de modernização dos serviços públicos e de promoção do desenvolvimento sustentável. A socialdemocracia europeia, sustenta Cardoso, chegou ao poder na Europa ainda antes da Primeira Guerra Mundial, quando o continente já estava democratizado e com instituições solidificadas. O Estado de Bem-Estar Social começou a ser construído nos Estados Unidos por Franklin D. Roosevelt a partir de 1933, inspirado nas ideias keynesiasnas acerca do papel das políticas anticíclicas. As diversas variantes social-democráticas que chegaram ao poder na Europa, entre 1945 e 1980, sob o guarda-chuva de segurança dos Estados Unidos, tinham em comum a crença nas funções alocativas, estabilizadoras e distributivas do Estado. Com o apogeu na década de 1960, o *Welfare State* se beneficiou de um ambiente econômico altamente favorável a políticas nacionais de desenvolvimento. A combinação de democracia liberal com um Estado capaz de desempenhar funções sociais promoveu, em grande medida, o amortecimento de choques entre as forças sociais. Com as crises econômicas dos anos 1970 (fim do padrão-dólar pelo governo Nixon e duas crises do petróleo) a maior internacionalização dos mercados e os crescentes entrechoques entre empresas e sindicatos por maiores salários, o modelo começou a ser questionado. O mais notório advogado da limitação do papel do Estado na economia era o economista norte-americano Milton Friedman, de orientação monetarista. Friedman havia sido orientador de André Gunder Frank na Universidade de Chicago, nos anos 1950, antes do rompimento entre ambos. Desde aquela época, o economista defendia que o Estado deveria focar sua atuação na garantia de um sistema jurídico e de direitos de propriedade, na defesa da ordem interna, nas relações exteriores e na estabilidade da moeda. Friedman defendia a transferência da atribuição de várias políticas públicas para a iniciativa privada, como educação, saúde, e seguridade social.

As propostas de Friedman, ancoradas no pensamento político e econômico liberal do século XIX, representam uma reação ao keynesianismo e à socialdemocracia. Elas ganharam empuxo nos meios acadêmicos e políticos com o aumento da inflação, dos déficits públicos e do desemprego nos países desenvolvidos na década de 1970, colocando em xeque a eficácia da ação do Estado, a elevada carga tributária, os programas sociais e os subsídios governamentais. Foi neste contexto político e econômico que chegaram ao poder, Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos), líderes políticos que romperam com a tradição conciliatória das alas moderadas dos seus partidos, desferindo ataques sistemáticos às políticas de bem-estar social.

Ao analisar o programa socialdemocrata exposto por Fernando Henrique Cardoso, Marcelo Dulci (2010) aponta os excessos de generalizações e o pouco aprofundamento acerca da sua substância social. Ao passo que se estende em detalhes sobre quais seriam as reformas liberais recomendadas para a inserção econômica internacional., não há uma discussão mais complexa acerca das complexidades dessa inserção e nem de como salvaguardar a autonomia e a independência. Nesse sentido, o "*choque de capitalismo*" da candidatura de Mário Covas pelo PSDB em 1989 emula, segundo Dulci, os programas liberais dos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, bem como as experiências de governos de esquerda que abraçaram a agenda econômica liberal na Europa, como os de Filipe Gonzalez, na Espanha, François Mitterrand, na França, e Mário Soares, em Portugal (DULCI, 2010).

Na perspectiva de Marcelo Dulci (2010), concepção de um modelo de Estado de Bem-Estar Social na América Latina era muito tímida e limitada. Enquanto na Europa os intelectuais de esquerda discutiam a sobrevivência das tradições históricas da socialdemocracia e do modelo do *Welfare State* à luz da globalização econômica e dos ventos reformistas ultraliberais que desmantelavam as políticas sociais construídas no pós-guerra, os intelectuais do PSDB, tendo à frente Fernando Henrique Cardoso, defendiam uma proposta social-democrática em uma conjuntura política e econômica adversa. Embora o país tivesse realizado a sua transição democrática de uma ditadura militar para uma democracia pluralista, tinha raízes participativas tênues, uma economia estagnada e um Estado patrimonialista (DULCI, 2010: 237). A dependência de reformas do Estado e de políticas de estabilização econômica colocavam um freio nas possibilidades de articulação social para alavancar uma agenda social mais robusta.

As transformações econômicas e políticas advindas do quadro doméstico e internacional reabriam as escolhas acerca de qual o papel do Brasil no mundo. O "*programa liberal periférico*", na acepção de Dulci, se conectava às ideias mais abrangentes do denominado

Consenso de Washington, um conjunto de reformas liberalizantes preconizados por economistas norte-americanos para reestruturar as economias latino-americanas. A formulação socialdemocrata de Cardoso, segundo Dulci, foi escrita antes de Anthony Guiddens formular a ideia de uma "*Terceira Via*" entre liberalismo e socialismo, mas ecoa o debate em curso na Europa, ao longo da década de 1980. Na síntese de Marcelo Dulci, "*a socialdemocracia nessas definições é liberalismo com tinturas*" (2010: 241). Trata-se, na acepção de José Guilherme Merquior, de um programa "*social-liberal*" para o *aggiornamento* econômico (CASARÕES, 2016).

As ideias de Fernando Henrique Cardoso acerca do novo modelo de desenvolvimento econômico foram mais bem elaboradas no artigo **"Alterativas Econômicas para a América Latina"**, apresentado no seminário "*Nuevos escenários y nuevas polilicas para Ibero-América*", em Salamanca, em 20 de julho de 1990, e publicado como adendo em uma nova edição de **"*As Ideias e Seu Lugar*"** (1993). Neste ensaio Cardoso disse que a América Latina sempre teve o sentimento de pertencimento ao "*novo*", em contraste com a "*velh*a" Europa. O "novo" no mundo contemporâneo, segundo Cardoso, combinava racionalidade e políticas públicas capazes de ampliar o grau de liberdade e de igualdade de uma sociedade. Nesse mundo novo, o salto tecnológico seria um fator fundamental para o desenvolvimento, especialmente nos campos da informática, microeletrônica e biogenética (CARDOSO, 1993: 229). A revolução tecnológica possibilitou a criação de novas bases de poder e de recursos, com a descentralização da produção e dos serviços. Formaram-se ainda instituições que sustentam a globalização mundial, como os acordos de bilaterais e multilaterais de comércio. Cardoso argumenta que tal realidade se desdobra na "noção (ideológica) de que o mundo contemporâneo marcha para uma revalorização do mercado e do liberalismo, quando, na verdade, as negociações são conduzidas politicamente pelos governos". Assim, alianças econômicas moldam interesses políticos.[127] Essa nova concepção econômica e política moldaria, segundo Fernando Henrique Cardoso, a inserção da América Latina no cenário global. O novo capitalismo "*pôs em xeque as concepções burocráticas do planejamento central das economias socialistas*" e tornou evidente "*a superioridade tecnológica que serve de suporte à potenciação da produtividade das empresas capitalistas e que não é alheia à questão da liberdade e da iniciativa individual*" (CARDOSO, 1993: 235).

[127] Dessa forma, o "diplomata, representante típico das "políticas de potência" e o estado nacional por sua vez, se debilitaram, dando lugar à ação direta de negociantes e de produtores que atuam nos marcos de acordos negociados a nível técnico-político pelos governos (CARDOSO, 1993: 234).

A principal força propulsora desse sistema é a competição, que impulsiona o desenvolvimento tecnológico e a busca por maiores margens de lucros. Cardoso ressalva, no entanto, que "*tanto a burocratização da economia como sua oligopolização - que é o resultado da inexistência dos contrapesos do interesse público para preservar o funcionamento do mercado - acarretam consequências fatais ao crescimento econômico e à manutenção de uma sociedade de bem-estar*" (CARDOSO, 1993: 236). Ao passo que o mundo se coloca diante dessa transformação econômica, a América Latina enfrentaria os problemas da estagnação econômica prolongada, da explosão da dívida externa e da hiperinflação. O grande equívoco dos governos latino-americanos na década de 1970 foi a aceleração da economia com a captação de recursos externos (eurodólares e petrodólares) a taxas de juros baixas, modelo que se tornou insustentável na década seguinte. O "grande salto" ou "milagre econômico" desses países se deu em regimes autoritários, o que gerou enorme endividamento externo. Para Cardoso, *"o crescimento industrial latino-americano seguiu o caminho oposto do que caracterizou o amálgama novo do capitalismo contemporâneo*", baseando-se numa visão etapista do desenvolvimento.[128] Enquanto a América Latina se fechava em velhas concepções, o capitalismo contemporâneo já adquiria novas dimensões. Aproximando-se faz alusão à "*superexploração da mão-obra*" e critica a visão que a economia contemporânea dispensa aos pobres, valorizando apenas o seu potencial como consumidores. Dessa forma, "os ricos, ao ajudá-los, estariam ajudando a si próprios, criando as bases para a prosperidade mundial".

O resgate das economias dos países em desenvolvimento, as críticas às instituições de ajuda internacional, as "pinceladas morais de solidariedade" e as ameaças catastrofistas alimentam essa nova fase da conjuntura global. Cardoso cita cinco problemas fundamentais e interligados que a América Latina deveria enfrentar para buscar uma reinserção no espaço econômico mundial na última década do século XX: (i) dívida externa; (ii) crise fiscal e suas consequências inflacionárias; (iii) capacitação tecnológica e aumento da competitividade; (iv) distribuição de renda; (v) revolução educacional e social (CARDOSO, 1993: 239). Diferentemente do antigo modelo econômico que buscava dinamizar a economia baseado no mercado interno, no nacionalismo econômico e na prevalência do poder distributivo do Estado, beneficiando essencialmente uma elite estatal e empresarial, a classe média e setores limitados

[128] Assim, "a própria perspectiva de "desenvolvimento econômico" adotada manteve, no essencial, a visão "rostowiana" das etapas de crescimento e a América Latina não se envergonhou-nos seus círculos oficiais - até mesmo de proclamar "bendita poluição" quando se tratava de atrair as "indústrias sujas" do Primeiro Mundo. Com tal falta de perspectiva, não é de estranhar que a "alternativa" para competir que mais prosperou nas últimas décadas tenha sido a tradicional: potencializar as vantagens comparativas oferecidas por recursos naturais que se acreditavam abundantes e a utilização de mão-de-obra barata (CARDOSO, 1993: 238).

dos trabalhadores. Cardoso argumenta que a oposição *mercado interno versus mercado externo* havia pedido força, com o reconhecimento das exportações como alavanca do crescimento econômico, a cessão de espaços à iniciativa privada, a busca de novos espaços de competição no plano internacional, a ênfase na modernização tecnológica e na qualificação do capital humano (CARDOSO, 1993: 240).

Cardoso argumenta que a resolução da crise da dívida externa e da crise fiscal do Estado estão diretamente interligadas, sugerindo a combinação de iniciativas de renegociação das dívidas com iniciativas de controle inflacionário. E considera insuficientes as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) – controle monetário, arrocho de salários e equilíbrio fiscal – para o problema do endividamento externo e da inflação. É impossível, segundo Cardoso, pagar a dívida externa e ao mesmo tempo equilibrar o orçamento público. Cardoso pondera que não pretendia menosprezar a necessidade de reformas (fiscal, monetária, tributária e administrativa) para retomar a capacidade de poupança e de investimento dos Estados latino-americanos. Nesse sentido, os países não devem contar com grande afluxo de capital externo do sistema financeiro internacional enquanto não resolverem as suas questões internas (CARDOSO, 1993: 242). Nesse sentido,

> sem que os estados dos países latino-americanos saiam da crise fiscal em que se encontram e sem que se reorganizem, não terão a capacidade política nem a sustentação social para definir e implementar políticas efetivas de crescimento econômico, seja agrícola, seja, principalmente, industrial. Dito noutros termos, as alternativas para um novo surto de crescimento econômico no Continente dependem da definição de rumos da política interna dos países que permitam sanear as finanças e estabilizar o Estado. Não mais, entretanto, para que o Estado *substitua* a sociedade civil, e sim para que ele permita melhor articulação desta última (CARDOSO, 1993: 243).

Na conclusão do ensaio, Fernando Henrique Cardoso mostra a necessidade de melhor articulação entre o empresariado local, em busca de estímulos de modernização e investimento, e os governos, sustentando políticas capazes de resolver o problema fiscal e inflacionário, que levam à estagnação econômica e à concentração de riqueza. Era necessário, ademais, repensar as políticas de bem-estar social (educação, principalmente).

> Chegamos, assim, na América Latina, a uma situação paradoxal: para crescer economicamente os países precisam, primeiro, de condições políticas, com

> um Estado melhor organizado, não clientelístico e capaz de ter um compromisso social. O crescimento que propiciará melhores condições internas de vida não pode mais ser encarado, como no passado, como devendo "orientar-se para dentro". Será orientado tanto para o mercado interno como para a competição internacional (CARDOSO, 1993: 244).

Na visão dos críticos da globalização, a articulação de estratégias internacionais entre atores internos e externos – empresas multinacionais, burocracia estatal, organizações financeiras multilaterais, agências de avaliação de risco econômico – não se dava apenas em função de critérios técnicos ou econômicos, mas por um cálculo político. Em "*Brasil: a construção interrompida*" (1992), Celso Furtado ressalta que a "*atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões"* (FURTADO, 1992: 15). A mensuração dos custos da globalização não deveria ser apenas econômica, mas política, com foco nas incertezas, inseguranças e vulnerabilidades. As visões economicistas minimalistas, segundo Furtado, colocariam em segundo plano a agenda social, tornada marginal, inoportuna e populista, causadora de perturbações à agenda mais ampla de reformas. Os Estados nacionais se tornariam parte de um sistema mais amplo de poder global no qual as margens de autonomia externa dependeriam não apenas da qualidade das elites que negociam e interagem com o mundo, mas igualmente das estratégias de inserção e de negociação dos governos para a conquista de posições mais favoráveis no jogo do poder. A adoção de estratégias nacionais de desenvolvimento, nesse contexto, dependeria de uma ação deliberada do Estado para conter a inserção subordinada.

No artigo "*Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional"* (1993), Celso Furtado defende que o aumento do esforço "para aprofundar a inserção externa da economia – o que atualmente se apresenta como requisito da modernização – somente se justifica se esse esforço for realizado no quadro de uma autêntica política de desenvolvimento socioeconômico". Dessa forma, prossegue, "não devemos perder de vista que a lógica das transações internacionais sempre operou em detrimento dos países de economia dependente". Dessa forma, o economista defende ser necessário

> recuperar a eficácia dos instrumentos de comando macroeconômico, saneando as finanças públicas e disciplinando os fluxos externos monetários e financeiros. No Brasil, a eficácia da ação do governo começa por sua

> capacidade de disciplinar as relações externas. Resta saber se o terreno já perdido nessa área essencial ainda poderá ser recuperado. Ou se já é algo esdrúxulo falar de sistema econômico e de identidade nacional com respeito ao Brasil (FURTADO, 1993 apud DUPAS, LAFER E LINS DA SILVA, 2008).

6.4. O quase-chanceler de Collor e a chegada ao poder

A presença de Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal conferiu ao sociólogo uma plataforma de projeção política nacional e internacional.[129] Ao longo de seus doze anos de mandato, Cardoso apresentou 137 propostas e 85 projetos de lei sobre temas variados (trabalhistas, econômicos, reforma agrária e educação), um dos quais propondo o ensino de língua espanhola no ensino fundamental. Em 1987, propôs a redefinição do conceito de empresa nacional, contemplando a participação do capital estrangeiro. Envolveu-se com a criação de uma comissão para averiguar as razões para a suspensão do pagamento dos encargos da dívida externa, resultado de sua intensa atuação na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Em 1989, propôs uma lei de tributação de grandes fortunas, considerado moderado. Manifestou-se ainda a favor do parlamentarismo como sistema de governo. Fernando Henrique Cardoso não tinha o estilo de liderança de Ulysses Guimarães e de Mário Covas, que catalisavam as forças políticas e moviam o PSDB. Não foi um orador incendiário e inflamado, mas um político de diálogo, negociação e de consenso. Promovia uma política de costuras de bastidores e era mais visto como intelectual, analista e formador de opinião. Se por um lado isso gerava certa resistência entre os senadores mais velhos, que não gostavam do ar de "superioridade", por outro fortaleceu a sua imagem acima dos partidos e das lideranças tradicionais, criando empatia com a sociedade civil e com a imprensa.

Fernando Henrique Cardoso era quase "*um lobo solitário*" no PSDB e almejava participar de forma mais ativa da solução dos problemas nacionais. Seu estilo de agir era o de um comunicador que buscava explicar e analisar, num tom professoral, os seus objetivos políticos. O hábito de questionar e de especular verbalmente também trazia muitas críticas.

[129] Cardoso participou ainda de inúmeras comitivas internacionais do Senado no começo da década de 1990, tendo sido um dos senadores que mais viajou durante o exercício do seu mandato. Em 1991, recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos e tornou-se Professor-Emérito da Universidade de São Paulo (USP). Suas inspirações políticas, no exterior, eram lideranças socialdemocratas e socialistas europeias (Felipe Gonzalez, Mário Soares, François Mitterrand, Olof Palme) e latino-americanas (Patricio Aylwin) (LEONI, 1997: 277-281).

Nesse sentido, seu modelo não era Ulysses Guimarães ou Mário Covas, homens de palanque e de tribuna, mas Tancredo Neves, afeito aos bastidores e à costura de alianças, como uma "*raposa política*" (LEONI, 1997: 269-276). Os primeiros anos de existência do PSDB não foram fáceis, com poucas vitórias expressivas nas eleições de 1988, 1989, 1990 e 1992.[130] Ao ser criado, o partido já possuía força parlamentar no Congresso Nacional, mas o objetivo de suas lideranças era mais ambicioso: "*implantar um projeto político e resgatar o país de uma de suas maiores crises, em um momento histórico de refundação, às vésperas da aprovação da nova Constituição e um ano antes de uma eleição presidencial histórica depois de trinta anos de arbítrio*" (DULCI, 2010: 187). As expectativas eram altas, dada a presença de lideranças com prestígio político nacional, um forte núcleo intelectual e penetração nas áreas mais desenvolvidas do país. Prevalecia, no entanto, uma estrutura política piramidal, com frouxa disciplina interna e forte influência da "cúpula paulista" e das lideranças estaduais (Minas Gerais, Paraná, Ceará e Alagoas).[131] Forma-se, na visão de Dulci, um condomínio de poder, uma espécie de "*tancredismo tucano*" ou "*PSD tucano*". Denominavam-se como "*centro-esquerda*" e "*esquerda renovada*", em oposição à "*esquerda retrógrada e populista*" (PT e PDT), ao "*conservadorismo liberal*" (PFL) e à "*parte fisiológica do PMDB*" (DULCI, 2010: 191).

As derrotas político-eleitorais impactaram profundamente a trajetória do PSDB em seus primeiros anos. Com um resultado eleitoral aquém das expectativas em 1989, houve sondagens internas acerca da possibilidade de participação no governo Collor, dada a ausência de uma base parlamentar pelo candidato vencedor nas eleições, um *outsider* (DULCI, 2010: 212). Fernando Collor de Melo venceu as eleições com um discurso de modernização do país, combate aos privilégios dos "marajás" e ataque implacável à inflação. Collor esperava que a identificação do seu projeto modernizador de "social-liberalismo", na linha defendida por José Guilherme Merquior, atraísse o apoio parlamentar dos "tucanos" ao seu projeto de governo (CASARÕES, 2014). Fernando Henrique Cardoso e José Serra foram sondados para ocupar ministérios: o Itamaraty e o Ministério da Economia. Em janeiro de 1990, Franco Montoro

---

[130] O partido perdeu as disputas para a Prefeitura de São Paulo em 1988 (4º lugar, com José Serra), para a presidência da República em 1989 (Covas ficou em 4º lugar, com 10,7% dos votos totais) e para o governo do Estado de São Paulo, em 1990 (Covas ficou m 3º lugar) DULCI, 207-208). Pimenta da Veiga, prefeito de Belo Horizonte, também perdeu as eleições para o governo de Minas Gerais (DULCI, 2010: 213). O desempenho legislativo também foi aquém do esperado, com a perda de 38 assentos na Câmara dos Deputados, uma redução de um terço. No Senado, a bancada permaneceu a mesma. (DULCI, 2010: 187)

[131] A principal figura nacional do partido era o senador Mário Covas (1930-2001), ex-deputado cassado em 1968, ex-prefeito de São Paulo, senador com a maior votação da história do Brasil até então, primeiro presidente do partido e seu primeiro candidato a presidente da República.

externou a Collor que o PSDB faria uma "*oposição responsável*" ao governo. Embora o PSDB se mantivesse na oposição, Collor demonstrava a Fernando Henrique Cardoso a vontade de tê-lo no Ministério das Relações Exteriores. Enquanto Covas mantinha uma postura mais crítica em relação ao governo, Serra e Cardoso eram mais neutro (LEONI, 1997: 257).

O intento do governo Fernando Collor de Melo de abandonar o modelo econômico nacional-desenvolvimentista se traduziu em diversas ações de estabilização monetária, desregulamentação econômica, privatização de empresas estatais, redução do déficit público, reforma administrativa e abertura do comércio exterior.[132] Na visão de Rubens Ricupero (2017), apesar da guinada no discurso, a política externa de Collor não promoveu uma ruptura com as opções autonomistas que remontavam ao "*pragmatismo responsável*" de Geisel e às ações de busca de maior credibilidade externa da presidência de José Sarney, especialmente no que toca à aproximação com a Argentina e em temas ambientais e de direitos humanos. Na perspectiva de Guilherme Casarões (2014), Collor buscou promover a inserção brasileira no novo cenário internacional marcado pela globalização e pelo multilateralismo, reforçando a necessidade de modernizar a economia e assegurar a credibilidade externa engajando o Brasil nos regimes internacionais do desarmamento, meio ambiente e direitos humanos. Embora os chanceleres Francisco Rezek e Celso Lafer não fossem diplomatas de carreira, mas juristas e professores universitários, ambos conheciam com alguma profundidade temas internacionais.

A presença do diplomata Gelson Fonseca Jr. na Assessoria Internacional da Presidência da República e a influência de outro diplomata, o escritor José Guilherme Merquior, sobre o presidente Collor, mostraram o intento de fortalecer a diplomacia presidencial.[133] A criação do MERCOSUL, com a assinatura do Tratado de Assunção (1991) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi o principal legado da presidência Collor no campo da integração regional, estabelecendo a criação de um mercado comum no Cone Sul em um prazo de dez anos.[134] Outra importante iniciativa foi a organização da Conferência das Nações das Nações

[132] Houve avanços na liberalização comercial unilateral, sem barganhas, com a redução de tarifas, a extinção de licenças de importação e a eliminação outras restrições. Visando enfrentar uma inflação de 80% ao mês legada pelo governo Sarney, o Plano Collor I, elaborado pela ministra Zélia Cardoso de Melo sequestrou os depósitos à vista, cadernetas de poupança e investimentos. Houve queda da inflação no curto prazo, mas ao custo de uma retração de 4,4% do Produto Interno Bruto, enorme desorganização das cadeias produtivas e imenso sofrimento humano.

[133] No campo da segurança e defesa, Collor tomou a medidas que contrariaram os militares, como fechamento do poço de testes nucleares na Serra do Cachimbo e a confirmação de uma reserva de índios ianomâmis em Roraima, fronteira com a Venezuela.

[134] O projeto deu prosseguimento às iniciativas dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín a partir de 1985. A cooperação com a argentina também teve desdobramentos no plano nuclear, com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a assinatura do Acordo Quadripartite

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), no Rio de Janeiro, com a presença de delegações de 183 países e a presença de 61 chefes de Estado e de Governo.[135] No entender de Guilherme Casarões, as mudanças na política externa operadas por Collor responderam às mudanças sistêmicas no plano internacional e às transformações doméstico-societárias, com a busca de "*uma nova estratégia a partir de velhos pressupostos, qual seja, a busca da ´autonomia pela modernização´*" (Casarões, 2011).

Com o fracasso dos Planos Collor I e II e a demissão da ministra Zélia Cardoso de Melo, Fernando Collor nomeou no ministério da Economia o diplomata Marcílio Marques Moreira, embaixador do Brasil nos Estados Unidos. O novo programa de combate à inflação previa tentativas de contenção do déficit fiscal. Collor fez novas ofertas ao PSDB para que se incorporasse ao seu governo, o que poderia injetar apoio político após a piora dos índices econômicos e a queda da aprovação do presidente. Cardoso demonstrava a vontade de adesão, mas a condicionava a um apoio formal do PSDB ao governo. O governo já sofria os desgastes de dois planos econômicos fracassados, o decréscimo do apoio popular, as defecções parlamentares e o enfraquecimento do seu poder de agenda no Congresso Nacional. Dado o crescente isolamento político de Collor, parte da cúpula do PSDB, liderada pelo seu presidente, Tasso Jereissati, chegou a pensar em um "*governo de coalizão*" que fornecesse apoio político ao governo em troca da implantação do parlamentarismo e do controle do gabinete pelas principais lideranças congressuais (DULCI, 2010: 214).[136]

As discussões internas sobre a possibilidade de adesão formal ao governo foram intensas ao longo de março de 1992, sem nenhuma definição. No retorno de um seminário acadêmico em Moscou, Cardoso foi convocado de volta ao país por Franco Montoro. Em uma reunião extraordinária da comissão executiva do PSDB, a direção da sigla, a princípio contrária a Collor, decide reexaminar a questão e deu a Fernando Henrique Cardoso e a Tasso Jereissati carta branca para discutir a questão com o presidente. Em entrevista a Leoni, Cardoso informa

---

entre Argentina, Brasil, ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para o uso pacífico da energia nuclear.

[135] Entre os principais avanços da conferência, a mais importante da década de 1990, encontram-se, dentre outros, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade e Agenda 21, que consagra o conceito de desenvolvimento sustentável.

[136] Em setembro de 1991, em entrevista à revista *Veja*, Cardoso discute o agravamento da conjuntura política nacional e afirma que os objetivos propostos pelo governo Collor (abertura econômica, modernização do Estado, austeridade fiscal, estratégia de inserção internacional) não se realizaram, gerando uma crise de confiança (CARDOSO, 2010: 50). Perguntado se seria candidato a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, responde: "*Se eu fosse candidato a algum cargo, seria candidato a alguma coisa maior que isso. O Ministério das Relações Exteriores é uma posição importante, mas é o tipo de cargo ao qual você não pode se candidatar*" (1991: 7-10 *apud* DULCI, 2010: 215).

que Tasso Jereissati e ele achavam mais prudente não participar do governo, pois os rumos já estavam definidos. Comunicam a decisão a Mário Covas, que a adianta à imprensa (LEONI, 1997: 254-263).

De fato, Fernando Henrique Cardoso estava interessado nas ofertas de Collor e o presidente da República desejava incorporar o PSDB ao governo para dar-lhe mais força política e credibilidade. Em março de 1992, buscando recompor a base parlamentar e atrair o apoio do PSDB e de outros partidos, Collor promoveu uma reforma ministerial. Dois intelectuais ligados ao PSDB – o cientista político Hélio Jaguaribe e o jurista Celso Lafer – aceitaram entrar no governo, a título pessoal. Em depoimento para esta pesquisa, Celso Lafer, então chanceler, relembra as circunstâncias da sua ida para o governo Collor:

> Eu não conhecia o Collor, só tive contato com ele pela primeira vez no Itamaraty, numa cerimônia em que foi dada a Ordem do Rio Branco ao professor Reale. O Rezek era o ministro e aí eu fui. (...) Aí, eu estava em Nova York e o Marcílio, em um momento, disse: "venha". Depois no dia seguinte ele disse: "não venha". Depois ele disse: "venha". E eu também aguardando orientação. Ele me disse: "o presidente quer fechar o negócio e precisa definir isso. Então, ele vai te telefonar e você conversa com ele por telefone. Eu disse: "olha Marcílio, é claro que eu converso com ele por telefone. Mas é uma conversa que precisava de um certo aprofundamento. Porque é preciso ver e ele precisa se sentir à vontade de que eu sou a pessoa adequada para isso.". E ele disse: 'olha, não tem jeito. Fala, tenha uma conversa longa e resolva". E aí tive uma conversa com o Collor, que foi muito boa. E no dia seguinte fui a Brasília conversar com ele e foi muito boa a conversa. (...) Ele gostava de temas internacionais, se preparava e ele sabia muito bem o que ele queria. Me disse: "olha, vai ter a Rio 92 daqui a três meses. Coloca aquilo de pé". Foi uma conversa muito abrangente. E assim foi. Enfim, não tenho a menor reclamação do presidente Collor. Foi sempre impecável. Para todos os despachos eu me preparava. E ele se preparava também (LAFER, 2020).

Em abril de 1992, em uma decisão interna na qual houve empate, com voto de Minerva de Tasso Jereissati, a decisão da Executiva Nacional do PSDB foi a de se manter fora do governo. Dada a impopularidade crescente de Collor, o fator que mais pesou nessa decisão foi o eleitoral, já que em 1992 o PSDB teria que enfrentar as eleições municipais (DULCI, 2010: 215). Em entrevista à revista *Veja*, em 20 de maio de 1992, Cardoso defendeu um pacto de "*responsabilidade nacional*" com todas as forças políticas para a reorganização partidária: "*nossa tarefa é acabar com o ilusionismo de que um grande plano vai salvar o Brasil*". Após

denúncias de esquemas de corrupção envolvendo desvios de verbas de campanha, a possibilidade de adesão do PSDB se tornou insustentável (DULCI, 2010: 2016-2017).

Em agosto de 1992, com manifestações populares crescentes pedindo o *impeachment* do presidente da República, os partidos de oposição formam uma frente de apoio ao impeachment, incluindo PMDB e PSDB. O apelo dramático de Collor para que o povo vestisse as cores da bandeira nacional para defende-lo surtiu o efeito contrário. Fernando Henrique Cardoso se aproximou do senador Itamar Franco, vice-presidente da República, e buscou persuadir os senadores mais conservadores a apoiar o impeachment (LEONI, 1997: 260-66). O relatório contra Collor foi aprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e, em 29 de setembro de 1992, o presidente foi provisoriamente afastado da Presidência da República por esmagadora maioria de 441 votos a favor e 38 contra, uma abstenção e 23 ausências (DULCI, 2010: 218). No dia 2 de outubro, o presidente Fernando Collor de Melo deixou o Palácio do Planalto pelos fundos. Em 5 de outubro de 1992, o vice-presidente Itamar Franco tomou posse oficialmente como presidente interino, no Congresso Nacional, enquanto Collor continuava a ser processado no Senado Federal.

Com a posse de Itamar Franco em uma "*presidência-tampão*", apesar das derrotas políticas e indecisões internas, o PSDB foi beneficiado por um "atalho ao poder". Ao contrário das atribuladas negociações entabuladas para a participação do PSDB no governo Collor, a entrada no governo Itamar Franco se deu sem sobressaltos, de forma "consensual". Segundo Dulci, o principal objetivo do partido era a busca de fortalecimento dentro da máquina estatal, buscando melhorar suas chances eleitorais nas eleições municipais de 1992 e nas eleições gerais de 1994. A decisão de não participar do governo Fernando Collor de Melo, nesse diapasão, acabou sendo extremamente benéfica ao partido, mantendo-o fora dos escândalos e de um desgaste político precoce. Fernand Henrique Cardoso, por sua vez, poderia ter encerrado sua carreira política precocemente se tivesse aderido ao governo Collor. Itamar Franco ofereceu a Fernando Henrique Cardoso o cargo de ministro das Relações Exteriores na cozinha do apartamento funcional do senador, enquanto tomavam café, antes da consumação do *impeachment* de Collor.

6.5. Enfim, chanceler: globalização e reinserção internacional

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) ajudou na formação das alianças políticas da primeira fase do governo Itamar Franco. Franco construiu um governo de coalizão multipartidária e renovou todos os ministérios, com a recriação de algumas pastas que haviam sido abolidas por Collor. As relações com o Congresso melhoraram sobremaneira e Cardoso foi um dos principais interlocutores na formação do ministério, ampliando o arco de conversas do presidente com várias forças políticas. O economista José Serra, outro nome do PSDB, nutria ambições de ocupar o Ministério da Fazenda, mas foi preterido em função do mineiro Paulo Haddad. Serra foi vetado porque o associavam à defesa excessiva dos interesses de São Paulo. Outros nomes do partido foram convidados a ocupar cargos de médio escalão, sem grande destaque. Apesar do protagonismo de Cardoso nessa primeira fase, o principal núcleo político eram os amigos do presidente da República, instalados em cargos-chave no Planalto, formando um grupo apelidado pela imprensa de "*República do pão de queijo*", por serem oriundos de Juiz de Fora (MG), base política do presidente da República. Sobre as ideias internacionalistas do presidente, Celso Amorim, seu segundo chanceler, afirma, em depoimento:

> Ele era um homem nacionalista, não gostava do intervencionismo. Tanto que o Brasil votou duas vezes diferente dos EUA com relação ao Haiti naquela ocasião. Deu muita força ao Mercosul. Eu acho que ele tinha boas intuições. Não era um homem formulador. Eu conversava bastante com o Itamar, ele se dizia trabalhista do Pasqualini (AMORIM, 2020)

No artigo "*Sob o topete*", publicado em 22 de outubro de 1992 no jornal *Folha de São Paulo*, o jornalista Josias de Souza sintetiza o ambiente político dos primeiros dias do novo governo: "*A Brasília de Itamar Franco não se parece em nada com o avião que decolou da prancheta de Oscar Niemeyer. A capital do novo presidente tem o formato de uma interrogação. Ninguém sabe ao certo o que se passa na fatia do encéfalo que ocupa a parte superior da caixa craniana de Itamar. O Brasil enxerga no cérebro que o comanda um autêntico labirinto*" (SOUZA, 1992 *apud* YAZBECK, 2011: 195). Yazbeck afirma que a "*mesma imprensa que se deliciara com a imagem modernosa e arrojada de Collor desfilando o estilo Hermès (...) fazia um raio X dos hábitos de Itamar (...). E as preferências do que saíam eram comparadas com as do que entrava: uísque Logan X chope; Ilhas Seychelles X Caldas*

Novas; corridas X caminhadas; Chitãozinho e Xororó X Tom Jobim; Hotel Cesar Park X Hotel Glória" (YAZBECK: 2011: 192).

A chegada ao Ministério no governo Itamar Franco levou Fernando Henrique Cardoso à Esplanada dos Ministérios em um momento de sua trajetória política no qual já havia acumulado quase dez anos de experiência no Congresso Nacional. Ao contrário do parlamento, no qual Cardoso se notabilizara pelos longos discursos e pelas articulações políticas de bastidores, o Itamaraty era um ambiente mais formal, que exigia seguir protocolos e discursos cuidadosamente elaborados. Apesar de não ter peso político na Esplanada dos Ministérios, o Itamaraty oferecia maior projeção internacional a um político que era um articulador habilidoso com uma carreira internacional reconhecida como Fernando Henrique Cardoso. Cardoso ambicionava comandar o Itamaraty, pelo menos, desde 1985, na formação do ministério de Tancredo Neves. Conforme visto, foi preterido em função da escolha de Olavo Setúbal. No começo do governo Collor e em 1991 e em 1992, recebeu sucessivos convites de Collor para ocupar a chancelaria, mas não teve o apoio da cúpula do PSDB, decisão que Cardoso acatou.

Em "**Política Externa em Tempos de Mudança**" (1994), Fernando Henrique Cardoso assinala que era difícil "*para um político como eu, acostumado à vida parlamentar, adaptar-se à prática do discurso diplomático formal. Frequentemente improvisei, mais do que li, conquanto expressando as ideias, os conceitos e as posições consignadas no papel*" (CARDOSO, 1994: 15). A conjuntura internacional na qual Itamar Franco assumiu a Presidência da República era o de grandes transformações ocorridas com o fim da Guerra Fria, com um mundo mais multipolar que abria novas janelas de oportunidade para que o Brasil projetasse os seus interesses de forma mais independente, reforçando os laços econômicos. Itamar Franco possuía concepções ideológicas mais nacionalistas e estatistas acerca de temas econômicos. Em seu discurso de posse no Itamaraty, Cardoso salientou que daria continuidade às linhas centrais da política exterior do governo anterior, ressaltando que *"tradição, memória, estabilidade, respeito a compromissos assumidos, proteção dos interesses nacionais, visão de futuro*" eram importantes componentes do patrimônio diplomático brasileiro. Na mesma direção, acrescentou que a política externa do presidente Itamar Franco deveria "*abrir, e não fechar opções, jogar nos diferentes tabuleiros, buscar parcerias estratégicas e parcerias localizadas*" (Cardoso, 1993 *apud* Barreto, 237-8). No discurso de posse de seu Secretário-Geral, embaixador Luiz Felipe Lampreia, alguns dias depois, Cardoso evoca sua experiência acadêmica e política como trunfos para ocupar o cargo:

> Meu interesse pelos temas das relações internacionais vem de longa data; não preciso recordar aqui a experiência acadêmica e política adquirida em diversas passagens e estadas, voluntárias e involuntárias, em países da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos (...) Em período recente, já como membro do Congresso Nacional mas ainda conservando laços com a Academia, pude aprofundar minha visão da inserção internacional do Brasil, seja como membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, seja como participante de um grande número de debates sobre questões de nossas relações internacionais e a posição peculiar do Brasil em um mundo em transformação. (...) Minha chegada ao Itamaraty com o momento decisivo e inovador da História do Brasil: o desafio de conciliar a busca do desenvolvimento econômico com o imperativo da justiça social, o crescimento com equidade; o progresso social com a repartição equilibrada das conquistas materiais (CARDOSO, 1994: 24)

Em "*O Real Itamar: uma biografia"* (2011), Ivanir Yazbec afirma que Itamar Franco escolheu Cardoso para o Itamaraty não apenas por sua capacidade intelectual e conhecimentos de política internacional, mas porque lhe confiava "como maior tarefa restabelecer o prestígio internacional do Brasil tão abalado pelo impeachment de um presidente desacreditado junto aos organismos financeiros e investidores estrangeiros" (YAZBEC, 2011: 216). No mesmo discurso no qual empossava o embaixador Luiz Felipe Lampreia na chefia da Secretária-geral, o cargo mais elevado da burocracia do Ministério das Relações Exteriores, Cardoso afirma que a vigência da democracia e do Estado de Direito e a normalidade institucional após o *impeachment* permitiriam "*vislumbrar um cenário não só de normalização, mas sobretudo de intensificação do diálogo entre as forças políticas nacionais*" (CARDOSO, 1994: 25). Reafirmando as ideias expostas no ensaio "*Alterativas Econômicas para a América Latina*" (1990), em Salamanca, dois anos antes, Cardoso reafirma que a economia brasileira necessitava de mudanças que reestruturassem o papel do Estado e promovessem maior abertura ao comércio exterior. Sobre o cenário externo, assinala a importância da busca de uma inserção dinâmica num mundo em transformação:

> O fim da Guerra Fria, o término do conflito Leste-Oeste, a superação do fator ideológico nas relações internacionais, com a desagregação da União Soviética, conformam os elementos de um cenário internacional sensivelmente diferente daquele em que crescemos e fomos educados: os

> velhos conceitos, os antigos argumentos, os discursos tradicionais podem ser guardados na estante. (CARDOSO, 1994: 26)

Ainda nessa ocasião, o novo chanceler elenca as prioridades de sua gestão: a busca de um lugar para o Brasil no Conselho de Segurança na ONU, o protagonismo nas futuras conferências internacionais sobre Direitos Humanos, sobre População, sobre a Situação da Mulher e sobre Desenvolvimento Social. A leitura dos problemas mundiais passaria, segundo Cardoso, por uma ênfase econômica e regional, com a valorização do GATT e do MERCOSUL. A política comercial, segundo Cardoso, buscaria ampliar as relações com os Estados Unidos, Europa e Japão. E sobre o papel da região, assegurou que a América do Sul "*constituiu, nos dias de hoje, um espaço relevante para nossos interesses políticos, econômicos, comerciais e culturais*".[137] Assinalou, ademais, que um acordo comercial entre Mercosul e os países do futuro North American Free Trade Agreement (NAFTA) - Estados Unidos, Canadá e México - mereceria uma análise de impactos econômicos e políticos. Mostrou ainda disposição de ampliar as relações com a Europa Oriental, China, Índia, Oriente Médio, África (CARDOSO, 1994: 29). Citou ainda a necessidade de promover a modernização administrativa, o aperfeiçoamento dos métodos e a valorização dos recursos humanos no Itamaraty (CARDOSO, 1994: 30-31).

A escolha de um secretário-geral alinhado política e ideologicamente com Fernando Henrique Cardoso e com o chanceler anterior, Celso Lafer, seu colega de universidade e amigo pessoal, foi essencial para estreitar o seu relacionamento com a Casa: assegurou a continuidade de ações da gestão anterior, facilitou a distribuição de postos diplomáticos e garantiu o seu acesso a informações e a processos negociadores sensíveis. Cardoso ressalta as "*virtudes de liderança, de hábil negociador e de profundo conhecedor dos temas da política externa brasileira*" do novo secretário-geral, Luiz Felipe Lampreia (CARDOSO, 1994: 23). Além do embaixador Lampreia, outros nomes fortes de sua gestão foram os dos embaixadores Rubens Barbosa (Subsecretaria de Assuntos Econômicos), Clodoaldo Hugueney (Planejamento Político e Econômico), além dos embaixadores Sérgio Duarte e Fernando Reis. Segundo depoimento de Celso Amorim, então embaixador do Brasil em Genebra:

[137] Assinalou, ademais, que um acordo comercial entre Mercosul e os países do futuro North American Free Trade Agreement (NAFTA) - Estados Unidos, Canadá e México - mereceria uma análise de impactos econômicos e políticos. Mostrou ainda disposição de ampliar as relações com a Europa Oriental, China, Índia, Oriente Médio, África (CARDOSO, 1994: 29)

> Então quando ele foi nomeado, eu tinha uma viagem marcada ao Brasil para outras coisas, eu lidava muito com problema de patentes, em Genebra, naquela época como embaixador no GATT. E aproveitei novamente para visitar o novo ministro, uma pessoa que eu conhecia, não era amigo íntimo, mas conhecia. Fui lá e conversei. Eu me lembro que nós conversamos sobre o G-15, porque ia ter uma reunião do grupo. Conversamos – não vou dizer que fui eu quem o persuadi – mas mostrei a importância de o Itamar ir. E ele foi, de fato. Foi uma das pouquíssimas viagens que o Itamar fez, pelo menos fora do continente americano (AMORIM, 2020).

A liderança política de Cardoso e os seus amplos contatos com o Congresso Nacional, com o empresariado, com sindicatos e com a sociedade civil ampliaram a interlocução política do Ministério (GOERTZEL, 2002: 124-126). Foi, essencialmente, um "chanceler político", mantendo-se próximo dos setores políticos e econômicos do Estado que representava no Senado, presente nas articulações políticas do Governo Federal e ativo nas discussões internas do PSDB e no debate político nacional. Instituiu no Ministério um processo de planejamento e de elaboração de visões estratégicas, buscando a adaptação da política externa às novas realidades regionais e globais. Buscou ainda articular o Ministério com outras pastas da Esplanada. Nesse sentido, criou um comitê permanente de 18 empresários e convidou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) para participar das negociações do MERCOSUL. A mobilização do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), braço de interlocução do Itamaraty com a academia, teve um papel essencial ao promover debates, palestras e seminários envolvendo acadêmicos, intelectuais, políticos, empresários, sindicalistas (BELÉM LOPES, 2013: 58).

Como assevera Belém Lopes em sua obra "*Política Externa e Democracia no Brasil*" (2013), as pressões sociais por maior participação na política externa brasileira, desde 1985, foram processadas pelo Itamaraty de duas formas. Por um lado, estimulando uma retórica de abertura, modernização, democratização, transparência e pluralismo, reiterada pelos chanceleres dos governos José Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco e ecoada por toda a burocracia itamaratiana em seus documentos e posicionamentos. Por outro lado, acomodando as pressões por maior abertura, acesso e participação por meio de mecanismos seletivos de filtragem e acomodação de demandas. Belém Lopes denomina de "republicanismo mitigado" essa tentativa dos diplomatas de conservar o seu insulamento burocrático e os seus espaços de poder dentro do Estado (2013: 267-68).

Em entrevista ao jornal *O Globo* em 24 de outubro de 1992, "*As prioridades da política externa*", o chanceler Fernando Henrique Cardoso listou o Leste Europeu, a América Latina e a Ásia como os objetivos prioritários. Sobre a possibilidade de vitória do candidato do Partido Democrata nos Estados Unidos, Bill Clinton, afirmou que não ocorreriam mudanças substanciais nas relações com o Brasil, já que questões sensíveis do relacionamento bilateral já haviam sido equacionadas nos governos Sarney e Collor. Ao mencionar a estratégia brasileira diante da formação de grandes blocos econômicos, afirmou que a "*grande questão não é a guerra e a paz, a guerra hoje é econômica*. *Do ponto de vista militar, os Estados Unidos têm uma superioridade enorme, mas essa questão perdeu força. Onde está o inimigo a ser combatido? As armas da nova geração são a tecnologia e o comércio*" (CARDOSO, 1994: 275).

A presença do novo ministro na mídia era uma constante, o que ampliava a visibilidade de suas ideias e de suas ações. Nestes contatos periódicos com a imprensa, os jornalistas não se contentavam em perguntar sobre política e também lhe pediam que comentasse a política interna. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 25 de outubro de 1992, Cardoso negou que seria um "*primeiro-ministro*" do presidente Itamar Franco: "*nesse Governo o presidente é primeiro-ministro e quem atua como primeiro-ministro, na verdade, é ele. As decisões políticas são todas deles*". Ao mencionar o seu plano para a política externa, disse que "*o Brasil tem uma política externa que independe de governos. Mas o que vamos tentar fazer primeiro é promover o entrosamento entre ações internas e externas.*". Reforçou ainda que desejava a diversificação de parcerias: "*Nossa política sempre foi voltada para o Atlântico, África e Europa, tem que dar uma guinada*". Sobre a situação orçamentária do Itamaraty, afirmou que: "*Não dá para ficar pedindo tostões, o Itamaraty gasta do orçamento da União 0,17%, o que não é nada. Se quisermos uma política externa ativa, temos que ter mais recursos*" (CARDOSO, 1994: 277-280). Sugeriu o aproveitamento de empresários, políticos e intelectuais com trânsito internacional para o desempenho de missões específicas, caso de Franco Montoro, notório defensor da integração latino-americana.[138]

No âmbito interno do Ministério das Relações Exteriores, o novo chanceler instalou a "*Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas*" do Itamaraty,

[138] "Não tenho dinheiro para nenhum plano grandioso. Mas acho que nós nunca aproveitamos direto as pessoas brasileiras que, não sendo diplomatas, têm trânsito, contatos e credibilidade lá fora. O Franco Montoro tem um bom trânsito, o José Sarney também. Há alguns empresários e intelectuais também. Não é preciso formalizar nada, nomear ninguém, mas porque não dar missões para essas pessoas cumprirem, como fazem os americanos, os russos e os franceses? Isso é que entrosamento com a sociedade, de não precisarmos ficar presos à burocracia" (CARDOSO, 1994: 280).

em novembro de 1992, ressaltando a necessidade de ajustar a estrutura burocrática aos novos desafios da década de 1990, o que demandaria discutir questões como recursos humanos, critérios de lotação na carreira, adequação da rede diplomática, processamento de dados, recursos financeiros, patrimônio, promoção comercial, gerenciamento e interação com outros órgãos públicos e com a sociedade civil. No discurso, assegurou que o processo seria transparente: "*Não vim aqui para servir a grupos internos ou externos. Por convocação do Presidente da República, vim para zelar pelos interesses do País no campo das relações internacionais. Neste mister cuidarei de evitar tanto a arbitrariedade quanto o corporativismo, que são faces da mesma moeda, ambas distantes da prática de uma administração verdadeiramente democrática, que exige participação e responsabilidade de todos*" (CARDOSO, 1994: 61).

Sua primeira viagem internacional de peso como chanceler foi para Nova York, em novembro de 1992, onde discursou em uma seção da Assembleia-Geral das Nações Unidas dedicada à discussão de medidas de implementação das decisões da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Mostrando continuidade de ações em relação à gestão Collor, o chanceler disse o Brasil se orgulhava desse evento sem precedentes na Nações Unidas: "*Do Rio emergiu um consenso sobre a problemática do meio ambiente e do desenvolvimento. A maior virtude desse consenso repousa na contribuição vigorosa dada à promoção de uma expressiva mudança nas relações internacionais, particularmente no âmbito das relações Norte-Sul*". Cardoso ressalta a iniciativa do presidente Itamar Franco de criar o Ministério do Meio Ambiente, mostrando a centralidade do tema na agenda do novo governo. E menciona a necessidade de implementação da *Agenda 21* por meio da intensificação da cooperação internacional entre os Estados. Anuncia, por fim, que o Brasil havia se prontificado a ser a sede de um centro internacional de pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável. Cardoso fez ainda menção ao ex-chanceler, Celso Lafer, reconhecendo sua contribuição para a realização da Rio-92 (CARDOSO, 1994: 33-39). Na mesma viagem aos Estados Unidos, tratou do tema da dívida externa brasileira em discurso na organização empresarial *Council of the Americas*, em 3 de novembro de 1992, mostrando a necessidade de normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional. Tal como o presidente Fernando Collor de Melo e os seus dois chanceleres, Rezek e Lafer, Fernando Henrique Cardoso buscou estreitar as relações do Brasil com os Estados Unidos. Em discurso no *Inter-Americana Dialogue*, em Washington, em 14 de dezembro de 1992, Cardoso afirmou que o diálogo bilateral estava "*maduro para atingir um patamar mais elevado*". E

acrescenta que a mudança na Casa Branca, com a eleição de Bill Clinton nas eleições de novembro, abriria novas oportunidades (CARDOSO, 1994: 104-105).

Em sua gestão na chancelaria, Fernando Henrique Cardoso intensificou a agenda de negociações comerciais regionais e inter-regionais, com a defesa do projeto integracionista do MERCOSUL. Em visita ao Parlamento Europeu, em novembro de 1992, Cardoso reforçou o nexo entre a liberalização comercial do Brasil e a sua maior participação do comércio internacional, externando o desejo brasileiro de ampliar o intercâmbio com a União Europeia após a assinatura do Tratado de Maastricht, em fevereiro de 1992. Na visão de Celso Amorim, então embaixador do Brasil em Genebra:

> o primeiro documento sobre um acordo comercial Mercosul-UE (...) foi assinado na época do Itamar quando eu era ministro. E foi uma proposta que surgiu numa reunião – e talvez o Fernando Henrique tenha contribuído para a realização desse tipo de reunião. A reunião entre o Grupo do Rio e a União Europeia, em 1994, eu e o Durão Barroso, na época ministro das Relações Exteriores de Portugal, incentivamos e foi aceita a ideia de um acordo comercial entre EU e Mercosul. Do nosso ponto de vista, o principal objetivo era contrabalançar a ALCA, que parecia inevitável. E aí o primeiro protocolo foi assinado em dezembro desse ano de 1994 pelos quatro chanceleres do Mercosul na sala do Jacques Delors. O acordo veio já com Fernando Henrique presidente. Antes havia ideias de um acordo, enfim. Mas nessa época, 1994, a ALCA ainda não estava tão nítida e tão clara. Em 1992, quando era embaixador em Genebra, eu me lembro de uma reunião em que fui lá – eu, o Clodoaldo e o Jorio para conversar sobre uma maior aproximação. Mas sim, essa coisa mais política do encontro do Grupo do Rio pode ter acontecido na época dele (AMORIM, 2020).

Em palestra no Senado Federal, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em 25 de novembro de 1992, afirmou que "*a cada dia fica mais claro, no contexto brasileiro, que o MERCOSUL é um projeto comum do Governo e da sociedade*" (CARDOSO, 1994: 77). Na reunião de chanceleres dos países da Bacia do Prata, em 5 de dezembro de 1992, reiterou:

> Da Bacia do Prata, do MERCOSUL, vislumbramos a necessidade de fortalecer o processo de construção de espaços econômicos integrados. Do Prata e no Amazonas, no Sul e no Norte do continente sul-americano, é cada

> vez mais firme a consciência da nossa vocação associativa, para a qual se abrem novos horizontes político-diplomáticos e novas opções econômico-comerciais (CARDOSO, 1994: 82).

O relacionamento com a Argentina, um dos pilares da política externa dos presidentes Sarney e Collor, também teve continuidade nos primeiros meses do governo Itamar Franco. Na inauguração oficial da sede da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), com a presença do chanceler argentino Guido di Tella, em 9 de dezembro de 1992, o chanceler Fernando Henrique Cardoso ressaltou que, sob a ótica regional, "*nossas iniciativas conjuntas tranquilizam vizinhos e parceiros quanto aos objetivos de nossos programas nucleares e abrem caminho para a rápida entrada em vigor, em toda a região, do Tratado de Tlatelolco, o precursor e o mais equilibrado dos instrumentos de não-proliferação*" (CARDOSO, 1994: 88). O desarmamento nuclear na América Latina como um todo também foi objeto de sua atenção, como se comprova em ofício encaminhado em 06 de novembro de 1992 pelo chanceler ao presidente Itamar Franco, no qual Cardoso comunica ao chefe de Estado que as Partes Contratantes do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares na América Latina, Tratado de Tlatelolco, haviam aprovado emendas ao texto original do tratado, que datava de 1967. Assim,

> Para o Brasil, a importância do fortalecimento do Tratado através de sua rápida entrada em vigor para toda a região da América Latina e do Caribe está ligada ao fato de que o Tratado de Tlatelolco é o instrumento por meio do qual fornecemos à comunidade internacional todas as garantias a respeito dos objetivos pacíficos de nosso programa nuclear em um contexto caracterizado pela existência de direitos e obrigações iguais entre todas as Partes. (...) A plena vigência do Tratado para o Brasil consolidará vantajosamente nossa posição de não-aceitação dos mecanismos discriminatórios do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, reforçando nossa posição em defesa dos princípios de universalidade e não-discriminação que tradicionalmente advogamos em matéria de não-proliferação de armamentos (CARDOSO, 1992).[139]

[139] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-19-13-maio-1994-358277-exposicaodemotivos-145159-pl.html. Acesso em 15 de abril de 2020.

Em dezembro de 1992, com a renúncia do presidente Fernando Collor de Melo às vésperas da votação do seu impeachment no Senado Federal, o presidente Itamar Franco foi confirmado no cargo, o que proporcionou maior estabilidade e legitimidade à política externa que o chanceler Fernando Henrique Cardoso implementava no Itamaraty. No artigo "*Riscos e Oportunidades*", publicado no *Jornal do Brasil* em duas partes, o chanceler reafirma que um país com as dimensões territoriais, demográficas, econômicas e culturais como o Brasil não poderia "*mostrar-se tímido em sua análise do momento histórico que atravessa o mundo*". Nesse sentido, a diplomacia brasileira deveria "*recorrer ao mesmo tempo à legitimidade de um mandato concedido pela sociedade brasileira e à riqueza do acervo de ideias, valores e percepções de nossa cultura e experiência histórica*". Cardoso ressalta a importância da participação dos cidadãos na política externa, impedindo que "*a diplomacia secreta e autocrática*", "*as visões excludentes*" e as "*decisões táticas que carecem de legitimidade moral*" impedissem a inserção qualitativa do Brasil no mundo. Ao mostrar a importância do universalismo, disse que ao Brasil "*se impõe praticar o que o Presidente De Gaulle chamava de estratégia ´tous azimuts – em todas as direções, sem exclusões ou omissões*" (CARDOSO, 1994: 299-233).

6.6. A busca de credibilidade internacional

Os temas econômicos, principalmente o combate à inflação, entram cada vez mais no rol de preocupações do chanceler no ano de 1993. A aposta no reforço das relações do Brasil com os países do Norte, como Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental e Japão confirma a crença em suas teses acerca da necessidade de um modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo global para alavancar o acesso a insumos, capitais e tecnologias, a modernização produtiva, o crescimento econômico e a inserção do país nas cadeias globais de comércio. Na segunda parte da entrevista ao *Jornal do Brasil,* em 17 de janeiro de 1993, "*O Primeiro mundo começa aqui*", Cardoso ressalta os avanços do governo Itamar Franco na realização de reformas econômicas "*As luzes foram acesas, e novamente temos telex para nos comunicar. (...) Então nesses 100 dias foi possível dar sinais de que esse país é viável (...) Aqui no Brasil temos recursos humanos razoáveis, base universitária, um certo desenvolvimento tecnológico. Temos a experiência institucional de um Estado que nasceu há dois séculos. Congresso funcionando, imprensa ativa e livre, sindicatos atuantes*". Sobre os esforços de estabilização econômica, Cardoso foi afirmativo: "*não se acaba com a inflação por milagre.*

Quando se tentou isso, não deu certo. Tem que ser um processo mais persistente com menos truques. Segundo o chanceler, "*vamos desinflar a crise, ter um orçamento equilibrado, aumentar a receita para poder fazer obras*". Assim, seria necessário "*acreditar no Brasil, não como bazófia, mas como exercício de disciplina diária*". (CARDOSO, 1994: 284). Sobre a nova política externa brasileira e a sua aspiração de elevar o país ao rol dos países desenvolvidos, Cardoso disse:

> O terceiro-mundismo acabou. Hoje não há ninguém que se organize em função da ideia terceiro-mundista. Todos aspiramos a ser Primeiro Mundo, mas, para isso temos de começar internamente. Só se pode ser Primeiro Mundo fora se formos aqui dentro também (CARDOSO, 1994: 284).

Essa ideia de abandono de uma postura internacional de alinhamento com os países subdesenvolvidos e, sobretudo, de afirmação de uma identidade internacional do país como nação "terceiro-mundista" é alvo de sucessivas críticas de Cardoso em suas manifestações na imprensa. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em 22 de janeiro de 1993, Cardoso afirma a política externa já havia mudado: "*não podemos continuar agindo com mentalidade de subdesenvolvidos*" (CARDOSO, 1994: 293). No artigo "*Política externa: a opção universalista*", publicado no jornal *O Estado de São Paulo* de 24 de janeiro de 1993, Cardoso afirma que para "*um país que se pode caracterizar como potência média, cuja economia é a décima maior do planeta e cujo traço distintivo mais forte é a diversificação – diversificação da produção econômica, de sua pauta de comércio e também diversificação de interesses externos – a busca de uma nova forma de inserção no núcleo das relações internacionais é condição necessária para o desenvolvimento do pais*" (CARDOSO, 1994: 236). Cardoso reforça a importância do peso econômico na projeção do país como um "*global trader*", defendendo a conclusão da Rodada Uruguai do GATT e o fortalecimento do MERCOSUL (CARDOSO, 1994: 235-38)

> No passado, víamos o desenvolvimento do Sul quase que autonomamente, e como um fator fundamental para a estabilidade, para a paz e para a segurança no mundo. Hoje, embora continuando a acreditar que o desenvolvimento é peça essencial da segurança mundial, estamos convencidos de que o crescimento dos países industrializados e nossa relação com eles são decisivos" (CARDOSO, 1994: 238)

Ao contrário do discurso liberal da gestão Collor, Cardoso procura modular a sua apreciação da necessidade de reformas econômicas e de abertura comercial com a dimensão social. Nesse sentido, retoma, em linhas gerais, as teses defendidas em seu ensaio sobre a socialdemocracia em versão latino-americana, de 1990. Essa linha de pensamento foi exposta em encontro das Câmaras de Comércio no Brasil e no Reino Unido, em 27 de janeiro de 1993, em Londres, no qual Cardoso abordou a questão da modernidade:

> Outra ilusão que infelizmente se esvai no Brasil de hoje é o discurso da falsa modernidade. Modernidade mais proclamada do que construída nestes últimos dois anos. Modernidade em meio à recessão e a o desemprego. Modernidade que superestimou o econômico e sacrificou o social. Como se a modernidade significasse riqueza mal repartida, abundância a grassar ao lado da forme e da miséria (...) Conciliar o processo de estabilização com o gradual reaquecimento da economia é o principal desafio que se coloca de imediato" (CARDOSO, 1994: 112-119)

Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso afirma que o governo Itamar Franco estava determinado a levar adiante a recuperação econômica do país, centrando seus esforços no combate à inflação, de forma gradualista, sem interromper a abertura da economia a uma maior competição internacional. E conclui, afirmando que,

> como é do bom feitio democrático (eu, Ministro, que deve agora dosar a espontaneidade do político com a formalidade do diplomata) – orgulho de trazer aqui (...) a mensagem de um Brasil resgatado em sua dignidade. De um Governo que zela pela seriedade e a exercita. De uma Nação – como disse o Presidente que se quer sintonizada com o mundo" (CARDOSO, 1994: 112-119).

A busca de uma relação mais próxima com os países europeus tinha, para Fernando Henrique Cardoso, um significado importante. Na mesma viagem ao Reino Unido, em conferência no *Royal Institute for International Affairs (Chatham House),* em 28 de janeiro de 1993, Cardoso discursou sobre "*O Brasil e a Integração Europeia*", argumentando que país vislumbrava a aproximação política e econômica com a Europa como um vetor importante de sua integração ao mundo (CARDOSO, 1994: 137).

> A globalização e a interdependência da economia, para muito vetor decisivo na superação dos esquemas maniqueístas e excludentes da Guerra Fria, conduziram também à universalização dos valores que tendem a balizar o sistema internacional. Se o novo modelo produtivo, à base do mercado e da vantagem comparativa tecnológica, impulsionou a prosperidade e a chamada terceira revolução industrial, a democracia e o respeito mais solidário de tomada de decisões que haverá de contagiar as relações entre os países (CARDOSO, 1994: 139)

A gestão de Cardoso no Itamaraty coincide com a chegada do democrata Bill Clinton na Casa Branca. No artigo "*Brasil-EUA: maturidade do relacionamento*", publicado no jornal *Correio Braziliense* em 1 de fevereiro de 1993, Cardoso afirma que a superação de contenciosos em matéria de dívida externa, comércio internacional e patentes e, sobretudo, as convergências em temas como democracia, direitos humanos e meio ambiente, eram um patrimônio importante no relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos. Cardoso celebra, ademais, o fato de as circunstâncias internacionais favorecerem uma agenda mais robusta de cooperação. Nesse sentido, afirma encontrarem-se abertos os canais de entendimento:

> De tudo quanto foi analisado a respeito da plataforma eleitoral do Presidente Clinton, depreende-se justamente que a ênfase por ele colocada no campo dos valores, em coerência com a política tradicional do Partido Democrata, pode vir a constituir fator de aproximação revigorada. Democracia, direitos humanos, meio ambiente, combate às drogas, não proliferação são bandeiras comuns aos dois países. Isso porque o debate internacional dessas questões assume gradativamente dimensão mais cooperativa do que confrontacionista, como também o Brasil, em particular, promoveu soberanamente avanços substanciais que lhe conferem credenciais incontestáveis (CARDOSO, 1994: 239).

No artigo "*O Brasil e Clinton*", publicado no jornal *Zero Hora* de 28 de fevereiro de 1993, o chanceler saúda a chegada do Partido Democrata à Casa Branca como uma oportunidade de debater temas como a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a redemocratização da ordem internacional, a expansão do comércio internacional pela conclusão exitosa da Rodada Uruguai do GATT, o fortalecimento das parcerias bilaterais no campo da ciência e tecnologia. Cardoso ressalta o Acordo de Salvaguardas assinado com a

Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica, a entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco e a busca da entrada do Brasil no Regime de Controle de Tecnologias e Mísseis (RCTM) como passos importantes da cooperação em segurança e defesa com os Estados Unidos. A renegociação da dívida externa em curso no governo Itamar Franco também abria novos canais para a normalização das relações do Brasil com o sistema financeiro internacional. Ademais, o avanço de iniciativas regionais como o MERCOSUL e o NAFTA abria novos canais de fortalecimento do comércio internacional no hemisfério (CARDOSO, 1994: 249)

> Quando estive em Washington em janeiro, a convite pessoal do Partido Democrata para comparecer à posse do novo Presidente, pude perceber que a maturidade no relacionamento bilateral é algo que transcende os governos e as correntes partidárias. Senti o melhor espírito construtivo da parte de todos os meus interlocutores que então se preparavam para integrar a nova Administração (CARDOSO, 1994: 249)

Apesar de focar sua gestão nas relações com os parceiros tradicionais na América do Sul, Europa e América do Norte, Cardoso vislumbrava ainda o reforço das relações do país com outros países emergentes. No artigo "*Redimensionando a Ásia*", publicado no jornal *O Estado de São Paulo* de 5 de março de 1993, Cardoso menciona o dinamismo econômico e a distensão política como fatores de aproximação do Brasil com países como Rússia, China e Índia. A aproximação entre Moscou e Pequim, entre Pequim e Nova Déli e entre Tóquio e Moscou, a reaproximação entre as Coreias e entre a China e a Coreia do Sul, segundo Cardoso, eram fatores positivos para a superação de tensões regionais e globais., favorecendo "*avenidas de cooperação e de entendimento ainda escassamente exploradas com a maioria dos países da área*". No artigo "*A África e o Brasil*", publicado no *Jornal do Brasil* em 18 de março de 1993, Cardoso cita os esforços brasileiros para a busca de uma solução no conflito interno angolano, seja com a intensificação da cooperação bilateral, seja com ações no Conselho de Segurança. Menciona ainda a colaboração brasileira no processo de paz em Moçambique, com a presença de um general do Exército no comando da missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM). Cardoso afirma que a presença brasileira na África não poderia recuar, "sob pena de fazer ruir, como castelo de cartas, o inestimável capital de boa vontade acumulado por nossa experiência naquela região – da qual somos culturalmente tributários e com a qual compartilhamos uma imensa porção oceânica que pretendemos voltadas para a paz e a cooperação". (CARDOSO,

1994: 258). Na conclusão do artigo sobre as relações com os países africanos, Cardoso faz alusão às linhas gerais da política externa praticada pelo Itamaraty desde Geisel:

> Se soubemos, sob regime autoritário, conduzir uma política externa fundada na soberania, na não-ingerência e na cooperação, mais razão temos agora para revitalizar esses princípios, adicionando-lhes um conteúdo democrático que nos confere ainda mais autoridade como interlocutores de países traumatizados pela experiência colonial e totalitária (CARDOSO, 1993: 258).

No artigo "*O Brasil e a lusofonia*", publicado no *Jornal do Brasil* de 25 de abril de 1993, Cardoso menciona a aproximação com os Países Africanos de Língua Portuguesa: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Cardoso ressalta o papel do embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, um dos principais conselheiros políticos do presidente Itamar Franco, em visitas para entendimentos com esses países, e da futura Cimeira Brasil-Portugal, em Lisboa. Para o chanceler, "*o trabalho que estamos realizando no continente ribeirinho revitaliza a credibilidade da atuação do Estado brasileiro perante a comunidade internacional e traz como consequência imediata o fortalecimento de nosso prestígio na África*". Cardoso faz menção ainda à intenção da criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, com "uma vocação clara de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional" (CARDOSO, 1994: 263-64)

A dimensão latino-americana de discurso diplomático do chanceler se valeu, em grande medida, do seu trabalho na CEPAL durante os anos 1960 e dos laços acadêmicos e afetivos com intelectuais chilenos. Em palestra na Academia Diplomática do Chile, em 23 de março de 1993, Cardoso relembra o tempo de exílio no país: "*Os quatro anos que vivi no Chile constituíram uma das fases mais fecundas de minha carreira acadêmica. Devo-a aos amigos que fiz nos círculos intelectuais, universitários e políticos desta magnífica cidade de Santiago. Devo-a aos alunos que aqui tive e que me estimularam a aprofundas minhas pesquisas na área da sociologia, da ciência política e das questões do desenvolvimento*" (CARDOSO, 1994: 163).[140] A viagem ao Chile se mostra como uma oportunidade de afirmação das identidades

[140] No artigo "*Vuelvo como canciller al país de mi exilio*", publicado no jornal chileno *La Nacion,* em 2 de março de 1993, Cardoso afirma que sua vivência pessoal e profissional no Chile fez do país uma "nação verdadeiramente amiga e fraterna que supriu a dor do exílio, da distância da Pátria; e segundo lugar, como país onde trabalhei e convivi com eminentes personalidades representativas da cultura e da tradição democráticas chilena (...); e ainda

entre as duas nações sul-americanas, com a consolidação de democracias abertas e modernas, a retomada do processo de desenvolvimento e a busca de um novo modelo de inserção internacional. O chanceler de Itamar Franco avança no tema da integração regional ao afirmar que o Brasil considera

> a integração latino-americana como uma necessidade de natureza estratégica. Precisamos unir-nos para criar, neste mundo de blocos econômicos poderosos, um centro que tenha densidade própria, um mercado que possa garantir uma escala mínima de produção para nossos produtos manufaturados e que estimule o direcionamento de investimentos externos para setores dinâmicos de nossas economias" (CARDOSO, 1994: 167).

Além das viagens para os Estados Unidos, Europa e Chile, o chanceler também manteve estreita interlocução com o Congresso Nacional, conforme mostrado no começo da seção, dada a sua origem parlamentar. Em apresentação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 31 de março de 1993, o ministro Fernando Henrique Cardoso afirmou que o Brasil desenvolveria uma nova política externa, em função das mudanças internas (redemocratização, estagnação e esgotamento do nacionalismo autóctone) e externas (fim da Guerra Fria e globalização econômica). A apresentação de Cardoso na Câmara dos Deputados reconhece a globalização como um dado da realidade e ressalta a necessidade de adaptação da estratégia de desenvolvimento para a retomada do crescimento econômico. Ressalta as oportunidades abertas a um país com as dimensões e as potencialidades econômicas do Brasil, mas pontua que as mudanças encontram focos de resistência interna. Pontua ainda que a globalização também pode trazer também riscos e ameaças, como o agravamento das disparidades entre blocos regionais (CARDOSO, 1994: 190). Na perspectiva de Cardoso, o Brasil deveria elaborar uma estratégia mais articulada de inserção internacional:

> O Brasil pertence ao mesmo, ao mesmo tempo, ao mundo industrializado e ao mundo em desenvolvimento. Isso não reflete slogans ou fórmulas já ultrapassadas de posicionamento, mas sim uma realidade política, econômica e social onde coexistem a modernidade e o atraso. Nossa inserção não é unidimensional. Somos um país com valores essencialmente ocidentais e

como país-símbolo da resistência democrática e de vocação integracionista na América Latina" (CARDOSO, 1994: 301).

> democráticos. Somos latino-americanos e pan-americanos e compartilhamos com a África nossas raízes étnicas, culturais e históricas e um destino comum de transformação do Atlântico Sul em espaço econômico vivo de integração (CARDOSO, 1994: 198)

Um dos pilares da política externa do presidente Itamar Franco foi o apoio aos regimes internacionais dos direitos humanos. Tal como a exitosa reversão da imagem negativa brasileira no campo do meio ambiente, o engajamento da diplomacia brasileira nesta temática buscava dar uma resposta internacional às violações dos direitos humanos praticadas por agentes do Estado brasileiro e que tiveram ampla repercussão internacional naquele período, como os massacres do Carandiru, da Candelária e de Vigário Geral. No seminário "*Democracia, Desenvolvimento e Diretos Humanos*", no Itamaraty, com a presença do ex-chanceler Celso Lafer, realizado em 15 de abril de 1993, Fernando Henrique aborda os esforços de preparação do Brasil para a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, a ser realizada em meados naquele ano e buscaria discutir a inter-relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. Após a exitosa reunião da Rio-92, Viena seria considerada a mais importante conferência multilateral da década de 1990. Cardoso afirma que "*o otimismo prevalecente nas relações internacionais com o fim da Guerra Fria tornava oportuna a convocação de um evento mundial para analisar os resultados alcançados e obstáculos encontrados pela cooperação internacional em prol dos direitos humanos*" (CARDOSO, 1994: 200)

> O Governo promove, na área de direitos humanos, total transparência, mantendo diálogo e cooperação com a sociedade civil, com as organizações não-governamentais e com os órgãos competentes da comunidade internacional. A situação dos direitos humanos no país, entretanto, permanece questão muito sensível. Incidentes como o da Casa de Detenção de Carandiru, a situação de nossas crianças de rua, o fenômeno da violência rural e urbana e até a ocorrência de situações assemelhadas às de escravidão são registros trágicos de nossas deficiências, que somente poderão ser cabalmente resolvidas com o aprimoramento das condições econômicas (CARDOSO, 1994: 200).

A curta gestão de Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty foi marcada, finalmente, por uma reverência às tradições da instituição, externadas desde o seu discurso de posse no cargo. Na solenidade do Dia do Diplomata, em Brasília, em 27 de abril de 1993, com a presença

de todo o corpo diplomático, Cardoso saudou a presença de Itamar Franco como demonstração da "*confiança que a Nação deposita no profissionalismo, no espírito público e no patriotismo de servidores do Ministério de Relações Exteriores*". O chanceler afirmou que a política externa não estava dissociada das demais políticas: "*A política é uma só, dentro e fora do País. Exprime coerência e legitimidade. Está fundada nos interesses nacionais e nos valores e aspirações da cidadania. Canaliza-se através de diferentes órgãos do Estado e de múltiplos setores da sociedade*". Cardoso evoca as suas origens na comunidade acadêmica e no parlamento como evidência dessa aproximação da política externa com a sociedade: "*O Itamaraty (...) é apenas uma peça dessa engrenagem, com responsabilidade institucional pela execução da política exterior. O Ministro, egresso da Universidade e do Parlamento, sente-se autorizado a dar este testemunho*" (CARDOSO, 1994: 208).

Reafirma, dessa forma, a importância da interlocução com acadêmicos, parlamentares, empresariado, sindicatos, partidos políticos, setor cultural e cientistas para a condução da política externa. Cardoso evoca ainda as tradições da Casa de Rio Branco, ao afirmar que "*a diplomacia está ancorada na história. Nutre-se dos ensinamentos do passado e da experiência de tantos servidores que engradecem o seu nome, muitos deles ilustres homens públicos e estadistas, a começar por aquele que é seu patrono, Rio Branco. Renovação, porque a diplomacia cresce também na passagem das gerações e deve sempre incorporar a perspectiva do futuro*" (CARDOSO, 1994: 208). Cardoso anuncia que estavam a ser concluídos os estudos para a implementação de mudanças na condução das práticas internas do Ministério: "*Creio que, em nenhum outro período da história do Itamaraty, tenha sido feito tamanho esforço de reflexão sobre as prioridades da política externa e os meios necessários à sua execução*" (CARDOSO, 1994: 209). Aos jovens diplomatas, Cardoso afirma que caberá "*à geração que hoje se inicia na diplomacia imaginar, desenvolver e implementar uma diplomacia brasileira para o século XXI, em que as fronteiras deixarão de ser um fenômeno apenas geográfico para separarem as nações por seus diferenciais tecnológicos ou de bem-estar*" (CARDOSO, 1994: 2010).

Como se pode perceber, respaldada pelo presidente Itamar Franco, a agenda internacional conduzida pelo chanceler Fernando Henrique Cardoso não implicou em nenhuma descontinuidade com as linhas gerais da estratégia diplomática dos dois governos anteriores da Nova República. O que se percebe, com lastro histórico nos discursos, entrevistas e artigos de Cardoso, é a interconexão permanente entre o discurso diplomático (a busca da reinserção do Brasil no mundo), a análise da realidade internacional (as transformações advindas do fim da

Guerra Fria e da globalização), a valorização do patrimônio político interno (reconquista da democracia e fortalecimento institucional) e a ênfase na necessidade de reformas econômicas internas para a retomada do desenvolvimento. Nesse sentido, tal como o fez no Senado, o intelectual Cardoso se valeu da projeção que o cargo de ministro do Exterior lhe proporcionou para alavancar, em algumas oportunidades, suas análises como sociólogo e cientista político. A apreciação de valores como democracia e direitos humanos no plano internacional retoma o pensamento de Cardoso nas décadas de 1970 e 1980, especialmente na defesa de uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios, no plano interno e internacional.

6.7. Conclusão

O capítulo 6 analisou a trajetória do pensamento político e internacionalista de Fernando Henrique Cardoso desde a entrada no Senado Federal até a sua passagem pelo Ministério das Relações Exteriores. À luz das diversas correntes políticas e ideológicas com as quais o sociólogo dialogou e que o influenciaram nesse período, o capítulo buscou entender como Cardoso se inseriu no debate sobre a redemocratização, com ênfase na transição democrática como senador do PMDB e no processo de elaboração da Constituição de 1988. Fernando Henrique Cardoso foi treinado na política na escola de Franco Montoro, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, três dois principais líderes do processo de redemocratização. Cardoso não se tornou o chanceler de Tancredo Neves, como era desejável, mas se projetou com uma das principais personalidades políticas da Nova República. A ruptura com o PMDB e a criação do PSDB, juntamente com outras lideranças políticas e intelectuais, marcou a sua decisão de alavancar um novo projeto de transformações econômicas e institucionais no Brasil para a inserção num mundo crescentemente globalizado.

As ideias do intelectual Fernando Henrique Cardoso sobre a associação da economia brasileira ao capitalismo internacional e acerca da construção de uma democracia liberal no Brasil, eixo de seu pensamento político entre as décadas de 1960 e 1980, serviram de base para as suas reflexões acerca da adaptação do Brasil à nova conjuntura global pós-Guerra Fria, como se pode perceber em seus artigos, entrevistas e discursos entre 1988 e 1993. Apesar do insucesso eleitoral do PSDB nos primeiros anos, especialmente com a campanha presidencial de Mário Covas, em 1989, o novo partido se tornou um importante instrumento de projeção, de difusão e de debate das ideias liberais, socialdemocratas e globalistas de Fernando Henrique Cardoso. A vitória de Fernando Collor de Melo nas eleições de 1989, com uma agenda econômica liberal

que se aproximava das ideias reformistas do programa do PSDB e das convicções políticas do então senador, estimulou Cardoso a se aproximar do governo e a almejar o comando do Ministério das Relações Exteriores. As mudanças estruturais no país com o colapso do modelo de substituição de importações e o impulso de Collor a um programa de abertura econômica, de reforma do Estado e de privatizações ampliaram as possibilidades de entendimento entre o governo Collor e o PSDB, frustradas por resistências internas, especialmente do senador Mário Covas. Por muito pouco Fernando Henrique Cardoso não foi o chanceler de Collor, dados os insistentes convites que recebeu.

A oportunidade de ocupar o Ministério das Relações Exteriores, entretanto, não tardaria, com o fim precoce do governo do presidente Collor, afastado do poder por um processo de *impeachment*. Enquanto Collor saía do Palácio do Planalto pelos fundos, envolto no fracasso de sua política de estabilização econômica e no escândalo de corrupção que abalou o país, o vice-presidente da República Itamar Franco assumia a cadeira presidencial tendo ao seu lado, como chanceler e principal articulador político, o senador Fernando Henrique Cardoso. No Itamaraty, Cardoso foi um chanceler-político que estimulou, seduziu e conquistou os diplomatas. Primeiro, soube explorar a sua influência política e o seu amplo acesso ao presidente da República e ao Congresso Nacional para fortalecer institucionalmente a chancelaria, dando-lhe maior prestígio e projeção no cenário político. Segundo, Cardoso não desafiou as tradições e os costumes de uma instituição de Estado bissecular, ciosa de sua autoridade, conhecimento técnico, hierarquia e memória como elementos aglutinadores de sua inserção no sistema político brasileiro (LAFER, 2007: 21).

Em terceiro lugar, a gestão Fernando Henrique Cardoso não propôs nenhuma ruptura ideológica com a agenda diplomática que se vinha implementando, de forma incremental, por todos os governos da Nova República, buscando a diversificação de parcerias internacionais e o reforço das credenciais do país nos campos econômico, ambiental, militar e dos diretos humanos. Em quarto lugar, mesmo o processo de modernização burocrática e administrativa e de maior transparência e interlocução com a sociedade, proposto no começo de sua gestão, foi implementado de dentro para fora, *com os diplomatas, não contra os diplomatas*. Ou seja, Cardoso deu um passo importante, ainda que tímido, de abertura das portas do suntuoso Palácio dos Arcos às forças políticas e sociais brasileiras. Em quinto lugar, a presença de um acadêmico com projeção internacional no Ministério das Relações Exteriores trouxe ares de sofisticação intelectual para uma instituição que sempre se afirmou também como um centro de pensamento diplomático, internacionalista e cultural, o que não era uma novidade. No começo da década de

1960, a presença dos juristas Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, dando curso à Política Externa Independente, galvanizou o Itamaraty e uma geração inteira de diplomatas. Na Nova República, os juristas e professores Francisco Rezek e Celso Lafer também agregaram à instituição diplomática as suas respectivas reflexões acadêmicas nos campos do Direito Internacional e dos Direitos Humanos.

O engajamento do chanceler Fernando Henrique Cardoso nas reflexões sobre política externa, respaldado por sua trajetória acadêmica e intelectual como pensador dos temas do desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina insuflou um espírito de abertura, de renovação e de oxigenação de ideias na Casa de Rio Branco, o que agradou os diplomatas. Em "**Política Externa em Tempos de Mudança**" (1994), Cardoso faz um balanço de sua gestão à frente do Itamaraty e afirma que buscava desenhar "*uma política externa capaz de acelerar o desenvolvimento do país através da utilização das oportunidades oferecidas pelo novo cenário internacional, inclusive em resposta às demandas revigoradas da sociedade brasileira*". Cardoso assinala que a mudança dos cenários interno e externo deu a tônica de sua passagem pela Chancelaria. No âmbito externo, o fim da Guerra Fria, o encaminhamento de velhos conflitos regionais, a redução do peso de temas militares e de segurança, a ênfase na agenda econômica, a globalização econômica e o fortalecimento dos valores da democracia, dos direitos humanos e do meio ambiente. Internamente, a consolidação democrática, a modernização econômica e a busca de uma inserção internacional competitiva. Dessa forma, assina que nos "*sete meses em que estive no Itamaraty, coube-me, assim, dirigir a economia brasileira num momento de grande significação na vida política nacional e num momento, também, em que aumentavam os desafios e as responsabilidades do Brasil no mundo*". E completa que, ao ser convocado pelo presidente Itamar Franco para a pasta da Fazenda, deixou o Itamaraty "com o sentimento da gestão interrompida" (CARDOSO, 1994: 15-17).[141]

[141] Cardoso assinala ainda que encontrou no Ministério "uma instituição que não está alheia às necessidades de renovação e de adaptação. Não nego, por isso, que ali encontrei um ambiente de certa ansiedade: a Casa querendo repensar a si própria e, sobretudo, discutir novos perfis de atuação profissional e aperfeiçoamento na carreira diplomática condizentes com as necessidades e os interesses atuais do país". Em função da saída prematura da Chancelaria para se ocupar da gestão econômica, Cardoso afirma que não conseguiu implementar as recomendações da Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e Práticas Administrativas do Itamaraty (CAOPA), cujo trabalho levou vários meses repensando as prioridades da política externa e o relacionamento entre o Ministério e a sociedade. Entre os principais avanços de sua gestão, Cardoso assinala o início do novo mandato do Brasil como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU; os avanços do MERCOSUL; o acordo para a construção do gasoduto Bolívia-Brasil; a aprovação da Lei de Propriedade Intelectual.

> O fim da Guerra Fria nos trouxe mais vantagens do que prejuízos, na medida em que nunca nos incluímos entre aqueles que de algum modo barganhavam sua participação em um dos dois esquemas estratégicos existentes. A transição de um mundo cujo eixo era a segurança e a confrontação militar para um mundo dominado pela temática econômica e social nos oferece hoje uma posição de relevância, que pode ser ainda maior no futuro (CARDOSO, 1994: 19)

E na conclusão de seu balanço, Cardoso reforçou que os "*novos valores que informam o debate internacional e os padrões de aferição da conduta dos Estados são os mesmos que nos legou a Historia e que nossa sociedade tem reafirmado*". Finalmente, pontuou que a política externa que praticou foi universalista, plural e aberta, buscando ampliar as parcerias nos "mais diversos horizontes", respondendo, com esse capital diplomático, "*às expectativas da nação e aos desafios de um período histórico de grande aceleração*" (CARDOSO, 1994: 19-20); Do ponto de vista de interesses do senador Fernando Henrique Cardoso, político com uma década de experiência no Senado Federal, a passagem pelo Itamaraty ampliou não apenas a sua interlocução internacional com lideranças, empresários e organizações internacionais, mas a sua legitimação com um dos principais articuladores políticos do governo Itamar Franco. O desinteresse do presidente da República por temas econômicos e internacionais deixou um vácuo que foi explorado habilmente pelo chanceler na projeção de suas ideias e análises, reiteradas em suas entrevistas à imprensa.

As viagens internacionais de Cardoso privilegiaram as relações com os países desenvolvidos com os quais o Brasil precisava normalizar as suas relações econômico-financeiras após mais de uma década de instabilidade, desentendimentos e até moratória da dívida externa. Nesse sentido, essa estratégia de alavancar a sua projeção como chanceler político e como diplomata econômico não esteve dissociada da busca de maior legitimação interna e de dividendos políticos para si, como liderança nacional, e para o seu partido, buscava maior espaço no governo para maximizar suas chances eleitorais no pleito de 1994. Dessa forma, as ações do chanceler de aliar-se com a burocracia itamaratiana e de outros ministérios, de aproximar-se da sociedade civil, de manter presença constante na imprensa e de viabilizar-se como uma espécie de "fiador político e econômico" do presidente Itamar Franco perante o empresariado, os governos estrangeiros e os organismos internacionais não foram impensadas em uma Presidência-tampão que teve um início tumultuoso. Na perspectiva de Celso Amorim, sucessor de Cardoso no Itamaraty,

> eu achava que o Fernando Henrique iria fazer uma política externa – não teve muito tempo – eu não sei se ele teve alguma iniciativa notável. Acho que não me lembro de alguma coisa assim especialmente notável. (...) Não sei dizer direito, eu era embaixador em Genebra e estava muito ocupado lá no final das negociações da Rodada Uruguai – meio para o final, eu estava muito envolvido nisso. Por exemplo, eu me lembro de alguma coisa importante que foi a assinatura da Convenção sobre Armas Químicas. Ele não pode ir e fui eu quem fui. Não me lembro assim de uma questão dramática. De resto, voltando ao que você falou, isso estava acontecendo. Você falou de Tlatelolco, isso começou com o Rezek, eu participei e me lembro porque era o chefe do Departamento Econômico. Eu estava envolvido, eu que negociei. Tinha outras pessoas que trabalhavam comigo, como o Roberto Jaguaribe. Outras coisas tinham sido feitas no governo Sarney, mas fui eu quem negociou o acordo bilateral Brasil-Argentina que gerou a ABACC. E aí o Collor assinou, na época em Viena, na época do Rezek. Então as coisas foram indo de forma normal (AMORIM, 2020)

Em síntese, conforme se pode verificar na análise da trajetória das suas ideias acerca do mundo ao longo dos anos 1980 e 1990, embora Cardoso ainda mantivesse um pensamento ligado a ideias e convicções ideológicas de esquerda, sua principal linha de ação política era o realismo, a capacidade de distanciamento dos fatos e de adaptação às mudanças de conjuntura. Assim como tinha sido um habilidoso político no começo de sua vida acadêmica e intelectual, nos anos 1950 e 1960, ao entrar na política institucional, nos anos 1970, ao invés de abandonar a vida intelectual para se concentrar exclusivamente na política, Fernando Henrique Cardoso se tornou um intelectual dentro da política. Uma posição ao mesmo tempo confortável e desconfortável. Para os intelectuais, sempre seria um político; e para os políticos, sempre seria um intelectual. A passagem de Cardoso pelo Itamaraty, na tripla função de ministro das Relações Exteriores, articulador político e fiador internacional dos primeiros meses da gestão Itamar Franco, reforçou a sua crença acerca da necessidade de atualizar as visões e práticas do país do período de economia fechada por uma dinâmica de inserção na nova realidade global. A ideia de atualizar a inserção internacional brasileira, na visão de Cardoso, era indissociável de uma agenda de nova agenda desenvolvimento capaz de ampliar os intercâmbios comerciais, atrair investimentos, fortalecer a cooperação internacional e ampliar a participação do Brasil em instituições e em regimes internacionais.

CAPÍTULO 7 – AS IDEIAS NO CENTRO DO PODER: A ASCENSÃO DO LIBERAL-GLOBALISMO

> "O Brasil, na verdade, estava se projetando. Havia valorização, o Brasil tinha presença, nó éramos uma democracia e eu tinha gosto por essas coisas. E eu conheci as pessoas. Eu podia pegar o telefone e falar com os presidentes de vários países. Então eu tinha prazer nisso aí".
>
> Fernando Henrique Cardoso, *Entrevista para a tese*

O objetivo central deste capítulo é investigar as ideias, as reflexões e as análises de Fernando Henrique Cardoso à luz dos contextos políticos, econômicos e internacionais entre 1993 e 1998, do Ministério da Fazenda à Presidência da República. À luz da História das Ideias, busca mostrar como o pensamento internacional se interconecta com as escolas de pensamento e com a trajetória intelectual e política de Cardoso no período em que se projetou, nacional e internacionalmente, como o principal articulador do plano de estabilização econômica para combater a hiperinflação no Brasil. Quais correntes de pensamento político e diplomático influenciaram Cardoso nesse período? Como o intelectual e o presidente interagiram no que toca à produção de um pensamento diplomático? E de que modo as ideias reformistas acerca da globalização e da integração se interconectaram com as suas ações no campo da política externa?

As ideias de Cardoso acerca da internacionalização econômica brasileira, da interconexão do seu mercado à vizinhança latino-americana e a outras regiões, da renovação de credencias nos campos do comércio, do meio ambiente, do desarmamento e dos direitos humanos e a atualização do perfil, da imagem e da doutrina de política externa do Brasil foram capitalizadas em sua campanha eleitoral, em 1994. Cardoso encarnava o projeto liberal-reformista e globalista do PSDB, que vislumbrava as oportunidades da globalização, contrapondo-se a uma visão de mundo mais autárquica e nacional-desenvolvimentista, encarnada no candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Nesse sentido, ao vencer as eleições presidenciais de 1994, conforme será visto, Cardoso tornou-se o líder e o condutor de uma ampla coalizão política promotora de uma agenda de reformas, dando continuidade ao projeto do Plano Real. A projeção de um Brasil novo, com

uma economia estabilizada, uma democracia fortalecida e uma sociedade dinâmica foram ideias-força mobilizadoras de sua política externa entre 1995 e 1998. Conforme será visto, a diplomacia se tornou um dos tabuleiros de ação preferidos do presidente da República para a expressão, a renovação e a atualização de suas teses acadêmicas dos anos 1960 e 1970, bem como de conexão entre as figuras do intelectual e do político.

7.1. Plano Real: o articulador, o diplomata e o candidato

O Brasil e outros países latino-americanos vivenciaram, desde a década de 1980, um dos mais danosos e corrosivos processos de hiperinflação da História. A hiperinflação havia se enraizado na sociedade e no Estado brasileiros. Para se protegerem, criaram mecanismos de proteção e de convivência com ela no curto-prazo– indexação: correção monetária, gatilhos salariais, reajustes diários de preços. No longo prazo, a hiperinflação brasileira provocava efeitos corrosivos sobre as expectativas e sobre a eficiência global da economia, com distorções de preços e de decisões de investimento. Tornou-se um ciclo vicioso, gerando a perda de credibilidade na moeda, a descrença na política econômica e a corrosão das instituições. Até o final da ditadura militar, todas as forças políticas brasileiras, com exceção de vozes dissonantes como o ultraliberal Roberto Campos, eram favoráveis a estratégias de desenvolvimento lideradas pelo Estado. A transição negociada por Tancredo Neves era baseada em uma visão de que era preciso retomar o desenvolvimento, sem punir os mais pobres com políticas draconianas de ajuste. A ideia de que a democracia era condição *sine qua non* para a elaboração de um programa econômico-social se tornou um consenso entre as forças políticas e constituía a essência do documento "Compromisso com a Nação", da Aliança Democrática. O núcleo central dessas propostas, apoiadas por Tancredo Neves e pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, contemplavam a realização de um pacto social entre empresários e trabalhadores e a renegociação da dívida externa.

Os planos econômicos dos governos Sarney e Collor haviam abalado a confiança da população em pacotes bombásticos, como o congelamento de preços e de salários e o confisco de ativos financeiros (GOERTZEL, 2002: 128-130). O fiasco do Plano Cruzado, no entanto, levou à erosão da crença de que o problema inflacionário poderia ser resolvido sem atacar a "componente inercial da inflação", isto é, a adaptação dos agentes econômicos a um ambiente de alta inflação por meio de instrumentos mitigadores (correção monetária, gatilhos salariais, indexação de contratos etc). O Plano Cruzado (1986) foi um programa de estabilização de

orientação heterodoxa que buscou substituir o padrão monetário anterior, o *cruzeiro*, por um novo. Seu principal instrumento era o congelamento de preços, que se provou ineficaz, levando ao superaquecimento da demanda agregada, ao desabastecimento de mercadorias e à formação de um mercado negro e ao retorno da inflação, ainda mais agressiva. Ainda no governo Sarney, os Planos Bresser (1987) e Verão (1989), também baseados em congelamentos de preços, redundaram em novos fracassos, com a moratória da dívida externa e o retorno ainda mais agressivo da inflação, que alcançou a cifra de quatro dígitos no final de 1989.

Quadro 6 - Da Crise da Dívida Externa ao Plano Real

Planos de Estabilização Econômica (1979-1992)	**Governo**	**Ano**
Primeiro Plano Delfim	Figueiredo	1979
Segundo Plano Delfim	Figueiredo	1981
Terceiro Plano Delfim	Figueiredo	1983
Plano Dornelles	Sarney	1985
Plano Cruzado	Sarney	1986
Plano Bresser	Sarney	1987
Plano Verão	Sarney	1989
Primeiro Plano Collor	Collor	1990
Segundo Plano Collor	Collor	1991
Plano Real	Franco	1993-94

Fonte: elaboração própria.

O Plano Collor (1990), por sua vez, congelou ativos depositados em instituições financeiras, sequestrando a liquidez disponível no mercado e recorrendo novamente a congelamento de preços. Sua concepção se baseava na terapia ineficaz dos choques, levando a uma crise econômica e social de dimensões dramáticas para famílias e para empresas. O fracasso do plano de estabilização de Collor e a recessão brutal que provocou contribuíram para a erosão política de seu governo. O desafio de combate à inflação continuou com o governo do vice-presidente Itamar Franco, que a despeito de ser um crítico dos rumos econômicos da gestão anterior, deu continuidade ao processo de desestatização, como o da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos símbolos da Era nacional-desenvolvimentista. O presidente era acusado de indefinição no combate à inflação: mantinha um comportamento oscilante e instável, com a troca constante de ministros, declarações desencontradas e uma agenda incoerente.

O então chanceler Fernando Henrique Cardoso tornou-se uma âncora de estabilidade e de apoio dentro de um governo politicamente vulnerável (DULCI, 2010: 220). O presidente Itamar Fraco o consultava sobre várias decisões econômicas, políticas e administrativas que não diziam respeito às atribuições da pauta diplomática. Nesse período de ascensão política acelerada, Cardoso se tornou um dos principais interlocutores políticos do governo, frequentando várias vezes ao dia os corredores do Palácio do Planalto. A área mais sensível do governo era o Ministério da Fazenda, com a passagem de três ministros entre outubro de 1992 e maio de 1993 - Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende (DULCI, 2010: 219). As gestões dos três primeiros titulares sofreram constantes críticas de economistas, inclusive ligados os ligados ao PSDB, como Luiz Carlos Bresser-Pereira e Gustavo Franco. Em maio de 1993, o governo sofria com a paralisia diante das acusações de tráfico de influência sobre o ministro Eliseu Resende. Diante das pressões que se avolumavam sobre a gestão econômica e dos rumores de que o presidente da República pensava até em renúncia, o PSDB pressionou por uma reforma ministerial. Itamar Franco convidou o chanceler Fernando Henrique Cardoso, para ocupar a pasta do Planejamento. Cardoso recusou a oferta, optando pela permanência no Itamaraty.

Em viagem de Fernando Henrique Cardoso a Nova York, enquanto jantava na residência do embaixador do Brasil nas Nações Unidas, Ronaldo Sardenberg, o presidente Itamar Franco telefonou a Cardoso. Comunicou ao chanceler que pensava em demitir o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e o convidou para ocupar a pasta. Cardoso declinou do convite. Itamar Franco o nomeou "à revelia". Na manhã seguinte, jornais e televisões já noticiavam que Cardoso era o novo ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (Cardoso, 2006: 36-43). Ao acompanhar o desembarque do ministro das Relações Exteriores na Base Aérea de Brasília e saudá-lo pela nomeação para ocupar o Ministério da Fazenda, o embaixador Luiz Felipe Lampreia, seu secretrário-geral, disse-lhe que "*aquele seria o seu primeiro passo rumo à Presidência da República*". Fernando Henrique, relata Lampreia em seu livro de memórias, respondeu-lhe: "*Se eu for Presidente, você vai ser meu Ministro das Relações Exteriores*" (LAMPREIA, 2010: 132). Desse modo, pelas contingências inesperadas da política brasileira, Fernando Henrique foi alçado ao principal ministério do país em um momento crítico do governo e da economia (DULCI, 2010: 222).

Nomeado em 21 de maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso ocupou o Ministério da Fazenda por quase um ano, dando início à segunda fase do governo Itamar Franco. Na perspectiva de Dulci, Cardoso era "*uma espécie de primeiro-ministro combinado com czar da*

economia", dividindo com o presidente Franco o poder de fato, num "*governo híbrido*" no qual Cardoso negociava espaços com o presidente e comandava toda a área econômica do governo (DULCI, 2010: 221). Por um lado, a decisão foi politicamente tranquilizadora para Itamar Franco, ao transferir o mais grave problema nacional – a hiperinflação – para um político com interlocução política, experiência parlamentar, conexões com o empresariado e com economistas. Por outro lado, assumir a pasta em uma conjuntura de crise fiscal e de hiperinflação era um risco as chances eleitorais do PSDB em 1994. Em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil, "*Um Sociólogo na Fazenda*", Cardoso dá o tom de sua gestão: "*Não acredito que haja milagres. (...) E vou dizer outra coisa, enquanto eu for Ministro, sobre política econômica, falo eu. Os que estiverem lá no Ministério da Fazenda deverão se sujeitar às linhas da política econômica (...). Nós precisamos de administração, gerência, disciplina*.". Para Cardoso, a inflação era o principal problema a ser enfrentado: "*A inflação não tem só uma causa. Tem várias, a principal no Brasil sendo a desordem que gerou uma desconfiança*. Sobre o fato de não ser economista, Cardoso afirma: "*Realmente eu não sou economista. Mas tenho, digamos, a humildade suficiente para saber o que eu não sei, e por isso mesmo vou me cercar de pessoas que tenham competência na área. (...) Afora, acho que o Ministro da Fazenda do Brasil hoje é uma pessoa capaz de entender o conjunto e tem que ter uma forte capacidade política, negociadora*" (CARDOSO, 1994: 312-13). Em seu depoimento, Celso Amorim, sucessor de Cardoso no Itamaraty, sustenta que não participou da concepção do Plano Real:

> como ministro das Relações Exteriores eu tive influência nenhuma nisso. Zero. Não é que eu não ache que foi bom. Foi bom o Plano Real. Mas eu tinha relação com o Fernando Henrique sobretudo em função do Mercosul. Porque ele ia nas reuniões naquela época do Conselho do Mercado Comum. A tradição era que fossem juntos o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Fazenda. E ele ia. Ficava 15 minutos e saía (risos). Itamar ficava na reunião de presidentes e saía. Nunca tive choque com ele. Nunca. Me lembro de uma vez ou outra fazer uma observação específica, mas não me lembro de nenhum choque. Também nunca disse – "*ah, como foi fundamental para mim o apoio do Fernando Henrique*". Não. Tinha uma relação boa, normal, até política por causa desses antecedentes que eu mencionei (AMORIM, 2020).

A simbiose política entre Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso naquele momento, a despeito das divergências de pensamento econômico, foi fundamental para o encaminhamento da segunda fase do governo. Sem o apoio e a confiança do presidente da

República, Cardoso não teria tido condições de nomear sua própria equipe de técnicos e de levar adiante as medidas nos campos fiscal, monetário e administrativo que antecederam o lançamento do Plano Real. Empossado no cargo, o ministro da Fazenda espalhou a notícia de que se alguém lhe criasse obstáculos políticos, pediria demissão do ministério e voltaria para o Senado Federal. Reportagem da Revista Veja de 02 de junho de 1993 assim se refere ao ministro: *O novo Fernando Henrique, o da Fazenda, não tem nada a ver com o sorridente chanceler de dias atrás. Está falando mais rápido. Seus olhos se mexem freneticamente, de um lado a outro. Está acordando cedo, devorando os jornais e telefonando muito. Fernando Henrique está mergulhado num ambiente infernal*" (CARDOSO, 1997: 311). De acordo com Celso Amorim, sucessor de Cardoso no ministério das Relações Exteriores

> Ele foi o ministro mais forte do governo Itamar como ministro da Fazenda. Como chanceler, eu me lembro de uma conversa com ele nessa época, ele próprio me dizendo, antes da reunião do G-15 no Senegal, umas três semanas depois da posse do Itamar. Mas foi no começo, é só você ver isso. E ele me disse: "não, eu tenho que ficar aqui administrando o Itamar" (AMORIM, 2020).

Fernando Henrique Cardoso convidou para compor a sua equipe economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), de orientação política monetarista com os quais se alinhava política e ideologicamente: Pedro Malan, Edmar Bacha, Winston Fritsch, Gustavo Franco, André Lara Rezende e Pérsio Arida. Alguns haviam participado da concepção do Plano Cruzado, como Edmar Bacha. Com o respaldo do Palácio do Planalto, Cardoso conseguiu a nomeação de Pedro Malan, até então o negociador-chefe da dívida externa, para ocupar o Banco Central do Brasil (DULCI, 2010: 223). Pérsio Arida foi nomeado presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). André Lara Resende ocupou a posição de Malan como negociador da dívida externa e Edmar Bacha tornou-se assessor-especial do ministro da Fazenda. O principal debate dentro da equipe de governo não era ideológico (os economistas eram todos de orientação econômica liberal), mas relacionado à forma mais adequada de enfrentamento da hiperinflação, às ações emergenciais a serem tomadas e ao timing político de sua implementação.

Havia apenas um ano e meio para a conclusão do mandato de Itamar Franco e os desafios a serem enfrentados, na visão do novo ministro da Fazenda, eram grandes: reorganização orçamentária, negociação das dívidas dos Estados, continuidade das privatizações, conclusão

da renegociação da dívida externa, retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional. Como mostra Guilherme Fiúza em seu livro "*3.000 dias no bunker*" (2008), a construção técnica de um novo plano de estabilização se deu longe do público, no "*bunker*" do Ministério da Fazenda, buscando evitar especulações e vazamento de informações. Apresentado no segundo semestre de 1993, o *Plano FHC*, como foi inicialmente denominado, previa cortes de gastos, aumento de impostos e criação de novas fontes de receitas, como a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). A implementação de um sistema monetário dual temporário era a proposta-chave do novo plano de estabilização: todos os contratos, salários e preços seriam convertidos para a nova unidade, reajustada diariamente. A ideia retomava uma ideia dos economistas André Lara Rezende e Pérsio Arida dos anos 1980, a "*Proposta Larida*", cujo cerne propunha conduzir todos os agentes econômicos para a nova unidade de conta, sem a necessidade de congelamentos e de choques, apagando, lentamente, a memória inflacionária. Era uma alternativa à dolarização da economia, que chegou a ser especulada. Ao contrário da âncora cambial argentina, com a paridade fixa peso-dólar, a proposta deixava margem de manobra para a política econômica brasileira, sem vinculá-la a uma moeda estrangeira.

Quadro 7:

Estruturação e Etapas do Plano Real

ETAPAS	MEDIDAS ECONÔMICAS	ANO
AJUSTE FISCAL EMERGENCIAL	- Cortes de despesas orçamentárias; - Aumento de alíquotas de impostos; - Flexibilização orçamentária (Fundo Social de Emergência) - Renegociação de dívidas de estados e municípios; - Ampliação do controle sobre bancos públicos; - Reestruturação do programa de privatização	1993
REFORMA MONETÁRIA	- Adoção da Unidade Real de Valor (URV): unificação e sincronização da correção monetária em um índice único. - Adoção da nova moeda (real) - Adoção da âncora cambial;	1994
REFORMAS ESTRUTURAIS	- Aprofundamento da abertura e liberalização comercial; - Ampliação da integração regional - Continuidade do programa de privatizações; - Desregulamentação burocrática; - Reformas constitucionais.	1994-

Fonte: elaboração própria

A defesa das medidas custou ao ministro da Fazenda grande esforço político, dadas as dificuldades e os obstáculos que se acumulavam. A principal prioridade era convencer a opinião pública da viabilidade do Plano, mostrando a sua concepção e funcionamento, passo a passo.

Nesse sentido, era preciso criar expectativas positivas, mas realistas, mostrando que o programa não era uma proposta de curto prazo. Havia dúvidas quanto à capacidade de Cardoso de mobilizar o Congresso, os empresários e a sociedade para as mudanças que pretendia implementar. Cardoso acreditava que o sentimento de cansaço e de descrédito poderiam ser aliadas no combate à inflação e tornou-se otimista com as possibilidades de êxito de um programa de estabilização que fornecesse ao país uma moeda estável, base de um processo de recuperação econômica após quase uma década e meia de instabilidade. Em fins de 1993, Fernando Henrique Cardoso era uma das personagens mais conhecidas da política brasileira e se tornou o principal rosto do governo Itamar Franco, depois do próprio presidente da República. Celso Amorim relata, em seu depoimento, que o então ministro da Fazenda mantinha boa interlocução com os seus colegas de ministério:

> Discutimos o Brasil, sempre com muita concordância e sem grande problema nessa época. A coisa engraçada que eu ia contar é que foi na época em que o Hargreaves estava com problema e o Ricupero, que era o ministro do Meio Ambiente, levado por sugestão minha ao Itamar. O Ricupero ia ser ministro da Amazônia quando o Itamar quis criar esse ministério. Fernando Henrique foi contra e eu fui a favor. Ele fez uma reunião ministerial, Conselho de Defesa, sei lá. Ele me consultou sobre nomes, ele queria um militar ou um diplomata. Eu falei: "*olha, não vai botar um militar, porque já está com problema com fuso ali nas fronteiras. Não vai dar certo*". (...) E eu sugeri o Ricúpero. Depois que fundiu novamente. E aí eu me que, quando saiu o chefe da Casa Civil, eu me lembro de ter falado ao Fernando Henrique: "*De repetente para substituir o Hargreaves pode ser o Ricupero*". E ele: "*Puxa, já vale a reunião*". Mas não aconteceu nada. Enfim, tinha uma boa relação com ele, mas não era uma coisa profunda. Ele levava lá o Plano real. Eu sempre digo que a estabilidade econômica teve um impacto muito positivo na política externa brasileira. (AMORIM, 2020).

Na perspectiva de Goertzel, Fernando Henrique Cardoso apostou sua credibilidade intelectual e política a um experimento que poderia não ter dado certo (2002: 131-133). Cardoso também se mostrou hábil em ajudar a contornar crises dentro do governo, inclusive entre ministros civis e militares. A reunião ministerial para a provação da Medida Provisória que institucionalizava o Plano Real foi um momento dramático, dadas as resistências no gabinete, dos militares ao Ministro do Trabalho. Diante da ameaça de Cardoso de pedir demissão do cargo se o plano fosse desfigurado, o presidente Itamar Franco respaldou a proposta do Ministério da Fazenda. Apesar das críticas à esquerda e à direta, a Medida Provisória do Plano

Real ficou pronta em dezembro de 1993 (DULCI, 2010: 224). A interlocução política com Legislativo ajudou a pavimentar o caminho para a aprovação das medidas mais politicamente custosas, como o Fundo Social de Emergência (FSE), um mecanismo de flexibilização orçamentária para a realização do ajuste fiscal.

O ministro da Fazenda aproveitou-se da ampla coalizão de partidos que sustentava o governo e do clima de desmoralização de algumas figuras do Congresso Nacional durante os escândalos dos "*Anões do Orçamento*" para a rápida aprovação das propostas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda. Cardoso também pressionou o Congresso, assegurando que os opositores do Plano seriam denunciados nas eleições de 1994 como obstrutores dos esforços de estabilização econômica. Cardoso não teve apoio do PT e de outros partidos de esquerda ao programa de reformas do presidente Itamar Franco. Do ponto de vista do Legislativo, os parlamentares desejavam um ajuste que fosse indolor, com nenhum aumento de impostos ou corte de despesas. Era inviável aprovar medidas mais amplas de reestruturação econômica, o que incluiria alterações na estrutura administrativa e no tamanho do Estado (GOERTZEL, 2002: 135-37). Em 1 de março de 1994, foi criada a Unidade Real de Valor (URV), utilizada inicialmente como unidade de conta, mas não como meio de pagamento. A adesão da população à Unidade Real de Valor (URV) foi espontânea, com a conversão gradual das relações econômicas e financeiras.

O PSDB vislumbrava a possibilidade de uso do Plano Real como trunfo eleitoral nas eleições de 1994.[142] O partido oscilou entre o apoio a Antônio Britto, ministro da Previdência (PMDB), e Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda. Com a desistência de Britto, Cardoso tornou-se o candidato natural. A projeção acadêmica e internacional, o histórico de resistência à ditadura e a experiência política como senador, líder partidário, chanceler e ministro da Fazenda, além do êxito do Plano Real, projetavam seu nome. No entanto, Cardoso estava inseguro quanto à capacidade de o politicamente fraco e indeciso PSDB lhe assegurar base política e eleitoral para a campanha à Presidência. Com a decisão do presidente Itamar Franco de apoiá-lo, Cardoso aceitou disputar a presidência da República. Exonerou-se do cargo

[142] Os líderes tucanos tentaram atrair nomes do PMDB, como o do ministro da Previdência, Antonio Britto, e uma aliança com o PT, que chegou a ser negociada com Lula e José Dirceu. Nesse momento, o PSDB ainda buscava atrair o PT para uma aliança eleitoral, visando ampliar a bancada legislativa no Congresso Nacional. PT e PSDB ensaiavam uma aproximação para as eleições de 1994 desde o impeachment de Collor, mas ficaram em lados opostos no plebiscito de 21 de abril de 1993 e se afastaram. A tentativa de atração de Britto acabou frustrada, pois decidiu por disputar governo do Rio Grande do Sul. As negociações com o PT fracassaram, pois o partido votou contra e fez pesadas críticas ao Plano Real. Desde 1994, a polarização política se ampliava e o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, se tornava o favorito às eleições de 1994.

de ministro da Fazenda em abril de 1994, transmitindo o cargo ao diplomata Rubens Ricúpero, que permaneceu no Ministério até setembro de 1994 (DULCI, 2010: 225).

7.2. A vitória do projeto econômico liberal

Em sua obra "*Direita e esquerda: razões e significados de uma distensão política*", cuja primeira edição foi publicada em 1994, Norberto Bobbio (1909-2004) sustenta que a dicotomia direita-esquerda não expressa apenas duas linhas de pensamento antagônicas, mas "*programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como podem simplesmente desaparecer*" (BOBBIO, 2011: 51).[143] O espaço intermediário entre a direita e a esquerda, na visão de Bobbio, ocupa a maior parte do sistema político, pois o centro, ao marginalizar a esquerda e a direita aos extremos, "*pressupõe a antítese e extrai da existência dela sua própria razão de existir*" (BOBBIO, 2011: 55). Dessa forma, esse espaço do meio permite visualizar diferentes modulações de centro, ora mais próximo da direita, ora mais próximo da esquerda.[144]

Norberto Bobbio defende a tese de que a diferença entre movimentos e doutrinas de direita e de esquerda se reporta precipuamente ao juízo acerca do maior ou menor grau de igualdade e de liberdade almejados por uma sociedade. Os movimentos políticos de esquerda, ditos "progressistas", seriam aqueles que apoiariam políticas públicas que realizem o ideal de uma sociedade mais igualitária, tratando desigualmente os desiguais para amainar essas diferenças. A díade liberdade-autoridade também ajuda a explicar o maior ou menor grau de apreço pelo ideal de liberdade, o que distingue governos mais ou menos democráticos (BOBBIO, 2011: 126). Nesse sentido, com base nos critérios de igualdade e liberdade, o jurista assinala a existência de quatro configurações de doutrinas ou movimentos políticos: (i) extrema esquerda, que engloba movimentos ao mesmo tempo libertários e autoritários, de que é exemplo

[143] Para o pensador italiano, as nações democráticas "são sociedades que toleram, ou melhor, que pressupõem a existência de diversos grupos de opinião e de interesse em concorrência entre si; tais grupos às vezes se contrapõem, às vezes se superpõem, em certos casos se integram para depois se separarem; ora se aproximam, ora se dão as costas, como num movimento de dança" (BOBBIO, 2011: 53).

[144] A díade direita versus esquerda, segundo Bobbio, se reporta a uma metáfora espacial e temporal. Metáfora espacial cuja origem, na Revolução Francesa, foi algo aleatório e casual, mas importante para denominar a composição dicotômica do universo político nos últimos dois séculos. Metáfora temporal, por sua vez, que permite "distinguir os inovadores dos conservadores, os progressistas dos tradicionalistas, os que se deixam guiar pelo sol do futuro dos que procedem guiados pela inextinguível luz que vem do passado" (BOBBIO, 2011: 84-85).

o movimento jacobinista, durante a Revolução Francesa; (ii) centro-esquerda, que abrange doutrinas e movimentos que combinam igualdade e liberdade formal e material, como os partidos socialdemocratas europeus; (iii) centro-direita, que reúne partidos e movimentos que defendem mais liberdade e menos igualdade, com uma noção formalista de igualdade; (iv) extrema-direita, que se reportam a movimentos e a doutrinas políticas antiliberais e anti-igualitários, de que é exemplo histórico o fascismo (BOBBIO, 2011: 134-135).

Dois projetos nacionais se contrapuseram ao longo do ano de 1994: um projeto mais economicamente liberal e reformista do Estado, na centro-direita, capitaneado pelo candidato do governo, o sociólogo e ex-senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB), articulador do Plano Real; outro mais igualitário e nacional-desenvolvimentista, na centro-esquerda, defendido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e por outras forças políticas que se opunham ao programa econômico em voga desde o governo Collor, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. Em seu **"*Discurso de Despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo*"**, abril de 1994, Cardoso fez referência ao "*legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista*" como um passado que bloqueava os avanços da sociedade brasileira. Cardoso afirma que o modelo perdeu fôlego no final da década de 1970 e que, em virtude dos choques externos do petróleo e dos juros altos, o modelo chegou à exaustão no final do regime militar. A "*década perdida*", relembra Cardoso, se deu em virtude de um somatório de crises que levaram ao esgarçamento de uma matriz produtiva sustentada pela substituição de importações. Nesse sentido, "*a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionam a economia mundial*". Nesse sentido, prossegue, "*a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modelo de inserção do país na economia internacional*" (CARDOSO, 2010: 103).

Na visão do candidato presidencial, "*a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiores menos organizadas ou organizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos*". Dessa forma, no novo ciclo de desenvolvimento, "*o eixo dinâmico da atividade produtiva passada decididamente do setor estatal para o setor privado. Isso não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico (...). O Estado produtor direto passa para o segundo plano*" (CARDOSO, 2010: 105). Em síntese, nesse

discurso, o candidato do PSDB defendeu um programa reformista, de uma esquerda *aggiornata* que combina reformas econômicas, justiça social, abertura econômica e uma agenda internacional cosmopolita. Em outras palavras, desejava ser "*o Felipe Gonzalez do Brasil*" e o "*primeiro socialdemocrata da América Latina*" (LEONI, 1997: 332).

Diferentemente do que havia feito em 1985, ao concorrer à Prefeitura de São Paulo, Cardoso evitou o isolamento político e buscou uma aliança política com setores da direta (GOERTZEL, 2002: 141). Depois de não viabilizar a aliança com o PT e com o PMDB, vetada por Orestes Quércia, Cardoso costurou o apoio do Partido da Frente Liberal (PFL), a antiga ARENA-PDS, com o apoio de Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Luís Eduardo Magalhães. O partido era forte no Nordeste, onde o PSDB era fraco. As alianças foram feitas não apenas em razão de necessidades político-eleitorais, mas da mudança do quadro internacional, com a convergência de forças de centro-esquerda (socialistas e socialdemocratas) com a centro-direita (liberal-democratas) para a transformação econômica e o fortalecimento de políticas sociais.[145]

A crítica às visões de mundo e às escolhas econômicas liberais dos governos brasileiros vinham sendo crescentes no PT, o maior e mais orgânico partido de esquerda do país. No artigo "*Decifra-me ou te Devoro*" (1993), escrito como referência para os debates no 8º Encontro Nacional, em junho de 1993, em Brasília, César Benjamin, intelectual então ligado ao partido, lamenta o desaparecimento de "*uma grande utopia, a da industrialização e do desenvolvimento*". Segundo Benjamin, a "*direita joga as suas cartas na alternativa liberal, que não tem potencial estruturante da sociedade brasileira", opção político-ideológica que "consagra uma estruturação muito perversa e fragilizadora da nossa sociedade*". Esse caminho seria excludente e fragilizador do país, já que o "*liberalismo nos transforma num país passivo, sem estratégia nacional, que aceita ser o elo fraco, aquele que internaliza e amplifica, dentro de suas fronteiras, todos os desarranjos do sistema internacional*" (BENJAMIN, 1993 apud SADER, 1994: 24).

> Essa bobagem liberal esgotou-se num período supreendentemente curto de tempo. No lugar dela, e no lugar do velho desenvolvimentismo, o país precisa

[145] A aliança com o PFL gerou protestos nos meios intelectuais próximos a Cardoso, irritados com a aproximação com um partido que havia apoiado um regime ditatorial: "*A aliança com o PFL foi muito decepcionante e inesperada. Jamais poderíamos pensar que um reformador como ele poderia dar a mão a um adversário para fazer uma política diferente*", disse Florestan Fernandes em entrevista a Brigitte Leoni (1997: 325). Já Bento Prado Júnior, pragmático, disse: "*É duro ver um amigo se aliar ao PFL, mas ele tem um projeto, e se vencer está perdoado*. (...) *Sua maior qualidade é a fidelidade a verdadeiros princípios socialdemocratas*" (LEONI, 1997: 326).

> constituir uma utopia alternativa, que não pode ser outra senão a utopia centrada na reforma social. Esse é o nosso desafio. Não como retórica, mas como projeto, radical e generoso. Radical porque capaz de mexer nos centros dinâmicos da crise; generoso no sentido de não dogmático, aberto ao diálogo com grupos sociais muito diversos e amplos, para constituir em torno de si uma clara maioria. Precisamos nos colocar à altura dessa exigência histórica que a sociedade está fazendo de maneira mais latente, de modo a transforma-la num projeto consistentemente assumido (BENJAMIN, 1994 *apud* SADER, Emir, 1994: 24).

No livro "*Alternativa de Esquerda à crise brasileira*" (1994), organizado por Emir Sader, o autor afirma que "somente da esquerda pode advir uma saída que patrocine a cidadania para o conjunto dos brasileiros, num projeto de nação e de cidadania com conteúdo social cujo radicalismo tem a profundeza da crise a que o capitalismo conduziu o país até hoje" (SADER, 1994: 7). Na perspectiva de Luiz Pingueli Rosa, em "*A sedução do liberalismo e os mitos da privatização e da modernização tecnológica*" (1994), artigo incluído na coletânea, a candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República em 1994 necessitava responder à pergunta: "*Qual desenvolvimento se quer para o país*? ". Para o físico, era necessário organizar "*uma proposta de programa de governo minimamente consensual, coerente com os objetivos expressos pelo congresso do partido, negociável com os aliados na eleição, consistente e factível no governo, caso se vença*". Nesse sentido, "*a tarefa do PT no poder será dar um rumo ao país com um projeto nacional que assuma o lado dos trabalhadores, dos mais pobres, dos oprimidos e dos verdadeiros democratas de todas as classes sociais, sem discriminações, para reduzir as desigualdades econômicas internas e externas. Ao assumir esse conflito, o PT terá de se afastar muito das posições do liberalismo, neo ou old*" (ROSA, 1994 *apud* ROSA, 1994: 39).

Ao longo de 1994, Cardoso recebeu adesões crescentes de setores políticos, do empresariado e da mídia, que vislumbravam em sua candidatura a continuidade da linha econômica e a possibilidade de derrotar o candidato das forças de centro-esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto Lula e PT mobilizaram as forças de esquerda e os trabalhadores, Fernando Henrique Cardoso e seus aliados buscaram pontes com setores da centro-direita. A crise econômica e a persistente hiperinflação mostravam os limites de uma política de aumento da intervenção estatal na economia. A aliança política com o PFL mostrou o alcance do seu pragmatismo, tornando-se o defensor de uma plataforma política mais liberal. O academicismo

do candidato foi atenuado ao longo do tempo, mas ainda era gerava um estilo pessoal formalista, pouco popular.[146] Em entrevista ao jornal *O Globo* em 15 de maio de 1994, Cardoso afirmou que "*uma aliança não se faz entre iguais e sim entre diferentes. Eu sou socialdemocrata. Estou fazendo uma aliança com o setor liberal, porém com o setor liberal que tem sensibilidade social. Eu não quero fisiologia, não quero clientelismo. Isso não serve*". (LEONI, 1997: 327). Em entrevista à revista *Carta Capital*, n.3 de 1994, Cardoso afirma que o Mundo descrito por Karl Marx não existia mais:

> O capitalismo de hoje é outro, as relações são outras. Não adianta ficar pensando sempre naquele paradigma, porque nas ciências sociais os paradigmas têm de mudar histórica e estruturalmente (...). O Weber não faz sistemas – ele abre picadas. As picadas que ele abre servem para mais tempo. Marx é um intelectual do século XIX: faz um sistema, explica tudo, eis a verdade. E não sabe conviver sem sistema. Não sou assim, por isso nunca fui dogmático e sempre me amparei em Weber. Não preciso de verdade absoluta para dormir bem. Também nunca tive pretensão de que, algum dia, poderia explicar tudo (CARDOSO, 2010: 76-77).

Apesar de não pertencer mais ao governo desde abril de 1994, Fernando Henrique Cardoso se manteve próximo da equipe econômica do Plano Real e teve apoio do presidente da República.[147] Na noite de 30 de junho de 1994, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, Itamar Franco afirmou: "*Com a chegada do real, neste 1º de julho de 1994, o Brasil tem a oportunidade de mudar definitiva o curso de sua história*". A moeda, afirmava o presidente, era "*o mais concreto dos atos de confiança das nações em si mesmas*". No entanto, ressalva que a estabilidade não era um objetivo em si mesmo, mas um meio para o alcance "*do desenvolvimento em bases seguras, com a criação de emprego remunerado com justiça de tal maneira que todos os brasileiros se orgulhem do Brasil, e se disponham a defender sua soberania*" (FRANCO, 1994 *apud* YAZBEC, 2011: 22). Num movimento de "*ondas*", o

[146] O PSDB trouxe ao Brasil James Carville, especialista norte-americano em marketing que havia auxiliado na campanha de Bill Clinton. Para atenuar sua imagem de intelectual, sugeriu-se que se comportasse de maneira mais descontraída e informal, mostrando-se como capaz de resolver os problemas dos pobres e de alavancar o prestígio internacional do país. Cardoso passa a se apresentar como professor e não como intelectual.

[147] Em meio a expectativas e certos receios fundados em traumas do passado, em 1o de julho de 1994, a URV foi automaticamente convertida na nova moeda, o real, a uma cotação de 2.750 cruzeiros reais, e os bancos e estabelecimentos comerciais passaram a efetuar a troca, que se deu em tempo recorde. A nova moeda (real) evocava a unidade monetária do Império português.

lançamento do *real* alavancou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e coincidiu, por força da sorte, com a vitória brasileira na Copa do Mundo FIFA dos Estados Unidos. O fim da hiperinflação de décadas e a conquista do há muito sonhado tetracampeonato de futebol projetaram uma aura de euforia e de otimismo no país, como há muito não se via.

A polarização política PSDB *versus* PT a partir de 1994 reorientou a política brasileira, dando-lhe um novo eixo de realinhamento das duas forças com "vocação nacional" entre diferentes projetos nacionais. Uma crítica acadêmica articulada ao projeto liberal-globalista encarnado na candidatura do ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso foi feita por José Luís Fiori em seu ensaio "*Os moedeiros falsos*", publicado em julho de 1994 no jornal *Folha de São Paulo*. Fiori afirma que o Plano Real se enquadra em um contexto mais amplo de ajustes estruturais e de reformas liberalizantes pró-mercado em curso em países como Chile, Argentina, Peru, Venezuela e México, com aval dos organismos financeiros internacionais e do governo dos Estados Unidos. Fiori afirma que "*o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e visibilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial*". Fiori explica que as opções políticas de Fernando Henrique Cardoso de apoiar um programa de reformas econômicas no Brasil encontram embasamento ideológico e doutrinário em seus próprios escritos sobre burguesia industrial e desenvolvimento dependente-associado na década de 1960. Segundo o autor, suas reflexões acadêmicas "*permitem entender e acompanhar de forma perfeitamente racional o caminho lógico que levou FHC à sua posição no xadrez-político ideológico brasileiro*" (FIORI, 1997: 14-15)

Assim como havia demonstrado que as elites empresariais brasileiras estavam impossibilitadas de levar à frente uma revolução burguesa, na linha do ideário nacional-desenvolvimentista, e defendido a associação entre os empresários nacionais ao capitalismo internacional e ao Estado para viabilizar o desenvolvimento econômico, Cardoso teria simplesmente atualizado a sua análise para a fase contemporânea da globalização das economias. Nesse contexto, as nações teriam que definir estratégias de coalizões internas e externas para buscar uma inserção vantajosa. Os atores do tripé do desenvolvimento dependente-associado estudado por Cardoso nos anos 1960 e 1970 teriam, no entanto, mudado as suas respectivas posições na estrutura de poder, com o enfraquecimento do empresário nacional e a falência fiscal do Estado. A retomada do processo de desenvolvimento ensejava, portanto, a rearticulação econômica e política da inserção do capitalismo brasileiro no mundo.

Dessa forma, Cardoso "assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais", deixando de lado "seu idealismo reformista" e privilegiando o "seu realismo analítico" para reconduziu a burguesia industrial brasileira "a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela revolução tecnológica e pela globalização financeira" (FIORI, 1999: 19-20).

José Luís Fiori argumenta, ademais, que a opção de Cardoso por uma aliança de centro-direita, e não de centro-esquerda, não se explica por razões apenas eleitorais, mas ideológicas: "*remontar à tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil*". Segundo Fiori, Cardoso "costurou de forma brilhante e eficiente a adesão de quase toda a imprensa e o empresariado, mas sobretudo os apoios internacionais que faltaram a Collor, haja vista, além das avaliações de risco das consultoras financeiras publicadas pela imprensa internacional, o desfile recente de personalidades mundiais (públicas e privadas) do neoliberalismo que têm vindo dar apoio ao programa de estabilização e reformas de FHC" (FIORI, 1999: 17-18).

A visão crítica de Fiori em relação ao Plano Real e ao seu significado mais amplo para os alinhamentos internacionais do país era compartilhada pelo Partidos dos Trabalhadores (PT). No artigo "*A Cúpula de Miami*", publicado na revista Política Externa no segundo semestre de 1994, o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirma: "*não acredito que nossos países possam ter êxitos duradouros, inclusive no combate à inflação, se nos restringirmos a receitas monetaristas, sem ir ao fundo das questões estruturais*". O candidato de oposição prossegue, ao afirmar que não acreditava que "*a solução para nossos países seja o enfraquecimento do papel do Estado na economia, como prega o ideário neoliberal*". Lula da Silva acreditava na necessidade de um Estado reformado, "*o que significa sua democratização e desprivatização*". O Estado, ao ser "socialmente controlado", teria um papel importante "*na condução de um projeto nacional de desenvolvimento, sem o que a integração passa a ser sinônimo de submissão*" (LULA DA SILVA, 1994 apud DUPAS, LAFER E LINS DA SILVA, 2008: 83-85)

O apoio da população ao Plano Real se transformou em apoio ao governo e em endosso indireto à candidatura Cardoso ao Palácio do Planalto. O candidato do PSDB tinha a seu favor a máquina pública, a imprensa e as forças empresariais. Não pertencia às famílias políticas tradicionais de Minas Gerais, São Paulo e Nordeste, mas era oriundo de uma família de militares e pertencia ao establishment intelectual e político do país. Em entrevista à revista Veja em 24 de agosto de 1994, "*Viagem às ideias do líder nas pesquisas*", Fernando Henrique Cardoso afirma que eleição "*a gente ganha quando há eletricidade no ar (...) inspirando confiança,*

crença, esperança. Essa é minha tese central. O Brasil já é outro".[148] O sucesso do plano e a enorme exposição de Cardoso deixaram a oposição isolada, com o enfraquecimento gradual da candidatura de Lula. Os crescentes apoios trouxeram mais recursos e apoios para a campanha. O PT acreditava que o Plano Real seria uma ilusão, uma solução eleitoreira para a vitória do governo nas eleições, menosprezando o sucesso do plano anti-inflacionário em um país que vivia as agruras de décadas de hiperinflação. (LEONI, 1997: 330-338; DULCI, 2010: 140-45). Nem o incidente ou "*escândalo da parabólica*", envolvendo inconfidências do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, a um jornalista da TV Globo em rede nacional, em setembro de 1994, abalou os rumos da campanha (LEONI, 1997: 339). Ricúpero acabou demitido pelo presidente Itamar Franco, sendo substituído pelo ex-governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB).

As eleições de 1994 registraram uma significativa vitória eleitoral de Cardoso sobre o seu oponente, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com 54% dos votos no primeiro turno. Lula obteve 27% dos votos e o restante foi pulverizado entre outras candidaturas, como as de Leonel Brizola (PDT) e Enéas Carneiro (PRONA). O eleitor buscou uma opção conservadora, a manutenção da linha econômica do governo Itamar Franco e um candidato pertencente ao establishment político nacional. O PSDB também teve uma vitória expressiva e tornou-se uma força partidária competitiva, elegendo uma bancada importante de governadores, deputados federais e estaduais e senadores (DULCI, 2010: 229). Além do presidente da República, o PSDB elegeu, nas eleições de 1994, seis governadores de estado (incluindo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e uma base importante na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tornando-se um dos três maiores partidos brasileiros, ao lado do PMDB e do PFL. No entanto, apesar do impacto do Plano Real nas eleições para o Poder Executivo, os resultados legislativos para o PSDB foram moderados.

Sérgio Abranches (2018) sustenta que o sistema político brasileiro praticado a partir da promulgação da Constituição de 1988 combina a fórmula presidencialista com características parlamentaristas. Em termos práticos, os presidentes organizam coalizões majoritárias a partir do centro, articulando apoios e mantendo, ao longo de sucessivas negociações, a coesão de sua base. A fórmula do "presidencialismo de coalizão", de acordo com Abranches, "*nasce da nossa diversidade social, das disparidades regionais e das assimetrias do nosso federalismo, que são mais bem acomodadas pelo nosso multipartidarismo proporcional*". (ABRANCHES, 2018:

[148] Além da classe média, empresários e grande parte da população, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso recebeu o apoio de artistas como Gilberto Gil e Caetano Veloso. O escritor Jorge Amado, ex-militante comunista, declarou voto: "*Apoio Fernando Henrique porque ele é o representante de uma esquerda democrática, em comparação com uma esquerda ideológica, retardatária e autoritária*" (LEONI, 1997: 339).

13-14). Segundo o autor, houve um amortecimento do efeito da campanha presidencial sobre em virtudes das coligações multipartidárias e da complexa articulação de chapas federais e estaduais. Nesse sentido, apesar do seu crescimento, tornando-se a terceira força na Câmara Federal e a quarta maior no Senado, o PSDB não foi capaz de eleger uma bancada legislativa capaz de assegurar, sozinho, a governabilidade ao futuro governo Fernando Henrique Cardoso. A coligação PSDB-PF-PTB elegeu 36% dos assentos da Câmara e 30% do Senado. Com a incorporação tardia do PMDB, após a derrota de seu candidato próprio, Cardoso obteve uma maioria de 57% da Câmara e de 58% no Senado (ABRANCHES, 2018: 173).

Sem o Plano Real e o apoio do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso dificilmente teria sido eleito para a Presidência da República. Embora o governo Collor tivesse tentado implementar reformas econômicas liberais, não logrou êxito em leva-las adiante, entre outras razões, pela incapacidade de conduzir as relações com o Poder Legislativo. A experiência parlamentar e o pragmatismo de Fernando Henrique Cardoso o levaram a promover alianças com lideranças e forças políticas mais amplas, algo defendido como essencial para a garantia da governabilidade e das condições de promoção das reformas estruturais. Assim como havia buscado uma interpretação para o fenômeno da dependência e do desenvolvimento nos países latino-americanos em um contexto de Guerra Fria e de autoritarismo, mostrando as mudanças em curso no interior das sociedades e a emergência de novos atores políticos, Cardoso buscou orientar sua ação no Brasil dos anos 1990 com base na realidade da globalização e da democracia, dentro do "*horizonte do possível*", combinando a análise sociológica com a defesa das suas escolhas e preferências políticas (SORJ, 2001: 116).

A defesa veemente de quais estratégias o Brasil deveria perseguir em sua inserção externa era uma das principais alavancas do programa **"*Mãos à obra, Brasil proposta de governo*" (1994)**, no qual Cardoso afirma que o Brasil era "*um país em mudança dentro de um mundo em mudança",* o que levava à necessidade de fazer escolhas, organizar cursos de ação e "*confiar na nossa capacidade de construir o futuro com as próprias mãos*". Advoga "*uma política externa competente para defender os interesses do Brasil em benefício de seu povo".* Assim, prossegue o programa de governo, "*o projeto de um novo modelo de desenvolvimento deve ter, necessariamente, uma dimensão internacional"* pois a economia mundial *"é hoje, fundamentalmente, caracterizada pela internacionalização dos processos de produção e comercialização*". Nesse sentido, seria importante reforçar o poder de decisão do país e as margens de negociação em um contexto de interconexão entre os blocos regionais. O programa de governo de Cardoso assinala, contudo, que a globalização não conduz "*à difusão uniforme*

dos benefícios do progresso para todos os países, nem permite mais que as nações busquem alternativas de caráter autárquico". Desse modo, era necessário fortalecer as estratégias de atração de investimentos, de expansão de mercados e de agregação de valor para a conquista de maior espaço num mundo globalizado, tornando o "aporte *internacional*" um complemento ao esforço de desenvolvimento nacional. Fica claro, portanto, que a estratégia de defesa do interesse nacional perpassa a

> sustentação dos interesses do país nesse contexto de novas formas de articulação entre o interno e o externo exige políticas ativas decorrentes de uma estratégia definida e criativamente executada. Para atrair capitais, será preciso competir com os próprios países desenvolvidos, que se concentram a grande parte de seus fluxos. A política externa do país e sua política econômica interna precisam ser conjugadas para a realização dessa estratégia, que terá na expansão do mercado interno e regional uma de suas bases (CARDOSO, 1994).

Em linhas gerais, o programa defendido por Cardoso propunha combinar estabilidade econômica, redefinição de regras internas de investimentos, defesa da sustentabilidade ambiental e "*um modelo de participação ativa na vida internacional, de abertura para o mundo, que conduza o Brasil a procurar no sistema internacional oportunidades para a realização dos interesses nacionais*" (CARDOSO, 1994). O debate sobre a nova estratégia de inserção do Brasil no mundo, ponto fundamental da plataforma modernizadora proposta pela coligação liderada pelo PSDB, se beneficiava não apenas do repertório de experiências do presidente eleito na condução do Itamaraty e do Ministério da Fazenda, mas das sugestões e aportes do mundo acadêmico. Ainda antes da posse na Presidência da República, Cardoso promoveu um seminário com intelectuais como Luciano Martins, Alain Touraine, Eric Hobsbawn e Albert Fishlow para discutir, entre outros temas, a inserção brasileira no mundo (CARDOSO, 2015: 40). Cardoso incorporaria esses intelectuais como interlocutores constantes durante os seus oito anos de passagem pelo Palácio do Planalto, debatendo temas internacionais, promovendo análises e discussões mais amplas sobre as mudanças no cenário global.[149] De

[149] Acerca da escolha do ministro das Relações Exteriores, pasta central para o encaminhamento do programa de governo, Cardoso afirma que o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira se mostrou interessado em ocupar a pasta, mas que sua ida para o Itamaraty poderia criar dificuldades internas: "*Uma pessoa que não é do Itamaraty, que nunca teve afinidade maior com o Itamaraty e que, por outro lado, tem imaginação muito grande, criadora, e está acostumada à universidade, vai verificar que o efeito na área de relações exteriores, é sempre*

acordo com Paulo Paiva, ex-ministro do Trabalho e do Planejamento, em depoimento pessoal a esta pesquisa em março de 2017,

> O Fernando Henrique trouxe o Paulo Renato, que era Gerente de Operações do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] para elaborar a proposta de plano de governo, que se chamava "Mãos à Obra", que colheu opiniões e arrumou propostas de campanha. Não houve, de fato, uma transição, mas uma continuidade do ponto de vista da questão central, que era a estabilidade da economia. (...) Então não há ruptura do eixo principal. Há mudanças específicas, porque os governos são muito grandes, com muita coisa para fazer. Mas tem uma certa dualidade em qualquer governo entre a proposta de campanha e a proposta de governo. As pessoas que estão na campanha muitas vezes não vão para o governo. A equipe econômica do Fernando Henrique estava como ele na Fazenda e depois continuou no governo, mas não participou da campanha (PAIVA, 2017).

Na perspectiva do Sérgio Abranches, Fernando Henrique Cardoso conseguiu limitar as "*concessões clientelísticas*", preservando os espaços mais estratégicos do governo para nomes de sua estrita confiança. Na formação do governo, o presidente eleito centralizou a escolha do ministério, especialmente do seu "núcleo duro", preenchendo-o com figuras políticas e técnicas da sua confiança (DULCI, 2010: 250). Em registro às vésperas da posse na Presidência da República, no dia 25 de dezembro de 1994, Cardoso afirma em seus "*Diários da Presidência*" (1995-1996):

> Durante a campanha, disse reiteradamente que o Ministério seria de minha responsabilidade. Também repeti que teria sensibilidade política na sua composição, e assim nomearia representantes das forças sociais e políticas que me estavam apoiando ou poderiam apoiar o governo. Insisti nas duas teclas: a responsabilidade é minha, a decisão é minha, mas não vou fazer um ministério sem levar em consideração a realidade política" (CARDOSO, 2015: 25).

As pastas da Casa Civil, da Secretária-geral da Presidência, Fazenda, do Planejamento, da Administração e Reforma do Estado, das Relações Exteriores, da Educação, da Saúde, da

complicado quando a intenção teórica, positiva, não toma em consideração compromissos e fatos políticos estabelecidos" (CARDOSO, 2015: 43).

Cultura e da Ciência e Tecnologia foram escolhidas dentro do que se poderia chamar de "cota pessoal" do presidente eleito. Na montagem do seu ministério, Cardoso fortaleceu as pastas econômicas e sociais com figuras de sua confiança, como Pedro Malan (Fazenda), Pérsio Arida (Banco Central) e Edmar Bacha (Planejamento), economistas ligados a Cardoso desde o Plano Real. O PSDB foi o partido contemplado com a maioria dos ministérios, com Clóvis Carvalho na Casa Civil, José Serra no Ministério do Planejamento, Bresser-Pereira no Ministério da Administração e Reforma do Estado e Sérgio Motta no Ministério das Comunicações. Segundo o ex-ministro Paulo Paiva (Trabalho),

> Do ponto de vista de gestão, quem cuidava era o Clovis Carvalho. Essa coisa mais chata do dia a dia era com ele. Com o Fernando Henrique eram mais questões estratégicas. O Clovis cuidava mais do management. O Eduardo Jorge [secretário-geral da Presidência], numa outra dimensão da gestão, cuidava de questões mais pessoais, ele já era assessor dele no Senado e cuidava das relações dele com o mundo político e com essas questões mais próximas. (...) O Sérgio [Mota] era o grande amigo do Fernando Henrique, o operador das coisas, mas um pouco desastrado. O papel do articulador político é muito difícil de ser entendido, porque no final da história todo mundo quer tomar bênção, beijar a mão do Papa. Não tem ninguém que articula e a quem você delega tudo. O Sérgio cuidava dessas coisas, ajudava muito, mas o Fernando Henrique deixava as coisas caminhar (PAIVA, 2017).

Embora Fernando Cardoso mantivesse grande autonomia na escolha de seus principais assessores e auxiliares, equilibrando questões políticas, regionais e técnicas, teve que abrir espaço para a acomodação do PFL, do PTB e de outras forças que o apoiaram (parte do PMDB e parlamentares de outros partidos) em ministérios e em empresas estatais.[150] Na visão de Dulci, "*Cardoso cedeu aqui e ali, mas tinha um controle total e absoluto do governo por conta do sucesso do Plano Real e de sua vitória eleitoral no primeiro turno, além de um amplo apoio popular e ainda maior da grande mídia*" (2010: 254).

[150] A aproximação entre Fernando Henrique Cardoso e as principais lideranças do PFL, como Marco Maciel, Luiz Eduardo Magalhães, Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen ajudou a manter a estabilidade da coalizão. A presença de Luiz Eduardo Magalhães na presidência da Câmara dos Deputados seria fundamental para o encaminhamento da agenda legislativa de Cardoso.

7.3. Ultraliberais *versus* liberal-desenvolvimentistas

A experiência diplomática de Cardoso no Itamaraty e sua atuação na concepção do Plano Real foram politicamente instrumentalizados para dar sustentação ao avanço de reformas econômicas estruturais, base do seu programa de governo. Diante da conjuntura externa e do quadro interno de mudanças, Cardoso já defendia, pelo menos desde os seus artigos de 1990, a adoção de estratégias de reordenamento da economia e do Estado para conduzir a inserção brasileira na globalização. Em "*A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*" (2016), Tulio Vigevani e Gabriel Capaluni ressaltam que o pensamento político-diplomático de Fernando Henrique Cardoso incorporava as mudanças da estratégia de política externa brasileira empreendidas desde o governo Sarney, com a preservação das tradições diplomáticas brasileiras e a realização dos ajustes na política externa a fim de o país superasse os obstáculos ao desenvolvimento e buscasse as oportunidades advindas do fim da bipolaridade Leste-Oeste e da aceleração da globalização econômica (VIGEVANI E CEPALUNI, 2016: 7).

Nesse sentido, a conquista da credibilidade externa se tornou o principal objetivo do novo governo no plano internacional, com a projeção do Brasil como uma democracia madura, com uma economia estável e com um Estado em processo de modernização. Na visão de Dawisson Belém Lopes, em "*Política Externa e Democracia no Brasil*", os países latino-americanos buscaram a apropriação de narrativas teóricas e de discursos políticos de nações centrais para alavancar seus programas de política externa (BELÉM LOPES, 2013: 143; 260-61). José Luís Fiori afirma, na mesma direção, que as reformas advogadas pelo governo do PSDB buscavam satisfazer a vontade do mercado, isto é, "*reduzir o Estado, os governos e os sistemas políticos a uma soma de indivíduos que, basicamente, se orientam pela busca de vantagens individuais através do acesso seletivo e do manejo arbitrário dos recursos e das políticas públicas"* (FIORI, 1997: 37). A estabilização econômica foi capitalizada como prova dessa capacidade nacional de assegurar um desempenho macroeconômico racional e satisfatório, de acordo com os parâmetros de instituições multilaterais (FMI, BIRD e BID), instituições financeiras privadas, empresas multinacionais e agências de *rating*. O objetivo central era atrair capitais e de investimento para o país (GOERTZEL, 2002: 157-158).

Em seu artigo "*O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo*" (1999), Brasílio Sallum Jr. argumenta que o bloco político liderado por Fernando Henrique Cardoso se dividiu em dois núcleos principais ao longo do exercício da Presidência. De um lado, os "*fundamentalistas neoliberais*"; de outro, os "*liberal-desenvolvimentistas*". Cardoso teria

optado em fortalecer o primeiro grupo na organização da estratégia macroeconômica de seu governo, dando maior espaço e poder à equipe de economistas monetaristas oriunda do Plano Real (Pedro Malan e Gustavo Franco, principalmente). Acreditava-se que a manutenção de uma inflação controlada fortaleceria o poder de Cardoso de conduzir o governo e a sua coalizão de apoio (SALLUM JR., 1999: 23-4).

Na mesma linha de José Luiz Fiori, em "*Os Falsos Moedeiros*", a explicação para o apoio de Cardoso se ancora, segundo Sallum Júnior, em duas hipóteses. Primeira, a de Cardoso teria concebido o Plano Real como um atalho para chegar à Presidência da República; segundo, a de que Cardoso teria sido um instrumento das elites políticas e econômicas liberais para promover o desmonte acelerado do modelo no qual o Estado era o principal articulador do capitalismo no Brasil. A implosão do consenso nacional-desenvolvimentista com a crise fiscal do Estado, na década de 1980, teria aberto espaço para ideias de cunho neoliberal acerca da condução econômica e da inserção internacional do país. O reordenamento político e o reposicionamento ideológico do empresariado nacional e dos formadores de opinião na imprensa teriam se dado na segunda metade da década de 1980, após o fracasso do Plano Cruzado, a explosão dos índices inflacionários e a moratória da dívida externa.

Diante da falência do modelo nacional-desenvolvimentista, as soluções econômicas ortodoxas para o problema da crise fiscal do Estado se tornaram mais, o que se refletiu em vários momentos: nas opções econômicas na Constituinte de 1988; no posicionamento ideológico do PSDB no momento de sua fundação; no discurso de "*choque de capitalismo*" de Mário Covas em 1989; na implementação de políticas de abertura econômica e de reestruturação do Estado no governo Collor. Ao assumir a Presidência após o impeachment de Collor, Itamar Franco não teria tido escolha a não ser seguir essa direção econômica, dado que uma reviravolta geraria enorme custo político ao presidente e ao governo. Nesse sentido, ao assumir o Ministério da Fazenda em 1993, a liderança política de Fernando Henrique Cardoso teve uma "*oportunidade maquiaveliana*": unir o centro e a direita para recompor a hegemonia política perdida por meio de um plano de estabilização econômica baseado na dependência de capitais externos (SALLUM JR., 1999: 24-31). Em termos de política econômica, Brasilio Sallum Jr. argumenta que o governo Cardoso não começou, de fato, em 1995, mas com o lançamento do Plano Real, em julho de 1994. As opções políticas de dar prosseguimento às privatizações, de quebrar monopólios estatais, de desregulamentar a economia e manter as políticas de manutenção da estabilidade monetária aprofundaram as escolhas que já haviam sido feitas no governo Itamar Franco. Nos primeiros anos da nova gestão, a estratégia de

estabilização econômica teve êxito, com queda nas taxas mensais de inflação de 45% em abril e maio de 1994 para um patamar abaixo de 20% em 1995, 10% em 1996 e abaixo de 5% em 1997 (GOERTZEL, 2002: 155).

Fernando Henrique Cardoso consolidou-se, dessa forma, como o principal líder e condutor de um "*bloco hegemônico*" que contemplava empresariado, mídia, políticos, classes médias e parte da intelectualidade e da opinião pública. Como chefe de Estado, chefe de governo e líder da coalizão que sustentava esse projeto de governo, Cardoso reconhecia, em registro nos "*Diários da Presidência*", que o "*presidencialismo que nós temos é tão terrível que obriga o presidente a, queira ou não queira, participar de tudo. (...) Tudo gira em torno de mim"* (CARDOSO, 2015: p. 229). Em registro nos *Diários da Presidência* em dezembro de 1995, Cardoso observa a existência de prosalvoblemas para alavancar a sua agenda: "*Estou fazendo um esforço grande para adaptar a Constituição e, dentro do jogo democrático, fazer funcionar o Executivo, fazer as reformas e fazer com que o Legislativo tenha um canal efetivo de ação, mas sem ultrapassar certos limites*" (CARDOSO, 2015: 349).[151] Em registro da véspera de Natal de 1995, Cardoso afirma que seu governo era composto

> muito mais de pessoas comprometidas com algumas teses que não são as tradicionais, clientelísticas, filosóficas, nem são as neoliberais, como se costuma dizer hoje. São teses que, no meu modo de qualificar, de quem tem projeto para melhorar a vida de todo mundo e enfrentar os problemas estruturais, de alterar práticas tradicionais na administração, de refazer o Estado. Mas como se refaz o Estado se o Estado inteiro está totalmente minado por essas forças de partidos conservadores que são os que apoiam as votações no Congresso? (CARDOSO, 2015: 375)

Essa grande coalizão, no entanto, não esteve a salvo de divisões e de questionamentos, especialmente diante dos excessos doutrinários das opções liberais, como as privatizações de empresas estatais e as quebras de monopólios. Segundo Sallum Júnior (1999), de um lado, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil, hegemônicos no governo, com apoio do setor financeiro, advogavam uma linha macroeconômica ortodoxa que mantinha a estabilização dos preços internos às custas de um real valorizado, de maior abertura comercial, da atração de capitas e de externos e de um ajuste fiscal gradualista. De outro lado, os Ministérios do

[151] Em registro de 24 de dezembro de 1995, Cardoso afirma: "Talvez ninguém tenha percebido ainda esse âmbito da questão, a nossa aliança é uma aliança de superfície, todo mundo pensa que aliança é fundamental, ela é fundamental para aprovar as votações no Congresso, mas não tem tido força para dar rumo à política social nem à política econômica, que é o que conta. Eles ficam só na chamada "*politique politicienne*", como dizem os franceses, nisso são imbatíveis, mas na prática mesmo, não" (CARDOSO, 2015: 375).

Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o BNDES, apoiados pelas corporações industriais, defendiam políticas setoriais mais específicas para os setores produtivos, com uma visão econômica mais protecionista. Os embates entre os dois grupos se intensificaram conforme os desequilíbrios econômicos começaram a surgir com os choques externos no México, Sudeste Asiático e Rússia, levando ao abalo dos alicerces do Plano Real e à crise econômica de 1998-1999, com fuga de capitais, desaceleração do crescimento, aumento do endividamento e desemprego (SALLUM JR., 1999: 24-38).

Na hipótese de Brasilio Sallum Jr., "*o neoliberalismo abrasileirado*" que se traduziu em inflexibilidade na condução da política econômica durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso se explica pela interpretação de que uma guinada econômica poderia levar à perda de controle sobre a coalizão governamental e sobre a estratégia de reformas institucionais em curso, constituintes do núcleo programático do governo. Essa política econômica liberal pressupunha, por sua vez, uma estratégia de inserção internacional baseada na busca da credibilidade econômica externa. A intensificação da integração internacional, por sua vez, deu continuidade às linhas de política externa que o chanceler Cardoso já havia praticado entre 1992 e 1993. Em reflexões nos "*Diários da Presidência*" em 1996, Cardoso observa: *"Temos uma política externa clara, absolutamente consequente, demos mais ênfase a essa aproximação com a América Latina, que na verdade começou antes. Sarney teve um papel nisso, Itamar pensava o mesmo, embora não tenha se empenhado pessoalmente, não é o estilo dele, e eu estou fazendo isso com muito entusiasmo. Ao mesmo tempo, reabrimos o diálogo com os Estados Unidos, franco, fácil, claro, e voltamos a negociar com o Primeiro Mundo, Japão, Europa, não esquecemos nunca dos países emergentes, como Índia, a China, a Malásia e o nosso solo fixo, a América do Su*l" (CARDOSO, 2015: 531).

Em episódio que demonstra a existência de divergência de ideias em sua equipe sobre a condução da estratégia internacional, Fernando Henrique Cardoso menciona, em seus "*Diários da Presidência*", reunião com seus principais assessores diretos - Luciano Martins e Vilmar Faria (Assessoria Especial), Gelson Fonseca (Assessoria Internacional), Sérgio Amaral (porta-voz da Presidência) – além da esposa, Ruth Cardoso, para debater um "*paper*" de Luciano Martins acerca da ausência de um "*projeto nacional*" em seu governo. Cardoso afirma que, no debate com sua equipe, mostrou que existia um rumo:

> Historiei tudo o que foi feito desde o começo do real (...). Na prática fizemos tanto a estabilização como alguma taxa de crescimento como redistribuição de renda, e isso era uma coisa positiva. Hoje, a sociedade quer mais, quer

> justiça, quer equidade, o que é mais difícil demonstrar, porque só estamos fazendo políticas públicas que universalizam: educação, saúde, combate ao clientelismo etc. Estamos mudando o Estado, e isso demanda tempo. Embora a nova sociedade seja muito fragmentada, formular suas demandas de maneira adequada é peça fundamental para a negociação das reformas e mesmo para a legitimação do poder (CARDOSO, 2015: 687).[152]

A força política do governo se traduziu no impulso a um conjunto de reformas que se propunham a desmontar o estatismo da Era Vargas e que dependiam de uma dinâmica de lentas negociações políticas com o Congresso Nacional (ABRANCHES, 2018: 184). Com a renegociação da dívida externa, encerrada no final do governo Itamar Franco, a relação do país com o mercado financeiro internacional estava normalizada. A estabilização econômica, na visão do grupo hegemônico de economistas à frente do governo Cardoso, deveria prosseguir com ao aprofundamento das mudanças do papel do Estado na economia, a entrada de investimentos, a modernização das empresas e a reorganização das finanças públicas, somada às reformas administrativa e previdenciária. Houve a quebra de monopólios estatais nos setores de petróleo, energia, transportes e comunicações. O programa de privatizações iniciado no governo Collor teve continuidade com a venda de duas gigantescas empresas estatais nas áreas de mineração (Vale do Rio Doce) e telefonia (Telebrás). O objetivo do governo era retirar o Estado da economia e desobrigar o setor público de investir recursos limitados em setores que passavam por rápidas transformações tecnológicas e acelerada integração nas cadeiras produtivas globais. A continuidade do programa de estabilização foi favorecida, ademais, pela reestruturação do sistema bancário e pela renegociação das dívidas estaduais.[153]

Fernando Henrique Cardoso buscava desmontar o Estado getulista e inserir o Brasil na globalização empregando os mesmos expedientes de realismo político de Vargas ao construir as instituições nacional-desenvolvimentistas. Em registro nos "*Diários da Presidência,* em dezembro de 1995, Cardoso afirma que o ex-presidente Getúlio Vargas "*montou o sistema que*

[152] Neste registro de seus "Diários da Presidência", Fernando Henrique Cardoso acreditava que o avanço das reformas dependia da "capacidade do governo de continuar sendo hegemônico e de levar adiante programas que correspondam à nova sociedade, que está baseada tanto na globalização e no aumento da relação do fluxo de comércio de dois sentidos, importação e exportação, como, principalmente, na demanda por equipamento social" (CARDOSO, 2015: 687).

[153] O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), implementado em novembro de 1995, promoveu uma ampla reorganização bancária após o fim da hiperinflação, evitando uma crise semelhante à venezuelana de 1994. Foi criado, ademais, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), constituído por recursos dos próprios bancos, visando proteger os correntistas de crises futuras. A renegociação das dívidas estaduais trouxe alívio financeiro aos estados, em troca da privatização de seus bancos públicos.

eu estou tendo que desmontar porque a História é outra hoje, mas temos que desmontar usando métodos não muito diferentes daquele do Getúlio, ou seja, tendo um arco muito abrangente de alianças para poder governar, jogando com uns e outros, não abrindo o jogo com ninguém, ficando no isolamento das minhas decisões e no meu manejo, que não deixo claro para ninguém, porque, se deixar claro, não funciona, tendo que jogar com contradições e com personalidades muito distintas, fazendo com que, de alguma maneira, o jogo escoe naturalmente para o lado que eu quero (...)" (CARDOSO, 2015: p. 273).[154].

Embora o PSDB ocupasse os mais importantes ministérios do governo, suas lideranças tinham participação marginal no debate acerca das políticas públicas implementadas, que ficavam restritas ao presidente da República, aos seus ministros mais próximos e a assessores e técnicos de confiança. Ministérios ocupados por titulares mais ideologicamente próximos ao presidente, como Fazenda e Educação, eram objeto de maior delegação de poder, ao passo que as pastas ocupadas por lideranças da coalizão partidária no Congresso Nacional tinham maior controle da agenda por parte da Presidência da República. O PSDB foi a principal força de sustentação das políticas do governo no Congresso Nacional, o que não significou, no entanto, ausência de conflitos, resistências e choques internos. A força do presidente e a sua simbologia como mentor do Plano Real, durante todo o primeiro mandato, asseguraram a sua capacidade de controle sobre a coalizão e o seu poder de agenda (ABRANCHES, 2018: 172-75). A tensão entre os setores do partido dentro do governo e fora dele foram mínimas durante o governo Itamar Franco e no começo do primeiro governo Cardoso até as eleições municipais de 1996. Nas eleições de 1996, que ainda refletiam o melhor momento do presidente em termos de popularidade, o PSDB passou de 387 prefeituras para 914 municípios sob seu controle, aproximando-se dos grandes partidos (PMDB e PFL).

A ênfase excessiva na agenda de reformas de Estado e a necessidade de formação de uma ampla coalizão governamental para sustenta-las no Congresso Nacional foram objeto de registros em seus "*Diários da Presidência*" em março de 1996: *"terminadas essas reformas, vou ter que fazer uma coisa diferente", pois "não dá mais para continuar modernizando o Brasil na base dessa velharia toda, dessa fisiologia sem-vergonha de que eu tenho horror"* (2015: 490). Para Cardoso,

[154] Em registro de 10 de março de 1996 nos seus "Diários da Presidência", Cardoso afirma: "No mundo de hoje é preciso que o líder, ou os líderes, ou aqueles que articulam, sejam capazes de problematizar e de interpelar, para continuar um espaço político, porque as classes ou os grupos em si mesmos não têm essa capacidade de atuação. A liderança, essa sim, tem essa função, que é cultura, moral, pedagógica e política ao mesmo tempo. Contudo, ela enfrenta interesses, não se trata simplesmente de negociar, chegar a um pedacinho para cada um; tem que enfrentar interesses" (2015: p. 485).

> talvez seja uma característica da estrutura política do Brasil: não dá para romper, porque não se tem força para romper tudo e os setores mais progressistas geralmente não aceitam participar de uma aliança que permita mudança. Ficam sonhando com um futuro que eles não têm condições de realizar e nós, que estamos construindo esse futuro, temos que construir muito ainda amarrados por um passado do qual temos horror" (2015: 491).[155]

Em 31 de março de 1996, Cardoso registra, nos "*Diários da Presidência*", o seu cansaço e as suas dificuldades de condução da coalizão governista: "*Tenho razões pessoais para não querer continuar no governo, tenho razões de toda ordem para imaginar que quatro anos bastam, e bastam mesmo. E, e continuar como até agora, saio com apoio, como vi nesses dias andando pelas ruas do Brasil, apoio popular espontâneo, legítimo. Os que têm noção das coisas sabem que, dentro do que eu posso, estou transformando profundamente as condições de operação do Estado no Brasil*" (2015: 524). As reflexões de Fernando Henrique sobre a possibilidade permanência na Presidência da República além de um mandato avançaram ao longo do ano. Em gravação de 31 de julho de 1996, registra:

> Tenho pensado sobre esse negócio de reeleição que vira e mexe fica aparecendo, como se fosse um tema prioritário meu; é um tema prioritário do país, mas fico pensando se num dado momento não devo dizer: bom, tudo bem, mas eu não vou ser candidato a mais nada, mesmo que haja a possibilidade. É possível que em algum momento eu faça isso, estou há um ano e meio aqui, faltam dois anos e meio, é muito tempo. As pessoas que não estão aqui não imaginam o esforço necessário para ficar esse tempo todo aqui, mantendo o leme firme (CARDOSO, 2015: p. 672)

Na visão de Marcelo Dulci, o discurso de que apenas a manutenção do presidente Fernando Henrique Cardoso no poder poderia manter a estabilidade da moeda, perseverar nas reformas e conduzir o país em meio a crises internacionais sucessivas constituía um argumento personalista e populista (2010: 259). Cardoso atribuía à sua liderança a grande mudança de rumos ocorrida no país nos últimos anos. Em registro no Diários da Presidência em 29 de setembro de 1996, Cardoso afirma: "*Fui ministro da Fazenda por dez meses, e não mais do que*

[155] Adiante, registra, em 20 de março de 1996, que a imprensa havia se desinteressado da agenda de reformas: "*Este é o Brasil de hoje, onde a modernização se faz com podridão, com a velharia, com o tradicionalismo, o qual na verdade ainda pesa muitíssimo. A pessoas não entendem, não ligam uma coisa à outra. (...) É assim que estamos levando este país, com muita dificuldade. Não é nada fácil governar*" (CARDOSO, 2015: 503).

dez meses foram suficientes para darmos essa guinada no Brasil. Por quê? Porque o Brasil queria, porque juntei gente capaz e talvez por causa das minhas qualidades de liderança – por que esconder isso? De convencimento do país, do Congresso, da própria equipe. Outros haverá, mas não está fácil despontar ninguém, e isso preocupa" (CARDOSO, 2015: 768).[156] A ampla coalizão partidária que sustentou o governo abriu caminho para a aprovação, no começo de 1997, da emenda constitucional que permitiria a reeleição do presidente da República, bem como de prefeitos e de governadores de Estado, nas eleições de 1998.

Manter o curso da agenda reformista era uma tarefa complexa em uma conjuntura externa desfavorável, com as crises do México (1994), Tigres Asiáticos (1997) e Rússia (1998). A instabilidade no sistema financeiro internacional trouxe sucessivos abalos às economias latino-americanas, com ataques especulativos às moedas, fuga de capitais e a perda de bilhões de dólares em reservas internacionais. O primeiro registro sobre a crise dos Tigres Asiáticos nos Diários de Cardoso se deu em 27 de outubro de 1997: "*O sistema está de cabeça para baixo, e esse capital especulativo, os chamados "derivativos" comandam o real. Real, aqui, quer dizer a realidade, o processo econômico produtivo real, o que é uma inversão forte. Eu não saberia dizer, não tenho formação econômica suficiente para analisar a esse nível, mas acredito que isso vai gerar uma possível crise mundial de consequências imprevisíveis. Tomara que seja só um mal pressentimento, mas quero deixar registrado*" (2016: 367). Adiante, em 29 de outubro de 1997, Cardoso acrescenta: "*Não há nada na economia real que leve a isso, nada. Nem mesmo os endividamentos do governo. A crise é de outra natureza, mas o governo provavelmente vai ter que abrir uma linha de crédito para garantir os que especularam contra o real, para garantir que eles não quebrem, porque se quebrarem será pior*" (2016: 371).

Em linhas gerais, a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso foi baseada na manutenção de um câmbio sobrevalorizado, providência que ajudou a conter a inflação no começo do Plano Real. No entanto, a política de valorização do real também foi um problema, na medida em que gerou um aumento brusco das importações, prejudicou a competitividade das exportações e tornou o país dependente de capitais voláteis. Nesse sentido,

[156] Os "*Diários da Presidência*" registram as suas primeiras rusgas com o ex-presidente Itamar Franco, seu embaixador na Organização dos Estados Americanos (OEA), que demonstrava pretensões em candidatar-se à Presidência em 1998. Em 5 de novembro de 1996, Cardoso registra que Itamar "*deu uma entrevista dizendo, parece, que, se soubesse que eu seria candidato à reeleição, não teria apoiado. Vejá só! Ele se esqueceu que quando me nomeou ministro da Fazenda foi porque não tinha alternativa. E depois ele mesmo queria que eu me candidatasse à Presidência, só que eu nunca soube que ele queria ser presidente de novo, nunca me manifestou isso, nem a ninguém. Naquela época ele tinha horror ao exercício da Presidência. Agora voltou a ter vontade. (...) É natural, não o crítico por isso, mas podia se poupar de dizer essas coisas em público, até porque ele é meu embaixador na OEA*" (2015: p. 816)

a âncora que garantia a estabilidade ao real mostrou a sua fragilidade aos ventos externos. Na perspectiva de Brasílio Sallum Jr, mudar a estratégia econômica em meio à votação das reformas constitucionais embutia riscos políticos elevados e poderia abrir brechas para o enfraquecimento do ímpeto reformista, dando margem para o fortalecendo as oposições, representadas, entre outros, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PDT). Assim, Cardoso teria optado pela opção mais conservadora: não trocar a política econômica implementada o início do Plano Real, que havia sido bem-sucedida em leva-lo à Presidência, por alternativas desenvolvimentistas e mais protecionistas que poderiam enfraquecer sua força política (SALLUM Jr., 1999: 39-45). Em 3 de novembro de 1997, registra nos "*Diários da Presidência*": "*Acho que se tivermos calma, serenidade e firmeza retomaremos os fluxos de investimento produtivo. Mas as lições da crise têm que ser tiradas"* (2016: 375). E em 27 de novembro de 1997, retorna ao tema, ao afirmar:

> A tragédia do nosso sistema é que o povo não entende o cassino capitalista, mesmo alguns empresários não entendem, alguns comentaristas também não, e o cassino comanda. A irracionalidade do sistema comanda, e neste momento ela é grande, se vê com clareza. Porém é o sistema que está aí, e não adianta chorar pitangas: ou nos defendemos, ou somos engolfados. (...) E [no mundo atual] não há autarquia possível. Logo, nos preparemos cada vez mais para enfrentar com galhardia os desafios que estão vindo e que virão com mais força, só que sobre isso a consciência da liderança política é menor" (2016: 386).[157]

As críticas internas aos rumos econômicos e políticos do governo Fernando Henrique se intensificaram no começo de 1998, com o surgimento das primeiras fissuras e problemas no relacionamento da coalizão PSDB-PFL-PTB-PMDB com o presidente, agravadas pelo falecimento de dois dos seus principais articuladores políticos: o ministro das Comunicações Sérgio Motta (PSDB) e o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL), ex-presidente da Câmara dos Deputados (1995-1996) e filho do senador Antônio Carlos Magalhães. A perda de ambos

[157] Em registro de 15 de dezembro de 1997, Cardoso vislumbrava a crise como uma oportunidade para acelerar a integração regional: "Fazendo um paralelo forçado, assim como as guerras e as crises mundiais facilitaram a industrialização do Brasil no passado, talvez agora tenhamos mais consciência da importância da América do Sul e do nosso mercado e possamos, claro, sem fechar as portas ao exterior, nos concentrar mais no nosso entorno. Vou levantar essa questão para a equipe econômica, para quebrar um pouco a ideia obsessiva da globalização e da liberalização. Vamos liberalizar, mas é preciso ver como. Da mesma forma, temos que ver de que maneira aproveitar as oportunidades para reforçar a presença do Brasil e ampliar as nossas trocas com a América do Sul" (2016: 430-31).

foi um divisor de águas no governo Cardoso, conforme o próprio presidente registra em seus Diários da Presidência: "*A questão é que lá se foram meus dois braços, um direito e outro esquerdo, digamos assim, dos dois lados que eu tinha de operação no Congresso. E que se entendiam entre si, às vezes com uma ou outra encrenca, mas se entendiam. E comigo também. Vai ser uma perda essencial. Está difícil*" (2016: 556). Em registro de 28 de maio de 1998, Cardoso desabafa: "*Não sei, a esta altura dos acontecimentos, se é mais vantagem ser eleito presidente da República ou não, porque tenho um pouco de receio do que vem pela frente. Mas disso isso só para deixar registrado. Na verdade, se eu não for reeleito, o Brasil perderá uma oportunidade histórica. Não por mim, mas por tudo que isso significa, pela desordem que virá depois, porque se ganha o Lula, não haverá condições de governabilidade, serão novas ilusões populistas sob a capa esquerdista, grande agitação, demoraremos anos para conseguir de novo essa brecha histórica*" (2016: 594)

Os primeiros sinais de abalo em relação aos ataques especulativos ao real foram registrados em 23 de agosto de 1998: "*Houve uma perda muito grande do valor dos nossos títulos da dívida externa e há realmente risco de uma nova corrida contra o real*". Na visão do presidente, "*o quadro do mundo mudou e vamos ter que mudar as nossas políticas macroeconômicas. Tenho que postergar isso para depois das eleições. Não posso falar de mudança de políticas macroeconômicas agora, mas as questões relativas à defesa do real, isso tem que ser já*" (2016: 676)

Os registros sobre a crise econômica brasileira tornam-se mais frequentes a partir de setembro de 1998: "*Há um efeito na economia real, não na economia global, mas para o governo é negativo. Esse é o preço da nossa política de valorização do real. Não adianta chorar o leite derramado*" (2016: 691). Em 11 de setembro de 1998, registra: "*Depois do que já registrei aqui, falei pelo telefone com o Rubin, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Ele me reafirmou o interesse em ajudar o Brasil a sair dessa enrascada financeira".*[158] (2016: 697). Cardoso registra, a seguir, conversa telefônica com o presidente Bill Clinton em 15 de setembro de 1998: "*Ele estava preocupado em saber se, neste momento, alguma negociação de apoio [financeiro ao Brasil] dos americanos ou do FMI me prejudicaria. Respondi que prefiro que seja mais adiante; não há nenhum problema, se houve necessidade o Brasil tem que ser ajudado. Acho que dá para receber [o apoio] sem maiores problemas. Eu disse: ´Olha,*

[158] E completa: "*Fez elogios rasgados ao Pedro Malan, a mim, ao que fizemos. Reconheceu todos os esforços do governo. Disse que passou o dia de ontem discutindo até altas horas da noite com Larry Summers. Este acha que temos uma trajetória que, a mais longo prazo, não é sustentável, e que os mercados percebem isso. E que eles estavam dispostos a ajudar no que for necessário. Falou até mais fortemente: disse que os americanos fariam conosco a mesma coisa que fizeram com o México, dariam recursos*" (2016: 697).

se eu tiver algum problema eu te telefono". "Por favor, me telefone, isso é muito importante", ele disse´ (2016: 701).

As eleições de 1998 foram capitaneadas pela mensagem de que apenas a liderança de Cardoso seria capaz de preservar o Plano Real e conduzir o país durante as crises internacionais que ameaçavam as economias emergentes. E a conversa telefônica entre Cardoso e Clinton mostram o esgotamento da agenda econômica ultraliberal e da estratégia de afirmação internacional pela aclamação do Plano Real. Às vésperas das eleições presidenciais de 1998, Cardoso registrou, em 03 de outubro de 1998:

> Haverá eleição amanhã, eu devo ganhar bem, isso reforça nossa posição, mas segunda e terça serão dias difíceis. Preciso que de Washington saia alguma decisão, algum encaminhamento mais firme de apoio das autoridades mundiais. Apoio concreto, e isso vai ser difícil, porque o Fundo tem um pensamento, o G-7 tem outro, alguns países do G-7, sobretudo Alemanha, temem que se repita no Brasil o que aconteceu na Rússia (...). Se superamos, aí acho que o Brasil realmente dará uma prova de sua imensa resistência, mas não é fácil. Então esta é a maior preocupação: vamos ganhar as eleições e vou ganhar um tremendo abacaxi para descascar, que é manter o Brasil no rumo da estabilidade econômica e, mais adiante, na retomada do crescimento" (2016: 718).

A união da grande coalizão governista no Congresso Nacional, do empresariado e da grande mídia, segundo Marcelo Dulci, foi fundamental para capitanear o projeto de reeleição de Cardoso (2019: 262). No que toca ao parlamento, o PSDB passou de 63 cadeiras na Câmara Federal em 1994 (97 cadeiras, com adesões posteriores) para 99 assentos em 1998. No Senado Federal, cresceu de 14 senadores em 1994 para 16 senadores em 1998. Nas eleições estaduais, o partido ganhou os estados de Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo, mas perdeu o controle sobre Minas Gerais e Rio de Janeiro, com a eleição, respectivamente de Itamar Franco e Anthony Garotinho (DULCI, 2010: 264). Logo em seguida, em 09 de outubro de 1998, desabafa: "*Não consegui nem usufruir, digamos, os louros da vitória, se é que se pode falar em louros numa segunda vez. O fato é que tive que trabalhar duramente para enfrentar esse desafio brutal. Se nos sairmos bem, vamos marcar nossa posição no mundo de maneira definitiva como país competente, capaz, que tem liderança e condições de avançar e que na hora H conta com respaldo da população, ainda que sejam aplicadas medidas impopulares*" (2016: 724). Em 22

de outubro de 1998, completa: "*Mais uma vez estamos resistindo, a um custo alto, altíssimo, resistiremos, e isso vai também aumentando o respeito ao Brasil* " (2016: 735)

As divergências dentro da equipe econômica (ultraliberais x desenvolvimentistas) e a decisão do presidente de não alterar a política de sobrevalorização cambial antes da posse no segundo mandato ampliaram a instabilidade econômica, já abalada pela crise de confiança no real e na solvência do país. A ajuda do FMI e do Tesouro dos EUA, após as eleições de 1998, tranquilizaram os mercados, mas enfraqueceram sobremaneira os esforços de Cardoso de projetar um país com uma política macroeconômica organizada e saudável. Em outras palavras, a diplomacia do Plano Real, base de sua estratégia internacional, perdeu sua força. Apesar dos embates internos dentro do governo e da crescente insatisfação com o presidente do Banco Central, Gustavo Fraco, Cardoso ainda mantinha confiança em sua equipe econômica, especialmente no seu ministro da Fazenda. Cardoso aborda, em registro de 28 de novembro de 1998, seu relacionamento com o ministro da Fazenda, Pedro Malan: "*Malan e eu nos entendemos. Temos um estilo parecido. Ele é mais reservado do que eu, mas tão hábil quanto; parece não ser, tem esse jeito chinês, de ficar olhando calado, e é muito tinhoso. Persegue objetivos, por exemplo, ele conduziu a negociação da dívida de maneira extraordinária, talvez tenha sido o melhor acordo de um país com o Fundo Monetário Internacional. Ele é extraordinário, um grande diplomata das finanças brasileiras. Sabe das coisas*" (2016: 773)

Nos registros de dezembro de 1998 nos "*Diários da Presidência*", Cardoso não esconde a sua fadiga: "*Hoje estou exausto. Foram dias e dias não de negociação nos termos que os jornais publicam e pensam, mas de preocupação, de imaginação, de tentativa de solução de impasses, de visão de futuro, de aborrecimentos, de necessidade de cortar pessoas de quem gosto... Confesso que nunca estive tão exausto como agora*" (2016: 810). E em 30 de dezembro de 1998, registra: "*Nunca passei por uma situação, digamos, tão penosa no meu dia a dia de trabalho. Muito trabalho, a cabeça fervendo, com mil soluções que invento para lá e para cá, e também com mil dificuldades. No centro de tudo, encontra-se sem dúvida a política econômica, que não está sendo ajustada. O resto vai aos trancos e barrancos, mas vai*" (2016: 820)

7.4. A globalização no pensamento de Cardoso

Conforme visto na seção anterior, o pilar central da política exterior do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso era a diplomacia do Plano Real,

consubstanciada na busca de credibilidade externa para dar continuidade ao programa de reestruturação do Estado e da economia. Entretanto, para compreender como o intelectual e político Cardoso atuou à frente da diplomacia brasileira entre 1995 e 1999, é preciso explorar as raízes de seu pensamento internacionalista e entender as escolas de pensamento diplomático, dentro e fora do Brasil, com a quais se identificava, se afiliava ou dialogava. Tendo estudado as diversas etapas da formação da visão de mundo de Cardoso nos capítulos anteriores e entendido como elas foram importantes para definir suas escolhas políticas ao longo de sua trajetória, é possível perceber como foi influenciado, em sua ação diplomática, pelo seu próprio estilo de agir no plano da política doméstica. Nesse sentido, a defesa de uma maior integração econômica ao mundo e a crença em uma ampla participação de novos atores políticos no cenário de um país redemocratizado se traduziram, no plano internacional, em uma política externa de maior engajamento do Brasil no mundo. O sociólogo-presidente transpôs, para o plano internacional, as ideias que defendia, como acadêmico e como político, tornando-as instrumentos de persuasão e ação em sua projeção como diplomata.

Em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em Brasília, em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso afirma que sua geração foi "*embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo*". Evoca os ideais positivistas de seus antepassados militares e as lutas de seu pai a favor da campanha "*O petróleo é nosso*". Afirma que, na juventude, o sonho de que a industrialização acelerada levaria o Brasil à modernidade, ao pleno desenvolvimento e ao avanço social foi uma poderosa ideologia agregadora. Sintetizando a sua desfiliação precoce com a utopia nacional-desenvolvimentista dos "anos *dourados*" do governo Juscelino Kubitschek, afirma que "*terminaram com inflação e tensões políticas em alta*", substituídos por "*anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade"*. Houve progresso, mas para uma minoria e, pouco depois, "*nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais"* (BRASIL, 1995. *Discurso de Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso*).

Em sua primeira fala como presidente da República, Cardoso associa ainda o seu ímpeto reformista ao de Joaquim Nabuco, no século XIX: "*Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos*". Nesse sentido, seus esforços seriam os de "*consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior*". Com a abertura da economia

brasileira, Cardoso afirma que "*estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la"*. Assim,

> No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto (Fernando Henrique Cardoso, Discurso de Posse na Presidência da República, 1995).

Ainda no discurso de posse, Cardoso menciona que pretendia fortalecer as credenciais brasileiras no plano internacional, buscando construir o perfil de um "*Estado responsável*". Para Cardoso, em um período de "*transformações radicais*" e de "*redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países*", o Brasil não poderia "*dar as costas aos rumos da História*". Ao invés de se fechar ao mundo, como no passado, o Brasil deveria "*influenciar o desenho da nova ordem*", atualizando sua ação externa em função das mudanças externas e do novo "*consenso interno em relação aos nossos objetivos*". Menciona a importância de um debate "às claras" sobre o perfil internacional brasileiro, "*envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais*". Finalizando o discurso, sustenta que o Brasil deveria "aposentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação", reforçando a sua atuação em temas como meio ambiente, integração regional, acordos comerciais, acesso à tecnologia, não-proliferação e combate aos ilícitos internacionais.

> Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença tanto política como econômica, condição que tanto nos permite aprofundar-nos nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia, do Pacífico. E, ainda, identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid. Sem nos esquecermos das nossas relações

> tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que, por sua dimensão continental, enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social. Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta, no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar.

Na primeira metade da década, a hegemonia de um pensamento ultraliberal reforçou paradigmas tecnocráticos segundo os quais a eficiência governamental seria sinônimo de maior centralização, concentração de poder e insulamento burocrático. Diante do diagnóstico de que a sobrecarga do setor público era resultante da crise fiscal do Estado e do excesso de demandas represadas da sociedade, houve um reforço do poder discricionário da alta tecnocracia, blindando-a do jogo político. No bojo do processo de inserção do Brasil na globalização, Fernando Henrique Cardoso vislumbrava nas reformas econômicas internas a possibilidade de ampliação das vantagens comparativas e da competitividade do Brasil.

No ensaio "*O Espelho Espanhol de FHC*" (1995), José Luís Fiori, um dos críticos mais contumazes de Cardoso no campo da esquerda, afirma que Fernando Henrique Cardoso afirmava-se, no plano político nacional e latino-americano, como um "*um discípulo aplicado e rigoroso de Felipe González*". Para Fiori, em sua trajetória de quinze anos à frente do poder na Espanha, o primeiro-ministro González direcionou a esquerda espanhola do socialismo para a socialdemocracia e, em seguida, implementou medidas econômicas mais alinhadas com o liberalismo econômico de Thatcher, numa espécie de "*social-liberalismo real*" (FIORI, 1997: 57). Ao forjar uma aliança com as forças de centro-direita nas eleições de 1994 e formar uma maioria absoluta no Congresso Nacional para o encaminhamento de sua agenda de governo, "*à imitação de Felipe González, procurará cooptar o espaço intelectual, seduzindo ou boicotando a formação de núcleos de pensamento alternativo; e não será um discípulo fiel se não usar as peripécias da política externa para manter sua imagem independente dos percalços de sua política econômica*" (FIORI, 1997: 58).

Em registro sobre a estratégia de inserção externa de seu governo no final de 1995, Cardoso anota, em seus "*Diários da Presidência*": "*temos uma visão do que pode ser o Brasil no futuro, aliança com a China, em termos, para não prejudicar outras alianças, com a Europa (...) essa visão que queremos de um Brasil moderno, um Brasil inserido no Ocidente, mas sabendo que o Brasil não é exatamente o Ocidente, é mais complexo do que isso, não sei se o*

Ocidente também não está se terceiro-mundizando como nos Estados Unidos nos aspectos culturais e políticos". Para Cardoso,

> No fundo, tudo depende tanto do maestro. Todo mundo disse que eu não tinha aptidões para comandar de forma autoritária. De fato, não gosto de ser autoritário, mas a todo instante, em tendo que entrar duro, embora com modos às vezes suaves, mas entro, forço, insisto, volto à questão, refaço alianças para poder levar esse barco adiante" (CARDOSO, 2015: 273).

A segunda metade dos anos 1990 foi marcada por uma revalorização das dimensões política e institucional das reformas econômicas iniciadas nos anos 1980 nos Estados Unidos e no Reino Unido. Em entrevista ao jornal "*O Estado de São Paulo*" em 21 de janeiro de 1996, "*O Brasil na visão de F.H e Alain Touraine*", Cardoso afirma que sua posição política "*foi a de nunca aceitar um diagnóstico liberal e uma terapia neoliberal. Sempre disse que teríamos de, ao mesmo tempo, ampliar a ação do Estado, na educação, na saúde, e combinar formas de controle social mais diretas*" (CARDOSO, 2010: 77). Na conferência **"*O impacto da globalização nos países em desenvolvimento*"**, realizada no Colégio do México, em 20 de fevereiro de 1996, centro de estudos latino-americano onde esteve como pesquisador-visitante no final dos anos 1960, Fernando Henrique Cardoso afirma que "*em tudo aquilo que tenho lido sobre a globalização, percebo que falta ainda uma teoria unificadora, que explique em profundidade a gênese das transformações e o curso dos acelerados desdobramentos na realidade econômica contemporânea*" (BRASIL, 1996: 24).[159] No entanto, afirma que "*independentemente dos vácuos teóricos existentes, já conhecemos o suficiente sobre a globalização para saber, com razoável perspectiva, quais os seus rumos prováveis e em que campo podemos atuar para amenizar alguns dos seus efeitos mais nocivos e, ao mesmo tempo, potencializar as vantagens que estão surgindo*". Para Cardoso, a dificuldade maior é alavancar políticas capazes de incorporar as áreas mais modernas e competitivas com os setores mais retardatários da economia.

[159] Em registro de 22 de fevereiro de 1996 em seus "*Diários da Presidência*", Cardoso afirma ter se emocionado nesta conferência, por reencontrar intelectuais como Victor Urquidi, Carlos Fuentes, Gabriel Garcia Márquez, Octavio Paz e o ex-presidente mexicano Miguel de La Madrid, com quem havia se encontrado no Brasil no começo de sua atuação no Senado, em 1984: "ressaltei que o papel dos políticos e dos intelectuais é o de definir, nesse novo quadro, valores que possam contrabalançar as forças homogeneizadoras e os efeitos perversos da globalização" (CARDSO, 2015: 459). Cardoso observa que o encontro com intelectuais e artistas se deu "*em um ambiente de muita cordialidade e, para mim, gratificante do ponto de vista intelectual e político*" (2015: 461).

Na visão do sociólogo e presidente da República, "*se por um lado a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode trazer oportunidades reais de crescimento para as economias emergentes, por outro, a volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são uma forma de ameaça real à estabilidade econômica e ao nível de emprego dos países*" (BRASIL, 1996: 29). Cardoso relembra que a crise do México, ocorrida dois anos antes, era um exemplo do impacto dessa volatilidade sobre os países. Cardoso observa que quando escreveu "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", com Enzo Faletto, "um outro fenômeno se desenhava ainda difícil de ser percebido em todas as suas vertentes pela ótica conceitual dos anos 60: concomitantemente à internacionalização de mercados, o que estava ocorrendo, na América Latina e no Ocidente desenvolvido, era a internacionalização da produção, a qual traria uma impressionante expansão das correntes internacionais de comércio, que passaram a crescer muito acima das taxas de crescimento das economias nacionais" (BRASIL, 1996: 30). Para Cardoso, o modelo de substituição de importações na América Latina se esgotou porque as fases de produção da maioria dos bens manufaturados se internacionalizaram e se tornaram mais tecnologicamente intensivas. Dessa forma, houve redução dos custos de produção e de transportes, bem como das proteções tarifárias. Em decorrência do aumento do comércio intrafirmas, as nações buscaram estratégias de maximização das suas vantagens comparativas para a inserção nas cadeias produtivas globais. Houve o enfraquecimento dos projetos autárquicos de desenvolvimento, o aumento da competição entre os países, a necessidade de reformulação das políticas internas e a maior cooperação internacional (BRASIL, 1996: 31).

O presidente brasileiro ressalta que o MERCOSUL se tornou "*o principal projeto da diplomacia nacional* e que "*as políticas de integração regional têm de ser mecanismos decisivos de combate aos efeitos mais danosos da globalização*". A globalização, por sua vez, exigia "*uma crescente uniformidade dos quadros institucional e regulatório de todos os países*", impedindo as vantagens artificiais. Nesse sentido, houve a limitação da adoção de estratégias nacionais de desenvolvimento, de políticas macroeconômicas ortodoxas e de fórmulas rígidas de relação entre capital e trabalho. Para Cardoso, a ortodoxia econômica "traz limitações à capacidade de operar dos governantes, os quais, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro têm dever de buscar, nas contradições e nas inconsistências, bem como nas janelas de oportunidade do sistema em gestação, estratégias capazes de reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a vocação de países como os nossos para a autodeterminação soberana e, sobretudo, de

consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro". (BRASIL, 1996: 32). Para Cardoso, "com a globalização, o Estado necessita de recompor suas funções", direcionando o desenvolvimento (*steering capacity*) ao invés de "*substituir a iniciativa privada na produção de bens e de serviços que não têm natureza essencialmente pública*" (BRASIL, 1996-33). Nesse contexto, adquire centralidade "a qualidade do trabalho político", combinando o interno e o internacional e múltiplas pressões dos cidadãos, agentes econômicos e forças externas.

> Em sociedades como as nossas, não podemos nos iludir e tomar a globalização como um dado natural da realidade ou como uma nova forma de ideologia e permitir que se acentuem as dicotomias internas. A desigualdade, embora alimentada pelas assimetrias e injustiças das relações interestatais, é ainda essencialmente um problema nacional. É a nossa capacidade de superá-la, com medidas inteligentes de adaptação à nova conjuntura externa, que marca a ação do estadista de hoje. Queiram ou não os defensores das ideologias neoliberais, o Estado ainda é uma referência obrigatória como instrumento para organizar as transformações, e disso o político contemporâneo não pode e não deve abrir mão (BRASIL, 34)

Países em desenvolvimento como o Brasil e o México deveriam ampliar sua capacidade de influenciar o processo de globalização econômica e de mitigar os seus efeitos sociais negativos. Nesse sentido, as lideranças deveriam combinar "condicionantes da ordem econômica em gestação, com realismo e sentido de pragmatismo" (BRASIL, 35). No entanto, Cardoso critica a prevalência de que o desenvolvimento somente poderia ser alcançado com a busca de condições internas de competitividade, e não pela ampliação da cooperação internacional entre as nações para alavancar o desenvolvimento e reduzir a marginalização dos países mais pobres. Cardoso ressalta a necessidade de retomada dos valores comunitários, de valorização da ética de solidariedade e de fortalecimento de instituições capazes de lidar com os desafios da desigualdade e da exclusão social. Nessa equação, era importante pensar em estratégias para lidar com o chamado "desemprego estrutural" (BRASIL, 36). Para o presidente, o agravamento das desigualdades entre o Norte e o Sul globais alimentava tentativas de reações e recaídas protecionistas. Nesse sentido, era urgente a elaboração de iniciativas nacionais e internacionais coordenadas para responder a estes desafios. (BRASIL, 38).

Na conclusão sobre a sua conferência acerca da globalização e do futuro dos países em desenvolvimento no Colégio do México, Cardoso afirma que os países têm que enfrentar "o

vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou". Dessa forma, era necessário "separar os fatos concretos acarretados pela globalização de uma pseudo-ideologia que se está construindo em torno do fenômeno", como a da "pregação acrítica e celebratória" do enfraquecimento e irrelevância do papel dos Estados nacionais. Ao mesmo tempo em que a globalização sinalizava uma era de prosperidade sem precedentes na história da Humanidade, "*um novo Renascimento*", pode deixar de fora a maior parte da população do planeta se não forem reforçados os mecanismos de combate à desigualdade e à exclusão social (BRASIL, 1996: 40).

> Tenho a convicção que os países em desenvolvimento podem contribuir, talvez até mais do que as nações desenvolvidas, com essa passagem conceitual do domínio da economia para o mundo dos valores. Porque nós, mais que nunca, temos de exercer nossa capacidade criadora para responder, a um só tempo, aos desafios da nova realidade e à superação do legado social que nos prejudica e envergonha. Não se trata de retornar aos ideais do passado, realimentando utopias que já não explicam o mundo contemporâneo e tampouco se coadunam com a prevalência dos valores democráticos e da economia de mercado. A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal (BRASIL, 1996: 40-41).

Em "*ajustes e milagres latino-americanos*" (1995), José Luís Fiori salienta que os planos de estabilização econômica na América Latina não continham nenhuma novidade, pois propunham medidas de caráter monetarista e ortodoxa que já eram preconizadas pelos organismos financeiros multilaterais. A chegada da globalização ao continente transformou os presidentes latino-americanos em "*caixeiros-viajantes que passeiam seu sorriso otimista pelo mundo*" buscando buscar a "credibilidade" de suas respectivas economias nacionais, competindo pela atração de investimentos e de capitais de risco. Diante da crise do pensamento da esquerda no mundo pós-soviético, marcado pela internacionalização econômica e pelo colapso de alternativas no campo socialista, Fiori afirma que "*a facilidade com que argumentos mais simplistas e liberais sobre o processo de globalização e a crise do estado foram absorvidos e repetidos por uma intelectualidade cada vez mais convencida da inevitabilidade do consenso de Williamson*". Por fim, argumenta que "*as atuais reformas liberais são basicamente conservadoras porque alteram a forma, mas preservam a essência do que sempre*

foi criticado pela esquerda no estado", isto é, a sua conexão com o capital externo e a sua base de sustentação autoritária, oligárquica e excludente (FIORI, 1997: 75).

O debate com intelectuais acerca de temas como a globalização e as reformas econômicos eram frequentes ao longo da Presidência Cardoso. Em registro de 15 de abril de 1996, Cardoso registra o almoço com cientistas políticos no Palácio da Alvorada - Fábio Wanderley Reis, Sérgio Abranches e Antonio Barros de Castro, então reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro: "*Quanto a Fábio Wanderley, a ideia dele é que não estou colado no social. Eu mostrei tudo o que estamos fazendo. Ele acha que é uma questão simbólica. (...) Mas, enfim, há um probleminha aí, porque um pouco é a barragem do PT de que nós estamos fazendo só "neoliberalismo", que acabou penetrando nas camadas intelectuais. Quando a gente aperta e pergunta "Fazer o quê então?", aí ninguém sabe. Mas a reunião foi boa, interessante, as críticas também*" (CARDOSO, 2015: 535). Além de conversar com outros intelectuais, Cardoso também abria pontes de diálogo com as oposições para debater questões como a globalização. Em outubro de 1996, Cardoso registra conversa sobre os rumos do país com o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT): "*Na sua opinião, é preciso um novo campo teórico para sair dessa coisa de neoliberalismo, que ele também sabe que não tem sentido. Eu disse que aqui nós fazemos o contrário, estamos fortalecendo o Estado, para que ele seja moderno na economia e eficaz para alcançar os pobres. Expliquei o que eu estava fazendo com a política externa, me pareceu que houve uma aceitação boa*" (2015: 785).

Na obra **"*O presidente segundo o sociólogo*"** (1998), longa entrevista ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo publicada em livro, Fernando Henrique Cardoso analisa como a globalização econômica limitava as margens de manobra dos Estados nacionais, inviabilizado projetos de desenvolvimento autárquico na América Latina. Para Cardoso, "*a globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso. A oposição erra ao confinar o debate ao Brasil, ou ao meu governo. A crítica à globalização tem que ser global. E essa crítica faço sempre que posso*". Cardoso defendia a existência de uma nova ordem para o Terceiro Milênio, pois a globalização não era uma escolha, mas "*um fato real, da estrutura do sistema produtivo*" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO: 1998: 87). Ao analisar as limitações da hegemonia norte-americana e os problemas da agenda internacional, afirma que havia "constrangimentos impostos pela ausência de legitimidade para adotar certos procedimentos". Dessa forma, "os países mais fortes n]ao têm mais a facilidade de outrora para impor uma ordem". Assim, na "minha utopia, e utopia

realista, como sempre gosto de dizer, embora seja uma contradição nos termos, já estão sendo assentadas as bases da repactuação da ordem mundial" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 89).

Ao vislumbrar a nova ordem internacional, Fernando Henrique Cardoso afirma que havia uma diferença entre o tempo do intelectual e o do presidente. O do presidente seriam os quatro anos de mandato, com suas limitações do dia-a-dia. O intelectual, por sua vez, poderia pensar num prazo mais longo, de décadas, refletindo sobre as grandes transformações estruturais em curso. Sendo assim, Cardoso acreditava que era necessária uma "*nova Constituição do mundo*", tal como a Carta de San Francisco no fim da Segunda Guerra Mundial: "esse acordo não pode ser uma carta de princípios sem condições de ser imposta na prática. Tem de ser acompanhado de instituições que sancionem esses princípios, que os tornem obrigatórios e implementem sanções" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 89-90). Ao tratar do papel do Brasil nessa ordem mundial do final do século XX, Cardoso afirma que

> os países continentais têm a tendência de olhar para si próprios. É por isso que eu disse uma vez que somos caipiras. Ficam danados comigo, mas somos mesmo, nesse sentido, e os Estados Unidos também são. A diferença é que os Estados Unidos têm obrigações mundiais, e nós não temos. Nossas obrigações são mais regionais (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 90).

Para o sociólogo-presidente, o Brasil não deveria ter pretensões hegemônicas na América do Sul, ideia que rechaçava. Entretanto, admitia que o país deveria "*ser um fator de organização, pelo menos, do espaço sul-americano. E a capacidade de liderança do Brasil dependerá de sua – vou usar uma palavra – humildade* (...) *Porque se quisermos nos impor pelo argumento de que somos maiores, somos mais fortes, podemos até pegar a cadeira, mas vamos ficar sentados nela sozinhos. Isso não adianta. Precisamos construir uma relação de liderança compartilhada*" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 91). Em uma visão mais ampla, a construção de "*um mundo compartilhado*" exigiria a combinação de valores como tolerância e conciliação, que poderiam projetar o Brasil com mais força. Nessa direção, Cardoso argumenta que o seu papel, como presidente condutor de um governo em um país em desenvolvimento, era "*tirar o melhor proveito*" e "*preservar os interesses do país*" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 93). Ao analisar a questão da globalização, afirma que tal qual o estudo do fenômeno da dependência nas décadas de 1960 e 1970, era preciso entender os "*fatores universais*" e os "*fatores específicos, locais*" que, combinados, transformam as

estruturas produtivas dentro dos países e as reorganizam em um espaço econômico global. Embora Cardoso reconhecesse a predominância dos Estados Unidos na política internacional, não era possível "enxergar o mundo como um jogo de potências, como no passado". (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 108).

No que toca à relação com a vizinhança e com os países do MERCOSUL, Cardoso afirma que sempre teve "*uma relação muito fácil com os argentinos e sempre achei que o Brasil tinha que ter uma relação próxima com a Argentina, numa época em que não havia um relacionamento cultural intenso entre os dois países, nem econômico, nem militar, nem de governo. Isso mudou profundamente*" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 119). Cardoso demonstra ainda a sua proximidade com a vida intelectual e política chilenas, onde viveu entre 1965 e 1967, reconhecendo que a associação ao MERCOSUL foi "uma decisão extremamente importante", pois considerava o bloco não apenas uma união aduaneira, mas um projeto que deveria ser fortalecido, "da mesma forma que a Europa está fazendo". Acerca da proposta de entrada do Brasil em uma área de livre comércio com os Estados Unidos, Cardoso diz que o Brasil não era contra, mas estava interessado em discutir as regras e as condicionalidades de uma integração hemisférica mais abrangente: "*Se a ALCA [Área de Livre Comércio das Américas] se resumir a essa questão tarifária, não vai motivar senão os empresários. Mas, se for vista com um grau maior de generosidade, como um instrumento para alavancar a igualdade e melhorar a educação, ganha outro sentido*". Nesse sentido, concluiu, "*é importante, politicamente, a constituição de um polo Mercosul. E isso dependendo muito da atitude do Brasil, que não pode pretender ser hegemônica, mas que é chave, por seu tamanho*". (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 120-123).[160]

Dessa forma, finaliza Fernando Henrique Cardoso, "*só teremos êxito nesse caminho se formos capazes, como fomos até hoje, de ser companheiros de outros países. Não podemos sufocar. Tirar vantagem desnecessária. A vantagem é estratégica, não é para o dia de amanhã*". Para o presidente, o nacionalismo radical era um obstáculo à integração regional: "Os discursos da direita e da esquerda, quando se radicalizam, são quase sempre patriotadas. Eles não sabem o que estamos fazendo porque não percebem, ou não querem perceber, que estamos defendendo os interesses estratégicos do Brasil" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 131). Cardoso afirma que dá continuidade à mesma política externa que ele e outros presidentes

[160] Acerca da relação entre globalização, cultura e política externa, Cardoso defendia a intensificação da produção cultural brasileira como fator de projeção do seu "soft power": "Os Estados, tanto o brasileiro quanto o argentino, não absorvem com facilidade a importância da cultura como fator político, nem internamente, quanto mais em sua relação externa" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 125)

e chanceleres implementaram no Ministério das Relações Exteriores desde a redemocratização: "Pouco a pouco acho que isso foi virando quase consensual no Brasil. Não sei se as pessoas têm noção concreta dos passos já dados, dos passos a serem dados, de qual é a estratégia, mas eles têm pelo menos um sentimento" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 131-132).

Em seu ensaio "*Ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso*" (1999), Sebastião Velasco e Cruz observa que a narrativa cardosiana sobre a globalização se baseava em uma retórica contraditaria. Defensiva e determinista, ressaltava, por um lado, a inevitabilidade das mudanças internacionais em curso, fruto do fim da Guerra Fria. Ofensiva e voluntarista, mostrava, por outro ângulo, que as nações poderiam escolher, de forma livre e espontânea, quais caminhos trilhar para alcançar o desenvolvimento (CRUZ, 1999: 239). A ambiguidade que permeou o discurso de Fernando Henrique Cardoso sobre a globalização reforçou as críticas, os questionamentos e as resistências que se apresentavam, na academia, nos partidos de oposição, no empresariado, na sociedade civil e dentro do próprio governo. Tais observações centravam-se na ideia de que a abertura econômico-financeira unilateral em curso desde os anos 1990 atacava o núcleo da soberania nacional e ampliava a vulnerabilidade externa.

No ensaio "*O círculo de giz da ´globalização´*" (1997), o economista Paulo Nogueira Batista Jr. afirma que a "*ideologia da globalização, como toda ideologia de sucesso, tem um substrato de realidade*". Contudo, era recomendável, no seu entender "*resguardar-se contra a carga de fantasias e mitologia construída a partir dessas tendências reais*", pois havia uma propensão de exagero no seu alcance. Batista Jr. salienta que a globalização como "*ideologia encontrou grande espaço no Brasil, disseminando a ideia de que o país estaria submetido à ação de forças econômicas globais introncontroláveis*", paralisando e desarmando iniciativas nacionais (BASTISTA JR., 2000: 38-39). No entanto, o autor argumenta que os Estados nacionais continuam influentes e atuantes mesmo diante do enfraquecimento das suas bases de ação, com margem de ação para perseguir "escolhas nacionais" contrariando o "*fatalismo*" e a "*prostração mental e desarmamento intelectual que se encontram países como o Brasil*" (BATISTA JR., 2000: 53).[161] No ensaio "*Dependência: da teoria à prática*" (1998), Paulo

[161] O economista frisa, em seu ensaio "*A cortina de fumaça da ´globalização´*" (1996), apresentado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que a política econômica brasileira 'continua caracterizada pela hegemonia dos interesses financeiros externos e internos" e que o modelo de integração internacional não era o mais adequado ao país, pois voltada à "absorção exagerada de importações e capitais externos". Batista Jr. argumenta que o Brasil era um país de proporções continentais, com grande mercado interno e um parque industrial diversificado, o que gerava resistências internas ao avanço de um projeto de reformas mais radical, como no México e na Argentina. Para Batista Júnior, o "*prestígio do chamado neoliberalismo está começando a declinar*", levado de roldão pelo arrefecimento do impacto, no continente latino-americano, da questão da estabilização

Nogueira Batista Júnior afirma que havia mais continuidade do que mudança no pensamento do Fernando Henrique Cardoso político em relação às ideias do intelectual. Ao criticar o livro "*O presidente segundo o sociólogo*" (1998), o economista sugere que a inserção externa brasileira no governo Cardoso tinha raízes ideológicas mais profundas, remontando às pesquisas de Cardoso sobre dependência nos anos 1960. A opção por uma integração subordinada à economia global, no entender de Batista Jr., se ajustava bem ao projeto das elites brasileiras desde o regime militar. A opção por uma política macroeconômica de subordinação aos capitais externos e de uma política externa de alinhamento aos Estados Unidos, segundo Batista Júnior, conectava as ideias do acadêmico às ações do presidente da República. Para o autor, Cardoso concebe o fenômeno da globalização como "*fundamentalmente econômico*", capaz de impor comportamentos e linhas de ação aos governos nacionais. Na sua visão, a retórica presidencial "*acaba não configurando nada de coerente*", fechando-se em torno de sentimentos de "*resignação*" e "*escapismo*" (BATISTA JÚNIOR, 2000: 89-91).

Em **"O mundo em português: um diálogo"** (1998), livro com conversas gravadas entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares (1924-2017), ex-presidente e ex-primeiro-ministro de Portugal, o líder brasileiro confirma que seu pensamento contemporâneo se conectava com o acadêmico dependentista: "*eu tive sempre essa visão de que o Brasil tinha que se integrar internamente, e externamente também, com a condição de termos um Estado capaz de reformular objetivos, que não seja um Estado fechado mas, pelo contrário, um Estado poroso, para permitir que a sociedade tenha influência nele*" (CARDOSO E SOARES, 1998: 54). Cardoso afirma que a resistência do establishment político brasileiro às reformas de Estado era um dos principais obstáculos que enfrentava em seu governo: "*tinha subestimado, antes de ser presidente, este jogo todo. É mais difícil fazer reformas do que eu imaginava. Quer dizer, a resistência às mudanças é maior do que eu pensava, porque não é só o aspecto material, que está em jogo, é também o mental. As cabeças resistem*" (CARDOSO E SOARES, 1998: 66). Ao responder à pergunta de Mário Soares acerca de como lidava com o poder, Cardoso afirma que enxergava a si mesmo "*como um intelectual e um professor, embora esteja na Presidência, com o poder de que disponho. Mas nunca separo estas diferentes condições*" (CARDOSO E SOARES, 1998: 80). Dessa forma, dizia que discutia "sempre ou quase sempre com os que estão contra", pois com o poder de que dispunha como presidente, "aumenta muito a sua

monetária, que teve grande impacto político-eleitoral na Argentina, com Carlos Menem, e no Brasil, com Fernando Henrique Cardoso (BASTISTA JÚNIOR, 2000: 63-65).

possibilidade de convencer. Isso me fascina. Por isso dizem que sou vaidoso, intelectual" (CARDOSO E SOARES, 1998: 81).

No que concerne à realidade internacional, em "*O mundo em português: um diálogo*" (1998), Fernando Henrique Cardoso afirma que a "crise de legitimidade da nova ordem mundial" era visível na incapacidade de reforma da Organização das Nações Unidas. Era necessário, no seu entender, "criar contrapesos, aprofundar a democracia em nível internacional". O caminho do equilíbrio de poder em relação à excessiva predominância norte-americana passava pela "formação de regiões integradas", como a União Europeia e o Mercosul. Nessa linha, era necessário "haver uma diversificação de centros de poder e de decisão" (CARDOSO E SOARES, 1998: 253-54). Cardoso ressalta a necessidade de fortalecimento dos valores, pois

> ser progressista hoje é reintroduzir a questão dos valores do humanismo nas condições da globalização. É discutir o sistema de controle das decisões mundiais. É questionar o hegemonismo. É afirmar a necessidade de haver diálogo ecumênico entre as religiões. É discutir os valores da integração na sociedade contemporânea, nas suas crises existenciais (CARDOSO E SOARES, 1998: 257).

Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares coincidiam em sua visão de mundo aberta à globalização. Soares afirma que os interesses econômicos tinham maior capacidade de integração do que outros setores da sociedade em uma economia globalizada. Para o líder português, dada a incapacidade do Estado de "resistir aos efeitos dessa globalização", era partidário do projeto supranacional europeu: "Um país sozinho como Portugal, mas também como a França ou a Alemanha, não pode resistir aos efeitos negativos da globalização. Mas a União Europeia poderá, em melhores condições". Cardoso responde que, na América do Sul, o MERCOSUL era um projeto de Estados que buscavam, *mutatis mutantis,* o mesmo objetivo (CARDOSO E SOARES, 1998: 258-259). Para Cardoso, "*o caminho a ser trilhado é o caminho europeu. Naturalmente teremos de evitar um excesso de burocratização que talvez haja na Europa. Teremos de avançar com calma também na institucionalização política. As próprias deficiências do sistema político brasileiro tornam difícil uma integração maior, sendo preciso que haja um avanço significativo na própria integração interna desses países*" (CARDOSO E SORES, 1998: 267). Cardoso ressalta que a questão das negociações comerciais com os Estados Unidos e com outros parceiros era um tema prioritário de sua política externa:

> Estou introduzindo um vetor político na discussão de globalização que é contraditório com o seu efeito mais negativo. Pode dar certo ou não, mas estamos propondo políticas positivas, sem aceitação acrítica da globalização. Queremos colocar condições. Da mesma forma que a Europa está lutando para ter o euro, nós vamos lutar para ter mais igualdade. Será um processo político de longa duração (CARDOSO E SOARES, 1998: 272).

7.5. A influência do pensamento itamaratiano

A visão internacional de Fernando Henrique Cardoso, tributária de sua produção acadêmica, de suas reflexões políticas e de sua atuação como chanceler e ministro da Fazenda, foi reforçada com a operacionalização de uma política externa em estreita colaboração com a Chancelaria, peça-chave do projeto liberal-globalista, capaz de ampliar o alcance de seu programa de abertura econômica no exterior. Na perspectiva de André Luiz Reis da Silva, em sua obra "*Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002*" (2008), a diplomacia cardosiana enfatizou, em sua estratégia de afirmação internacional ao longo do seu primeiro mandato, as ideias-força da democracia (reforma das instituições internacionais), da globalização (geradora de transformações, riscos e oportunidades), da integração regional (um contrapeso à globalização), do liberalismo econômico (favorecedor do livre-comércio e da livre-circulação de investimentos, pessoas e capitais), do multilateralismo (fortalecimento das instituições e regimes internacionais), da participação (maior engajamento em fóruns, debates, reuniões, regimes e normas) e da legitimidade (maior autoridade para defender valores, princípios, ideias e diretrizes) (SILVA, 2008: 341).

Nos "*Diários da Presidência*", Cardoso explica em seus que a escolha do embaixador Luiz Felipe Lampreia como o seu chanceler foi uma "*solução interna*", pois havia sido seu secretário-geral durante sua passagem pelo Itamaraty, no governo Franco. No entanto, faz a ressalva de que "*preferia, talvez, alguém de fora para dinamizar o Itamaraty. Às vezes, é preciso dar uma sacudidela, porque há muitos grupos ali. Na última gestão, vi isso com clareza*. (...) *Também achava eu alguém de fora talvez pudesse me evitar o embaraço da escolha, porque*

tenho muitos amigos no Itamaraty" (CARDOSO, 2015, 44).[162] Em seu discurso de posse, o chanceler Lampreia reafirma o estreito relacionamento do presidente com o Ministério ao mencionar seu "*entusiasmo pela política externa*", o "*seu apreço pelo Itamaraty*" e a "*familiaridade do presidente com a diplomacia*". De forma ainda mais direta, Lampreia afirma: "*Temos um presidente que conhece a nossa instituição, suas virtudes e seus desafios, como nenhum outro presidente na História do Brasil*". Segundo o chanceler, ao chefiar a instituição no governo Itamar Franco, Fernando Henrique "*imprimiu um ânimo novo, construindo ou reforçando amizades sólidas entre nós, projetando-se ainda mais no pano internacional, em que já figurava como referência obrigatória nas ciências sociais e nos estudos latino-americanos, e estendendo o já amplo domínio que teve sobre os temas que interessam à causa do nosso desenvolvimento econômico e social e de uma melhor inserção do Brasil no mundo*" (LAMPREIA, 1999: 29).

Octavio Amorim Neto, em "*De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*" (2011), afirma que os presidentes com maior protagonismo na condução política externa tendem a escolher ministros com perfil técnico e alinhado ao seu pensamento. Lampreia no Itamaraty era uma solução conservadora: fortalecia o controle de Cardoso sobre a maquinaria diplomática, ao mesmo tempo em que mantinha o respeito pelas tradições e pela autonomia da instituição. No entender do principal diplomata encarregado de levar adiante o projeto de inserção internacional de Fernando Henrique Cardoso, a estabilidade política e econômica eram fatores decisivos da reafirmação do Brasil no contexto latino-americano e global: "*Somos mais confiáveis e temos mais credibilidade internacional, porque soubemos, ao seu próprio tempo e sem comprometer princípios e sacrificar visões de longo prazo em favor de benefícios conjunturais duvidosos, fazer as alterações de política que respondiam às mudanças em curso no mundo, no nosso continente e no nosso país*" (LAMPREIA, 1999: 33).

A busca de novas parcerias, a atração de investimentos, a ampliação de mercados e a presença "*ativa e produtiva em todos os lugares e acontecimentos que importam*", em sintonia com as mudanças no plano externo, seriam os marcos orientadores da diplomacia a ser executada sob o comando do presidente da República. Lampreia ressalta, em seu discurso inaugural, por "*suas qualidades de intelectual e cidadão do mundo, nosso presidente nos dá condições de participação e acesso inigualáveis no diálogo de alto nível*" (LAMPREIA, 1999:

[162] Outras opções disponíveis naquele momento eram os embaixadores Ronaldo Sardenberg, representante do Brasil na Organização das Nações Unidas, em Nova York, e Rubens Barbosa, chefe da missão do Brasil no Reino Unido, próximos ao presidente-eleito e ao PSDB (CARDOSO, 2015: 47)

33-34). Além do alinhamento com as ideias internacionalistas e com o repertório de reformas econômicas liberais preconizadas pelo presidente da República, o chanceler Luiz Felipe Lampreia tinha uma concepção mais ocidentalista da política exterior brasileira:

> A filiação do Brasil ao Ocidente, um dos pontos principais do meu pensamento e de minha ação diplomática. Não me refiro, obviamente, ao Ocidente geopolítico e militar (...) mas ao Ocidente da civilização secular da qual resultamos(...), especialmente, dos valores e dos princípios. Refiro-me ao Ocidente da democracia, do pluralismo político, da observância do direito, do respeito aos direitos humanos". Creio que a minha gestão no Ministério das Relações Exteriores tenha sido a que mais postulou, de forma clara, nos últimos cinquenta anos, essa inserção ao Ocidente (...)" (LAMPREIA, 2010: 16).

Além do chanceler, o chefe da Assessoria Diplomática da Presidência da República, embaixador Gelson Fonseca Júnior, foi um dos principais conselheiros diplomáticos do presidente Fernando Henrique Cardoso e um dos principais formuladores de sua estratégia de inserção internacional. Responsável pela ligação do presidente com a Chancelaria, o diplomata havia desempenhado o mesmo papel no governo Collor de Melo, ajudando na reformulação dos paradigmas diplomáticos brasileiros no começo dos anos 1990. Além disso, Gelson Fonseca Júnior era um dos principais estudiosos da política externa brasileira. Em seu depoimento, Rubens Ricupero afirma que o assessor internacional era o grande teórico da política externa cardosiana:

> Agora, o que ficou muito bem definido para o Gelson, é aquela ideia de que a política externa brasileira, pode ser caracterizada como a busca da autonomia por meio da participação. E o Felipe Lampreia acrescentou: participação e integração. O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: O Gelson explicava muito bem, no período mais combativo da Política Externa Independente, o Brasil via o sistema internacional, e aí é importante porque a partir desse momento é que se começa a ter essa visão do Brasil como um país reformista da ordem internacional, isto é, nós somos membros das Nações Unidas, do GATT, na época. Da OMC, do Fundo Monetário do Banco Mundial. Mas nós gostaríamos de ver uma reforma nessas instituições para quê? Para dar mais

> poder aos países em desenvolvimento e, entre eles, o Brasil (RICUPERO, 2019).

Em sua obra "*A Legitimidade e outras questões internacionais*" (1998), Fonseca Júnior sustenta que a revisão do modelo de política externa ampliava as possibilidades externas brasileiras. Para o diplomata, a preocupação com a legitimidade era um elemento central da ação internacional brasileira:

> Para um país com poucos elementos de poder – sem excedentes de poder (...) -, um dos trunfos essenciais são suas ideias ou, mais precisamente, as bases conceituais de suas ações internacionais. A compreensão correta dos movimentos do sistema internacional – crucial para definir as possibilidades reais de presença diplomática – a legitimidade de seus pleitos e a coerência de suas ações são instrumentos necessários para uma "boa" política externa (FONSECA JÚNIOR, 1998: 358-359)

Assim, para a política externa de um país como o Brasil, "*a capacidade de persuasão é o principal recurso de projeção internacional, e a persuasão depende, essencialmente, de conhecimento da situação, de sensibilidade em relação ao parceiro, de convicção quanto aos argumentos e de habilidade para apresenta-los*" (FONSECA JÙNIOR, 1998: 359). Dessa maneira, Fonseca Júnior desdobra a legitimidade, no caso brasileiro, em duas dimensões. Primeiro, a credibilidade no estabelecimento de relações bilaterais com parceiros diplomáticos ao longo da história da política externa, gerando um patrimônio de confiança e de amizade. Segundo, a tradição de respeito aos princípios elementares do Direito Internacional e às normas multilaterais. No mundo pós-Guerra Fria, demonstra o autor, era necessário "*um novo discurso sobre a ordem, procurando oferecer propostas e projetos viáveis e legítimos como primeiro passo para participar do debate*". Não se trata "*de participar por participar, por razões de prestígio ou de poder, de ter ideias por ter ideias", mas de buscar atrelar as ações à realidade"* (FONSECA JÙNIOR, 1998: 367). Nessa direção, a ampliação da presença brasileira no mundo, advoga o diplomata, perpassava um engajamento mais positivo na realidade mundial:

> A autonomia, hoje, não significa mais "distância" dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, a autonomia se traduz por "participação", por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem tradição diplomática e capacidade de ver os rumos da

> ordem internacional com olhos próprios, com perspectivas originais. Perspectivas que correspondem à nossa complexidade nacional (FONSECA JÚNIOR, 1998: 368).

Outro importante colaborador do presidente Fernando Henrique Cardoso na elaboração de sua estratégia diplomática foi o jurista Celso Lafer.[163] Lafer e Cardoso concordavam que a inserção brasileira no mundo deveria valorizar elementos de persuasão, de participação e de cooperação na elaboração de regras e normas de conduta multilaterais, valorizando a ação diplomática. Em seu artigo "*A Autoridade do Itamaraty*" (1992), Lafer argumenta que a função do Ministério das Relações Exteriores no sistema político brasileiro era, além da clássica representação política e jurídica em suas relações com o mundo, a de representação simbólica, que "*exprime e articula o que um país significa para os demais em uma dada conjuntura histórica*". Para o então ministro, "*agregar algo de qualidade à tradição diplomática brasileira, para conservar a autoridade do Itamaraty e servir ao país do ponto de vista da macropolítica externa, significa repensar e recompor a inserção internacional do Brasil*" (LAFER, 2018: 153 e 159).

Em seu artigo "*A Inserção Internacional do Brasil*" (1992), o então chanceler brasileiro advogava que a tarefa central da diplomacia, em um país e em um mundo em processo de mudanças, era "*a tradução de necessidades internas em possibilidades externas. Essa tradução nunca é literal, mas criativa. (...) Constitui um exercício de inteligência e sensibilidade que acrescenta algo de relevante à inserção internacional do país, na medida em que consegue captar com fidelidade os impulsos internos, agregando a esta percepção agilidade para detectar mudanças nas conjunturas mundiais e aproveita-las*" (LAFER, 2018: 842). Por fim, sustenta que uma política externa sustentada pela combinação de "*desenvolvimento sustentável com justiça social, tem íntima relação com o conceito de democracia enquanto conjunto de*

[163] Celso Lafer era sobrinho do industrial e político Horácio Lafer, último chanceler do governo Juscelino Kubitschek. Profundamente influenciado pelo pensamento de Hélio Jaguaribe, que considerava "*como um dos pais fundadores do campo acadêmico das relações internacionais em nosso país*", da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), de quem foi aluno na Universidade de Cornell (EUA), e do jurisfilósofo Norberto Bobbio (1909-2004), intelectual "*com um coração katiano e um olhar hobbesiano*", Lafer foi um dos acadêmicos que buscou promover uma aproximação com a Chancelaria a partir de meados dos anos 1970 (LAFER, 2018: 41-45). Professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tinha trânsito no setor empresarial e industrial quando foi convidado por Collor de Melo para ocupar a chefia do Itamaraty no curto período que ficou conhecido como "*Gabinete dos Notáveis*" (LAFER, 2002 *apud* BARRETO, 2012: 197). Em sua gestão no Itamaraty, deu prosseguimento à política de aproximação com a Argentina e de aprofundamento do projeto integracionista do MERCOSUL, destacando-se como principal articulador da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Barreto, 2012: 561).

regras do jogo adequadas à convivência coletiva e eticamente fundamentadas no respeito aos direitos humanos" (LAFER, 2018: 845).

A coincidência de visões de mundo entre Lafer e Cardoso se mostra ainda mais forte na sua crença no social-liberalismo, que "*adquire toda a sua abrangência doutrinária, pois um de seus temas centrais é o de que em nome da liberdade que se busca mais igualdade e menos privilégios, tanto no plano interno quanto no internacional*". Para Lafer, o social-liberalismo se ancora na ideia de que "*o mercado, ao não operar no vazio, pede uma ordem que se manifesta numa moldura jurídica e institucional. Esta, por sua vez, só pode resultar de um processo de construção política*" (LAFER, 2018: 445-46). A transição entre a sua gestão e a de Cardoso no Itamaraty, após a crise terminal do governo Collor, facilitou a continuidade de diversas iniciativas em curso. Em "*Um Mergulho na Diplomacia: entrevista ao CPDOC*" (1993), Lafer argumenta que

> o Itamaraty estava muito consciente de que a agenda externa, assim como a agenda interna do país, tinha mudado. (...) Existia uma percepção de mudança que se traduzia, por exemplo, num enfoque diferente em relação a tecnologias sensíveis, direitos humanos, meio ambiente e assim sucessivamente. Mas embora esse processo de mudança já estivesse em curso desde a gestão Rezek, o foco ainda não era nítido, não havia ainda total clareza quanto ao por que, ao como e ao quanto, sobretudo, se deveria mudar" (LAFER, 2018: 74).

Conforme se pode perceber nos escritos do ex-chanceler nos anos que antecederam o início do governo Fernando Henrique Cardoso, havia enorme aproximação de pontos-de-vista dos dois acadêmicos acerca de quais deveriam ser as estratégias de inserção do Brasil no mundo na década de 1990. Nomeado embaixador junto aos organismos internacionais sediados em Genebra em 1995, à frente da representação do Brasil na recém-criada Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso Lafer manteve grande afinidade intelectual e política com Fernando Henrique Cardoso durante os oito anos de Presidência, tornando-se um dos seus principais interlocutores e conselheiros. Ao contar com a colaboração do jurista e ex-chanceler Celso Lafer na recém-criada OMC, em Genebra, Cardoso apostava em uma diplomacia econômico-comercial forte, capaz de administrar os conflitos advindos de um mundo crescentemente interdependente para uma economia em desenvolvimento e em processo de transformação como a brasileira. Em sua obra "*Comércio, Desarmamento e Direitos Humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática*" (1999), o jurista analisa a importância da criação da OMC

em um momento no qual o mundo colhia os frutos do fim da Guerra Fria e buscava um enquadramento político-jurídico para regular o aumento dos fluxos comerciais em função da globalização.

Um país como o Brasil, na visão de Lafer, "*como pequeno global trader que não é um global player – nutre, à luz de sua experiência, receio do unilateralismo comercial dos grandes. Tem por isso mesmo interesse em normas garantidoras do acesso a mercados, objetivo que somente pode ser atingido com o fortalecimento das regras multilaterais do comércio*". Nesse sentido, prossegue, "*a diluição dos conflitos de percepção; a inviolabilidade do desenvolvimento em isolamento; a segurança do multilateralismo; novas oportunidades de acesso a mercados*" explicariam, no seu entender, o surgimento da OMC, "*a primeira organização internacional, de vocação universal, pós-Guerra Fria*" (LAFER, 1999: 35-36).

A política externa da "*autonomia pela participação*" de Fernando Henrique Cardoso propugnava a importância das reformas econômicas internas e a necessidade de ingresso do Brasil nas grandes cadeias de produção global, nos fluxos de investimentos e na rede científico-tecnológica (Vigevani e Oliveira, 2003; Vigevani e Cepaluni, 2016). A ênfase não residia em uma agenda de afirmação de poder estatal no campo político-militar, mas de ampliação do comércio exterior, de promoção da integração latino-americana, de reforma dos organismos internacionais e de fortalecimento da presença brasileira no mundo. A leitura de mundo de Cardoso, desde a sua passagem pelo Itamaraty, coincidia com as linhas diplomáticas centrais implementadas no governo Fernando Collor de Melo, isto é, a busca de "*um maior espaço de manobra no cenário internacional*" por meio da instrumentalização dos valores e das tradições diplomáticas no engajamento em novos temas, normas e regimes internacionais (VIGEVANI E CEPALUNI, 2016: 7).

Para os autores, a gestão Cardoso no Ministério, entre 1992 e 1993, manteve a estratégia levada a cabo por Lafer durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), com ênfase no discurso econômico liberal de que o Brasil teria de superar a etapa do nacionalismo autárquico e autoritário, empenhando-se pela procura de uma inserção competitiva e qualificada no mundo. Assim, os valores políticos democráticos e as ideias econômicas liberais herdadas dessa experiência pretérita de condução da diplomacia brasileira no governo Itamar Franco se tornaram as âncoras de sua política externa, que "*não tinha por objetivo se adaptar de maneira passiva, mas redirecionar e remodelar o ambiente internacional conforme os limites do seu poder*" (VIGEVANI E CEPALUNI, 2016: 9). A proximidade de Cardoso com o Itamaraty, mesmo na Presidência, é

A influência do Ministério das Relações Exteriores em outras agendas governamentais, nos campos econômico e social, também demonstra a influência do pensamento itamaratiano no relacionamento de outros órgãos governamtais com o mundo. Segundo Paulo Paiva, ministro do Trabalho e do Planejamento no primeiro mandato da gestão Cardoso (1995-1998), houve a interação de vários ministérios e atores não-estatais na implementação da política externa do Itamaraty nesse período:

> No Ministério do Planejamento, eu olhava mais para dentro, embora tivesse uma relação com as instituições multilaterais. No Ministério do Trabalho tive uma relação bem próxima. Todos os países têm um diálogo entre a sua área de relações exteriores e a sociedade. Em alguns países isso até se confunde um pouco, há uma certa representação dos interesses privados pelo Ministério. Nós temos uma tradição, que vem desde Rio Branco, de ter um corpo técnico muito competente que você não encontra na sociedade. A interlocução, muitas vezes, é de defesa de interesses corporativos, pela influência do corporativismo na formação do Estado brasileiro desde o tempo de Vargas. As pessoas muitas vezes criticam essa interlocução porque queriam que o Itamaraty fosse o porta-voz dos seus interesses, não dos da nação. Eu convivi com essas coisas e tive uma experiência interessante com a OIT [Organização Internacional do Trabalho], que tem uma participação forte tanto do movimento sindical quanto dos empresários. Compete ao ministro do Trabalho fazer essa interlocução e se aproximar do Itamaraty. (...) Pela minha experiência, consegui lidar com alguns temas que eram dogmas no Itamaraty e que mudamos, como o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. O Itamaraty tinha uma posição de não deixar esse tema ir para a pauta, porque deixava o país vulnerável e criava confronto com os Estados Unidos (PAIVA, 2017).

Em síntese, as mudanças operadas no âmbito interno com a reorganização econômica foram essenciais na redefinição das estratégias de inserção externa do governo Fernando Henrique Cardoso, captando as novas tendências emergentes da agenda internacional para o fortalecimento do Brasil como nação em desenvolvimento com um diversificado parque produtivo e industrial, grande mercado interno, imensos recursos naturais e renovadas credenciais democráticas. O presidente da República e os seus principais assessores acreditavam que a retomada do crescimento econômico exigia a manutenção da estabilidade monetária, a reestruturação do tamanho do Estado, a privatização de empresas estatais, a quebra de monopólios e a atração de investimentos externos. Cardoso buscava imprimir ao governo

uma visão hegemônica acerca dos rumos políticos e econômicos estratégicos a perseguir.[164] No entanto, os planos de Cardoso de alavancar uma política de inserção na globalização se viram ameaçados pela primeira crise internacional durante o seu mandato, no México. Em registro nos *Diários da Presidência* ainda em fevereiro de 1995, já admite que o "*panorama externo não é aquele mar de rosas que se seria quando fui candidato*". Pondera, contudo, ser otimista quanto ao futuro, pois "*se formos manobrando, a coisa funciona bem*" (CARDOSO, 2015: 71). E ressalta, por fim, que seu objetivo não era promover "*atos espetaculares*" no governo, mas "*entregar um país mais organizado ao meu sucessor*" (CARDOSO, 2015: 73).

7.6. O diplomata em ação: reflexões dos "*Diários da Presidência*"

Nos quatro volumes dos "*Diários da Presidência*", que cobrem o período 1995-2002, Fernando Henrique Cardoso reserva grande parte da narrativa do seu período de governo para registrar episódios centrais para a compreensão do pensamento internacional. Fortalecido pela capacidade de seus principais auxiliares diplomáticos de interpretar as suas ideias internacionalistas e de traduzi-las em um discurso condizente com as novas diretrizes da diplomacia brasileira vigentes desde Collor, o presidente da República pode instrumentalizar conceitos e princípios para exercer um estilo de liderança persuasória, dialógica e negociadora no plano internacional. Em sua obra "*Diplomacia presidencial: história e crítica*" (1999), o diplomata Sérgio Danese assinala que Fernando Henrique Cardoso utilizou dos recursos reais e simbólicos fornecidos pela Presidência da República para assumir maior protagonismo na condução da política externa brasileira. A vivência internacional, a fluência em outros idiomas, a rede de amigos, a experiência prévia no Itamaraty e a autoridade para representar, dialogar e negociar no plano internacional foram fatores que levaram Cardoso a exercer, com maior desembaraço, a diplomacia presidencial (DANESE, 1999: 30). Na perspectiva de Celso Amorim, então embaixador do Brasil em Nova York:

> Veja, isso não é uma mudança. As pessoas falam com muita onda dessa história de diplomacia presidencial. O Danese fez o livro. Era a tese dele, um achado, interessante, muito bem. Mas isso era uma mudança do mundo. Eu

[164] Em um registro dos "*Diários da Presidência*" de fevereiro de 1995, Cardoso relata a realização de um seminário com todos os ministros na Granja do Torto, com o objetivo de mostrar "*que havia um programa*", "*que os ministros têm se entrosar*" e "*que governar não é um ato de império*", mas "*de construção racional em que se ouvem os argumentos*" (Cardoso, 2015: 48).

> me lembro que nenhum presidente ou primeiro-ministro, tirando o Fidel Castro ou o Khruschev, nesses momentos dramáticos, quem falava na ONU eram os ministros. Eu mesmo falei em duas oportunidades no governo Itamar. Mesmo o Sarney foi duas vezes nas cinco oportunidades que ele teve para falar. Não era uma coisa assim tão comum essa presença. Claro que o Fernando Henrique era uma figura internacional com uma certa presença e tinha o gosto pela política externa que certamente o Itamar não tinha. Gosto e capacidade de falar com outros interlocutores. O Sarney também gostava e tinha interesse, mas era muito concentrado na região, América Latina. Conhecia muito a literatura da América Latina. E se aproximou da África, um tanto levado pelo Zé Aparecido pelos PALOPS, que explorava o lado literário dele também. O Fernando Henrique era um homem que falava várias línguas, não sei o quê e tal. Foi professor na Sorbonne, era natural que ele se expandisse mais. Não é uma mudança do Brasil. É uma mudança do mundo. Os presidentes e primeiros-ministros passaram a se envolver mais. Eu falo porque eu fui embaixador na ONU, onde esses mandatários passaram a ir com mais frequência nessa época, com exceção de situações muito especiais. O Itamar era especialmente retraído, talvez pudesse ter ido mais além. Mais nunca foi uma questão. Eu acho que o Fernando Henrique teve uma maior presença. Para falar a verdade, ele tinha conhecimento (AMORIM, 2020).

A América do Sul foi o teatro, por excelência, do exercício da diplomacia presidencial cardosiana. Na primeira viagem internacional pelos países sul-americanos, em fevereiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso afirma que teve o cuidado de conduzir a primeira reunião de cúpula com a Argentina "*sempre dando as honras devidas, sem mexer nos brios do Menem*", mas que no encontro "*todo mundo sentiu que a liderança passou para o Brasil*". Trazer o Chile para o Mercosul era um dos seus objetivos, pois acreditava que a crise do México afastaria o país andino de suas ambições de se incorporar ao NAFTA, voltando-se para o MERCOSUL (CARDOSO, 2015: p. 73). Em registro sobre a viagem a Santiago do Chile, em fevereiro de 1995, Cardoso observa a presença de todo o gabinete do presidente Eduardo Frei no aeroporto para recepciona-lo, juntamente com uma comitiva de brasileiros que viveram no país durante o exílio, com ministros como Paulo Renato Souza e Francisco Weffort e parlamentares como Almino Afonso e Arthur da Távola. Cardoso observa a ausência do ministro do Planejamento, José Serra: "*Inventou uma viagem sem sentido para a costa do Pacífico dos Estados Unidos. Acho que o Serra não se sente bem vendo tantas homenagens que não sejam para ele. Mas de*

qualquer maneira devia ter ido, pois faz parte dessa comunidade com muitas relações naquele país" (CARDOSO, 2015: 86). O retorno ao país onde havia vivido e trabalhado na juventude, segundo Cardoso, foi uma experiência "*comovedora*", "*não só no aspecto emocional, sentimental*", de rever colegas, amigos, alunos e parceiros, como o sociólogo Enzo Faletto, mas também no "*aspecto prático*" pela abertura de "*uma porta imensa para o Brasil*" (CARDOSO, 2015: 86).

Percebe-se como Cardoso utilizava, em suas viagens presidenciais, a sua dupla inserção, como acadêmico e como presidente da República, buscando maximizar a sua projeção pessoal, fortalecer as suas teses e harmonizar, com diálogo e negociação, eventuais divergências de opinião dentro de sua equipe, especialmente em temas sensíveis como segurança nacional. A primeira viagem de Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos no primeiro ano de governo foi objeto de uma discussão do presidente com alguns de seus ministros. Em registro dos *Diários da Presidência* de 9 de março a 14 de abril de 1995, Cardoso observa que em uma reunião ministerial prévia à ida a Washington, foi indagado se aceitaria trocar a entrada do Brasil para o Conselho de Segurança nas Nações Unidas pela adesão do país ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM). Cardoso assinala a reação dos militares: "*eles querem entrar para o Conselho de Segurança, mas preferem que o Brasil não assine tratado nenhum, o que, claro, é difícil. Acho que há uma abertura, porque se animaram bastante com a entrada no Conselho*". Cardoso observa que, talvez, "*tenha sido das poucas em que os militares brasileiros, junto com o Itamaraty, discutiram com o presidente da República os rumos da política internacional e da política militar propriamente dita*" (CARDOSO, 2015: p. 117-118).

A busca da melhoria das relações bilaterais com os Estados Unidos foi uma prioridade da política externa de Cardoso no ano de 1995 (VIGEVANI E CEPALUNI, 2016: 80). Em registro sobre o primeiro encontro com o presidente norte-americano na Casa Branca, o presidente relata que em reunião a sós com o democrata Bill Clinton, em clima amistoso, ele lhe perguntou: "*O que posso fazer para te ajudar? O que posso fazer para ajudar o Brasil? O que nós podemos fazer juntos*?". E afirma ter mencionado dois temas: a questão da ampliação do Conselho de Segurança e a reforma do sistema financeiro internacional (CARDOSO, 1995: p. 123). Cardoso e Clinton já se conheciam desde 1993, quando Cardoso esteve em sua posse na Presidência dos Estados Unidos, em 1993. Reencontraram-se na Cúpula de Miami, em 1994, com Cardoso já presidente-eleito, acompanhando o presidente Itamar Franco no final de seu mandato.

De acordo com Vigevani e Cepaluni, a política externa da "*autonomia pela participação*" do governo Cardoso reconhecia a preponderância dos Estados Unidos no âmbito hemisférico e global e buscava uma maior aproximação entre os dois países, mas sem opções preferenciais ou alinhamentos automáticos, buscando a ampliação das margens de autonomia brasileira nos cenários regional e internacional. A aproximação com Washington e a busca da convergência na maior quantidade de temas possíveis ilustrava o acento ocidentalista da política externa de Cardoso-Lampreia. Buscava-se a maximização das vantagens bilaterais, preservando-se o maior grau de autonomia possível nas relações do Brasil com a América do Sul e com outras regiões (2016: 80-81). O presidente relata em seus "*Diários da Presidência*" conversa com o chanceler Luiz Felipe Lampreia, em momento posterior, acerca da disposição dos Estados Unidos de "*abrir uma brecha para nós na questão relativa ao Conselho de Segurança*". E afirma a decisão de adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), acertada com os militares alguns dias antes, seria um elemento facilitador nessa direção, o que "*abre uma perspectiva imensa não só para impormos legalmente como para utilizarmos melhor a Base de Alcântara*" (2015: p. 173). [165]

O presidente da República ressaltava a importância das viagens presidenciais para a renovação dos paradigmas da política externa e a obtenção de dividendos na afirmação do Brasil como um *global player*. Em outro registro de conversa com o chanceler brasileiro, em 29 de julho de 1995, em retorno de viagem ao Peru, Cardoso afirma: "*Parece que o Brasil se aproxima mesmo da entrada para o Conselho de Segurança. Há 50% mais um pouquinho a favor. Daí essas minhas viagens cansativas, mas que têm um significado muito grande, o de reforçar nossa presença no mundo e que também ajudam no crescimento econômico do país*" (CARDOSO, 1995: p. 182). A relação entre desarmamento e fortalecimento de credenciais para a entrada no Conselho de Segurança foi reforçada em registro sobre a intenção de marcar a sua visita ao Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, para afirmar a disposição de seu governo de aderir ao regime de controle dos mísseis: "*Teremos autonomia*

[165] Em registro nos "*Diários da Presidência"* de 12 de julho de 1995, Cardoso relata o encontro que teve com o Thomas MacLarty, representante pessoal do presidente Bill Clinton, e com Strobe Talbott, subsecretário de Estado americano: "*Vieram discutir conosco a continuação da Cúpula de Miami, integração hemisférica, participação do Brasil na reunião de Denver com os secretários do comércio, mas, sobretudo, a questão do Conselho de Segurança"*. (CARDOSO, 2015: p. 176). Cardoso resume o teor da conversa: "*há uma predisposição, não diria afirmativa, mas mais aberta da parte dos EUA na questão do Conselho. Eu não levantei o tema, mas o Talbott, ele próprio, o colocou e disse que os americanos não aceitavam a proposta do México de rodízio, não podiam afirmar que nos apoiariam, mas que estávamos crescentemente numa posição de maior identidade de coordenação pelo menos, de nossos pontos de vista em política internacional. Deu a impressão clara de que havia um sentimento mais favorável ao Brasil*" (CARDOSO, 2015: p. 176).

tecnológica, mas vamos nos comprometer a não fazer mísseis de guerra. Essa área militar também está entrando nos eixos" (2015: p. 183).

O exercício do papel de comandante-em-chefe da diplomacia brasileira envolveu Fernando Henrique Cardoso nas múltiplas dimensões da política externa e o enredou em negociações diretas com chefes de Estado e de governo, ministros, embaixadores, representantes especiais, empresários, acadêmicos e lideranças da sociedade civil. Em anotação sobre o encontro com o presidente argentino Carlos Menem às margens do Fórum de Davos, em junho de 1995, por exemplo, Cardoso relata uma reunião tensa para o acerto de posições entre os ministros brasileiros e argentinos acerca do regime automotivo: "*Como percebi a situação muito difícil, pedi tempo ao Menem para me reunir com os ministros brasileiros e acabei redigindo eu mesmo uma fórmula. Chamei-o sozinho, disse que eu também tinha dificuldades do meu lado, ele foi discutir com todos os argentinos na nossa frente*" (CARDOSO, 2015: 163).[166]

A participação do Brasil no MERCOSUL, por sua vez, foi tema de uma reunião no Palácio da Alvorada em agosto de 1995 com ministros e embaixadores, no qual duas posições se confrontavam. Enquanto o ministro José Serra (Planejamento) era mais protecionista e restritivo, os demais participantes do encontro eram mais favoráveis ao MERCOSUL e à integração hemisférica. Cardoso ressalta a interessante discussão acerca da "*relação do comércio exterior com a nossa política externa e a necessidade de ter aí um locus de decisão*" (2015: p. 204). Na mesma reunião com ministros e embaixadores, Cardoso informou à sua equipe que o país dispunha de tecnologias para o lançamento de satélites e de mísseis, um passo importante no desenvolvimento tecnológico do país:

> Nunca se soube disso, porque foi feito secretamente. Houve até reação americana, tentativa de controle, importamos material proibido da Índia, da Rússia, não sei se da China também. Entretanto, à entrada no MTCR, pela qual o Brasil assumiria igualmente o compromisso firme de não importar nada para fins militares nessa área, teríamos apoio. Curiosamente, a imprensa não percebeu que se tratava de medida de tanta relevância. Nenhum realce lhe foi

[166] As relações bilaterais com a Argentina também foram objeto de registro nos "*Diários da Presidência*" em 31 de outubro de 1995, no qual Cardoso relata reunião ocorrida na fazenda do ex-ministro Roberto de Abreu Sodré com o chanceler argentino, Guido di Tella, o ministro da Defesa da Argentina, o chefe do Estado-Maior brasileiro e outras autoridades para o acerto de posições estratégicas: "Uma reunião boa porque discreta, ninguém ficou sabendo, informal, abrimos mais o jogo sobre interesses militares estratégicos nossos e deles. Uma coisa positiva". (CARDOSO, 2015: 288).

> dado aqui dentro e, no entanto, tenho certeza de que a matéria tem transcendência muito grande em nível internacional (2015: 213)

O primeiro *tour* de Fernando Henrique Cardoso pela Europa, conforme registra nos *Diários da Presidência* em 22 de setembro de 1995, "*foi um grande sucesso*". Em reunião na Comissão Europeia, Cardoso afirma: "*respondi a todas as perguntas que me foram feitas, como é fácil para mim, na língua que formularam, em inglês, francês e espanhol. Isso sempre causa um certo impacto, na verdade me antecipei a quaisquer temas mais complexos que pudessem ser apresentados nessa reunião*" (CARDOSO, 1995: 243). Em reunião com o primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, em Berlim, Cardoso registra ter havido grande convergência de posições sobre temas como Conselho de Segurança, política nuclear, desarmamento, investimentos e na aproximação entre o Mercosul e a União Europeia. O chanceler alemão, segundo Cardoso, "*expôs longamente sua visão da História*" e "*relatou seu grande esforço pessoal para manter relações com a França (...). Sua construção é muito clara: França e Alemanha unidas para equilibrar a Europa, e também para impedir que esta seja uma fortaleza, porque a Alemanha tem que exportar, exporta bastante, portanto ela não deixará que isso fique fechado*" (CARDOSO, 2015: p. 247).

A leitura grociana-kantiana do cenário internacional, prestigiando uma visão universalista, multilateralista e cooperativa, pode ser verificada no primeiro pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Em discurso na reunião especial comemorativa do 50º aniversário da ONU, em 23 de outubro de 1995, Cardoso afirmou que a instituição deveria ser "*a guardiã serena das normas e princípios que regem as relações entre os Estados, que os faça respeitar, garanta seu cumprimento e assim dê bases sólidas para a ordem internacional*". Para o presidente brasileiro, o fim da bipolaridade Leste-Oeste "*liberou a agenda internacional das tensões geradas pelo conflito ideológico e propiciou crescente convergência de valores em torno da democracia, da liberdade econômica e da justiça social*". Nesse sentido, a comunidade internacional deveria "*trabalhar aqui para superar, no marco complexo da globalização, um quadro persistente de desigualdades sociais e econômicas, que gera desesperança e sentimento de exclusão*".[167]

[167] Cardoso chama a atenção para ausência de meios financeiros necessários para o exercício das suas funções e reafirma "*o compromisso brasileiro de lutar por uma ONU fortalecida e atuante. Não é um compromisso novo, é um compromisso que consubstancia a história do Brasil nesta Organização. Uma história de participação, de defesa da paz e do desenvolvimento, que nos leva agora a uma disposição de assumir responsabilidades crescentes nas deliberações das Nações Unidas*". Por fim, afirma que, "*para esta celebração, o Governo e o povo do Brasil reafirmam a sua disposição de transformar as palavras em atos e de romper a linha tênue que, como disse há pouco, poderia dar a impressão de que a palavra é hipócrita e de que falta ação*" (BRASIL, 2009: 20).

(BRASIL, 2009: 20). Nesse sentido, ao registrar a primeira participação na abertura da Assembleia-Geral da ONU, Cardoso relata em gravação de 25 de outubro de 1995, que a viagem havia sido um "*êxito absoluto*", pelos diversos encontros bilaterais com chefes de Estado, especialmente com presidente Bill Clinton.

> Por iniciativa do Celso Amorim, demos a ele [Clinton] o livro do Edward Stettinius ["*Roosevelt and the Russians: the Yalta Conference*"]. Roosevelt queria que o Brasil entrasse no Conselho de Segurança. Quem não deixou na época foram os russos e ingleses, que tinham medo de que fôssemos massa de manobra dos americanos. O Clinton achou muito engraçado, muito espirituoso o fato de entregarmos a nossa demanda dessa maneira assim indireta. Chamou a atenção do Warren Christopher, com espírito para isso. A embaixadora junto à ONU, Madeleine Albright, gostou tanto e deu até um beijo no Celso Amorim pela ideia (...) O Warren agradeceu bastante o negócio do MTCR. (...) Enfim, a relação com os Estados Unidos, que maravilha!" (CARDOSO, 2015: 282).

Segundo o depoimento de Celso Amorim, também presente nesse episódio: "*Só que não foi o livro do Stettinius, mas do cara que era o Secretário de Estado. Quando assinaram a Carta de São Francisco, já era o Stettinius. Isso está nas memórias do Cordell Hull. E o livro que a gente deu, a gente comprou num sebo. Quem foi comprar foi um diplomata muito hábil, o Antônio Simões, mas a ideia foi minha. E é muito curioso que tem uma foto, nem sei onde está, desse momento em que estou próximo do Fernando Henrique e da Albright. Ela me deu uma foto e escreveu assim: ´to remember a good moment´. Muito simpático. E o Lampreia estava longe, não queria se misturar com essa ideia*" (AMORIM, 2020).

Como se percebe, Cardoso deu continuidade ao processo de reinserção brasileira no cenário internacional iniciado no começo dos anos 1990, aderindo às normas e regimes internacionais e preservando certos espaços de ação autônoma na América do Sul e nas relações com parceiros estratégicos. A ideia era também reduzir os atritos com os Estados Unidos, com o desmonte das últimas hipotecas do regime militar. A disposição de cooperação nas áreas de não-proliferação nuclear (adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear) e de controle de armamentos (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e Grupo de Supridores Nucleares), na visão dos formuladores da política externa de Cardoso, abriria novas perspectivas de acesso a tecnologias e de melhoria da imagem internacional do país. A vertente universalista da política

externa brasileira também teve continuidade, com o incremento de relações com parceiros estratégicos, como China, Índia, Rússia e Japão.

Em sua viagem presidencial à China, em novembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinala nos "*Diários da Presidência*" o encontro que teve com o presidente Jiang Zemin, no qual o mandatário chinês "*reafirmou, e eu naturalmente, as afinidades com o Brasil, a parceria, essa coisa toda, um pouco na linha formal, mas um pouco também uma decisão clara de aproximação com o Brasil*" (CARDOSO, 2015: 345). No encontro com o primeiro-ministro Li Peng, registra Cardoso, "*ele colocou muito a questão americana, é muito contra os governos americanos, que são sempre contra a China*". Ao ser inquirido sobre como conduzia o relacionamento com os Estados Unidos, respondeu: "*saí pela tangente, dizendo que para o Brasil a posição era de independência, que de vez em quando tínhamos alguns atritos e que, agora, estamos num momento de grande facilidade no relacionamento com eles*" (CARDOSO, 2015: 346).[168] Por fim, registra a impressão geral que teve do país: "*a China é imensa, mais ou menos organizada, e pobre. Levará tempo para isso aqui ter um bem-estar, digamos, mais à ocidental. Mas será uma grande influência, decisiva talvez, no próximo século, e o Brasil precisava dessa relação*" (CARDOSO, 2015: 347).

No que toca às relações entre o Brasil e a Índia, embora os dois países coincidissem em suas visões de mundo nos fóruns internacionais, nos campos político e econômico, as relações foram pífias, conforme atesta Fernando Henrique Cardoso em visita à Índia em janeiro de 1996, registrada nos "*Diários da Presidência*": "*a Índia ainda é terceiro-mundista, me parece, e parece a ele também: o Brasil, já não*". Para Cardoso, "*no extremo Ocidente a presença não ocidental existe. E nós só queremos constata-la no geral, mas não aspiramos criar um modelo para o mundo que seja alternativo ao do Ocidente. A Índia talvez aspire. Queremos, sim, ter um espaço nesse modelo do Ocidente para algumas peculiaridades, e a Índia talvez queira outra coisa que não o Ocidente, como a China*". Para Cardoso, "*se ela entendesse o terceiro-mundismo como a defesa da sua diferença e não como um modo alternativo ou predominante, nesse caso haveria uma conversa mais fácil com o Brasil. Mas ela quer fazer a bomba atômica e não quer assinar a lei de patentes, tem resistências que o Brasil não tem. Não sei se dá realmente para ter uma política de convergência que não seja baseada somente no simbolismo*

[168] Cardoso faz menção à contradição entre modernização econômica e repressão aos direitos humanos no país: "no dia em que estava com eles – na hora eu nem sabia – condenaram um defensor dos direitos humanos a catorze anos de prisão. Não querem transigir nessa matéria. Têm medo da repetição da coisa russa". Em outra observação sobre o encontro com o presidente Jiang Zemin, reporta na gravação o que ouviu do dirigente chinês: "disse que Deng Xiaoping não tem mais nenhuma influência. Xiaoping lhe disse que faça o que quiser, que é a vez dele. Enfim, Deng Xiaoping não é nem um fetiche para esse Jiang Zemin" (CARDOSO, 2015: 347).

do respeito às diferenças, mas sem uma proposta nova" (CARDOSO, 2015: 417).[169] Assim, quando "*eu digo que é fácil governar o Brasil e as pessoas começam a gozar, é porque não conhecem o mundo*" (CARDOSO, 2015: p. 430).

Ao fazer um balanço da política externa no primeiro ano de seu governo e refletir sobre o peso da liderança regional brasileira, Cardoso registra nos "*Diários da Presidência*", em 10 de janeiro de 1996: "*Pena que poucos de nós, no Brasil, tenham uma visão estratégica, porque ela é necessária para transformar o Brasil no polo dinâmico da América do Sul. (...) Acho que falta essa visão ao comum dos nossos políticos, para não falar também dos nossos economistas*" (CARDOSO, 2015: p. 409). Conforme atestam Vigevani e Cepaluni, "*ao menos na retórica, consolidou-se uma política voltada ao entorno geográfico, que se tornou referência constante da ação externa*" (2016: 83). Nesse sentido, houve continuidade em relação à política externa dos governos José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco de buscar a integração latino-americana como eixo vertebrador de sua política internacional. Em viagem ao México em fevereiro de 1996, Cardoso registra suas conversas com o presidente Ernesto Zedillo a respeito de negociações comerciais e de uma aliança estratégica entre México e Mercosul: "*O Itamaraty não gostou, porque pareceu uma declaração vazia. Não há conceito concreto para essa aliança. Tem até razão. Simbolicamente, entretanto, a ideia do México de se aproximar do Mercosul, embora não tenha viabilidade, pela relação dele com o Nafta, tem impacto político. É preciso que os argentinos e outros países do Mercosul não pensem que o Brasil fez alguma traição ligando-se ao México independentemente deles. Eles têm que ser informados*" (CARDOSO: p. 457).

No que concerne à América do Sul, a busca de um "*consenso mínimo*" com os argentinos em temas sensíveis e a disposição de evitar atritos desnecessários na afirmação das pretensões brasileiras de reforma dos organismos internacionais ficam claras em registro nos *Diários da Presidência* em 28 de fevereiro de 1996, no qual Cardoso afirma que havia sido inquirido por jornais japoneses sobre qual o interesse do Brasil em uma candidatura ao Conselho de Segurança da ONU:

> Presidente-eleito na Argentina, eu baixei a bola. E sempre que posso baixo a bola. Eu digo: "Olha, nós queremos um papel mais amplo, queremos reformar as Nações Unidas". Por que isso? Primeiro porque ninguém deve se candidatar

[169] Assim, *quando eu digo que é fácil governar o Brasil e as pessoas começam a gozar, é porque não conhecem o mundo, não conhecem a África, não conhecem a Índia*" (CARDOSO, 2015: p. 430).

> para uma posição no Conselho de Segurança. Segundo, tenho dúvida que haja realmente mudanças no Conselho em breve prazo. Terceiro, qual a vantagem? Não está claro. Acho que ter respeitabilidade, ter uma ação mais ativa no mundo é mais importante que ficar no Conselho, a menos que ele mude muito, que a ONU mude muito (CARDOSO, 2015: p. 465).

Em viagem à Argentina em abril de 1996, Cardoso faz um balanço da política externa implementada até então e da ênfase na aproximação bilateral entre Brasília e Buenos Aires como a espinha dorsal de uma América do Sul estável, pacífica, unida e próspera: "*nas conversas pessoais com Menem, nenhum problema maior entre o Brasil e a Argentina, uma visão integrada, e os argentinos concordando que é preciso fortalecer o Mercosul, trazer o Chile, a Bolívia, a América do Sul. Até brinquei, dizendo que com o canal do Panamá a América do Sul é uma ilha, como a Inglaterra, e que temos que cuidar da nossa ilha. (...) Pouco a pouco, o Brasil está se tornando outra vez, sem hegemonias, um polo dinâmico desta região do mundo, e com isso todos estamos ganhando. E nós em especial, porque a nossa voz passa a ter mais peso no mundo"* (2015: p. 531).

7.7. O auge da diplomacia presidencial

Em **Discurso na cerimónia de comemoração do Dia do Diplomata, em Brasília,** no dia 30 de abril de 1996, Fernando Henrique Cardoso afirma que o mundo vivia um processo de grandes transformações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas.[170] O presidente afirma que, diante desse contexto, novas demandas de ação externas mobilizavam a diplomacia brasileira: "*São tempos de diplomacia pública, de universalização económica e de grandes temas globais, como a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos; tempos de combate a atividades criminosas que não respeitam fronteiras; tempos de importantes movimentações de pessoas, bens e capitais*". Para Cardoso, o trabalho da Chancelaria tornar-se-ia mais complexo, com o aumento do número de atores no plano doméstico e de interlocutores no plano externo: "*À diplomacia cabe, ainda, papel importante na concepção e no fortalecimento de valores que informam o desenho do próprio interesse nacional".* Nesse sentido, "*à medida que tomamos consciência desse processo de globalização, da nossa capacidade brasileira de*

[170] Cardoso afirma que se sentia "*pessoalmente honrado e comovido*" com a homenagem prestada a seu antigo professor e amigo Florestan Fernandes (1920-1995) como patrono da turma do Instituto Rio Branco.

definição de rumos dentro desse novo mundo, nós nos preocupamos seguidamente, também, e crescentemente, com os órgãos multinacionais e internacionais que vão definir os foros de decisão nessa esfera" (BRASIL, 1996).[171] Cardoso menciona as viagens realizadas à Índia, China, Estados Unidos, Japão e Alemanha como ilustrativas da diversidade de parcerias que buscava para assegurar a ampliação dos mercados e da cooperação para o desenvolvimento do país. E afirma que, em relações internacionais,

> não há, nem pode haver, passes de mágica ou exercícios de mera ilusão. O país real estabelece os limites e as possibilidades da atuação externa. Procurar dissociar a dimensão externa da interna é artificial, ilusório e contraproducente. Não há diplomacia, por eficiente que seja, que possa mascarar um país que se recuse a encarar seus problemas e a assumir com transparência as medidas necessárias para sua superação (BRASIL, 1996).

Equilibrar as diversas vertentes dessa política externa era um desafio. Adiante, em registro de 21 de julho de 1996, Cardoso observa que o Brasil, "*como os Estados Unidos, tinha uma certa tendência para o provincialismo, se isolava, não se preocupava com as questões do mundo. Nesse sentido, nós éramos desdenhosos do resto do mundo, porém mais caipiras, no sentido de voltar-nos para nós mesmos*" (CARDOSO, 2015: 662). Em múltiplos registros em seus "*Diários da Presidência*", Cardoso mostra sua preferência por fortalecer o engajamento do Itamaraty em temas econômico-financeiro que pudessem reforçar o apoio de organismos internacionais, de governos e de investidores estrangeiros ao programa de estabilização macroeconômica e de atração de investimentos externos. O tema da ampliação da reforma das instituições internacionais foi tema do encontro que teve com o secretário-geral da ONU Boutros Boutros-Ghali (1922-2016), em Brasília, no qual afirmou que "*o Brasil quer ter uma participação ativa, em toda parte, no Banco Mundial, no Fundo Monetário [Internacional], se possível no G-7, na Organização Mundial do Comércio*" (2015: p. 470).

Ao mesmo tempo em que focava uma aproximação com os Estados Unidos, a diplomacia de Cardoso buscava um fortalecimento da presença política e comercial brasileira na Europa. Em viagem à França registrada em 1º de junho de 1996 nos "*Diários da Presidência*", Fernando Henrique Cardoso afirma que teve uma "*conversa extraordinária*" com o presidente Jacques Chirac, discutindo "*a privatização, o papel da França, a situação do*

[171] Íntegra do Discurso: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/69%20/view

mundo, Conselho de Segurança. Chirac é francamente a que o Brasil tenha um lugar no Conselho de Segurança" (2015: p. 600). Adiante, em registro de 11 de junho de 1996, Cardoso relata que "*uma viagem como essa à França tem interesses estratégicos, tem por trás acordos importantes no plano dos satélites, das comunicações. O SIVAM faz parte disso, tenho que dar alguma coisa aos Estados Unidos, mas alguma coisa que não seja limitadora para nós*" (CARDOSO, 2015: 620). Como se percebe, embora levasse em conta a o peso econômico, político e militar dos Estados Unidos, a política externa cardosiana buscava resguardar espaços de autonomia nas relações do Brasil com os seus parceiros tradicionais.

No entanto, as opções do presidente Fernando Henrique Cardoso em sua política externa não eram consenso dentro do governo, com resistências entre os militares e os diplomatas. Nos "*Diários da Presidência*", Cardoso registra em 02 de agosto de 1996 conversa que teve em despacho com o ministro da Ciência e Tecnologia, embaixador Ronaldo Sardenberg: "*Ele acha que não ganhamos nada assinando o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares agora. De acordo com o Sardenberg, já demos todas as garantias e essa posição um pouco distinta do Brasil diante de outros países, embora nem de longe seja – nem quer ser mesmo – uma posição agressiva, é uma posição que marca uma diferença, porque não aceitamos a existência de potências nuclearizadas, e o TNP, segundo ele, mantém, congela o status dessas potências".*[172] (2015: p. 675).

Jaffrey Cason e Timothy Power, em seu artigo "*Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty*" (2009), argumentam que a "*presidencialização*" da política externa brasileira a partir do governo Fernando Henrique Cardoso reforçou o vínculo entre as ideias e as visões de mundo do presidente e a sua capacidade de orientação da diplomacia, identificando o chefe de Estado com um projeto político que deu substância à inserção internacional do país. Em registro nos "*Diários da Presidência*" em 16 de agosto de 1996 sobre a sua estratégia de inserção internacional do Brasil, Cardoso observa: "*definimos um plano estratégico de crescimento econômico. Enfim, o Brasil se organizou, e um Brasil organizado é um risco grande. Não um risco, mas digamos, não há mais incondicionalidades. Curiosamente os nossos nacionalisteiros não estão percebendo nada disso*" (CARDOSO, 2015: 701).

A conexão entre a visão internacional do presidente e os temas relacionados à segurança nacional em seu governo foram tratados em reunião da Câmara de Relações Exteriores e Defesa

[172] A posição do ministro Sardenberg, como se percebe, retomava a tese do "*congelamento do poder mundial*", diplomata João Augusto de Araújo Castro, com grande influência no pensamento itamaratiano desde os anos 1970. Já Cardoso mostrava-se favorável à adesão: *(...) Eu sou mais simpático à ideia de assinar o Tratado de Não Proliferação, mas os argumentos do Sardenberg devem ser pesados, ponderados*" (2015: p. 675).

Nacional registrada em setembro de 1996 em seus "*Diários da Presidência*", na qual "*pela primeira vez se discute política de defesa no sentido amplo e junto com relações exteriores*". Cardoso afirma que, nesse encontro de ministros, "*ficou claro, eu disse, que a política militar está submetida à política de defesa, a qual dependia da política de relações exteriores. Essa era a ordem de subordinação. Os militares concordaram e discutimos alguns tópicos sobre a metodologia para se chegar a uma política de defesa. Na verdade, ainda estamos no começo, tateando. Está em jogo também saber se compramos ou não aviões ou porta-aviões, se modernizamos ou não a Força Aérea, o que fazer com as ilhas de excelência do Exército. Isso tudo vai ser esmiuçado dentro da ótica: quem é o inimigo, qual é o objetivo, o que queremos, queremos a paz, como assegurar a paz*" (2015: p. 734)

O aumento do número de viagens internacionais do presidente da República, geralmente acompanhado de grande comitiva empresarial e de ampla cobertura midiática, reforçou a presença da política externa na agenda nacional (DANESE, 1999). A presidencialização da política externa brasileira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso se traduziu em diversas ações: na reação mais intensa do presidente aos estímulos externos, como crises internacionais; na coordenação de preferências na administração de conflitos político-burocráticos dentro da rede de política externa (presidente, assessores diretos, ministro de Estado, chefes de missão diplomática e outros burocratas); na utilização da diplomacia para a promoção de valores, ideias, narrativas e projetos, fortalecendo a sua liderança no plano interno e externo (CASON E POWER, 2009). O espaço político e geográfico, por excelência, para o exercício desse protagonismo internacional de Cardoso era a América do Sul.

No entanto, Cardoso queixava-se, com frequência, em seus "*Diários da Presidência*", do esvaziamento dos eventos de cúpula com lideranças regionais e da ausência de temas substantivos a serem tratados. Em registro de 08 de setembro de 1996 sobre a Reunião do Grupo do Rio, em Cochabamba, na Bolívia, observou: "*Encontro meio morto, meio morno. Exposições mais ou menos convencionais". (...) Encontros como esses [bilaterais] me marcaram um pouco mais do que a reunião do Grupo do Rio, que estão ficando cada vez mais esvaziadas*" (Cardoso, 2015: p. 729). Em conversa naquele com o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, Cesar Gaviria, registrada em setembro de 1996, Cardoso afirma que ouviu dele a proposta de que se tornasse o interlocutor do líder cubano Fidel Castro (1926-2016) com a região[173] (2015: 730). Em registro sobre a Cúpula Ibero-Americana, em novembro de 1996, no

[173] Cardoso registrou que Gaviria achava "*que o Fidel está sem interlocutor, os amigos dele desapareceram da cena política na América, mesmo no mundo: Felipe González, o Carlos Salinas, do México, ele está muito sozinho.*

Chile, Cardoso observa: "*O mais interessante foi o Fidel Castro. Conversamos bastante. Ele não muda de ponto de vista, nem eu pedi que mudasse, mas fez um discurso bastante repetitivo, antiquado, como se educação, saúde, dívida externa, ajustamento, estivessem piorando no mundo, enfim uma visão estática das coisas*" (2015: 822).

Ao atuar como um apêndice do Ministério das Relações Exteriores dentro do Palácio do Planalto e assessorar diretamente o chefe de Estado no exercício de suas atribuições constitucionais de condutor da política externa, posição estratégica na hierarquia de poder, o embaixador Gelson Fonseca Júnior foi um dos principais responsáveis por fundir as ideias internacionalistas de Cardoso com o discurso diplomático tradicional do Itamaraty, mostrando o poder das ideias e o seu papel legitimador nas relações internacionais do Brasil daquele período. Em registro de 21 de outubro de 1996, Cardoso registra as suas impressões sobre o seu Assessor Internacional: "*o Gelson é uma flor de pessoa, inteligente, agudo, discreto*" (2015: 798).[174] Sobre a sua rotina no exercício das tarefas de chefe de Estado e a sua interação com a sua Assessoria Internacional e com o Ministério das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso menciona, em registro de 12 de julho de 1997: "*estou lendo telegramas internacionais secretos do Itamaraty, como faço habitualmente todo fim de semana. Raramente me refiro a isso, mas nos fins de semana leio muita coisa que me dão tanto o Gelson, da minha assessoria, quanto o Itamaraty diretamente: telegramas, artigos de revistas estrangeiras, muitas informações. (...) Muitos dos telegramas que vêm a mim são ricos, pelo menos os dos principais embaixadores*" (2016: 255).

Em "*A Legitimidade e outras questões internacionais*" (1998), Fonseca Júnior assinala que a renovação de credenciais do Brasil e a maior participação em regimes internacionais

---

Fiquei preocupado que o Gaviria quisesse uma mediação nossa entre Cuba e Estados Unidos. Seria inviável. Os americanos não topariam e também não os cubanos. (...) Ele acha que nós devemos dar certo apoio psicológico ao Fidel para ele poder avançar na transição. Eu não sei se ele vai avançar na transição, mas me disponho a, no Chile, na Ibero-Americana, ter mais uma conversa com Fidel. (...) É que Cuba é sempre um problema delicado. Para o Brasil também. Não é fácil enfrentar esse tema, porque o Fidel não abre a guarda e os americanos tampouco" (2015: p. 730).

[174] A interação entre Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores na condução da política externa pode ser exemplificada na redação de uma mensagem que Fernando Henrique enviou ao presidente dos Estados Unidos, registrada nos "Diários da Presidência" em 14 de setembro de 1996: "*Vi também o rascunho de uma carta que eu vou enviar ao Clinton, feita pelo Itamaraty, pelo Luiz Felipe Lampreia. Gostei. Apenas um pouco dura. Falei com o Lampreia e com o Gelson para que eles agora deem um tom de saída para as coisas, levantando a necessidade de prestar atenção na área social, porque não vai haver interesse hemisférico [comum] com tragédias de desemprego e narcotráfico. Isso independe de outra carta que pedi que o Luciano comece a preparar juntamente com o Gelson e com o Sérgio Amaral, para mais adiante, depois que do Clinton reeleito, termos uma iniciativa mais consistente. Essa de agora é mais um alerta pessoal ao Clinton, porque isso me foi pedido por muitos líderes da América Latina, e todos dizem que preciso atuar mais*" (CARDOSO, 2015: 749).

contribuíram para "*construir a capacidade brasileira em um sistema econômico em fluxo constante e no qual as recompensas são limitadas e cada vez mais difíceis de serem obtidas*". Nesse sentido, prossegue, "*a busca por um número crescente de parceiros, o apoio à diversificação das exportações e a negociação de regras de intercâmbio mais favoráveis aos países em desenvolvimento sempre foram pontos altos da agenda diplomática brasileira e, evidentemente, favoreceram os processos de modernização*" (FONSECA JÚNIOR, 1998: 370). O diplomata que assessorava diretamente o presidente da República chama a atenção para a necessidade de combinação de uma agenda renovada de paz e de desenvolvimento. Nesse sentido, o Brasil deveria estar atento tanto ao movimento de globalização quanto de regionalização, evitando o isolamento e o fechamento, buscando as vantagens de um "*multilateralismo universal*" (FONSECA JÚNIOR, 1998: 372). Nesse diapasão, a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada no final da Rodada Uruguai do GATT, adquiriu grande centralidade na estratégia de projeção econômica do Brasil pós-estabilização monetária, conforme visto anteriormente. Em encontro de Fernando Henrique Cardoso com o diretor-geral da OMC em Brasília, registrado em seus "*Diários da Presidência"* em 12 de setembro de 1996, o presidente faz as seguintes observações:

> Tivemos uma conversa bonita, madura, sobre as perspectivas do mundo. Eu disse a ele: "O problema é a exclusão, não a globalização; a globalização está aí, a grande questão é saber se ela vai ser totalmente excludente, mais ou menos excludente ou includente. O que vai acontecer com a África, com partes do mundo que se desenvolvem? Como vão se integrar? Ele acha que a África está avançando bastante. É a primeira vez que ouço uma observação desse tipo. Vou prestar mais atenção na África. (....) Mas a grande questão está colocada: a globalização é um fato e a exclusão é uma tendência. Dá para reverter? Como se faz a distribuição de renda, como se faz com os empregos? São as grandes questões que mais cedo ou mais tarde vão surgir" (Cardoso, 2015: 743).

Embora as relações do Brasil com o Japão não tivessem tido grande impulso na década de1990, o que se explica, em grande parte, pela estagnação econômica vivenciada por ambos os países, Cardoso tinha interesse no mercado e nos investimentos japoneses para alavancar o programa de privatizações em curso. Os "*Diários da Presidência"* registram as impressões de encontro com o primeiro-ministro japonês Ryutaro Hashimoto (1937-2006) em visita ao Brasil.

Cardoso registra que explicou líder japonês que acreditava que "*no próximo século vão ver a Europa Ocidental, o Mercosul, talvez a América do Sul, os Estados Unidos com o Nafta e o Japão e um pedacinho do Sudeste da Ásia*" como polos relevantes da política mundial. E acrescenta o interesse do líder japonês na realização de uma cúpula de desenvolvimento social: "*Vindo de um japonês, é interessante*". Cardoso prossegue, registrando suas impressões sobre o encontro: "*percebe-se que o Japão é um ator em emergência. Menos seguro de si do que eu imaginava*" (2015: 718-19). Nas relações com a China, por outro lado, o Brasil se colocava como um interlocutor mais amplo em temas como comércio, ciência e tecnologia e reforma das instituições internacionais.[175] Em 17 de novembro de 1996, Cardoso registra encontro com o ex-presidente dos EUA, George Bush, em Brasília. Conversaram, entre outros temas, sobre a China: "*Ex-presidente em geral é mais simpático do que presidente. Tem menos tensão. Bush falou sobre a China, da importância que ele acha que os Estados Unidos têm que dar à China, porque a relação entre os dois países equilibra o mundo*" (2015: 837)

O fim do regime do apartheid na África do Sul coincidiu com o início do governo Fernando Henrique Cardoso no Brasil, abrindo espaço para um estreitamento de relações bilaterais. Cardoso registra, em 26 de novembro de 1996, sua viagem à África do Sul: "*vem sendo muito emocionante o jeito como o Mandela me trata, e eu a ele, é uma coisa, eu diria, até bonita*. (...) *A visão que Mandela e seu vice-presidente têm da África é que eles vão exercer um papel grande aqui. (....) Mandela tem um jeito de aristocrata, no modo de tratar as coisas, benevolente mas firme. É um homem fortemente de negociação. Falou bem para mim até do [Pieter] Botha, que foi primeiro-ministro e presidente. Também elogiou o De Klerk, ele acha que esse pessoal ajudou a negociar. É totalmente favorável a uma integração negociada*" (2015: 843).[176] Cardoso pondera que apesar da diversidade sul-africana, ainda havia grande dificuldade de convivência: "*óleo e água ainda não se misturam, de que persiste uma visão precavida dos brancos, sobretudo dos bôeres, de descendência holandesa, apesar disso tudo a presença marcante de Mandela e dessa liderança que esteve presa – que foi para o exílio,*

[175] Em registro sobre a visita do primeiro-ministro Li Peng a Brasília em 09 de novembro de 1996, Fernando Henrique Cardoso observa: "*Ele concorda com o meu ponto de vista de que é preciso haver uma multipolarização. (...) Na questão dos direitos humanos, defendi que a posição brasileira não era ofensiva à China, que não desejamos nos intrometer no jogo da China, que temos nossa dinâmica favorável aos direitos humanos por causa da nossa experiência autoritária. A certa altura ele insinuou que haveria a possibilidade de estarmos seguindo os americanos. Eu disse que não, que fazemos isso por nossa conta. (...) Os chineses estão vendo no Brasil um aliado distante e por isso mesmo sem problemas*" (2015: 821)

[176] Registra ainda discurso que fez na University of Witwatersrand sobre globalização e as opções dos países em desenvolvimento e o encontro que teve no Instituto Sul-Africano de Relações Internacionais da universidade (2015: p. 845)

*entrou na guerrilha, saiu da guerrilha, se revoltou em Soweto, promoveu a reconciliação – ajudou a consagrar o entendimento de que no mundo de hoje é preciso haver certa negociação para que se chegue à transigência. Só isso inaugura uma possibilidade de futuro para a África do Su*l" (2015: 846).[177]

Fernando Henrique Cardoso registra, em 27 de fevereiro de 1997, no segundo volume dos "*Diários da Presidência*" (1997-1998), suas impressões sobre as negociações da ALCA à luz da sua estratégia de inserção internacional: "precisaremos acelerar o Mercosul, as relações com a Europa, que o grande adversário efetivo nesse processo todo vão ser os Estados Unidos. Temos que desenvolver uma política de boa vizinhança e defesa intransigente dos nossos interesses, correr com a integração da América do Sul e o apoio da Europa. Não sei se vai dar certo, mas é o que corresponde ao interesse nacional. E precisamos deixar os americanos, por um lado, *sem o temor de que possamos fazer alguma coisa que os ponha em perigo*, até porque não temos força para tanto, e, por outro lado, *sem que imaginem que vão poder nos engolir, porque também não vão*. Afinal, *bem ou mal, a questão da ALCA é entre Estados Unidos e o Brasil. O resto é um pouco conversa*, com a condição de que desenvolvamos com a Argentina relações especiais". (CARDOSO, 2016: 110).[178] Acerca do aprofundamento das relações hemisféricas, Cardoso registra, em 26 de abril de 1997, a visita de Estado ao Canadá e seu interesse no aprofundamento do livre-comércio: "curiosamente os de Quebec mais ainda, não é à toa que o primeiro-ministro, que é *québécoise*, seja favorável ao Canadá unificado. Encaramos a proposta (...) com as reservas que o Luiz Felipe Lampreia me havia exposto. De qualquer maneira, é possível um entendimento com o Canadá, porque é um país que tem menos barreiras aos produtos brasileiros do que os Estados Unidos. *Mas é um perigo se isso for um mecanismo para acelerar a ALCA pela porta dos fundos*. Essa é a grande questão da nossa política comercial no mundo de hoje" (2016: 166).

[177] Em conversa com o chanceler Luiz Felipe Lampreia acerca do significado da presença brasileira no continente africado, Cardoso disse: "Não temos que ter uma posição de potência na África. (...) Os africanos não desejam isso, não querem interferência, eles querem prestigiar a Organização para a Unidade Africana, a OUA. Então é preciso que o Brasil consulte mais a África do Sul, porque hoje ela tem uma interlocução mais ampla na África. Não podemos nos arrogar uma noção sobre a África, pois não a temos (...) É curioso como já estamos quase no século XXI e a África continua no século XIX: exploradores estrangeiros, colonialistas, agora as empresas, lutas locais, tribos, o interesse pela matéria-prima, pelo ouro, pelo diamante. (...) A África vai ser um grande problema no século XXI" (Cardoso, 2015: 847-8)

[178] Cardoso prossegue: "A chave é um relacionamento estreito do Brasil com a Argentina, inclusive em certos momentos, se necessário, cedendo espaço econômico com a Argentina, para ela sentir que ganha com essa parceria, em vez de ficar se sentindo sempre aquele [parceiro], digamos, dependente do Brasil. Isso não é bom. Embora objetivamente possa ser assim, temos que dar mais uma chance à Argentina, para ela se sentir segura no Mercosul e não ficar tentada a ser engolida pelo Nafta" (Cardoso, 2016: 110).

Em 11 de março de 1997, o presidente registra jantar no Palácio da Alvorada com Jacques Chirac e a "*a alta cúpula da França, que veio com ele e com os nossos*, Roberto Marinho, [Walter] Moreira Salles, Olavo Setúbal. Enfim, *toda a elite que ainda fala francês, mais os intelectuais*, Jorge Amado, Giannoti, Luciano Martins, Lygia Fagundes Telles, Beatriz Segall, enfim, um jantar agradável, nada de especial. Na conversa comigo Chirac insistiu na necessidade de o *Brasil não ficar ilhado numa relação hemisférica com os Estados Unidos, parece que essa é a obsessão francesa*" (Cardoso, 2016: 119)

> No geral, todo mundo percebe que o nosso jogo é: relação com o Mercosul ou relação com os Estados Unidos? Para permitir avanços e dificultar a concretização do acordo de livre comércio. Chamei a atenção para a nossa falta de clareza sobre várias áreas do globo. Sabemos algo das Américas e mesmo assim não sabemos muito bem o que fazer sobre a América Central nem o Caribe. Sabemos [o que fazer] sobre a Europa e a União Europeia, mas e a Rússia? E, mais adiante, China, Índia? Até que ponto são parceiros estratégicos, como dizemos? Uma relação Brasil-China-Rússia-Índia tem mesmo sentido? Ou é mais retórica? Enfim, temos que separar o joio do trigo para ter uma ação mais eficaz, concentrar recurso naquilo que é possível fazer (CARDOSO, 2016: 136)

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) voltou a ser objeto das preocupações de Cardoso em registro de 24 de maio de 1997 nos "*Diários da Presidência*": "*ninguém nem fala em TNP mais, porque de fato 180 países assinaram o Tratado. Ele deixou de ser um tratado temporário, é um compromisso eterno, e o Brasil não está vocacionado para as questões [bélicas] da área nuclear, aliás proibidas pela Constituição*". Contudo, Cardoso retoma alguns argumentos realistas tradicionalmente evocados pela diplomacia brasileira desde a década de 1960 ao ponderar que o TNP possuía um aspecto discriminatório: "*ele fala apenas vagamente que as nações armadas atomicamente devem se desarmar. Na prática esses cinco países [que possuem armas nucleares] não são alcançados pelas cláusulas efetivas do acordo. No entanto, hoje só quatro ou cinco países não assinaram o acordo. (...) O fato é que são países que querem visivelmente fazer arma atômica, e o Brasil é o único [entre os que não assinaram] que não quer. Cuba também não quer. O Brasil é o único que, não querendo, com certeza, não assinou o Tratado*" (2016: 210). A nova doutrina de política externa e o impacto do reposicionamento da presença brasileira no mundo entre os militares foi objeto de registro do presidente em 22 de

agosto de 1997: "*É curioso como existe um pensamento nacional brasileiro muito... muito forte nas Forças Armadas, definindo ´nacional brasileiro´ uma coisa antiamericana, Mesmo entre os que parecem ser bastante democratas. Isso reflete uma realidade*". Para o presidente, afirmação do Brasil na região era um contraponto para os interesses dos Estados Unidos, "*e pode ser também uma dor de cabeça para eles, como se está vendo na questão da Alca e do Mercosul. Nós temos que seguir o nosso caminho, que não é de confrontação, mas de autonomia*". (2016: 297).[179]

Em **discurso na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**, em Nova York, em 23 de junho de 1997, Cardoso afirma que o Brasil reafirmava a sua posição de vanguarda na defesa de uma parceria global pelo desenvolvimento sustentável. Segundo Cardoso, o Brasil havia se reposicionado internacionalmente na Conferência Rio-92, impulsionando um espírito de cooperação e de concertação que precisava ser preservado. Nesse sentido, seria preciso "*fazer mais do que olhar com complacência para o passado. Temos que recolocar o desenvolvimento sustentável no primeiro plano das relações internacionais. Não para acusar. Não para intervir. Não para exercer hegemonia e poder, mas para cooperar. É preciso corrigir o desequilíbrio que se criou entre os avanços na agenda da liberdade política e econômica, de um lado, e na do desenvolvimento sustentável, de outro*". Para o presidente da República, a "*inconsistência no cumprimento dos compromissos de cooperação internacional ameaça o espírito da parceria forjado no Rio de Janeiro. Ficou mais fácil cobrar e acusar do que fazer. E o meio ambiente passou a ser utilizado como pretexto para práticas protecionistas, que minam as bases de um sistema econômico internacional aberto e não-discriminatório. Temos que reencontrar o ponto de equilíbrio alcançado na Conferência do Rio. Não é possível sacrificar os objetivos do desenvolvimento sustentável em nome de uma eficiência econômica*" (CARDOSO, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2010),

Cardoso registra o encontro que teve com o Papa João Paulo II no Rio de Janeiro, em outubro de 1997: "*minha conversa com ele foi bem diferente do que as pessoas imaginam. O papa falou basicamente sobre política internacional. A preocupação dele é a hegemonia*

[179] Sobre a reunião do Grupo do Rio, registrada em 24 de agosto de 1997. Cardoso observa: "sem muito significado, porque na verdade não existe quase nada que una esse conjunto de países. Quando se fala de Mercosul, existe algo concreto. Até a América do Sul. Mas agora com o México ligado ao Nafta, com a América Central mais as Antilhas, a ideia de América Latina e Caribe é uma ideia abstrata, sem muito sentido prático em termos de negociação. Tanto assim que os europeus, o Chirac, já registrei aqui, propôs um encontro Mercosul e União Europeia. Os mexicanos ficaram enciumados e propuseram que fosse esse Grupo do Rio com a União Europeia, depois toda a América Latina com a União Europeia. Assim vai se perdendo a possibilidade de se fazer uma agenda, isso passa a ser mera retórica. (2016: 299).

americana. Vê-se que tem uma visão na qual as questões nacionais pesam bastante. Não confia muito na unidade europeia em termos político-culturais. Acredita que cada nação europeia está enraizada não num sentimento nacionalista, segundo disse, mas na noção da sua diferença, q que vai continuar sendo assim. Pareceu-me uma visão polonesa do mundo europeu. Muito favorável a que nós, no Brasil, tenhamos uma posição ativa. Ele falava sempre dos Estados Unidos e da América do Sul como que dando ênfase à posição do Brasil na América do Sul, como contrapeso à política americana. A favor da China, a favor da Índia. Enfim, falou bastante do mundo depois da queda do Muro de Berlim, à qual se referiu, explicitamente como o fim do comunismo" (2016: 342).

Os preparativos para a visita do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ao Brasil, e os atritos entre autoridades brasileiras e norte-americanas acerca das exigências excessivas de segurança, que quase causaram um incidente diplomático, foram objeto de várias anotações nos "*Diários da Presidência*" em outubro de 1997: "*Estamos tratando a vista do Clinton com pruridos nacionais, esquecendo que a nossa luta é estratégica, de longo prazo. Temos que ver os interesses nacionais, temos que discutir com eles com firmeza para que não nos engulam na ALCA, mas esse tipo de atitude não ajuda, apenas vai mostrar irritação – o que aliás é compreensível, porque a atitude americana é mesmo insolente"*. Cardoso registra, diplomaticamente, em seus "Diários da Presidência", que "*certamente o Clinton não é sabedor disso*", mas que conversou com o chanceler Lampreia "*para que ele avisasse ao embaixador americano que as dificuldades estão aumentando*". A preocupação de Cardoso era com a volta do "*antiamericanismo*", que "*estava esmaecido*" no Brasil. Ao seu ver as controvérsias com o governo norte-americano não deveriam ser focadas nessa questão, mas nas negociações entre MERCOSUL e a ALCA.[180] Cardoso argumenta que estava "*manobrando de maneira competente, me parece, hábil, e levando a melhor*" (CARDOSO, 2016: 352-53).[181]

[180] No entanto, observa que "nosso sistema se move por alertas, por brados emitidos pela mídia; ela não é culpada, é o sistema todo. (...) Talvez sejam até grosseiros com o Clinton, desnecessariamente. A culpa de quem é? Dos americanos, porque eles são mestres em enfiar os pés pelas mãos em diplomacia" (CARDOSO, 2016: 352-53).

[181] Clinton registra suas impressões positivas acerca da visita ao Brasil em suas memórias, publicadas em 2004: "Brazil was a diferente story. There had been tensions between our two contries; many Brazilians had long resented the United States. Brazil was the leader of the Mercosur trading bloc, which also included Argentina, Paraguay, and Uruguay, and which had a larger volume of trade with Europe than the United States. On the other hand, the Brazilian presidente, Henrique Cardoso, was a modern, effective leader who anted a good partership with the United States and who understood that a stronger partnership with us would help him to modernize his country´s economiy, reduce it´s chronic poverty, and increase its influence in the world"(CLINTON, 2004: 766).

Em depoimento para esta pesquisa, Paulo Paiva, ex-ministro do Trabalho e do Planejamento, afirma que o Bill Clinton, um outsider no Partido Democrata, foi quem reposicionou a agremiação no centro do espectro ideológico.

> era um partido à esquerda, tem um dos seus pilares fundado no movimento sindical, na AFL-CIO, defensor do fechamento da economia, de interesses corporativos e com resistências ao processo de globalização. (...) Foi eleito com apoio de eleitores que tinha simpatia do Partido Republicano e construiu uma nova agenda que deu origem ao que é hoje a agenda do Partido Democrata, conhecida como Terceira Via. Ao invés de um corporativismo de esquerda, passou a defender temas que são hoje abarcados pela esquerda, como a questão ambiental, que tem implicações muito grande dentro dos EUA. É contra o uso de fontes de energia não-renovável, como o petróleo, e o uso de carvão, as bases da indústria americana. Além disso, é a favor das minorias, da integração e absorção de imigrantes, dos grupos LGBT" (PAIVA, 2017).

Em seu livro de memórias "*My Life*" (2004), Bill Clinton sustenta que sua viagem à América do Sul expressava a importância da América Latina na agenda internacional dos Estados Unidos, tanto em termos econômicos quanto políticos. Clinton afirma que respeitava e gostava de Cardoso desde sua primeira visita a Washington, em 1995: "I thought he was one of the most impressive leaders I had met. I wanted to affirm our mutual dedication to a closer economic partnership and to support his policies, speciallly those to sustain´s Brazil´s vast rain forest, which had been severely reduced by overclearing, and to improve education" (CLINTON, 2004: 766). Cardoso afirma que, em longo encontro reservado no Palácio da Alvorada, Clinton disse a ele "*que iria pensar se diria que o Mercosul não é incompatível com a Alca. Ele entende a nossa posição, o que me pareceu muito bom. Falou amplamente sobre a questão climática. (...) Eu pedi que ele dissesse em público o que me tinha tido sobre o Mercosul. Na entrevista à imprensa que realizou aqui no Palácio do Alvorada depois do breve almoço, ele realmente disse com clareza que apoiava o Mercosul e respeitava a posição do Brasil; falou muitas vezes da posição de liderança do Brasil"* (2016: 354).

Cardoso afirma ainda que trocou ideais com o presidente norte-americano sobre o Conselho de Segurança: "*Ele me perguntou como devia proceder nessa matéria. Eu disse que nós iríamos com cautela. Reiterei o que havia dito aos argentinos, que preferíamos a amizade deles a uma cadeira no Conselho de Segurança. Eu disse ao Clinton que marchamos para uma candidatura, que já temos o apoio do Chile, Venezuela, Peru, Uruguai, enfim, apoios crescentes, e que acreditamos que eles devem vir naturalmente, que seria ruim uma*

participação americana no sentido de eles nos outorgarem alguma coisa, não é o caso. Ele concorda com essa posição e disse ser contrário à posição argentina de rotatividade e favorável à nossa de haver uma só cadeira. Uma só cadeira, os argentinos leem Brasil". (2016: 355).

> Acho que houve uma espécie de balé bem articulado entre nós dois e que a opinião pública deve ter apreciado o modo como o tratei, com hospitalidade e, ao mesmo tempo, marcando nossas posições e nossos pontos centrais no que diz respeito à Alca e, portanto, à importância do Mercosul, nossos interesses, nossa visão social, e por aí fui (2016: 356)

Acerca da política internacional do meio ambiente, Cardoso registra nos "*Diários da Presidência*" que o país "*deixou de ser a vítima permanente de reclamações de todo o mundo por causa do meio ambiente e passou a cobrar uma atitude mais construtiva dos países industrializados*" (2016: 238). Acerca da assinatura do Protocolo de Kyoto, em dezembro de 1997, Cardoso observa em seus "*Diários da Presidência"* a importância da busca de "*um entendimento para o desenvolvimento limpo, no espírito de corresponsabilização*", ressalvando as desigualdades na responsabilidade de cada país e a necessidade de criação de mecanismos que creditassem os países desenvolvidos por investimentos em novas tecnologias e na redução de emissões em países em desenvolvimento, como o Brasil (2016: 421).

Sobre os crescentes atritos entre Estados Unidos e Iraque no Oriente Médio, Fernando Henrique Cardoso observa, em registro de 16 de fevereiro de 1998, que entendia as pressões norte-americanas, mas que a posição brasileira era manter-se no "*caminho diplomático*". Em conversa com o embaixador dos Estados Unidos no Palácio do Planalto, Cardoso perguntou-lhe "*Muito bem, vocês vão ganhar pela superioridade militar, vão destruir o país, mas e depois, o que acontece no dia seguinte?*". O presidente registra sua preocupação com uma possível invasão militar do Iraque, observando que "*eles vão causar um novo desastre internacional, por mais que sejam competentes em matéria de técnica militar; não creio que vão resolver grande coisa*" (2016: 494). Em gravação de 25 de fevereiro de 1998, Cardoso pontua: "*Persiste a crise do Iraque. O Chirac me telefonou para pedir apoio do Brasil à posição francesa de sustentação do Kofi Annnan, coisa que fizemos, conversei o tempo todo com o Luiz Felipe Lampreia e com o Gelson Fonseca, também falei com o Celso Amorim pelo telefone. Recebi, por fax, a cópia do acordo que o Annan fez com Bagdá na véspera de ser apresentado ao Conselho de Segurança; parece que houve avanços. Não sei qual vai ser a reação dos*

americanos, porque o Brasil sustenta a posição da França e do Koffi Annan. Enfim, parece que afastamos a possibilidade de uma guerra iminente no Iraque" (2016: 498).

Em depoimento para esta pesquisa, o diplomata Celso Amorim, então embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas, em Nova York, afirma que apesar "*da boa simbiose do Lampreia com o Fernando Henrique*" e das diferenças entre as posições do chanceler e do embaixador, *"essa ligação que ele fez para mim foi um dos momentos em que acho que estava preocupado que o Lampreia fosse, talvez - eu sou muito cauteloso - não se sabe se a imprensa pode ter distorcido o que o que o Lampreia disse. Eu ligava muito raramente para o Fernando Henrique, só umas duas ou três vezes. Muito raramente, em aniversário ou para cumprimentar por alguma coisa política. Mas o próprio Lampreia, para não se chatear com algum assunto, dizia: ´fala direto com o presidente´. Nesse caso, o Brasil estava no Conselho de Segurança. O Fernando Henrique me ligou. O que é interessante, porque o Lampreia estava em Brasília. Ele queria a minha opinião, por que não perguntou ao Lampreia? Ele queria saber como estava evoluindo. Acho que ele estava preocupado se haveria um ataque. Imagine, aquilo seria um ataque militar autorizado pela ONU*" (AMORIM, 2020). O então embaixador do Brasil no Conselho de Segurança da ONU completa:

> O Bill Richardson, depois candidato a presidente, veio ao Brasil e teve uma conversa com o Lampreia. O que transcendeu da conversa na imprensa dava a impressão que o Brasil poderia aceitar um ataque, caso autorizado pela ONU. Nunca um ataque unilateral, isso em momento algum. Nunca tive nenhuma divergência sobre isso. E o Fernando Henrique me ligou e eu percebi que ele estava preocupado com a hipótese de ter realmente um armado e qual seria a posição do Brasil. Então o que eu queria dizer é que ele tinha essas posições. Por exemplo, a questão do Conselho de Segurança, que era uma coisa que toda hora saía. Saia notinha. Aquilo era muito engraçado, porque toda vez que podia dar certo, o Lampreia achava ótimo, o Fernando Henrique...Quando aparecia que não ia dar certo, ele recuava. (...) Saía em jornal que Fernando Henrique falava que essa coisa do Conselho de Segurança era do Itamar e do Amorim (AMORIM, 2020).

Embora não buscasse um confronto direto com os Estados Unidos nos planos global e regional, a diplomacia cardosiana buscou ampliar a sua liberdade de ação em diversos temas. A estratégia de Cardoso era acercar-se de Bill Clinton, com quem tinha boa convivência

pessoal, sem colocar-se numa situação de subalternidade. Em junho de 1998, Fernando Henrique Cardoso registra a conversa que teve com Clinton em Camp David. Observa que Clinton achava que a China teria um papel "*integrador na Ásia, pacificador, fazendo comércio, abrindo-se para o mundo*". E relata que a preocupação dos chineses, o seu "*nightmare*", segundo relato de Clinton, era "*com a desagregação do país*". Nesse sentido, Cardoso observa que Clinton achava legítima essa preocupação dos chineses: "*Eles centralizam politicamente, ao mesmo tempo em que abrem a economia do país*" (2016: 604). Para Cardoso, Clinton reconhecia o papel do Brasil na América Latina e da liderança do presidente brasileiro: "*acha que somos três ou quatro líderes no mundo e que seria um desastre se o Brasil não percebesse isso e não me reelegesse, pelo que podemos desempenhar no mundo*" (2016: 604).[182]

A principal controvérsia com os norte-americanos, a recusa de não aderir ao regime de não-proliferação nuclear, havia sido eliminada. Em encontro com o secretário-geral da ONU Koffi Annan em Brasília, em 15 de julho de 1998, Fernando Henrique Cardoso registra que assinou, "*na frente dele, atos importantes para a entrada do Brasil no CTBT, que controla os mísseis, e também o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Fiz um discurso firme, ele gostou também*" (2016: 645). Com a eliminação de hipotecas da época do regime militar, Cardoso concentrou seus esforços diplomáticos no exercício de uma liderança moderadora na América do Sul.[183] Em registro de 1º de setembro de 1998, Cardoso registra suas impressões de uma forma mais aberta sobre a situação internacional:

> O Clinton está na Rússia falando com o Iéltsin e ao mesmo tempo às voltas com o caso sexual dele, e o Iéltsin, com sua bebedeira, com várias vodcas que dizem que ele toma. A Duma da Rússia recusa-se a nomear o primeiro-ministro, hoje mesmo insistiu em recusar. Falta liderança no mundo. Não

[182] Cardoso registra que Clinton "acha que devemos jogar juntos não só aqui, mas no Irã, por exemplo, no conflito Índia-Paquistão, enfim, quer uma parceria grande com a Europa, Estados Unidos e América do Sul, e na América do Su, com o Brasil. Repetindo essa questão de *greatness*, qual é o *nightmare* de cada país: a Rússia tem medo da invasão, da invasão napoleônica; os americanos, diz ele, não podem invadir a Rússia, nem vão, mas é preciso prestar atenção nas obsessões desses países" (2016: 604).

[183] Em agosto de 1998, Cardoso registra encontro com o presidente do Peru e com embaixadores brasileiros para tratar da mediação do conflito de fronteiras com o Equador: "E vai para cá, vai para lá, telefonema daqui, telefonema para todo lado, para Lima a toda hora, para acertar, foram horas e horas de um regateio grande. Achei o Fujimori meio passado, porque ele veio dizer que estava tudo resolvido. Entretanto, o chanceler dele (...), que é muito contra o acordo, suponho que como alguns militares, criou dificuldades até a última hora. Fujimori foi ficando numa posição difícil, porque ele não tinha autoridade para dizer: "Faça-se!". Foi graças à nossa pressão, da qual Fujimori se beneficiou, que conseguiu o acordo. Talvez por isso ele veio a Brasília. Acordo que não é de desmilitarização, mas que cria uma área sob observação da Momep, que são as forças sob comando do general brasileiro Plínio [Abreu] para separar os equatorianos dos peruanos" (2016: 670).

> posso falar muita coisa, porque vêm as eleições. Depois delas vou escolher um auditório para fazer alguma proposta mais construtiva (2016: 685)

A diplomacia cardosiana construiu a imagem do Brasil como uma liderança regional estabilizadora de crises. Cardoso registra a celebração do Acordo de Paz entre Peru e Equador em 26 de outubro de 1998: "*Hoje vêm a Brasília o rei e a rainha da Espanha, acompanhados de quatro ou cinco chefes de Estado da América do Sul, para assinarmos o acordo de paz entre Equador e Peru, um acontecimento histórico. No Brasil ninguém dá muita importância, mas na América Latina todos sabem que é histórico*". (2016: p. 739).[184] **Em discurso por ocasião da cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre o Equador e o Peru**, em 26 de outubro de 1998, Cardoso celebrou as conquistas "*do árduo, mas insubstituível exercício diplomático de promover a reconciliação e o desarmamento dos espíritos e, sobre essa base de confiança mútua, edificar um futuro melhor*". Para Cardoso, "*Peru e Equador demonstram a todo o mundo, hoje, que o que distingue a América do Sul é o fato de ser uma região de paz. É o fato de ser uma região que elege a diplomacia e o direito internacional como estilo para superar divergências, que escolhe a boa convivência como passaporte para a modernidade*" (BRASIL, 1998).[185]

Enquanto o presidente Cardoso colhia os frutos de um meticuloso trabalho de mediação diplomática liderado pelo Itamaraty, o mundo vivenciava um momento de instabilidade política em razão do acirramento das tensões no Oriente Médio. Em novembro de 1998, Cardoso afirma que recebeu informações do seu chanceler, Luiz Felipe Lampreia, via Madeleine Albright, de que os norte-americanos preparavam um ataque militar ao Iraque: "*querem que o Brasil tenha uma posição compreensiva. Andei vendo com o Lampreia o que isso significa*" Cardoso observa que "*nem o Kofi Annan, nem a China, nem a França, nem a Rússia estão dispostos a apoiar o Iraque. Da outra vez, o Brasil teve uma posição, digamos, moderada, junto com a França e com a Rússia. Agora parece que não há mais base para isso, porque Saddam Hussein não para de fazer besteira no Iraque e os americanos, mais cedo ou mais tarde, vão bombardear. Claro*

[184] Em registro de 29 de outubro de 1998, Cardoso acrescenta: "*Eu disse que na segunda-feira teríamos um encontro com os presidentes do Peru e do Equador, vieram também o do Chile, da Colômbia, da Bolívia, da Argentina, o rei e a rainha da Espanha. A cerimônia foi de manhã, no Itamaraty, algo realmente marcante, comovente. O discurso do presidente do Equador, Mahuad, me emocionou, porque o avô dele foi combatente contra o Peru e agora ele faz as pazes com o país. Eu assumi os riscos, o apoiei muito, eles disseram isso, e fizeram homenagens ao Brasil, à nossa ação pacificadora. Enfim, foi um dia grandioso. Depois vieram almoçar no Palácio da Alvorada*" (2016: p. 740)

[185]http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1998-1o-semestre/26-de-outubro-de-1998-discurso-por-ocasiao-da-cerimonia-de-assinatura-da-declaracao-de-paz-entre-o-equador-e-o-peru/view

que o Brasil não vai apoiar mandando tropas, mas também não pode ficar cego à violação da ordem internacional" (2016: 760). O diplomata Celso Amorim, então representante do Brasil em Nova York, deu um depoimento acerca desse episódio:

> Eu fui presidente do Conselho de Segurança em janeiro, teve o ataque da Raposa do Deserto em dezembro. Enfim, resumindo uma longa história, eu tive que coordenar uma solução, um encaminhamento formal para a questão do Iraque. O Conselho estava paralisado. Isso se deu, não foi só eu, outras pessoas sugeriram, diplomatas da Argentina. Fizemos o negócio de três comissões sobre o Iraque e eu fui encarregado de presidir essas três comissões. E elas geraram uma mudança, sobretudo a de desarmamento, na maneira de conduzir a questão. E eu acho que o Lampreia estava preocupado com a questão, porque ele não queria descontentar a Madeleine Albright. Teve um dia que ele me deu um telefonema e eu estava muito preocupado: "Ih, lá vem o Lampreia". E foi pior, porque ele disse assim: "A Madeleine Albright me ligou". Eu falei: "Ih, Cassilda!". Ela não era mais embaixadora. E não, estava me falando sobre Kosovo. Falei para mim mesmo: "Ah, deixa Kosovo prá lá, a agente não pode fazer tudo" (AMORIM, 2020).

Numa análise mais abrangente sobre a situação internacional no final de seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma em seus "*Diários da Presidência*", em dezembro de 1998, que o mundo da globalização e da paz que havia almejado no começo da década de 1990 havia desaparecido:

> Os americanos demonstram não estar preocupados com qualquer coisa que não seja a força, os ingleses se aliam incondicionalmente e o mundo assiste, estarrecido, ao bombardeio de Bagdá e à violação de princípios de ação legítima na área internacional. Para os realistas, como Kissinger, na verdade a força é a verdadeira lei da ordem internacional. O mais patético é que, nesse meio tempo, o Clinton enfrentou uma votação de impeachment no Congresso americano. (;;;) E o fato mais curioso é que, depois do impeachment, a popularidade do Clinton subiu seis pontos! Quer dizer, o mundo está numa situação extraordinariamente delicada. É uma espécie de Nova Roma, um mundo onde só existe um poder, mas já na fase de Nero, em que as catedrais, simbolicamente falando, estão pegando fogo, os próprios pilares da democracia americana (...). Comentei com Lampreia que, de repente, vamos

> voltar à ideia de que precisamos de uma força moral para botar ordem no mundo. Ele ponderou: "Pois é, como Wilson pensou depois da Primeira Guerra Mundial; e deu no que deu com a Liga das Nações. As Nações Unidas estão começando a se transformar um pouco em Liga das Nações" (2016: 805)

Finalizando o seu primeiro mandato na Presidência da República, Cardoso registra nos "*Diários da Presidência*" a "*dança de cadeiras no Itamaraty*" e a forma com que conduzia as relações com os Estados Unidos, com a escolha do novo embaixador do Brasil em Washington[186]: "*Nas relações entre Brasil e Estados Unidos hoje, o primeiro escalão trata comigo, com o Lampreia e com o Malan, nós temos muito acesso. Os embaixadores ficam um pouco na área mais técnica, sobretudo agora nos Estados Unidos*" (2016: 792). Cardoso registra ainda o almoço que teve com o novo presidente venezuelano, Hugo Chávez: "*veio com os melhores propósitos de ampliar o relacionamento entre Venezuela e Brasil. Ele tem muitas ilusões sobre o que pode ser feito na Venezuela, acha que vai convocar uma Constituinte, se não cederem ao que ele deseja. (...) Chávez já é um senhor, mas cheio de energia, um coronelão simpático*" (2016: 794). O que se percebe é que Cardoso encerrou o ano de 1998 com enormes problemas econômicos, advindos das crises externas e das dificuldades internas de modificar a política econômica, mas com credibilidade internacional, tanto nas relações com a região (América do Sul) quanto com os parceiros tradicionais do Brasil.

7.8. Conclusão

O Capítulo 7 analisou a produção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso entre o início de sua gestão no Ministério da Fazenda (1993), e o final de seu primeiro mandato na Presidência da República (1999). A visibilidade internacional auferida por Fernando Henrique Cardoso na Chancelaria foi um dos fatores que levaram Cardoso a ser escolhido para o Ministério da Fazenda, em março de 1993, cargo normalmente ocupado por economistas ou empresários, onde se tornou uma espécie de primeiro-ministro *de facto* do presidente Itamar Franco. Desde o final dos anos 1980 já se detectavam, em suas reflexões acadêmicas e manifestações políticas, a afiliação de seu pensamento a uma visão econômica

[186] Para Cardoso, o "Rubens [Barbosa] é um trabalhador incansável. Não tem o charme dos embaixadores do tipo do Paulo Tarso, ou do nosso embaixador em Paris, Marcos Azambuja, mas é um bom embaixador, um lutador, merece ir para Washington. Em Washington não basta ter o resplendor que se tem em Paris ou mesmo em Buenos Aires e na Inglaterra, onde o acesso é mais fácil. Washington é uma capital burocrática, o Azambuja morreria de tédio lá, mas o Rubens é um trabalhador que vai se entender bem com o segundo escalão do governo Clinton".

liberal matizado, um social-liberalismo de vertente europeia. Cardoso admitia as reformas econômicas e a abertura ao mundo, mas defendia a reestruturação do Estado para a ampliação das políticas de proteção social.

O descontrole inflacionário naquele período teve tão efeitos desagregadores sobre os agentes econômicos e sobre a sociedade brasileira que acabou favorecendo o apoio e a cooperação dos atores sociais e políticos para tolerar os custos e os riscos de uma reforma econômica estrutural, na esperança de mais estabilidade e de mais crescimento no futuro. Capitalizado pelo êxito na implementação do Plano Real, Fernando Henrique ganhou visibilidade e se tornou o candidato natural para a sucessão de Itamar Franco, em 1994. Com o suporte da coalizão governista e o efeito político-eleitoral da estabilização da moeda, venceu as eleições presidenciais no primeiro turno com uma plataforma reformista. A reestruturação econômica, a reforma do Estado e o reposicionamento internacional do Brasil foram as espinhas dorsais da agenda governamental de Cardoso.

Valendo-se das ideias cardosianas acerca do desenvolvimento associado-dependente e da globalização, expostas em artigos, entrevistas e discursos, bem como da sua experiência prévia como chanceler do governo Franco, sua estratégia de política externa no primeiro mandato se traduziu em uma narrativa própria acerca do papel do Brasil no mundo. Nesse sentido, percebe-se no pensamento internacionalista de Cardoso a defesa da vertente universalista da política externa brasileira, ampliando a presença em diversas regiões do mundo, com uma diplomacia de "*autonomia pela participação*" em regimes, normas e fóruns multilaterais (comércio, desarmamento, meio ambiente e direitos humanos), reforçando a legitimidade do país no plano externo.

Os objetivos de Cardoso como comandante-em-chefe da diplomacia brasileira eram múltiplos: reforçar a credibilidade do programa de estabilização econômica para a atração de insumos (investimentos, tecnologias, parcerias) e para a conquista de novos mercados; reduzir os atritos na relação com os Estados Unidos no campo econômico, político e militar e maximizar os ganhos de um relacionamento bilateral construtivo e colaborativo; renovar as demandas por uma democratização da ordem internacional e de maior participação dos países em desenvolvimento nas instituições multilaterais; fortalecer o projeto de integração sul-americana, centrando esforços no relacionamento bilateral com a Argentina e com os outros membros, e no reforço institucional e político do MERCOSUL (além da tentativa de atrair o Chile); solidificar as relações do Brasil com os seus parceiros comerciais tradicionais na Europa, América do Norte e Ásia, abrindo novas frentes de expansão.

O período de quase seis anos entre a saída da Chancelaria e a reeleição presidencial corresponde ao auge da projeção política e internacional do sociólogo e político Fernando Henrique Cardoso. As reflexões de Cardoso revelam a necessidade de o Brasil se adaptar à globalização, mas sem abrir mão da sua autonomia em política externa. A defesa do reposicionamento do Brasil no mundo ocorreu tanto no plano teórico quanto no terreno prático, com uma intensa diplomacia presidencial e a inserção de Cardoso em múltiplas arenas de debate acadêmico, reverberando o seu discurso. Os críticos ressaltam que a abertura econômica se realizou às custas de uma política cambial insustentável no longo prazo, aumentando a vulnerabilidade externa.

Em síntese, como se pode perceber na narrativa de Fernando Henrique Cardoso em seus artigos, discursos entrevistas e registros nos "*Diários da Presidência*" a diplomacia presidencial fortaleceu a presença brasileira nas regiões que se abriam à globalização. A adesão ao "*mainstream*" internacional nos campos econômico, político, militar, tecnológico e ambiental incrementou o *soft power* nacional, com o reforço da credibilidade das políticas públicas internas e da política externa. De acordo com Celso Lafer, a palavra presidencial, "a *vis atractiva da sua capacidade de explicar e persuadir para promover mudanças*", representava "*uma aposta do intelectual na razão, (...) temperado com o paciente senso da realidade e lastreado nas realizações concretas de seu governo*" (LAFER, 2010: 82).

CAPÍTULO 8 – O CHOQUE DE REALISMO: O PENSAMENTO INTERNACIONALISTA NO SEGUNDO MANDATO (1999-2002)

"Na política estamos sempre no limite entre a civilização, a ruptura, a infâmia, a convergência. É nesse mar encapelado que tenho que levar o Brasil para diante"

Fernando Henrique Cardoso, *Diários da Presidência*

O presente capítulo busca compreender como se deu a produção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso entre 1999 e 2002, período correspondente ao segundo mandato na Presidência da República. Como o contexto interno e internacional impactaram na produção do pensamento internacional cardosiano na transição do século XX para o século XXI? Conforme se procurará demonstrar, o pensamento de Cardoso nesse período, ancorado em suas ideias e experiências pretéritas, vislumbrava as vantagens de associação do Brasil aos principais circuitos econômicos, comerciais e políticos globais, sem abrir mão de uma visão própria sobre como essa integração deveria ser realizada. Cardoso buscava compatibilizar a sua crença nas vantagens economia de mercado com a necessidade de políticas progressistas no campo social. A associação de Cardoso ao movimento da Governança Progressista (Terceira Via) promoveu a sua aproximação a um grupo de lideranças que buscaram atualizar a ideia de socialdemocracia, projetando-a como um valor para a organização de uma nova ordem internacional cosmopolita e de políticas públicas capazes de promover avanços econômicos e sociais. O recorte temporal escolhido se deve à densidade histórica do quadriênio, com a ocorrência de crises internacionais e domésticas que impactaram decisivamente as visões de mundo do intelectual e político Cardoso: no plano externo, a crise argentina, a derrota dos democratas nos Estados Unidos, o fortalecimento do projeto europeu, os ataques terroristas de 11 de setembro, o unilateralismo da política externa norte-americana, o enfraquecimento do MERCOSUL, a aposta na integração política da América do Sul e a ascensão da China; no plano interno, a reformulação da política macroeconômica, as crises econômica e energética, o declínio da coalizão liderada por seu partido e a vitória da candidatura oposicionista nas eleições de 2002. Retomando a ideia central de "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*" (1969), que ressaltava o papel central da política como

instrumento de escolha dos caminhos de cada país na sua inserção no mundo, Cardoso entendia que o Brasil deveria readaptar a sua política externa para a promoção dos seus interesses em um quadro interno e externo de mudanças aceleradas.

8.1. A adesão à Terceira Via ou Governança Progressiva

O pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso, no final do século XX, se ancora em sua aproximação com as ideias e com as lideranças do movimento da Terceira Via. Em sua obra "*Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*" (1994), o filósofo Norberto Bobbio define a Terceira Via como uma posição distinta do centro, entre a direita e a esquerda: "*pretende ir além de uma e de outra*". A Terceira Via, na acepção de Bobbio, não busca uma posição intermediária ou de compromisso entre os dois polos, mas "*como uma superação simultânea de um e de outro, e portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles*". Bobbio afirma que o liberal-socialismo representa um tipo de Terceira Via, como reação das esquerdas à crise do socialismo real e ao esgarçamento das socialdemocracias europeias. A combinação de características de sistemas políticos e econômicos até então considerados incompatíveis e antitéticos, segundo o jurisfilósofo italiano, buscava a solução de novos problemas coletivos que demandavam soluções dentro do sistema político (BOBBIO, 1994: 56-57).

Os partidos socialdemocratas europeus e norte-americanos buscaram se adaptar às grandes transformações internacionais incorporando em suas narrativas a ideia da busca de uma Terceira Via entre o capitalismo e o socialismo. No cerne dessa ideia, estava a necessidade de combinar os dois sistemas: a eficiência da economia de mercado e um sistema de proteção social capaz ampliar as oportunidades e amortecer as desigualdades. Em "*A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*" (1999), o sociólogo britânico Anthony Giddens afirma que o conceito, no Reino Unido, se reportava às políticas de renovação programática do Labour Party conduzidas por Tony Blair. O *New Labour*, por sua vez, inspirou-se na retórica, nas diretrizes e plataforma política de *aggiornamento* do Partido Democrata do governo Bill Clinton, do outro lado do Atlântico. Giddens afirma, contudo, que a inspiração intelectual e política também veio da socialdemocracia escandinava, num processo de atualização da esquerda britânica e europeia aos novos ventos pós-Guerra Fria.

Diante das derrotas eleitorais dos trabalhistas britânicos nas quase duas décadas de governos conservadores no poder (1979-1997), um grupo mais centrista dentro do partido

buscou combater ideias tradicionais da esquerda britânica: forte presença do Estado na vida econômica e social, coletivismo e políticas macroeconômicas keynesianas. Seu alvo eram também os excessos das políticas neoliberais do Thatcherismo, com a defesa de um governo mínimo, do fundamentalismo de mercado e do conservadorismo moral. O debate acerca de uma via intermediária entre o individualismo de mercado e o coletivismo socialista foi o principal mote da campanha de Tony Blair nas eleições gerais de 1997, levando o Partido Trabalhista novamente ao poder (GIDDENS, 1998: 20-22)

Anthony Giddens defendia que o cerne do debate sobre a Terceira Via é a adaptação às grandes revoluções dos anos 1990: a globalização econômica, a transformação da vida pessoal, as inovações científico-tecnológicas e a valorização do meio ambiente. Buscava-se um reposicionamento da relação entre Estado e Sociedade, com a redistribuição de direitos e de obrigações: deveria haver proteção aos mais vulneráveis, com o equilíbrio entre a concessão de direitos e a cobrança de contrapartidas. A globalização deveria ser enfrentada com uma atitude positiva, sem endosso ao radicalismo de livre-mercado e às políticas protecionistas. A eficiência do mercado, na visão de Giddens, deveria ser o motor do desenvolvimento econômico, tendo como contrapartida uma forte ênfase no envolvimento comunitário, na participação política e na justiça social. A proposta da Terceira Via propugnava, portanto, a necessidade de compatibilizar a coesão social e o fortalecimento da democracia com os avanços tecnológico e com as preocupações ambientais (GIDDENS, 1999: 75-78).

A visão de Giddens contemplava a descentralização, a transparência, a eficiência e a participação dos cidadãos nos assuntos de governo. Numa radicalização da plataforma democrática tradicional dos partidos de centro-esquerda, governo e sociedade civil deveriam agir em parceria, incentivando as iniciativas locais, o terceiro setor, as associações voluntárias e os valores democráticos (GIDDENS, 1999: 80-89). As políticas públicas de educação, saúde, segurança pública e meio ambiente eram arenas onde se poderia experimentar esse novo modelo de governança. No plano familiar, rompendo com o conservadorismo, radicaliza-se a ideia de igualdade emocional e sexual, com direitos e responsabilidades compartilhados, autoridade negociada sobre os filhos, obrigações dos filhos para com os pais e integração social na comunidade (GIDDENS, 1999: 105).

No plano internacional, o projeto dos defensores da Terceira Via era buscar um novo papel para o Estado-nação. Reconheciam o papel dos Estados como entes políticos estabilizadores, mas reforçavam a importância de contê-los dentro dos parâmetros do Direito e da Democracia: "*uma versão mais cosmopolita de nacionalidade*". Nesse sentido, a identidade

nacional só poderia ser uma influência positiva se não fosse excludente e xenófoba, aceitando-se a ambivalência e a afiliação a múltiplas realidades, nacionais e supranacionais. Dessa forma, as identidades deveriam ser concebidas não mais em oposição a outras, mas em colaboração com outras. Num mundo cosmopolita idealizado pela Terceira Via, as identidades nacionais eram permeáveis a influências multiculturais, com a aceitação da diversidade, do pluralismo e da integração. Numa sociedade civil global, as teses realistas da Guerra Fria seriam substituídas por uma utopia pacifista e democrática, baseada na crescente interconexão e interdependência entre as nações, afastando-se da guerra (GIDDENS, 1999: 141-154).

Em linhas gerais, a Terceira Via tinha um projeto de reorganização do mundo à imagem da socialdemocracia europeia. O colapso do socialismo real e a aceleração da globalização, bem como os experimentos políticos neoliberais da década de 1980, levaram os partidos de orientação socialdemocrata, nos Estados Unidos e na Europa, a mudar seu curso de ação, rompendo com as teses tradicionais da denominada "*velha esquerda*". As eleições de Bill Clinton (Estados Unidos), Win Kok (Holanda), Lionel Jospin (França), Romano Prodi e Massimo D'Alema (Itália), Gerhard Schröder (Alemanha) e Antonio Guterres (Portugal) trouxeram ao poder lideranças, partidos e coalizões que comungavam com essas ideias. As ideias da Terceira Via também influenciaram os partidos de orientação social-democrática na América Latina, especialmente no Brasil e no Chile.

Em "*A social democracia no Brasil e no Mundo*" (1997), o cientista político Timothy Power afirma que a condução de reformas econômicas liberais por parte de governos de orientação socialdemocrata, na esteira da globalização, levou à crise de identidade dos respectivos partidos. Power ressalta que os partidos socialdemocratas europeus já vinham modificando a sua base política ao longo da segunda metade do século XX, em função da ampliação das classes médias e da transformação dessas legendas em partidos *catch-all*, voltados não mais a um setor do eleitorado (trabalhadores), mas a todas as classes sociais. No caso brasileiro, o PSDB não construiu uma base sindical, perdeu a oportunidade de construir uma rede de lealdades com setores da base e sofreu derrotas eleitorais importantes entre 1988 e 1992. Ou seja, o partido nasceu em uma época na qual as possibilidades de construção de um partido socialdemocrata nos moldes europeus eram pequenas e "*acabou pulando diretamente para a era da globalização*" (POWER, 1997:24).

Nesse sentido, a ideia de que o partido defenderia, no governo Fernando Henrique Cardoso, simultaneamente, as privatizações e a justiça social, plataformas incompatíveis para as clivagens ideológicas brasileiras vigentes até a década de 1990, era difícil de ser

compreendida sem o conhecimento das suas motivações: "*a oposição é muito clara sobre aquilo a que se opõe, mas o PSDB é pouco claro sobre aquilo que defende*" (POWER, 1997: 35). E sua conferência, Power defende que o PSDB, então no poder, deveria aprender com a experiência do *New Labour* britânico, com a defesa mais clara e nítida da conexão entre as reformas de Estado, a modernização econômica e a renovação dos valores da socialdemocracia. Apesar de adotar políticas econômicas associadas a governos de direita, sugere que o PSDB deveria reforçar a sua identidade de centro-esquerda, sem deixar-se engolir pela direita (POWER, 1997: 39-40).

Fernando Henrique Cardoso manteve estreio contato com as ideias reformistas dos partidos socialdemocratas europeus desde a década de 1980. Em "*O novo socialismo francês e a América Latina*" (1982), Cardoso já debatia as possibilidades e limites de transformação das sociedades europeias com a vitória de governos socialistas na França (Mitterrand), Espanha (González) e Portugal (Soares). Em seus artigos e manifestações posteriores, especialmente no artigo "*Desafios da Social-Democracia na América Latina*" (1990), Cardoso discute como era possível compatibilizar as ideias socialdemocratas em um contexto regional marcado pela redemocratização política, pela estabilização econômica e pela abertura comercial. Esse é o cerne do seu pensamento internacionalista ao longo da década de 1990: tornar a integração do Brasil ao mundo um instrumento de maximização das oportunidades de desenvolvimento interno e de participação externa, nos planos regional e global. Os discursos de posse no Itamaraty (1992), de despedida do Senado (1994), da primeira posse na Presidência da República (1995), na Assembleia-Geral das Nações Unidas (1995), no *Colegio de Mexico* (1996), no Dia do Diplomata (1997 e 1998) e na segunda posse na Presidência da República (1999) reproduzem e reforçam essas mesmas ideias: Cardoso vislumbrava a globalização como uma oportunidade de reorientação política interna e reposicionamento do Brasil no mundo, aproximando-se de outras lideranças que buscavam o mesmo caminho. Em entrevista para esta pesquisa, Rubens Ricupero afirma que o pensamento de Cardoso

> é um reflexo moderado dessas coisas, porque ele teve, a meu ver, a sabedoria de adaptar essas tendências mundiais às realidades e às limitações do Brasil. Você veja, por exemplo, das três grandes reformas propugnadas pelo Consenso de Washington, que são: a privatização, a abertura da economia e a desregulamentação, ele só se distinguiu na primeira. A privatização é a marca do governo Fernando Henrique. Não chegou ao final, é claro. Teve coisas que não foram privatizadas. Mas em abertura comercial veio até recurso por causa

> daquela política do regime automobilístico. Sabe que a média de tarifas aumentou em relação ao Collor, não? E a desburocratização, como você sabe, não avançou muito porque no nosso caso, teria que ter sido uma mudança muito grande em matéria, por exemplo, de reforma tributária, que não houve. Então, na verdade, ele aplicou um liberalismo moderado com muitas exceções por causa da realidade brasileira (RICUPERO, 2019).

Nesse sentido, o pensamento cardosiano combinava "*liberalismo político com uma consciência social, dentro de um regime basicamente de livre mercado e aproveitando as oportunidades que a globalização podia oferecer. Mas sem um choque interno muito grande*" (RICUPERO, 2019). Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro da Administração e Reforma do Estado e um dos intelectuais brasileiros engajados no debate sobre a Terceira Via, defende, em seu artigo "*O Socialismo Liberal de Rosselini*" (1997), que os problemas para a reorganização da socialdemocracia não podem ser dissociados da crise do socialismo real e da própria esquerda no final do século XX. O economista sustentava que o projeto de transformação social de uma esquerda moderna deveria compatibilizar-se com um projeto liberal e democrático, tanto no campo político quanto no econômico, com um Estado capaz de assegurar direitos sociais, com educação. O capitalismo e o socialismo poderiam ser compatibilizados com o liberalismo e com a democracia (BRESSER PEREIRA, 1997: 12).

Os primeiros registros de Cardoso sobre o tema da Terceira Via nos "*Diários da Presidência*" se deram em março de 1998, ao comentar o encontro que teve com o primeiro-ministro italiano Romano Prodi: "*ele chamou minha atenção para a ideia do Tony Blair de criar um grupo de centro-esquerda que incluirá o Clinton, ele, Prodi, a mim, e, quem sabe, outros mais. Prodi acha que eu e ele devemos ficar mais atentos, que só devemos entrar nisso se for para sermos também protagonistas de primeira linha. Se não, vai ser uma coisa anglo-saxã, sem maior enraizamento no mundo latino, na América Latina*" (CARDOSO, 2016: 503). A problemática econômica e social prevalecente no Brasil e na América do Sul, na visão de Cardoso, não era tão distante do debate em curso nos Estados Unidos e na Europa: "*o Cone Sul é o Ocidente longínquo, distante: o Extremo Oeste, hoje, somos nós. Ocidentais distantes, mas ocidentais*" (2016: 548).[187]

[187] Em registro de 18 de abril de 1998, Cardoso faz observações sobre conversa que teve com a primeira-dama dos Estados Unidos, Hillary Clinton, acerca do movimento da Terceira Via: "*Ela está por dentro de tudo, mencionou a necessidade de estabelecermos relações mais próximas entre os que se entendem nessa área, eu citei não só o Giddens, mas o Prodi e o Guterres, de Portugal" Cardoso afirma que Hillary Clinton "ficou muito entusiasmada, contou ao Clinton nossa conversa anterior e o Clinton se entusiasmou mais ainda. (...) Mencionei no discurso feito na cúpula a noção de um novo centro político e que Giddens está propiciando condições [intelectuais] para*

Nos "*Diários da Presidência*" Cardoso afirma que havia recebido o convite oficial para comparecer ao primeiro encontro de Cúpula da Terceira Via, em novembro de 1999, em Florença: "*uma coisa prestigiosa, irei, naturalmente. Vê-se que há um empenho grande do Bill Clinton em promover a situação do Brasil, a minha em particular. Isso é positivo, sei que houve alguma resistência de outros líderes, que não queriam misturar latino-americanos, por causa de outros convites que teriam que fazer na Europa. Mas finalmente venceu a posição americana de que participasse ativamente do encontro, e para lá irei*" (2017: 342). Em suas observações sobre o primeiro encontro das lideranças da Terceira Via, em 22 de novembro de 1999, Cardoso afirma que "*mesmo a coexistência de uma economia de mercado com uma sociedade que não é de mercado coloca a questão do poder político".* Dessa forma, havia um déficit de governança mundial e os países deveriam buscar novas formas de coordenação para a defesa dos interesses comuns de suas sociedades. Cardoso entendia que o Brasil deveria seguir o mesmo caminho dos europeus: *"retomar o crescimento, controlar a inflação e, ao mesmo tempo, política social. É muito difícil, porque ao mesmo tempo precisamos reformar o Estado*" (2017: 382). E destaca a ousadia e o ineditismo de uma cúpula na qual os líderes socialdemocratas presentes puderam falar, com desembaraço, para um grande público de intelectuais e de jornalistas (CARDOSO, 2017: 383).

Nas intervenções de Fernando Henrique Cardoso na I Cúpula da Governança Progressista, percebe-se o intento de inserir as transformações econômicas em curso no Brasil em um contexto mais amplo de modernização da socialdemocracia em âmbito mundial. Na sessão "*A nova economia: igualdade e oportunidade*", Cardoso pontuou que eram muitas as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento para resolver questões que já foram resolvidas pelas nações industrializadas. Cardoso tratou da questão da globalização e da exigência de regras para a inserção das economias nacionais no mundo: controle da inflação, busca da eficiência e controle dos gastos e do endividamento público. Outra questão que abordou foi a necessidade de reformar o Estado, tornando-o mais transparente, descentralizado e participativo. As dificuldades de reformar o Estado se deviam ao enraizamento de interesses de grupo dominantes que bloqueavam o rompimento da inércia, o combate ao patrimonialismo e a conciliação das dificuldades de governo com as demandas da sociedade.

Ao comentar o tema da nova arquitetura financeira internacional, Cardoso afirmou que as crises econômicas vivenciadas pelas nações em desenvolvimento, como o Brasil, drenavam

que esse centro seja dinâmico e avance nessa direção. (...)É bom ver que existe uma família político-ideológica nova, que contém desde Prodi, Tony Blair, Clinton até um brasileiro como eu" (CARDOSO, 2016: 550-51).

as expectativas dos agentes econômico e as energias dos governos. E fez um longo relato aos líderes presentes acerca das dificuldades de enfrentamento das crises do México, Tigres Asiáticos e Rússia, entre 1995 e 1997, e seus impactos na economia e na política. Para lidar com a crise de confiança externa, os governos aumentavam das taxas de juros. O resultado era a imediata redução da demanda interna e das taxas de crescimentos. Ajustes recessivos aumentavam, portanto, as pressões políticas e a insatisfação social. Dessa forma, defendeu a necessidade de maior regulamentação da ordem internacional e do fluxo de capitais, com taxação dos capitais voláteis. Cardoso saudou a criação do G-20, por iniciativa do presidente Bill Clinton, incluindo os países ricos e emergentes em um grande foro global para a definição de mecanismo de prevenção de crises e de busca de transparência nas relações econômicas internacionais (CARDOSO, 1999c).

Na sessão "*As democracias no século XXI: valores, direitos e responsabilidades*", Fernando Henrique Cardoso ressalta a necessidade de correção do déficit de governabilidade nos grandes órgãos internacionais, ao seu ver, que representavam o poder mundial após a Segunda Guerra Mundial, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ausência de representatividade desses órgãos dificultava a resolução de crises internacionais, como as de Kosovo e do Timor Leste. Com o aumento da "base de legitimidade, ampliando-se a participação, haverá uma responsabilidade compartilhada e será possível reduzirmos o déficit de governabilidade no nível mundial". Por fim, Cardoso afirma que o século XX "*foi um século de conflitos, de guerras, mas também foi um século de grandes realizações*":

> Eu tenho dito que nós estamos no limite, como disse o Presidente Clinton, de um novo renascimento. Nada melhor para discutirmos esse novo renascimento do que estarmos aqui em Florença, neste salão magnífico que é uma criação do Renascimento. No final de cada grande conflito que nós presenciamos neste século, não faltou uma visão nova do mundo, alguma ideia generosa. Depois da Primeira Grande Guerra, o Presidente Wilson propôs a Sociedade das Nações para garantir a paz. Depois da Segunda Guerra, Keynes e outros mais propuseram mecanismos para regulamentar os fluxos de comércio e de moedas, de tal maneira que não houvesse crises. Bretton Woods consagrou essas ideias. Mais tarde, Jean Monnet sonhou com a Europa unida. E a essas

> visões e a esses sonhos sempre seguiram instituições novas, instituições que se aperfeiçoam.[188]

A reunião de Florença em novembro de 1999 demarca uma forte aproximação do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso com as ideias principal ideólogo da Terceira Via, Anthony Giddens. Cardoso cita, em seu discurso de conclusão na cúpula, que a "*democratização da democracia*" dentro das nações, expressão do sociólogo britânico, também estava interligada ao aumento da representatividade da ordem internacional e da igualdade de oportunidades entre as nações. A Rodada do Milênio da OMC, segundo o presidente, tornaria possível ampliar o debate sobre os limites do radicalismo do livre-mercado e das formas de lidar com as crises financeiras. Cardoso também evoca a expressão "utopia realista", também da acunha de Giddens, para traduzir uma "*visão progressista*" do mundo: "*acredito que temos que utilizar as ideias reformadoras do mundo como uma força moral, como uma força intelectual para que possamos propagar essas ideias e transformá-las em instituições e em práticas*" (CARDOSO, 1999c). Em síntese, a Cúpula de Florença demarca o encontro das ideias socialdemocratas e globalistas de Cardoso com o pensamento de outros líderes, como Clinton, Blair, Jospin e Schroeder. Em depoimento para a pesquisa, o então embaixador do governo Cardoso em Genebra, Celso Amorim, afirma

> Eu acho que o Fernando Henrique se identificava um pouco com essa Terceira Via na concepção do Blair e do Peter Mandelson, que eu conheci bem. O formulador intelectual era o Giddens. Aliás, a autobiografia do Mandelson se chama "*The Third Man*". Um trocadilho com o filme e com o fato de que, no final do governo Blair, ele é chamado e é o número três. Ele teve que ser nomeado para a Câmara dos Lordes para ser ministro. Não me lembro do quê. Mas era o número três da hierarquia do governo *Labour*. E quando o Lula chega, o Mandelson é que operava isso e convida o Lula para ir. Mas eu acho que sim, ele se identificava e se sentia bem nessas situações. Acho que ele gostava (AMORIM, 2020)

No entanto, a Terceira Via foi muito criticada no campo político da esquerda. Em seu ensaio "*Desmistificando a globalização*", incluído na obra "*Social-Democracia e*

[188] Íntegra do discurso: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/63.pdf/@@download/file/63.pdf

Desglobalização" (2000), escrita em parceria com o brasileiro Cândido Mendes, o sociólogo francês Alain Touraine, um dos principais responsáveis pela renovação do pensamento e pela internacionalização da carreira acadêmica de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1950 e 1960, afirma que a política da Terceira Via era uma fórmula de centro-direita elaborada por políticos de centro-esquerda:

> É muito melhor que nada. Há esforços de homens e mulheres de centro-esquerda, sobretudo na França, mas também na Itália, no sentido da afirmação da vontade da reiteração. Isso depende da capacidade dos novos atores culturais. Os atores representam atores autônomos. A política da direita fala, bem ou mal, em nome da lógica, em nome da necessidade, em nome da História, mas não em nome dos atores. Assim, hoje é prioritário a reconstrução dos atores, é necessária uma vontade de centro-esquerda para reconstruir fórmulas de integração, que serão consideradas de centro-direita ou de centro-esquerda (TOURAINE E MENDES, 2000: 36).

Em "*Identidade nacional e globalização: a terceira via*" (2002), o sociólogo alemão Heinz Dietrich afirma que o movimento da Governança Progressiva era uma "*criação ideológica capitalista*" empregada pelos partidos e governos de centro-esquerda, na Europa e América Latina, "*uma referência ao marketing de um regime político de índole pragmática*". O modelo da Terceira Via mesclaria elementos do "*neoliberalismo ortodoxo*" e das ideias de centro-esquerda do Partido Democrata dos Estados Unidos e dos socialdemocratas europeus. O experimento político do governo Clinton, entre 1993 e 2001, "*aperfeiçoou tal mestiçagem da Realpolitik ao assimilar determinadas posições políticas de seus rivais conservadores, modificando-as ligeiramente para dar-lhes um certo atrativo para as maiorias e apresentar este híbrido como sua política de terceiro caminho, supostamente tão distante do fundamentalismo dos conservadores neoliberais como do radicalismo dos liberais* [progressistas]" (DIETRICH, 2002: 69).

O autor critica o livro e as ideias de Anthony Giddens, diretor da London School of Economics, considerando-as teoricamente inconsistentes, manipuladoras e simplistas. Giddens e seu discípulo, Tony Blair, teriam buscado, na visão de Dietrich, "*preencher um vazio ideológico global criado pela erosão do Neoliberalismo ortodoxo*", buscando emular a campanha de promoção dos direitos humanos do governo Jimmy Carter (1977-1981) após a derrota na Guerra do Vietnã: "*Carter não tinha intenção alguma de comprometer os interesses*

reais da política exterior estadunidense em benefício de uma autêntica campanha de direitos humanos na sociedade global; mas o paradigma lhe servia para pressionar e fomentar seletivamente os interesses nacionais do império em um período de enorme debilidade hegemônica". Nesse sentido, conclui, os governos Clinton e Blair buscaram promover "*uma pax liberal*", legitimadora da influência desses líderes sobre a política internacional nos anos 1990 (DIETRICH, 2002: 75).

Em abril de 2000, Cardoso registra encontro com Luiz Carlos Bresser-Pereira, seu principal articulador e representante no movimento da Terceira Via: "*Bresser trouxe um documento que achei bom. Ele é sempre uma pessoa de ânimo forte, disposto, um bom amigo"* (CARDOSO, 2017: 523). Os dois encontros seguintes da Terceira Via, em 2000 e 2002, no entanto, não tiveram o mesmo impacto no primeiro, em 1999. Fernando Henrique Cardoso registra, nos "*Diários da Presidência"*, o seu entusiasmo com a viagem para participar da segunda cúpula da Governança Progressista, em Berlim, em junho de 2000 (CARDOSO, 2017: 575). Os debates entre os intelectuais trataram, basicamente, da sociedade civil e da nova ordem econômica, com destaque dado por Cardoso às intervenções de Pierre Rosanvallon (França) e de Giuliano Amato (Itália). O encontro de Berlim já mostrava, no entanto, um enfraquecimento do movimento progressista e a ausência de um propósito claro para estes encontros. Cardoso registra que Clinton, "*querendo dar uma solução mais prática às nossas reuniões, tratando basicamente do combate à AIDS e da mudança de clima, de maneira assim mais global, uma posição, portanto, bastante aberta. E aceitou uma sugestão boa do Guterres, de que o G-7, quando se reunisse agora no final do ano no Japão, retomasse explicitamente os temas que tínhamos levantado na reunião de Berlim"* (CARDOSO, 2017: 576).

Em registro de 08 de abril de 2001, Cardoso compara as suas ideias com a do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin: o líder francês "*muito afinado com o que estamos fazendo aqui, tem a mesma linha, as diferenças são de meio cultural e político. Nós nos movemos em um meio muito mais tosco que o meio cultural e político francês. E, naturalmente, a diferença da riqueza dos países é grande*". Cardoso afirma que retornou à sua ideia inicial de que no Brasil "*não existe direita, que direita existe no Chile, na França e, vimos agora, que também nos Estados Unidos. No Brasil é essa confusão, essa coisa malemolente que penetra em todos os partidos*" (2019: 138). Nesse sentido, Cardoso admite que não conseguiria avançar além dos limites da realidade dada:

> Acho difícil que no fim do meu mandato eu anda possa introduzir uma mudança dessa envergadura. Aqui alguns dizem: "você pode ser o Jean

> Monnet da política sul-americana", o homem que fez a unidade da Europa. Mas o nosso é outro mundo. Não dá para a gente fazer essas aproximações tão facilmente, nem para fazer com que as pessoas entendam o jogo complexo da política internacional e mesmo do interesse econômico. Tenho que defender os nossos, aqui no Brasil" (2019: 139).

A visita do primeiro-ministro inglês Tony Blair ao Brasil, em julho de 2001, buscava fortalecer os laços de Cardoso com o projeto reformista da Terceira Via. Cardoso registra que ele e Blair discutiram sobre a possibilidade de um acordo do MERCOSUL com a União Europeia. Disse que o primeiro-ministro inglês reconheceu o papel protagônico do Brasil na América do Sul e pediu que o país fosse mais propositivo, com "*uma ação mais energética de nossa parte, em vez de ficarmos só choramingando sem proposta*" (CARDOSO, 2019: 292). Cardoso e Blair foram a Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, mostrando uma maior aproximação: "*Falamos mais de política do que de economia, porque o Blair fala mais de política. Ele explicou como estava vendo as coisas na Europa, os problemas dele, como conseguiu a segunda vitória, acha que os anos de mandato que terá pela frente serão mais duros que os anteriores, pois vai ter que enfrentar outro tipo de dificuldade, uma Inglaterra, digamos, mais exigente".* Blair disse a Cardoso que tinha desenvolvido uma relação de confiança com o novo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush e que iria transmitir ao líder norte-americano as preocupações de Cardoso sobre a necessidade de um apoio mais firme à Argentina, cuja economia ameaçava colapsar.[189]

Em 23 de fevereiro de 2002, Cardoso registra a realização do terceiro encontro da Governança Progressista, em Estocolmo, na Suécia. Era o primeiro sem a presença do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, um dos inspiradores do grupo. Somou-se ao grupo, no entanto, o líder chileno Ricardo Lagos, da coalizão de centro-esquerda *Concertación de Partidos por la Democracia*. O contexto da Cúpula de 2002 também era menos animador para os socialdemocratas europeus e latino-americanos. O divisor-de-águas foi a derrota do Partido Democrata nas eleições norte-americanas de 2000, com a vitória do republicano George W. Bush, e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2011, em Nova York e Washington, que levaram à mudança a ordem internacional. O presidente destaca que os debates se concentraram em temas gerais e financeiros: "*Tony Blair fez uma exposição mais moderada, o que*

[189] Naquela ocasião houve ainda um encontro de Fernando Henrique Cardoso, Tony Blair e Fernando De La Rua. A impressão de Cardoso era a de que a de que De La Rua estava sem ânimo, incapaz de responder objetivamente às perguntas de Blair sobre a economia Argentina: "*perguntei a ele o que era o pior, porque ele tinha dito que poderia vir o pior, mas ele não conseguiu nem imaginar o pior* (2019: 295).

impressionou a mim e ao Guterres. O Tony Blair, o Lionel Jospin e o Schoeder têm a preocupação dominante de não fazerem coisas que desagradem aos americanos. Eles sabem que o Bush está numa política belicosa, unilateralista, não gostam muito disso, mas sentem que precisam convencer o Bush, que precisa convencer os americanos. Nada de clash, nada de choque com os americanos. Ficou bem claro em toda reunião.... e era uma reunião de socialdemocratas, fato que mais choca". (CARDOSO, 2019: 581).

A Cúpula de 2002, como se percebe, marca o declínio das ideias da Terceira Via como alternativa de governança global. Foi marcada pelo temor da deflagração de um novo conflito no Oriente Médio: "*Muito fraca e acovardada, eu diria, com relação ao multilateralismo ou unilateralismo*". Cardoso observa que os temas do ambiente e do combate à pobreza na África também foram abordados, "*se falarmos só de pobreza, não se fisgará a opinião pública mundial ambientalista. Enfim, conversamos um pouco para evitar que haja, o que acho quase inevitável, o fracasso da reunião de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento e da ajuda aos países pobres*" (2019: 582).

Entre os europeus, Cardoso registra a preocupação era com a dinâmica do processo de integração: "*intrigante ver as dúvidas que eles têm, sobretudo os suecos, sobre se vale a pena entrar na União Monetária* [Zona do Euro]". Cardoso registra ainda as suas impressões colhidas da conversa com o primeiro-ministro português: "*Guterres, dizendo que Portugal perde sempre, agora é Alemanha que está fechando as metas e não se pode dar como assente que a União Europeia vai adiante com uma integração crescente. (...) A Alemanha, Inglaterra e França querem mandar, mas não se entendem. Agora, com o alargamento da União Europeia, é mais complicado ainda. Enfim, uma visão menos otimista na defesa de integração do que a mente que eu tenho*" (2019: 583).

Em março de 2002, Fernando Henrique Cardoso e o presidente Ricardo Lagos, em conversa no Palácio de La Moneda, no Chile, discutiram as questões internacionais e as perspectivas de um futuro para a agenda da Terceira Via. Na visão de Cardoso, o movimento da Governança Progressiva estava sem uma orientação, desfalcado pela ausência da liderança do presidente Bill Clinton e em função da guinada belicosa da diplomacia norte-americana com a vitória dos republicanos nas eleições de 2000. O unilateralismo dos Estados Unidos na condução de temas internacionais como meio ambiente, direitos humanos, comércio e segurança haviam impactado negativamente a propensão dos governantes europeus, como Tony Blair, de levar adiante a agenda progressista. Não desejavam enfrentar os ímpetos hegemônicos,

da superpotência, sobretudo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2011 e a guerra global ao terrorismo deflagrada pela administração George W. Bush.

Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Lagos concordaram que as diretrizes da agenda da Terceira Via deveriam ser alavancadas no âmbito local, sul-americano, com o encaminhamento de questões econômicas e políticas. Com formações intelectuais semelhantes (acadêmicos oriundos da esquerda com experiência docente e de pesquisa na Universidade do Chile e em centros de pesquisa norte-americanos), trajetórias políticas paralelas (luta contra regimes autoritários dentro da política institucional) e com plataformas de governo de centristas, Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Lagos eram a expressão mais acabada das ideias da Governança Progressista na América Latina. Conduziam projetos de integração de seus respectivos países ao mundo calcados em uma combinação de regionalismo com globalismo, buscando maximizar as vantagens da globalização para ampliar a integração das respectivas economias às cadeias globais de valor. Ao passo que o Brasil buscava fortalecer o MERCOSUL para ganhar musculatura nas negociações comerciais com os Estados Unidos e com a União Europeia, o Chile buscava uma estratégia distinta: negociações bilaterais, sem comprometer-se com o MERCOSUL. Isso não impediu que Cardoso e Lagos comungassem com um conjunto amplo de valores acerca da importância da integração latino-americana e de uma agenda social mais ampla na dinâmica integracionista. Nesse sentido, Cardoso observa, em conversa com Lagos, que a presença de um grande número de intelectuais brasileiros que estavam no Chile durante o exílio em seu governo era um elemento facilitador da aproximação política:

> Eu disse: pois é, no Brasil é fácil. Se a pessoa fala espanhol, já se sabe, tem uma relação efetiva; se só fala inglês, tem relação afetiva com o outro lado; não que seja contra a América Latina, mas não tem a mesma relação afetiva. Por exemplo, o Armínio Fraga, de quem eu gosto muito, é um homem do mundo anglo-saxão, e não do mundo hispânico. O Malan já é mais sensível a este mundo. O Serra, o Paulo Renato, o Weffort, esses são pessoas do mundo latino-americano. O Jaguaribe, o próprio Celso Lafer, embora não tenham vivido na América Latina, têm visão mais ampla. Forma-se uma rede de relações pessoais e da base para relações políticas, no caso do Brasil com o Chile (2019: 623)

8.2. A guinada macroeconômica e a reorientação política

Conforme visto na seção anterior, a afiliação de Fernando Henrique Cardoso ao movimento da Terceira Via mostrava uma releitura da socialdemocracia como ideia-força no plano político-filosófico e como possibilidade de ação no concerto internacional. Ao passo que a política externa do primeiro mandato mostrava o entusiasmo e a disposição do presidente da República em inserir o Brasil como ator confiável e participativo na cena internacional, numa linha liberal de aceitação de regras, normas e valores ocidentais, a política externa do segundo mandato (1999-2002) incorporava um grau maior de realismo com o cenário internacional e de ceticismo acerca das perspectivas problemáticas de gestão do processo de globalização e de regionalização. O aumento da vulnerabilidade externa brasileira às crises financeiras da segunda metade da década de 90 reverteram o excesso de otimismo com as oportunidades surgidas com a globalização.

Em seu **Discurso de Posse na Presidência da República** no segundo mandato, em 01 de janeiro de 1999, em Brasília, Fernando Henrique Cardoso disse que estava "*pronto para a nova jornada*" e que tinha "*mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos, quanto dos erros, de meu primeiro mandato*". Cardoso listou os avanços que se verificavam nas áreas econômica e social, mas pontuou que "*muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos*" e em reconhecer os avanços para a adaptação aos "*novos tempos*". No Congresso Nacional, o presidente afirmou que a estabilização econômica, a reorganização do Estado e a reinserção internacional abriam novas oportunidades (CARDOSO, 1999). A melhoria da credibilidade do país no exterior, segundo Cardoso, era um dos eixos de seu projeto reformista e modernizador.

A base dessa inserção externa eram os valores da democracia e da racionalidade econômica, traduzindo-se em maior projeção política nos planos regional e global e aumento da capacidade de atração de investimentos para o seu desenvolvimento. Assim, o Brasil "*torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o mundo se torna mais relevante para o bem-estar dos brasileiros"*. O aumento da interdependência econômica interconectava o Brasil às realidades de diversas regiões do mundo, tornando-o suscetível a sofrer o impacto de problemas do mundo e de impactar outras nações com os seus problemas (CARDOSO, 2009: 45). Para o presidente, o interesse nacional

> não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. É o que estamos fazendo no Mercosul –

> dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. É o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. É o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Europeia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento para os nossos vínculos históricos com a África. O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional (CARDOSO, 2009: 46).

Fernando Henrique Cardoso afirma que o principal objetivo do novo governo era o de "*radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado*". Para lograr este intento, a sociedade deveria estar à frente do Estado, com o fortalecimento do pluralismo e da participação. Cardoso já dava pistas de uma mudança importante na política econômica que ocorreria em poucas semanas, ao afirmar que estava "*pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que a alternativa é melhor para o País*".[190] Ao tratar do programa econômico que seria implementado nos próximos quatro anos, Cardoso relembrou as crises externas que abalaram o curso do seu programa: "*Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva*" (BRASIL, 2009: 49).

No seu **Discurso no almoço por ocasião das cerimónias da posse presidencial**, também em 1º de janeiro de 1999, com a presença de alguns chefes de Estado e de Governo, Cardoso disse a América do Sul havia se transformado em um modelo de relacionamento pacífico e de integração entre nações vizinhas.[191] Diante dos presidentes do Peru e do Equador, relembrou o acordo de paz entre os dois vizinhos, encerrando uma contentada de décadas, como um passo fundamental para "*terminar com um problema que poderia perturbar as relações de todo o Continente*". Cardoso afirmou que o Mercosul era "*a pedra de toque da nossa política externa*", reafirmando a amizade entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A integração da

[190] Ao tratar do programa econômico que seria implementado nos próximos quatro anos, Cardoso relembrou as crises externas que abalaram o curso do seu programa: "*Não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva*" (BRASIL, 2009: 49).

[191] Em 01 de janeiro de 1999, Cardoso repassava os discursos de posse no Congresso Nacional e no almoço no Itamaraty oferecido às delegações estrangeiras: "*Pedi ao Gelson que escrevesse um discurso mais afirmativo tanto sobre os malefícios da globalização como sobre os malefícios da ação unilateral dos Estados Unidos na questão mundial, sobretudo na do Iraque. O Gelson fez, eu mudei um pouco o tom. E o discurso de posse vai ser menos, digamos, de glorificação do que fizemos e mais preocupado com o que acontecerá no futuro*" (2016: 824).

América do Sul era o objetivo mais amplo: "*nós hoje temos, realmente, uma geografia económica que nos une*" (CARDOSO, 1999).[192]

> Para que nós criemos, como estamos criando, um espaço compartilhado de prosperidade, que vá do Cabo Horn até o Caribe. E, portanto, que faça com que este Continente, não só nós, da América do Sul, onde mais facilmente já nos sentimos irmanados, mas também neste Continente Latino-Americano, tenhamos condições para que a integração hemisférica se faça com base numa capacidade efetiva de discutirmos os nossos interesses. E vamos unindo, ao mesmo tempo, o nosso espaço platense, andino, amazônico, sul-atlântico, pacífico e caribenho. Essa é a verdade: nós, aqui, dispomos dessas imensas regiões e, pela sua diferenciação, ao se integrarem, se transformam numa região muito forte (CARDOSO, 1999).

Fernando Henrique Cardoso afirmou, em seu discurso, que a interdependência era uma característica do sistema internacional. As crises que atingiam os países em desenvolvimento, num efeito dominó, exigiam a apresentação de alternativas para o que chamava de "*globalização assimétrica*". E afirma que era "*inútil e improdutivo opor-se à globalização por razões, digamos, ideológicas. Não teria efeito nenhum. Mas seria irresponsável não buscar mecanismos para fazer da globalização um fator de promoção do que, realmente, é um valor. E o valor não é a globalização, é o desenvolvimento económico, é o desenvolvimento social*". As aspirações de grandes mudanças na ordem internacional pós-Guerra Fria estavam ameaçadas por "*tentativas, que não são aceitáveis, de burlar o sistema internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa, armas químicas, biológicas e nucleares*" (CARDOSO, 1999b). Cardoso conclui sua manifestação no Itamaraty afirmando que sua geração, nascida uma década antes Segunda Guerra Mundial, e que assistiu à destruição da Europa, tinha razões para nutrir esperanças nas possibilidades do presente: "*os reparos que fiz há pouco, tanto na ordem económica quanto na questão da ordem política internacional, não os fiz como quem não tem a crença de que as coisas vão melhorar, mas os fiz como quem tem a consciência de que é preciso lutar mais, para que elas melhorem; e de que nós não podemos nos conformar, nem com as desigualdades económicas, nem com o arbítrio - nem no plano interno nem no plano externo. Mas o faço com uma enorme convicção de que nós seremos capazes de realizar as transformações*" (CARDOSO, 1999b).

[192] Íntegra: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/02.pdf/view

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) começou com elevada turbulência política em virtude da guinada repentina na política econômica, em janeiro de 1999. Conforme visto no capítulo anterior, a decisão de não ajustar o câmbio no curso do primeiro mandato (1995-1998) se deveu ao temor de que uma mudança de rumos econômicos pudesse trazer de volta a inflação, enfraquecendo a autoridade política do presidente da República. O real forte, garantido pela política de banda cambial, trouxe aumento das importações, queda da inflação, aumento do consumo e aumento do bem-estar das famílias. No entanto, a política de adiamanto do ajuste cambial trouxe problemas: queda na competitividade das exportações, aumento dos déficits comerciais, redução das reservas internacionais e maior vulnerabilidade a ataques especulativos. Cardoso assumiu o ônus dessa política, que lhe pareceu o caminho mais adequado de defesa das reformas estruturais que defendia há, ao menos, uma década: um Estado mais eficiente e uma economia mais aberta. Em depoimento de Celso Amorim para esta pesquisa, o diplomata afirma que a equipe do Plano Real possuía grande ascendência intelectual sobre as visões econômicas do presidente da República:

> o próprio PSDB tinha uma direita e uma esquerda. E ele ficava no meio dessa coisa. Mais liberal em economia, mas também com visões de soberania nacional. Ele tinha uma visão da política mundial, da necessidade de ter uma certa independência. Talvez não consciente de que uma coisa influenciava a outra, não pensando nisso. (...) Então, eu acho que a própria dinâmica econômica levou para uma visão que pendia mais para centro. Direita era exagerado naquela época. Havia uma forte influência dos economistas sobre ele (AMORIM, 2020).

O acúmulo de problemas decorrentes das crises internacionais de 1997 e 1999, da política de apreciação cambial e dos déficits fiscais desaguaram em um embate duro dentro da equipe econômica, levando à necessidade de uma decisão do presidente sobre o que fazer nos próximos quatro anos. Em gravação de 01 de janeiro de 1999 registrada nos "*Diários da Presidência*" algumas horas antes da posse, o presidente afirma: "*Malan deve trazer aqui, no domingo à noite, o Gustavo Franco. Vou ter uma conversa muito franca com os dois. Chegou ao fim a tentativa de manter a política cambial sem mexer absolutamente em nada, como Gustavo tem feito há quatro anos. Acho que o Malan precisa pensar bem, porque ele não tem o direto de submeter o Brasil a maiores dificuldades em virtude de uma visão que hoje é muito especificamente do Gustavo. O Malan, por mais que tenha, como eu tenho, compromissos éticos com o Gustavo, porque apoiou essa política, como eu também, deve entender que chegou o momento de mudar*" (CARDOSO, 2016: 824).

Fernando Henrique Cardoso iniciou seu quinto ano no Palácio do Planalto tendo como antagonista o ex-presidente Itamar Franco, seu principal padrinho político na campanha presidencial de 1994. Cardoso e Franco tiveram um relacionamento político tumultuado nos últimos quatro anos. Embora representasse o governo Fernando Henrique Cardoso como embaixador em Portugal e na Organização dos Estados Americanos (OEA), Itamar Franco tinha pretensões de retornar ao Palácio do Planalto em 1998. Com o apoio do PMDB à reeleição de Cardoso, Franco rompeu com o presidente e candidatou-se ao Governo do Estado de Minas Gerais com uma plataforma de oposição e iniciou o mandato com o anúncio da moratória da dívida mineira. O fato provocou um grande abalo no mercado financeiro e repercutiu negativamente na avaliação do risco-país, levando à fuga de capitais e precipitando o desmoronamento da política cambial.

O mês de janeiro de 1999 foi o mais tenso dos oito anos da Presidência Cardoso. A substituição do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, levou ao abandono da âncora cambial, substituída, inicialmente por uma tentativa de desvalorização controlada da moeda. Com a reação negativa dos mercados, a queda das bolsas e os rumores de que o governo não teria reservas suficientes para suportar um novo ataque especulativo contra o real, optou-se por deixar o dólar flutuar. O Banco Central abandonou as operações de câmbio e houve uma forte maxidesvalorização do real. O impacto da mudança impactou nos preços de produtos importados e, consequentemente, na inflação. Para evitar que a alta dos preços saísse do controle e transmitir tranquilidade aos agentes econômicos, o governo teve que elevar os juros, refreando a atividade econômica.

Dessa forma, a intransigência em corrigir a política monetária de forma gradualista, no primeiro mandato, levou à necessidade de correção repentina de rumos, o que gerou um efeito político devastador nos índices de aprovação do presidente e do governo. Em registro de 16 de janeiro de 1999, o presidente afirma que, na segunda-feira seguinte, seu governo abandonaria a política de câmbio fixo, deixando-o flutuar: "*isso mostra que o Brasil passa a operar como uma economia normal, industrializada, como a dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Alemanha". O fato de o Brasil nunca ter operado com câmbio flutuante em sua história econômica, segundo o presidente, exigia do setor privado um aprendizado sobre o mercado de compra e venda de dólares*" (2017: 53).

A desvalorização do real em relação ao dólar abalou o principal símbolo da popularidade de Fernando Henrique Cardoso: a moeda forte que derrotou a hiperinflação. O abandono da âncora cambial levou à necessidade de substituí-la pela âncora fiscal. Isto é, o governo deveria

demonstrar credibilidade por meio de uma política fiscal sustentável, com a redução dos déficits públicos.[193] Nesse sentido, o governo concentrou seu foco, no primeiro ano do segundo mandato, na tentativa de resgatar a credibilidade econômica, a força política e a confiança popular perdidas. As incertezas quanto ao êxito da nova política econômica de Cardoso foram registradas em 25 de janeiro de 1999 nos Diários da Presidência: "*entre a heterodoxia e a ortodoxia, vamos ficar meio estatelados diante do mercado... é inacreditável que a economia capitalista contemporânea tenha virado, como virou, um verdadeiro cassino*" (2017: 72).

A manutenção de Pedro Malan à frente do Ministério da Fazenda, apesar das cogitações de que sairia juntamente com Gustavo Franco, teve o respaldo das principais forças políticas internas e até externas que apoiavam o programa de ajuste econômico de Cardoso. Apesar da mudança na política monetária e cambial, Malan ainda tinha bom relacionamento junto ao governo dos Estados Unidos e aos organismos financeiros internacionais. Em fevereiro de 1999, Cardoso decidiu trocar o presidente do Banco Central novamente, substituindo Francisco Lopes pelo economista Armínio Fraga, que já havia trabalhado no Banco Central e assessorava o megainvestidor George Soros (2017: 107). A atração de Fraga para a equipe econômica era a chave para a recuperação da credibilidade perdida junto aos organismos internacionais, aos bancos e às agências de *rating*. Fortaleceu a ancoragem externa da política econômica e estancou a saída de capitais. No entanto, sua aprovação pelo Congresso Nacional requeria habilidade política, de modo a demover os parlamentares das desconfianças acerca de suas origens. Ao instruir Fraga sobre a sabatina no Senado, Cardoso observou o seguinte em seus registros nos "*Diários da Presidência*":

> Os congressistas não gostam do capitalismo, os jornais não gostam do capitalismo, os universitários não gostam do capitalismo. E no capitalismo têm horror aos bancos, ao sistema financeiro e aos especuladores. Então seu ponto débil vai ser sua relação com Soros. Eles não sabem que não gostam do sistema capitalista, mas não gostam. Eles gostam do Estado, eles gostam de intervenção, de controle de câmbio, enfim, no que você puder ser conservador é melhor do que ser liberal (2017: 107)

O período 1999-2002 exigiu mais esforços políticos e maior envolvimento pessoal do presidente da República na condução de assuntos internos. A composição do ministério do

[193] No Legislativo, o governo obteve o suporte dos líderes da coalizão PSDB-PFL-PTB-PMDB às medidas necessárias para assegurar a credibilidade da nova política econômica. Segundo pesquisa nacional Datafolha realizada em fevereiro de 1999, a popularidade de Cardoso havia sofrido uma queda brusca: de uma aprovação de 37% na segunda semana de dezembro de 1998, caiu para 21%. Sua rejeição havia subido 11 pontos, chegando a 36% (ABRANCHES, 2018: 206).

segundo mandato também não lhe trouxe o mesmo grau de apoio do primeiro, com a necessidade de maior politização dos ministérios e um arranjo mais confuso e problemático. O esgotamento da agenda mais ambiciosa de reformas e o enfraquecimento político do presidente logo no começo do segundo mandato também levaram a uma perda do poder de iniciativa no segundo (DULCI, 2010: 268). Outro grande abalo na popularidade do presidente foi o apagão energético. Em março de 1999, um colapso na rede elétrica nacional deixou às escuras dez estados, afetando uma população de 70 milhões de pessoas. No Congresso Nacional, o avanço de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) - uma para investigar denúncias de malfeitos no Poder Judiciário e outra para tratar de operações de salvamento bancário no Banco Central - aumentou o desgaste político prematuro do segundo governo.

Dessa forma, diferentemente do seu primeiro mandato, quando contava com elevados índices de popularidade, uma política econômica aprovada pela maioria da população e uma sólida coalizão de apoio que lhe permitia maior investimento na agenda internacional, o segundo período de governo exigiu que o presidente se envolvesse com mais frequência no encaminhamento de votações no Congresso e na solução de impasses dentro de sua base de apoio congressual. Além da questão econômica, o segundo mandato de Cardoso foi abalado pela falta dos seus dois principais articuladores políticos – Sérgio Motta (PSDB) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL) – levando o presidente a assumir funções mais amplas de coordenação da coalizão política, o que lhe trouxe maior desgaste. No segundo mandato, essa função foi ocupada, primordialmente, pelo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga.

8.3. Ajustes na estratégia de inserção externa

A estratégia de inserção internacional do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso permaneceu invariável quanto à disposição de ampliar os laços com os países vizinhos, de ampliar a convergência política com a Argentina e de fortalecer o projeto do MERCOSUL. Em registro de 23 de janeiro de 1999, Cardoso afirma: "*Nós todos estamos preocupados com o futuro do Mercosul, porque há que reconhecer que essa desvalorização vai afetar o Mercosul. Mas nós estabelecemos regras. Na verdade, na União Europeia os países também desvalorizaram e revalorizaram o tempo todo, a Inglaterra saiu do sistema. Enfim a coisa econômica é sempre assim, cheia de corcovas*" (CARDOSO, 2017: 63). Diante da necessidade de alinhar posições para a negociação de acordos comerciais hemisféricos e inter-regionais, a integração da América do Sul foi elevada à máxima prioridade da diplomacia brasileira. Essa

estratégia sul-americanista também buscava expandir os interesses comerciais e empresariais brasileiros, buscando a elevação da competitividade econômica nacional. No plano político, a afirmação da liderança brasileira sobre os vizinhos se fazia de maneira amistosa e discreta, porém assertiva, buscando reduzir tensões e eventuais ameaças à estabilidade democrática e institucional, como se viu nos episódios do Paraguai e do conflito Peru-Equador.[194]

No plano multilateral, a diplomacia cardosiana também buscava mostrar a disposição do pais em construir uma ordem global mais pacífica e em fortalecer as pretensões do Brasil a ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança na ONU. Tal qual a política externa do primeiro mandato, a do segundo também buscava instrumentalizar a diplomacia presidencial como instrumento de projeção da liderança de Cardoso no plano global como uma referência de diálogo e de democracia na América do Sul. Se por um lado o presidente brasileiro criticava os ímpetos autocráticos de Hugo Chávez, por outro mostrava maior condescendência com Alberto Fujimori, que havia dado um autogolpe no Peru, em 1992, dissolvendo o Congresso e a Suprema Corte. Em registro sobre viagem Lima, em julho de 1999, afirma que "*Fujimori, com tudo que ele possa ser criticado pelo que já fez, repôs o Estado em condições de funcionar, deu impulso à atividade da economia do país e um novo sentido de nação ao Peru. Acho isso indiscutível. Creio que ele ficará marcado na história do Peru*" (2017: 255-57).

Na perspectiva de Andrew Hurrell, em seu ensaio "*Cardoso e o mundo*" (2010), as ações do político Cardoso, no plano interno e internacional, mostram o apreço por um estilo político não-confrontacionista e negociador, com a busca de alianças, pactos e acordos para o alcance de seus objetivos. Essa visão de mundo se traduziu na aproximação com lideranças e governos com os quais compartilhava valores e objetivos, caso dos presidentes Bill Clinton (EUA), com quem desenvolveu uma forte ligação pessoal. Apesar disso, Cardoso registra em seus *Diários*, em abril de 1999, as suas críticas à administração Clinton no que toca à intervenção na Sérvia, antiga república da Iugoslávia: "*os americanos (a OTAN, na verdade) estão fazendo um bombardeio trágico ali, porque inútil. Estão se encurralando pela ideia de que vão obrigar o Milosevic a mudar de política. Só com bombardeios não vão; ou mandam tropa por terra, ou não acontece nada. Se mandar entrar por terra, é uma guerra na Europa, os russos inquietos*

[194] Em março de 1999, Cardoso anota em seus "*Diários da Presidência*" as suas impressões sobre o presidente Hugo Chávez: "*Recebi um longo relatório do Seixas Corrêa mostrando a precariedade da situação da Venezuela e o desabuso das posições do Chávez. Isso vai dar trabalho. É uma pessoa que tem ímpetos, e me parece que ele se vê como transformador da Venezuela, provavelmente até com boas intenções, mas um tanto defasado e sem bases para fazer as mudanças que, imagino, ele poderia fazer em benefício do povo. Um tanto na visão dos anos 1960, parece*" (2017: 128).

com isso, como é natural, e a gente assiste à destruição das Nações Unidas". Essa intervenção norte-americana, na visão de Cardoso, era o obituário da organização internacional:

> os americanos mataram o Conselho de Segurança, bombardearam sem pedir autorização. Esse é o ponto que o [Boris] Iéltsin levanta, e com razão. Foi um escárnio o que eles fizeram com a Otan no que diz respeito à Iugoslávia, embora o Milosevic seja um bandido e o assassinato em massa em Kosovo seja imperdoável. Mas a política mundial, que nós imaginávamos que, depois do fim da Guerra Fria, fosse passar por um predomínio nos Estados Unidos, não passou pela supremacia moral deles; os americanos estão perdendo a capacidade de conduzir o mundo" (CARDOSO, 2017: 138).

Com a reorganização das áreas econômica e política do governo, Cardoso pode retomar sua agenda internacional. Em seu primeiro *tour* Europeu no segundo mandato, em abril de 1999, Fernando Henrique Cardoso esteve na Alemanha, Portugal e Reino Unido. Em viagem a Bonn, Cardoso afirma que o novo primeiro-ministro alemão Gerard Schröder e ele conversaram sobre o tema de Kosovo. Cardoso afirma que o líder alemão defendeu a intervenção da OTAN, mas disse que "*deveria haver algum esforço para que as Nações Unidas e a Rússia voltem a atuar. Pediu que o Brasil entre no circuito, dadas as nossas boas relações com a Iugoslávia e com a Rússia*" (2017: 147). Em sua passagem por Portugal, registra as impressões acerca do primeiro-ministro português, Antonio Guterres: "*tem uma visão pessimista da Europa do ponto de vista econômico (...) a Europa está absolutamente vinculada à visão que interessa aos americanos. Ele vê o Schroeder de maneira pálida. Enfim, não sente que haja liderança na Europa, o que preocupa muito, porque pode levar a Europa ao não desempenhar o papel que ela potencialmente poderia desempenhar no mundo*" (2017: 150).[195]

Apesar das observações cada vez mais críticas às ações unilateralistas da política externa norte-americana, Fernando Henrique Cardoso evitava criticar diretamente o presidente Bill Clinton. Em sua primeira viagem aos Estados Unidos no segundo mandato, Cardoso registra nos "*Diários da Presidência*", em maio de 1999, que o "*encontro com o Clinton foi mais um momento de forte emoção, porque eu queria agradecer o que ele tinha feito, o empenho dele*"

[195] Em encontro com o primeiro-ministro Tony Blair, registrada em 21 de abril de 1999, Cardoso afirma que foi apresentado por ele aos negociadores dos acordos de paz da Irlanda do Norte que trabalhavam em *10 Downing Street*. Trataram de Kosovo, da União Europeia e do acordo comercial com o MERCOSUL. E registra, por fim, que o primeiro-ministro britânico lhe disse que o seguinte: "Nós devemos a você, ô cara". Assim mesmo, em inglês, naturalmente. "Foi por sua causa que nós apoiamos o Brasil. Os empréstimos dados ao G-7 foram pelo seu prestígio. Enfim, coisa assim, pessoal" (2017: 151).

na ajuda financeira ao Brasil no final de 1998. Cardoso afirma que "*Clinton estava preocupadíssimo com o Kosovo. Conversamos sobre o Kosovo com Madeleine Albright, sobre questões do Brasil e no finalzinho um rapaz impertinente mencionou a pirataria de CDS. Eu, para rebater, falei do contrabando de armas que vêm dos Estados Unidos e da minha preocupação em acabar com os focos de contrabando de armas no Brasil, para mostrar que era um tema americano também*" (2017: 175). Após a reunião ampliada com os assessores, Cardoso observa que ficou sozinho com Clinton:

> Na verdade, ele me deu a impressão de que sabe, como dizem os espanhóis, que deu una *metida de pata* ["meter os pés pelas mãos"] na coisa de Kosovo. Ele me disse que foi um desgaste e que as forças das Nações Unidas não tinham comando, que deviam ter agido bem mais rápido, por causa dessas questões e de direitos que eu não sei o quê. (...) Creio que agora eles vão querer que a ONU legitime a ação e o comando que tiveram no processo. (...) Achamos desde o início que a ONU deveria assumir o comando do processo. Os americanos não quiseram (2017: 175).

Na contramão da ação dos Estados Unidos no Kosovo, o fortalecimento do multilateralismo foi um dos pilares da política externa do segundo mandato de Cardoso. O governo deu grande ênfase aos direitos humanos, no plano interno e internacional. A elaboração de um Programa Nacional de Direitos, a adesão à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional (TPI) e a colaboração com os relatores especiais para racismo, violência contra a mulher e tortura da ONU reforçaram a credibilidade do Estado brasileiro no plano externo (LAFER, 2007; HURRELL, 2010: 487; LAMPREIA, 2010: 144). Cardoso observa que a autorização que havia assinado para a aprovação do estatuto do Tribunal Penal Internacional era "*um grande avanço, é reconhecer uma restrição à soberania nacional em matéria de direitos humanos, decisão que não é fácil*" (2017: 462). Em registro de 29 de maio de 2000 sobre a política externa de seu governo, Cardoso afirma: "*disse outro dia no Itamaraty e repito aqui: eu não falo de política externa independente; eu pratico externa interna independente. Os daqui não querem ver, mas o que sabem ver e querem ver hão de reconhecer que é assim*" (2017: 568).

O anúncio da nova política econômica, baseada em um tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal), ajudou a ancorar as expectativas econômicas, levando à recuperação da atividade econômica ainda em maio, com alta de 1% do PIB no primeiro trimestre de 1999, após três trimestres negativos sucessivos. Em função do aumento do desemprego, a perda de apoio popular se tornou ainda maior em junho de 1999,

com uma desaprovação recorde de 44%. O governo teve que gastar o mesmo que havia dispendido em todo o ano anterior para a manutenção da sua coalizão no primeiro semestre de 1999.[196] Diante do elevado custo para a manutenção de sua grande coalizão, Cardoso fez uma reforma ministerial em meados 1999, reduzindo o número o número partidos da base e ampliando o controle do presidente e de seu partido sobre o governo (ABRANCHES, 2018: 208). A mudança buscava reorientar o governo para diante da insatisfação do presidente com os rumos da coalizão. No âmbito da reforma ministerial, com a substituição dos titulares das pastas da Justiça, Indústria e Comércio, Reforma do Estado, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Casa Civil e Secretária-geral da Presidência, foi criado ainda o Ministério da Defesa, incorporando quatro ministérios (Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas) e em uma única instituição, com comando civil (2018: 208-9). A alteração na estrutura institucional que teria importantes implicações políticas, conforme registro dos "*Diários da Presidência"* em junho de 1999:

> Fiz um discurso emocionado, recordando a quantidade imensa de antepassados meus que serviram ao Estado, desde o meu avô até outros militares. Disse que eu não estava extinguindo instituições seculares, mas fazendo-as renascer dentro do Ministério da Defesa, que os comandantes das Forças têm para mim o mesmo prestígio que os antigos militares e que é preciso entender como foi tão difícil, tão traumático, criar o Ministério da Defesa no Brasil. O marechal Castello Branco tentou e não conseguiu (eu não falei isso em público, mas é verdade). Eu o fiz sem que houvesse mossa, nenhuma reação contrária, graça ao meu estilo de buscar convergências para chegar a um objetivo. Fiz a defesa, portanto, de uma política democrática e inteligente e não troglodita e autoritária, como neste momento querem de mim (2017: 2010).[197]

O clima político continuou tumultuado no segundo semestre de 1999, com pressões para instalação de uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Partidos políticos de oposição (PT, PDT, PSB e PC do B), movimentos sindicalistas e da sociedade civil, capitaneados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento do Sem-Terra (MST) e pela União

[196] A mudança buscava reorientar o governo para diante da insatisfação do presidente. No âmbito da reforma ministerial, com a substituição dos titulares das pastas da Justiça, Indústria e Comércio, Reforma do Estado, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Casa Civil e Secretária-geral da Presidência, foi criado ainda o Ministério da Defesa, incorporando quatro ministérios (Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas) e em uma única instituição, com comando civil (2018: 208-9).

[197] Em 18 de dezembro de 1999, Fernando Henrique Cardoso anota nos "Diários da Presidência" que o então deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), que defendeu o seu fuzilamento, era "um não digo que sem caráter, mas é um obsessivo, um direitista inconsciente" (2017: 421).

Nacional dos Estudantes (UNE), fizeram grandes manifestações em Brasília com o mote "*Fora FHC*". Apesar da melhoria do ambiente econômico, a recuperação do crescimento foi lenta, mantendo sua popularidade baixa e levando insatisfação para dentro da coalizão e do próprio partido de Fernando Henrique Cardoso. O governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), vocalizava as insatisfações com os rumos da economia. As pressões políticas e as disputas internas na equipe econômica acerca da condução da retomada do crescimento levaram à queda de dois ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no ano de 1999: Celso Lafer e Clóvis Carvalho. A orientação de Cardoso foi a de desempatar as disputas em favor da linha mais ortodoxa do ministro Pedro Malan. Segundo Abranches, a insatisfação com a política econômica chegou aos redutos políticos da base do governo, levando a coalizão a ampliar as pressões para a liberação de emendas e de cargos. Em setembro de 1999, a aprovação presidencial atingiu seu pior índice, com apenas 13% de aprovação e 56% de reprovação, refletindo ainda o impacto econômico e social da desvalorização do real (ABRANCHES, 1999: 211-12). Em sua entrevista a esta pesquisa, Celso Lafer explica as circunstâncias de sua saída do Ministério nos primeiros meses de 1999:

> assumi o Ministério do Desenvolvimento e foi um momento muito difícil. Teve a crise do câmbio, teve a crise da economia, enfim. E havia muita expectativa de que você pudesse produzir desenvolvimento apertando um botão (risos). É, e as coisas não eram factíveis. Foi quando eu desenvolvi, *pro bono*, uma teoria dos tempos. Eu dizia que havia vários tempos. Você tem o tempo da mídia, que é um tempo online. Você tem o tempo financeiro, que é um tempo online. Você tem um tempo econômico, que é mais lento, porque é o do investimento. Você tem o tempo diplomático, que pode ser mais rápido na crise e mais lento nas negociações. E aí fui elaborando e disse: "*olha, vocês estão me pedindo para cumprir um tempo econômico que não dá pra fazer nesse momento*" (LAFER, 2020)

8.4. A sul-americanização da política externa

A reorientação econômica de janeiro de 1999 trouxe grandes impactos políticos na condução do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso. As crises internacionais e seus impactos internos tiveram reflexos diretos na produção do seu pensamento internacionalista, que se tornou mais cético e crítico às consequências da globalização e às forças financeiras internacionais. A necessidade rearranjo das peças do jogo no tabuleiro doméstico e a crescente instabilidade internacional, no primeiro semestre de 1999,

enfraqueceram o poder de iniciativa da Presidência na agenda externa, levando Cardoso a concentrar seus esforços, em um primeiro momento, na agenda interna. A estabilização de expectativas econômicas ao longo de 1999, no entanto, reabriu uma janela de oportunidade para uma nova ofensiva internacional, desta vez centrada nas possibilidades de atuação do Brasil em seu entorno regional.

Frente às desilusões quanto às possibilidades de reforma das organizações internacionais e de democratização da ordem global, a política externa de Fernando Henrique Cardoso voltou sua ofensiva para a América do Sul. Tendo atuado como incentivador do MERCOSUL, como "*bombeiro*" nas crises do Paraguai e como um "*peace-maker*" entre Peru e Equador, a diplomacia do primeiro mandato mostrava que era possível avançar para uma iniciativa mais ampla de coordenação política no subcontinente. A capacidade de Fernando Henrique projetar-se como uma liderança sul-americana se fez de forma discreta e amistosa, porém assertiva. A promoção de uma "*hegemonia consensual*" do Brasil na América do Sul se traduzia na capacidade de promoção dos valores democráticos no entorno regional (BURGES, 2009: 62). A prioridade em fortalecer o MERCOSUL também se traduzia na busca de uma fórmula mais adequada para lidar com os desafios políticos da integração.

Em seus registros nos "*Diários da Presidência*", o presidente brasileiro acreditava exercer um papel moderador, pacificador e construtivo nas relações com os Estados vizinhos. Essa atitude foi especialmente relevante para credenciar-lhe como interlocutor privilegiado do novo presidente venezuelano, cujo governo já se iniciou conturbado. As relações do chefe de Estado brasileiro com o colega do país vizinho oscilavam da simpatia ao ceticismo. Cardoso descreve, nos "*Diários da Presidência*", em 29 de agosto de 1999, sua conversa com o chanceler Luiz Felipe Lampreia acerca do presidente da Venezuela, "*essa encarnação ardente e inconsistente do Volksgeist travestida de bolivarianismo*" (2017: 304). Ao comentar as relações bilaterais com a Venezuela, Cardoso assinala que o presidente Hugo Chávez lhe disse que poderia "*não tem amadurecimento político suficiente para enfrentar os desafios que vêm pela frente, mas ainda conta com bastante apoio popular. (...) O país não entende os meandros do sistema capitalista internacional, ele fala muito contra o neoliberalismo, aí, às vezes, se apaixona e vai longe demais na crítica aos Estados Unidos. (...) é um pouco de Garcia Márquez, de realismo fantástico. Mas dito isto, mantenho minha opinião quanto à aproximação com o Brasil, quanto a moralizar ou melhorar o funcionamento do governo da Venezuela*" (2017: 414-515).

No entanto, o maior desafio para a diplomacia sul-americanista no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso não estava na fronteira Norte, mas no Cone Sul. Severamente abalada pelas crises dos países emergentes e por uma problemática política econômica, sustentada na paridade *peso*-dólar, a economia da Argentina vivenciava tempos difíceis. O primeiro encontro de Cardoso com o novo presidente argentino, Fernando de La Rua (*Unión Cívica Radical*), foi registrado em 02 de novembro de 1999: "*é um político tradicional de corte mais para conservador, homem educado, sem chispa [agudeza], semelhante à do Menem, mas fácil de lidar. Não vejo que tenha dinamismo, tem algo de protecionista e muito interessado na questão política, aí, sim, na união com o Brasil para fins externos. Está informado dos assuntos, é um político de certa tradição, tem formação de professor de direito, homem de trato ameno. (...) As relações vão ser boas do ponto de vista político e, do ponto de vista econômico, vamos ver o que acontece*" (2017: 363).

Apesar das adversidades econômicas internas e da instabilidade externa, o ano de 1999 terminou com notícias mais positivas, sem queda no PIB e inflação menor do que a esperada (ABRANCHES, 1999: 212). A crise econômica havia sido estancada. No âmbito externo, o prestígio de Cardoso não havia sido abalado, com sua crescente participação na agenda sul-americana e envolvimento nos encontros da Terceira Via. No começo de 2000, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por larga margem de votos, mostrou que o governo havia estacado a queda de polaridade. Com a LRF, Cardoso institucionalizou um dos pilares de sua política macroeconômica: a capacidade de geração de superávits primários. Na ótica do presidente da República, era uma providência fundamental para consolidar a recuperação da credibilidade econômica do governo no âmbito externo. As disputas internas pelo comando da Câmara dos Deputados ao longo do ano 2000, entretanto, desestabilizaram a coalizão.[198]

Embora o PSDB estivesse no poder e o presidente da República advogasse ideias socialdemocratas no âmbito interno e internacional, a agenda econômica liberal e a aproximação com o PFL davam ao governo uma face conservadora. Nesse sentido, se por um lado a aliança pragmática com setores da centro-direita havia permitido a Cardoso avançar com as privatizações, a abertura da economia e a reforma do Estado, por outro trouxe crescentes desgastes para a sua imagem. A cizânia no bloco de apoio ao governo também se deveu aos

[198] A manobra do deputado mineiro, Aécio Neves, um dos líderes em ascensão do PSDB, rompeu o frágil equilíbrio entre os partidos governistas. O episódio deixou sequelas graves na relação do PFL com o governo e evidenciou a perda da capacidade de Cardoso arbitrar as disputas internas e de exercer liderança sobre o seu próprio partido. Na visão de Sérgio Abranches, "*marcou o início do esgarçamento da identidade do PSDB e seu deslizamento rumo ao padrão político disforme do qual o PMDB era o paradigma*" (ABRANCHES, 2018: 213).

próprios sinais emitidos por Cardoso de que pretenderia se livrar da coalizão após a conclusão das reformas, deixando-o mais próximo de seu partido e menos dependente de aliados incômodos. Como resposta às ações unilateralistas do PSDB, os aliados PMDB e PFL passaram a aumentar os custos de transação para a continuidade do apoio ao governo, sem demonstrar, contudo, a vontade de romper.

Diante do esgotamento do seu programa de reformas econômicas, o presidente voltou-se para a agenda externa. A estratégia brasileira de alavancar a integração sul-americana, ao longo do ano 2000, era uma demonstração de autonomia decisória da política externa brasileira, ajudando a retardar a estratégia norte-americana de integração assimétrica (CERVO, 2011: 522-24). O ativo estratégico regional fortalecia as posições da diplomacia brasileira em negociar, simultaneamente, tanto com os Estados Unidos quanto com a União Europeia. Em fevereiro de 2000, Cardoso registra encontro com o seu novo assessor diplomático, embaixador Eduardo Santos, para tratar da organização do encontro de chefes de Estado e de Governo da América do Sul, uma das prioridades de seu segundo mandato: "*quero que ele seja menos ao estilo normal do Itamaraty, que é de não ser muito ostensivo sobre a hegemoniza brasileira e de muitos panos quentes. Quero uma reunião menos formal, de mais substância, mais barulhenta, para que se perceba que há um processo na América do Sul conduzido pelo Brasil, embora não exclusivamente*" (2017: 470).

Diante das evidências de que o avanço da integração comercial no MERCOSUL enfrentava múltiplos obstáculos em função das crises econômicas no Brasil e na Argentina, Fernando Henrique Cardoso mudou seu discurso acerca da transformação do caráter jurídico do bloco. Em registro de 24 de fevereiro de 2000, Cardoso registra conversa com o presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguineti sobre a institucionalização do bloco: "*reformei a tese de que, embora o Itamaraty seja muito cauteloso, por ter medo da perda de soberania, o Brasil quer a integração, mas deseja que cada um fique com suas instituições não só intocadas, mas intocáveis*" (2017: 482).[199] Ainda no tocante ao MERCOSUL, Cardoso pretendia fortalecer a parceria com o Chile, buscando aproximar-se de seu novo presidente, o socialista Ricardo

[199] Em viagem a Buenos Aires, em 03 de julho de 2000, Cardoso discorre sobre um encontro com intelectuais argentinos e brasileiros, liderados por Felix Peña e Celso Lafer: "*declarei em alto e bom som que o Brasil concordará com algum grau de institucionalização do Mercosul. Eu disse isso à imprensa, ninguém registrou, porque eles não sabem que a posição do Brasil sempre foi contrária, por medo de perda de soberania. Uma posição antiquada, porque o Brasil, com o peso que tem, não vai perder influência alguma. Mas não dá para continuar tudo dependente de conversas telefônicas entre presidentes. Tem que haver algum grau de institucionalização, inclusive para solução de controvérsias"* (2017: 603).

Lagos, com quem havia convivido em seu exílio em Santiago, na década de 1960, e nutria laços de amizade desde então.

Fernando Henrique Cardoso entendia ser fundamental fortalecer o bloco sul-americano para ampliar o poder de barganha brasileiro em negociações comerciais com parceiros de outras regiões. Além das negociações com os Estados Unidos e outros países hemisféricos acerca da criação de uma área de livre-comércio continental, o Brasil buscava tratativas com a União Europeia para a celebração de um acordo comercial entre os dois blocos. Diante das dificuldades de avanço com o projeto de integração do MERCOSUL e das negociações comerciais hemisféricas (ALCA), Cardoso apostou no conceito de América do Sul como uma plataforma geográfica de projeção da influência brasileira, buscando consolidá-la como um espaço de paz, integração e prosperidade na região (RICUPERO, 2017:632).

A I Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul se destacou por ser a primeira da história a reunir as nações do subcontinente, inclusive as Guianas, para discutir uma agenda própria de integração política, social e econômica. De acordo com Ricupero, o critério geográfico foi útil para alavancar a ideia de contiguidade territorial e de unificação do espaço sul-americano. A cúpula realizada no Itamaraty resultou na gênese da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um conjunto de ações prioritárias nas áreas de transportes, energia e telecomunicações. Essa interconexão entre as infraestruturas das nações vizinhas permitiria romper o imenso vazio geográfico e populacional existente nas regiões fronteiriças, gerando uma dinâmica de aproximação e de cooperação entre os Estados da América do Sul (HURRELL, 2010: 313-315). Em 1º de setembro de 2000, Cardoso registra as suas impressões acerca da I Cúpula Sul-Americana:

> Sucesso absoluta, a liderança do Brasil é indiscutível, a minha também, embora eu tenha que dizer o contrário para a imprensa brasileira e internacional. Dei uma entrevista coletiva à imprensa, só queriam saber disso, eu o tempo todo fazendo o que é preciso fazer, dizendo que a liderança é compartilhada. O mundo de hoje não aceita mais centralização, e isso é verdade até certo ponto. Não existem mais lideranças impositivas, mas é obvio que a liderança do Brasil é grande. Os jornais estão dizendo que eu não esclareci que liderança o Brasil vai ter. Imagine se isso é coisa que se esclareça com palavras.... (...) A reunião em si foi um êxito muito grande, ninguém imaginou que fosse possível ver tantos países apoiando nossa iniciativa (2017: 664).

Cardoso discorre, em seus "*Diários da Presidência*", sobre a presença de um representante mexicano no encontro ("*assim se dirimiu qualquer suspeita de que o encontro*

dos presidentes da América do Sul fosse algo anti-México, porque não é mesmo". Descreve, ainda a reação do governo dos Estados Unidos, com uma "*declaração muito boa de apoio, dizendo que o Brasil ter liderança não atrapalha os Estados Unidos*". Para o presidente brasileiro, "*temos visões diferentes e deixei isso muito claro, tanto sobre que não vamos subordinar as Forças Armadas brasileiras subordinadas a comando estrangeiro, como também não ao combate do narcotráfico e muito menos as questões de guerrilha, que não é conosco. Não queremos que eles venham até aqui, isto não deixaremos. Também temos visões diferentes sobre o ritmo da ALCA, queremos um acesso real ao mercado, não uma contrafação de acesso*". Cardoso disse ainda que "*queremos assumir nossa posição normal de um país que tem consciência do seu comando, da sua força e também das suas limitações*" (2017: 664).

As relações com os países europeus era outra prioridade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Numa política de balança de poder semelhante à do Barão do Rio Branco no começo do século XX e à de Oswaldo Aranha durante as décadas de 1930 e 1940, comparação que faz em diversos momentos dos "*Diários da Presidência*" Cardoso buscou ampliar as margens de autonomia nacional para negociar acordos comerciais diante do diagnóstico de que uma aproximação do MERCOSUL com a União Europeia poderia fortalecer a margem de manobra nas negociações para a liberalização comercial hemisférica. A temática da integração comercial permeou as relações do Brasil bilaterais com Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Portugal.[200]

Em outubro de 2000, em viagem à Alemanha, Cardoso registra presença na inauguração da nova Embaixada do Brasil em Berlim e a passagem pelo Centro de Estudos Brasileiros (2017: 690). Da Alemanha deslocou-se para a Holanda, onde visitou a Organização das Nações Unidas Contra Armas Químicas, então dirigida pelo diplomata brasileiro José Maurício Bustani, e a Corte Internacional de Justiça de Haia, onde foi recebido pelo presidente e por todos os juízes do tribunal, inclusive o juiz brasileiro, Francisco Rezek, ex-chanceler de Fernando Collor de Melo. Suas impressões sobre esta viagem mostram a sua visão de mundo acerca da integração da Europa às vésperas do começo do século XXI.: a "*Europa chegou ao máximo de desenvolvimento científico e tecnológico. Tem uma qualidade de vida muito grande,*

[200] Em viagem à Europa em junho de 2000, Cardoso registra sua conversa com o presidente francês, Jacques Chirac, sobre as relações entre União Europeia e o MERCOSUL: "*acho que a França está disposta a ceder um tanto para avançar nessa direção. Mostrei a urgência do acordo, porque vem ALCA aí e precisamos mais rapidez nesses processos. (...) Chirac ofereceu que, se ficarmos com o porta-aviões Foch por um preço simbólico, ele daria de graça o outro, não me lembro como chama o outro porta-aviões deles. (...) Ele se dispõe também a produzir aviões militares com a Embraer para que nós façamos aqui uma plataforma de exportação para a América do Sul*" (2017: 578).

a pobreza praticamente inexista, governos em geral democráticos e, em alguns países, socialdemocratas. (...) O Blair, que não entra no Euro, não é homem de vocações europeias, também é popular. (...) Com isso, o espírito europeu que fez o Euro, Banco Central único da era econômica da Europa unificada, começa a ser um pouco desprestigiado" (2017: 698)

Em registro de 18 de outubro de 2000, Cardoso afirma que disse ao vice-presidente do Banco Mundial, Nicolas Stern, que os rumos dos dois anos seguintes de seu mandato já estavam definidos pelos programas em curso nas áreas de educação, saúde, estabilização da economia, acesso à terra. Contudo, Cardoso observa que "*estamos precisando de autoestima, de coesão nacional, de coesão até moral*" (2017: 707). O Brasil começava a se recuperar da crise do início de 1999, mas teria que enfrentar outro desafio: a derrocada argentina. Cardoso observa, em outubro de 2000, que a situação de Buenos Aires se agravava em uma crise "*de difícil solução*" e que o presidente De La Rua nomearia um novo ministro da Economia, de tendência mais neoliberal: "*E o que significa uma política neoliberal, mais ainda do que a Argentina já tem? Não chego a entender. Só se querem provocar uma tremenda recessão adicional às muitas pelas quais a Argentina vem passando*". Para Cardoso, "*o problema principal agora é político*" e o presidente necessitava ser coerente em sua política econômica (2017: 714).[201] Diante do colapso iminente da economia do país vizinho, a diplomacia brasileira vislumbrava o enfraquecimento da posição negociadora do Brasil no plano hemisférico. Em registro de 06 de novembro de 2000, Fernando Henrique Cardoso indaga se o Brasil não deveria apoiar o avanço das negociações da ALCA.

> E nós, será que não devemos fazer uma manobra envolvente nessa matéria? Aí, de novo, faltam empresários. Como eu vou me aventurar a propor qualquer coisa na Alca se não sei o que é bom para as empresas daqui, se eles não são capazes de definir uma política realmente boa para eles que não seja o puro protecionismo? (...) Temos que pensar com mais profundidade sobre essas questões, temos que ver, se não acabamos ficando um pouco para trás falando de Mercosul para impedir a ALCA, sem avançar nem num nem noutro. Como eu disse, o México funciona como um Estado americano, não para que o Brasil funcione como uma engrenagem americana, mas para dizer que

[201] Em 23 de outubro de 2000, Cardoso registra conversa com o presidente argentino e seu novo ministro da Economia, José Luis Machinea: "Disse-lhe que eu achava que a questão política era muito importante e que, sobretudo, era importante manter uma linha econômica, não ficar mudando de ministro, que o Malan era meu ministro fazia seis anos, que eu resisti a tudo o que é pressão e tal, e que achava importante ter essa linha. Expliquei também sobre o Gustavo Franco, o qual sustentei o quanto pude, até que vi que era inviável – não por ele, mas pela situação econômica. E mudei. Disse que é firme a nossa posição de apoio. Ele pediu licença para botar no viva-voz para o Machinea ouvir nossa conversa, e assim foi feito. Claro que quando o Machinea entrou no viva-voz, não dei a mesma ênfase na necessidade de manter a política econômica, porque estava a parecer que eu estava me intrometendo e defendendo-o" (2017: 715)

> as engrenagens americanas, inclusive o México, podem ser bons negócios para o Brasil (2017: 728).

8.5. As críticas da corrente autonomista

Após a Cúpula de Brasília, o auge da política externa do segundo mandato, a diplomacia de Cardoso começa a perder poder de iniciativa e entusiasmo. Os avanços das negociações da ALCA dependiam, no entanto, do resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Em 9 de novembro de 2000, Cardoso anota suas observações sobre o pleito: "*nós todos aflitos, fui dormir certo de que o Al Gore ia ganhar e amanhece na quarta-feira com a vitória. Em seguida já não é bem assim, e continua essa indecisão sobre o que vai acontecer na Flórida. É uma coisa fantástica, o maior país do mundo com essa indefinição"* (2017: 729). A vitória do republicano George W. Bush na Casa Branca enfraqueceu sobremaneira o projeto diplomático de Fernando Henrique Cardoso esboçado desde a sua chegada à Chancelaria, em 1992, e ampliou o número de vozes críticas à política externa que se vinha implementando na Presidência da República. O cerne de sua concepção de mundo era a ausência de concepções *gaullistas* ("*Une certaine idée de la France*") sobre a projeção de poder do Estado e de uma retórica nacionalista para elevar o status internacional do Brasil nos campos político, econômico e militar. Como visto no capítulo anterior, Cardoso buscava a "*autonomia pela integração*" e dizia que buscava uma política externa independente, sem a necessidade de proclama-la.

O pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso distanciava-se, desde o final da década de 1980, de pensadores que compartilhavam a ideia de que o discurso liberal, no plano econômico e político, refletiria o ímpeto dos Estados com maior poder nos campos político, econômico e militar de projetar seus interesses no funcionamento da ordem global. Nesse sentido, afastou-se cada vez mais da corrente política nacional-desenvolvimentista, cujo principal expoente era o economista Celso Furtado, e que ainda possuía muita influência dentro do Ministério das Relações Exteriores. Uma das principais vozes críticas do pensamento e da política externa Cardoso dentro do Itamaraty, era o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Em seu livro "*Quinhentos Anos de Periferia*" (1999), Guimarães atacava o discurso excludente dos países centrais (Estados Unidos e Europa Ocidental, principalmente), capaz de bloquear a autonomia de Estados emergentes o como o Brasil na cena internacional.

O principal alvo de suas análises críticas era a implementação de uma política econômica ortodoxa que esvaziava a capacidade do Estado de promover uma política nacional de desenvolvimento. A adesão a normas e a regimes não-proliferação, na visão de Guimarães,

não deveria ser realizada sem barganhas ou compromissos dos países centrais com o desarmamento. A alternativa para um país com as dimensões não era opor-se à globalização, mas buscar a superação do "*complexo de Estado de segunda classe*", reconstruindo um projeto nacional de desenvolvimento "*sobre os destroços deixados pelas políticas neoliberais da década de 90*" (GUIMARÃES, 1999: 144). Na mesma linha de José Luiz Fiori e de Paulo Nogueira Batista Júnior, Guimarães se opunha às opções de política externa que buscassem agradar às "*estruturas hegemônicas*" do capitalismo global e representassem limitações à afirmação plena do Brasil nos campos econômico, político e militar (Guimarães, 1999: 15-6). O embaixador em Genebra e ex-chanceler Celso Amorim também vocalizava a ala mais nacionalista e autonomista dentro do Itamaraty, mais ligada às ideias e aos conceitos da Política Externa Independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Seu desconforto com as diretrizes diplomáticas de Cardoso se tornaram mais salientes no segundo mandato, com a queda da popularidade do presidente e o aumento das críticas aos programas de governo dentro da coalizão, da burocracia itamaratiana e do próprio partido. Em depoimento para esta pesquisa, Celso Amorim, então embaixador do Brasil em Genebra, sustenta que

> o Fernando Henrique sempre teve duas coisas: de um lado a coisa do neoliberalismo, da aceitação de doutrinas que acabavam gerando uma dependência. Por outro lado, um certo desejo de afirmação do Brasil. Não posso e não vou querer diminuir. Talvez oscilando, às vezes com uma leitura ao meu ver equivocada, com essa ideia de que você precisava baixar a bola e tal. E que variava. Fernando Henrique variava. Porque ele deu o livro lá do Cordell Hull? Porque ele concordava com a ideia. Se não, não teria dado. Mas ele aceitou. Eu falei com o Lampreia e ele disse: "Fala lá para o Fernando Henrique". Ele, Lampreia, ele sim não queria se envolver nessa. Lampreia jogava futebol e jogava bem. Mas sabe aquele jogador que só vai na certa? Que só vai na boa? (risos). Era um pouco o estilo dele. Eu não estou fazendo crítica, acho melhor deixar assim (AMORIM, 2020).

As visões de Samuel Pinheiro Guimarães e de Celso Amorim eram compartilhadas por outros segmentos do Itamaraty, da academia, da oposição e da mídia. José Eduardo Lins da Silva, em seu artigo "*Política e Comércio Exterior*", incluído na coletânea "*A Era FHC: um balanço*" (2002), argumenta que algumas vozes críticas na sociedade entendiam as viagens internacionais de Fernando Henrique Cardoso traziam poucos resultados práticos e buscavam o fortalecimento da projeção política do presidente e reforçar a sua vinculação pessoal às correntes hegemônicas de poder global (LINS E SILVA, 2002: 299). Até mesmo os programas

populares de televisão, como o humorístico "*Casseta e Planeta*", da Rede Globo, satirizavam o grande número de viagens que o presidente realizava com a personagem "*Viajando Henrique Cardoso*". As oposições no Congresso também apontavam que o presidente deveria focar mais suas atenções nos problemas econômicos e sociais internos ao invés de gastar recursos com dispendiosas viagens ao exterior. Nas entrevistas publicadas na obra "*O presidente segundo o sociólogo*" (1999), Cardoso rebate as críticas às suas opções externas, afirmando que a questão "*não é saber quem é globalizado ou não. É se vamos ser vítimas cegas da globalização ou se teremos uma política para a globalização*" (CARDOSO E POMPEU DE TOLEDO, 1998: 84).

Embaixador do Brasil em Nova York de 1995 a 1999, Celso Amorim, em depoimento para esta pesquisa, afirma seu ativismo diplomático na busca de uma solução para a crise iraquiana de 1998-1999 pode ter causado desconforto no governo norte-americano. Amorim afirma que sua saída do Conselho de Segurança causou desconforto e estranheza no órgão: "*não sei até que ponto, porque você sabe que no Itamaraty também tem as suas conveniências. O meu substituto foi o Gelson, que foi assessor diplomático do Fernando Henrique, um homem de muito talento, não tenho a menor restrição sobre ele. Porque eu já tinha recebido uma indicação de que eu ia sair, mas depois demorou a minha saída um pouquinho. Porque uma vez o Lampreia foi a Nova York e disse que ia nomear o Gelson. E ele que me ofereceu Genebra. Foi uma coisa correta, interessante, mas que tem outro aspecto. Mas a saída foi uma coisa que causou uma certa estranheza. Ficaram perplexos com a minha saída, eu estava no auge. O assunto mais importante daquela época era Iraque. A pessoa encarregada de fazer o relatório sobre a maneira como a ONU devia tratar o Iraque foi Celso Amorim, do Brasil. Podia ter sido outro, mas era eu. Fizemos esses relatórios que deram notícia no New York Times e tal. E aí pedem para sair? É uma coisa muito estranha"* (AMORIM, 2020).

De acordo com Celso Amorim, sua saída poderia exemplificar os limites que uma nação em desenvolvimento poderia ter no Conselho de Segurança, dadas as pressões que as potências do P-5 (membros permanentes) exercem sobre os não-permanentes. O então embaixador relata que Reino Unido e França lhe encaminharam cartas para serem remetidas ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, em seu apoio. Diante da paralisia do Conselho de Segurança na "*Operação Raposa do Deserto*", em dezembro de 1998, Celso Amorim afirma que ajudou a reduzir as tensões com a criação de comissões de investigação e de verificação do desarmamento no Iraque (*Amorim Panels*). Posteriormente, já removido para Genebra, Amorim relata que chegou a sondado pelo secretário-geral Kofi Annan, para assumir a chefia dos inspetores no Iraque. Na visão do então embaixador, "*só aceitaria se houvesse o consenso do*

Conselho, porque não queria ver o meu nome vetado publicamente, como outros vetados pelos russos. Eu sabia que podia ser vetado pelos americanos. E eu sabia que os americanos não iam querer" (AMORIM, 2020). No entanto, Celso Amorim, na entrevista concedida, afirma que acredita que sua remoção do Conselho de Segurança para a representação do Brasil em Genebra, naquele momento crítico, pode ter sido uma questão meramente administrativa. Considerando que já estava há quatro anos em Nova York e que a prática diplomática brasileira reza que os burocratas do Itamaraty não se eternizem nos postos, a hipótese é verossímil.

> Eu tenho sempre que falar a verdade e ser franco. A minha sensação é que o Lampreia, por uma questão burocrática, queria colocar o Gelson no posto e me deslocar para Genebra, porque eu tinha experiência. (...) Eu acho. Então ele preferia que fosse eu. Mas, seja como for, e eu não me lembro mais quando ele foi visitar, ele foi a Nova York para me falar disso. Tinha uma diferença, mas ele me respeitava. Aí ocorrem esses fatos todos e foi uma surpresa absoluta para os outros membros do Conselho. Eu voltei lá depois como membro da Comissão de Desarmamento, quando eu já estava em Genebra. O espanhol dizia: "*tu estavas en el auge*!". Eu disse a ele que era por isso, quem tinha que estar no auge era o ministro. Mas enfim, não posso dizer que foi só por isso. Mas a pressa para a minha saída talvez explique. Porque você sabe que a remoção de embaixador às vezes leva muito tempo. E até uma vez eu recebi um telefonema: "*Olhe, Celso, você não vai? Vai logo*". Eu queria ir, mas não me marcavam audiência no Senado para a sabatina, como eu poderia ir? A certa pressa acho que sim, foi em função disso. Porque os americanos, sim, ligaram para ele, sim pressionaram (AMORIM, 2020).

8.6. Sai Luiz Felipe Lampreia, entra Celso Lafer

Em novembro de 2000, Cardoso e seu chanceler, Luiz Felipe Lampreia, conversaram sobre a troca de comando no Itamaraty: "*quando voltávamos para Brasília, reiterou que ele deixa o ministério em janeiro, lá para 15 de janeiro, e disse que o Bambino [Sebastião Rego Barros] não quer ser ministro. Senti que ele quer que eu efetive o Seixas Correa. Falou do Celso Lafer, disse que o Celso está com muito interesse também, eu não me comprometi. Se o Celso realmente quiser e não houver ninguém à altura dele, e se não houver injunções políticas, eu ponho o Celso"*. Na mesma conversa, Cardoso e Lampreia conversaram sobre as prioridades da política externa nos dois anos finais de mandato de Cardoso. O foco eram as negociações da

ALCA e entre o MERCOSUL e a União Europeia (CARDOSO, 2017: 734).[202] Em depoimento para esta pesquisa, o jurista Celso Lafer afirma que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu primeiro chanceler desenvolveram uma relação de profunda confiança:

> Ele chamou o Lampreia quando ele assumiu a presidência e ele foi um ministro muito afinado com ele, não? Eu penso o seguinte: quem conduz a política externa, por ação ou omissão, é o Presidente da República. É o que diz a Constituição e a prática. Então, quem conduziu a política externa da presidência Fernando Henrique foi o presidente Fernando Henrique. Ponto. E o Lampreia foi um qualificado operador desta política externa e da visão que ele tinha, do rumo a tocar. Que era um pouco fruto de uma visão de que o mundo está interdependente, há globalização, vamos nos beneficiar do que a globalização oferece. Ele gostava de citar o Giorgio Napolitano: "vamos nos globalizar para não sermos globalizados". É uma boa frase. Depois o Lampreia quis ir embora, já estava cansado (LAFER, 2020)

Em viagem ao Panamá, no fim de novembro, a fim de participar da Cúpula Ibero-americana, "*um esforço da diplomacia espanhola*" para projeção de poder político e econômico na América Latina, Cardoso observa que a reunião de chefes de Estado e de Governo havia se transformado em um "*espetáculo da Guerra Fria, uma volta de dez anos, quinze anos nas lutas na Centro-América, o papel do Fidel, sua participação revolucionária, um charope imenso*". E observa que o encontro "*foi penoso, patético, mostrou o grau de despreparo institucional de muitos países latino-americanos. A reunião não teve ordem, não houve objetividade, muito ruim"* (2017: 743).

Na política externa, as opções se tornavam mais escassas com a mudança do quadro internacional. Faltando dois anos para a conclusão de seu mandato, a força política do presidente da República também sofria um desgaste visível. Cardoso não era um *lame duck* (pato-manco), mas as principais forças políticas já buscavam se articular tendo em vista as eleições de 2002. Diante da estabilização econômica e política internas, Cardoso buscava a sua última cartada: articular uma posição conjunta dos países latino-americanos para a negociação da ALCA e de um acordo com a União Europeia. Apesar de Cardoso ter perdido um grande

[202] Em 22 de novembro, sobre a troca de ministro no Itamaraty, Cardoso observa que "*dos embaixadores, dos mais novos, os mais efetivos são o Rubens Barbosa e o Sérgio Amaral, que talvez o Sérgio Amaral seja mais apropriado para ser ministro. O Lampreia prefere o Seixas ou então o Celso Lafer. Na média, todos preferem o Celso Lafer, que é uma pessoa com a cabeça moderna, é leal e serviu bem nas funções com que teve que se haver. Provavelmente vou nomear o Celso. Não está ainda decidido na minha cabeça, mas provavelmente farei isso*" (CARDOSO, 2017: 747)

aliado no campo da Terceira Via, o fato de o Partido Republicano ser, historicamente, mais favorável ao livre-comércio do que o Partido Democrata, poderia ser uma vantagem para o Brasil nessa direção.

Em 03 de dezembro de 2000, o presidente registra almoço com os presidentes do Chile, Ricardo Lagos, e do México, Vicente Fox: "*Havia certo mal-estar, porque nesse ínterim o Lagos tinha feito um acordo entre o Chile e os Estados Unidos para entrar no Nafta, e não nos disseram uma palavra sobre essa questão*". Cardoso observa que a manobra mexicana para formar um G-4 (Brasil, Argentina, Chile e México), vetado por De La Rua e por ele, esvaziaria a força negociadora do MERCOSUL (2017: 759).[203] Além de buscar atrair os chilenos para o MERCOSUL, Cardoso buscava moderar as posições radicais do presidente venezuelano. Em encontro com o presidente Chávez, afirma que recomendou que contivesse a sua retórica: "*Ele praticamente chorou, emocionou-se quando falei em ajudar. Eu continuo com a mesma opinião: ele não sabe o que vai fazer, quer reformar, quer ajudar o povo, tem uma retórica muito forte, tem ideias. Entretanto, no quadro mental dele, as ideias são dos anos 1960, é esse o problema. E pode pôr em risco multa coisa, porque é desbocado, fala demais*" (2017: 762).

Os últimos dias do ano 2000 marcavam não apenas o fim do século e do milênio, mas os derradeiros momentos da administração de seu principal aliado, o democrata Bill Clinton. Em conversa com Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana que se despedia do cargo, Fernando Henrique Cardoso registra que disse que o Brasil ainda era um país provinciano, "*como eles eram e talvez, até o sejam ainda",* e que não tinha dimensão do papel que poderia desempenhar no plano global: *"É difícil mover. Mas, em termos de democracia, vamos jogar juntos, vamos adiante em várias partes da América Latina. E até no mundo podemos ter uma participação maior".* Albright disse a Cardoso que o Brasil havia perdido a oportunidade de avançar mais em termos de cooperação com os Estados Unidos: "*Talvez tenhamos perdido mesmo. É verdade, não podemos tirar a castanha com a nossa mão para eles comerem. Temos que olhar isso, porque o que eles querem muitas vezes não cabe*" (2017: 762).

Enquanto os membros da administração democrata limpavam as gavetas em Washington, o presidente-eleito George W. Bush já dava os primeiros passos rumo ao poder. Em 22 de dezembro de 2000, Cardoso registra rápida conversa telefônica com o novo presidente dos Estados Unidos: "*Falei do pai dele, ele disse que o pai tinha ficado muito impressionado*

[203] Cardoso registra ainda a anedota que lhe foi contada pelo ex-presidente uruguaio, Julio Sanguinetti: "*o Mercosul é a união entre o bom gosto e a sobriedade brasileira, a honestidade paraguaia, a alegria uruguaia, a simplicidade e a humildade argentina e a sinceridade chilena* (2017: 763).

com uma conversa que teve comigo num almoço aqui e que também o Clinton, com quem ele tinha estado na véspera, fez recomendações para que ele falasse comigo e pediu que tivéssemos um bom entendimento. Clinton repetiu a ele os elogios que sempre me fez, o hemisfério, um entendimento do Brasil e que na primeira oportunidade conversaríamos. Disse-lhe que iria mandar uma carta sugerindo algumas coisas para a reunião da cúpula que vai haver no Canadá. Essa foi a conversa rápida com Bush" (CARDOSO, 2017: 787).

Fernando Henrique Cardoso registra, nos últimos dias de 2000, conversa com o embaixador do Brasil em Buenos Aires, Sebastião do Rego Barros, sobre as negociações da ALCA: "*ele me disse para não esquecer o Barão do Rio Branco, ou seja, que o Brasil tem que ter uma boa política no Prata e uma boa política com os americanos".* E afirma que o diplomata criticou a forma como o Itamaraty conduzia as relações com a Argentina, "*no sentido de reclamar muito e de tratar mal os argentinos, sem entender que essa aliança nos é vantajosa"* (CARDOSO, 2017: 788). O presidente e o seu embaixador trataram do perfil que o novo chanceler deveria ter e sobre dois possíveis pretendentes para substituir Lampreia: Luiz Felipe Seixas Correa ("*competente, mas talvez seja um pouco ao estilo do Itamaraty, mais da área política do que da econômica*") e Celso Lafer ("*tem todas as qualidades*", mas "*talvez seja menos agressivo do que se necessita agora*"). Na visão de Cardoso, Lampreia estava "*deprimido, me parece, sem ânimo depois de seis anos. Não vai embora por razão política, nem pessoal, porque gosto muito dele e ele de mim e da Ruth*" (2017: 788).[204] Segundo o depoimento de Celso Lafer a esta pesquisa,

> Lampreia segurou um ano porque esperava que a Conferência da OMC em Seattle fosse bem-sucedida e ele queria ter o prazer de participar disso, como participou das negociações da Rodada Uruguai. Quando ela não foi bem-sucedida, ele resolveu penduras as chuteiras. E aí teve o problema da sucessão. Ele na ocasião falou comigo e disse: "olha, vou conversar com o presidente e levar algumas sugestões. Vou levar os nomes do Seixas Correa, do Bambino e o seu. Pergunto se posso levar, e se ele perguntar você aceita." E assim foi (LAFER, 2020)

[204] Cardoso relata conversa com o embaixador Rubens Barbosa sobre a mudança que pretendia fazer no Itamaraty: "Ele veio com boas ideias, deixou uns documentos sobre a ALCA, sobre o que fazer com a política exterior do Brasil. Eu gosto do Rubens, ele é um bom embaixador, não o nomeio ministro das Relações Exteriores porque não há clima no Itamaraty. O Itamaraty é complicado, Rubens não tem apoios, iria ser uma luta permanente. Mas o Rubens é bom, é trabalhador. Almocei, nessa mesma quinta-feira, com Sérgio Amaral. Queria alertar o Sérgio de que seria difícil conduzi-lo ao ministério por causa do meu relacionamento com o Celso Lafer e das expectativas itamaratianas. (...) Entretanto, na conversa, achei que o melhor seria colocar o Sérgio Amaral. Vamos ver como vamos fazer isso" (2019: 36).

Em 12 de janeiro de 2001, Fernando Henrique registra o recebimento do pedido de demissão do ministro das Relações Exteriores: "*Lampreia apresentou a sua carta de demissão. Conversamos com calma, ele estava certo de que eu ainda não tinha escolhido o candidato*". Cardoso lhe disse que nomearia Celso Lafer ("*o nome que tem mais apoio do Itamaraty*"). Lampreia, por sua vez, mostrou-se surpreso, imaginando que Cardoso nomearia Sérgio Amaral. Cardoso responde ao ministro demissionário: "*também gosto do Sérgio, mas ponderei as resistências que seriam oferecidas e o tempo que ele iria tomar para tomar pé. Me pareceu que não haveria espaço suficiente para o Ministério dar conta das coisas. Sérgio Amaral poderia fazer um bom trabalho se tivesse sido nomeado no começo do segundo mandato*" (2019: 44).

Após contato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-chanceler Celso Lafer mostrou interesse em comandar, pela segunda vez, o Itamaraty.[205] Pediu que viesse a Brasília, mas que guardasse reserva: "*quero discutir alguns pontos antes de uma decisão*" (2019: 46). Dias depois, Cardoso registra o encontro com Celso Lafer, no qual acertaram os detalhes da nomeação para o Ministério. Em entrevista para a pesquisa, Lafer afirma que as linhas de ação da política externa de Fernando Henrique Cardoso eram baseadas em "*muita convicção de que a capacidade do Brasil de influenciar está ligada ao seu soft power. E o seu soft power está ligado à sua qualidade da sua ação interna, que legitima o escopo da sua ação externa. Para fazer isto, ele contou com a sua leitura do mundo de grande intelectual. A capacidade de orientar-se no mundo, de não se perder no mundo e de não ter medo do mundo. É um dado muito importante, fruto de uma postura não-provinciana. E, também, a história de alguém que não estava permanentemente atualizado*.". Nesse sentido, completa Lafer, "*latente à visão do presidente está a compreensão do jogo das forças sociais e econômicas que veio da sua leitura cuidadosa da obra de Marx, assim como da obra de Weber"* (LAFER, 2020)

A alternância de comando após os seis anos de gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia trouxe para o palco um embaixador experimentado em negociações comerciais e com bom trânsito no Palácio dos Arcos. Conforme visto nos capítulos 6 e 7, Fernando Henrique Cardoso e Celso Lafer tinham um histórico de colaboração remontava ao começo dos anos 1990, quando o primeiro sucedeu o segundo no comando do Ministério das Relações Exteriores. Além de amigos pessoais e aliados políticos, compartilhavam uma visão de mundo semelhante:

[205] O presidente registra ainda telefonema que recebeu do ministro da Saúde, José Serra, envolvido em negociações para a quebra da patente de remédios, em Genebra: "*Serra me perguntou se eu tinha convidado o Celso, como eu ainda não tinha visto o Celso. Era para acalmar o Itamaraty, senão o Itamaraty fica nervoso*" (2019: 47). Então embaixador brasileiro em Genebra, Celso Amorim afirma em seu depoimento: "*Tinha o Serra no governo, aquela parte de medicamentos me deu muito apoio. Ou eu dei apoio a ele, não sei como você define*" (AMORIM, 2020).

eram liberais, no plano político, e globalistas, no plano internacional. Na visão do novo chanceler, o Brasil era um país continental com peso político na América do Sul, com um patrimônio diplomático importante e com uma economia em processo de modernização.[206] Em sua entrevista para esta pesquisa, Celso Lafer explica como se dava o relacionamento entre o presidente da República e o seu ministro do Exterior: "ele sempre deixou muito claro que cabia ao presidente da República, em todos os campos, inclusive na política externa, dar o rumo e o sentido de direção" (LAFER, 2020).

8.7. "Aqui nesse mundinho fechado": a diplomacia comercialista

Os últimos dois anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso foram caracterizados pelas movimentações e articulações políticas visando à sucessão, em 2002. A sucessão presidencial dentro do PSDB foi marcada por uma disputa cupulista entre as pré-candidaturas do governador Tasso Jereissati (`PSDB-CE) e do ministro da Saúde José Serra (PSDB-SP), o primeiro mais ligado a à ala liberal do partido e o segundo a uma visão mais economicamente protecionista e desenvolvimentista. Fernando Henrique Cardoso manteve-se numa posição mais neutra nessa disputa, como um "*magistrado do processo*", sem tomar partido inicialmente em nenhuma delas (DULCI, 2010: 271). A disputa traumática pelo comando das duas Casas do Congresso deixou a coalizão em ruínas e o governo exposto à paralisia decisória e ao bloqueio de votações relevantes. [207]

O aumento da dispersão no relacionamento entre Executivo e Legislativo deixou a Presidência mais vulnerável nos últimos dois anos do governo. De acordo com Abranches, coalizões como a construída por Fernando Henrique Cardoso, formadas por três grandes partidos com tamanhos semelhantes (PSDB, PFL e PMDB), são altamente instáveis. Quando um dos partidos se torna mais poderoso, os outros dois formam uma coalizão para bloqueá-lo, o que gera imediata instabilidade, deixando o governo exposto na votação de sua agenda

[206] Em sua obra "*A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro*" (2007), cuja primeira edição foi publicada em 2000, Lafer argumenta que a diplomacia se vale das especificidades nacionais e das forças profundas que informam a existência do país, buscando "*traduzir necessidades externas em possibilidades internas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino*" (Lafer, 2007: 16-17; 19-20).

[207] Na Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB) derrotou Inocêncio Oliveira (PFL-PE). No Senado, o PMDB lançou a candidatura de Jader Barbalho (PMDB-PA) para fazer frente à de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), vencendo a disputa. Como retaliação ao governo, Inocêncio Oliveira e o PFL declaram-se oposição ao governo, somando votos ao PT e a outros partidos de oposição para a derrubada de projetos de iniciativa do governo, como o que autorizava o pagamento do salário ao funcionalismo. Cardoso contra-atacou, dando um ultimato para o PFL entregar os cargos no governo (ABRANCHES, 2018: 217).

legislativa. Tendo em vista o enfraquecimento da popularidade do presidente e a aproximação das eleições, os projetos políticos partidários e as rivalidades regionais e locais se tornavam mais relevantes do que as lealdades ao governo e ao presidente da República (ABRANCHES, 2018: 217).

Nesse sentido, a troca de comando no Congresso Nacional, em 2001, foi o divisor-de-águas do declínio político do governo Fernando Henrique Cardoso. Um fator adicional que contribuiu para o enfraquecimento da Presidência Cardoso foi a perda de um dos seus principais aliados, Mário Covas, fundador do PSDB. Sem a presença de Franco Montoro e de Mário Covas, falecidos com poucos anos de diferença, o partido perdeu duas de suas principais lideranças fundadoras, estruturadoras e mobilizadoras. A morte de duas fortes lideranças com presença nas bases do partido e com um discurso mais socialdemocrata levou à hegemonia de uma ala mais liberal e conversadora. Na visão de Marcelo Dulci,

> a resposta liberal ao desafio da democracia brasileira que fundou o PSDB, foi ao centro do poder e entrou em crise, perdeu parte das bases sociais e eleitorais, entrou em uma dinâmica centrífuga no que diz respeito à sua capacidade de liderar uma ampla coalizão liberal-conservadora e viveu, no segundo mandato de Cardoso e nas eleições de 2002, o drama e as consequências eleitorais do seu fracasso – maior ou menor, conforme a visão do analista (DULCI, 2010: 271).

A incapacidade de Cardoso manobrar a disputa política dentro da sua coalizão deixou o governo enfraquecido e abriu uma guerra declarada entre lideranças do PMDB e do PFL, envolvendo disputas pessoais e regionais, intrigas, acusações mútuas de traição e de corrupção. Aécio Neves venceu com o apoio do PMDB na Câmara e o PMDB venceu com o apoio do PSDB no Senado, deixando o PFL isolado. Apesar das declarações do presidente de que havia se mantido neutro no processo, os congressistas não enxergaram dessa forma. Para Sérgio Abranches, o PSDB detonou essa crise artificial ao ambicionar o comando da Câmara dos Deputados em um momento de enfraquecimento da sua força político-eleitoral nas eleições de 2000. O partido "*vivia o seu ocaso precocemente*", mas desejava manter-se influente na articulação da sucessão de Cardoso, em 2002. O enfraquecimento precoce da coalizão, entretanto, deixou o partido politicamente fragilizado, dependendo do desempenho da economia (ABRANCHES, 218-219).[208]

[208] Em 06 de maio de 2001, Cardoso registra, nos "*Diários da Presidência*", que ao fim do seu mandato, terá contado uma década desde que assumiu o comando da orientação econômica do país: "Chega um momento em que há o que eu chamo de fadiga de material. Tanto a população se cansa da gente como a gente se cansa do

A dimensão econômica da diplomacia de Cardoso nos últimos dois anos buscava, primordialmente, reforçar as ações do país no eixo Buenos Aires-Washington-Bruxelas-Genebra. Em primeiro lugar, era preciso alinhar posições e ajudar a Argentina em suas dificuldades econômicas. Em segundo lugar, buscar maiores concessões do governo dos Estados Unidos, especialmente no que toca ao tema do acesso a mercados. Em terceiro lugar, buscar o apoio da União Europeia e dos principais governos a um acordo comercial que fosse mutuamente benéfico. Em quarto lugar, reforçar as negociações do Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a experiência de chefiar o Itamaraty no governo Collor e de conduzir a representação em Genebra nos primeiros anos da OMC, Lafer procurou fortalecer a estratégia brasileira de negociações comerciais.

Cardoso observa que estava buscando "*o possível e o impossível para, através do Mercosul, construir algum tipo de barreira a um mercado avassalador. Daqui a pouco, o que vai acontecer, é o predomínio desse mercado avassalador: globalização crescente da América Latina, vontade de integração no mercado único hemisférico e isso acaba com nossa política comercial*". Nesse sentido, ressalta "*isso não vai acontecer no meu governo porque não haverá nem tempo e porque vou segurar o que puder, graças à minha visão, que não é tão copernicana quanto pensam*". E conclui, afirmando: "*no Brasil, tínhamos que estar nos preparando para os próximos trinta anos, mas estamos cogitando apenas os próximos dois meses*" (2017:765).

A política externa de Cardoso continuava apostando também no universalismo para a projeção dos interesses do país em outras regiões. Em fins de janeiro de 2001, Fernando Henrique Cardoso viajou à Coréia do Sul, tendo encontro com o presidente Kim Dae-Jung, prêmio Nobel da Paz. Cardoso afirmou, em seus Diários, que "*a Coréia dá uma lição em todos nós, eles estão fazendo um trabalho imenso de qualificação de pessoas, o presidente tem consciência disso. Ele fala com desenvoltura sobre os temas científicos, sobre a necessidade de avançar, é um homem de setenta e tantos anos com muita clareza sobre tudo isso e também sobre os valores universais, a democracia, essas questões todas. Enfim, é não só um homem do mundo, como um homem que conhece os problemas do mundo"* (2019: 49).[209] A segunda visita

exercício do cargo público. É preciso saber a hora de cair fora. Eu farei 70 anos no mês que vem, então sairei do governo com 71 anos. Meu Deus, não quero mais saber disso, não!" (2019: 180).

[209] Cardoso compareceu à militarizada divisa com o vizinho do Norte: "*Impressionou-me muito ver a linha divisória entre as duas Coreias, quase em cima de Seul e tudo fortificado, o que mostra que o medo dos sul-coreanos na época da Guerra Fria era mais que compreensível. Eu não conheço a Coréia do Norte, não sei avaliar o que eles fazem realmente. A visão da Coréia do Sul sobre a do Norte é de que se trata de um regime ultra-stalinista, extremamente perigoso, de um personalismo absoluto. Agora, o choque que tive foi ver o que*

da viagem pela Ásia e Oceania foi ao Timor Leste, onde se encontrou com o brasileiro Sérgio Vieira de Melo (1948-2003), funcionário internacional das Nações Unidas responsável pela condução do governo de transição, e José Ramos Horta, um dos principais líderes guerrilheiros. Cardoso assinala que Vieira de Melo "*tem mostrado uma capacidade muito grande de ação, de articulação, de presença, e vejo que ele tem autoridade sobre os líderes timorenses. Não apenas graças a uma imposição externa, mas porque é alguém que compartilha solidariamente os objetivos do povo do Timor*" (CARDOSO, 2019: 53).[210]

Em fins de janeiro de 2001, após a viagem à Ásia, Fernando Henrique Cardoso se encontrou com o novo chanceler, Celso Lafer, para discutir os rumos da política externa. Cardoso afirma que a ALCA seria a prioridade do novo governo norte-americano na Cúpula das Américas, em Quebec. O presidente mostrava preocupação com o envio, ao Congresso dos EUA, do *fast track*, instrumento que delegava ao presidente poderes mais amplos para negociar acordos comerciais, que contaria com apoio suprapartidário. Dessa forma, "*ou o Brasil entra de comum acordo com os Estados Unidos, como se fossem os dois líderes do processo da comunidade das Américas, ou o Brasil vai a reboque, ou fica isolado. Essas são as três alternativas, os americanos sabem disso e estão jogando fortemente com esse propósito. Eles preferem o Brasil na vanguarda junto com eles. Mas não vai parar se o Brasil não topar. E nós temos que ter posição nessa matéria*" (CARDOSO, 2019: 59).

Cardoso afirma que aconselhou ao chanceler criar um grupo de trabalho no Itamaraty para tratas das questões da ALCA. Era preciso mobilizar ainda os empresários para a defesa dos interesses dos setores produtivos. Outros pontos discutidos foram o MERCOSUL e a reforma da carreira diplomática: "*botar para fora os mais velhos, inclusive os mais amigos meus que já serviram bastante e botar gente nova em posição de responsabilidade e de representação no exterior".* Cardoso desejava ainda que o Brasil reforçasse o seu discurso no campo da democracia, dado o desgaste sofrido no relacionamento com o governo autocrático de Fujimori, e do combate às drogas. O presidente entendia que a sua fácil interlocução com Fidel Castro e Hugo Chávez eram oportunidades de ação no campo da democracia e dos direitos humanos no âmbito hemisférico. O tema do combate ao narcotráfico era sensível, pois as

restou da Guerra Fria e ainda está presente. Me fez lembrar o que vivíamos havia vinte ou trinta anos" (CARDOSO, 2019: 50).

[210] Cardoso encontrou-se ainda com Xanana Gusmão, a principal liderança popular do país: "*um líder extraordinário, conversamos, já tinha me dito em Moçambique, agora repetiu no carro quando estávamos sozinhos: ele não vai ser candidato à Presidência, e sabe por quê? Primeiro porque está a vinte e quatro anos à frente do movimento, o povo cansado dele e o ele cansado do exercício da função. Segundo, ele sabe que vai haver muita briga, muito faciosismo nas instituições que eles estão criando, estão fazendo uma Assembleia Constituinte e tudo mais. Ele quer assegurar a posição de líder moral do movimento e tem razão*" (2019: 54).

"*Forças Armadas se opõem muito a qualquer vinculação mais profunda com os americanos. Entretanto, elas não entram na luta contra as drogas com força*" (CARDOSO, 2019: 60).

O relacionamento com os países da América do Norte concentrou suas atenções no começo do mês de fevereiro de 2001. A disputa comercial com o Canadá em razão do "*mal da vaca louca*", na visão do presidente, teve uma reação muito forte por parte dos parceiros do NAFTA: "*isso provocou uma onda de irritação nossa*". Cardoso orientou o chanceler Celso Lafer e o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, a responderem com dureza, dada a gravidade das acusações contra o Brasil: "*Não dá para a gente aceitar tanta arrogância diante do Celso*" (CARDOSO, 2019: 69). As relações com o México também sofreram uma reavaliação com a chegada ao poder de Vicente Fox.

Em 10 de fevereiro de 2001, Cardoso registra suas impressões sobre o chanceler mexicano, Jorge Castañeda, com quem teve encontro: "*expliquei a posição do Brasil no que diz respeito à ALCA, e vejo que o México tem preocupação de formar com Chile, Brasil e Argentina um grupo de quatro. O México quer entrar na discussão americana e sul-americana, é uma jogada tática que não me preocupa, eles têm o direito de fazer isso, mas não é o nosso interesse maior"*. Cardoso afirma ter lhe dito que, enquanto no exterior "*pensam que queremos ter hegemonias e tudo mais*", dentro do país, os "*brasileiros não dão conta do peso que têm no exterior*", voltando-se apenas para questões internas (CARDOSO, 2019: 70). Dessa forma, comerciantes, empresários, políticos e sindicalistas brasileiros tinham uma visão provinciana do mundo: "*para nós, a ALCA é um problema, pois precisamos convencer o pessoal da importância dela, porque ninguém quer a ALCA. Como ninguém queria o Mercosul e agora, na primeira oportunidade, querem cair fora do Mercosul, querem ficar aqui neste mundinho fechado, que é impossível. A tendência autárquica é a média geral brasileira*" (2019: 70),

Fernando Henrique Cardoso acreditava que o Brasil se encontrava em um dilema em política externa: "*seguimos Rio Branco ou não? Rio Branco significa: boas relações com os Estados Unidos. Mas boas relações com os Estados Unidos não pode ser uma relação passiva. Temos que ser propositivos. Acho que é importante propor uma coisa mais inovadora*. O presidente acreditava que a questão da ALCA exigia uma complexa engenharia diplomática e uma difícil articulação interna dentro do MERCOSUL para fortalecer as posições de barganha nas relações com os Estados Unidos (CARDOSO, 2019: 75).

Harmonizar posições dentro do bloco sul-americano, no entanto, exigia maior grau de convergência com as posições argentinas, o que era dificultado pela crescente instabilidade econômica do país. Em março de 2001, Cardoso registra o seu desconforto com as conversas

que teve com o presidente Fernando De La Rua: "*ou ele disfarça muito o sentimento, ou não percebe a gravidade da situação. Perdeu vários ministros, o plano apresentado é muito duro. Na prática a Argentina vai ter que baixar o valor real do salário e cortar gastos públicos ou então aumentar a produtividade – ou fazer tudo ao mesmo tempo. Tudo é muito difícil e, sem base política, é quase impossível. Vejo a situação com muita, muita preocupação*" (2019: 107).

As resistências internas à diplomacia da integração comercial se davam não apenas dentro do Itamaraty, mas também nas Forças Armadas. Em reunião com a área militar no Palácio do Planalto, o presidente da República afirma que explicou a eles a situação da Argentina: "*com as ideias do* [Domingo] *Cavallo e com a falta de firmeza do Fernando de La Rua, seria um aliado débil para enfrentar a questão da ALCA. O Chile já tinha partido para uma discussão bilateral com os Estados Unidos, eu queria preveni-los de que as nossas cartas estão escasseando para enfrentar a pressão americana sobre a ALCA e dizer que quero que eles se posicionem também"* (CARDOSO, 2019: 111).

Cardoso afirma que a ALCA era malvista no país, inclusive pela cúpula militar, segundo informe recebido de seu chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Alberto Cardoso: "*a questão não é estar contra ou a favor da ALCA, mas perguntar: os americanos vão mesmo reduzir tarifas? Eles vão mesmo se submeter ao antidumping, às nossas regras? Como vamos nos haver com a questão do meio ambiente*?". Em seus diversos pronunciamentos nas academias militares e nos cursos de alto comando das três armadas, Cardoso reiterava que a integração do Brasil ao mundo não representava uma ameaça à soberania nacional, mas uma oportunidade de modernização interna e de projeção externa. Embora o Brasil tivesse posições avançadas sobre meio ambiente e questões trabalhistas, a ALCA ainda era vista como "*um bicho-papão, e isso não muda da noite para o dia*" (CARDOSO, 2019: 111).

Em abril de 2001, Fernando Henrique Cardoso foi a Washington encontrar-se com George W. Bush. E reiterou, nos "*Diários da Presidência*", que as vantagens de um acordo comercial com os Estados Unidos eram inegáveis: "*no Brasil se supõe que vamos perder com qualquer acordo comercial porque os americanos são mais fortes, e são mesmo. Então, eu disse ao Bush que seria melhor um acordo mais amplo, e dei essa ideia*". Cardoso explicou ao novo presidente dos Estados Unidos que a crise na Argentina era um problema que exigiria um diálogo estreito entre os dois países. Compartilhar poder, na visão do presidente, era o caminho para a busca de solução para as crises. A maior preocupação de Bush era a retórica inflamada do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Cardoso disse ao colega norte-americano que iria se encontrar com o venezuelano e que conversaria com ele: "*Fiz a defesa do Chávez de novo.*

Eu sei que ele tem impulsos que, às vezes não são racionais, mas está querendo o bem do povo e até agora não quebrou a regra democrática" (2019: 125).[211]

Embora tentasse acercar-se do presidente dos Estados Unidos para fortalecer os pleitos brasileiros de acesso ao mercado agrícola norte-americano, pedra-de-toque das reinvindicações brasileiras para assinar a ALCA, Cardoso continuava manobrando a política externa para em direção a outros quadrantes para se capitalizar com George W. Bush. A oportunidade de ouro surgiu após um incidente diplomático entre Pequim e Washington envolvendo a captura de um avião militar norte-americano no Mar da China, com prisioneiros. O incidente diplomático deixou os chineses profundamente irritados com o governo norte-americano. Em 12 de abril de 2001, por ocasião da visita do presidente chinês Jiang Zemin a Brasília, Fernando Henrique Cardoso registra, nos seus *Diários*, conversa telefônica com Bush acerca do tema. Bush disse a Cardoso que a relação com a China "*estava complicada porque os chineses queriam que ele pedisse desculpas*". Bush respondeu que havia dito "*I´m sorry*", mas que não poderia ir além disso. E pediu a Cardoso se poderia interceder a favor dos Estados Unidos na visita de Zemin ao país: "*disse que o que aconteceu no mar da China foi um acidente, não foi nada proposital, embora, obviamente, o avião americano estivesse fazendo espionagem, acrescento eu. Respondi que sim, que falaria com o presidente [Jiang] Zemin, que conheço, e antecipei que achava que havia um problema de cultura, porque a noção de tempo é diferente no Oriente, na China especialmente*" (2019: 142).

Ao comentar a visita do chefe de Estado chinês ao Brasil, Cardoso observa que conversou com ele a sós, somente acompanhado de uma intérprete. Abordou o assunto dos norte-americanos com o líder chinês, que já haviam decidido pela libertação dos prisioneiros. Segundo Cardoso, Zemin lhe disse: "*Esse moço é muito moço. O presidente Bush, eu conheci os pais dele, conheci o* [Henry] *Kissinger, a China tem cinco mil anos. Os Estados Unidos são um país mais jovem*". Cardoso afirma que o presidente chinês achava que Bush não tinha maturidade para ocupar o cargo. E deu, como exemplo, a atitude de Clinton, que também era jovem, mas que por ocasião do bombardeio acidental da Embaixada da China em Belgrado, na Sérvia, por aviões da OTAN, telefonou seis vezes para Zemin para pedir desculpas: "*Ele só atendeu o Clinton na sexta vez. Qual a lição ele queria tirar disso? Que os americanos*

[211] Dias depois da reunião com Bush, Cardoso esteve com Hugo Chávez, contando-lhe a conversa que teve com o presidente dos Estados Unidos: "olha, é para você maneirar mesmo, porque se chegar lá [na 3º Cúpula das Américas] bem-comportado e educado, eles vão ficar surpresos porque estão pensando que você vai ter uma ação mais barulhenta e estão com medo. Você vai tirar o doce da boca do Bush, vai ganhar com isso. Eles pensam que eu te controlo. Eu sei que não te controlo! " Ele riu muito. Eu gosto, reitero, eu gosto do Chávez. Ele se propôs a entrar no Mercosul, o que eu acho bom, falei que o Brasil apoiaria. Enfim, tivemos uma boa conversa à sós no almoço do Itamaraty" (2019: 131)

precisam entender que o mundo não é mais hegemônico". Cardoso observa que a resolução da controvérsia com os Estados Unidos, no entender do presidente Jiang Zemin, exigiria paciência e humildade por parte do governo estadunidense. Cardoso buscou capitalizar o pedido de Bush a favor do prestígio do Brasil (e de seu governo) na cena internacional, pedindo ao presidente chinês que mencionasse a conversa quando se encontrasse com o governante dos Estados Unidos (CARDOSO, 2019: 144).[212]

Fernando Henrique Cardoso e George W. Bush se reencontraram no Canadá, poucas semanas depois. Em **Discurso na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas**, em Québec, Canadá, realizado em 20 de abril de 2001, Fernando Henrique Cardoso iniciou sua intervenção ressaltando que "*o empreendimento de integração que hoje levamos a efeito nas Américas só é possível porque está alicerçado na adesão de todos, sem exceção, aos valores e princípios da democracia"*. A integração hemisférica deveria ser uma oportunidade de atacar as desigualdades regionais e as assimetrias entre os países, não de homogeneização e de eliminação das diversidades culturais. Cardoso ressalta a necessidade de uma "*consciência de um destino comum e, portanto, eliminação de assimetrias e garantia de oportunidades iguais para todos*". Reconhece também que deveriam ser respeitados os diferentes caminhos políticos e trajetórias econômicas das nações latino-americanas, sem a imposição de um pensamento único.

> A eliminação progressiva dos obstáculos às trocas comerciais pode desempenhar um papel decisivo na criação de oportunidades para o crescimento econômico e para a superação das desigualdades. Assim concebemos no Brasil a possibilidade de uma ALCA. Assim temos realizado, com êxito, a construção do MERCOSUL, que para o Brasil é uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica (BRASIL, 2009: 56).

O presidente brasileiro reforça, no discurso, que a criação da ALCA seria bem-vinda para o Brasil se atendesse a algumas condicionantes: ampliasse o acesso a mercados; garantisse regras sobre *antidumping*; reduzisse as barreiras tarifárias e não-tarifárias; combinasse a

[212] Os chineses, ao seu ver, eram "*comerciantes duros, mas no plano mundial, obviamente, a China é um fator de poder. Se ilude quem imagina, com a maior força da China, as coisas vão ficar mais fáceis. Forte é forte. O problema em política é que você tem que ser forte".* Para o presidente brasileiro, Brasil país ainda não dispunha de forças suficientes para "*falar grosso"*, pois "*na hora de a onça beber água, é sempre difícil".* O país estava se fortalecendo de várias maneiras, "*mas infelizmente, na política, as coisas nem sempre são fáceis aqui, porque as pessoas entendem pouco desse jogo todo*" (2019: 144).

proteção da propriedade intelectual com a promoção do desenvolvimento tecnológico das nações; corrigisse assimetrias no campo da agricultura. Cardoso enfatizou que, se não atendesse a essas premissas, a ALCA "s*eria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável*". O encaminhamento das negociações deveria levar em conta os objetivos nacionais mais amplos de desenvolvimento, levando à redução das assimetrias nacionais (BRASIL, 2009: 57).[213]

8.8. Dissídios internos e turbulências internacionais

A condução da política externa brasileira nos últimos 18 meses da Presidência de Fernando Henrique Cardoso não pode ser dissociada das dificuldades políticas que enfrentava no cenário doméstico. Conforme visto na seção anterior, a coalizão PSDB-PFL-PMDB ampliava os dissensos internos. Apesar de comandar a Câmara dos Deputados, o PSDB não conseguiu fortalecer-se no Legislativo, ficando cada vez mais refém das lideranças do PMDB. Com enorme poder de fogo no Congresso, o PMDB não oferecia a Cardoso a mesma lealdade política e fidelidade programática que o PFL havia lhe assegurado no primeiro mandato. O PMDB havia se transformado em um enorme condomínio de poder ou federação de caciques desde o final dos anos 1980. O maior objetivo das lideranças do partido não era a construção de um projeto próprio de poder, mas o seu fortalecimento nas esferas municipal e estadual para a troca de apoio legislativo de conveniência a governos em troca de cargos na administração federal e de verbas para as suas *constituencies*. Do ponto de vista das lideranças do PFL, fragilizado no Congresso e na coalizão do segundo governo Cardoso, as ações políticas para a sucessão legislativa haviam quebrado a lealdade do governo para com o partido.

Diante da instabilidade dentro de sua coalizão, o presidente buscou tentar retomar o controle do processo político, com o desenho de uma reforma ministerial capaz de redistribuir o novo peso da coalizão, reequilibrando a distribuição das pastas à luz da nova correlação de forças no Congresso. Era uma manobra igualmente oportuna para eliminar grupos que antagonizavam uns aos outros e buscar uma distensão dentro da coalizão. No entanto, o movimento se viu frustrado pela eclosão de uma crise no Senado envolvendo, de um lado, o presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB) e, de outro, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), sobre os quais pesavam, respectivamente, graves acusações de corrupção e de

[213] Nos "*Diários da Presidência*", Fernando Henrique Cardoso afirma que, após seu discurso, o presidente Chávez se levantou do lugar para cumprimenta-lo: "*Fiz um pouco de demagogia, falei nas quatro línguas do continente (...) Eu mesmo redigi parte do discurso, as mais duras escrevi a mão. Eduardo Santos fez um bom texto depois que tínhamos conversado sobre como seria, eu gostei"* (2019: 161-62).

participação na quebra do sigilo de uma votação para a cassação de um outro senador. Tanto Barbalho quanto Magalhães renunciaram aos seus respectivos mandatos para não serem cassados (ABRANCHES, 2018: 220-21).

Outra crise de grandes proporções abalou novamente o governo: um novo apagão de energia no país, no primeiro semestre de 2001. A Presidência da República criou uma força-tarefa para organizar o racionamento de energia elétrica, sob a liderança do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente. A ocorrência da crise do setor elétrico, fruto de poucos investimentos do governo, da má-condução do processo de privatização das empresas distribuidoras e da ocorrência de uma seca prolongada tornou a abalar a popularidade de Cardoso. A combinação de uma crise energética interna com uma nova crise econômica externa, desta vez na vizinha Argentina, foi fatal para a popularidade do presidente da República. Sua desaprovação saltou de 30% para 43% e sua aprovação caiu de 26% para 19% em julho de 2001, um estrago de grandes proporções a um ano das eleições presidenciais de 2002 (ABRANCHES, 2018: 222).

O presidente tentou administrar as duas crises (energética e argentina) conjuntamente, buscando mobilizar a equipe administrativa e econômica para minimizar os danos à economia do país. Valendo-se do acesso do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, às agências multilaterais e às autoridades econômicas dos Estados Unidos e Europa, Cardoso buscou evitar que uma quebradeira na argentina ameaçasse a estabilidade do real e pusesse a perder a recuperação econômica em curso.[214] Em anotação dos "*Diários da Presidência*" em meados de 2001, Cardoso observa que seria conhecido como um líder que manteve a estabilidade e reorganizou as finanças públicas no país: "*gostaria de ser Rodrigues Alves, mas sou Campos Sales. O que eu vou fazer? A história faz da gente o que a gente, às vezes, não quer ser*" (CARDOSO, 2019: 223).

Conforme visto na seção anterior, a diplomacia do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso apostava todas as fichas nas negociações comerciais em curso do Brasil e do MERCOSUL com os Estados Unidos e com a União Europeia. As esperanças de que a administração republicana na Casa Branca fosse menos protecionista que a democrata não se concretizou. Em junho de 2001, em conversa com o presidente chileno Ricardo Lagos em Brasília, Cardoso registrou as suas impressões sobre a política externa do governo George W. Bush: "*estão vendo a instabilidade no Oriente Médio, estão vendo a Europa próspera, uma*

[214] Outra ameaça, na ótica do Palácio do Planalto, eram as articulações de Itamar Franco com vistas a viabilizar a sua candidatura presidencial dentro do PMDB. Com o apoio do Palácio do Planalto, a ala governista do PMDB derrotou a oposicionista, inviabilizando as pretensões eleitorais do ex-presidente da República, o maior opositor político de Cardoso desde 1999 (ABRANCHES, 2018: 222-23).

China ameaçadora, e os americanos são sempre assim, eles não estão habituados, como os ingleses, a uma ação global. São imperialistas arrependidos e, nessa questão que eu denominei de neoprotecionismo hemisférico, encetam tudo o que precisam, tudo". O presidente se queixou com Lagos que os norte-americanos estavam retornando à política da Doutrina Monroe. E frisou a importância do MERCOSUL como um contraponto regional a Washington: "*sem Mercosul é só isso: o predomínio hemisférico dos americanos, e não termos cartas para jogar*" (2019: 227).

Em uma reunião com embaixadores brasileiros para tratar do MERCOSUL, o clima não era otimista. Cardoso registra o ambiente de isolamento do Brasil: "*a Argentina querendo disparar sozinha com o Cavallo à frente, o Uruguai também, como registrei, então estamos em uma posição de cerco, alguns até discutem se vale a pena fazer a reunião de Assunção. Predominou o bom senso, pois o Mercosul é importante para nós, vamos lutar por ele*" (2019: 231). Os acordos bilaterais de livre-comércio, no seu entender, haviam se tornando uma tendência contemporânea, dada a propensão do capitalismo à concentração monopolista. Nesse sentido, a lógica da regionalização, tendo como instrumento o MERCOSUL, permitiria aos Estados-membros controlar a velocidade e a intensidade de integração à globalização. O problema maior do bloco, no entanto, era o agravamento da crise econômica na Argentina, que atingia os mercados financeiro no Brasil.

Em fins de julho de 2001, Cardoso faz novas reflexões sobre a política econômica implementada pelo presidente De La Rua e sobre a forma como os americanos lidavam com a Argentina. O fracasso do governo da *Unión Cívica Radical* (UCV) poderia levar à desmoralização das reformas pró-mercado na América Latina. Cardoso recorda, nos "*Diários da Presidência*", que George W. Bush havia lhe dito, por telefone, que os argentinos tinham que ser responsabilizados pelos seus erros. De La Rua se queixava do abandono e da falta de solidariedade do governo Bush com a Argentina: "*por que logo conosco*? ", teria perguntado a Cardoso. O presidente afirma que o experimento dos EUA de deixar a Argentina enfrentar sozinha os seus problemas era um erro: "*vai acontecer coisa grave, nós vamos receber respingos, e tomara que seja só respingos. (...) Estou cético quanto ao efeito, mas acho que devemos ajudar, porque o que eles estão fazendo com a Argentina é inaceitável. Estão queimando o país por causa dessa visão maluca de que é preciso deixar o mercado agir e que os governos têm que ficar hands off. Isso é uma loucura*" (2019: 296).

O problema argentino, portanto, afetava não apenas o país, mas todos os países do MERCOSUL em um momento delicado de negociações da ALCA. O distanciamento da

administração republicana norte-americana com a Argentina deixava Cardoso alarmado para as consequências de uma crise financeira mais ampla para os últimos 18 meses de seu governo. Bush e sua equipe não simpatizavam com o ministro da Economia, Domingo Cavallo, e acreditavam que uma "*reestruturação negociada*" da dívida pública seria inevitável (CARDOSO, 2019: 321). Cardoso acreditava que era preciso apoiar a Argentina, que caminhava para a renegociação da dívida externa e para o fim da política de conversibilidade. Diante dos efeitos deletérios da instabilidade no país vizinho na economia brasileira, Cardoso registra, em julho de 2001, reunião dramática com o núcleo de sua equipe econômica (Pedro Malan, Armínio Fraga, Pedro Parente, Martus Tavares, Amaury Bier e José Guilherme Reis) para discutir acerca da eventual possibilidade de pedir apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em tom de desabafo nos "*Diários da Presidência*", Cardoso gravou as seguintes palavras: "*estou cansado disso, vira e mexe, com todos os ajustes feitos, com todas as chamadas lições de casa feitas, com todos os chamados superávits primários, sempre se quer aumentar o superávit primário, porque a taxa de juros sobe, a dívida aumenta e tem-se que mostrar ao mundo que somos capazes de pagar a dívida*". Para Cardoso, seu governo vivia um ciclo vicioso: "*é o imperialismo das expectativas, o ultracapitalismo financeiro é que é imperialista, via expectativas. Se eu pudesse falar isso, se estivesse fora do governo, eu falaria para provocar confusão, porque é isso mesmo"* (2019: 274).

O pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso em meados de 2001 mostrava uma crescente inflexão de seu entusiasmo com a globalização e de seu otimista quanto às possibilidades de transformação da ordem internacional. Conforme visto nas seções anteriores, em algumas ocasiões públicas e em suas reflexões privadas, o presidente da República reviu posições de seu primeiro mandato, sem nega-las publicamente com mesma veemência que fazia em suas gravações na biblioteca do Palácio da Alvorada. Como se pode perceber nos "*Diários da Presidência*", Cardoso estava desanimado e descrente com a dinâmica internacional desde as crises econômicas financeiras de 1997-1998.

A falta de reformas deixava a ordem internacional sem mecanismos de governabilidade capazes de amainar a ocorrência de crises sistêmicas que abalavam principalmente as nações em desenvolvimento. O trauma da desvalorização da moeda em 1999 foi transmitido para a sua visão internacional, que se tornou mais crítica ao capitalismo financeiro global. Sua insatisfação também se dirigia ao crescente unilateralismo da diplomacia norte-americana, desde o final do governo Clinton, tanto em assuntos de guerra e paz (Iraque e Kosovo) quanto em temas

econômicos (crise Argentina). O discurso na Cúpula das Américas, em Québec, em 2001, marca uma forte elevação do tom do discurso de Cardoso em foros globais para criticar as inconsistências do capitalismo global e as assimetrias do modelo de desenvolvimento interdependente.

Em seu artigo "*A Superpotência Solitária*" (2000), o cientista político norte-americano Samuel Huntington, afirma que, embora os Estados Unidos fossem uma superpotência econômica, política e militar, o mundo no final do século XX não era unipolar. No seu entender, os Estados Unidos não conseguiriam criar um mundo unipolar, mas poderiam buscar a cooperação de outras potências regionais para satisfazer os seus interesses nacionais. Um sistema internacional multipolar, na visão de Huntington, deveria combinar a atuação dos Estados Unidos como *gendarme* planetária com a colaboração das demais "*potências secundárias*" aliadas na manutenção da "*ordem*" em suas respectivas regiões (HUNTINGTON, 2000: 150-152). Fernando Henrique Cardoso acreditava que os Estados Unidos deveriam buscar no Brasil um ator confiável para a interlocução em temas regionais e globais, sobretudo no campo da integração comercial. Conforme visto nas seções anteriores, essas expectativas se viram frustradas já nos últimos anos da gestão Clinton na Casa Branca.

A política externa da Administração George W. Bush era baseada no direito de empreender ações unilateralistas mediante o entendimento de que seus interesses nacionais estavam sob ameaça. O unilateralismo norte-americano já se expressava em ações anteriores ao 11 de setembro, como a denúncia do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos de 1972, a recusa em ratificar o Protocolo de Kyoto e a retirada do apoio estadunidense à criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). No campo econômico, o predomínio do interesse de setores mais atrasados e pouco-competitivos na base de apoio ao presidente George W. Bush fortaleciam as tendências protecionistas do Estados Unidos (MARTINS, 2002: 188-197). Na perspectiva de Paulo Roberto de Almeida, em seu ensaio "*A relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush*" (2004), os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 afetaram todas as dimensões da política externa dos Estados Unidos, nos planos bilateral, hemisférico e mundial. Apesar das declarações iniciais de solidariedade ao país, as tendências unilateralistas norte-americanos nos campos militar e econômico distanciaram Brasília e Washington a partir de 2001. A prioridade central dos Estados Unidos, no plano interno e externo, passou a ser o combate ao terrorismo (ALMEIDA, 2004: 219).

Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono levaram, num primeiro momento, a uma reaproximação do Brasil com os Estados Unidos. No Palácio do Planalto, o presidente da

República reuniu ministros para discutir o tema e concedeu uma entrevista coletiva, na qual analisou os fatos ocorridos e expôs a posição do Brasil: solidariedade aos Estados Unidos e repúdio ao terrorismo internacional. Nos "*Diários da Presidência*", Cardoso comenta em detalhes: "*acharam que eu estava muito abatido, desanimado; outros, que era apropriado. Enfim, foi o que senti no momento. Não coloquei nada demais terrífico, porque não era o caso. (...)Enfim, fiz as declarações e mandei chamar o embaixador americano no Brasil para comunicar que, já de manhã, eu tinha enviado uma carta de pêsames ao Bush, de solidariedade ao povo americano e de repúdio ao terrorismo. O Itamaraty fez uma nota oficial e tentei falar com o Bush por telefone, só para registar que havia falado. O embaixador agradeceu e foi embora. Foi um dia realmente sombrio essa terça-feira, 11 de setembro*" (2019: 352).[215]

8.9. O pensamento cardosiano no pós-11 de setembro

Fernando Henrique Cardoso mostrava preocupação com o cenário político e econômico internacional, com a possibilidade de uma nova guerra ("*contra um inimigo que não é um Estado*") e das repercussões econômicas globais ("*incerteza e insegurança muito grandes*"). Cardoso registra ainda conversa telefônica com Antony Harrington, embaixador americano no Brasil no governo Clinton: "*presidente, estou vindo da Casa Branca, pena que não seja o Clinton, nosso amigo, que esteja lá, mas, enfim, estive na Casa Branca, eu gosto do Brasil e gosto do senhor. Nós achamos que o senhor pode ter um papel de liderança importante; no Brasil, o senhor tem um papel grande a desempenhar nesse momento*". Disse ainda ao diplomata que o seu governo estava desempenhando um papel construtivo e que estava disposto a comparecer à Assembleia Geral das Nações Unidas, no fim do mês, para mostrar que condenava o terrorismo e que desejava contribuir para o diálogo mundial. O presidente relata ainda que o governo havia convocado os embaixadores dos países das Américas para comunicar que o Brasil poderia invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em solidariedade aos ataques sofridos pelos Estados Unidos (2019: 354).

Cardoso afirma que emitiu sinais de que o Brasil teria uma ação política efetiva, mas registra que o governo Bush tinha um comportamento ambivalente com Brasil: "*num nível dizem que não estão contentes conosco, e noutro dizem que estamos sendo muito positivos e*

[215] Em 18 de setembro de 2001, Cardoso registra conversa telefônica com o presidente dos Estados Unidos: "ele agradeceu a nação do Brasil e não pediu nada adicional, digamos assim. Achei-o leve, não o senti beligerante e elogiei ele ter ido visitar a mesquita ontem. Ele me disse claramente que não vai entrar em guerra de religião e eu insisti nos valores democráticos, na legitimidade da ação dele, de que ele tem que conversar com outros líderes" (2019: 361).

que precisamos atuar mais. No conjunto, estão preparando, sabe Deus, um ataque a quem... é possível que eles queiram refazer a agenda do mundo, mas não para o lado que eu desejo que é, como eu disse ao Bush, tentar abrir um espaço de negociação mais amplo no mundo. Eles estão aumentando a ação unilateral". O desejo de vingança era irrefreável, pois os norte-americanos desejavam recuperar a sua autoestima. Cardoso convocou uma grande reunião com os presidentes dos Poderes e dos líderes no Congresso Nacional, incluindo da oposição, pata explicar a posição do Brasil diante do quadro internacional (CARDOSO, 2019: 354).[216]

Na visão do presidente, o terrorista Osama Bin Laden (1957-2011) deveria ser responsabilizado pelas suas ações, porém os Estados Unidos deveriam ser cautelosos em sua resposta, dados os desdobramentos geopolíticos, religiosos e culturais de uma invasão do Afeganistão: "*Não tem sentido o Ocidente cair nessa armadilha. É claro que os americanos vão ter que reagir, mas deviam ver também as causas de toda essa confusão e as consequências de suas ações*" (2019: 358). Os norte-americanos não deveriam apoiar simplesmente uma política de "*mata e esfola*", considerando que uma ação nesse sentido poderia despertar forte reação antiamericana no mundo muçulmano e em outras regiões. Era preciso, ao invés de uma resposta simplesmente miliar, a título de vendeta, buscar uma convergência multilateral de repúdio ao terrorismo. O presidente disse que desejava ir à ONU para afirmar essas ideias de convivência e de tolerância, mas que diante das recomendações do governo norte-americano para que os chefes de Estado a comparecessem à sessão da Assembleia Geral, por razões de segurança, evento poderia estar esvaziado (CARDOSO, 2019: 358).

Em novembro de 2001, Fernando Henrique Cardoso registra viagem ao Reino Unido e encontro com a família de Tony Blair em Chequers, na residência oficial de campo dos primeiros-ministros. Além de uma recepção a um líder latino-americano com projeção internacional e que pertencia ao movimento da Terceira Via, o convite de Blair buscava fortalecer pontes em um momento crítico no qual os Estados Unidos e o Reino Unido buscavam formar uma ampla coalizão internacional de apoio à invasão do Afeganistão. O presidente e a primeira-dama Ruth Cardoso ficaram hospedados no quarto onde Winston Churchill dormia na mansão inglesa que servia de residência aos ocupantes de Downing Street desde 1921. A Tony e Cherie Blair e ao casal Fernando e Ruth Cardoso juntou-se, naquele final de semana de outono

[216] Na visão de Cardoso, o governo dos Estados Unidos estava preparando a opinião pública para a uma ação militar: "*isso é o que me preocupa, porque dada a solidariedade, resta ver o que os americanos vão fazer com ela, porque se fizerem uma ação indiscriminada, vão provocar uma reação contrária aos interesses deles e muito ruim para a Humanidade*" (2019: 358).

inglês, o ex-presidente Bill Clinton.[217] As observações do presidente brasileiro sobre este encontro com os dois líderes descem ao nível dos detalhes: a presença da família do primeiro-ministro, o fato de Clinton continuar bem informado sobre assuntos internacionais e as preocupações de Blair sobre a guerra ("*estão esperando uma guerra longa*"). Cardoso explicou a ambos que o Brasil havia sido solidário aos Estados Unidos, mas que as reações da opinião pública à guerra, mostradas diariamente nas televisões, haviam feito o seu governo mudar de posição (2017: 398).

Fenando Henrique Cardoso registra que Tony Blair abriu um grande mapa da região para mostrar o que era preciso ser feito no Afeganistão, quais alianças deveriam ser mobilizadas e como as ações deveriam ser desenvolvidas para o êxito na derrubada do Talibã. Segundo Cardoso, o ex-presidente norte-americano fez uma autocrática ao apoio norte-americano a governos corruptos do Oriente Médio: "*me deu a sensação de haver certa angústia neles, sobretudo do Blair, um pouco atônito a respeito dos passos a serem tomados e de haver o reconhecimento importante dos dois e principalmente, e de modo mais explícito, no mundo, que não daria para continuar sem mais alianças e sem pensar no que fazer no dia seguinte"* (2017: 398).

Cardoso registra que fez-lhes ver a importância de uma maior participação do Brasil em organizações e em fóruns multilaterais, mas que a preocupação de ambos, naquele momento, era exclusivamente com a guerra.[218] Na segunda parte da viagem, em Madri, Fernando Henrique Cardoso reencontrou-se com Clinton, que lhe contou detalhes sobre as negociações de paz que havia conduzido entre israelenses e palestinos e sobre o momento em que um acordo quase foi alcançado. O ponto central era "*entrar no jogo do Oriente Médio, aceitar a Palestina e fazer com que Israel entenda isso*". Tanto em no Reino Unido quanto na Espanha, Cardoso

[217] Cardoso afirmou que a relação entre Clinton e Blair era "*como a de um maestro com o seu discípulo. O discípulo tem mais poder hoje, mas o Clinton sabe das coisas, fala com desembaraço, o Blair também. De qualquer maneira, uma relação de amizade respeitosa e de muita intimidade, aliás, comigo também. Talvez nunca tenha havido na história um momento em que o presidente do Brasil tenha tido contatos tão diretos... não digo igualitários, seria exagero, dadas a diferença das forças por trás de nós, mas de tanta liberdade pelo modo como falamos um com o outro e como os temas são colocados, sem reservas, pelo menos nesse plano gera*l" (2019: 401).

[218] Fernando Henrique Cardoso relata que após um jantar informal, foram para biblioteca da mansão de Chequers: "todos sentados no chão, o Blair – o Tony – como o chamávamos – abriu um mapa do Afeganistão para discutir com o Clinton onde estaria o Bin Laden, em que região, o que fazer (em dado momento, diante daqueles enormes dividindo o mundo, fiquei imaginando: será que estamos brincando de Felipe de II ou Carlos V?)". Após uma longa explanação de Blair sobre o curso da guerra em território afegão, Cardoso disse que se lembrou do seu "velho amigo [Don} José Medina Echeverria, que dizia que quanto mais ele conhecia quem mandava no mundo, mais ele tinha medo de viver no mundo. Tive a sensação de que era melhor mesmo não conhecer melhor os que mandam. Aqui estamos, eu, Clinton e Blair (eu, evidentemente, mando numa parcela pequena deste mundo, Clinton mandou muito e Blair ainda manda), discutindo o que fazer com o Afeganistão, como se essa guerra tivesse se iniciado sem que houvesse um plano, para saber até onde ir e o que aconteceria com ele" (2019: 398).

explicou a posição do Brasil na Palestina e mostrou disposição de ajudar: "*mas não acredito muito não. Isso é briga de cachorro grande. Foi uma conversa densa, depois ela evoluiu para a questão do que fazer, e aí entrei com minha colher de chá*". Cardoso explicou a Blair e a Clinton que o Brasil esperava das nações desenvolvidas maior abertura à democratização das instituições multilaterais e apoio às demandas das nações em desenvolvimento.

Em outubro de 2001, em visita à França, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente brasileiro a discursar na Assembleia Nacional. Em sessão solene, o chefe de Estado brasileiro reafirmou os compromissos do Brasil com a democracia e com o desenvolvimento. Na primeira parte do discurso, em francês, Cardoso fez um inventário de momento da história brasileira nos quais os valores, ideais, instituições e símbolos franceses haviam norteado a trajetória do país: a criação do Poder Moderador, inspirado em Benjamin Constant; o pensamento positivista de Auguste Comte, inspirador do movimento republicano; o Museu de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Brasileira de Letras e a Universidade de São Paulo, inspiradas em instituições culturais e educacionais francesas. O presidente citou o legado deixado na USP pelos professores franceses Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel. Mencionou ainda a contribuição de Georges Friedmann e de Alain Touraine, nomes centrais da Sociologia do Trabalho, para a sua formação intelectual. Relembrou os cursos que teve no começo dos anos 1960 com Claude Lefort e Raymond Aron e o período em que esteve na Universidade de Paris-Nanterre, onde lecionou desenvolvimento na América Latina, na École des Hautes Études no Collège de France (BRASIL, 2009: 60).

> O ambiente não podia ser mais estimulante, inclusive pela abertura da França aos exilados. Muitos fizeram deste país sua segunda pátria. A norma era a tolerância, a transigência, a aceitação do outro. Das lembranças que guardo do período, esta talvez seja a que mais cultivo. A França, sempre identificada com os valores universais, para mim se tornou também sinônimo de pluralismo, ideal que me é muito caro, como a todos os brasileiros, produto que somos da integração contínua e duradoura de diferentes culturas. Faço esta reminiscência em tom pessoal, mas sei de sua importância política.

Na segunda parte do discurso, em português, Cardoso afirma que os dois países partilhavam valores fundamentais na conjuntura crítica de fanatismo, intolerância, guerra de civilizações, barbárie e autoritarismo. Cardoso relembra que assim como havia contribuído para a construção do Estado de Israel, o Brasil estava comprometido com a criação de um Estado Palestino. Afirma que os dois países tinham credenciais para buscar "*um papel ativo na*

modulação de uma ordem mais imune ao dogmatismo e à exclusão". Reforçou as afinidades de visões entre o *Quai D'Orsay* e o Itamaraty na condução da inserção externa das duas nações, com o respeito à diversidade, a busca do diálogo, a valorização do universalismo e o fortalecimento da integração regional. Tanto a União Europeia quanto o MERCOSUL eram, na perspectiva do presidente brasileiro, importantes instrumentos das sociedades e dos governos para qualificar a sua abertura ao mundo. Nesse sentido, a associação entre os dois blocos "*pode vir a ser um dos padrões de convivência que esperamos prevaleçam após a crise*". Cardoso reforçou a importância da França no apoio ao projeto de associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, proposta de livre-comércio que traria ganhos recíprocos. Cardoso mencionou os subsídios agrícolas europeus como um obstáculo para essas negociações, mas disse que a colaboração conjunta poderia ajudar a remover entraves (BRASIL, 2009: 62).

O presidente brasileiro afirmou que os dois países deveriam caminhar juntos também na Rodada Doha da OMC, buscando construir uma ordem econômica mundial mais equitativa. Abordou a importância da democratização dos organismos internacionais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O melhor antídoto contra a intolerância, o terrorismo e a barbárie não era o unilateralismo, mas a razão e a participação. Nesse sentido, citou os compromissos brasileiros com a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, bem como a adesão ao estatuto do Tribunal Penal Internacional. Dessa forma, disse que se era certo "*que a globalização aproxima mercados e sistemas produtivos, não é menos certo que a paz no mundo depende da difusão de uma ética da solidariedade"* (BRASIL, 2009: 64). O pluralismo cultural exigia a radicalização da democracia e o respeito à autonomia dos povos. Cardoso afirma que os Estados não poderiam sufocar as nações, mas mediar as mudanças reais que ocorrem no ambiente interno e externo.[219]

Em viagem a Nova York para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, Cardoso registra encontro com o presidente George W. Bush. Disse que teve um encontro amistoso, mas que se surpreendeu com o seu desconhecimento do fato de que havia tantos negros no Brasil. Cardoso registra que Condooleza Rice, presente, na reunião, confirmou a Bush que o Brasil possuía o maior contingente populacional negro fora da África. Desconhecia ainda que o Brasil tinha uma

[219] Cardoso registra em seus "*Diários da Presidência*" que se emocionou no final do discurso, "*quando o hemiciclo veio abaixo*". Estavam presentes o ex-presidente Valey Giscard d´Estang e o ex-primeiro-ministro Lauren Fabius (2019: 409). A repercussão foi muito positiva, tanto na França quanto no Brasil. Cardoso registra as reações do Itamaraty e dos embaixadores brasileiros em Washington e na ONU: "*um pouco cautelosos, porque uma ou outra frase do discurso é um pouco mais ardida com respeito aos Estados Unidos e nossa imprensa foi provocar o Departamento de Estado, perguntando se vão reagir, se não vão reagir, o de sempre. Isso eu tiro de letra, mantendo minha posição com educação, como sempre faço, mas com firmeza*" (2019: 412).

forte posição acerca e quebra de patentes de produtos farmacêuticos. Menciona ainda que Bush não sabia o que era o TRIPS, sigla em inglês do *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, principal instrumento da OMC de proteção à propriedade intelectual. Trataram ainda de barreiras comerciais, a questão do aço, a situação da crise na Argentina. Bush estava informado sobre os encontros de Cardoso com Blair e Clinton e acerca de seu discurso na França. O presidente expôs as posições brasileiras acerca da reforma do Conselho de Segurança e a necessidade de participação do Brasil no G-7 e no G-8. Segundo Cardoso, o presidente norte-americano "*anuiu, mas com aquela anuência polida, não quer dizer que esteja empenhado nisso e efetivamente tenha concordado, embora seja em geral simpático à posição do Brasil*" (2019: 421-22).

Em discurso na **Abertura do Debate Geral da 56a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**, em Nova York, em 10 de novembro de 2001, Fernando Henrique Cardoso declarou que era preciso unir esforços para construção de uma ordem internacional mais pacífica e justa.[220] Disse que os ataques às Torres Gêmeas, em 11 de setembro, atingiram a cidade que "*sempre acolheu indivíduos de toda parte, como aos judeus holandeses de origem portuguesa que no século XVII se transferiram do Brasil para a então Nova Amsterdã*". O atentado em Nova York havia golpeado os "valores do pluralismo" de uma cidade que acolheu imigrantes de diversas nacionalidades (judeus, anglo-saxões, árabes, africanos, latinos, asiáticos). Cardoso disse que o terrorismo se opunha aos princípios de convivência civilizada da ONU (BRASIL, 2009: 66-67). Nesse sentido, "*o terrorismo não pode silenciar a agenda da cooperação e das outras questões de interesse global. O caminho do futuro impõe utilizar as forças da globalização para promover uma paz duradoura, baseada, não no medo, mas na aceitação consciente por todos os países de uma ordem internacional justa*". Cardoso disse que procurava mobilizar as lideranças mundiais para apoiar uma agenda de desenvolvimento global, pois havia "*um mal-estar indisfarçável no processo de globalização*":

> Não me refiro a um mal-estar ideológico, de quem é contra a globalização por princípio, ou de quem recusa a ideia de valores universais, que inspiram a liberdade e o respeito aos direitos humanos. Mas ao fato de que a globalização tem ficado aquém de suas promessas. Há um déficit de governança no plano internacional, e isso deriva

[220] Nos "*Diários da Presidência*", Cardoso regista que se encontrou com George W. Bush após o encontro e que ele lhe disse: "*good job*". Para o presidente brasileiro, o discurso de Bush "*foi basicamente emocional e dirigido ao público americano, portanto, guerra, vingança e tal*". Cardoso disse que presenciou a tentativa de Javier Solana, comissário das Relações Exteriores da União Europeia, de tentar aproximar George W. Bush de Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestina. Bush recusou-se a cumprimenta-lo: "não está na hora disso, não posso", disse o presidente dos EUA (CARDOSO, 2019: 424).

> de um déficit de democracia. A globalização só será sustentável se incorporar a dimensão da justiça. Nosso lema há de ser o da "globalização solidária", em contraposição à atual globalização assimétrica (BRASIL, 2009: 69).

Ao longo do discurso na ONU, Cardoso reforçou a importância das negociações multilaterais para a abertura dos mercados dos países desenvolvidos no âmbito da OMC e na eliminação de práticas protecionistas. Citou a quebra de patentes de medicamentos e combate à AIDS como um ponto de equilíbrio entre direitos de propriedade e o direito à saúde. Ressaltou a necessidade de reforma das instituições de Bretton Woods e da reorganização do sistema financeiro mundial. Para o presidente, a transição para o século XXI demarcou "*o fortalecimento de uma consciência de cidadania planetária, alicerçada em valores universais*" e que o Brasil estava decidido em continuar contribuindo com os regimes internacionais de direitos humanos, meio ambiente, desarmamento, não-proliferação e combate aos ilícitos internacionais. E reafirmou o desejo de uma reforma da ONU e de uma ampliação de seu Conselho de Segurança (BRASIL, 2009: 69-71).

8.10. Crises na vizinhança e os limites do poder brasileiro

Os últimos dois meses de 2001 ainda mostravam um cenário internacional turbulento para a diplomacia de Cardoso. Houve vitórias importantes para o Brasil no âmbito das negociações da Rodada Doha (Catar), mas sinais cada vez mais claros de que a crise da Argentina poderia levar o país vizinho ao colapso, abalando o MERCOSUL.[221] Em entrevista para esta pesquisa, o então embaixador do Brasil em Genebra, Celso Amorim, relata que uma de suas principais conquistas na diplomacia foi na negociação em Doha: "*como embaixador, talvez uma das mais importantes que saiu – eu chutei muita bola na trave, mas aí foi gol – é uma coisa que se chama "Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública", que trata de Propriedade Intelectual e Saúde. Isso aí só saiu – e digo isso sem nenhuma modéstia ou falsa modéstia – com uma combinação Serra-Celso Amorim. O Serra bancou, porque ele tinha força. Eu era embaixador e não tinha força, mas sabia como fazer. Sabia e queria. Então havia uma combinação*" (AMORIM, 2020).

[221] Nos seus "Diários da Presidência", Cardoso observou que "*a diplomacia brasileira tem feito um trabalho extraordinário na chamada diplomacia econômica, é de tirar o chapéu. Espero que algum dia o Brasil entenda a importância do esforço que estamos fazendo*" (2019: 427).

As turbulências externas, as incertezas econômicas e a aproximação do último ano da Presidência aumentaram a dispersão da coalizão governista, enfraquecendo a autoridade de Cardoso e a sua influência sobre a agenda legislativa. A popularidade de Cardoso se recuperou no final do ano, com a queda da rejeição de 42% para 36% e a subida da aprovação de 19% para 22% (ABRANCHES, 2018: 223-234). A falta de rumos da política econômica do ministro Domingo Cavallo preocupava Fernando Henrique Cardoso: "*ninguém sabe exatamente quais serão as consequências da decisão do governo argentino de congelar os depósitos em prazo fixo e dolarizar*". A desconfiança com o parceiro era crescente (2019: 454).

Em 13 de dezembro de 2001, Cardoso registra que a "*Argentina está se despedaçando, as informações são cada vez piores'* (2019: 472). Em 22 de dezembro, com a escalada da situação, Cardoso fala em "*um massacre, dezenas de mortos, uma coisa triste, trágica (...) Aqueles cavaleiros que vi na televisão batendo nas mulheres na Praça de Maio, uma coisa assim inaceitável, dá vontade de realmente derrubar o governo*" (CARDOSO, 2019: 484). A renúncia de De La Rua lançou a Argentina num período de grande instabilidade político-institucional. Cardoso observa que a existência de um governo provisório até as eleições de março de 2002 criava dificuldades para o encaminhamento das questões econômicas. O novo presidente argentino, Adolfo Rodríguez Saá, ficou apenas oito dias na Casa Rosada. No último registro de 2001, Cardoso afirma que a situação poderia resvalar para uma "*nova explosão social e não excluo, até mesmo, intervenção militar por falta de ordem. Isso tudo é ruim, é muito negativo, não só para a Argentina, mas para o Brasil*" (2019: 491).

Fernando Henrique Cardoso dava demonstrações de confiança na capacidade dos argentinos de encaminharem uma solução política para os seus problemas econômicos e sociais. E reiterava que o Brasil não seria afetado pela crise vizinha, por ter indicadores econômicos sólidos.[222] Em suas reflexões no "*Diários da Presidência",* porém, o tom era outro. Cardoso mostrava-se apreensivo com os rumos do novo governo e do risco de um contágio. O presidente registra que os argentinos viam "*tudo distorcido, e agora a culpa é do FMI, vão ter que seguir outro modelo, que eles não sabem qual é, enfim, há a possibilidade de nova vaga populista*". A preocupação também era com a frieza do presidente dos Estados Unidos em relação ao

[222] Em seus "*Diários da Presidência*", observa: "*cá comigo, não tenho tanto tanta certeza de que, se perdurar grande a inquietação na Argentina, isso não traga efeitos negativos para todos os lados. Por enquanto, temos colhidos efeitos positivos, a comparação entre Brasil e Argentina nos é altamente favorável e, internamente, também. Entretanto, não se sabe se terminaremos esse ano de 2002 dessa forma, apreensivos com a Argentina e um pouco mais relaxados com o Brasil. Por enquanto, estamos contentes, porque nossas coisas caminharam de um jeito mais positivo, levando a crer que o país caminhará com um pouco mais de confiança no ano de 2002*" (2019: 497).

vizinho. Bush desejava que o novo governo apresentasse um novo plano econômico e o submetesse ao FMI (2019: 505). Em 10 de janeiro de 2002, Cardoso registra conversa com o novo presidente argentino, Eduardo Duhalde, do Partido Justicialista (peronistas):

> repeti ao que disse ao Bush, que eles têm base política, que estão se organizando e agora têm um plano viável. Não adianta atacarem os ícones do mundo contemporâneo. Essa questão de câmbio duplo, triplo, não funciona. É preciso ter equilíbrio fiscal, eles sabem disse, e que a moratória é uma necessidade, porque eles não têm como pagar, mas não é um projeto de futuro". Duhalde lhe pediu que intercedesse pela Argentina junto aos países do G-7 e que fosse a Buenos Aires para uma reunião" (CARDOSO, 2019: 513).

O último ano da Presidência começou com o esvaziamento ainda maior da força política do presidente Fernando Henrique Cardoso em sua relação com a coalizão que o sustentava no Palácio do Planalto desde 1995: "*estamos sempre no limite entre a civilização, a ruptura, a infâmia, a convergência. É nesse mar encapelado que tenho que levar o Brasil para diante*", afirmou em uma das primeiras gravações do começo de 2002 nos seus Diários (2019: 519). A candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL) gerou uma grande euforia nos círculos governistas. As pesquisas indicavam que a filha de Sarney teria chances reais de vencer o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O senador José Serra (PSDB-SP), ministro da Saúde e um dos fundadores do PSDB, assumiu a sua candidatura, buscando no PMDB um parceiro para a coligação. Entretanto, Serra não assumia a defesa direta do governo e da continuidade das políticas da gestão Cardoso. Crítico da política econômica do primeiro mandato, acabou sem definir uma linha política clara em sua campanha.[223] Com o escândalo de apreensão de dinheiro em um cofre de uma empresa de consultoria pertencente ao marido de Roseana Sarney, sua candidatura implodiu e foi abandonada. O *affair* abriu uma nova briga dentro da coalizão governista, com a saída do PFL e do PMDB, sob pressão do ex-presidente Sarney (ABRANCHES, 2018: 225-26).

[223] Segundo pesquisa Datafolha realizada em fevereiro de 2002, Roseana Sarney mostrava quase empate técnico com Lula no primeiro turno (23% x 26%) e vitória sobre o ex-presidente no segundo (56% x 39%). Cardoso também havia recuperado sua popularidade, com desaprovação de apenas 29% e aprovação de 31%. As chances eleitorais da coalizão ainda eram reais (ABRANCHES, 2018: 225-26).

A diplomacia presidencial manteve-se ativa no último ano de mandato, gerando interessantes registros nos "*Diários da Presidência*" que mostram a percepção da política internacional do começo do século XXI por uma das principais lideranças latino-americanas. Em janeiro de 2002, Fernando Henrique Cardoso visitou a Rússia e a Ucrânia. No Kremlin, teve encontro com o presidente Vlamidir Putin, que lhe entregou um exemplar, em russo, de seu livro "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", escrito com Enzo Falleto. O presidente russo declarou à imprensa que havia aprendido a entender o continente latino-americano lendo as obras de Cardoso. Havia convergência em temas globais, inclusive no apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Trataram ainda de acesso a mercados, transferência de tecnologia e de um acordo para a cessão da base de Alcântara de lançamento de veículos espaciais (2019: 522).

Fernando Henrique Cardoso registra ainda encontro com o último líder da União Soviética, Mikhail Gorbachev, junto com membros da Academia de Ciências da Rússia. Gorbatchev, durante a conversa, disse que era preciso prestigiar as reformas de Putin, pois a situação do país estava muito difícil desde o fim do comunismo: "*Hoje ele não tem autoprestigio na Rússia, mas prestou um serviço ao mundo. É um homem com vitalidade, fala de ecologia, de democracia, me pareceu de um grande sentido humano*" (2019: 523). Acerca da visita à Ucrânia, Cardoso registrou o seu acelerado crescimento econômico e o elevado grau de desenvolvimento social, apesar da pobreza: "*o ponto de vista da Ucrânia coincide bastante com o nosso, muita convergência, muita possibilidade de acordos em petróleo, transferência de tecnologias, acesso a mercados*" (2019: 527).

> Fiquei bem impressionado com a maneira com que estão encorando o mundo. Sabem que algo está errado no sistema internacional. Isso ficou claro, o Putin menos, o Leonid muito mais. O Leonid, presidente da Ucrânia, é mais progressista, tem a cabeça mais aberta, a visão dele é mais ampla que a do Putin. Minha análise é superficial, claro, me pareceu um homem mais de realização e da ordem do que alguém com visões do mundo. De qualquer maneira, os dois estão preocupados com a Argentina. E o Putin ainda tendo de se haver com a posição do Bush na questão dos mísseis. (...) É muito preocupante este mundo em que vivemos. Estamos sempre no limite do abismo, e olha que na Palestina e em Israel caíram no abismo. No Afeganistão caíram no abismo. Nova York caiu no abismo [com o ataque às Torres Gêmeas]. Quer dizer, não se trata só de retórica, é uma coisa real. O irracional explode com força no mundo contemporâneo (2019: 229-530)

No retorno ao Brasil, Cardoso mostrava-se novamente preocupado com o governo de Eduardo Duhalde, na Argentina: "*a Argentina está como cabra cega, sem realmente um plano*". Em conversa com o presidente chileno, Ricardo Lagos, Cardoso concordou que uma visita dos dois chefes de Estado ao país só deveria ser realizada em contrapartida de um "*um sinal mais claro do que vão fazer*". A retórica populista do peronismo era uma preocupação para a Cardoso, sobretudo diante do que ocorria na Venezuela: "*Vi o Hugo Chávez em uma fotografia com faixa presidencial, colar de presidente, fazendo declarações, ele tirou o vice-presidente, botou outra pessoa, entrou em choque com a imprensa, está difícil a coisa*" (2019: 532). O presidente brasileiro mostrava-se preocupado com a possibilidade de contágio populista na vizinhança e também com a situação internacional num contexto mais amplo.

Em fevereiro de 2002, Cardoso esteve na Argentina, onde foi recebido no aeroporto por Duhalde. Nos "*Diários da Presidência*", Cardoso registra que contou ao chefe de Estado argentino o que havia feito para recuperar a confiança interna e externa após a crise de 1998 e a desvalorização do real. Duhalde fez-lhe ver que os sacrifícios fiscais adicionais exigidos pelo governo dos Estados Unidos e pelo FMI das provinciais eram insustentáveis. A principal preocupação de Duhalde era com a recuperação da atividade produtiva. Cardoso mostrou ao líder do país vizinho que era necessário construir uma relação de confiança com o sistema financeiro e com os Estados Unidos: "*você tem que ter o sistema financeiro funcionando, os bancos. Você não vai ter os bancos sem apoio do Fundo*". Cardoso disse que o Brasil havia enfrentado problema semelhante no passado, mas que conseguiu reestabelecer a credibilidade (CARDOSO, 2019: 573).[224]

> Ele é totalmente "mercosulista" e totalmente favorável ao Brasil. Tem uma logação profunda, sentimental com o Brasil. Vá lá, sempre, conhece muito. (...) Eles são pessoas que realmente, comparando com o Cavallo, nem se fala. O Cavallo tem a mentalidade voltada para o resto do mundo, e não para a América do Sul, e esse aqui a tem voltada para a América do Sul. Mas não tem, me parece, acuidade para ouvir os ruídos do mundo, isso é grave, porém, nas circunstâncias, o que ele tem que fazer mesmo é garantir a governabilidade na Argentina (CARDOSO, 2019: 574).

[224] Cardoso observa que Eduardo Duhalde tinha interesse na criação de um eixo Argentina-Brasil-Chile na América do Sul, nos moldes das ideias de Juan Domingo Perón (1895-1974). E que Duhalde havia lhe dito que pretendia levar adiante o processo de *aggiornamento* do peronismo: "*tive a impressão de ser um homem de pé no chão, acho que de boa-fé quanto a seus objetivos no governo. Ele não queria ser presidente agora, preferia ser em 2003, mas teve que assumir* " (2019: 574).

Ao longo dos registros dos Diários da Presidência, são inúmeras as referências de Fernando Henrique Cardoso ao Barão do Rio Branco. O ano de 2002 marcava o centenário da posse de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, no governo Rodrigues Alves. Cardoso observa que sua política externa seguia as visões do Barão: "*bom relacionamento com os Estados Unidos e olho no Prata. Agora o nosso Prata é a América do Sul, e não basta o bom relacionamento com os Estados Unidos e também com Europa, China e Japão*" (2019: 615). Em registro posterior nos "Diários da Presidência", Cardoso pondera que era necessário ir "*mantendo nossas posições, as do Brasil, sem chegar ponto de fazer papel de fanfarrão. Não temos resposta para a famosa pergunta do Napoleão ao Papa Pio VII: 'com quantas baionetas o senhor conta?´ Nós não contamos com baionetas, nós contamos com valores, com as baionetas morais, que no mundo de hoje pesam*". Nesse sentido, completa, a posição brasileira era "*a de ser insistentemente pró-paz, pró-dialogo, pró-negociação, contra o terrorismo, contra os excessos de repressão, enfim, manter valores. Com esperança de que em algum momento, não pela nossa força, mas pela força da própria realidade, isso se transforme em um movimento na sociedade de contenção dos focos de irracionalidades, que são generalizados no mundo*" (CARDOSO, 2019: 641).

Diante da crescente agressividade da política externa dos Estados Unidos, Fernando Henrique Cardoso buscava distanciar-se de temas ou controvérsias que pudessem colocar o Brasil no "*radar*" da Casa Branca. Em fins de janeiro de 2002, Cardoso registra a tensão entre os Estados Unidos e o diretor-geral da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), José Maurício Bustani. A postura cada vez mais belicosa do governo Bush após os ataques terroristas de 2001 mostravam um desejo de invasão do Iraque, a pretexto de destruir as suas armas de destruição em massa. Cardoso registra que a pressão norte-americana sobre as organizações multilaterais era grande: "*o Bustani quer levar isso a ferro e fogo, ou seja, também as armas americanas, o que os americanos não querem. Se fosse só os americanos, ainda daria para resistir, mas parece que os alemães também, então fica mais difícil"*.[225] Bustani era um embaixador de carreira brasileiro licenciado, mas como funcionário internacional eleito para exercer um mandato à frente da organização, dependia do apoio dos países-membros. Cardoso

[225] Cardoso registra a pressão norte-americana era grande: "*o Bustani quer levar isso a ferro e fogo, ou seja, também as armas americanas, o que os americanos não querem. Se fosse só os americanos, ainda daria para resistir, mas parece que os alemães também, então fica mais difícil. (...) Não há posição por enquanto, não tenho nenhuma agora. Ele não é do governo brasileiro, foi eleito por vários governos e é funcionário internacional, agiu corretamente. O pessoal americano é contra por razões óbvias. Aí me preocupa. Não essa pressãozinha {dos americanos]. Me preocupa a pressãozona, ou seja, a ideia do Bush que definiu "o Eixo do Mal": Irã, Iraque e Coréia do Norte*" (2019: 560).

afirma que não tinha nenhuma posição "*por enquanto",* mas acreditava que uma defesa mais contundente de Bustani poderia atrair pressões norte-americanas contra o Brasil (2019: 560).[226]

Teria o realismo de Cardoso prevalecido sobre o seu idealismo? Em registro de março de 2002, Cardoso registra nos *Diários* um encontro com Bustani e menciona que os americanos desejavam mesmo demove-lo do cargo: "*querem a cabeça dele e vão ter, porque eles têm mais poder. Ele sabe. Já que a luta multilateral é inútil, disse ele, quer uma luta bilateral"*. Bustani disse a Cardoso que havia um conflito entre ele e um funcionário norte-americano dentro da organização que chegou aos altos escalões de Washington. Cardoso respondeu ao embaixador que iria buscar conversar com Tony Blair, mas duvidava que ele poderia atuar nesse sentido. E disse que não tinha a mesma relação com Bush que tinha com Clinton: "*Bush tem uma posição guerreira, Celso já falou com o Powell várias vezes e o Powell foi taxativo*". Cardoso registra em seus *Diários* que o diplomata brasileiro não compreendia que o Brasil não poderia "*entrar em choque frontal com os Estados Unidos por causa de um funcionário da Organização que cuida de guerras químicas. Todo mundo, inclusive a França, já nos avisou, ele não sabe, que vai votar contra. A França se absteve por um gesto, mas vai votar contra. Como a gente vai fazer isto? Em todo o caso, ainda vou falar com o Blair, vou mandar uma nota ao Blair*" (2019: 637).

Como se percebe em seus posicionamentos públicos e privados, o presidente brasileiro mostrava a sua contrariedade em relação aos rumos da política externa dos Estados Unidos, mas buscava evitar "*bater de frente*" com a superpotência. A reação de Cardoso ao afastamento de Bustani da OPAQ, em abril de 2002, era um exemplo dessa postura: "*ele julgou o caso como se fosse um choque do Brasil com os Estados Unidos, mas foi um choque do Brasil com ele como funcionário (...) Foi desagradável, e o resultado foi que o Brasil ficou isolado, votamos novamente contra a saída dele, mas a maioria votou a favor. Oito votos contra, quarenta e tantos votos a favor, e quase o mesmo número de abstenções. A pressão americana foi enorme*" (2019: 674).

Voltando as atenções para a política sul-americana, Cardoso observa com preocupação a deterioração do quadro político na região, com instabilidade na Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O MERCOSUL vivia dias difíceis e Cardoso se preocupava com a possibilidade de descontinuidade do processo de integração: "*o Serra, se foi eleito, terá prazer em acabar*

[226] Em registro de 17 de dezembro de 2002, Cardoso registra conversa com o chanceler Celso Lafer para tratar das pressões dos Estados Unidos sobre Bustani: "os americanos acham que está sendo faccioso, ele acha que não. Ele não é mais funcionário do governo, é funcionário da ONU. O governo não pode tirá-lo nem vai tirar o tapete dele. Mas está ficando difícil, o Bustani sem condições para se manter no posto. Isto é um abacaxi" (2019: 571).

com o Mercosul como união aduaneira. Não formalmente, mas na prática". Conforme visto nas seções anteriores, Serra pertencia à ala mais protecionista-desenvolvimentista do governo Cardoso e sempre teve embates duros com a ala mais liberal no campo econômico e comercial. Cardoso registra que pediu ao então postulante à presidência no PSDB que "*não se esquecesse que o Mercosul é um comprometimento histórico e que pelo menos guardasse a disposição de fazermos o Mercosul, até porque agora o câmbio ficou mais homogêneo na região*" (CARDOSO, 2019: 642). Enquanto a Argentina procurava encaminhar uma solução política para os seus problemas econômicos, a maior tensão daqueles dias estava na vizinha Venezuela

Em abril de 2002, Fernando Henrique Cardoso registra telefonema recebido do presidente Hugo Chávez, "*muito aflito*", reportando uma grande manifestação contra ele e a possibilidade de um golpe de Estado. Cardoso disse que Chávez lhe pediu que conversasse com o presidente dos Estados Unidos: "*respondi que eu ia ver, mas com quem eu na hora pensei em falar foi com o Celso Lafer, na Costa Rica, onde ele estava numa reunião do Grupo do Rio, para darmos apoio. Efetivamente foi o que fiz, falei com o Celso Lafer, ele disse que ia providenciar uma posição de defesa da legalidade*". Na madrugada de12 de abril, Chávez foi derrubado do poder. Em Brasília, o presidente brasileiro passou a manhã de sábado dando telefonemas no Palácio da Alvorada para buscar se informar sobre o que se passava: "*Mal sabia eu que naquele mesmo dia o Chávez iria ser reposto no lugar. Mas fiquei pendurado no telefone com o Celso Lafer, falei com o Miguel Angel Rodriguez, que é presidente da Costa Rica e presidente do Grupo do Rio, para me informar também*" (2019: 658). No dia 14 de abril, Cardoso falou diretamente com o presidente venezuelano:

> felicitei pela volta ao governo e ponderei que agora seria preciso generosidade. Dei o exemplo do Juscelino, falei de equilíbrio, diálogo, essa coisa toda. Ele disse que assim fará, mas acho difícil, porque é muito impulsivo. Não que seja por má motivação, mas, como já registrei, ele é um castrista inconsciente, pensa que é esquerda, mas os métodos dele são de democracia direta (CARDOSO, 2019: 661).

Após o incidente venezuelano, Cardoso registra conversas com Ricardo Lagos, presidente do Chile, para tratar da conjuntura global: "*ele e eu temos uma imensa coincidência de visão. Passamos em revista tudo. Estados Unidos, México, Monterrey, o que aconteceu na Venezuela, o que está acontecendo na Argentina*". A visão de Cardoso sobre a política mundial era pessimista: a "*força americana é tanta que só a opinião pública deles próprios, percebendo o desastre da política desenhada para o mundo pelo Bush, poderá eventualmente mudar esse*

rumo. Mas quando? (...) *Nem a Europa tem condições de se contrapor ao predomínio americano. Daqui a trinta anos, a China terá. Até lá veremos como defender nosso interesse sem fazer bazófia, sem uma retórica que leve apenas a excitação e ao prejuízo. Então, a ideia de correlação de forças do velho Marx, não do velho Marx, mas de toda gente que entende as coisas, tem que ser levada muito a sério, mais do que foi até agora*" (2019: 661).

Após conversa com o embaixador em Washington, Rubens Barbosa, a percepção de Cardoso mostra pessimismo quanto à política externa dos Estados Unidos: "*estão enrijecendo a política no mundo todo, isto é mais do que perceptível. Quem imagina que o governo Bush vai ficar simplesmente na palavra está enganado. Eles vão colocar em prática uma linha muito diferente daquela a que estávamos acostumados, acho que isso foi o que aconteceu de mais relevante*" (2019: 672). Na Europa, os ventos também não eram favoráveis. A derrota de Lionel Jospin (socialistas) no primeiro-turno, na França, e a ida de Chirac e Le Pen para o segundo turno das eleições presidenciais mostrava uma forte guinada na política europeia. Era preciso "*capear el temporal, como se diz em espanhol, ou seja, passar à margem da onda, mantendo nossas posições, mas não batendo de frente*" (2019, 674).

8.11. O diplomata afiança o Brasil no mundo

Em 20 de abril de 2002, Fernando Henrique Cardoso observou que estava cansado: "*já entrando no oitavo ano de governo, começo a sentir certo desgaste. Não é físico, embora também seja um pouco. Estou bem fisicamente, mas sinto certo enjoo, repetem-se as coisas. Já é menos a graça do exercício do governo, o encanto. Quando cada um se aproxima de mim, penso saber o que quer. Já sei o que pode e o que não pode. Enfim, a surpresa diminuiu, e quando diminuiu a surpresa, o interesse também diminuiu. Por isso acho que uma reeleição é o limite*" (2019: 669). Os últimos seis meses da Presidência Fernando Henrique Cardoso foram marcados pela disputa presidencial. De um lado, José Serra, candidato do PSDB. De outro, três candidaturas de oposição ao governo: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSP).

A articulação da candidatura de José Serra buscava no PMDB um partido-pivô para a sustentação parlamentar e eleitoral do projeto de continuidade do PSDB no poder. No entanto, o PMDB não possuía a mesma unidade interna que o PFL em 1994 e 1998, tampouco a mesma lealdade que suas lideranças prestaram à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Dentro do PMDB, José Sarney e Itamar Franco trabalhavam contra a eleição de Serra. Enquanto

isso, Lula subia nas pesquisas, alcançando 43% das preferências em maio de 2002. Os oposicionistas somavam, juntos, 72% dos votos nas pesquisas, deixando José Serra isolado.

Já debilitada pela crise econômica mundial após os ataques de 11 de setembro de 2001, a economia brasileira foi novamente atingida, após sofrer as consequências da crise do apagão, da Argentina e dos ataques de 11 de setembro de 2001.Antevendo a possibilidade de uma possível vitória de Lula nas eleições presidenciais, Cardoso afirma que o PT disputava o poder com o PSDB, mas que tinha consciência de que, ao chegar ao poder, "*eles não farão algo muito diferente do que estamos fazendo"* (CARDOSO, 2019: 604). Cardoso afirma que, apesar das adversidades "*vamos mudar o Brasil, vamos afastar as oligarquias, como estamos fazendo. Mas entendendo quantos fuzis nós temos e quantos elas têm. Nós hoje temos mais balas na agulha do que no passado. Foi preciso fazer uma obra de ourivesaria com muita paciência para hoje dizer: temos mais. Vamos poder realmente conciliar as transformações*" (2019: 652).

Relembrando diálogo com o ex-primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, Cardoso afirma que até a Itália, "*um país que veio da bagunça",* tinha um premiê de direita (Silvio Berlusconi), mas avançava e se integrava à Europa em virtude da força da sociedade civil. Cardoso relembra que Prodi lhe disse: "*a única saída para nós é a disciplina de Maastricht, senão a Itália não entra em ordem*". Nesse sentido, afirma que o que lhe preocupava no Brasil "*é que não entramos ainda, totalmente, em ordem, e não temos nenhuma disciplina externa, a não ser o Fundo Monetário, nesse momento, para obrigar ou para justificar aqueles que têm uma visão objetiva das coisas a tomar as decisões necessárias*" (2019: 653).

O presidente brasileiro, no entanto, temia que o seu candidato à sucessão no Palácio do Planalto não entendesse a necessidade de integração do Brasil ao mundo: "*aqui só tenho medo de que Serra não entenda – como não entende – o Mercosul, como não entende o resto do mundo. E queira reestabelecer barreiras protecionistas e de discriminação a favor e outro setor, nacional ou estrangeiro, como fez com os automóveis. E que não entenda que a disciplina do mundo de hoje pode ser diferente daqui a cinquenta anos, e que esse mundo que está sendo formado não dá margem para manobra, a não ser a muita custa para o povo, para o país".* O presidente afirma que os Estados Unidos estavam conscientes do peso do Brasil na região e buscavam marginalizar o país, cientes das "*dificuldades brasileiras, que são grandes, porque somos um país, digamos, no Extremo Ocidente, um país que é excêntrico, que não está no centro*" (2019: 654). Rebatendo as críticas que lhe faziam de que seu discurso internacionalista havia sofrido uma guinada populista ou antiglobalização nos últimos anos de seu governo,

Cardoso afirma que seu entendimento sobre os problemas da integração do Brasil ao mundo era o mesmo de quando havia assumido a Presidência da República:

> Não fui eu que passei a ter uma política diferente. Desde os meus primeiros discursos, desde abril de 1995 até agora, sobre o Fundo Monetário, sobre o Banco Mundial, sobre a globalização, eu digo a mesma coisa. Só que hoje dizer isso é ouvido nos Estados Unidos como um desafio inaceitável. Como falta de lealdade, como vontade de olhar para o Eixo do Mal. Imagina! Isso se referindo a mim, que estou fazendo tanto ajuste! Imagine o Serra, com visões de outra época, qual vai ser a reação? Isso o Serra. E se for o Lula? Aí podemos descarrilhar. Eu ainda tenho muito medo do que possa nos acontecer como nação, porque acho que ainda não estamos consolidados (CARDOSO, 2019: 654).

Se no plano multilateral o Brasil buscava evitar atritos com os Estados Unidos, no plano regional, as perspectivas não eram as melhores. Após conversa com o ministro Sérgio Amaral e com o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, Cardoso reconhecia o esboroamento do MERCOSUL ("*é um grande projeto, mas hoje sem base por causa da Argentina*") e não vislumbrava um futuro para a integração hemisférica ("*não se sabe se os americanos vão levar a ALCA adiante*"). Diante da crescente tendência de bilateralização de acordos comerciais, o Brasil poderia ficar, nas palavras de Seixas Correa, "*vocacionado para a solidão*". Como faltavam poucos meses para o fim do governo, as opções eram escassas: "*talvez fosse o momento de o Brasil marchar sozinho para buscar um acordo com a União Europeia*". O presidente afirma que tentaria conversar com os europeus: "*poderíamos abrir um caminho, porque não podemos ficar nesse estreito isolamento. Embora a mentalidade prevalecente na mentalidade política e empresarial seja a do isolamento*". Cardoso se queixa de que a elite brasileira não percebeu que "*o mundo mudou e que o isolamento é condenação ao atraso. Ainda não perceberam essa mudança e pensam em termos de um Brasil autárquico*" (CARDOSO, 2019: 691).

Na última Cúpula Iberoamericana de que participou, em Madri, Cardoso registra que disse que o Brasil desejava acelerar o acordo com a União Europeia e que o momento propício para entabular negociações era aquele: "*Preferimos o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, para facilitar a Alca, porque a Alca está muito difícil, os americanos impondo mais barreiras, o Congresso americano limitando cada vez mais o presidente*" (2019: 704). Em **Discurso na cerimônia de recebimento do título de Doutor *Honoris Causa* na Universidade de Salamanca**, em18 de maio de 2002, Cardoso disse que se esforçava, como presidente

brasileiro, para "*assegurar que Europa, América Latina e Caribe percorram o século XXI de mãos dadas*". Na visão de Cardoso, "*o projeto de associação dos dois continentes satisfaz o pendor cosmopolita de nossos povos*" (BRASIL, 2009: 74). Ao analisar a evolução histórica do Brasil no mundo, Cardoso relembrou o ensaio que havia, escrito, na década de 1980, sobre as semelhanças entre a transição espanhola e o processo de redemocratização do Brasil:

> Em pouco tempo, a Espanha realizou a estabilização da moeda, a reforma fiscal, a distribuição negociada do ônus do ajuste, a modernização do parque produtivo. Promoveu uma inserção mais franca e competitiva na economia internacional, tendo como âncora o acesso ao que então se denominava a Comunidade Econômica Europeia. E tudo se fez a despeito da presença, ainda ostensiva, de instituições franquistas, o que foi uma prova da maturidade alcançada pelo povo e pela classe política na luta a favor da democracia e do desenvolvimento. No paralelo, que tentei esboçar naquele prefácio, com a situação brasileira, recorri à imagem de um espelho convexo. A transição no Brasil foi de fato uma imagem distorcida da espanhola. Embora a falência do regime autoritário tivesse sido mais rápida entre nós, os atores políticos ficaram bem aquém do objetivo de adequar o Estado e a economia brasileira aos novos tempos (BRASIL, 2009: 76-77).

Fernando Henrique Cardoso disse que, nos anos seguintes, o Brasil seguiu uma trajetória semelhante à da Espanha, superando "*uma década de miopia histórica, de elevado custo econômico e social*". O presidente brasileiro disse que o Brasil se redemocratizou, aproximou-se das nações vizinhas e buscou reconstruir o Estado e a economia, nos marcos da estabilidade, da responsabilidade fiscal e social. Dessa forma, a "*experiência espanhola nos estimulou a perseguir essa equação de tanto significado para a agenda da nova esquerda, que ganha em atualidade com os surtos extremistas dos últimos meses, plenos de dogmatismo e intolerância, mas vazios de proposta"* (BRASIL, 2009: 77). O MERCOSUL havia deixado de ser um projeto de governos para se transformar em um "patrimônio das sociedades", "*obra de democracias para democracias, o que é um fato histórico, mas com força normativa*":

Em conversa com o chanceler Celso Lafer, em maio de 2002, Cardoso registra as suas impressões sobre o cenário internacional naquele momento: crescente unilateralismo dos Estados Unidos, ascensão rápida da China da Ásia, tensões entre Índia e Paquistão em disputa pela região da Caxemira e o panorama do Oriente Médio. O presidente contrasta o cenário externo com a situação do Brasil: "*estamos em uma ilha de tranquilidade, não temos nada que amasse nossa soberania, nem ao Sul, nem ao Norte nem ao Oeste. Leste é mar, e nada. Zero.*

Realmente, apesar de tudo, o Brasil é um gigante meio adormecido no que diz respeito à conquista, nunca pensou nesses termos, ainda bem". Cardoso ressalta que o Brasil não ameaçava outros países e que ajudava na resolução de crises na região, como no caso Peru-Equador, no Paraguai e na Venezuela. Enquanto a Europa vivia em constante tensão por ser uma zona de fronteira entre o mundo cristão e o muçulmano, o Brasil remava "*em mar manso*" (CARDOSO, 2019: 722-23).

Em registro alguns dias depois, o presidente afirma que a negligência dos Estados Unidos em relação à América do Sul era algo positivo. Afirma ainda que ponderaram que nenhum país tinha condições, naquele momento de enfrentar os Estados Unidos. O ministro reportou ao presidente que, em consulta aos embaixadores do Brasil na região asiática, nenhuma país tinha disposição de enfrentamento contra Washington: "*querem tirar proveito, não querem enfrentar. Muito menos nós, cujo interesse é buscar espaço. Nós todos queremos ampliar nosso espaço, inclusive no mercado americano*" (CARDOSO, 2019: 725-26).

A candidatura Serra crescia lentamente nas pesquisas e foi ameaçada pela subida meteórica de Ciro Gomes (PPS), ex-ministro da Fazenda de Itamar Franco, que havia pertencido às hostes tucanas. A candidatura de Lula alarmava o mercado, levando o candidato a divulgar a "*Carta aos Brasileiros*", na qual se comprometia a manter a estabilidade econômica, os fundamentos da política macroeconômica do governo Cardoso e a cumprir os compromissos da dívida externa. Em junho de 2002, Lula alcançou 28% das intenções de voto, tendo logo atrás Serra, com 20%, e Ciro, com 18%. A Carta buscava acalmar os mercados financeiros (ABRANCHES, 2018: 226-27). Em registro em seu *Diários*, Cardoso afirma que Lula e o PT haviam penetrado em camadas da classe média, em setores empresariais que acreditavam em uma mudança de postura tanto do candidato quanto do partido quanto a temas econômicos: "*sei que se o Lula ganhar nós vamos ter que apoia-lo, por causa do Brasil"*. Apesar das suas diferenças de posição sobre temas econômicos com José Serra, "*que também tem ideias autárquicas*", o presidente afirmava que ele poderia avançar no sentido de que o país pudesse ter "*uma presença ativa e construtiva*" no mundo (2019: 689-90)

Em julho de 2002, a candidatura de Ciro Gomes alcançou 28% das intenções do eleitorado, ameaçando o projeto presidencial de José Serra, que caiu para 16%, segundo o Datafolha. A crise econômica e a estagnação da candidatura tucana fizeram aumentar a desaprovação do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em virtude de suas declarações desastrosas, Ciro Gomes desabou nas pesquisas. A possibilidade real da vitória da candidatura

do Partido dos Trabalhadores levou à fuga de capitais, à queda das bolsas de valores e à disparada do câmbio.

Em gravação de 20 de junho de 2002, Cardoso observa que ele e sua equipe econômica (Pedro Malan, Armínio Fraga e Pedro Parente) passavam "*por uma aflição imensa*", o momento mais tenso desde a crise do real, em 1999. Para Cardoso, não havia nenhuma razão para a instabilidade: "*todos os indicadores são positivos, temos superávit, não temos problema de câmbio, temos dólares, não há nada atrasado. O controle orçamentário é total, não fizemos nada errado, alongamos as dívidas"*. O presidente se queixa da invenção, por parte do mercado, do "*perigo do Lula*" (CARDOSO, 2019: 748-49). O mercado precificava uma guinada na política econômica, o que gerou a maior saída de dólares do país desde 1999. Em outra gravação nos *Diários*, de 23 de junho de 2002, Cardoso registra que "*o Lula fez ontem um discurso beijando a cruz, dizendo que vai respeitar contratos, vai respeitar as metas, parece que vão até votar a lei que regula o artigo 192, a questão do Banco Central. Estão muito bonzinhos. O José Dirceu me telefonou para dizer que ia mandar o texto, e me mandou*" (CARDOSO, 2019: 751).

Fernando Henrique Cardoso buscou capitalizar politicamente o aniversário de oito anos da criação do real. Cardoso registra um discurso no qual citou "a*migavelmente*" o governador e ex-presidente Itamar Franco.[227] Fizeram as pazes publicamente no evento. O governo acompanhava as repercussões da corrida eleitoral no exterior. Em conversa com o embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa, recebeu a notícia de que José Dirceu, presidente do PT e enviado especial de Lula, havia sido prudente em seus contatos com autoridades do governo norte-americano e de instituições multilaterais. Havia a impressão, tanto da parte do representante do PT quanto do governo brasileiro, de que as resistências à candidatura Lula diminuíam (2019: 786). A preocupação central era com o cenário internacional e a possibilidade de uma nova crise financeira.

Na II Cúpula de Presidentes da América do Sul, em Quayaquil, Equador, em fins de julho de 2002, Cardoso afirma que fez "*uma espécie de desabafo sobre a falta de mudança na arquitetura mundial, sobre o que está acontecendo com as nossas economias, falta de abertura de mercado*". Cardoso lamenta que, desde o começo do seu mandato, não houve quase nenhum

[227] Rememorando suas palavras, disse que fez um retrospecto do programa de estabilização: "quero dizer agora, de corpo presente, que nunca me faltou o apoio do presidente Itamar quando realizei o Plano Real". Cardoso relembra que havia mencionado antes que "o plano se chamava FHC, para não haver ilusão sobre quem fez o real, mas que Itamar era o presidente. Isso o pessoal aplaudiu. Itamar ficou comovido também. Eu fiz um longo discurso sobre o Brasil. Depois, na hora em que terminei, de volta para a mesa, Itamar me deu um longo abraço, eu também, com tapinhas nas costas". Era a reconciliação dos dois antigos aliados. Fernando Henrique Cardoso afirma que Itamar lhe disse as seguintes palavras: "Ah, que bom. Nós terminamos sem brigar". E que respondeu ao ex-presidente: "acho muito bom, melhor assim" (2019: 771).

avanço no campo da governança internacional (CARDOSO, 2019: 796). No entanto, seu discurso ainda era favorável à globalização que, a seu ver, tinha sido benéfica ao Brasil, permitindo que o país se reorganizasse internamente e se inserisse na sua região. Dessa forma, em registro alguns dias depois, disse o "*mundo da esperança, que era o do Clinton, da globalização como forma de transformação compartilhada das vantagens do progresso técnico, desapareceu sob a égide de um governo que quer eliminar o mal e pensa que o bem é ele próprio: o governo americano*" (2019: 798).

Fernando Henrique Cardoso acreditava que o Brasil possuía instituições sólidas e transmitia, em suas conversas com autoridades norte-americanas, que os dois principais candidatos presidenciais, Lula e Serra, não iriam romper com os rumos econômicos estabelecidos (2019: 806). No entanto, diante das incertezas e para evitar um agravamento do quadro de crise financeira no país, Cardoso buscou um acordo preventivo com o Fundo Monetário Internacional (FMI): um empréstimo emergencial de 30 bilhões de dólares, com validade de 15 meses, com disponibilidade imediata de 6 bilhões de dólares e o restante para o início do mandato do novo governo. Convocou os três candidatos da oposição ao Palácio do Planalto para comunicar-lhes os detalhes do acordo com o FMI e buscar a concordância de que respeitariam os compromissos acertados. Em registro nos "*Diários da Presidência*" de 20 de agosto de 2002, Cardoso afirma que, em nome do país, "*pedi que eles se moderem, que não digam bobagens, que mantenham em público o que disseram a nós – que concordavam com o acordo que estavam fazendo com o Fundo, porque é excelente. Nunca houve um acordo tão positivo, dinheiro barato. A maior parte do dinheiro é a 2,2% de juros. Ser contra isso é dar um tiro na cabeça, é uma reação simbólica, para dizer que são contra o FMI, como se no mundo de hoje se pudesse dispensar a ação do FMI e do Banco Mundial. Dispensar as grandes instituições internacionais*" (2019: 812). A economia deu sinais positivos de reação (ABRANCHES, 2018: 228). O cenário externo, contudo, continuava sendo uma fonte de incertezas para o Brasil, com a possibilidade de uma nova guerra no Oriente Médio.

Em uma pausa do clima eleitoral, Fernando Henrique Cardoso viajou para a África do Sul. No início de setembro de 2002, esteve na Conferência Rio +10, em Johanesburgo, na África do Sul. Foi a última grande cúpula internacional de que participou como chefe de Estado, às vésperas da eleição presidencial. Assim como na Rio 92, o Brasil exerceu um papel de liderança na cúpula. Além da criação de um comitê de coordenação liderado pelo Itamaraty, o Ministério do Meio Ambiente concebeu o Fórum Brasileiro para as Mudanças Climáticas, incorporando diversos atores da sociedade civil. Segundo o então ministro do Meio Ambiente, José Carlos

Carvalho, em entrevista para esta pesquisa, "*fazíamos reuniões frequentes de quatro, cinco horas com o setor produtivo inteiro – CNI, CNA – levávamos todos lá para a Granja do Torto com ele pessoalmente. Com o presidente da República ouvindo tudo. Então sem o apoio dele, não teríamos conquistado lá*" (CARVALHO, 2019).

A principal iniciativa brasileira foi a criação das denominadas Áreas Protegidas da Amazônia (APA), em articulação com o Banco Mundial e com a organização não-governamental World Wildlife Fund (WWF). José Carlos Carvalho, afirma que era a disposição do presidente apresentar uma posição avançada na Cúpula de Johanesburgo:

> Organizei a maior delegação até então levada a uma conferência internacional: 380 pessoas. Até a CUT, todo mundo, aberto a quem quis se credenciar. As confederações de indústria, comércio, trabalhadores. O Itamaraty deu credenciamento para todos. As delegações brasileiras foram aumentando depois: quinhentas, seiscentas, oitocentas pessoas. O terceiro setor todo, ONGS, entidades de classe, imprensa. (...) nós criamos em dez meses seis milhões de hectares de unidades de conservação. Inclusive o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, que era o maior parque nacional em conservação de florestas tropicais do mundo. Eram 39 mil km quadrados, área maior do que a Bélgica! Foi com esse cacife que nós chegamos em Johanesburgo. (...) Articulei com a ministra do Meio Ambiente da França, que criou outra unidade de conservação quase do mesmo tamanho do outro lado. Então, hoje você tem um parque binacional que é maior do que muitos países do mundo (CARVALHO, 2019).

Cardoso presidiu uma parte da sessão, juntamente com Thabo Mbeki, presidente sul-africano, e com o secretário-geral da ONU, Koffi Annan. Teve vários encontros com chefes de Estado e de Governo, como Tony Blair e Jacques Chirac. No entanto, os resultados da cúpula estavam aquém dos grandes avanços conquistados na Rio 92. Na avaliação do presidente, "*estamos lutando, e não há nenhum espírito de avançar, porque os americanos frearam essa corrente por um desenvolvimento diferente, com o sonho de um mundo melhor. Não sei no que vai dar no final esta reunião de Johanesburgo, mas minha visão quanto aos resultados é pálida*" (2019: 839).

8.12. A vitória de Lula e a transição de poder

Desde agosto de 2002, Fernando Henrique Cardoso concentrou seus esforços diplomáticos na recuperação da confiança externa. Com a aproximação das eleições, o

presidente brasileiro Cardoso teve uma conversa telefônica com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias. Ambos se mostraram preocupados com a situação internacional ("*a marcha da guerra está em ritmo quase incontrolável*") e com os impactos na Argentina, no Brasil e no México. Cardoso acreditava que a Argentina poderia quebrar: "*não vai ter como rolar a dívida, como pagar o que deve aos organismos internacionais e multilaterais*" (CARDOSO, 2019: 858).

O embaixador Rubens Barbosa e o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, lhe transmitiam o quadro em Washington. Havia receio quanto à possibilidade de uma guerra. Cardoso registra que transmitiu essas informações ao PT: "*disse para que eles tomem cuidado, estão fazendo proposta de aproximação com a China, com a Rússia, com a Índia. Nós estamos loucos por isso, só que eles não querem, eles querem o abrigo americano. Os chineses não, os chineses querem esperar cinquenta anos para então competir. Até lá, pouca marola. Têm bom relacionamento conosco, mas não servem para catapultar uma economia como a brasileira* (2019: 859-860).[228]

No começo de outubro de 2002, dias antes do primeiro turno presidencial, Fernando Henrique Cardoso registra as impressões do ministro da Fazenda sobre as possibilidades de vitória do candidato Partido dos Trabalhadores: "*Pedro Malan acha, como eu também, que esse pessoal do Lula não vai dar conta do recado. Ganhando a eleição, vai ser um problema, e que a gente tem que ter energia para não desanimar e para preparar alternativas para o futuro*" (2019: 868).

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) obteve 46% dos votos, seguida por 23% de Serra, 18% de Anthony Garotinho (PSB) e 12% de Ciro Gomes (PPS). Em registro de 09 de outubro de 2002, Cardoso afirma que estava preocupado com a situação econômica diante da iminente possibilidade de vitória do PT: "*o dólar hoje foi a quase quatro reais. Depois da conversa de ontem, eu vi que o Armínio estava muito aflito*". Cardoso afirma que questionou o presidente do Banco Central se o pais aguentaria uma nova fuga de capitais: "*Ele acha que até o fim do ano sim, passaremos raspando para o outro ano. O Brasil não pode quebrar em nossas mãos por causa do Lula; aliás, do PT, porque na verdade a especulação é essa. Nós estamos em função do risco que a eleição do Lula ofereceria para os mercados. Não é a eleição do Lula, é a indefinição sobre o que eles vão*

[228] Em setembro de 2002, às vésperas da eleição presidencial, Cardoso descreve conversa longa que teve com o governador Itamar Franco e de suas pretensões a voltar a ocupar uma embaixada: "*falou dos locais, ou na FAO ou na UNESCO, ou na OEA, ou em Lisboa. Eu disse que tudo bem. Mas que ia depender do presidente eleito. Não vou eu assumir essa responsabilidade"* (2019: 865).

fazer. Por outro lado, o Chávez mandou uma réplica da espada do Bolívar (igual à que ele deu a mim em Caracas) para o Lula começar a revolução brasileira. A percepção disso no exterior é muito negativa" (2019: 875).

No segundo turno das eleições presidenciais de outubro de 2002, Lula obteve 61% dos votos, contra 39% de Serra, vencendo as eleições. A "*onda vermelha*" da eleição de Lula foi semelhante à "*onda azul*" da eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. O PSDB venceu nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Perdeu 3 cadeiras no Senado e 22 na Câmara dos Deputados (DULCI, 2010: 275). Em registro logo após o desfecho da disputa e a vitória do Partido dos Trabalhadores, Cardoso faz uma apreciação mais ampla do quadro político, ao afirmar que a globalização e as transformações econômicas e sociais ocorridas no país eram vistas pelo PT como "*uma tragédia*", ou seja, "*bons mesmos eram os tempos da burguesia nacional, da economia fechada, da inflação, da exploração dos trabalhadores, da desordem no Estado"* (2019: 893). No entanto, Cardoso também mostrou satisfação com a vitória de Lula, relatando os telefonemas que havia recebido de lideranças como Antonio Guterres, Ricardo Lagos e Felipe González, parabenizando o Brasil pela maturidade democrática e institucional. E registra que telefonou para Lula para parabeniza-lo (2019: 896).[229]

Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu com um discurso de mudança, mas seus compromissos apontavam na direção da continuidade da política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Após a vitória, o presidente-eleito Luiz Inácio Lula e sua equipe de transição reafirmaram os compromissos da "*Carta aos Brasileiros*". Respeitariam o tripé macroeconômico (superávit primário, o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante), sem rupturas. Distanciavam-se, assim, das linhas tradicionais do partido, baseadas no nacional-desenvolvimentismo. Além de vencer a disputa presidencial, o PT ampliou sua presença na Câmara dos Deputados e do Senado.

Cardoso registra, nos "*Diários da Presidência*", o seu primeiro encontro com o presidente-eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 e outubro de 2002. Em clima amistoso, trataram majoritariamente de política externa na primeira reunião entre no Palácio do Planalto: "*Ele falou do Itamaraty, eu também, ele me disse que o José Viegas é o amigo dele lá. Fez uma consulta específica sobre o Ricupero, eu disse que era um homem respeitado, com posições. (...) Não senti que ele falasse sobre nenhum outro embaixador para ser chanceler, nem eu*

[229] Simultaneamente às eleições de 2002, Cardoso registra que o chanceler Celso Lafer e ele conversaram sobre os avanços na negociação da ALCA em Quito, no Equador. Caberia, no entanto, ao novo governo "*fazer o que bem entender, mas se entender bem, fará o melhor, ou seja, procurará uma ALCA que nos dê vantagem, com entrada no mercado americano e que não escancare nossas portas*" (2019: 900).

perguntei".[230] Em uma reunião ampliada, participaram Antônio Palocci, José Dirceu, Luiz Gushiken e o senador José Alencar, ao lado de Lula, e Marco Maciel, Pedro Parente e Pedro Malan, ao lado de Cardoso. O presidente registra que Lula e seus aliados "*ficaram impressionados com o trabalho de transição que o Pedro Parente organizou, trabalho muito pesado. Lula expressou admiração e agradecimento a ele na entrevista que deu aos jornais em seguida. Confesso que gostei do encontro. Pelo país, um sinal de, digamos, uma transição civilizada*" (2019: 897-98). Em encontro no Palácio da Alvorada com os presidentes do MERCOSUL, semanas depois, Cardoso disse que a conversa do presidente-eleito com os chefes de Estado fluiu bem: "*Ficamos na biblioteca só nós, presidentes. Depois fomos para o jantar, tudo muito agradável. O Lula conversou amplamente comigo*" (2019: 911).[231] No começo de dezembro, Cardoso afirma que tomou conhecimento, por meio do presidente do Partido dos Trabalhadores, deputado José Dirceu, de que o embaixador Celso Amorim seria o chanceler de Lula (2019: 929). Em seu depoimento para esta pesquisa, Amorim sustenta que a ideia de uma mudança na política externa não partir dele, mas de Lula:

> Não poderia partir de mim se o Lula não concordasse, mas que de fato eu tinha uma visão que era uma mudança. Eu tinha muito respeito pelo Fernando Henrique e foi ele a primeira pessoa para quem eu liguei quando o Lula ganhou. Encontrei Lula pela primeira vez na Embaixada da Alemanha Oriental, veja você... Esbarrei nele (risos). Então não conhecia o Lula. Conhecia o Marco Aurélio, mas não conhecia o Lula (...) eu tinha intuição, mas ele não me deu nenhuma orientação específica. Eu estive com ele duas vezes, falava tudo o que eu achava que devia ser, ele me fez perguntas e tal. Resumido nessa frase que eu disse: "*ativa e altiva*". O que aconteceu: quando o Lula me anunciou publicamente, eu tinha que resumir a política externa. Eu não tinha tido tempo e nem conversado com o suficiente. Então eu falei: "*olha, o problema é de modulação. Não é um problema de guinada, foi uma modulação. Uma modulação importante. Também não vai ser tudo igual"* (AMORIM, 2020).

A última viagem internacional de Fernando Henrique Cardoso foi a Nova York, para receber do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Prêmio Mahbub

---

[230] Cardoso salientou que gostaria de alocar dois diplomatas em embaixadas estratégicas antes do término do seu mandato e pediu a aquiescência de Lula: Sérgio Amaral, em Nova York, e Ronaldo Sardenberg, em Paris. Conversaram ainda sobre as pretensões de Itamar Franco ocupar a embaixada na Itália.

[231] Cardoso registra ainda que o embaixador Sebastião do Rego Barros lhe informou acerca de uma reunião com uma das principais assessoras de Lula: "*Bambino me contando a reunião com a [Dilma] Rousseff, a moça que representa o PT na comissão de transição, que tem uma visão favorável a subsídio, não sei o quê, subsídio para isso, subsídio para aquilo, enfim, como se o Tesouro fosse o Papai Noel"* (2019: 920).

ul Haq por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano. Cardoso disse que o prêmio era o resultado de um esforço coletivo da nação brasileira. Em seu discurso, Cardoso relembrou que em sua campanha presidencial em 1994, utilizava a frase: "*O Brasil não é mais um país subdesenvolvido: é um país injusto*". Reconhecia os obstáculos internacionais ao desenvolvimento brasileiro – "*regras injustas, protecionismo nos países mais afluentes, turbulência nos mercados financeiros*" – mas ressaltava que era preciso assumir responsabilidades, "*parar de reclamar sobre nosso destino e, em vez disso, tomá-lo em nossas próprias mãos*", sem usar o pretexto do subdesenvolvimento como desculpa para encobrir injustiças (CARDOSO, 2009: 85). O combate à hiperinflação era um fator fundamental para a redução das desigualdades e da pobreza: '*Implantamos uma rede de proteção social, uma rede que funciona efetivamente para milhões de brasileiros, através de doze diferentes programas de assistência aos menos favorecidos*".[232] Para Cardoso, "*o que se alcançou no Brasil nos últimos anos deve ser visto como um começo. Ainda temos um caminho longo a percorrer. Restam muitas tarefas diante de nós. E o apelo da justiça social continuará a ser ouvido no Brasil – espero – com vozes que se tornam cada vez mais fortes, mas sem perder a civilidade*". Nesse sentido, Cardoso afirmava ter orgulho de ser o primeiro chefe de Estado a receber o prêmio do PNUD: "*como alguém que colocou o desenvolvimento no centro da agenda política brasileira é algo que me emociona imensamente*" (CARDOSO, 2009: 88-90)

> Estabilização econômica, reformas estruturais, acesso aos mercados mundiais, luta contra a pobreza, a proteção ambiental, a necessidade da transformação social, o desenvolvimento humano – todas essas são questões que vieram para ficar. Há muitos anos, Luiz Inácio Lula da Silva e eu estivemos juntos em episódios inesquecíveis de nossa luta pela defesa da democracia, pelos direitos dos trabalhadores brasileiros e pelas aspirações de todo nosso povo. Sob sua nova liderança, aposto, o Brasil continuará a avançar. E novos ganhos sociais virão (CARDOSO, 2019: 91).

Após a entrega do prêmio do PNUD, em uma cerimônia simples, Cardoso foi almoçar na residência do embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca Jr., acompanhado do chanceler, Celso Lafer. Cardoso recebeu o convite do secretário-geral da ONU, Koffi Annan,

[232] O uso de modernas tecnologias também eliminava intermediários e esquemas de corrupção existentes. Cardoso ressaltou ainda que o programa de combate à AIDS era reconhecido como um modelo internacional de sucesso, com medicamentos mais baratos aos usuários (CARDOSO, 2009: 87).

para ser seu assessor-especial para assuntos relacionados à interlocução da sociedade civil e das ONGs com as Nações Unidas. Dias antes, havia recebido o convite do primeiro-ministro da Espanha, José Maria Aznar, para ficar responsável pela organização das futuras Cúpulas Ibero-americanas. Trataram ainda da situação no Iraque e da possibilidade de uma guerra no Oriente Médio (2019: 935).

Enquanto Cardoso recebia a premiação da ONU, o presidente-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, se encontrou na Casa Branca com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Para Cardoso, "*Bush disse que ele seria um republicano, pelo programa que tem na área social. Lula disse que tem simpatia pelo Bush, enfim, coisas de boa química*" (2019: 935). Em conversa com o embaixador Rubens Barbosa, presente ao encontro, Cardoso relatou nos *Diários* os detalhes da conferência de Lula com Bush: "*Disse que o Bush ficou transtornado com o negócio do Iraque, falou que os Estados Unidos estão sendo atacados, não sei o quê. Mas fora esse episódio de ira momentânea contra o Iraque e pedido de apoio, o resto da conversa foi boa".* O embaixador Barbosa disse ao presidente que havia aceitado o convite de Lula para permanecer no cargo (2019: 939). Cardoso relatou ainda que ligou para o futuro, chanceler Celso Amorim, para cumprimentá-lo. Em sua entrevista para esta tese realizada no Rio de Janeiro no início de 2020, o ex-chanceler de Lula Celso Amorim rememora a sua reação ao discurso de Lula no National Press Club, em Washington:

> Você não elege um operário metalúrgico no lugar de um intelectual orgânico do sistema. Tem que ter uma mudança. (...) Eu fiquei revendo o discurso e tal. Eu e o André Singer. O discurso que veio, a minuta que veio de Washington era tudo assim: '"continuaremos... continuaremos...". Eu falei: "Pô, não precisava ser eleito, vai continuar tudo". A palavra continuidade, continuar, continuação, devia ter umas dez vezes no discurso. Falei: "uai, então não precisava ter sido eleito...". Então, nesse sentido, sim, talvez tenha me ajudado a formular. Mas as intuições todas foram do Lula, não vou chamar para mim. E aí, gente, porque eu disse "ativa e altiva"? Porque as posições nossas não eram erradas em noventa por cento dos casos ou noventa e cinco por cento dos casos (AMORIM, 2020)

Em reflexão mais ampla sobre o Ministério das Relações Exteriores nos "*Diários da Presidência*", Cardoso afirma que era curiosa a relação dos governantes com o Itamaraty: "*o Itamaraty, por um lado, é competente. Por outro, tem um sabor de Império. Muita etiqueta,*

muito formalismo, muita pretensão até. E isso incomoda os políticos. A sociedade brasileira é republicana, ela não é monárquica, não gosta dessas coisas, e muito pouco formal. O Itamaraty é necessário, sem esse formalismo o Brasil não se mantém como Estado, e isso também na negociação com o exterior. Eles são competentes, mas há essa forte ambiguidade na avaliação do mundo político sobre o Itamaraty. (...) Eu sempre me levei bem com o Itamaraty, espero que com o Lula ocorra a mesma coisa" (2019: 942).

As esperanças despertadas com a eleição de Lula galvanizaram o país, gerando uma onda de confiança. Em registro de18 de dezembro de 2002 nos "*Diários da Presidência*" sobre a cerimônia de premiação "*Brasileiros do Ano*", da Revista *Isto É*, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva se encontraram em público e trocaram elogios. Segundo Cardoso, em seu discurso, Lula disse "*que ia ler para não chorar. Acabou não lendo e fez um discurso simpático. Primeiro provocou uma ovação ao Serra, porque agradeceu pela lisura do pleito. Foi bonito, o Serra se levantou e até me arrependi do pensamento de que teria sido melhor ele não ter ido. Foi bom ir, ele foi realmente bem ovacionado. Lula disse que nos conhecíamos havia muito tempo, eu e ele, antes de ele ser do PT e eu do PSDB, o que é verdade, mas que tínhamos algumas divergências ou muitas divergências, a começar que ele era Corinthians e eu santista, mas que agora, com a transição, ele me elogiou, somos democratas*". Em sua réplica, Cardoso afirmou: "*também queria dizer uma coisa a você, Lula*". Afirma que se virou para a plateia e disse:

> Nessas últimas semanas, Lula, as nossas divergências diminuíram muito, Lula, porque, na verdade o governo que você está montando é um governo de inspiração tucana". Todo mundo riu" (...) Essa transição, tal qual a fizemos, foi do Pedro Parente. Do ponto de vista técnico, foi dele a ideia. Do político, foi minha, mas também o Lula topou, e todo o PT entrou na dança. Essa transição tem dois lados, não só o lado de uma pessoa que, como eu, tem uma visão mais democrática. Houve uma convergência de sentimentos, não sei ainda se de pensamento também, mas de sentimento sim. Eles se beneficiaram com a transição, assim como nós, e sobretudo o Brasil (2019: 943)

Em consonância com suas ideias acerca das vantagens de promoção de um modelo de desenvolvimento associativista, o pensamento internacionalista de Cardoso, no segundo mandato de sua Presidência (1999-2002), defendia que a melhor estratégia para a inserção externa brasileira era a promoção do regionalismo, a adoção de normas liberais organizadoras

da ordem global, a acomodação do Brasil à liderança hegemônica dos Estados Unidos e o fortalecimento dos laços com as nações centrais do capitalismo. Essa abertura ao mundo buscava, precipuamente, a obtenção de vantagens e de dividendos para a estratégia de desenvolvimento brasileira, sem provocar atritos com Washington. Cardoso procurou se distanciar de lideranças com discursos mais autonomistas ou de projeção do Brasil-potência, mas buscou articular, no plano regional, iniciativas bilaterais e multilaterais com nações vizinhas para a defesa de interesses comuns (democracia, paz, integração e desenvolvimento).

Nos seus últimos registros nos "*Diários da Presidência*", Cardoso descreve os seus dias derradeiros como chefe do Poder Executivo, com despedidas de políticos, assessores e funcionários. Registra que fazia as malas junto com a esposa, Ruth Cardoso e revisa o planejamento das cerimônias programadas para a posse de Lula, em 1º de janeiro de 2003: recepção a delegações estrangeiras no Itamaraty, recepção a Lula na rampa do Planalto, caminhada até o parlatório, transmissão da faixa, apresentação do novo ministério, despedida do seu ministério, saída do Palácio, chegada à Base Aérea de Brasília, despedida dos amigos, desembarque na Base Aérea de São Paulo, recepção de poucas pessoas e embarque para a França no "*avião que dará o ponto final nestes dez anos*!" (2019: 957-58). No dia seguinte à gravação, Fernando Henrique Cardoso concluiu o seu mandato como o primeiro presidente eleito que passava a faixa a outro presidente eleito desde Juscelino Kubitschek, em 1961 (ABRANCHES, 227-29).

> Dez anos! Longo tempo de vida dura em Brasília, vida dura de vários pontos de vista. No começo, até pessoalmente foi dura, por mil razões de ordem íntima. Depois, foi dura pelos tantos acontecimentos que deixei registrados nessas notas. Mas também gratificante. Saio mais com a impressão do gratificante do que com as das dificuldades enfrentadas. E as enfrentei com energia, a mesma que mantenho agora, aos 71 anos. Estou realmente me sentindo bem. (...) É estranha a sensação de sair do governo em um momento que poderia ser desastroso, porque perdemos as eleições. Mas, como falei para alguns jornais, ganhei o terceiro turno. O terceiro turno da paz, na consciência. Fiz algo, houve coisas que não consegui, mas trabalhei bastante e acredito que o Brasil seja outro. Acho que o Brasil mudou (2019: 957-58).

8.13. Conclusão

Conforme o Capítulo 8 buscou demonstrar, o pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2002, tributário de sua experiência acadêmica, política e diplomática, foi diretamente influenciado pela experiência de seu segundo mandato na Presidência da República. As ações externas de Fernando Henrique Cardoso, alinham-se às suas ideias acerca da necessidade de fortalecer a integração do Brasil ao mundo, no plano econômico e político, nos marcos de uma visão de mundo ligada ao seu pensamento sobre a globalização, a integração latino-americana e a socialdemocracia.

Registrado em seus discursos, entrevistas e gravações, o pensamento internacionalista cardosiano demonstra como as ideias e diretrizes de suas experiências pretéritas no Itamaraty e na Presidência impactaram as suas reflexões sobre o mundo no segundo mandato. Sob influência das ideias do sociólogo inglês Anthony Guiddens, o movimento da Governança Progressista (ou Terceira Via) buscou constituir uma grande coalizão de governos europeus, norte-americanos e latino-americanos com visões socialdemocratas para alavancar uma agenda "*social-liberal*" ou "*progressista*". A visão de mundo dessas lideranças compartilhava uma série de valores: democracia, economia de mercado, igualdade social e uma ordem global cosmopolita e participativa. Nas diversas cúpulas da Terceira Via, Cardoso se projetou como uma das principais lideranças do movimento, o que resultou em um conjunto de discursos registros em seus "*Diários da Presidência*" nos quais Cardoso se aproxima, política e ideologicamente, de lideranças como Bill Clinton, Tony Blair, Gerhard Schröder, António Guterres e Ricardo Lagos. Na visão de Andrew Hurrel, a relação de Cardoso com as lideranças social-democratas da Terceira Via durante a sua segunda Presidência permite entender como "*ideias orginalmente ocidentais quanto à ordem internacional são transpostas para diferentes contextos nacionais e regionais*" (HURRELL, 2010: 497).

As desilusões provocadas pelas crises financeiras dos anos 1990, a guinada unilateralista da política externa norte-americana e a crise financeira doméstica que levou à desvalorização da moeda, registrados por Cardoso em seus "*Diários da Presidência*" provocaram uma sutil mudança de perspectiva em relação ao mundo a partir de 1999. O discurso idealista, grociano, kantiano e liberal, defensor da ideia de que as instituições poderiam lidar com os problemas de ordem coletiva e global, foi aos poucos matizado por uma visão mais realista e pragmática da realidade internacional e dos problemas brasileiros. Nesse sentido, em suas reflexões, Cardoso

mostra como as instituições internacionais necessitavam ser reformadas para lidar com os problemas advindos da intensificação da globalização econômico-financeira.

Embora a correção de rumos na política monetária e fiscal no segundo mandato tivesse contado com o apoio tanto do governo dos Estados Unidos quanto de organismos financeiros multilaterais (FMI, Banco Mundial, BIRD), demonstrou as fragilidades domésticas e as vulnerabilidades externas do modelo de desenvolvimento associado sem uma estratégia mais assertiva de defesa do interesse nacional. O pensamento internacionalista de Cardoso pós-1999, nesse sentido, reflete a busca de um modelo de governança que reduza as assimetrias globais e promova maiores oportunidades de desenvolvimento. Na sua visão de mundo, o fortalecimento da capacidade de o Brasil negociar acordos de livre-comércio com as nações hemisféricas e com a União Europeia eram caminhos que possibilitavam uma maior inserção econômica.

As crises econômicas e políticas que levaram à queda da popularidade presidencial e à implosão da coalizão que sustentava o governo Cardoso ampliaram as vozes críticas que questionavam as ações externas do governo Cardoso. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que aprofundaram ainda mais a guinada unilateralista norte-americana, levaram o pensamento internacionalista de Cardoso a se tornar ainda mais cético e cauteloso acerca das possibilidades de a superpotência alavancar ideias multilateralistas, uma agenda de cooperação internacional e avançar em negociações comerciais. Ao longo dos últimos meses de sua Presidência, Cardoso demonstrava temores de que a vitória de um candidato que não compreendia a importância de conduzir uma política econômica sustentável e promovesse a integração do Brasil ao mundo pudesse colocar a perder as ações de seu governo. A vitória do candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas eleições presidenciais de 2002, inicialmente vista com reservas por ele e pelos membros de seu governo, foi aos poucos normalizada.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Para mim nunca houve, assim, um hiato entre a vida cultura e a vida política.
Não é o comum do político. Os políticos não sabem nada.
E nem os intelectuais, que geralmente vivem num mundo bastante à parte"
Fernando Henrique Cardoso, Entrevista para a pesquisa

O estudo da formação do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso, desde a construção dos seus alicerces intelectuais até o fim de sua experiência na Presidência da República, revela como um dos intelectuais e políticos brasileiros da segunda metade do século XX concebeu a inserção do seu país no mundo. O marco temporal da pesquisa cobriu um período histórico aproximado de sete décadas, entre o nascimento de Cardoso, nos anos 1930, até a transmissão da faixa presidencial ao seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Ao longo dos oito capítulos da tese, buscou-se analisar as diferentes fases de sua trajetória como acadêmico e como político. O trabalho buscou empreender uma análise mais ampla das correntes de pensamento que formaram o arcabouço conceitual das ideias internacionalistas de Cardoso ao recepcionar, aderiu, rejeitar, criticar e ressignificar algumas das principais correntes do Pensamento Internacional e de Pensamento Político Brasileiro.

Estudar a relação do sociólogo e político Fernando Henrique Cardoso com o mundo confunde-se com a trajetória política e intelectual do Brasil na segunda metade do século XX. Talvez como nenhuma outra até então, sua geração, nascida logo após a Revolução de 1930, assistiu a um período de intensas transformações econômicas e sociais no país: o processo de industrialização, a urbanização acelerada, a formação de novas classes socais, a modernização do Estado, o crescimento da economia, o *boom* populacional, inchaço populacional e a persistência da desigualdade e da marginalidade. Na entrevista realizada com Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, nos primeiros dias do ano de 2020, ele afirmou que "*a única vantagem de viver muito é que você vê muita transformação*" (CARDOSO, 2020).

Cardoso vivenciou dois regimes autoritário: o Estado Novo e Regime Militar. No primeiro, ainda era criança, filho de um oficial que trabalhava no Ministério da Guerra. No segundo, já era um acadêmico formado e teve que exilar-se com a esposa e três filhos pequenos. Participou da campanha "*O Petróleo é Nosso*" e colaborou com publicações ligas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era de uma família getulista em um estado que repudiava, desde

a derrota na Constitucionalista de 1932, o político gaúcho. Participou de campanhas pela educação, de pesquisas em favelas, escreveu sobre o papel do negro na sociedade brasileira e foi um dos pioneiros no estudo da mentalidade dos empresários e de sua visão sobre o desenvolvimento nacional. Assistiu à ascensão, ao auge e ao declínio do pensamento nacional-desenvolvimentista, em ritmo da Bossa Nova e da inauguração de Brasília.

Fernando Henrique Cardoso presenciou a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, a *détente* e a globalização. Conviveu com intelectuais renomados como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Francisco Weffort, Octavio Ianni, José Arthur Giannoti, Roger Bastide, Alain Touraine, Raúl Prebisch, José Medina Echeverria e Albert Hirschman. Foi casado com a antropóloga Ruth Correa Leite, uma referência nos estudos de Antropologia e da sociedade brasileira contemporânea. Fez a sua trajetória acadêmica na USP em um momento no qual São Paulo começava a rivalizar com o Rio de Janeiro como um dos principais centros de pensamento intelectual do país. Teve que exilar-se no Chile e na França, dois países que receberam uma grande comunidade de acadêmicos e políticos brasileiros perseguidos pelo regime militar. Morou em Santiago com a família por um período mais longo e considera o Chile uma segunda pátria. Trabalhou na CEPAL e na Universidade do Chile, aproximando-se da nata do pensamento econômico e sociológico latino-americano na década de 1960. Retornou ao Brasil, fez concurso, foi aprovado e perdeu a cátedra com o AI-5. Decidiu permanecer no Brasil e fundou, junto com outros professores cassados, um centro de pesquisa independente em pleno regime autoritário. Passou temporadas como pesquisador-visitante no México, na Suíça, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Projetou-se como um pensador latino-americano no Ocidente.

Em diferentes fases de sua vida, Fernando Henrique Cardoso estudou, criticou, serviu e exerceu o poder. Ele representa, como nenhuma outra personagem da história brasileira contemporânea, a emergência do intelectual como ator político. A intelectualidade brasileira se aproximou e se identificou com ele nos anos 1970, momento em que atuou como uma das peças-chave da sociedade civil na luta contra o autoritarismo. Vivenciou o milagre econômico, a abertura política, a crise da dívida externa, o colapso do regime militar, a redemocratização, as crises econômicas, a estabilização e a inserção na globalização. Nos anos 1980, teve participação decisiva nas Diretas Já, na eleição indireta de Tancredo Neves e na elaboração da Constituição de 1988. Disputou duas eleições ao Sendo. Perdeu a primeira. Foi derrotado por Jânio Quadros quando se candidatou a prefeito de São Paulo. Foi sua maior derrota política. Disputou uma nova cadeira ao Senado e venceu. Rompeu com seus correligionários do PMDB,

criticando o fisiologismo. Ajudou a fundar o PSDB, partido que se tornou, durante três décadas, um dos eixos da política nacional.

Fernando Henrique Cardoso foi um dos pensadores brasileiros mais influentes da segunda metade do século XX. E recebeu múltiplas influências ideológicas: positivistas, nacionalistas, comunistas, marxistas, weberianas, nacional-desenvolvimentistas, socialistas, liberais, socialdemocratas e neoliberais. Seus estudos clássicos sobre escravidão, empresários, desenvolvimento, dependência, autoritarismo, marginalidade e democratização, em sua fase acadêmica, se tornaram clássicos da interpretação do Brasil nos campos da Sociologia e da Ciência Política. "*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*", escrito com o chileno Enzo Falleto, se tornou um dos livros latino-americanos mais traduzidos, lidos, citados e analisados no campo das Ciências Sociais. Cardoso se tornou uma referência em estudos sobre a América Latina, conhecido em centros de estudo da região nas principais universidades do mundo.

O percurso do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso mescla-se com a trajetória política, econômica e diplomática brasileira nos últimos 60 anos. Desde o começo da sua fase acadêmica, já era um *homus politicus*, não um cientista voltado exclusivamente à produção de um saber desinteressado. A contribuição intelectual de Cardoso ultrapassou as fronteiras nacionais e colocou-se em situação de igualdade com as mais avançadas pesquisas em Ciências Sociais nas décadas de 1960 e 1970. Imprimiu à cultura mundial uma contribuição latino-americana sobre o seu "*estar no mundo*". Num universo acadêmico controlado por sociólogos europeus e latino-americanos, soube fazer-se ouvir no plano da Sociologia internacional. Em suas reflexões acadêmicas e em suas ações políticas, Cardoso encarnou o pensamento liberal na transição do autoritarismo para a democracia, nos anos 1980, e a inserção do Brasil à globalização, nos anos 1990. Num ensaio publicado na coletânea de estudos sobre o seu governo, Cardoso observa que

> nossa relação com o resto do mundo não é nem autóctone e nem autárquica, é dialética. Não é que sejamos a reprodução passiva do que acontece lá fora. Não, nós refazemos aqui o que trazemos de fora, e dessa forma recriamos o "externo", podendo influenciar, por nossa vez, o "lá de fora". Tem um ir e vir nesse processo (CARDOSO, 2010).

Cardoso transferiu-se do mundo acadêmico para o do pragmatismo político com muita facilidade. E certamente não teria alcançado tamanha projeção no mundo acadêmico e político

se tivesse se desvencilhado de suas atividades intelectuais e renunciasse à atividade de pensar. Desde que entrou para a política institucional, Cardoso foi um analista dos caminhos que o Brasil deveria seguir durante os processos de resistência ao autoritarismo, abertura política, redemocratização, estabilização econômica e inserção no mundo globalizado. Cotejando as suas análises acadêmicas sobre o fenômeno da dependência com a sua obra de governo em curso, sustentava que "*o que houve não foi uma ruptura epistemológica na minha trajetória intelectual, mas uma ruptura ontológica do mundo*" (CARDOSO, 1998 *apud* HURRELL, 2010: 490). Cardoso mostra grande influência da sociologia francesa ao inserir a análise do Estado "*como espaço de articulação da nação com o mercado mundial*", reposicionando a discussão sobre democracia e cidadania no país (DULCI, 2010: 76).

Seus livros e ensaios posteriores, menos científicos e mais pragmáticos, refletiram as suas experiências políticas e buscaram o convencimento da opinião pública para as causas que defendia: a redemocratização, a socialdemocracia, as reformas econômicas e a integração do Brasil na globalização. Cardoso transitou entre diferentes contextos e refletiu sobre as mudanças, tendências e transformações que se processavam no país. Mesmo após se tornar um político profissional, inserido dentro das redes de poder como ator político, continuou refletindo sobre o país, o mundo e sobre a própria experiência no poder, conforme atestam as mais de 4000 páginas de seus "*Diários da Presidência*", publicados ao longo dos últimos cinco anos, ainda em vida. Eles mostram como o seu pensamento operava ao calor do momento, refletindo sobre situações, decisões, pessoas, estratégias, problemas, dilemas, pessoas, países, alegrias e angústias. Cardoso argumenta que as suas descrições e as suas visões do processo de governar mostram o quanto ele traz desgaste, "*quando quem o detém, além da natural vontade de manter o poder, possui a preocupação obsessiva de transformar, de reformar práticas e instituições enraizadas em interesses e sancionadas por nossa cultura política (...). Talvez também tenha resolvido publicar os Diários pela similitude que possa haver entre as dificuldades que estamos atravessando e aquelas que enfrentei*" (CARDOSO, 2015: 12).

Na Presidência, Cardoso não abandonou os hábitos do intelectual. Enquanto observava com preocupação possíveis desdobramentos internos da crise financeira nos Tigres Asiáticos em fins de 1997, Fernando Henrique Cardoso registra, em seus "*Diários da Presidência"*, que escrevia o prefácio para a nova edição do livro "*Le Candomblé de Bahia* (*O Candomblé da Bahia*), do sociólogo Roger Bastide, originalmente publicado em 1958: "*tenho alternado agitação, tensão, com depoimentos analíticos e mesmo com escrevinhação de tipo intelectual. Se eu não for capaz de alternar e só me deixar levar pelo torvelinho das crises sucessivas que*

marcam os governos, não governo com a serenidade necessária" (2016: 372). Sua preocupação ao registrar o seu pensamento nos "*Diários*" não era apenas analisar o dia-a-dia de seu governo, mas compreender como os outros o entendiam. Em janeiro de 1998, ao comentar a entrevista do historiador Evaldo Cabral de Melo à revista *Veja* e os comentários que lhe dirige, Cardoso registra que os que lerem suas obras "*irão ver que minha evolução vem de longe, que é uma evolução madura, eu não estou indo ao sabor da última moda*" (2016: 448).

Nesse sentido, uma chave importante para a compreensão do pensamento de Fernando Henrique Cardoso durante o seu governo é entender a sua interação com outros intelectuais, dentro e fora do governo. Seu governo era composto por pessoas como ele, oriundas do mundo acadêmico, dotadas de uma "*visão manheimiana*" da política. Aos intelectuais caberia a "*mediação de todas as classes*". Para o presidente, "*nós temos interesse público e fomos capazes de propor um projeto, um programa para o Brasil, em um momento em que os partidos não têm programa, não têm projeto, em que não existem alternativas postas*". Cardoso afirma que os partidos políticos atuavam no Congresso, mas possuíam influencia mínima dentro do governo. As decisões políticas centrais eram tomadas por um núcleo de trinta a quarenta pessoas, muitos seus amigos e antigos colegas de universidade. O principal obstáculo para a implementação das reformas almejadas por este grupo era o "*atraso*" e o "*clientelismo*" entranhados na sociedade e no Estado (CARDOSO, 2016: 473).

Cardoso também buscava interação com acadêmicos fora do governo, uma fonte constante de informações, mas também de críticas às suas escolhas políticas. Em maio de 1996, registra uma nova reunião com cerca de vinte intelectuais mais próximos, convocada pelo ministro Francisco Weffort, com a presença de nomes como Leôncio Martins Rodrigues, Fábio Wanderley Reis, Roberto Damatta, Gilberto Velho, Gilberto Dupas e outros:

> Fiz uma longa exposição em que disse qual é a lógica do sistema, o que está acontecendo, as mudanças, e cobrando da intelectualidade falta de identidade. Eles estavam acostumados as uma identidade de oposição e agora estão se encolhendo na identidade do governo. E não há por que baixar a cabeça, temos que ir para a ofensiva. Dei muitas explicações sobre o que está se fazendo, eles não sabem, naturalmente, nem podem saber. Foi uma reunião bastante variada, com um clima bom entre gente que está no governo e gente fora do governo (CARDOSO, 2015: 572).

Em seu livro "*Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*" (1996), Brigitte Hersant Leoni afirma que Cardoso não era o primeiro intelectual a participar do poder no Brasil, mas foi o primeiro a alcançar a presidência de um país com as dimensões e com o peso do

Brasil. Em seu livro, a autora reúne os depoimentos de diversos intelectuais brasileiros sobre a obra e o pensamento de Cardoso. Antonio Cândido pontua que, no Brasil, "*Fernando Henrique se situa bem dentro da tradição brasileira. Getúlio Vargas era um grande mestre dessa maneira de fazer política. Vinha da esquerda, mas se sentava na direita para governar. No Brasil, é impossível vir da esquerda e fazer uma política de esquerda. Para que isso acontecesse, seria necessário um movimento muito forte. Se se quiser realizar um programa de esquerda, é preciso se aliar com a direita. É o que explica Fernando Henrique Cardoso*" (LEONI, 1997: 328). Na visão de Roberto Schwarz, Cardoso foi "*o primeiro brasileiro a compreender que a internacionalização dos mercados fazia parte da política nacional, e que era preciso que o Brasil se inscrevesse nessa política sem ser excluído dela*" (LEONI, 1997: 347).

Emir Sader, por sua vez, afirma que Cardoso era um político "*que, assim como seu partido, se converteu ao neoliberalismo, da mesma forma que os peronistas se converteram na Argentina, ou os socialistas na França*" (LEONI, 1997: 351). Marco Aurélio Garcia, um dos principais intelectuais ligados ao PT, afirma que ele e Cardoso compartilharam as mesmas visões do Brasil, mas tinham conclusões diferentes: "*Ele escolheu uma visão de modernização que passa pela inserção do Brasil num mundo de globalização. Essa mudança terá um custo social enorme. Ele espera que as pessoas suportem*" (LEONI, 1997: 353). Segundo Celso Furtado, Cardoso "*nunca cogitava em uma ação sem ter um pensamento intelectual sobre ela*" (LEONI, 1997: 353). A constante participação de Cardoso em congressos, seminários, publicações e eventos intelectuais, mesmo durante a Presidência, mostram que nunca quis abandonar a vida intelectual. Ao contrário, instrumentalizou-a para fortalecer a sua inserção política, procurando diferenciar-se dos políticos tradicionais pela sua capacidade de convencimento e de operação pela palavra e pela explicação: "*como presidente, tem que saber a força da palavra*", disse-me em sua entrevista (CARDOSO, 2020). Em 25 de dezembro de 1996, Cardoso anota nos "*Diários da Presidência*":

> O fato de eu ter me tornado presidente, já disse, não foi porque eu quisesse isso ou aquilo ou porque tinha mudado o Brasil. Ao contrário, o Brasil é que mudou! E mudou tanto que até foi possível que uma pessoa como eu, que na verdade não tem nada a ver nem com Tancredo, bem com o Ulysses, nem com o Quércia, nem com essa paixão pela miudeza do cotidiano do Congresso – eu nunca tive essa paixão –, viesse a ser presidente (CARDOSO, 2015: 883).

Como intelectual inserido na política, Cardoso faz sucessivas observações críticas à estrutura política brasileira. Ao preparar o discurso de posse no segundo mandato à frente da Presidência, Cardoso afirma que relia "*Um Estadista do Império*", de Joaquim Nabuco. Comparando os partidos políticos do século XIX com o do presente, Cardoso afirma que naquela época havia instituições "*avançadas*", importadas da França e Inglaterra, em um meio social "*atrasado*". O Brasil do final do século XX, no seu entender, mostrava uma situação contrária: um meio social que avançava, com maior dinamismo e mobilidade, com partidos políticos sem a capacidade de representar quaisquer ideias.

> É essa a situação que estamos vivendo. E eu no meio disso, sabendo que preciso comporta-me de modo exemplar, sabendo que é preciso simbolizar, sabendo que é preciso contemplar os partidos, mas, principalmente, atender à população, que tem demandas que se expressam de outra maneira. E nada disso pode ser dito por mim como presidente, nem no meu discurso de posse. Se eu disse, o mundo vem abaixo (2016: 817)

A dupla inserção como intelectual e político, no entanto, muitas vezes o levava a ser criticado pelos acadêmicos, que o acusavam de ter trocado a vida intelectual pela política e de buscar apenas o poder. Em registro de 18 de maio de 1998, acerca de uma crítica a ele feita pelo historiador e brasilianista Thomas Skidmore (1932-2016), Cardoso observa: "*Como se alguém que estivesse na política, presidente da República, pudesse pensar em outra coisa que não o poder! E como se isso fosse o pecado de quem está na política"* (CARDOSO, 2016: 582). O pensamento político do sociólogo durante a sua passagem pelo poder reflete os embates políticos que vivenciou. Em sua entrevista para esta tese, o ex-ministro do Trabalho e Planejamento do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso observa o que presidente lhe disse, em tom irônico: "*Se vocês acham que vão eleger outro intelectual para presidente, esqueçam*". Paulo Paiva observa foi "*um acaso na História. Ele inclusive escreveu um livro em que fala que é o presidente improvável*" (PAIVA, 2017).

Fernando Henrique Cardoso colecionou, como poucos políticos, admiradores e críticos de suas opções políticas, especialmente após conceber o Plano Real e alcançar a Presidência da República. Cardoso defendia uma alternativa social-liberal para o Brasil para reconstruir o Estado e transformar a economia. Dentro do governo, os choques entre liberais-monetaristas e liberal-desenvolvimentistas mostraram que não havia um pensamento único. Suas ideias e ações foram alvo de constantes ataques de seus colegas da academia. A aprovação da emenda

constitucional da reeleição, as privatizações, as negociações políticas com partidos de direita e a rigidez de sua política econômica monetarista são os maiores pontos de dissenso e controvérsia de sua Presidência. Opositores taxaram suas ideias e suas políticas de incoerentes, neoliberais, fundamentalistas de mercado e submissas ao Consenso de Washington, um novo Fernando Collor de Melo. Embora tenham comungado com as mesmas ideias sobre o caminho econômico para o Brasil, Cardoso foi mais eficiente do que Collor em reformar o Estado e a economia brasileira em um contexto de hiperinflação, baixa competitividade econômica e crise do modelo nacional-desenvolvimentista. Ao galvanizar uma grande coalizão capaz de implementar mudanças constitucionais e infraconstitucionais, Cardoso foi o reformador que viabilizou a reestruturação das instituições brasileiras. Houve mais avanços no primeiro mandato, com quebra de monopólios públicos, privatizações, desregulamentações e saneamento do sistema financeiro.

A polêmica acerca da contestada frase "*esqueçam o que escrevi*", que teria sido dita em referência à possível mudança de opiniões do intelectual Cardoso ao chegar ao poder, ajuda a entender a polarização que seu discurso pró-globalização provocou na sociedade brasileira. Apesar da veracidade da frase ser contestada por Cardoso, a versão circulou e continua sendo propagada como um símbolo de sua traição às causas da esquerda e de sua renúncia às teses que havia defendido na fase acadêmica de sua vida. Na visão de Otávio Dulci (2010), "*o método na obra de Fernando Henrique tem sérias implicações no conteúdo e, contrariamente ao que muitos apregoaram em dezenas de artigos e o próprio Fernando Henrique insiste sempre em reafirmar, tal relação, no entanto, não garante e nem confirma visões de mundo socialistas e de esquerda social-democrática*" (DULCI, 2010: 71-72). Em seu depoimento para esta tese, Celso Lafer afirma que enquanto Getúlio Vargas e Charles De Gaulle eram políticos que operavam pelo silêncio, Fernando Henrique Cardoso buscava afirmar-se pela palavra:

> E se incomodava de não ser tão bem entendido, como era a aspiração dele. Eu me lembro de ter conversado muito com ele sobre duas observações. Uma que era uma observação da Hannah Arendt, que dizia que achava mais rica a experiência dos estudiosos da política que a tinham examinado de dentro, e não de fora, como Maquiavel e Tocqueville. São os exemplos que ela dá. Coisa que o Fernando Henrique também achava. E o livro do Isaiah Berlin que ele cita, chamado "*The Sense of Reality*", que tem muito sobre como você capta essa realidade complicada e o que é o juízo político, "*political judgement*". É uma coisa que eu acho que ele, presidente, tem em grande dose. O bom juízo político na avaliação das circunstâncias. E uma paciência grande, imensa paciência (LAFER, 2020)

Cardoso levou ao ápice a utopia liberal-cosmopolita da elite brasileira de buscar parcerias entre o capital nacional e o capital estrangeiro para alavancar a inserção do Brasil na modernidade econômica ocidental. Em "*Identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro, a história plural do Brasil*" (2017), José Carlos Reis pontua que Cardoso teria sido o político que buscou atualizar o projeto da elite do Estado de São Paulo desde a República Velha, transpondo-o para o poder central. Em lugar das instituições intervencionistas e centralistas varguistas, baseadas no Rio de Janeiro, buscava-se a valorização do ideal bandeirante de aventura e do discurso mítico de "paulistanidade", vistos como peças fundamentais na construção da nacionalidade. A ideia de Brasil dos intelectuais paulistas, segundo Reis, buscava na afirmação de uma sociedade liberal, capitalista, descentralizada, individualista, modernizadora e ocidentalizante os caminhos para articulação entre sociedade e Estado (REIS, 2017: 92-93). Nesse sentido, a resolução dos problemas do Brasil exigiria uma ruptura com uma ordem "organicista" e "centralizante", substituindo-a por uma sociedade mais aberta, autorregulada, livre das amarras e tutelas do Estado.

A proposta de redução dos entraves à livre negociação entre capital e trabalho e de redução da intervenção do Estado no domínio econômico conecta as ideias do programa cardosiano à cosmovisão paulista acerca de como conduzir o Brasil. Na visão de José Carlos Reis, o discurso de Fernando Henrique Cardoso era ambíguo: "*capitalista e socializante, da classe burguesa e nacionalizante, antiestatal e criador de novas regras, da busca do lucro e da redistribuição de renda, brasileiro e globalizante*" (REIS, 2017: 124). No entanto, apesar de marcado por "*tensões e contradições*", o discurso cardosiano era "*nuançado, sereno, bem articulado*", buscando soluções realistas para os problemas nacionais. Tal como em suas obras dos anos 1960 e 1970 acerca da necessidade de associar a economia brasileira ao mercado internacional e de reconstruir a sociedade democrática após décadas de autoritarismo, Cardoso reafirmou suas teses ao longo da campanha eleitoral de 1994 e as aplicou em sua estratégia de ação no âmbito político, como candidato presidencial.

O poder central do Estado, na perspectiva de Fernando Henrique Cardoso, não era mais capaz de lidar com a multiplicidade de informações de uma sociedade cada vez mais interconectada. Em referência à obra de Manuel Castells, "*Sociedade em Rede*", Cardoso afirma que a fragmentação das informações possuía um potencial democrático e favorecia uma cidadania global: "*Quem sabe eu esteja sendo utópico, coisa que na verdade nunca fui. Até mesmo na adolescência sempre tive uma pitada de realismo muito forte"* (2017: 202). A

vinculação da América Latina ao sistema econômico internacional foi o centro das reflexões de Fernando Henrique Cardoso ao longo de sua vida. Cardoso observa que a globalização era a forma contemporânea da dependência. A internacionalização da produção levou os Estados a se abrir, pois as economias fechadas não sobreviveriam: "*Ah, meu Deus, meus tempos de Teoria da Dependência... seria tão bom escrever sobre a nova etapa de dependência, ou nova etapa do desenvolvimento dependente-associado. Ou sobre a associação para a globalização, enfim, muitas coisas novas que o mundo está vendo, mas falta sintetizar*" (2019: 607)

Nesse sentido, sua produção acadêmica, como sociólogo e como cientista político, ajudou a embasar seus movimentos na direção da reorientação da conexão do Brasil com o mundo em cenário de globalização, de interligação de mercados e de redefinição das polaridades no âmbito internacional. Sua política externa, na visão dos críticos, teria sido tímida e pouco altiva na defesa dos interesses nacionais, cedendo às pressões dos Estados Unidos. Embora a maioria dos analistas associe Fernando Henrique a um pensamento liberal na economia, sua Presidência, na prática, se afasta das experiências de países latino-americanos que aplicaram fórmulas econômicas liberais mais radicais, como o Chile de Augusto Pinochet, a Argentina de Carlos Menem e o Peru de Alberto Fujimori. Foi uma experiência mais gradualista e moderada. De acordo com o ex-chanceler Celso Lafer, a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso exemplificaria a teoria de Robert Putnam de que é possível jogar para dentro e para fora na política externa, organizando um pensamento próprio. Em entrevista realizada em São Paulo em janeiro de 2020, Lafer afirmou:

> ele contou com a sua leitura do mundo de grande intelectual. A capacidade de orientar-se no mundo, de não se perder no mundo e de não ter medo do mundo. É um dado muito importante, fruto de uma postura não-provinciana. E, também, a história de alguém que estava permanentemente atualizado. (...) latente à visão do presidente está a compreensão do jogo das forças sociais e econômicas que veio da sua leitura cuidadosa da obra de Marx, assim como da obra de Weber. O destaque que ele dá é Marx. Eu acho que o presidente conhece bem e sabe a importância do jogo das forças materiais, das quais ele não faz uma leitura mecânica, pelo contrário (LAFER, 2020).

Fernando Henrique Cardoso também foi reconhecido como um líder regional que manteve a democracia, promoveu os direitos humanos, fortaleceu a integração e contribuiu para a estabilidade na região. Como chanceler e como presidente da República, Cardoso fundiu o seu pensamento sobre a inserção do Brasil no mundo com os princípios e as linhas de ação do Itamaraty após a redemocratização. A reconquista da credibilidade externa brasileira se faria

pela promoção dos valores internos e pela adesão a regimes, normas e regras internacionais nas áreas de meio ambiente, comércio, desarmamento e direitos humanos. E a respeitabilidade do Brasil deveria ser capitalizada para fortalecer os projetos de integração econômica e política da América Latina. Cardoso conquistou os diplomatas e construiu, com eles, uma narrativa própria sobre a inserção do Brasil no mundo. Por suas características intelectuais e estilo de ação política, Cardoso tornou-se um diplomata, sem sê-lo formalmente. Como chanceler-político e presidente-diplomata, transitou pelo Itamaraty, deixou-se influenciar pelos diplomatas e também os influenciou: "*Eu já tinha muito amigo lá, eu me dei bem com os embaixadores. Eu sempre gostei da coisa internacional*" (CARDOSO, 2020). Celso Lafer, em entrevista para a pesquisa, faz uma síntese das principais linhas de ação alavancadas durante a política externa da Presidência Fernando Henrique Cardoso:

> Acho que ele deu realce aos temas ambientais internos e externos. A temática dos direitos humanos, que sempre foi uma temática dele. A dimensão da desigualdade que está na base das políticas sociais, que correspondem ao período em que elas foram implantadas. E marcar uma presença importante na América Latina, daí a importância da reunião dos presidentes sul-americanos. A ideia de favorecer a integração e de dar a ela um laço concreto de infraestrutura física, valendo-se da região como uma unidade geográfica que se presta a isto em matéria de infraestrutura de transportes, energia, comunicações. A preocupação de cuidar do mundo latino-americano, que é a nossa vizinhança. De cultivar uma boa relação com os Estados Unidos, que ele conseguiu, sobretudo com o Clinton. Uma boa relação com a Europa comunitária, que ele também conseguiu. E de promover uma abertura em relação à Ásia. Foi à Índia, foi à China, foi ao Japão. Quer dizer, a ideia de não restringir a latitude da ação brasileira (LAFER, 2020).

O pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso também se baseia ainda em suas observações, às vezes ácidas, sobre as personalidades internacionais que teve a oportunidade de conhecer. Ao receber Lech Walessa, presidente polonês, Cardoso observou, em registro de fevereiro de 1995, sua "*militância anticomunista visível*", criticando o arquiteto Oscar Niemeyer pela arquitetura de Brasília, que "*disse que parecia uma cidade comunista feita por um capitalista*" (CARDOSO, 2015: 73). Ao receber o ex-secretário de Estado Henry Kissinger em Brasília, em setembro de 1995, Cardoso afirma que conversaram sobre História e Filosofia: "*para minha surpresa ele elogiou - criticamente, é claro – o talento e a genialidade do Stalin*" (CARDOSO, 1995: 240). Em registro de 18 de outubro de 1995, Cardoso relata o

encontro com Fidel Castro: "*Queria saber como tinha ganhado do Lula, se mostrou bastante interessado pelo Plano Real, sabia muito do Brasil*". No entanto, "*não muda nada em relação a seu país, não aceita a menor mudança, está convencido de que é assim mesmo*" (CARDOSO, 2015: 274). A sua impressão do primeiro-ministro britânico Tony Blair, era a de uma pessoa insegura: "*ainda vai levar algum tempo para assumir a liderança que pode assumir, por sua juventude, pelo apoio interno que está tendo e pelas modificações que está fazendo na velha Inglaterra*" (CARDOSO, 2016: 419).

Cardoso foi mais generoso ao avaliar os líderes da Terceira Via. O primeiro-ministro de Portugal, Antonio Guterres, hoje o secretário-geral da ONU, só recebeu elogios: "*Se Portugal fosse um país forte, ele teria papel decisivo. Tem uma mente clara, é corajoso, sintético, tenho por ele enorme admiração*" (2016: 732). Em quase todos os momentos dos "Diários da Presidência", Cardoso expressa sua admiração por Bill Clinton como a grande liderança global da década de 1990: "*ele conseguiu exercer um papel positivo no mundo contemporâneo, o que é extremamente difícil*" (2017: 698). Elogios também foram dirigidos ao líder israelense Shimon Peres: "*é um homem de grande sabedoria, um já de 70 e poucos anos, mas em plena forma, e as palavras dele deveriam ser gravadas sempre, porque não apenas as frases são bem-feitas, como ele vai fundo nos problemas*" (2019: 290).

Na visão de José Carlos Carvalho, ministro do Meio Ambiente no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, o protagonismo do presidente da República em política internacional decorria da sua experiência e do seu entrosamento com os diplomatas: "*ele captou o espírito do Itamaraty, entendeu a engrenagem das relações internacionais e percebeu que o papel do Brasil no mundo era um papel de articulação e de cooperação nas diversas esferas. E ele tinha gosto, isto também conta, não é? Aliás, parece que ele é diplomata. Quem olha o Fernando Henrique, parece que ele passou pelo Rio Branco. (...) Ele já chegou lá e já tinha passado pelo exterior. Então, o Fernando Henrique era o presidente que exercia uma liderança natural no Itamaraty. Não por ser presidente da República apenas, mas porque eles o respeitavam, mesmo a velha guarda*" (CARVALHO, 2019)

A utopia possível no plano internacional, na visão cardosiana, era tornar a socialdemocracia uma aspiração global, combinando a liberdade econômica proporcionada pelo mercado com o máximo de participação e de igualdade social. Era a ideia central do movimento da Governança Democrática ou da Terceira Via, ao qual se afiliou por influência de Bill Clinton, seu principal aliado e referência de liderança democrática. As ideias propugnadas por Anthony Giddens acerca da modernização da socialdemocracia já faziam parte

de suas reflexões no começo dos anos 1980. Cardoso acreditava que a América Latina deveria fazer o mesmo caminho dos europeus: reformar o Estado, sanear as finanças, abrir a economia e integrar-se ao mundo. Mais do que os governos neoliberais da vizinhança, a maior influência externa no pensamento de Cardoso foi a experiência dos partidos socialistas da Espanha e de Portugal. Cardoso aspirava ser, no Brasil, o que Felipe González e Mário Soares para Espanha e Portugal: políticos oriundos da esquerda que buscaram o caminho do político do meio, implementando políticas econômicas de centro-direita com uma plataforma social progressista. No entanto, essa visão realista utópica de Fernando Henrique Cardoso contrastou os obstáculos domésticos e com as enormes turbulências internacionais da transição para o século XXI.

No entanto, as promessas da globalização para o Brasil foram apenas em parte alcançadas. O país conseguiu aumentar as suas exportações e a recepção de investimentos externos, mas não teve um projeto mais afirmativo de inserção Conforme atesta José Murilo de Carvalho em sua obra "*Cidadania no Brasil: o longo caminho*" (2004), país forjado por meio "*de uma noção e uma prática de cidadania geradas no Ocidente, e tendo conseguido alguns êxitos em sua busca*", o Brasil vê-se diante de um cenário externo que desafia essa busca, gerando perplexidade e frustração (CARVALHO, 2004: 226). As dificuldades para a inserção do Brasil no mundo, para a reorganização do Estado, para a promoção do desenvolvimento econômico, para o fortalecimento da democracia, para a integração regional, para a garantia dos direitos humanos e para a projeção das demandas plurais de uma sociedade democrática e complexa persistem até a contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, José Elesbão de. **Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.** Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-graduação em Economia. Porto Alegre. 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "**Pensamento diplomático brasileiro: Introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes"** in: Pimentel, J. (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro:* Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume I. Brasília: FUNAG, p. 15-40, 2013.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush.** In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme. Reformas no Brasil: balanço e agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações Internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALONSO, A. **"Joaquim Nabuco: diplomata americanista"** in: Pimentel, J. (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro*: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume II. Brasília: FUNAG, p. 359-404, 2013.

AMADO, Rodrigo (org). **Araújo Castro.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ANJOS, J.A. **"José Bonifácio e a gênese da política externa brasileira"**, *José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil*. Brasília: Funag, p. 285-298, 2008.

ARAÚJO CASTRO, J.A. **"Uma teoria de política internacional para o Brasil"** in: Amado, R. (ed.), *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, p. 137-321, 1982

BARBOSA, Rubens Antonio. **Um diplomata a serviço do Estado: na defesa do interesse nacional.** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

BARRETO, Fernando de Mello. **A política externa após a redemocratização.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BASTOS, Elide Rugai. **Conversas com sociólogos brasileiros.** São Paulo: Editora 34,2006.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **A economia como ela é.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Dependência: da teoria à prática.** Estudos Avançados, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999.

BEAL, Marcos Antonio. **Fernando Henrique Cardoso e o Pensamento Político Brasileiro.** Tese (doutorado) – UFSC/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Orientador: Carlos Eduardo Sell. Florianópolis: UFSC, 2015

BELÉM LOPES, D. **Da Razão de Estado ao Republicanismo Mitigado: Uma Narrativa Faoriana sobre a Produção da Política Externa Brasileira.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, no 2, 2014, pp. 481 a 516.

BELÉM LOPES, D. **Política externa democrática: oxímoro, quimera ou tendência.** RBCS, VOL. 17, N. 80, out. 2012.

BELÉM LOPES, D. **Política externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BELÉM LOPES. D. **Existe um pensamento internacionalista brasileiro?** Revista Estudos Políticos, Vol. 6, N. 2, 2016

BELÉM LOPES, D. **Política externa da Nova República.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017

BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. **Da internacionalização do mercado ao globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

BETHELL, L. (2010), "Nabuco e o Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina", *Novos Estudos – CEBRAP*, n.88, pp. 73-87, 2010.

BETHELL, L. "**O Brasil e a ideia de 'América Latina' em perspectiva histórica"**, *Estudos Históricos*, vol.22, n.44, pp. 289-321, 2009.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias.** Bauru: Edusc, 2008.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Direta e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 2011.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (orgs.) ***Um enigma chamado Brasil*.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 2007.

BRASIL. Presidente (1995-2002: FHC). **Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso.** Organização de Miguel Darcy de Oliveira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do nacionalismo à dependência.** Estudos Avançados, 23 (65), 2009, pp. 319-327.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Interpretações sobre o Brasil.** In: Maria Rita Loureiro (org). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997: 17-69.

BURGES, Sean. **Brazilian foreign policy after the Cold War.** Gainesville: University Press of Florida, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Ruth Cardoso: obra reunida.** São Paulo, Mameluco, 2011.

CARDIM, C. (2013), **"A raiz das coisas: Rui Barbosa – o Brasil no mundo"** in: Pimentel, J. (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro*: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume II. Brasília: FUNAG, p. 489-530.

CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas: Rui Barbosa e o Brasil no mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO Fernando Henrique; LAFER, Celso. **Discurso de posse; Discurso de saudação**: cadeira 36 da Academia Brasileira de Letras, 10 de setembro de 2013. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARDOSO, F. H. **Democracia para mudar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, F. H. **A arte da política:** a história que vivi. Rio de Janeiro: Civ. Bras., 2006.

CARDOSO, F. H. **A construção da democracia: estudos sobre política.** São Paulo: Siciliano, 1993.

CARDOSO, F. H. **A miséria da política. Crônicas do lulopetismo e outros escritos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, F. H. **A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos, em depoimento a Miguel Darcy de Oliveira.** Organização e prefácio de Miguel Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: **ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F. H. **Carting a new course: the politics of globalization and social transformation.** Edited and introduced by Mauricio A. Font. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2001.

CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência, 1995-1996.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência, 1997-1998.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência, 1999-2000.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência, 2000-2001**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARDOSO, F. H. et al. **Globalização e governo progressista - novos caminhos: reunião de Florença – 1999**. Organização de Lúcio Alcântara, Vilmar Faria e Carlos H. Cardim; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

CARDOSO, F. H. **Globalização e Outros Temas Contemporâneos.** Brasília: Imprensa Oficial, 1997.

CARDOSO, F. H. **Pensadores que inventaram o Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

CARDOSO, F. H. **Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, F. H. **The accidental president of Brazil:** a Memoir. Cambridge, MA: Public Affairs, 2006.

CARDOSO, F. H. **Xadrez internacional e socialdemocracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CARDOSO, F. H.. **O presidente segundo o sociólogo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, F. H.; GRAEFF, Eduardo. **Social-democracia**: **o que é, o que propõe para o Brasil.** São Paulo: [s.n.], 1990.

CARDOSO, F. H.; TRINDADE, Helgio (Orgs.). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Tradução de Cleuza Vieira Vermer dos textos de Alain Rouquié, Alain Touraine, Georges Lavau, Pascal Perrineau. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARDOSO, F. H; CARNOY, Martin; CASTELLS, Manuel; COHEN, Stephen S. **The new global economy in the information age**: reflections on our changing world. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1993.

CARDOSO, F. H; FOXLEY, Alejandro (Eds.). **América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento**. Tradução de Micheline Christophe. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2009. 2 v.

CARDOSO, F. H; WEFFORT, Francisco Correa (Eds.). **América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política.** Santiago de Chile: Universitaria, 1970.

CARDOSO, F. Henrique. **A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Presidência da República, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique **O modelo político brasileiro.** Col. Corpo e alma do Brasil. 2.ed. São Paulo: Difel, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira.** São Paulo: Siciliano, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar.** Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional:** o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. [1962]

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Ciência nacional e a responsabilidade dos intelectuais**. O Jornal do Ceupes, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 1-3, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia necessária.** Campinas: Papiros, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1995-1996.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1997-1998.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1999-2000.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 2000-2001.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Ideologias de la burguesia industrial en sociedades dependientes.** Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969

CARDOSO, Fernando Henrique. **O improvável presidente do Brasil: recordações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Difusão Editoral, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em sociedades dependentes.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política externa em tempos de mudança.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política externa: fatos e perspectivas.** Política Externa, vol. n. 1, p. 3-10, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique. R**elembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. [Versão original publicada em 1969].

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Homem e sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARDOSO, Fernando Henrique; POMPEU DE TOLEDO, Roberto. **O presidente segundo o sociólogo: Entrevistas de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mário. **O mundo em português: um diálogo.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; TRINDADE, Hélgio. **O novo socialismo francês e a América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARDOSO, Fernando; MARTINS, Carlos Estevão. **Política e sociedade.** São Paulo: Editora Nacional, 1979.

CARDOSO. **Caminhos novos? Reflexões sobre alguns desafios da globalização. Pensamiento Iberoamericano,** 2ª época, Madrid, n. 1, p. 281-302, 2007

CARDOSO. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Difel, 1963 [1964].

CARDOSO; F. H; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício Augusto (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura.** Revista TOPOI, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152.

CARVALHO, José Murilo de. **Sonho e realidade.** In: BELÉM LOPES, Dawisson; SOARES, Márcia Miranda (org,). Sonhos e Labores: o cinquentário do primeiro Departamento de Ciência Política do Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy. **Presidentialization, Pluralization, and the Rolback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era.** International Political Science Review (2009). Vol. 30, N. 2, 117-140.

CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil.** 4ª edição. Brasília: Editora Unb, 2014.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.
CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso.** Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 45, n. 1, pp. 5-35, 2002.

CLINTON, William Jefferson. **My Life**. New York: Aknopf, 2004.

CORRÊA, Luiz F. S. "**Diplomacia e História: Política Externa e Identidade Nacional Brasileira"**, *Política Externa*, vol. 9, nº 1, pp. 22-32, 2010.

COTRIM, Ivan. **Fernando Henrique Cardoso: capitalismo dependente e politização.** São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

COTRIM, Ivan. **O ‗marxismo adstringido' de Fernando Henrique Cardoso.** *Revista da Fundação Santo André*. Nº 2. Interfaces do conhecimento. Santo André, 2003, pp: 71-86.

CRUZ, José Saraiva. **Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Ideias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso.** Estudos Avançados, vol.13, n.37, 1999.

CUNNINGHAM, Susan. **Made in Brazil: Cardoso's Critical Path from Dependency via Neoliberal Options and the Third Way in the 1990s.** European Review of Latin American and Caribbean Studies 67: 75-87+, Dec 1999.

DANESE, Sérgio. **A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil.** Rio de Janeiro, Record: 2009.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DANTAS, San Tiago. ***Política Externa Independente*** (edição atualizada). Brasília: Funag, 2011.

DIETERICH, Heinz. **Identidade nacional e globalização: a terceira via: crise nas ciências sociais.** Blumenau, Edifurb, 2002.

DINIZ, Eli. **O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe.** In: GOMES, Angela Maria de Castro. O Brasil republicano, v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

FAORO, Raimundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estudos Avançados. São Paulo, (1): 44, out./dez. 1987.

FAORO, Raymundo. **A república inacabada.** São Paulo: Globo, 2007.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Globo, 2000.

FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento: estudos sobre Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2016.

FERES JR., João. **De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner.** Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 48, n. 3, pp. 655-680, 2005. Link: http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

FERREIRA, G.N. "Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai): a construção dos instrumentos da diplomacia brasileira" in: Pimentel, J. (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro*: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964), Volume I. Brasília: FUNAG, p. 123-158, 2013.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** Petrópois: Vozes, 1997.

FIUZA, Guilherme. **3000 dias no bunker.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **A Fantasia desfeita.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **A Fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Análise do "modelo brasileiro".** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional.** In:

DUPAS, Gilberto; Lafer, Celso; Lins da Silva, Carlos Eduardo. A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Os Ares do Mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GARCIA JR., Afrânio. **A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil.** In: D´Incao, Maria Angela; Martins Hermínio (orgs.) **Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. A **dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil.** Tempo Social, junho de 2004, pp. 285-299.

GARCIA, E.V. **"O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)"**, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, n. 1, pp. 18-40, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via: reflexões sobre um impasse político atual e o futuro da social-democraica.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOERTZEL, Ted G. **Fernando Henrique Cardoso: a reconstrução da democracia no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2002.

GOERTZEL, Ted. **Lembrem-se de tudo o que escrevi: O impacto de FHC sobre as ciências sociais.** *In*: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

GOTO, Roberto. ***Para Ler Fernando Henrique Cardoso*.** São Paulo: Geração Editorial, 1998.

GRAEFF, Eduardo. **FHC: ideias e atuação política.** Série Perspectivas. Arquivo digital: Edelstein, 1984.

GROSFUGEL, R. **Developmentalism, Modernity and Dependency Theory in Latin America**. Napantla: Views from the South, Vol 1, No 2, pp. 347-374, July 2000.

GUIMARÃES, Juarez. **Democracia e marxismo: crítica à razão liberal.** São Paulo: Xamã, 1998.

GUIMARÃES, S.P. ***Quinhentos anos de periferia*.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007..

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico**, v. 5: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **A superpotência solitária**. In: DUPAS, Gilberto; Lafer, Celso; Lins da Silva, Carlos Eduardo. A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HURRELL, Andrew. **Cardoso e o mundo.** In: D´Incao, Maria Angela; Martins Hermínio (orgs.) Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil.** Edusc, 2004.

JAGUARIBE, Helio. **A Nova ordem mundial.** In: DUPAS, Gilberto; Lafer, Celso; Lins da Silva, Carlos Eduardo. A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JAGUARIBE, Hélio. **Brasil: reforma ou caos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JAGUARIBE, Hélio. **Crise e Alternativas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira.** Brasília: Funag, 2013

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares.** RBCS Vol. 20 nº. 57 fevereiro, 2005.

KALVAN, F.R. **O lugar da Nação: estudo da abordagem da Nação no Dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre dependência de Fernando Henrique Cardoso.** Dissertação de mestrado USP. São Paulo. 2000.

KANE, Richard Franklin. **The sociology and politics of Fernando Henrique Cardoso.** Tese submetida ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade do Estado de Ilinois, 2004.

KAUFMAN, Robert R. **The Impact of Cardoso and Faletto‟s Dependency and Development**. Paper apresentado na Conferência ―International Inequality: Then and Now‖. Watson Center: Brown University, 2008.

KOSELLECK, R. *et al*. **O Conceito de História**. Tradução René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** São Paulo: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, R.. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos: problemas teóricos e práticos.** Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

LAFER, Celso. **A Identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAFER, Celso. **Brasil: dilemas e desafios da política externa.** USP, Estudos Avançados 14 (38), 2000, pp. 260-267.

LAFER, Celso. **Comércio, desarmamento, direitos humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAFER, Celso**. Mudam-se os Tempos: diplomacia brasileira – 2001-2002.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

LAFER, Celso. **O intelectual como político.** *In*: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAFER, CELSO. **Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação.** Brasília: FUNAG, 2018

LAMOUNIER, Bolivar (org). **A era FHC**: um Balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. **Como um intelectual se fez presidente.** *In*: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões.** Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

LAMPREIA, LUIZ FELIPE. **O Brasil e os Ventos do Mundo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LEHMANN, David. **FHCardoso: da dependência à democracia.** *In: Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, n. 14, p. 36. fev. 1986.

LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do Possível.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Editora Braziliense, 1981.

LIMA, Pedro Luiz. **Entre massas afônicas e o interesse soberano: Fernando Henrique Cardoso e a gênese marxista da teoria do populismo no Brasil.** Revista Teoria e Pesquisa, n. 26, vol. 1, 2017, pp. 118-148.

LIMA, Pedro Luiz. **Entrevista com Fernando Henrique Cardoso.** Revista Estudos Políticos. N. 6 (2013)

LIMONGI, Fernando. **Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática.** Novos Estudos, n. 94, 2012, pp. 187-197.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Política e Comércio Exterior. In: Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo (org) **A Era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Política e comércio exterior.** In: LAMOUNIER, Bolívar;

FIGUEIREDO, Rubens**. FHC: A Era FHC, um balanço.** São Paulo, Cultura Editores, 2002.

LINS, Álvaro. **Rio Branco.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LOPES, Dawisson E. Belém. **Política Externa na Nova República: os primeiros 30 anos.** Belo Horizonte: UFMG, 2017.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

LOVATO, Angelica. **O Estado neobismarckiano no pensamento de Hélio Jaguaribe.** In:

LYNCH, E. C.; SOUSA, Elizeu; CASSIMIRO, Paulo H. (orgs). Pensamento político brasileiro: temas, problemas e perspectivas. Curitiba: Apris, 2019.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **A Cúpula de Miami.** In: DUPAS, Gilberto; Lafer, Celso; Lins da Silva, Carlos Eduardo. A nova configuração mundial do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LYNCH, C. **"Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco"**, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.15, pp. 279-314, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **A Democracia como Problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político.** In: Pierre Rosanvallon. (Org.). Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Porque pensamento e não teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970).** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.

LYNCH, Christian. **A institucionalização da área do pensamento político brasileiro no âmbito das Ciências Sociais: revisitando a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos (1963-1978).** In: DULCI, Otavio Soares (org.). Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos. Belo Horizonte: UFMG e Fundação Perseu Abramo, 2013.

LYNCH, Christian. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

LYNCH, Christian. **Saquaremas petistas e luzias tucanos.** O Globo, 13/10/2014.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MELLO E SILVA, A. **"O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea"**, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, pp. 95-118, 1995.

MELO, Wanderson Fabio de. **Institucionalização e modernização**: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983-1989). Programa de estudos pós-graduados em História, Doutorado. PUC/SP, 2009.

MERQUIOR, J.G. **"O Outro Ocidente"**, *Presença*. Rio de Janeiro, n. 15, pp . 69-91, 1990.

MICHILES, Carlos. **Ciência e política sob a perspectiva do realismo utópico: análise habermasiana do discurso argumentativo de Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Editora UnB, 2003.

MOREIRA, Cassio Silva. **Desenvolvimentismo no contexto de globalização: uma releitura de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em defesa do interesse nacional.** Revista Gestão Contemporânea – FAPA, 2008.

MOREIRA, Marcelo S. **O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro.** Teoria e Pesquisa, vo. 21, n.1, p. 73-89, 2012.

MOTA, L. (org.). *Um banquete nos trópicos* (2 v.). São Paulo: Senac, 2008.

MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico.** São Paulo: SENAC, 2002.

NATALINO, Enrique Carlos. "**Do pensamento à práxis: Fernando Henrique Cardoso, diplomata".** Revista Estudos Políticos, Vol. 6, N. 2, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

OTONI, Pedro Henrique de Souza. **A nação e seu labirinto: a "dependência" e o desencontro entre a democracia e a Nação.** Dissertação de mestrado, DCP-UFMG, 2011.

PACKENHAM, Robert. **Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwarzman e Fernando Henrique Cardoso.** Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Campos dos Goytacazes, 2010.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Fernando Henrique Cardoso: o antidependentista.** Texto para Discussão, FEE n. 15, 2017, pp. 3-20.

PAIVA, CARLOS ÁGUEDO. **Fernando Henrique Cardoso, o antidependentista.** Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 29, n. 1, pp. 157-178, junho de 2008.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política exterior.** Brasília: FUNAG, 2016.

POCKOCK, J. G. A. Politics, Language and Time: essays on Political Thought and History. New York: Atheneum, 1971.

POWER, Thimoty J. **A social-democracia no Brasil e no mundo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro: a história plural do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RICUPERO, Rubens. **À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível.** Novos Estudos, 87, julho 2010.

RICUPERO, Rubens. **Diário de Bordo: a viagem presidencial de Tancredo.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

RICUPERO, Rubens**. Visões do Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1995.

ROCHA, J.C.C. (2003), *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks. SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação.** In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização.** In: GOMES, Angela Maria de Castro. O Brasil republicano, v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político (nota de trabalho).** Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30, 1995.

SADER, Emir. **Ideias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SANTIAGO, S. ***O cosmopolitismo do pobre.*** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

ANTOS, L.C.V. (2010). ***O dia em que adiaram o Carnaval*****: política externa e a construção do Brasil.** São Paulo, Editora da Unesp.

SANTOS, Luiz Claudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington).** São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Theotônio. Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso.... (COMPLETAR)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação político-social brasileira**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, pp. 182-193, 1967;

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Raízes da Imaginação Política Brasileira.** Dados. IUPERJ, n. 7, 1970.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Botelho, André. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova, São Paulo, 82: 11-16, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia. São Paulo:** Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora o lugar: ensaios selecionados.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SECRETARIA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Palavra do Presidente:** 1995 / 2002. 16 volumes. Brasília: Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Andre Luis Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa no governo Fernando Henrique Cardoso.** Tese de doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Luis Fernando da. **Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980.** São Paulo: Corações & Mentes, 2003

SILVA, Ricardo. **História intelectual e teoria política.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009;

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** In: Quentin Skinner. Source: History and Theory. Wesleyan University Vol. 8, No. 1, 1969, pp. 3-53.

SKINNER, Quentin. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo.** Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, 2010.

SKINNER, Quentin. **O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições.** Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), v. 1, p. 123-151, 2009b.

SKINNER, Quentin. **Visões da política: sobre os métodos históricos.** Algés: Difel, 2005.

SOBRINHO, Maria Juvêncio. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992)**: Autoritarismo e Democratização. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo. Campinas, 2003.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: In: D´Incao, Maria Angela; Martins Hermínio (orgs.) **Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

SOUZA, Maria Tereza Sadek R. de. **Análises sobre pensamento social e político brasileiro**. BIB. No. 12, pp. 7-21, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TOURAINE, Alain; MENDES, Candido. **A socialdemocracia e a desglobalização.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Cândido Mendes, 2000.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

RONCA, Ítalo. **O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942).** In: GOMES, Angela Maria de Castro. O Brasil republicano, v. 3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. I**deias do poder: dependência e globalização em F. H. Cardoso**. Estudos avançados: n. 13, v. 37, 1999, pp. 225-247.

VIGEVANI, T,; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.** *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 31-61 .

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo, UNESP, 2016.

VIZENTINI, Paulo G. **A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo.** Rio de Janeiro: FGV, 2017.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro. Ideias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco. **O intelectual das identidades complexas.** Discurso por ocasião da outorga do título de Professor emérito a Fernando Henrique Cardoso na Universidade de são Paulo, em 15 de maio de 1992. In. BRASIL, Presidência da República. A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

WHITEHEAD, Laurence. **Fernando Henrique Cardoso: a *Astuzia Fortunata* do sociólogo-presidente do Brasil.** *In*: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia,

crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina.** São Paulo, Editora UNESP, 2016.

WINAND, Érica Cristina Alexandre. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): história e conjuntura na análise das relações com a Argentina.** São Paulo: UNESP, 2016.

YAZBECK, Ivanir. **O Real Itamar: uma biografia.** Belo Horizonte: Gutemberg, 2011.

ANEXOS: ENTREVISTAS

Entrevistado	Principais cargos	Profissão	Datas das Entrevistas	Local	Duração
Paulo Paiva	Secretário de Planejamento (MG), Ministro do Trabalho, Ministro do Planejamento, Vice-Presidente do BID	Professor universitário	17-03-2017	Belo Horizonte	53 min
Rubens Ricúpero	Embaixador em Washington, Genebra e Roma, Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Fazenda, Diretor-Geral da UNCTAD	Diplomata e professor universitário	04-04-2019	São Paulo	66 min
José Carlos Carvalho	Presidente do IBAMA, Secretário de Meio Ambiente (MG), Secretário-Executivo do MMA, Ministro do Meio Ambiente	Engenheiro florestal e servidor de carreira do IEF-MG	15.10-2019	Belo Horizonte	82 min
Celso Amorim	Embaixador em Genebra e Nova York, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Defesa	Diplomata e professor universitário	09-01-2020	Rio de Janeiro	108 min
Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores, Embaixador em Genebra, Presidente da FAPESP	Advogado, jurista e professor universitário	22-01-2020	São Paulo	107 min
Fernando H. Cardoso	Senador da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda, Presidente da República	Sociólogo e professor universitário	21-01-2020	São Paulo	60 min

1. ENTREVISTA COM PAULO TARSO DE ALMEIDA PAIVA[233]

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, MINISTRO DO TRABALHO (1995-1998) E DO PLANEJAMENTO (1998-1999) e VICE-PRESIDENTE DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (1999-2005). FOI REALIZADA EM SUA RESIDÊNCIA, EM BELO HORIZONTE, NO DIA 17 DE MARÇO DE 2017. TEMPO DE GRAVAÇÃO: 53 minutos

ENRIQUE NATALINO – ***Ministro, primeiramente gostaria de agradecer a sua entrevista para esta pesquisa de Doutorado, cujo tema é a investigação do pensamento internacional de Fernando Henrique Cardoso. Indo já direto ao ponto, eis a minha primeira pergunta: como o senhor avalia a presença de intelectuais como Fernando Henrique Cardoso na política brasileira?***

PAULO PAIVA - Vou começar com uma observação que o Fernando Henrique fez um dia para mim, sempre muito irônico: "*Se vocês acham que vão eleger outro intelectual para presidente, esqueçam*" (risos). Porque foi um acaso na História. Ele inclusive escreveu um livro em que fala que é o presidente improvável...

Do ponto de vista da sua pergunta, tem duas coisas que temos que considerar. Primeiro, a influência intelectual no pensamento do presidente. Segundo, o próprio presidente formando o seu pensamento. Eu não tenho estudos para analisar essa influência do intelectual na hegemonia do pensamento político, que na tradição da esquerda, bebe muito no pensamento do Gramsci. A minha contribuição é muito mais do ponto de vista pragmático. O Fernando Henrique não pensou apenas as questões externas. Ele tem uma formação intelectual que foi sendo moldada e mudada ao longo do tempo, porque nunca foi uma pessoa intransigente. Você sabe que ele tem uma formação marxista e depois foi mudando. Acho que tem um momento importante na sua história intelectual, quando desenvolveu a Teoria da Dependência, uma revisão do pensamento marxista sobre América Latina.

Já no governo, você assume um espaço para decisões condicionado pelas circunstâncias. Ele foi presidente num momento muito próprio da história política mundial, uma fase específica do processo de globalização, a partir dos anos 70. A globalização financeira, um processo que posteriormente teve, de um lado, no continente europeu, a destruição do império soviético e, na Grã-Bretanha, a liderança de Margareth Thatcher, com uma liderança mais liberal. Nos EUA, houve um processo muito interessante que gostaria de chamar a atenção com mais detalhes, que foi a eleição de Bill Clinton, que tem um reflexo em tudo o mais que aconteceu. O Partido Democrata americano, que era um partido à esquerda, tem um dos seus pilares fundado no movimento sindical, na AFL-CIO, defensor do fechamento da economia, de interesses

[233] Nasceu em Ouro Fino, em 1940. Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e doutor em Demografia pela Universidade da Pensilvânia (EUA). Atuou como professor-adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi coordenador e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais na gestão Hélio Garcia (1991-1995). Ministro do Trabalho (1995-1998) e do Planejamento (1998-1999) no governo Fernando Henrique Cardoso. Vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, entre 1999 e 2005. Secretário de Transportes e Obras Públicas (2006), secretário de Planejamento e Gestão (2007) e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) na gestão Aécio Neves.

corporativos e com resistências ao processo de globalização. O Bill Clinton era um *outsider* do Partido Democrata, veio de um estado menor, Arkansas, e moveu o partido mais para o centro. Foi eleito com apoio de eleitores que tinha simpatia do Partido Republicano e construiu uma nova agenda que deu origem ao que é hoje a agenda do Partido Democrata, conhecida como Terceira Via. Ao invés de um corporativismo de esquerda, passou a defender temas que são hoje abarcados pela esquerda, como a questão ambiental, que tem implicações muito grande dentro dos EUA. É contra o uso de fontes de energia não-renovável, como o petróleo, e o uso de carvão, as bases da indústria americana. Além disso, é a favor das minorias, da integração e absorção de imigrantes, dos grupos LGBT. Tony Blair, eleito na Inglaterra logo depois, pelo *Labour Party*, também estava muito distante da posição radical de esquerda do Partido Trabalhista. Anthony Giddens chamou de "Terceira Via" essa posição internacional baseada na globalização como destino, não como escolha. É um processo de integração no mundo. Eu tenho impressão que essas bases foram as que mais influenciaram a orientação de Fernando Henrique.

Por outro lado, ainda muito próximo dessas questões, antes de ser ministro da Fazenda, ele foi ministro de Relações Exteriores do governo Itamar Franco. Então ele foi exposto a essa agenda. E trouxe para ser seu ministro das Relações Exteriores o Luiz Felipe Lampreia, que era o seu secretário-geral no Ministério. Então ele manteve a mesma agenda, num esforço maior de integração do Brasil no contexto das maiores potências do mundo, e não na visão terceiro-mundista, que vinha do governo Jânio Quadros e do Geisel, voltando com Lula, numa visão mais ideológica. Ali era uma visão mais pragmática. Se você olhar os embaixadores que representaram o Brasil nos principais países, eram todos eles de uma linha mais pragmática, sobretudo de interesses comerciais.

EN - Qual foi a importância da trajetória intelectual e política de Fernando Henrique na formação da visão internacional?

PP - Além da formação intelectual, acho que a trajetória pessoal dele o expôs muito ao mundo. E a Revolução de 1964 ajudou muito. Ele teve que sair do Brasil, foi para o Chile. A USP, nos anos 50, era uma universidade muito aberta ao exterior, especialmente à França. Foi muito influenciada pelos franceses e pelo seu pensamento. Aliás, tem um livro do Fernando Henrique em que fala sobre os inventores, pensadores do Brasil, intelectuais que foram importantes na sua formação. Isso é interessante, porque tem uma base muito de esquerda. Menciono, por exemplo, o Florestan Fernandes, o Caio Prado Jr., o Celso Furtado. Nisso se vê que houve muito a influência da USP nele. Menos universal, do ponto de vista do Brasil, se ele tivesse se formado em outros estados. No Chile, esteve na CEPAL, com acesso ao pensamento latino-americano, escrevendo ali o livro sobre a Teoria da Dependência, com o Enzo Falleto. E depois esteve na França também.

EN – ***A CEPAL já era um centro de referência acadêmica internacional naquele período, não é ministro?***

PP – Exatamente. Principalmente do pensamento latino-americano. A CEPAL construiu uma teoria econômica sobre a América Latina e contrapôs-se à visão das Nações Unidas. O mentor foi Don Raúl Prebisch, que depois ajudou a criar a Unctad, que tem uma visão internacional mais estruturalista sobre a economia. Então o Fernando Henrique depois foi para a França, deu aula muito tempo lá. Ele já tinha uma bagagem e uma visão universal.

EN – Dando um grande salto para a década de 1990, quando Collor venceu as eleições, diz-se que Fernando Henrique teria sido convidado a ser ministro das Relações Exteriores. Isso aconteceu mesmo?

PAULO PAIVA – O PSDB esteve muito próximo do governo Collor, mais próximo do que você pode imaginar. Eu não saberia dizer se o Fernando Henrique foi convidado ou não, mas teve um outro mineiro do PSDB que foi convidado. O governador do Estado nessa época - e eu era secretário - disse que não tinha nada contra. Falou o seguinte para quem veio dar o recado: "*marque a posse com duas horas de antecedência para eu chegar em Brasília*." Isso foi no meio do governo Collor.

EN – Na transição do governo Collor de Melo para Itamar Franco, a presença do ministro Celso Lafer no Itamaraty facilitou a vida do chanceler Cardoso?

PP – Certamente isso facilitou muito para o Fernando Henrique conhecer os instrumentos e a agenda de política do Itamaraty. Porque uma coisa é você conhecer intelectualmente, outra coisa é conhecer a agenda com questões mais práticas: acordos, eleições em diferentes órgãos, compromissos assumidos com diferentes países, diversas questões do dia a dia da gestão do Ministério. O Fernando Henrique pode receber uma transição com muita competência.

EN – Como era a relação entre Fernando Henrique e Itamar Franco?

PP - Foi uma relação muito boa, institucional. Eu tive muito prazer de participar disso. São dois estadistas com uma visão pública, com uma visão geral do país. Tão boa que no final do governo Itamar Franco, o governador Hélio Garcia o condecorou com o Colar da Inconfidência, que naquela época se dava a poucas pessoas.

EN – ***Diz-se que o Fernando Henrique no governo Itamar Franco se tornou uma espécie de primeiro-ministro durante o Plano Real.***

PP – Aí já é numa segunda fase. Ministro da Fazenda é sempre um ministro forte. E Fernando Henrique e Itamar tinham boas relações. E durante essa fase do início do Plano Real, apesar de eu ainda estar no Governo de Minas, certamente foi uma relação muito positiva desse ponto de vista. O Itamar sempre deu aos seus auxiliares autoridade para poder conduzir os temas. Ali a questão da economia foi muito bem conduzida tecnicamente pela equipe do Fernando Henrique. A relação com o Congresso teve um papel fundamental. E sobretudo pelo apoio e segurança que deu ao presidente Itamar Franco para que conduzisse. Porque sem a determinação do presidente, ninguém faria aquilo não.

EN – Durante o período de transição de Itamar para Fernando Henrique, após a vitória, como foi a formação do plano de governo?

PP – Eu posso falar da minha experiência. O Fernando Henrique trouxe o Paulo Renato, que era Gerente de Operações do BID [*Banco Interamericano de Desenvolvimento*] para elaborar a proposta de plano de governo, que se chamava "*Mãos à Obra*", que colheu opiniões e arrumou propostas de campanha. Não houve, de fato, uma transição, mas uma continuidade do ponto de vista da questão central, que era a estabilidade da economia. As reformas se iniciaram com a reforma monetária, que foi feita no governo Itamar Franco, e Fernando Henrique deu continuidade. Se você ler o discurso de despedida de Fernando Henrique do Senado, que é mais importante do que o discurso de posse como presidente, verá que ali ele estabelece a estrutura

do seu governo, os pontos fundamentais, como a superação da Era Vargas. E do ponto de vista intelectual, foi muito bem colocado, chama a atenção para as principais reformas estruturais que o país precisava fazer. E ele ali falava, ainda como senador, do governo que seria uma continuidade. Então não há ruptura do eixo principal. Há mudanças específicas, porque os governos são muito grandes, com muita coisa para fazer. Mas tem uma certa dualidade em qualquer governo entre a proposta de campanha e a proposta de governo. As pessoas que estão na campanha muitas vezes não vão para o governo. A equipe econômica do Fernando Henrique estava como ele na Fazenda e depois continuou no governo, mas não participou da campanha. E não participaram daquele documento. Então o documento é um pouco mais fraco na parte da Economia.

EN – *Durante o governo, como foi a relação do presidente com os intelectuais? Ele se cercou dessas pessoas?*

PAULO PAIVA – Você pode imaginar num governo Fernando Henrique a quantidade de intelectuais que havia. Por ser um intelectual de São Paulo, ele tem uma rede muito grande, com muitos contatos. E ele tem amigos próximos que são intelectuais, posso citar alguns. O Vilmar Faria, que era mineiro e meu colega aqui da UFMG, era assessor dele. O Vilmar foi PhD por Harvard e morou com Fernando Henrique no Chile, sempre com uma relação muito próxima com ele. O Giannotti também era daquela equipe do CEBRAP. O pai do Sérgio Fausto, Boris Fausto, e o Juarez Brandão Lopes também. Em geral eram as pessoas que tinham casa lá em Ibiúna (SP). O Vilmar fazia algumas reuniões com esses intelectuais, com um grupo mais amplo. Eu mesmo participei de algumas delas, de jantares em que ele conversava, ouvia. Tenho a impressão que era também uma forma de satisfação intelectual também. Ele tinha também ao lado dele uma pessoa que era um contrapeso, que era a Ruth Cardoso.

EN – Ela teve muita influência sobre ele?

PP – Muita influência. Era muito pé no chão. Os dois eram estudantes ainda nos anos 1950 na USP. O Fernando Henrique, desde jovem, era muito inteligente, falante, bem estruturado, com um pensamento marxista que era predominante na época. Considerado ainda um homem bonito, as mulheres gostavam dele. Então a Ruth pôs ele nos trilhos, certamente foi fundamental para dar equilíbrio.

EN – E a relação entre o presidente e os seus ministros? Como era essa convivência?

PP – O Fernando Henrique sempre teve boas relações com todo mundo. Ele sempre ouvia muito. Gostava muito de conversar. Muito parecido com o governador Hélio Garcia, não tinha muita paciência com detalhes. Do ponto de vista de gestão, quem cuidava era o Clovis Carvalho. Essa coisa mais chata do dia a dia era com ele. Com o Fernando Henrique eram mais questões estratégicas. O Clovis cuidava mais do *management*. O Eduardo Jorge [secretário-geral da Presidência], numa outra dimensão da gestão, cuidava de questões mais pessoais, ele já era assessor dele no Senado e cuidava das relações dele com o mundo político e com essas questões mais próximas.

EN – E o Sérgio Mota era o articulador político?

PP – O Sérgio era o grande amigo do Fernando Henrique, o operador das coisas, mas um pouco desastrado. O papel do articulador político é muito difícil de ser entendido, porque no final da história todo mundo quer tomar bênção, beijar a mão do Papa. Não tem ninguém que articula e

a quem você delega tudo. O Sérgio cuidava dessas coisas, ajudava muito, mas o Fernando Henrique deixava as coisas caminhar.

EN – E no que diz respeito à diplomacia presidencial? Havia mesmo uma inovação em relação ao estilo tradicional de fazer política externa?

PP – O Fernando Henrique foi, certamente, foi o mais competente chefe de Estado que este país já teve. Pela formação intelectual, pelo gosto e pela experiência que tinha no Itamaraty. Ele tendo como ministro das Relações Exteriores o secretário-geral do Itamaraty, quando era chanceler, criou uma relação mais próxima. Ele conduziu a questão da política externa de maneira mais próxima que outros presidentes. Ele tinha opinião, sabia o que estava fazendo. Em todo o processo do Mercosul, por exemplo, ele teve um papel próprio e muito presente nessas questões. Em outros governos, o Itamaraty tomava mais conta dos presidentes do que dele.

EN – Qual era interlocução do presidente com outros chefes de Estado? As opiniões do presidente eram ouvidas?

PP – O Fernando Henrique era uma pessoa respeitada pela formação intelectual. Falava português, francês, inglês... Manteve uma relação pessoal muito forte com o Clinton e com Hillary, inclusive posterior. Ele tinha muita proximidade também com o Tony Blair. A relação com o Carlos Menen também era muito boa. Eu mesmo estive lá num despacho com ele e me disse: *´Olha, fala com o Fernando que estou apoiando ele´*. Não tinha nada a ver, porque não era com voto argentino que ele iria se eleger. E no Chile, tinha uma relação ótima, por ter morado lá, ter enfrentado a ditadura, ser de esquerda etc. E os presidentes da Concertación, o Lagos e o Frei, tinham muita proximidade com ele. E vários dos ministros do Fernando Henrique tinham morado no Chile, o Paulo Renato, o Serra...

EN – Em alguns discursos do Fernando Henrique, vê-se uma postura mais crítica à globalização. Havia um plano de reforma do sistema internacional mais ampla?

PP – Ele tinha uma formação de esquerda, comunista, com conteúdo social grande. Mas tinha a percepção de que o mundo mudou, era mais aberto, mais liberal. Ele tinha os dois olhos num equilíbrio entre a equidade e o mercado. Fazia uma crítica à globalização no sentido de haver um desequilíbrio entre essas duas dimensões.

EN – Como o senhor avalia o governo Fernando Henrique? Quais foram as maiores contribuições?

PP – O meu viés é obvio nisso, mas certamente foi a reforma econômica, a mudança profunda que eliminou um período de hiperinflação. Houve uma reorganização do Estado e da economia, criando as bases para que o país pudesse tomar um rumo de crescimento. Esse é o primeiro legado. O segundo foi na área de direitos humanos, com um cuidado muito grande e avanços muito importantes, tanto no plano nacional quanto internacional. Havia uma posição muito clara quanto a isso, na linha da *Terceira Via* a que me referi anteriormente. E o terceiro foi o respeito ao Estado Democrático de Direito. A democracia foi preservada e consolidada. Foi uma herança do governo Itamar Franco, que implantou o Plano Real e garantiu a democracia, numa transição muito tênue. O Fernando Henrique cuidou desses dois processos e, ao meu ver, adicionou o dos direitos humanos.

EN – ***Os críticos dizem que Fernando Henrique viajava demais.***

PP – Como temos o regime presidencialista, o chefe de Governo e de Estado se confundem. Se você olhar os líderes mundiais de hoje, como a Angela Merkel, difícil imaginar como não ter uma presença, que é insubstituível. Ele viajou menos que o Lula, mas fez viagens muito mais relevantes para o Brasil.

EN – Esse estilo de diplomacia presidencial veio para ficar?

PP – Acho que veio para ficar. É indelegável. Vivemos num mundo em que há riscos geopolíticos muito grandes em que é preciso estar atento a estas questões.

EN – É possível ter uma política externa democrática num país como o Brasil?

PP – O que você chama de democrática?

EN – ***Menos insulada no Itamaraty e com mais participação de atores estatais e não-estatais.***

PAULO PAIVA – Essa questão é interessante e posso até elaborar um pouco mais sobre isso, por experiência própria pela relação muito próxima que tive com o Itamaraty quando estava no Ministério do Trabalho. No Ministério do Planejamento, eu olhava mais para dentro, embora tivesse uma relação com as instituições multilaterais. No Ministério do Trabalho tive uma relação bem próxima. Todos os países têm um diálogo entre a sua área de relações exteriores e a sociedade. Em alguns países isso até se confunde um pouco, há uma certa representação dos interesses privados pelo Ministério. Nós temos uma tradição, que vem desde Rio Branco, de ter um corpo técnico muito competente que você não encontra na sociedade. A interlocução, muitas vezes, é de defesa de interesses corporativos, pela influência do corporativismo na formação do Estado brasileiro desde o tempo de Vargas. As pessoas muitas vezes criticam essa interlocução porque queriam que o Itamaraty fosse o porta-voz dos seus interesses, não dos da nação. Eu convivi com essas coisas e tive uma experiência interessante com a OIT [Organização Internacional do Trabalho], que tem uma participação forte tanto do movimento sindical quanto dos empresários. Compete ao ministro do Trabalho fazer essa interlocução e se aproximar do Itamaraty.

Pela minha experiência, consegui lidar com alguns temas que eram dogmas no Itamaraty e que mudamos, como o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. O Itamaraty tinha uma posição de não deixar esse tema ir para a pauta, porque deixava o país vulnerável e criava confronto com os Estados Unidos. Eu consegui colocar esses temas na pauta pelo diálogo, pela demonstração da importância. O governo, com relação a isso, foi tão moderno quanto possível naquela época. Eu acho que obviamente há condições para melhorar, procurar mais esse diálogo interno, mas é muito difícil, pois é preciso equilibrar interesses corporativos privados e interesses nacionais, que não necessariamente são os mesmos.

EN – No caso dos EUA, por exemplo, há uma complexidade maior no que diz respeito às instâncias de formulação da política externa, não é?

PP – O modelo americano não é muito bom, não é o ideal. Há o Departamento de Estado, que cuida de questões mais geopolíticas, ligadas às intervenções que eles fazem no mundo. Diferentemente do Brasil, que não tem essas preocupações, pois não somos um player no campo da *hard politics*.

EN – Como o senhor avalia os governos do PT em matéria de política externa?

PP – Hoje o Brasil e a América Latina têm menos relevância no mundo do que tiveram no passado. E isso tem a ver com a mudança da orientação ideológica e como uma certa esquerdização da América Latina, caso da Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador. O Chile, nos períodos pós-Pinochet, teve governos de esquerda, mas teve uma política externa não-ideológica, mais pragmática. Até porque o Chile é um país mais aberto para o mundo.

EN – ***E para onde estamos indo agora em matéria de política externa?***

PP – Acho que só depois de 2019 vamos saber. O governo Temer não terá nenhuma contribuição do ponto de vista externo, por várias razões. Está afogado na questão doméstica por várias razões, não apenas da economia. Isso o constrange muito ao participar de fóruns internacionais. É um governo de transição, que não foi eleito. Então, é um governo com uma restrição de legitimidade.

EN – Muito obrigado pela entrevista e pela contribuição, ministro.

PP – Não seja por isso. Felicidades na sua tese.

2. ENTREVISTA COM RUBENS RICUPERO[234]

DIPLOMATA DE CARREIRA, HISTORIADOR E PROFESSOR, EMBAIXADOR DO BRASIL EM WASHINGTON (1991-1993), MINISTRO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL (1993-1994), MINISTRO DA FAZENDA (1994) E EMBAIXADOR EM ROMA.

ENTREVISTA REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2019 NA SEDE DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVES PENTEADO (FAAP), EM SÃO PAULO (SP) TEMPO DE GRAVAÇÃO: 53 minutos

ENRIQUE NATALINO: ***Bom dia, Embaixador Rubens Ricupero. A minha pesquisa que trata da construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso. Ela tenta entender como o seu pensamento influenciou em sua política externa entre 1992 e 2020, período em que esteve à frente de dois ministérios e da Presidência da República. E também compreender como o pensamento do presidente foi sendo alterado na transição do intelectual para o político. Faço uma pergunta introdutória: como o senhor enxerga o papel dos intelectuais na construção de um pensamento internacional brasileiro?***

RUBENS RICUPERO: Eu penso que desde a origem da diplomacia brasileira, o papel da inteligência foi central e decisivo. Uma das teses que eu procurei desenvolver no meu livro é que o Ministério das Relações Exteriores no Brasil, já no Império, a Secretaria de Negócios Estrangeiros era, para usar para usar uma linguagem moderna, uma organização voltada para a produção de conhecimento. Um dos aspectos de uma chancelaria. É claro que há outros que são operacionais, de representação etc. Mas um dos aspectos de uma chancelaria, é ela ser organização capaz de produzir conhecimento. Conhecimento direcionado, de caráter prático, não o conhecimento do tipo acadêmico, científico, da verdade pela verdade. E a prova disso é que em todo curso da nossa história, os grandes chanceleres que nós tivemos e que marcaram a

[234] Rubens Ricúpero nasceu em 1937 em São Paulo. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1955-1959). Fez o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, no Rio de Janeiro, concluído em 1960. Diplomata da carreira lotado em Brasília (1961 – 1963), Viena (1963-1966), Buenos Aires (1966–1969), Quito (1969–1971), Brasília (1971–1974), Washington (1974–1977), Brasília (1977–1987), Genebra (1987–1991) e Washington (1991–1993). Atuou como Assessor Internacional do Presidente-eleito Tancredo Neves (1984–1985), Assessor Especial do Presidente da República José Sarney (1985 – 1987) e Subchefe da Casa Civil do Presidente da República (1985). Ocupou, dentre outros, os cargos de Representante Permanente do Brasil em Genebra (1987–1991), Embaixador do Brasil em Washington (1991–1993) e Embaixador do Brasil em Roma (1995). Foi Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994) e Ministro da Fazenda (1994). Foi Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), de 1995 a 2004. Foi professor da Universidade de Brasília (1979-1987, 1994) e do Instituto Rio Branco (1980-1987, 1994).

produção do pensamento da política externa eram também grandes intelectuais. A principiar pelo primeiro de todos os ministros, que foi José Bonifácio de Andrada e Silva.

Como se sabe, era uma figura original, porque entre os próceres da independência, ele é o único talvez, das Américas, que não era nem militar e nem bacharel em direito. Era um cientista especializado em Geologia, a ciência da época, até com trabalhos bastante reconhecidos naquela época, não é? E José Bonifácio já abarcou, embora tenha ficado um ano e meio como chanceler, ele marcou aquela fase inicial. Não só na política externa, mas ele tinha, como dizia o José Guilherme Merquior, ele tinha o primeiro projeto de país, o primeiro sonho de Brasil que os brasileiros sonharam da independência para cá, que era um país que fosse na base do trabalho livre. Ele era contra o tráfico de escravos e a escravidão e queria muito que houvesse distribuição de terras, que houvesse um crédito dado pelo Banco do Brasil a pequenos empreendedores. Ele tinha uma visão extremamente lúcida e, até hoje, de certa forma atual, que foi posta de lado porque ele caiu. Ele foi exilado e o que prevaleceu, como dizia o Merquior, numa famosa conferência que ele fez sobre os projetos sonharam para o Brasil, ele foi substituído pelo projeto latifundiário e escravocrata, que era do Partido Conservador, do Regresso Conservador e um grande mineiro, vários grandes mineiros, entre eles o Marquês do Paraná e também o Vasconcelos que impuseram o modelo que prevaleceu.

EN: O Bernardo Pereira de Vasconcelos...

RC: Sim, fundador do Partido Conservador, que na luta para pôr fim ao tráfico de escravos, por volta de 1950, ou um pouco antes, os dois maiores opositores foram eles. A sorte é que um pouco antes da lei, o Bernardo Pereira de Vasconcelos morreu de febre amarela, né? Então o Marquês do Paraná ficou isolado. Mas voltando ao ponto do José Bonifácio, ele tinha um pensamento sobre a política externa, por exemplo, ele achava que o Brasil, para ser reconhecido como um país independente, não deveria fazer nenhuma concessão à Inglaterra e nem a Portugal, porque a própria força das coisas se incumbiria de obrigar o reconhecimento. Ele foi afastado por Dom Pedro I, que tinha um projeto pessoal e dinástico de assegurar os direitos da Casa de Bragança pelos dois lados do Atlântico. Precisava de Portugal para isso. Por exemplo, os hispânicos não precisavam do reconhecimento da Espanha, que aliás nunca veio. Demorou, só lá pelos fins do século. O rei da Espanha entretinha esse sonho da reconquista enquanto que Dom Pedro, para obter o reconhecimento de Portugal, tinha que passar pela mediação inglesa, porque só a Inglaterra tinha poder de influência sobre Portugal para isso. Aí ele fez todas as concessões a Portugal e à Inglaterra. No caso da Inglaterra, a recondução da situação de quase semi-tutela que os ingleses tinham, desde a vinda da Família Real, todos os acordos comerciais, preferenciais com tarifas mais baixas para os ingleses, a justiça especial para os ingleses e, sobretudo, o tratado para pôr fim no tráfico de escravos, que era uma concessão dificílima para os interesses brasileiros. No caso de Portugal, ele assumiu metade da dívida pública, reconheceu que o título de Imperador pertencia ao pai e depois passava a ele. Ele fez todas as concessões.

O que não era a visão José Bonifácio, que era a visão mais intelectual, lúcida. Era o interesse do Brasil, não do monarca, não é? Claro que para Dom Pedro I, os interesses se confundiam. Agora, depois disso, ao longo do tempo, nós vemos isso sempre. O Visconde do Uruguai, que é a grande figura do meio do século, porque é o dedo dele que se encontra tanto na Abolição do Tráfico como na política no Prata, para enfrentar as ameaças do Prata. O Visconde do Uruguai era o maior tratadista do Brasil de Direito Público e de Ciência Política. Ele é um dos luminares do pensamento político conservador, não é? Aquela famosa polêmica com o Tavares Bastos, então era um intelectual. Como se vê os pareceres dele, é tudo muito consciente. É nessa época

que se dá, graças ao Duarte da Ponte Ribeiro, que esse sim era um diplomata profissional, a elaboração da doutrina brasileira sobre fronteiras, que devia depender não do Tratado de Santo Ildefonso, que nós passamos a considerar que não vigorava mais, mas foi uma evolução do *uti possidetis* de fato das posses efetivas. Isso é um trabalho do Duarte da Ponte Ribeiro, que é um intelectual de uma fertilidade enorme. Ele deixou centenas de ensaios, de mapas e de trabalhos. E assim, ao longo do tempo, é uma coisa interessante que o José Honório Rodrigues diz que os dois maiores pesquisadores do Brasil no século XIX foram ambos diplomatas profissionais. O Varnhagen e o Joaquim, como é que ele se chama... Joaquim Antônio da Silva, foi um que fez grandes pesquisas nos arquivos europeus sobre os limites no Norte, com as Guianas. O Visconde do Rio Branco, que é quem consolida essa doutrina de fronteiras. E mais tarde o filho dele, o Barão do Rio Branco, não é?

E ao longo do tempo nós temos sempre grandes intelectuais até os nossos dias. As pessoas, por exemplo, que marcaram a Política Externa Independente, foram o Afonso Arino de Melo Franco e o San Tiago Dantas e, depois, o embaixador Araújo Castro, que era um grande formulador de política externa. Portanto, resumindo, isso sempre existiu e era consciente. O Barão do Rio Branco tem uma carta de quando ele estava em Berlim, e ele foi convidado pelo Rodrigues Alves para ser ministro, ele tem uma carta a um senador de São Paulo, o senador Abranches, em que ele diz: " Nós precisamos de modernizar, nós precisamos ter uma biblioteca, uma seção geográfica, onde os empregados e os diplomatas irão se munir dos argumentos que precisam para suas negociações". Portanto, no caso do Brasil, sempre foi independente, muito intimamente ligada à atividade intelectual e de produção do conhecimento.

EN: ***O senhor acredita que existe um pensamento internacional brasileiro além do pensamento diplomático? Explorando um pouco mais, o que que seria esse pensamento diplomático? Seria mais ligado à profissionalização da chancelaria, à ação direta dos diplomatas, como naquela tese do Synesio Sampaio sobre o papel dos diplomatas? Ou haveria um pensamento internacional um pouco mais amplo que abarcaria, digamos, o pensamento econômico, e teria uma visão mais ampla do país além desse pensamento diplomático que nós já conhecemos? Haveria, na sua visão, uma forma de nós entendermos o Brasil além dessa visão puramente oficial?***

RC: Existe uma tradição muito nítida de pensamento diplomático brasileiro, que parte de alguma coisa que eu procurei acentuar muito no meu livro. Eu creio que toda política externa de qualquer país, de qualquer governo, toma como ponto de partida uma visão do país e uma visão do mundo. Uma percepção do país, das suas potencialidades, das suas limitações, das suas aspirações daquilo que ele deseja ser e, complementarmente a isso, uma percepção da realidade internacional. Uma interpretação do mundo para se ter uma ideia daquilo que é possível e daquilo que não é possível. Quais devem ser as prioridades, onde nós devemos buscar recursos. Por isso é que eu penso que o esforço de teorização parte do diagnóstico, um diagnóstico correto. E daí é que se deduz uma política. A meu ver, de uma forma ou de outra, ainda que de maneira embrionária, essa visão do mundo sempre existiu, por exemplo, na época da monarquia, do Império. Vê-se muito que os primeiros embates que o Brasil tem depois do reconhecimento da Independência, é reconquistar o mínimo de autonomia que se tinha cedido por causa desses tratados desiguais com a Inglaterra. E isso não era uma questão puramente teórica, porque os tratados com a Inglaterra que vinham dos primeiros de 1810 e foram depois renovados, haviam concedido aos ingleses uma tarifa de 15 por cento sobre todos os produtos. Com a Independência, isso foi estendido com a cláusula na nação mais favorecida aos outros grandes países. Com isso, o tesouro ficou amarrado porque, naquele tempo, a grande fonte do

tesouro era o imposto sobre importação. Naquele tempo não havia imposto de renda e as outras taxas eram muito pequenas. Então, isso causou um déficit crônico nas finanças brasileiras. Tanto na foi assim, que esse esforço do Império só vai prosperar em mil oitocentos e quarenta e pouco, quando se consegue, finalmente, se desvencilhar de todos esses tratados que chegam ao final de sua vigência. E o governo imperial passa a se recusar até o fim da monarquia e o Brasil nunca mais assinou nenhum acordo comercial com países mais fortes. Assinou com o Uruguai, mas não com os países mais fortes. Então, com isso, é interessante que antes até dessa data, o governo tinha sido obrigado a criar um imposto sobre a exportação, porque não podia taxar a importação.

Depois desse período é que nós temos a tarifa maior que a tarifa Alves Branco, se não me engano de 1842. Então você vê que levou um tempo grande, de 1822 são 20 anos, não é? Até se liberar. Então era uma visão clara, né. Um outro aspecto dessa visão, que foi a que o Visconde do Uruguai implementou, ele via claramente que não dava para continuar o tráfico de escravos. Curiosamente ele era um dos da Trindade Saquarema, que tinha todo interesse na manutenção da escravidão. Mas como ele diz naquela famosa reunião do Conselho de Estado, em que ele elabora uma série de perguntas, ele diz muito claramente: "Ou nós fazemos por nós ou os ingleses nos impõem à força de armas". Não há maneira de evitar. Então, é melhor que a gente faça do que ter que passar por essa humilhação. Enfim, podia até destruir a monarquia, né? Porque os ingleses iam decretar o boicote dos portos e tal. Então, ele tinha uma visão da correlação de forças, porque a base da diplomacia, uma das bases, é a tua visão da correlação das forças, que muda conforme a época, porque naquela época os ingleses não teriam o menor problema em vir bombardear o Rio de Janeiro. Hoje em dia não se pensa mais nisso. Então, ele tinha uma visão. Agora, era uma visão, nessa época, muito concentrada na vizinhança imediata no Prata. Tanto assim que, a partir do período dele, que vai ser quase quatro anos, ele vai ser ministro, é que nós vamos ter todas aquelas intervenções no Prata que culminam mais tarde, quando ele já não é ministro, o desdobramento disso é a Guerra da Tríplice Aliança, que vai de 1864 a 1970. Então marcou aquele fim de século, a metade do século esse período do Prata. O horizonte do Brasil era o Prata, um pouquinho mais algum ou outro vizinho, por causa de questões de fronteira, os EUA um pouquinho, as cortes europeias... Mas estava muito concentrado naquilo.

Isso vai mudar com o Barão do Rio Branco. Eu tenho defendido sempre o pensamento de que o Barão do Rio Branco, muito mais do que o grande consolidador e definidor das fronteiras, foi o homem que elaborou o primeiro paradigma abrangente da visão do Brasil do mundo. Paradigma do Brasil no mundo. Por que isso? Porque ele percebeu que num mundo que era o mundo das grandes potências - ele foi ministro de 1902 a 1912 - o período alto do Concerto Europeu em que as potências não eram os EUA. Os EUA estavam começando a aparecer. Eram o Reino Unido, a França o Império Russo, o Império Austro-Húngaro, o Império Alemão e a Itália. Esses eram os países que davam as cartas, que dominavam a Ásia, que dominavam o Oriente Médio, dominavam a África, e o Império Otomano já em declínio. Ele se dá conta, antes dos contemporâneos, da ascensão dos EUA. Os EUA começam a aparecer em 1905. Os EUA impõem a mediação para o fim do conflito entre o Império Russo e o Império Japonês. Então ele percebe que surgiu uma nova grande potência, a primeira que surgia fora da Europa, no nosso continente. E ele vai elaborar um pensamento em que o Brasil busca uma relação privilegiada com os EUA. Ele vai criar a primeira embaixada, porque naquele tempo as missões eram do nível de Legação. Ele vai criar a primeira Embaixada do Brasil em Washington. Os americanos aceitam fazer aqui, porque tinha que de ser de comum acordo. E ele cria aquilo que o historiador americano Bradford Burns chamou de "aliança não escrita". Por quê? Porque ele quer o poder americano para suprir a falta de poder do Brasil.

No Brasil, hoje em dia, as pessoas que censuram o Rio Branco ou o Nabuco de por terem sido muito pró-americanos esquecem que o Brasil era o único país latino-americano vizinho de três potências europeias - vizinho com fronteira territorial ainda não demarcada - que eram a Inglaterra, França e Holanda. Com a Holanda não houve problema, mas com a França e a Inglaterra houve. E problemas sérios na época do auge do imperialismo europeu, em que os europeus não tinham o menor problema em ir lá e tomar aquilo à força. Então ele queria ter o apoio americano, queria o apoio e pelo menos a neutralidade americana em relação aos vizinhos hispânicos. Então era uma visão pragmática, uma visão de troca de poder. E em troca disso, ele apoiava os americanos no México, no Panamá, na América Central, no Haiti... Para ele não tinha problema, porque ele tinha a mesma posição conservadora de que esses países turbulentos precisavam ser mantidos de rédea curta. Então, ele tinha uma visão abrangente, porque o paradigma dele, como eu digo nos meus trabalhos, era baseado numa diferenciação clara: era a relação com os países que nos separavam um grande diferencial de poder, que são relações assimétricas. E aí ele procurou se compor, ter uma aliança americana para compensar a falta de poder do Brasil em relação à Europa. Preferiu claramente o sistema americano, como o Nabuco também. E ele distinguia isso das relações do eixo de relativa igualdade, que era a Argentina, o Chile, os países mais ou menos igualitários. E aí, ele precisava dos EUA. Então ele tinha uma visão do mundo, compreende? Uma visão muito clara e coerente, porque ele extraiu daí. Uma visão que na qual a grande rivalidade era com a Argentina. Então ele jogava muito em favor do Chile e tinha uma visão do mundo que o cercava.

Essa visão permaneceu muito tempo e ela tem um teste na época da ascensão do nazismo, em que o Brasil vai ter aqueles acordos comerciais com a Alemanha nazista, e eram pagos em moeda não-conversível, os marcos de compensação. Mas depois disso, houve um perigo porque havia aqui uma simpatia pró-Eixo, porque o Vargas era um oportunista, né? No começo ele achava que a Alemanha ia ganhar a guerra. E os outros, o General Dutra, que era ministro do exército, o Góes Monteiro, que era chefe de Estado Maior, o Filinto Muller, chefe da polícia política. E aí quem vai atualizar a visão do Rio Branco, indo até mais longe - é uma aliança de fato, não uma aliança virtual - será o Osvaldo Aranha. O Osvaldo Aranha vai enfrentar aquele povo todo e vai conseguir que o próprio Getúlio, oportunista como era, perceba que na hora em que os EUA entram na guerra, o jogo mudou de lado. Mas continua aquela visão. O Osvaldo Aranha, na década de 1950, tem uma frase que eu cito no meu livro, que é citada pelo biógrafo dele, S. Hilton, numa conferência na Escola Superior de Guerra, em 1952...1953, não sei. Ele diz: " A única política externa que convém ao Brasil nós herdamos dos nossos maiores e devemos passar aos nossos descendentes é apoiar os EUA nas questões internacionais e hemisféricas em troca do apoio americanos à nossa supremacia política e militar na América do Sul". É uma visão muito clara e é a visão atualizada do Barão do Rio Branco, mas é uma visão também intelectual. O Aranha não era propriamente um intelectual profissional, mas era um homem que sabia, como essa frase mostra, sabia abstrair e teorizar.
Bem isso vai terminar, começa a se abalar com a Carta-Testamento, o nacionalismo, o comunismo, o socialismo. Vai sofrer o impacto da Revolução Cubana e termina com a Política Externa Independente do Jânio Quadros. O impulso vem do Jânio Quadros. O Afonso Arinos foi um colaborador. Depois o San Tiago Dantas começa a teorizar mais essa política e ela encontra sua formulação definitiva com o Araújo Castro.

EN: Uma dúvida que eu tenho sobre esse momento da PEI, embaixador: foi o Afonso Arinos quem inicialmente concebeu essa política externa ou ela veio do presidente Jânio Quadros?

RC: Os impulsos vêm do Jânio Quadros. Mas ele isso é uma interpretação minha, eu fui duas vezes oficial de gabinete do Afonso e tenho muita admiração e muita veneração pela memória dele. Ele era um homem muito inteligente e acho que ele não viu tão claramente como o Quadros, até mesmo por conta da sua personalidade conservadora. Embora ele fosse uma ave rara na UDN. Eu acho que o impulso mesmo, que abalou aquela herança do Rio Branco, que não era mais adequada aos tempos, veio do Quadros. Mas ele, inteligente como era, percebeu claramente que esse era o caminho. E, a partir de então, eu acho que ele contribui muito para enriquecer. Tanto assim que depois, na época do Goulart, quando ele era embaixador na ONU, ele vai pressionar muito para que o Brasil tome uma atitude contra o colonialismo português. E o Goulart não vai fazer isso, porque o governo aqui não queria desafiar os portugueses. Mas aí ele já estava mais à esquerda do que o governo nessa matéria. Mas o que é a essência da Política Externa Independente é a recusa da Guerra Fria, entende? Porque durante muito tempo, nesse período depois da guerra, porque como eu lhe disse, eu acho que a aliança da guerra foi uma opção correta, e é o que tinha que se fazer naquele momento. Mas depois da guerra o Brasil se desilude muito porque espera uma espécie de Plano Marshall para a América Latina, que não veio. E para o Brasil, em particular, porque tinha mandado tropa.

EN: Sem recompensas ao alinhamento.

RC: As elites brasileiras se desiludem, mas, mesmo assim, se mantêm fiéis porque a grande preocupação deles era a subversão comunista interna. O Partido Comunista dá um *show* de força na primeira eleição. O governo Dutra vai proscrever outra vez. O Partido Comunista volta à ilegalidade. São cassados os mandatos, o do Prestes como senador e dos deputados. Ora, a partir disso, para os setores dirigentes brasileiros, a luta dos EUA contra URSS, contra o Exército Vermelho, era o lado da mesma moeda que a luta contra o Partido Comunista e a subversão interna. Então aí não cabia barganha nenhuma porque era uma questão de vida ou morte, entende? Então aí é que passa a haver esse chamado alinhamento automático nas votações na ONU. Tudo que era Guerra Fria, por exemplo, eu me lembro do Manoel Pio Correa, que era um anticomunista feroz e intelectual. Um belo trabalho as memórias dele. Quando ele era Secretário-Geral, e vinha aqui uma missão da Frente Nacional de Libertação da Argélia, ele não quis que fossem recebidos. Para eles a luta da França contra a insurreição, ou a luta do Salazar contra os insurrectos da Guiné e em Cabo Verde, em Angola e em Moçambique, era a luta do Ocidente. Uma visão que agora volta, né? Era a luta do bem contra o mal. Ou era Moscou ou era Washington. Então, tudo era visto pelo prisma da Guerra Fria.

O que a Política Externa Independente faz é quebrar esse prisma. É dizer: "Não, nós vamos encarar as coisas pelo que elas são". As lutas de independência são lutas nacionalistas. E a Política Externa Independente, sobretudo na época do Sant Tiago, mas também na época do Jânio, ela se cristaliza em torno de Cuba. Porque naquele momento o problema era Cuba. Havia o problema de Berlim, e tal, mas de Berlim o Brasil estava longe. Enquanto que Cuba era aqui, não é? Então, o Brasil vai ter uma posição diferenciada sobre Cuba. Uma posição que nós no opomos à expulsão de Cuba da OEA. Nós procuramos manter os canais abertos. Você sabe que essa política vai irritar muito os americanos e vai contribuir muito para aquela conspiração toda. Quando há o Golpe Militar, durante alguns anos com o Castelo Branco, volta-se à política do alinhamento, mas era num outro contexto. Porque esse é o momento em que os americanos vão bancar o Brasil com ajuda etc. Logo depois, com o Costa e Silva, começa o estranhamento. Os americanos esperavam que o Golpe Militar fosse redundar logo numa eleição. Então, com o

Costa e Silva e com o que vem depois, culminado no AI-5, os dois países se afastam. Mas continua a haver aquela união em torno do anticomunismo, porque era o grande perigo e tal.

EN: Curioso que o chanceler era um mineiro, udenista, o Magalhães Pinto. Um conservador.

RC: Magalhães Pinto, conservador. Ele ficou muito numa linha... Ele procurou mesmo abrir uma vertente asiática... com a Índia, mas ele não mexeu muito na essência. A política externa vai voltar a mudar com o Geisel e o Silveira. Porque aí se retoma a independência, a autonomia. E, a partir de então, nós passamos a ter, até a eleição do Bolsonaro, uma política externa que, em essência, já vem do Sarney, do Collor, mas que sobretudo é muito bem caracterizada no governo do Fernando Henrique.

EN: ***Então já aproveito para elencar a próxima pergunta: O senhor era o assessor internacional do Tancredo Neves, em 1984-1985, na transição.***

RC: Sim, é verdade. E fiquei com o Sarney até 1987. Pode-se dizer que entre 1984 e 1987 eu tive um papel de assessoria intelectual.

EN: ***Eu estou lendo o livro do José Augusto Ribeiro, em que o senhor entra em todas as partes. Inclusive esse livro aqui que é da sua autoria, o seu Diário de Bordo. O senhor descreve que naquele momento o presidente Tancredo Neves havia dito que havia um consenso no Itamaraty. Um consenso do Tancredo.***

RC: É um discurso dele de 1984, que eu tenho citado muitas vezes. É essencial um consenso entre todos os setores políticos no Brasil. É sobre a política externa conduzida pelo Itamaraty. E ele manteve. Ele manteve a política. Porque a grande guinada em relação à política ideológica anticomunista veio do Geisel. Veio a partir de 1974. Ora, o Tancredo está falando dez anos depois. Você se lembra, a essa altura o Brasil já tinha reconhecido da China comunista. Foi o primeiro país a reconhecer Angola. A única coisa que sobrava foi Cuba, porque de fato era um tabu para os militares. E isso coube ao governo Sarney, mas que teria cabido ao governo Tancredo. Então há uma linha de continuidade. E o que eu creio que ficou muito claro, na época do Fernando Henrique, graças inclusive não só a ele, mas ao esforço do Gelson Fonseca Júnior, que aliás valeria a pena você entrevistar no Rio de Janeiro. O Gelson foi assessor do Fernando Henrique e o próprio Luís Felipe Lampreia, que já morreu, mas ficou seis anos como ministro.

EN: O Secretário-Geral faleceu também, o Bambino, né?

RC: O Bambino, mas tem o Seixas Correa que ficou com o Celso Lafer um tempo. Agora, o que ficou muito bem definido para o Gelson, é aquela ideia de que a política externa brasileira, pode ser caracterizada como a busca da autonomia por meio da participação. E o Felipe Lampreia acrescentou: participação e integração. O que quer dizer isso? Quer dizer o seguinte: O Gelson explicava muito bem, no período mais combativo da Política Externa Independente, o Brasil via o sistema internacional, e aí é importante porque a partir desse momento é que se começa a ter essa visão do Brasil como um país reformista da ordem internacional, isto é, nós somos membros das Nações Unidas, do GATT, na época. Da OMC, do Fundo Monetário do Banco Mundial. Mas nós gostaríamos de ver uma reforma nessas instituições para quê? Para dar mais poder aos países em desenvolvimento e, entre eles, o Brasil.

EN: Isso se reforçou com o Sarney, no início da redemocratização?

RC: Isso já vem, eu diria a você, da época do governo Geisel. Por exemplo, a fundação da UNCTAD em 1964, foi no momento do Golpe Militar. A UNCTAD era um esforço de corrigir o sistema mundial de comércio que tratava dos desiguais igualmente. Nós queríamos isso. Agora o Brasil está abrindo um tratamento especial e diferenciado. A UNCTAD nasceu desse esforço do Raúl Prebisch. E o Brasil participou muito. É verdade que com o novo governo mudou um pouco. Mas a diplomacia econômica nunca mudou muito, mesmo no governo militar. Mesmo na época do Costa e Silva. Por exemplo, uma coisa interessante, o Brasil não aderiu ao Tratado de Não- Proliferação Nuclear, que é de 1968. É da época do Costa e Silva. Porque o Brasil entendeu o Tratado, como dizia o Araújo Castro, como um esforço a mais de "congelar o poder mundial". Porque, dizia o Araújo Castro, haviam dois momentos do congelamento do poder. Um foi São Francisco, quando se definiu que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança são as grandes potências. Foi o congelamento político e institucional. E o outro foi o congelamento tecnológico, quando o Tratado de Não Proliferação Nuclear disse: "Olha, até aqui os nucleares são tais e tais, a partir de agora ninguém mais entra".

Então você veja: isso foi na época do Costa e Silva. Então, o anticomunismo não se estendia ao alinhamento da visão do mundo americano. E nesses anos, aliás eu devo te dizer que mesmo na época do não- alinhamento, o Paulo Roberto Almeida mostra que na época do Dutra, por exemplo, o Brasil já propugnava um tratamento diferente para os países em desenvolvimento. Queria preços mínimos para o café, para as *comanditeis*, que eram pautas inteiramente contrárias ao interesse americano. Então, mesmo nessa época, havia já uma autonomia nessas questões. Agora, ela ficou mais acentuada a partir do Geisel e sobretudo a partir da democratização. Nós passamos a ter essa política mais próxima da Argentina. E é então que se define, como dizia o Gelson, que invés de nós estarmos de fora, no caso do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, nós nunca entramos, mas somos críticos. Então a ideia era pela participação você entra no Tratado, porque de qualquer forma nossa Constituição proibia arma nuclear, não podíamos ter. Então, nós podíamos fazer parte para tentar mudar do lado de dentro. Como mudar, por exemplo, as regras do Fundo Monetário do Banco Mundial, na ONU, ampliar o Conselho de Segurança.

Então, é a busca da autonomia via participação e via integração por causa desse ingresso. Agora, essa busca da autonomia não perdia de vistas o balanço dos interesses do Brasil. Tanto é assim que, como eu mostro no livro, na hora da negociação da ALCA, o governo do Fernando Henrique, ao contrário do que dizem os petistas, não embarcou nessa canoa. Há um discurso muito claro do Fernando Henrique em Montreal, no final do mandato dele, que eu cito aí no livro, em que ele diz: "Olha, muito bem. Vamos entrar na ALCA desde que...". Ele impôs todas as condições que os americanos eliminaram. Todos sabiam que os americanos não aceitavam nenhuma das condições. Aquilo era como dizer: "Não, nessa base nós não entramos. "

EN: E tinha que negociar o Mercosul junto também. Isso criava dificuldade.

RC: Havia... Os americanos ofereceram muito pouco em agricultura, que era o nosso interesse e queriam muita coisa. Então, não é correto dizer que o Fernando Henrique teve uma política neoliberal. Não teve. E eu vou te mandar depois um texto que eu tenho sobre a década de 80. Vai sair esse ano um livro, patrocinado pela Casa das Garças, que é uma história da República. E que são décadas, como as décadas de Tito Lívio. Na parte política foi organizado pelo José Murilo e pelo Simon Schwartzman e eu fiz a década de 1980. É muito resumido porque só podia ser sei lá, cinco ou seis páginas. Mas aí eu mostro claramente que não é verdade isso que o PT sempre tentou dizer. O PT radicalizou a retórica, mas em essência, a política externa do PT não

foi uma ruptura dessa diplomacia. Você também pode aplicar a política do Lula e do Celso Amorim, que essa definição busca da autonomia pela participação e pela integração. O que foi, por exemplo, a criação dos BRICS? É integração. Todas aquelas coisas que o PT fez, Brasil, Índia, África do Sul. É claro que aí passa a ter uma conotação muito forte. Como as coisas têm um lado muito ideológico, como no caso do Chaves e etc. E aquela do Marco Aurélio Garcia. Mas não é uma mudança de paradigma, entende? A mudança de paradigma ocorreu com a Política Externa Independente e que depois foi sofrendo ajustes. Agora sim, há uma mudança de paradigma. Agora com o Bolsonaro há de fato uma ruptura, uma mudança de paradigma.

EN: Naquele momento, aliás, o senhor tem um artigo, "À sombra de Charles de Gaulle", em que o senhor analisa a política externa do Lula à luz do gaullismo.

RC: Você viu aquilo? No fundo, ele não era um revolucionário como as pessoas dizem. Você que nós nunca entramos na aliança bolivariana. Ele não foi, na verdade, tão radical como se diz, nem foi interna nem internamente. Você se lembra, ele era o queridinho dos banqueiros. Eu ouvi o Olavo Setubal, que era meu amigo, uma vez eu fui à casa dele. Ele e a mulher eram entusiastas do Lula. Então depois criaram isso, essa radicalização do *impeachment*, mas na época não foi nada disso.

EN: O senhor diria que o Fernando Henrique criou algum paradigma de leitura do Brasil no mundo diferenciada ou ele vai interpretando essa visão?

RC: Eu acho que ele enriqueceu ou reajustou, mas ele não é um *turning-point*. Eu disso nesse trabalho sobre a década de 80, a década de 90 na verdade é que eu escrevi. Eu me enganei. Eu digo na década de 90 a principal característica da época foi o apogeu do liberalismo. Ela se demarca claramente começando pela queda do muro de Berlim e ela termina com os ataques de 2001. Então, nesse período, que é o período unipolar americano, é o período que você tem o apogeu, aquela ideia do Fukuyama de que não há mais alternativas para a economia de mercado e para a democracia representativa, o fim da história. E é o período do Clinton, do Blair, do New Labour. É o período da globalização tanto efetiva quanto o pensamento da globalização como superação das fronteiras. O Fernando Henrique é um reflexo moderado dessas coisas, porque ele teve, a meu ver, a sabedoria de adaptar essas tendências mundiais às realidades e às limitações do Brasil. Você veja, por exemplo, das três grandes reformas propugnadas pelo Consenso de Washington, que são: a privatização, a abertura da economia e a desregulamentação, ele só se distinguiu na primeira. A privatização é a marca do governo Fernando Henrique. Não chegou ao final, é claro. Teve coisas que não foram privatizadas. Mas em abertura comercial veio até recurso por causa daquela política do regime automobilístico. Sabe que a média de tarifas aumentou em relação ao Collor, não? E a desburocratização, como você sabe, não avançou muito porque no nosso caso, teria que ter sido uma mudança muito grande em matéria, por exemplo, de reforma tributária, que não houve. Então, na verdade, ele aplicou um liberalismo moderado com muitas exceções por causa da realidade brasileira.

EN: O senhor diria que na participação dele no governo Itamar, primeiro como chanceler e, depois, como ministro da Fazenda, ele já ensaia o que ele pretende fazer depois na diplomacia presidencial?

RC: Eu acho que sim. Acho que inclusive que, de certa maneira, embora eu não seja um grande conhecedor dos livros dele, meu filho conhece melhor... É professor de Ciência Política, o Bernardo. Mas ele é marxista, bem marxista. Não é PT, ele é marxista intelectual. Ele é amigo do André Singer, muito amigo, mas não é da mesma linha. Não é petista. Ele quando era menino

abandonou o PT quando o PT se recusou a votar no Colégio Eleitoral na eleição do Tancredo. Eu acho que ele mostrou muita sabedoria. Eu não tive nenhuma influência, sabe? Mas ele arrancou todos os cartazes do PT, a bandeira do PT porque ele percebeu o oportunismo do PT. Aquele episódio foi um episódio típico, né... O PT não votou porque sabia que não ia perder, mas quis manter aquele aparente purismo.

Mas o que eu estava dizendo, embora eu não conheça tanto o pensamento dele, eu acho que tanto no ministério, quando ele foi Ministro do Exterior teve tanta coisa, né. E já como Ministro da Fazenda e, sobretudo como presidente, ele tentou aplicar um pouco daquela ideia na base do capitalismo dependente. Sem nenhuma conotação pejorativa esse "dependente". A ideia era de que o Brasil tinha que se desenvolver dentro das condições que o mundo proporcionava. O capitalismo com atração de capitais estrangeiros. Eu acho que o governo dele é coerente em relação a esse livro dele e do Enzo Faletto. Eu acho que tem uma coerência desde que a pessoa não procure uma coincidência em todos os detalhes, porque é claro que ele era suficientemente inteligente, como ele mostra nesses *Diários* dele. Dá para ver os ajustes que a realidade impunha nisso que te contei. Você vê que, a partir de um certo momento, ele não queria mais ser refém da reforma. E depois o que custou a reforma da reeleição, ele abandonou a reforma.

Dentro da relatividade das coisas eu acho que ele foi fiel aquele pensamento em que ele já tinha evoluído e que é um pensamento muito compartilhado por outros, de um liberalismo político com uma consciência social, dentro de um regime basicamente de livre mercado e aproveitando as oportunidades que a globalização podia oferecer. Mas sem um choque interno muito grande. Eu acho bastante coerente, entende? E não acho que tenha sido muito diferente o que o Lula fez. Pelo menos ele teve uma política econômica mais correta, mais saudável, não?

EN: Até o Palocci sair do Ministério da Fazenda?
RC: É. A partir do momento que começou a gastar mais do que era... Ele começou na época dele com a Dilma, né.

EN: Dizem que o momento é aquele ali da nomeação da Dilma para a Casa Civil e do Guido Mantega, em 2006, não é?

RC: Eu acho que esse é o *turning-point*. Mas até esse momento ele não foi muito diferente, penso eu. E acho que o pensamento político do Fernando Henrique tem muitos seguidores nesse sentido. Eu acho que o PSDB se enfraqueceu muito, mas apesar disso, essa ideia de buscar uma posição centrista, de reformismo moderado. Você veja: O Guedes abomina isso tanto quanto abomina o petismo, né. Ele tem uma posição muito radical, porque ele quer aquele liberalismo do tipo chileno. O jornal Hoje em *Dia* disse que o Maia disse que isso não passa.

***EN: E ele não quer fazer acordos também*.**

RC: Não quer.

EN: Então, no governo Fernando Henrique o senhor acha que houve moderação desse discurso liberal dentro das nuances?

RC: Acho que sim. Acho que o governo dele foi um governo, sem dúvida nenhuma, liberal. Vê-se isso muito. Porque também não é só em economia, é em política. Mas o governo liberal levando em conta a realidade, os interesses da indústria automobilística, do emprego. Mas um governo com uma consciência social acentuada. Eu acho que já no Fernando Henrique há

avanços muito grandes na educação. Há avanços no SUS, o sistema de saúde. Isso tudo faz parte da política social. Então eu acho que é um regime de um Estado proativo. Não é o Estado liberal clássico, que é, por exemplo, o do Guedes. Eu acho que o do Fernando Henrique é de um liberalismo esclarecido com uma visão social que no fundo, foi uma coisa que eu sempre disse. Eu sei que os petistas não gostam disso. Eu não acho que tenha havido continuidade entre o Lula, não existia incompatibilidade. Eu tenho a impressão de que as visões do Fernando Henrique e do Lula não são no sentido de uma continuidade, mas elas não são incompatíveis, você entende? O Lula acentuou muito a coisa que já estava presente. Por exemplo, no caso da Bolsa Família, sem dúvida a dívida dele é com o Fernando Henrique. A ideia dele era o Fome Zero que ele abandonou. Ele realmente se louvou naquilo, acentuou. Há uma diferença entre continuidade e compatibilidade. Eu acho que o governo dele foi em grande parte compatível, menos na irresponsabilidade fiscal. Aí acabou comprometendo a sustentabilidade do modelo dele e da Dilma. Eu acho que foi a irresponsabilidade fiscal que causou o naufrágio do sistema petista.

EN: E de todo modelo político e econômico.

RC: Tudo. Mas eu acho que nesse sentido, no meu entender, os dois tempos do Fernando Henrique, embora aparentemente não, foram mais exitosos do que os dois do ... porque o Fernando Henrique tinha uma semente de sustentabilidade. Ele não completou o saneamento financeiro, mas ele tinha essa semente. Coisa que depois o Lula sacrificou.

EN: Dentro do governo havia um embate entre a linha monetarista do Gustavo Franco e a linha mais desenvolvimentista do Serra, dos irmãos Mendonça de Barros.

RC: Exato. Isso é uma coisa até que eu acho saudável, porque governar um país não permite a aplicação de uma doutrina. É preciso ter um espírito aberto. Eu acho que o Fernando Henrique, dentro das limitações, fez o um bom governo.

EN: A questão da diplomacia presidencial. O senhor diria que foi o Fernando Henrique quem criou a diplomacia presidencial no Brasil? Qual é o papel da Assessoria Internacional da Presidência, que foi criada lá no seu tempo, em 85, né? Qual é o papel desse assessor internacional hoje dentro dessa diplomacia presidencial?

RC: Eu não acho que ele tenha criado, porque você sabe que isso é uma tendência mundial. À medida que um país se desenvolve, as questões diplomáticas e de segurança passam a ser tão importantes que elas deixam de ser o domínio exclusivo das chancelarias. Isso a gente vê nas grandes potências há muito tempo. Como, por exemplo, quando se fala em Bismarck, as pessoas não se lembram que o Bismarck não era o Ministro das Relações Exteriores. Ele era o Primeiro Ministro. Chanceler em alemão é o Primeiro Ministro. E ele era o Primeiro Ministro, ele era o chefe de Governo. E todos esses grandes países buscam... o Churchill, o Truman, o Eisenhower. A política externa é o principal da função presidencial. Nos países em desenvolvimento é menos, porque ainda os problemas internos prevalecem. Eu diria que no Brasil quem começa a encarnar pessoalmente a política externa é o Sarney, viu... É o Sarney. Porque o Sarney é quem inaugura na América Latina aquele diálogo entre ele e o Sanguinetti, no Uruguai, o Alfonsín, na Argentina na Argentina. E é uma espécie de canal próprio. Não marginalizando as chancelarias, mas havia um *plus* que era a relação entre os três presidentes. O Sarney em dois aspectos na política latino-americana e na ONU, porque ele tinha muito interesse pela ONU, ele marcava muito a sua presença pessoal. Acho que o Collor tinha tendência a fazer isso, mas acaba sendo vítima do fracasso em seu governo. O Itamar não tinha nenhuma vocação para isso.

EN: Deixou tudo para o chanceler.

RC: Deixou. Ele não dava importância. Ele se concentrou na questão... E aí volta com força com o .... Eu não diria que ele tenha sido o iniciador, mas ele seria talvez o consolidador de uma tendência que já era clara com o Sarney e não era clara com os militares. Nem Figueiredo, nem Geisel tiveram esse papel comparável. Eu acho que o Sarney começa e quem consolida é o Fernando Henrique e o Lula leva ao extremo, ao protagonismo. E o Lula já depois cai com a Dilma, não é? Agora não sei como é que vai ser.

EN: Parece uma curva ascendente, o auge é o Lula e, agora, a descendência.

RC: Cai com a Dilma, cai com o Temer, porque o Temer estava também muito... Agora, eu acho que o ponto alto é Fernando Henrique e Lula. Aliás, eu acho que o ponto alto da Nova República são os dezesseis anos do Fernando Henrique e do Lula. Antes é aquele começo tumultuado... Sarney... Hiperinflação...Collor e o primeiro *impeachmant* e depois vem o segundo *impeachmant* e aí vem o declínio.

EN: O declínio da Nova República também.

RC: Eu acho que esse sistema está se esgotando, sabe? Eu temo que ele vá para uma ruptura. Não sei como não. Ruptura da Constituição. Pode ser, por exemplo, adoção do Parlamentarismo. O golpe militar não é a única maneira pela qual os sistemas acabam. A revolução também. A revolução de verdade, social, também acaba com os sistemas. Pode ter várias formas.

EN: Uma saída gaullista também.

RC: Os autogolpes, como diz o Mourão, né?

EN: Ou uma solução fujimorista.

RC: O Mourão cita várias vezes. Então eu acho que pode haver uma coisa desse tipo, porque esse sistema está se esgotando.

EN: O senhor acha que pode chegar um momento em que o Mourão precise assumir?

RC: Olha, o próprio presidente, nos últimos *tweets* que ele fez, ainda em Israel, ele fala do perigo de que queiram abreviar o mandato dele.

EN: O fato de falar isso já mostra fragilização?

RC: Você veja o seguinte: Aqueles dois episódios, de um lado aquela semana em que o Supremo decidiu fazer um inquérito para se blindar e também tomou a decisão sobre a Justiça Eleitoral, aquele abalo que foi aquele dia. E, em seguida, aquela decisão da Câmara de votar aquela emenda. Quatrocentos e quarenta a seis. Isso não teria acontecido se você tivesse um começo de governo normal. Há três meses do começo do governo, isso acontece por quê? Porque já há uma percepção disseminada de que o poder está se desfazendo. Essas pessoas têm isso à flor da pele e sentem isso. Então, esse pessoal do Supremo e do Congresso, está querendo delimitar o terreno deles. É uma luta de poder, como disse o Gilmar Mendes. Agora, se o presidente tivesse tido um excelente começo, um bom começo, não teria acontecido. Poderia acontecer mais

adiante, mas não agora. Quer dizer, isso são sinais claros de que o poder está migrando. Está começando a sair do centro. Disso não tenha dúvida.

***EN**: Isso lembra muito o final do Jango, ele tenta se agarrar nos sargentos.*

RC: Mas aí já é agonia. Aqui não chegou ainda a isso. Quando você começa a ver esses sinais...

EN: Embaixador Ricúpero, muito obrigado pela entrevista.

3. ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS CARVALHO[235]

ENGENHEIRO FLORESTAL, SERVIDOR PÚBLICO DE CARREIRA DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF-MG), SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE MINAS GERAIS (1995-1998 E 2002-2010), SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (1999-2002), MINISTRO DO MEIO AMBIENTE (2002)

ENTREVISTA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019 EM SUA RESIDÊNCIA, EM BELO HORIZONTE. TEMPO DE GRAVAÇÃO: 82 MINUTOS

ENRIQUE NATALINO: Boa noite, ministro, obrigado por me receber para essa entrevista. Gostaria que o senhor iniciasse falando um pouco sobre a sua visão da política ambiental no Brasil à luz do contexto internacional.

JOSÉ CARLOS CARVALHO: Eu comecei a acompanhar a questão ambiental em 1972. E eu já era universitário e estudava na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro quando houve a Conferência de Estocolmo. Então já como universitário eu iniciei acompanhando a Conferência de Estocolmo. Me formei e continuei a minha atuação. Como engenheiro florestal eu tinha como alternativa fazer uma carreira mais ligada ao setor florestal, por exemplo, eu podia ter feito uma carreira na indústria de celulose... papel etc...etc...Mas a minha vocação foi sempre mais de conservação da natureza. Porque a palavra meio ambiente ainda não era uma palavra com o peso e a frequência que tem hoje. A expressão que a gente usava na universidade era conservação da natureza. Sustentabilidade nem sequer era uma palavra dicionarizada. Você usava "uso racional". Então eu sou da geração que se preparou para fazer o uso racional dos recursos naturais numa linha de conservação da natureza. Então com base nisso eu fiz uma opção de vir trabalhar no Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais, logo depois de formado. Tive opção, como te falei, de trabalhar no setor produtivo. Preferi trabalhar no IEF porque tinha o perfil de políticas públicas que me interessa mais. Inclusive das quatro oportunidades de emprego, porque naquele período nós estávamos em pleno emprego no Brasil, em 1974, governo Médici e o Brasil crescendo 10 ou 11 %. E eu optei pelo menor salário. Eu lembro que eu tinha a chance de trabalhar em Belém para ganhar oito mil cruzeiros na época e passei no concurso. E ao passar no concurso, fiz a opção de ganhar três mil e novecentos

[235] José Carlos Carvalho nasceu em Jerônimo Monteiro (ES), em 1952. Engenheiro Florestal graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1974. Servidor público de carreira do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais desde 1975. Foi o primeiro Diretor-Geral da instituição. Atuou na criação de várias instituições ambientais brasileiras: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), Instituto Mineiro da Gestão das Águas (IGAM), Agencia Nacional das Águas (ANA). Foi diretor e presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foi secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em dois períodos: entre 1995 e 1999, no governo Eduardo Azeredo, e entre 2003 e 2010, no governo Aécio Neves. Atuou como secretário-executivo do Ministério de Meio-Ambiente no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Em 2002, assumiu o cargo de Ministro do Meio Ambiente. Foi chefe da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, realizada em Johanesburgo, em 2002.

cruzeiros. Fiz a opção certa para o que eu queria e depois para o que veio a ser a minha trajetória profissional. Então eu acompanho desde Estocolmo.

O que que foi Estocolmo? Acho que Estocolmo... Ontem, inclusive, numa conversa mais pessoal com o Eduardo Jorge nós estávamos conversando sobre a Organização das Nações Unidas, fazendo crítica à inércia das Nações Unidas. E aí a gente foi conversando algumas coisas, por exemplo, o que faz as Nações Unidas a despeito de toda... se você tem políticas de direitos humanos no mundo hoje é por conta das Nações Unidas. Se você tem uma política mundial de meio ambiente é por conta das Nações Unidas. E outros temas que se não fosse o Sistema ONU, com todos os problemas que a gente conhece, não teria. Aí surge Estocolmo. Estocolmo para mim foi um ponto de virada. E nós estamos falando de 1972. Nós estamos recuando um período muito curto na história. Ela foi, no meu entendimento, influenciada muito pelo Clube de Roma na década de 60 e no início de 70, que produziu aquele documento famoso de nítido crescimento e veio Estocolmo.

Depois eu tive uma participação muito mais presente na Rio 92. Eu estava em Minas e já era diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas. Participei da delegação brasileira e, em 1992 no Rio, quer dizer que nós já vamos duas décadas para consolidar no Rio os princípios que foram desenhados em Estocolmo. Porque em Estocolmo, graças a um estudo na época do Ignacy Sachs, um economista, até tenho relação pessoal com ele, nos encontramos quando ele vem ao Brasil, está velhinho já, coitado! Ele tinha desenvolvido um conceito denominado Ecodesenvolvimento que ficou no limbo um pouco restrito aos círculos acadêmicos até a Rio-92, quando se consolidou a expressão "desenvolvimento sustentável". Então veja que nós já viemos para 1992. Então, o conceito de desenvolvimento sustentável como expressão de um modelo de um desenvolvimento tridimensional que levasse em conta o meio ambiente, e economia e os aspectos sociais, que combinasse de maneira ótima os aspectos econômicos, sociais e ambientais, vem na Rio 92. Então na Rio-92 nós tivemos esse ganho. Acompanhamos isso.

Ainda hoje as principais convenções internacionais que globalizaram a proteção do meio ambiente, que tornaram o meio ambiente uma política global, foram todas definidas no Rio. Isso é uma conquista do Brasil, um legado do Brasil que às vezes a gente não considera de maneira satisfatória. Porque nós tivemos a Convenção de Mudanças Climáticas, veja que é o assunto que está mais na ordem do dia hoje no mundo todo, ela tinha sido negociada na Conferência do Rio em 1992. A Convenção de Conservação da Biodiversidade também foi aprovada na Assembleia-Geral da Conferência do Rio 92. E a convenção do que veio a ser depois as bases da de desertificação que também foi aprovada no Rio. Então esse foi um grande legado além da Agenda-21 na época, que era uma agenda... um conjunto de princípios para orientar as políticas de desenvolvimento e um documento chamado "Princípios de Proteção das Florestas". O Brasil, como que é o reflexo disso no Brasil e como que eu fui entrando nessas questões?

EN: Ainda durante os anos 80, durante os cinco primeiros anos da redemocratização, já havia um debate mais aberto sobre a política ambiental no Brasil?

JCC: Sim. Boa essa pergunta! Aí, o que que acontece? Vamos vir para o Brasil como te falei de 1992. Com a realização da Conferência de Estocolmo de 1972, o Brasil tinha mandado uma delegação. O assunto na época era ligado ao ministro do Interior. E o Brasil teria defendido uma tese muito com o cara do Bolsonaro hoje, que era o direito dos subdesenvolvidos de poluir.

Era mais ou menos assim: venham poluir o Brasil. Mas aí isso teve uma reação muito grande e com base nisso, para se alinhar às decisões das Nações Unidas, o Brasil em 1973 cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente no âmbito do Ministério do Interior.

EN: Era a SEMA, não era chamada assim?

JCC: Sim, SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, que foi entregue ao doutor Paulo Nogueira Neto que era uma figura emblemática do chamado movimento conservacionista. Ainda não era o Movimento Ambientalista naquele período. O doutor Paulo Nogueira Neto assume em 1973. Em 1981 o Brasil tem a sua primeira Lei Nacional que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Lei 6938 de 1981. Então você decorreu entre Estocolmo e a nossa primeira política, nove anos. E essa política só foi efetivada em 1986. Levou cinco anos porque a Lei mandava criar o Conselho Nacional de Meio Ambiente e a Lei delegava ao Conselho Nacional de Meio Ambiente o poder de regramento de estabelecer as regras de controle da poluição. E em 1986 sai a resolução 01 do CONAMA. Em 1986. Você vê que ali já é encostadinho na promulgação da Constituição. E a SEMA continuou no Ministério do Interior, só que com uma particularidade, criaram a SEMA como uma secretaria de meio ambiente, mas mantiveram o antigo IBDF, que tratava de florestas.

EN: Esse vem do Vargas, lá atrás?

JCC: É, vem. O primeiro Código Florestal brasileiro é de Vargas de 1934. E depois dos militares, em 1965. Só que foi dos militares por um acaso, porque já era uma coisa que vinha no Congresso desde Juscelino. E amadureceu em 1965, quando o Castelo Branco sancionou o Código Florestal. Então você tinha o IBDF que cuidava de floresta, você tinha a SUDEVIA que lidava com AEVIA, que era seringueira. O Brasil tinha uma instituição específica para seringueiras. E você tinha a SUDEPE, que era a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, que cuidava do ordenamento pesqueiro e das políticas de pesca no Brasil. Muito bem. Foi com esse quadro que nós iniciamos o processo constituinte, onde se projetou o Fábio Feldman. O Fábio Feldman se elegeu em São Paulo com a bandeira da defesa do meio ambiente nas eleições de 1986. Ele ganhou uma dimensão pública pela luta grande que ele teve contra a poluição de Cubatão na época.

EN: Aquele incêndio na refinaria de Cubatão teve repercussão internacional, não foi?

JCC: Isso, aquela coisa toda. Então ele foi o rosto daquele movimento. Ele conseguiu fazer uma coisa rara, porque ele criou uma frente verde na Constituinte, na época era em torno de cerca de cento e cinquenta pessoas de todos os partidos. Eu participava e aí tem mais um ponto: nesse jogo eu fui convidado para ser secretário-geral do IBDF em 1987. E antes disso, o Fábio ainda não tinha sido eleito, e eu o conheci em um seminário promovido pela TV Gazeta em Vitória, quando eu fui diretor do IEF pela primeira vez em 1985. Nos conhecemos e ficamos amigos e ele depois foi ser deputado eu fui ser secretário-geral do IBDF. Retomamos as nossas gravações e ele organizou esse grupo. Tinha Vítor Boás, Júlio Campos, tinha Sandra Cavalcanti, era incrível! O Gabeira, o [José Sarney Filho] Zequinha, não é?

Então você tinha todos os partidos: direita e esquerda que se juntaram em torno de uma plataforma ambiental. E há um caso pitoresco que o Fábio conta muito até hoje: naquela época, o principal meio de comunicação era o Telex, o antigo Telex. A Câmara tinha dois Telex e para dar vantagem ao nosso time desenvolver e mobilizar, eu coloquei um Telex à disposição do

Fábio porque o processo constituinte autorizava. Autorizava não, o poder público tinha a obrigação de dar todo apoio necessário para o processo constituinte. Então a gente se juntou lá. Tinha dois Telex no IBDF e um rodava praticamente fazendo proselitismo e *lobby* para o meio ambiente. Vamos defender o meio ambiente! Aí, vem a Constituição em 1988 e logo em seguida o Brasil teve uma grande crise ambiental. Pela primeira vez o Brasil foi capa da *Times* por conta de incêndio na Amazônia.

EN: Pior do que essa crise ambiental de 2019?

JCC: Mais ou menos. Para mostrar uma reação aí é que vem a diferença: o Sarney ao invés de maldizer o problema, ele na época tinha o Conselho Nacional de Segurança, com o general Rubens Bayma Denis. Ele convidou o general e atribuiu ao Conselho Nacional de Segurança o papel de coordenar um grupo de reforma das instituições e do estabelecimento de uma política ambiental para o Brasil. E por forças das circunstâncias como secretário geral do IBDF eu fui convidado para ser um dos coordenadores desse grupo. E como produto desse esforço, eu tenho aqui em casa inclusive guardado em algum lugar eu ajudei, eu e o Coronel Freire, que é um grande amigo que eu fiz em Brasília, que era reformado da Aeronáutica e trabalhava no Conselho de Segurança Nacional, nós fizemos um trabalho que era um trabalho de grupo. Um dos caras que trabalhou nesse grupo e teve a vida dele catapultada foi o Romero Jucá. Eu era secretário geral do IBDF e o Romero Jucá presidente da FUNAI. Então ele resolveu ir lá para Roraima. Na constituinte era território e passou para Estado. Ele como estava próximo ali e era da região, ele se interessou. Aí como Estado, o Sarney o nomeou interventor e ele fez a vida política dele lá. Está vendo como é que é?

EN: Ele era do PMDB na época?

JOSÉ CARLOS: Era. Está vendo? Só para fechar aqui: Nós criamos o IBAMA. Então aquilo que não se conseguiu fazer com a SEMA que era uma instituição ambiental empoderada, nós conseguimos por conta desses fatos que eu te mencionei, criar o IBAMA. E aí criamos o IBAMA. Eu ajudei a redigir a medida provisória para o IBAMA. Eu tenho a medida provisória aqui assinada pelo Sarney antes da publicação no *Diário Oficial*. Está aqui. Em 1989. Aí juntou todo mundo para o IBAMA. Juntou quatro órgãos: SEMA, IBDF, SUDEVIA e SUDEBE. E fizemos uma instituição com uma cara de meio ambiente, embora o nome até hoje permaneça meio ambiente e recursos naturais renováveis, porque nós queríamos uma coisa mais sinérgica, não é? Então, criou-se o IBAMA e, nesse meio tempo, vem a crise dentro da própria Assembleia Nacional Constituinte que mais uma vez com origem paulista do Covas com o Quércia. O Ulysses ali já posicionado e o Quércia querendo tratorar todo mundo. Já tinha havido um primeiro episódio, que você certamente conhece, o Ulysses e o Tancredo já tinham fechado que o líder do PMDB na Constituinte seria o Pimenta.

EM: Em 1985?

JCC: Em 1985. Vamos pegar lá no começo: 1985, tudo certo. O Mário Covas não aceitou e disputou no Plenário a liderança no voto e derrotou o Pimenta. E aí ele se projeta num discurso belíssimo. Coisa rara na política que naquela época você ganha pelo conhecimento. Não foi pelo conchavo. O cara não teve tempo de conchavar nada. Ele foi para a tribuna e mostrou que ele seria melhor líder do que o Pimenta porque o Pimenta estava ligado às oligarquias do partido e o mundo era e precisava de novas ideias.

EN: Isso durante a Constituinte?

JCC: Sim, quando instalou a Constituinte e estava escolhendo a liderança. Mais um pouco na frente o Mario Covas, pela dificuldade de lidar com o Quércia, ele rompe e, com o Franco Montoro, cria o Partido da Social Democracia Brasileira. O PSDB não era - na época eu lembro disso - o Montoro como foi historicamente democrata- cristão, ele tinha dificuldade porque o Montoro era uma liderança conhecida internacionalmente pelos democratas-cristãos da Itália, da Alemanha. E ele falava: "*Olha, como é que eu vou poder dizer para os caras que eu não sou mais democrata-cristão*?"

EN: O PMDB foi para a direita?

JCC: É. Nisso aí, vem o PSDB para ocupar um espaço de centro-esquerda e social- democrata, sem os vícios no meu entendimento, do PT, que já nasceu com a vocação de ser partido único. Por isso que até hoje ele não faz aliança, ele não apoia ninguém que não seja deles. Eles não fazem aliança, eles fazem cooptação. O PT não tem aliado. Por isso que para eles tanto faz ser da direita como da esquerda. Tanto faz ser Calheiros quanto ser Aldo Rebelo. É mais um que está na estrutura sob a influência deles. Essa é a minha percepção. Aí surge o PSDB. Nesse momento, as pessoas de cabeça mais moderna, no meu entendimento, porque não nem ideologia, mais contemporâneas, foram para o PSDB. Inclusive o Fábio. E o PSDB teve um protagonismo total na área de meio ambiente. Com o Fábio, durante o governo Sarney, e retomou depois com o Fernando Henrique. Se você pegar a Lei de Crimes Ambientais no Brasil do governo Fernando Henrique, a Lei Nacional de Gestão das Águas é do Fernando Henrique. O Sistema Nacional de Unidade e Conservação é do Fernando Henrique. A Lei Nacional de Política e Educação Ambiental é do Fernando Henrique. E aí vai.

EN: No período em que o Covas lança candidatura, já tinha uma plataforma de meio ambiente do PSDB naquele momento?

JCC: Tinha. Naquele momento vinculada ao Fábio. Porque o Fábio era um quadro do partido e já naquele momento, aliás, no lançamento, você deve ter o manifesto de lançamento do PSDB, que é um manifesto impressionante! Atual ainda hoje com exceção de um ponto. Eu não sei quem que enfiou aquilo lá, tabelava juro. A proposta do PSDB era que juro não podia passar de 12%.

EN: Deve ser o Serra. Porque ele colocou na Constituição, pelo que li.

JCC: 12%. Não podia ter juro acima de 12%.

EN: Isso vem lá da Lei de Usura, não é? Bem antiga.

JCC: É. Até que isso acabou. O próprio PSDB mudou isso com o Fernando Henrique quando fez a reforma da Carta para poder tirar isso. É uma excrescência isso aí. Então, esse assunto veio e, voltando à minha participação, que tem um pouco a ver com o seu projeto. Eu trabalhei o segundo mandato do Fernando Henrique, no governo como secretário-executivo e como ministro. No primeiro eu fui secretário de meio ambiente do lado do [Eduardo] Azeredo.

EN: No governo Itamar em Minas você chegou a ir para Brasília?

JCC: É interessante que os dois períodos que eu trabalhei em Brasília foram: no período Newton Cardoso e no período Itamar. Foram os dois governos de Minas com os quais eu não trabalhei

desde que eu entrei no serviço público de Minas, em 1975. O Newton entrou em março de 1987, na época tomava posse em março, e em setembro eu fui convidado para ser secretário-geral do IBDF. Na verdade, eu teria sido desde o início, porque isso era uma coisa que o Doutor Tancredo já tinha... mas com a morte do Tancredo ficou aquele vácuo, quem é que ia ser, quem não ia. Até que em setembro eu fui. Aí depois fui ser no governo do Itamar Franco, secretário-executivo.

EN: Eu queria perguntar sobre o Collor antes de entrar no governo Cardoso. Por que você acha que o Collor teve essa visão ambientalista na Rio-92?

JCC: O Collor herdou a Rio 92. A Rio 92 foi negociada pelo Ricupero no governo Sarney. Já era uma coisa decidida, entendeu? Então ele surfou na onda.

EN: Nesse período o ministro Celso Lafer entra no Itamaraty, não é?

JCC: Exatamente, mas ali já entrou o Marcílio no Ministério da Fazenda. Lembra que botou os "Notáveis"? Botou o Lafer. Mas aí o navio já tinha afundado. Durou pouco porque o *impeachment* já estava consolidado. O Collor, na verdade, herdou a decisão da ONU de fazer a conferência no Rio em 1992, que tinha sido tomada no governo Sarney como oferta do governo brasileiro.

EN: Foi na diplomacia do Sarney?

JCC: Do Sarney. E um dos negociadores disso foi Ricupero, porque o Ricupero era o assessor internacional da presidência.

EN: E embaixador em Washington depois.

JCC: Em Washington depois. Aconteceu isso que você está falando e o Collor surfou na onda. Chamou o José Lutzenberger, que era uma pessoa carismática, mas absolutamente despreparada para a função pública. Tanto é que ele não chegou à Rio-92. Ele teve que ser substituído e quem coordenou a Rio-92 foi o [José] Goldemberg, com quem eu jantei ontem. Ele tinha sido reitor da USP. E aí o Collor criou uma Secretaria-especial da Presidência da República. Quem criou o Ministério foi o Itamar. O primeiro ministro foi Coutinho Jorge, na época senador pelo Estado do Pará. E nessa época eu fui convidado para ser secretário-executivo. Na época eu estava aqui com o Hélio [Garcia] e não estava muito a fim de ir para Brasília. Então preferi continuar aqui.

EN: Então houve o convite já naquela época? E como foi a sua ida para o governo Fernando Henrique Cardoso?

JCC: Houve o convite. Da mesma maneira que, no final de 1998, quando o Eduardo perdeu a reeleição, em meados de dezembro, eu recebo um telefonema da Casa Civil da Presidência da República do Fernando Henrique, que já estava montando o governo da reeleição. Isso em meados de dezembro de 1998. Quem me chamou lá foi o Clóvis, na época era secretário. Clóvis Carvalho. Me surpreendi! Me chamaram. Queriam conversar comigo. Fui lá. Fui recebido pelo Clóvis Carvalho e fui convidado para ser secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente antes do Fernando Henrique escolher o ministro. Então aqui eu revelo para você a diferença de percepção e de exercício de poder em relação ao que veio ser depois a era petista. Por que? O Fernando Henrique fazia um ministério político, mas botava secretários-executivos não só técnicos, os secretários executivos... O [José Sarney Filho} Zequinha, eu tenho uma relação tem uma relação excepcional com ele. O pai deve ter orientado, porque ele é esperto para

caramba. Quando o Zequinha foi convidado para ser ministro, eu já tinha... Aconteceu um caso raro que eu vou te contar aqui: o Gilberto Gil esteve no pênalti para ser ministro.

EN: No segundo mandato?

JCC: Do meio ambiente.

EN: Ele era do Partido Verde na época.

JCC: Partido Verde. Ele, Juca Ferreira e o [Alfredo] Sirkis foram ter uma reunião com o Fernando Henrique. Eu já ficava sabendo de tudo porque eu já estava... E na saída do Palácio o Sirkis fez uma declaração absolutamente despropositada e abortou. E eu lembro que depois o Gil ainda queria. Eu recebo um telefonema de um amigo vendo se eu poderia apoiar. O Fernando Henrique já tinha tomado a decisão e o Sarney Filho foi escolhido ministro. O Sarney toma posse, me chama e fala: "*Oh, Zé, você é o secretário nós precisamos conversar e tal...*"

EN: E já o conhecia?

JCC: Não, conhecia não. A gente já tinha tido contato, mas não podia dizer que tinha uma relação. Aí, ele faz uma reunião com os secretários do ministério. Eu, inclusive, escolhi a minha equipe toda. Ele fez uma coisa que facilitou e propiciou que a gente tivesse uma gestão absolutamente harmônica. Absoluta. Rara. Ele teve a seguinte posição na reunião com todo mundo: "*Aqui eu vou claro deixar claro o seguinte: Eu sou o ministro. Vou fazer política. Vou tratar das questões com o Congresso e o Zé Carlos é o Ministério. Vocês tratam com ele*".

EN: Então houve total autonomia?

JCC: Sim. E assim foi. Entendeu? E tanto é que a gente uma relação muito grande de amizade até hoje e depois ele se empenhou muito para eu ficar. Embora eu já tivesse recebido sinal do Clóvis Carvalho de que ia completar o mandato dele. Mas o mandato dele foi marcado por aquela crise com a irmã, Roseana Sarney. Para ficar solidário com a irmã, ele saiu em março, não em abril. E o pessoal acusava o Serra de ser o mentor da coisa. Ele antecipou a saída e eu assumi o Ministério em março de 2002. E aí vem o outro momento que é a minha relação mais estreita com o Fernando Henrique, porque a vida também é feita também de lances.

EN: Como foi a relação do ministro com o presidente?

JCC: O Fernando Henrique tem vocação de estadista. Você despachava com ele e os assuntos administrativos todos com o Pedro Parente. E quando havia uma questão política que envolvia uma questão que o Pedro Parente não conseguia arbitrar – e ele arbitrava quase todas – você ia para o Fernando Henrique. Eu tive alguns momentos com o Fernando Henrique. Antes de entrar nesse detalhe, que foi uma sorte minha e uma oportunidade que a história me deu, eu fui ministro na Rio+10, em Johanesburgo. E quem foi o chefe da delegação não foi o Celso, fui eu. O Celso foi com o Fernando Henrique, ficou lá três dias, mas a conferência durou doze dias.

EN: Como era a relação do Ministério do Meio Ambiente com o Itamaraty nesse período?

JCC: Excelente. Havia uma coordenação. Por conta da Rio +10, nós criamos um comitê de coordenação com o Itamaraty. O Luiz Felipe de Seixas Correa era o secretário-geral. Eu tinha um assessor internacional do Itamaraty, um ministro de carreira, o Antônio Fenando, que foi nosso embaixador na Ucrânia. Teve momentos em que eu tinha amigos embaixadores em todos os lugares. Agora não mais, porque o Bolsonaro tirou todos. Nós articulamos tudo para ir,

montamos uma agenda. E aí como era o final do último mandato do Fernando Henrique e houve uma conferência com [Nelson] Mandela, que era a figura número um da Conferência, eu tive o cuidado, uma coisa que eu fiz e o Fernando Henrique me agradeceu depois inúmeras vezes – porque a Amazônia é o nosso calcanhar-de-Aquiles. Era não, sempre foi. Porque os desmatamentos são recorrentes, as queimadas são recorrentes. Eu criei, com a ajuda do Fábio [Feldman], o Fórum Mineiro para as Mudanças Climáticas. E o Fábio foi ser o coordenador. Então, em tabelinha com o Fábio e o Seixas no Itamaraty, mais chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty, criada nessa época, nós levamos uma agenda com o Fernando Henrique para Johanesburgo. E a Amazônia não foi tema lá. Agora, o que nós fizemos? Eu me articulei com a WWF, na época o príncipe Philip era um graduado, fizemos um acordo com o Banco Mundial que deu origem à chamada APA, Áreas Protegidas da Amazônia, que hoje é o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo. Armamos e acertamos isso com o Banco Mundial. Eles entraram com 200 milhões dólares. Armamos isso para assinar em Johanesburgo, junto com toda a sociedade civil brasileira.

EN: Como foi a articulação com a sociedade civil nessa conferência Rio +10?

JCC: Organizei a maior delegação até então levada a uma conferência internacional: 380 pessoas. Até a CUT, todo mundo, aberto a quem quis se credenciar. As confederações de indústria, comércio, trabalhadores. O Itamaraty deu credenciamento para todos. As delegações brasileiras foram aumentando depois: quinhentas, seiscentas, oitocentas pessoas. O terceiro setor todo, ONGS, entidades de classe, imprensa. Foi um negócio assim, incrível. Acertamos nossa posição. Nesse meio tempo - foi uma combinação de vocação com feeling - nós criamos em dez meses seis milhões de hectares de unidades de conservação. Inclusive o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, que era o maior parque nacional em conservação de florestas tropicais do mundo. Eram 39 mil km quadrados, área maior do que a Bélgica! Foi com esse cacife que nós chegamos em Johanesburgo. Tudo programado antes de ir. Chamamos a governadora do Amapá, que mais me deu trabalho para criar uma unidade de conservação desse tamanho. Articulei com a ministra do Meio Ambiente da França, que criou outra unidade de conservação quase do mesmo tamanho do outro lado. Então, hoje você tem um parque binacional que é maior do que muitos países do mundo.

E nós chegamos lá com essa posição. E eu levei, além disso, fechado com o governo, uma proposta de estabelecer um mínimo de 10% de energia renovável na matriz energética mundial. Isso deu muito trabalho para o Itamaraty. Parece uma coisa inofensiva? Você precisa ver a reação dos árabes. O Itamaraty teve que entrar. O principal ministro da Arábia Saudita desceu em Johanesburgo para tentar... E quem estava comigo nisso era o José Goldemberg, nosso físico mais respeitado, o homem das energias renováveis, vinha pela academia. Então levamos a voto e conseguimos aprovar em Johanesburgo, dentro do processo das Nações Unidas, o mandato para criar o que hoje se chama de "Protocolo de Nagoya", no âmbito da Convenção para a Biodiversidade, para proteger e remunerar o conhecimento tradicional no uso no mundo inteiro. O que significa isso? Na época eu ganhei a primeira página de "O Globo" com uma frase, porque as pessoas queriam entender isso. Eu falei: "*Olha, isso aqui é o seguinte. Vamos pegar a indústria da perfumaria, Chanel n. 5. Não existiria Chanel n. 5 se uma substância chamada Linalol, extraída de uma planta que só existe na Floresta Amazônica do Brasil*". Então, o que nós estávamos propondo é que os povos de origem da biodiversidade e o conhecimento tradicional sejam valorizados. Porque esses caras não partem do zero, isso aí é uma pirataria brava - sem querer criar tese conspiratória, eles ficam lá observando vendo o índio, o

conhecimento e a sabedoria tradicional, como funcionam etc. Então nós conseguimos. E isso foi aprovado há uns cinco anos atrás em Nagoya. Foi uma proposta nossa na Rio +10.

EN: Em Kyoto, um pouco antes, houve já uma participação ativa da política ambiental do governo Fernando Henrique, não?

JCC: Muito ativa do Brasil. Em Kyoto foi aprovada a proposta do MDL – Mecanismo do Desenvolvimento Limpo – uma ideia desenvolvida pelo Gilvan Meira. Isso é que dói: o Bolsonaro está jogando na lata do lixo o protagonismo que o Brasil conquistou desde a Rio+92, principalmente, na área do Meio Ambiente.

EN: O embaixador Gelson Fonseca Jr., na época assessor internacional do Presidente, cunhou o termo "autonomia pela participação" para designar a política exterior do governo Fernando Henrique Cardoso, contrapondo-se à "autonomia pela distância" dos governos militares. O senhor acha que essa foi uma decisão do presidente da República ou um amadurecimento da sociedade civil e das instituições?

JCC: Eu acho que há aí um certo protagonismo do Fernando Henrique. Claro que não é cem por cento em função dele, mas eu atribuiria a ele a capacidade de perceber essa relação e também acho que aí ajudou pra caramba o período curto em que ele foi ministro das Relações Exteriores. Ele entrou no Itamaraty, ele captou o espírito do Itamaraty, entendeu a engrenagem das relações internacionais e percebeu que o papel do Brasil no mundo era um papel de articulação e de cooperação nas diversas esferas. E ele tinha gosto, isto também conta, não é? Aliás, parece que ele é diplomata. Quem olha o Fernando Henrique, parece que ele passou pelo Rio Branco.

EN: Um dos embaixadores dele falou que o Fernando Henrique era o ministro das Relações Exteriores dele mesmo.

JCC: Era mesmo, ele tinha... Ele já chegou lá e já tinha passado pelo exterior. Então, o Fernando Henrique era o presidente que exercia uma liderança natural no Itamaraty. Não por ser presidente da República apenas, mas porque eles o respeitavam, mesmo a velha guarda. Você pega as pessoas que trabalhavam com ele, talvez você tenha a geração mais famosa do Itamaraty – Ricúpero, Rubens Barbosa, Botafogo, Gelson, Sérgio Amaral – você tinha aí um grupo e ele tinha realmente essa... Nós não teríamos tido o sucesso que tivemos em Johanesburgo se ele não tivesse percebido que a gente tinha que fazer as coisas para mostrar lá. Isso é mérito dele. Se não, não teria feito nada. Eu não teria feito as coisas que eu fiz. Nós fazíamos reuniões frequentes de quatro, cinco horas com o setor produtivo inteiro – CNI, CNA – levávamos todos lá para a Granja do Torto com ele pessoalmente. Com o presidente da República ouvindo tudo. Então sem o apoio dele, não teríamos conquistado lá. Eu tenho aqui uma coisa rara – embora eu não tenha essa preocupação de guardar nada – uma matéria do "*Pasquim"*. Eles foram legais comigo, mas sacaneavam o Fernando Henrique (risos). Eles fizeram oposição a ele por oito anos. Tem uma página do "*Pasquim*" comigo – "*José Carlos de Carvalho, o comandante de Johanesburgo*". E aí eles enchem a minha bola lá, porque realmente lá eu tive momentos de tensão, inclusive com a delegação americana.

EN: Que momentos de tensão foram esses?

JCC: É até um fato completamente extradiplomático. Na minha gestão nós prendemos mais de 40 mil metros cúbicos de mogno cortados ilegalmente. E eu fui lá, pessoalmente, coordenar as

operações. Isso foi no Pará, na chamada Terra do Meio, que era daquele grileiro famoso, CR Almeida, que tinha um Sergipe inteiro em térreas com documentos falsificados. Fomos para lá apreender madeira. Aí, o IBAMA o prendeu e uma desembargadora de Belém do Pará mandou soltar. Eu falei: "*isso é uma desmoralização*". Fiquei indignado. Quem era o advogado-geral da União? Gilmar Mendes. Bati lá. Falei: "*Isso é uma vergonha. Ou vocês arrumam essa situação, ou esse país ...*". E ele falou: "*Só tem um jeito: você vai ter que agir pessoalmente. Volta lá com o pessoal do IBAMA e você faz o ato de apreensão da madeira, ao invés do fiscal do Ibama. Porque ato seu só o STJ pode questionar"*. Onze horas da noite, desci lá na Serra do Cachimbo, sul do Pará, já tinha um helicóptero me esperando. Fomos lá. Era tanta madeira apreendida em cima do rio Amazonas que nós pousamos em cima de um palanque de madeira. Nem me lembro em qual Município, tive que ir lá comunicar à juíza da comarca que eu tinha que tomar a iniciativa de apreender a madeira e que ela comunicasse isso às autoridades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. E voltei para Belo Horizonte. A madeira ficou presa e a Marina Silva, que me sucedeu, distribui a madeira para umas organizações socioambientais do Terceiro Setor.

Mas voltando aos Estados Unidos, você tem uma convenção chamada CITES, Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção. E a autoridade CITES prende. Foi informado ao Governo Brasileiro um carregamento de madeira de mogno apreendido num cargueiro em um porto dos Estados Unidos. E pela convenção, determinei e o Itamaraty solicitou ao governo dos EUA que, como autoridade CITES, prendesse a madeira. Teriam que fazer e o fizeram. Um mês depois, a embaixadora dos EUA me procura, aproximando-se no final do governo Fernando Henrique. Chegou a ponto de a diretora do Departamento de Estado me procurar. Sabe o que é que era? O carregamento preso era do líder do Partido Republicano! Olha que sacana. Eles queriam que eu, como autoridade do CITES brasileira, liberasse um carregamento de madeira brasileira nos EUA. Eu falei: "*Não, tá na mão de vocês, pô. Vocês prenderam, vocês liberam!*". E eu sei que depois veio depois dezembro, eu saí do governo e nem sem o que aconteceu com essa madeira. Devem ter liberado. Devem ter aproveitado a transição de governo. Porque no CITES, a autoridade tem que prender. Se eu falo: "*saiu ilegal do meu país, eles têm que apreender*".

EN: Que características do político Cardoso o senhor destacaria da sua experiência de Ministro do Meio Ambiente?

JCC: A capacidade do Fernando Henrique entender o poder e o papel do Estado. Criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entre 2000 e 2001. Uma negociação complicada com o Congresso. Eu fui designado para ajudar o Jerson Kelman, que foi convidado para criar a Agência. E o Kelman tinha uma proposta em que a ANA fosse também secretária-executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esse assunto não ficou com o Pedro Parente. Esse assunto eu levei ao presidente. Às vezes ele me recebia na biblioteca e às vezes me chamava para jantar com ele no Alvorada, eu e o Fábio [Feldman]. Aí que o Fernando Henrique fez uma leitura sobre a diferença entre Estado e Governo. A agência era uma instituição do Estado. Porque tinha a Secretaria-Nacional de Recursos Hídricos, que continuou. E eu defendia que continuasse para ser a secretaria-executiva do Conselho Nacional. E o Kelman achava que a ANA tinha que absorver. Eu disse: "*Não. A ANA é Estado*". E o Fernando Henrique confirmou: "*Perfeito. A ANA é Estado, tem diretoria com mandato fixo, técnico, aprovada pelo Senado, não pode ser demitida sem casos de flagrante desvio*". A Secretaria é o Governo. Isso fica no Ministério. Quando mudar o governo, esse muda. Porque aqui executa, aqui formula. Quem formula as políticas é governo. E aí eu incluo isso entre os meus feitos como secretário-

executivo e ministro. Eu sou chamado aí na nossa área como "*arquiteto das instituições ambientais do Brasil*". Porque criei com Eduardo Azeredo a SEMAD, aqui em Minas. Criei o IGAM, com um detalhe: não criei um instituto mineiro de recursos nem agência nacional de recursos hídricos. Porque recurso hídrico é quando você dá uma utilidade econômica a um bem natural. O que nós queríamos proteger era o bem natural. Porque um dos pilares da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos é o uso múltiplo. A função da ANA era administrar o uso múltiplo das águas – para energia, irrigação etc. Cabe a cada órgão da área administrar a sua política de uso. E à ANA cabe, acima de tudo, o uso múltiplo, a coordenação federativa.

EN: Tem uma tese do filósofo Renato Janine Ribeiro que diz que o Fernando Henrique Cardoso civilizou a direita. Como ele estudou e se aproximou muito dos empresários, ele foi a pessoa que, no regime democrático, trouxe a direita para o centro, respeitando a democracia.

JCC: Quando fez a aliança com o PFL, pela direita.

EN: Tendo isso em vista, qual a sua avaliação mais ampla do governo Fernando Henrique Cardoso no contexto da Nova República?

Eu acho que ele deixou a estabilidade econômica, acabou sendo o melhor operador do chamado "*presidencialismo de coalizão*", pois fez isso com custos de transação bem menores do que nós veríamos depois. E acho que, com isso, contribuiu muito para consolidar a democracia no Brasil. Embora eu ache que há um vício de origem na Constituição, que é híbrida entre presidencialismo e parlamentarismo. Eu não sei se isso é fonte de crises ou se amortece crises. É uma avaliação que nós temos que fazer. A medida provisória é um instrumento parlamentarista. Então você amarra o Congresso. Acho que foi a grande vacilada do Ulysses, quando foi atender ao Sarney, que precisava de um instrumento de via rápida. Ele podia ter usado um projeto de lei com urgência urgentíssima. Então, isso para mim, é um problema. Eu acho que elessa foi a contribuição dele: um artífice da estabilidade econômica, soube ter uma relação republicana com o parlamento.

EN: Como você sintetizaria a relação dele com o mundo?

JCC: O Fernando Henrique foi um dos estadistas mais respeitados do mundo naquela época. Uma coisa é você surfar na onda em relações com América Latina, África, outras coisas é você manter relações com os centros de poder mundiais, principalmente China, União Europeia, Estados Unidos. Um momento que as pessoas não se lembram é o compromisso e a firmeza democrática do Fernando Henrique, inclusive em política externa, foi o momento em que ele abortou o primeiro golpe contra o Chávez, em 2002. E foi o Brasil que bancou isso, você sabe disso.

EN: Teve também o episódio do general Oviedo, que tentou derrubar o Wasmosy, no Paraguai. Ele atuou nisso também.

JCC: E ele usou o peso do Brasil para sustentar a democracia no continente. Ele manteve as relações com os grandes eixos de poder em altíssimo nível. Era procurado. Inclusive o Mandela levou o Fernando Henrique na casa dele. Eu estive com o Mandela também, foi uma das maiores honras da minha vida, mas não pude ir na casa do Mandela porque eu estava no plenário da Rio

+ 10. O Celso Lafer me botou na canga e foi com o Fernando Henrique, eu não pude ir porque fiquei lá como chefe de delegação (risos).

EN: Ministro, muito obrigado pela sua entrevista.

4. ENTREVISTA COM CELSO LUIS NUNES AMORIM[236]

DIPLOMATA DE CARREIRA, PROFESSOR, EMBAIXADOR EM GENEBRA (1992-1993), MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1993-1994), EMBAIXADOR NAS NAÇÕES UNIDAS (1995-1999), EMBAIXADOR EM GENEBRA (1999-2001), EMBAIXADOR NO REINO UNIDO (2001-2002), MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2002-2010), MINISTRO DA DEFESA (2011-2014).

ENTREVISTA REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2019, EM SUA RESIDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO (RJ). TEMPO DE GRAVAÇÃO: 109 MINUTOS

ENRIQUE NATALINO** – **Ministro Celso Amorim, muito obrigado por me receber em sua casa. A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer é a seguinte: o senhor acredita que existe um pensamento internacional brasileiro? E se existe, quais foram as principais correntes de pensamento internacionalista que influenciaram na sua formação?

CELSO AMORIM – Sim, eu acho que há um pensamento internacional. Não é um pensamento único, felizmente. Mas há várias concepções. Aquelas que são mais gerais e espalhadas por vários setores da intelectualidade, da elite e até da população atenta a isso são os que estão na Constituição: autodeterminação, não-intervenção, solução pacífica de controvérsias. Esses são mais ou menos os que são consensuais. Isso não exclui o fato de que há várias diferenças de concepção sobre o que é uma política de Estado e uma política de governo. Claro que tem que haver uma política externa, que é uma política de Estado, assim como a política de defesa, que também é uma política de Estado. Mas cada governo tem uma ideia sobre como chegar nesses objetivos que são uma política de Estado. Você não pode é contraria-los totalmente ou parcialmente. Então, aí sim você terá diferenças e visões. Simplificando muito – depois você pode ir aprofundando – eu acho que a minha geração foi muito influenciada pelo – bom cada um tem a sua formação pessoal, em vários aspectos - mas eu acho que a minha formação pessoal foi muito influenciada pela Política Externa Independente, aquele período da descolonização, da busca de alternativas à Guerra Fria, ao conflito Leste-Oeste. E aí, naturalmente, a figura que sobressai é o Santiago Dantas, que embora tenha ficado apenas oito meses como ministro, conseguiu conceptualizar isto, de certa maneira até já vinha sendo praticada pelo antecessor,

[236] Celso Amorim nasceu em 1942 em Santos (SP). Graduou-se pelo Instituto Rio Branco em 1965 e obteve o título de pós-graduação em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena, na Áustria, em 1967. Estudou na London School of Economics (LSE), onde foi aluno do sociólogo Ralph Miliband (1924-1994). Serviu nas embaixadas do Brasil na Áustria, Reino Unido e em Washington, na Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Professor do Instituto Rio Branco e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Entre 1979 1982, foi presidente da Embrafilme. Serviu na Embaixada do Brasil na Holanda e foi secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia (1987-1989). Foi diretor-geral para Assuntos Culturais (1989-1990) e para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores (1990-1992). Foi representante na Missão Permanente do Brasil em Genebra (1992-1993) e negociador-chefe do Brasil na Rodada Uruguai do GATT. Ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco (1993-1994). Foi chefe da Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, em Nova York (1995-1999), período no qual assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foi novamente embaixador na Missão do Brasil em Genebra (1999-2001) e ocupou a chefia da representação brasileira no Reino Unido (2001-2002). Foi ministro das Relações Exteriores no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e ministro da Defesa no governo Dilma Rousseff (2011-2014).

Afonso Arinos, seu conterrâneo, um pouco esquecido, mas ele teve importância. Claro que sob a inspiração do Jânio Quadros também, figura controversa, mas que nesse aspecto foi muito interessante. E nesse aspecto ele tomou uma atitude – quer dizer, tomou várias – mas nesse aspecto tomou uma que foi aquele voto muito marcante em que o Brasil não apoiou a suspensão de Cuba da OEA, na Conferência de Punta del Leste, em 1962, que você seguramente conhece, com um discursinho curto, inclusive feito de improviso. Muito interessante.

EN – O San Tiago Dantas inclusive foi eleito pelo PTB de Minas.

CA – PTB de Minas, sim. Enfim, ele foi defensor de uma frente única democrática, ele falava muito de uma esquerda positiva, esquerda proativa, mas isso é outra coisa. Então eu diria que são essas pessoas. Agora, eu acho que a formação vem de vários fatores da História do Brasil. E aí entram Celso Furtado, Caio Prado Júnior, muitos outros que tentaram pensar o Brasil, às vezes até literariamente também, não é? A minha geração viveu isso muito intensamente, a geração do Cinema Novo. Tudo isso pesou na minha formação, já que você perguntou sobre a minha formação em especial.

EN – O senhor diz em uma entrevista ao CPDOC em 1997, a que eu tive acesso, que naquele momento havia Juscelino, Cinema Novo, Política Externa Independente...

CA – Bossa Nova também já tinha começado, mas continuou.

EN – E o senhor era santista, vindo lá de São Paulo.

CA – Havia o Santos, o Brasil ganhando a Copa do Mundo, o bicampeonato. Era tudo um grande otimismo.

EN – O senhor diria que os intelectuais têm uma influência grande na concepção da política externa brasileira e um peso maior em relação a outros países? O senhor mencionou o caso do San Tiago Dantas e o do próprio Afonso Arinos, ambos professores de Direto, com um backgroud acadêmico.

CA – Sim, eu acho que tinha. Você precisa ver também o que é a definição de intelectual, não é? Talvez a pessoa que mais marcou a política externa brasileira ao longo de dois séculos de independência foi o Rio Branco. Não foi um intelectual no sentido clássico do termo, mas era uma pessoa de leituras, sobretudo de História e as coisas que mais diretamente tinham a ver com diplomacia. Sem dúvida, eu acho que o Rui Barbosa, que influenciou também, digamos, a visão internacionalista, de certa forma precursora do multilateralismo. Agora, a influência dos intelectuais não se dá num vácuo. Ela se dá quando as condições objetivas, como diriam os marxistas, as condições materiais e históricas permitem. Então sim, os intelectuais têm uma influência, agora as condições materiais têm que permitir. Eu, por exemplo, pude fazer coisas com o Lula que eu não poderia fazer com o Itamar Franco. Não que não tenha tentado e não tenha conseguido. Nem passava pela cabeça, pelas limitações. Não por ser o Itamar, mas o momento histórico não dava margem a isso. Eu estou saltando talvez para um outro ponto que talvez você pergunte, quer dizer, simplificando muito, como foi possível o Brasil ter a política externa que teve? Condições objetivas e também subjetivas, o desejo de fazer. E uma coisa que marca e que tornou possível a política externa do governo Lula foi uma evolução que eu marcaria por três processos: a democratização, a estabilidade econômica e a justiça social, que no caso dele era mais no anúncio do que na realidade. Mas de alguma maneira, esses três fatores

pesaram muito na autoestima e na possibilidade de fazer uma política externa que eu, no dia em que fui anunciado como ministro, defini como sendo e vindo a ser "*ativa e altiva*".

EN – Voltando à década de 1980, quando acaba o regime militar, o senhor havia passado pelo gabinete do Ministro Azeredo da Silveira, depois foi para a Embrafilme, foi para a Holanda, volta para o Brasil e vai trabalhar com o ministro Renato Archer, no Ministério da Ciência e Tecnologia. Havia um debate sobre política externa dentro do PMDB naquela época?

CA– Primeiro diria que o Renato Archer foi uma pessoa que também teve influência na minha formação. Eu já era uma pessoa adulta, já tinha passado pela Embrafilme, já tinha tido até choques com certos aspectos da realidade. Mas o Renato Archer, que era um homem muito nacionalista de visão desenvolvimentista no melhor sentido e que tinha sido vice-ministro na época, tinha aquela figura do subsecretário parlamentar que na realidade era um vice-ministro político, na época do San Tiago, justamente. Aliás, eu me aproximei do Renato Archer pela minha percepção desse fato. Eu conheci o Renato Archer em uma sessão em homenagem ao San Tiago Dantas, totalmente casual, conversei um pouquinho e depois o encontrei num avião. Isso é uma longa história, você não estará interessado nela... Mas esse ponto comum do San Tiago Dantas - que no caso dele era com quem ele tinha trabalho diretamente e, no meu caso, era muito jovem, mas era um inspirador. Aliás, na minha passagem pelo cinema – não fui quem fiz, mas foi uma coincidência interessante – eu trabalhei em "*Os Cafajestes*", fui assistente de continuidade do Rui Guerra. E na última cena do filme, o rádio estava ligado e o ator, que era o Jesse Valadão, se afasta do carro e o rádio continua ligado. Aliás muita gente critica a cena, porque queria que fosse em *fade-out*. Mas foi mantida de propósito. E a principal notícia é o discurso do San Tiago Dantas em Punta del Este. Eu cito isso na palestra que eu fiz que tem em um livro em homenagem ao San Tiago Dantas organizado pelo Marcílio Marques Moreira.

EN – O senhor diria que o seu interesse pelo cinema influenciou a sua formação intelectual e também a sua visão de política externa? Essa criatividade e improvisação do cinema...

CA – Eu não tenho como julgar, é difícil. Eu acho que sim, se influenciou foi me dando uma visão que eu gostaria de crer que é humanista da política, que não é uma coisa puramente, apenas um jogo de poder. Não quero ser ingênuo também e ao mesmo tempo tem um lado de afirmação do Brasil. Não tem nenhum problema em você ver os problemas do Brasil, a pobreza e a miséria naqueles filmes como *Vidas Secas*, e você projetar um país de possível grande presença, como o San Tiago defendia. Você conhece o meu livro Teerã, Ramalá e Doha?

EN – Conheço, já o li. E o trouxe aqui, se puder autografar depois...

CA – Ah, claro. Porque no final do livro, aliás o que chamou a atenção para esse texto foi um diplomata conterrâneo e amigo seu, Luiz Feldman, de grande competência. E ele me chamou a atenção para o texto que eu cito no final da primeira narrativa, que é sobre o Irã. Um texto de San Tiago, de despedida dele da Câmara dos Deputados.

EN – Aliás, ministro, uma dúvida sobre a Política Externa Independente. O senhor acha que a ideia de uma nova direção para a política externa veio do Jânio Quadros ou do Afonso Arinos? O que me parece é que no final do governo do Juscelino já havia um ensaio de maior autonomia.

CA – Tinha um pouquinho. O Augusto Frederico Schmidt tinha um pouquinho, com a Operação Pan-americana. As relações comerciais com os países do Leste Europeu. É o que eu estava falando: são as condições objetivas. O Brasil vai crescendo. Então não cabe mais naquela... O Getúlio, no tempo dele, apesar de ter sido uma pessoa mais arrojada e, simplificando muito, mais à esquerda do Juscelino, talvez, que era um homem conciliador, etc – mas na época dele não tinha nem base para uma coisa dessas. Por exemplo, as relações com o Leste Europeu tinham sido rompidas pelo Dutra e o Getúlio não mexeu. O Juscelino, no final, por influência provavelmente de pessoas do Itamaraty também, e do Augusto Frederico Schmidt, começa a ter uma atitude. O Jânio, acho que já tinha uma influência. Não sei se era uma coisa midiática, qual era o grau de profundidade, não sei. Mas ele tinha, ele fez uma visita antes da eleição ao Nasser, no Egito, a Cuba. Então ele já dizia: "aqui vai ser diferente". Curioso, porque a política econômica dele era muito ortodoxa, não era uma política desenvolvimentista de jeito algum. Mas na política externa ele queria avançar e acho que isso foi feito. Teve aqueles gestos da condecoração do Che Guevara, embaixadas na África foram abertas. Por isso eu sempre digo: o grande mérito do San Tiago Dantas, não apenas nas ações, mas ele teve o mérito de conceptualizar isso.

EN – Talvez tenha sido um dos principais intelectuais que conseguiram juntas os dois lados.

CA – Isso. É eu não me membro muito, até porque eu não sou pesquisador. Eu lembro mais das atitudes. Mas eu não me lembro, nem é muito citado, se existe um texto fundacional, do Afonso Arinos.

EN – Eu tentei procurar nas memórias dele e também não encontrei ainda evidências. Talvez no debate parlamentar na Câmara dos Deputados.

CA - Eu não sei quem fez o discurso na ONU em 1961, porque o Jango havia caído. O Jânio não deu nem tempo.

EN – Não foi o próprio San Tiago Dantas, que havia sido indicado pelo Jânio para ser o embaixador na ONU?

CA – O San Tiago foi embaixador na ONU? Tenho uma dúvida, porque o discurso dele de despedida da Câmara foi justamente quando ele foi nomeado para o Itamaraty. A menos que ele tenha voltado e saído de novo. Eu não sei, confesso que não sei.

EN – Se não estou enganado, ministro, acho que ele foi embaixador na ONU convidado pelo Afonso Arinos no final do governo Jânio e assumiu o Itamaraty quando o Tancredo Neves assumiu como primeiro-ministro, após o acordo parlamentarista.

CA – Essa parte eu sei. Mas eu não lembrava que ele havia sido embaixador na ONU. Eu devia saber isso, porque eu fui embaixador na ONU. Acho que não me lembro.

EN – Como foi o seu contato intelectual naquela época com as diferentes visões da Teoria da Dependência: a radical e nacionalista, com André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, e a associativista-cosmopolitista, se é que podemos chamar assim, com Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto?

CA – O Gunder Frank é que é o grande fundador da Teoria da Dependência, do havia uma grande discussão acerca da burguesia nacional e do desenvolvimento. Ele dizia: "tem sim, mas é dessa forma que acontece". Acho que se chamava "Capitalismo e Dependência" na América

Latina. Óbvio que venceu a do modelo associado. Eu li na época o "Capitalismo e Dependência" e o "*Desenvolvimento e Dependência*" também. Eu conheci o Gunder Frank também, mas depois. Mas eu li na época em que foi escrito, em inglês, não sei qual era a tradução. Eu morava em Londres, já era diplomata, mas estava estudando também. E eu li pouco depois o livro do Cardoso e Falleto, que saiu um pouco depois. Eu li quando eu já morava em Washington.

EN – ***A primeira edição do Dependência e Desenvolvimento na América Latina saiu em 1969, em espanhol.***

CA - A edição em português saiu quando?

EN – A tradução em português sai em 1970 e mais depois em inglês, francês.

CA – Eu li em português. Eu era muito atento a esse tema porque a minha tese era sobre teorias de desenvolvimento social no Brasil, político e social no Brasil. Então eu era muito atento. Como eu já estava em Washington – fui para Washington no final de 1971 – o livro tinha saído há pouco tempo, talvez não tivesse me chamado a atenção. Naquela época não tinha internet, as coisas eram mais lentas.

EN – Nessa época senhor foi orientado na London School of Economics pelo Ralph Milliband, não?

CA – Sim, pelo Milliband. Ele me influenciou na minha visão de política em geral. Não conversávamos tanto de política externa necessariamente, mas a visão geral da política, inclusive um saudável empirismo para contrabalançar ou complementar os conceitos mais teóricos e dialéticos, acho que é muito interessante. Bom, enfim, voltando, quando eu li, não achei nada de extraordinário. Era mais ou menos o que eu tinha lido no Gunder Frank, um pouco despido do caráter de luta que tem no livro do Frank. Mas também não previ e não achei que o livro fosse um receituário para um desenvolvimento associado. E acho que era o que estava acontecendo. O que eu acho que acabou com os anos ocorrendo e que talvez já estivesse embutido no pensamento do Fernando Henrique – pelo menos eu não percebi dessa maneira – era que ele não era apenas descritivo, mas prescritivo. Esse é o único desenvolvimento possível e é assim que vai ser. Aquilo na época entrava num debate sobre burguesia nacional, capacidade de ação independente e ele estava demonstrando uma coisa que me parecia real. Que o nosso desenvolvimento era dependente. Mas não me parecia que ele estivesse dizendo – "olha, me parece que tem que ser assim".

E, mais tarde, vendo a própria carreira política do Fernando Henrique, eu acho esse elemento estava na cabeça dele. Não sei se na do Enzo Falleto, que também era um intelectual. Não sei porque não acompanhei muito a carreira dele. Então eu acho que era uma coisa aparentemente inócua, apenas uma descrição importante. Todo mundo atribui ao Fernando Henrique a Teoria da Dependência. Eu não acho. Quem fez a Teoria da Dependência foi o Gunder Frank.

EN – E os seus discípulos...

CA – Tem vários, o Theotônio, que você mencionou, o Ruy Mauro Marini. Eu li várias coisas deles. Enfim, então a resposta seria essa. E obviamente a que prevaleceu na realidade, e não apenas na teoria, foi a do Fernando Henrique

EN – Quando o senhor estava na embaixada do Brasil em Genebra em 1992 e o Fernando Henrique assumiu o Itamaraty, o senhor percebeu alguma mudança na concepção da política externa, apesar de ter sido uma gestão muito curta?

CA – Deixa eu te contar uma coisa. Primeiro, eu tinha o maior respeito intelectual ao Fernando Henrique Cardoso, embora sutilmente eu sentisse algumas diferenças no tempo em que eu trabalhei com o Renato Archer. O Fernando Henrique era acho que senador na época. Nós tínhamos uma política muito afirmativa na área de informática e em outras áreas. Não havia um grande debate sobre a política externa enquanto tal, mas havia um grande debate sobre assuntos que repercutiriam na política externa. Eu não me lembro de um grande debate. Eu acho que houve mudanças como a democratização e algumas que haviam sido iniciadas pelo Geisel e que foram muito estendidas. A mais importante foi o reestabelecimento de relações com Cuba. Mas isso se deu facilmente, de imediato, sem discussão. Mas, por exemplo, o Renato deu muita ênfase às relações com a China. Eu participei, com o Renato, da construção do CBERS.

E se você comparar as viagens do Renato Archer, verá que é uma coisa muito plural. Na realidade, houve poucas viagens aos EUA. Nós íamos aos EUA, eu ia com ele. Nessa ocasião, em 7 de setembro, veja você a sutileza, foram anunciadas sanções contra a nossa política de informática. Quer dizer, elas não foram baixadas. Mas você sabe que só a possibilidade de se anunciar a política de sanções e tal já causa um estrago. E aí nós tivemos um debate muito grande em torno da política de informática na qual o Renato Archer e eu ficamos mais do lado de uma política nacionalista. Eu vi o Itamaraty mais disposto a negociar com os americanos. E o Fernando Henrique, que era um dos senadores mais importantes do PMDB, não dava um apoio mais importante a isso. Foi a primeira vez que eu senti essa desconexão. Certamente eu não formulei isso na época, mas intuitivamente teria percebido que a teoria da dependência não era só uma constatação, mas mesmo uma visão...Aliás, na época que ele criou o CEBRAP, eu me lembro que havia lá o Weffort, o Paul Singer, o Giannotti...

E*N – Eram de diferentes linhas, mas todos de esquerda.*

CA – Fernando Henrique era também, o Weffort... Depois, enfim, isso são outras discussões. E eu me lembro que uma pessoa veio me contar, vinda do Brasil, que havia o CEBRAP. E eu disse: "*mas como é que está sendo financiado isso?* ". E me disseram que era a Fundação Ford que estava financiando. Eu disse: "*gente, eu não sei quem está enganado quem, mas no longo prazo eu sou mais a Fundação Ford*" (risos).

EN – Interessante isso. O senhor estava em Londres?

CA – Estava em Londres, 1969 ou 1970. Não sei se foi o Carlos Estavam [Martins] que visitou lá. Tinha um outro amigo que era o Alberto Passos Guimarães Filho.

EN – Pela minha pesquisa, ele teve muita ajuda do Albert Hirschman, que tinha contatos dentro da Fundação Ford. Os contatos da CEPAL ajudaram muito.

CA – Contradições do pensamento norte-americano também. Mas enfim, eu tinha uma grande admiração pelo Fernando Henrique e eu me lembro que quando terminou o governo militar, Tancredo tinha sido eleito. Quando foi a eleição de Tancredo?

EN – Foi em 15 de janeiro de 1985.

CA – Já se apontava para a possibilidade. Minha mulher veio de férias ao Brasil e foi a uma reunião da CBPC. *E eu disse a ela: "entrega um bilhetinho para o Fernando Henrique*". Porque eu conhecia ele, não intimamente, mas conhecia. E disse: "*Você deve ser o nosso chanceler*". E isso na democratização. Portanto, cinco ou seis anos antes dele. Então, voltando à sua pergunta, eu fui enviado a Genebra pelo Collor e pelo Rezek. Eu era o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e vagou a janela, porque o Ricúpero foi mandado para Washington. Eu nem sonhava com isso. Mas fui uma das primeiras pessoas a saber que o Marcilio ia ser ministro. O Rezek me chamou e disse: olha, o Marcílio vem prá cá e tal. Eu tinha outras pretensões na época, menos ambiciosas até, de certa forma. E ele me perguntou: "*Você quer mesmo ir para Bruxelas* - que era o lugar que eu ambicionava – *ou quer assumir Genebra?*" Eu disse: "*óbvio, se você está me dizendo que eu posso ir para Genebra, eu acho ótimo*". Eu tinha um bom conhecimento com o Rezek, mas não tive influência na nomeação dele. Mas eu tive ligação com ele no seu primeiro contato formal com o Itamaraty, porque eu indiquei ele para se professor de Direito Internacional no Rio Branco. Eu estive encarregado de fazer a mudança do Rio Branco para Brasília, não a parte administrativa, mas a acadêmica. Porque eu tinha sido uma das poucas pessoas que tinha estudado relações internacionais. E por indicação de terceiros, uma das pessoas nas quais cheguei foi o Rezek.

EN – O jovem Rezek, mineiro da cidade de Cristina.

CA – O jovem Rezek. Eu me lembro que eu liguei para a casa da mulher dele em Santa Rita do Sapucaí. E aí eu perguntei se ele estava disposto. Então tínhamos essa ligação, nos víamos ocasionalmente e ele me convidou para Genebra e achei muito bom. O Fernando Henrique, quando ele foi escolhido já no governo Itamar....

EN – Ele foi cotado antes para chanceler do Collor também, não é?

CA – Foi cotado e parece que quem não deixou foi o Covas, que vetou. E teve o Celso Lafer, que também foi na mesma linha, mas enfim. Então quando ele foi nomeado, eu tinha uma viagem marcada ao Brasil para outras coisas, eu lidava muito com problema de patentes, em Genebra, naquela época como embaixador no GATT. E aproveitei novamente para visitar o novo ministro, uma pessoa que eu conhecia, não era amigo íntimo, mas conhecia. Fui lá e conversei. Eu me lembro que nós conversamos sobre o G-15, porque ia ter uma reunião do grupo. Conversamos – não vou dizer que fui eu quem o persuadi – mas mostrei a importância de o Itamar ir. E ele foi, de fato. Foi uma das pouquíssimas viagens que o Itamar fez, pelo menos fora do continente americano.

EN – O presidente Itamar Franco tinha uma visão de política internacional?

CA – Tinha intuições. Ele era um homem nacionalista, não gostava do intervencionismo. Tanto que o Brasil votou duas vezes diferente dos EUA com relação ao Haiti naquela ocasião. Deu muita força ao Mercosul. Eu acho que ele tinha boas intuições. Não era um homem formulador. Eu conversava bastante com o Itamar, ele se dizia trabalhista do Pasqualini.

EN – O José Aparecido de Oliveira influenciou de alguma forma o Itamar com relação à política externa? Porque ele tinha muitos contatos internacionais.

CA – De uma forma muito localizada. A influência dele foi na criação da CPLP. Eu trabalhei com o Zé Aparecido diretamente e indiretamente. Eu era chefe do Departamento Cultural no

final do governo Sarney e ele era Ministro da Cultura. Por inspiração dele e execução minha, porque alguém tinha que executar, fizemos a primeira reunião de ministros da Cultura da América Latina e Caribe. E foi muito importante ver o Caribe como personalidade própria. Foi ideia dele. E eu executei, como chefe do Departamento Cultural. E fizemos a reunião que criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em São Luiz. Governo Sarney, ainda. Mas ele teve essas iniciativas como ministro da Cultura. Quando ele me convidou, porque eu devo a ele ter sido ministro do Itamar, não é...

EN– Era para o senhor ter sido o secretário-geral dele, não é?

CA - Era. Secretário-geral e virei ministro.

EN – E chegou a haver um decreto de nomeação do José Aparecido.

CA – Pois é. Eu achei até uma injustiça. Eu devia ter posto um retrato do Zé Aparecido na lista lá de ministros. Não havia lá essa lista, só quando eu cheguei depois que um dos meus sucessores, acho que o Lampreia – um dos meus sucessores e antecessores – fez lá uma galeria de fotografias. Depois que me ocorreu, quando um conterrâneo seu me falou sobre uma coisa que eu não tinha influência. O fato de o Pedro Aleixo não ter um retrato na galeria de ex-presidentes...

EN – Esse é um tema interessante.

AMORIM – Interessante. Na época eu era ministro da Defesa e achava que já estava como muitos problemas (risos). Comissão da Verdade... Então eu falei: "*Não vou mexer com isso não. Não tenho como*".

EN – O senhor acha que o Fernando Henrique tinha uma ingerência sobre o Itamar, afinal foi seu chanceler e depois seu ministro da Fazenda.

CA – Ele foi o ministro mais forte do governo Itamar como ministro da Fazenda. Como chanceler, eu me lembro de uma conversa com ele nessa época, ele próprio me dizendo, antes da reunião do G-15 no Senegal, umas três semanas depois da posse do Itamar. Mas foi no começo, é só você ver isso. E ele me disse: "*não, eu tenho que ficar aqui administrando o Itamar*". Ele tinha essa ideia. É pretensioso, não?

EN – Uma ideia de tutela?

CA – De tutela não, mas Itamar era uma pessoa muito intuitiva, então tinha que maneirar como eram as coisas. Eu acho que o Itamar teve um gesto de muita grandeza ao nomear o Fernando Henrique, nem sei se foi certo ou errado, dependente do julgamento que se possa fazer. Mas foi um gesto de muita grandeza depois de ter vários ministros.

EN – Antes o Gustavo Krause, o Paulo Haddad e o Eliseu Resende...

CA – Ao nomear o Fernando Henrique, achei que foi um gesto de grandeza porque certamente o Fernando Henrique iria ofusca-lo. E se você quer saber, eu acho que o Fernando Henrique depois foi muito injusto com o Itamar. Não o prestigiava o suficiente. E o Itamar era muito sensível a essas coisas. Essa coisa muita mineira, ele e o José Aparecido. Administrar aquelas suscetibilidades não era uma coisa fácil não. Mais difícil que a política. Mas enfim, quer dizer, eu achava que o Fernando Henrique iria fazer uma política externa – não teve muito tempo –

eu não sei se ele teve alguma iniciativa notável. Acho que não me lembro de alguma coisa assim especialmente notável.

EN –A aproximação com a Comunidade Europeia parece ter sido uma das iniciativas, tendo em vista a assinatura recente do Tratado de Maastricht. Ratificação do Tratado de Tlatelolco...

CA – A aproximação com a União Europeia talvez tenha sido. Não sei dizer direito, eu era embaixador em Genebra e estava muito ocupado lá no final das negociações da Rodada Uruguai – meio para o final, eu estava muito envolvido nisso. Por exemplo, eu me lembro de alguma coisa importante que foi a assinatura da Convenção sobre Armas Químicas. Ele não pode ir e fui eu quem fui. Não me lembro assim de uma questão dramática. De resto, voltando ao que você falou, isso estava acontecendo. Você falou de Tlatelolco, isso começou com o Rezek, eu participei e me lembro porque era o chefe do Departamento Econômico. Eu estava envolvido, eu que negociei. Tinha outras pessoas que trabalhavam comigo, como o Roberto Jaguaribe. Outras coisas tinham sido feitas no governo Sarney, mas fui eu quem negociou o acordo bilateral Brasil-Argentina que gerou a ABACC. E aí o Collor assinou, na época em Viena, na época do Rezek. Então as coisas foram indo de forma normal. Com a União Europeia sim, eu acho possível, mas não me lembro exatamente o quê.

Agora o primeiro documento sobre um acordo comercial Mercosul-UE – eu não falo isso com grande orgulho não porque eu não gosto dele como tem sido firmado agora – foi assinado na época do Itamar quando eu era ministro. E foi uma proposta que surgiu numa reunião – e talvez o Fernando Henrique tenha contribuído para a realização desse tipo de reunião. A reunião entre o Grupo do Rio e a União Europeia, em 1994, eu e o Durão Barroso, na época ministro das Relações Exteriores de Portugal, incentivamos e foi aceita a ideia de um acordo comercial entre EU e Mercosul. Do nosso ponto de vista, o principal objetivo era contrabalançar a ALCA, que parecia inevitável. E aí o primeiro protocolo foi assinado em dezembro desse ano de 1994 pelos quatro chanceleres do Mercosul na sala do Jacques Delors. O acordo veio já com Fernando Henrique presidente. Antes havia ideias de um acordo, enfim. Mas nessa época, 1994, a ALCA ainda não estava tão nítida e tão clara. Em 1992, quando era embaixador em Genebra, eu me lembro de uma reunião em que fui lá – eu, o Clodoaldo e o Jorio para conversar sobre uma maior aproximação. Mas sim, essa coisa mais política do encontro do Grupo do Rio pode ter acontecido na época dele.

EN - O senhor acha que a chancelaria o projetou e ele tinha pretensão de alçar voos maiores, como à Presidência?

CA – Acho que ele sempre quis, não é? Não sei, não posso julgar isso. Você tem que ler os *Diários* dele, eu nunca li (risos). Nunca li. Mas é muito provável, é um homem muito inteligente, tinha essa habilidade e capacidade de conciliar. Acho que ele tem outras coisas que eu não concordo, mas indiscutivelmente ele era um intelectual importante. Bom, uma coisa é o Fernando Henrique de hoje, que eu acho cada vez mais lamentável. Outra coisa, digamos, é ele sobretudo como líder e intelectual do processo de redemocratização.

EN – Quando o senhor assumiu o Itamaraty, sucedendo-o, como foi a interação com ele no Ministério, particularmente durante o Plano Real e na segunda metade do governo Itamar? Como foi gerir a política externa no momento em que FHC tinha aquela proeminência toda?

CA - Olha, como ministro das Relações Exteriores eu tive influência nenhuma nisso. Zero. Não é que eu não ache que foi bom. Foi bom o Plano Real. Mas eu tinha relação com o Fernando Henrique sobretudo em função do Mercosul. Porque ele ia nas reuniões naquela época do Conselho do Mercado Comum. A tradição era que fossem juntos o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Fazenda. E ele ia. Ficava 15 minutos e saía (risos). Itamar ficava na reunião de presidentes e saía. Nunca tive choque com ele. Nunca. Me lembro de uma vez ou outra fazer uma observação específica, mas não me lembro de nenhum choque. Também nunca disse – "*ah, como foi fundamental para mim o apoio do Fernando Henrique*". Não. Tinha uma relação boa, normal, até política por causa desses antecedentes que eu mencionei.

Eu me lembro assim de conversas com ele por exemplo – não quero me jactar de nenhuma relação política, porque não era o caso – mas o Barelli, ministro do Trabalho, gostava de fazer uns eventos. Pelo menos um evento que era uma coisa fora, num sábado, assim, nós nos encontramos para discutir coisas. E nesse evento eu me lembro até de uma coisa. Discutimos o Brasil, sempre com muita concordância e sem grande problema nessa época. A coisa engraçada que eu ia contar é que foi na época em que o Hargreaves estava com problema e o Ricupero, que era o ministro do Meio Ambiente, levado por sugestão minha ao Itamar. O Ricupero ia ser ministro da Amazônia quando o Itamar quis criar esse ministério. Fernando Henrique foi contra e eu fui a favor. Ele fez uma reunião ministerial, Conselho de Defesa, sei lá. Ele me consultou sobre nomes, ele queria um militar ou um diplomata. Eu falei: "*olha, não vai botar um militar, porque já está com problema com fuso ali nas fronteiras. Não vai dar certo*". Até hoje, talvez o Itamaraty estivesse melhor com um militar do que como ministro da Defesa. Hoje. Hoje (risos). Mas na época, então, era o ministro da Amazônia. E eu sugeri o Ricúpero. Depois que fundiu novamente. E aí eu me que, quando saiu o chefe da Casa Civil, eu me lembro de ter falado ao Fernando Henrique: "*De repetente para substituir o Hargreaves pode ser o Ricúpero*". E ele: "*Puxa, já vale a reunião*". Mas não aconteceu nada. Enfim, tinha uma boa relação com ele, mas não era uma coisa profunda. Ele levava lá o Plano real. Eu sempre digo que a estabilidade econômica teve um impacto muito positivo na política externa brasileira. Obviamente se você for julgar as privatizações, obviamente eu não estou de acordo com isso. Eu acho que o Fernando Henrique também se desgastou muito com a emenda da reeleição e assumiu compromissos. Mas isso é uma outra história.

EN – Ministro, vamos passar então para o governo Fernando Henrique Cardoso, já que o senhor iluminou bem como foi a política externa na gestão Itamar Franco. Nos Diários da Presidência, a primeira entrada, ainda em 1994, quando ele fala sobre a composição do Itamaraty, ele diz o seguinte: "Eu preferia talvez alguém de fora para dinamizar o Itamaraty. Às vezes é preciso dar uma sacudidela. Porque há muitos grupos ali. Na última gestão eu vi isso com clareza". Em seguida, o presidente afirma que a escolha do ministro das Relações Exteriores se deu muito em função de quem trabalhou com ele, caso do Lampreia. Sobre o senhor, ele diz que pediu ao Itamar o seguinte: "Ou você faz a nomeação do Celso ou eu não farei, porque não vou tirar o Sardenberg de Nova York". Foi dessa forma que ocorreu a sua ida para ser embaixador na ONU?

CA – Eu sei que ele era muito amigo do Sardenberg. Mas é dito pelo próprio Sardenberg, no início da gestão dele, que o Fernando Henrique, ainda como ministro, teria dito que tinha três amigos no Itamaraty. O próprio Sardenberg, o Bernando Pericá e eu. Eu nem era tão próximo dele assim. Talvez por esses fatos que eu mencionei, a SBPC. Não sei. Sardenberg era um cara que tinha uma visão muito parecida com a nossa, em geral, eu diria.

EN - E como o senhor avalia a concepção do pensamento dele sobre a política externa durante o governo?

CA – O Fernando Henrique é uma coisa assim curiosa. O próprio PSDB tinha uma direita e uma esquerda. E ele ficava no meio dessa coisa. Mais liberal em economia, mas também com visões de soberania nacional. Ele tinha uma visão da política mundial, da necessidade de ter uma certa independência. Talvez não consciente de que uma coisa influenciava a outra, não pensando nisso. E por isso que ele apreciava pessoas como Sardenberg, mas também me aceitava ali. Então, eu acho que a própria dinâmica econômica levou para uma visão que pendia mais para centro. Direita era exagerado naquela época. Havia uma forte influência dos economistas sobre ele. Ele tinha uma diferença com o Itamar. Eu me lembro de conversar sobre essa coisa de neoliberal no tempo em que já existia. E eu me lembro uma vez uma sugestão que eu fiz ao Itamar de nomear o Renato Archer ministro das Minas e Energia. Sai alguém, entrou outro.

EN – Ele estava na Embratel nessa época, não?

CA – Estava. Eu me lembro que o Itamar disse não: "*Renato Archer é um ótimo nome, mas os neoliberais não vão deixar*" (risos).

EN – Como o senhor analisa a diplomacia presidencial praticada por Cardoso? Como era a relação dele com o Itamaraty, sobretudo com o crescente protagonismo do presidente em relação ao que havia no governo Itamar?

CA – Veja, isso não é uma mudança. As pessoas falam com muita onda dessa história de diplomacia presidencial. O Danese fez o livro. Era a tese dele, um achado, interessante, muito bem. Mas isso era uma mudança do mundo. Eu me lembro que nenhum presidente ou primeiro-ministro, tirando o Fidel Castro ou o Khruschev, nesses momentos dramáticos, quem falava na ONU eram os ministros. Eu mesmo falei em duas oportunidades no governo Itamar. Mesmo o Sarney foi duas vezes nas cinco oportunidades que ele teve para falar. Não era uma coisa assim tão comum essa presença. Claro que o Fernando Henrique era uma figura internacional com uma certa presença e tinha o gosto pela política externa que certamente o Itamar não tinha. Gosto e capacidade de falar com outros interlocutores. O Sarney também gostava e tinha interesse, mas era muito concentrado na região, América Latina. Conhecia muito a literatura da América Latina. E se aproximou da África, um tanto levado pelo Zé Aparecido pelos PALOPS, que explorava o lado literário dele também. O Fernando Henrique era um homem que falava várias línguas, não sei o quê e tal. Foi professor na Sorbonne, era natural que ele se expandisse mais. Não é uma mudança do Brasil. É uma mudança do mundo. Os presidentes e primeiros-ministros passaram a se envolver mais. Eu falo porque eu fui embaixador na ONU, onde esses mandatários passaram a ir com mais frequência nessa época, com exceção de situações muito especiais. O Itamar era especialmente retraído, talvez pudesse ter ido mais além. Mais nunca foi uma questão. Eu acho que o Fernando Henrique teve uma maior presença. Para falar a verdade, ele tinha conhecimento.

Eu me lembro assim, posso citar uma cena, posso contar, aliás vou publicar um artigo sobre isso essa semana na Carta Capital. O artigo começa citando um telefonema do Fernando Henrique para mim, que era o embaixador na ONU, para se certificar de que não haveria um ataque militar ao Irã. Tinha havido uma declaração meio ambígua do Lampreia. Isso já era no final. Mas enfim, ele se interessava, mas delegava o dia a dia para o Lampreia. Curiosamente,

nesse período o Fernando Henrique esteve em assembleias da ONU, mas em assembleias extraordinárias - sobre meio ambiente. Acho que a maioria dos discursos foram feitos pelo Lampreia.

EN – Ele me parece que fez os discursos em 1995 e em 2002. E esteve em cimeiras como a Rio + 10, em Johanesburgo, e nas cúpulas da Terceira Via com o Giddens, Blair, Clinton.... O senhor acha que essa Governança Progressiva influenciou de alguma maneira a política externa de FHC?

CA – Eu acho que o Fernando Henrique se identificava um pouco com essa Terceira Via na concepção do Blair e do Peter Mandelson, que eu conheci bem. O formulador intelectual era o Giddens. Aliás, a autobiografia do Mandelson se chama "*The Third Man*". Um trocadilho com o filme e com o fato de que, no final do governo Blair, ele é chamado e é o número três. Ele teve que ser nomeado para a Câmara dos Lordes para ser ministro. Não me lembro do quê. Mas era o número três da hierarquia do governo Labour. E quando o Lula chega, o Mandelson é que operava isso e convida o Lula para ir. Mas eu acho que sim, ele se identificava e se sentia bem nessas situações. Acho que ele gostava. Um pouco diferente da situação do Itamar, que sentia um pouco inibido. A única reunião grande da qual o Itamar participou foi a da Cúpula das Américas, em 1994. Agora, ele se sentia muito bem com os latino-americanos. Não tinha, assim, inibição. Ele gostava muito do Caldera. A grande aproximação do Brasil com a Venezuela começa nessa época.

Há uma diferença de temperamento e de pessoa. Agora, eu sinceramente, acho que o Danese fez um achado, uma *"trouvaille"*, ele colocou. Mas isso é parte da evolução do mundo. A gente mal lembra dos presidentes na época em que o Rio Branco foi ministro. Eu nem sei quem eram direito, tenho sempre que olhar para ver. Naturalmente, eu não tenho a menor dúvida quanto a isto com relação ao Fernando Henrique ou com relação ao Lula, todo mundo fala da diplomacia do Fernando Henrique. Ninguém fala da diplomacia do Lampreia. Assim como todo mundo fala da diplomacia do Lula. Alguns falam de mim porque eu fiquei muitos anos. O Cristovam Buarque, por exemplo, fala "*Lula-Amorim*". Não é, a diplomacia do Lula, o acordo do Lula.

EN – E havia uma boa simbiose sua com o presidente Lula.

CA – Sim, assim como havia uma boa simbiose do Lampreia com o Fernando Henrique. Havia um bom entendimento. Ele confiava muito no Lampreia, tinha uma visão diferente da minha. Essa ligação que ele fez para mim foi um dos momentos em que acho que estava preocupado que o Lampreia fosse, talvez - eu sou muito cauteloso - não se sabe se a imprensa pode ter distorcido o que o que o Lampreia disse. Eu ligava muito raramente para o Fernando Henrique, só umas duas ou três vezes. Muito raramente, em aniversário ou para cumprimentar por alguma coisa política. Mas o próprio Lampreia, para não se chatear com algum assunto, dizia: "*fala direto com o presidente*". Nesse caso, o Brasil estava no Conselho de Segurança. O Fernando Henrique me ligou. O que é interessante, porque o Lampreia estava em Brasília. Ele queria a minha opinião, por que não perguntou ao Lampreia? Ele queria saber como estava evoluindo. Acho que ele estava preocupado se haveria um ataque. Imagine, aquilo seria um ataque militar autorizado pela ONU.

EN – No Iraque?

CA – Isso foi discutido no início de 1998, a questão dos palácios presidenciais. Os americanos ficaram pressionando e a qualquer momento parecia que haveria um bombardeio. Não chegou

a haver. O Bill Richardson, depois candidato a presidente, veio ao Brasil e teve uma conversa com o Lampreia. O que transcendeu da conversa na imprensa dava a impressão que o Brasil poderia aceitar um ataque, caso autorizado pela ONU. Nunca um ataque unilateral, isso em momento algum. Nunca tive nenhuma divergência sobre isso. E o Fernando Henrique me ligou e eu percebi que ele estava preocupado com a hipótese de ter realmente um armado e qual seria a posição do Brasil. Então o que eu queria dizer é que ele tinha essas posições. Por exemplo, a questão do Conselho de Segurança, que era uma coisa que toda hora saía. Saia notinha. Aquilo era muito engraçado, porque toda vez que podia dar certo, o Lampreia achava ótimo, o Fernando Henrique... Quando aparecia que não ia dar certo, ele recuava. Aliás, eu escrevi um artigo para uma coletânea sobre o Conselho. Saía em jornal que Fernando Henrique falava que essa coisa do Conselho de Segurança era do Itamar e do Amorim.

EM – Inclusive, se o senhor me permite ler, tem outra passagem dos Diários da Presidência que diz o seguinte: "Por iniciativa do Celso Amorim, demos a ele [Clinton] o livro do Edward Stettinius.... Quem não deixou na época foram os russos e ingleses, que tinham medo de que fôssemos massa de manobra dos americanos. O Clinton achou muito engraçado, muito espirituoso o fato de entregarmos a nossa demanda dessa maneira assim indireta. Chamou a atenção do Warren Christopher, secretário de Estado. A embaixadora junto à ONU, Madeleine Albright, gostou tanto e deu até um beijo no Celso Amorim pela ideia".

CA – Olha, simpático (risos). Só que não foi o livro do Stettinius, mas do cara que era o Secretário de Estado. Quando assinaram a Carta de São Francisco, já era o Stettinius. Isso está nas memórias do Cordell Hull. E o livro que a gente deu, a gente comprou num sebo. Quem foi comprar foi um diplomata muito hábil, o Antônio Simões, mas a ideia foi minha. E é muito curioso que tem uma foto, nem sei onde está, desse momento em que estou próximo do Fernando Henrique e da Albright. Ela me deu uma foto e escreveu assim: "*to remember a good moment*". Muito simpático. E o Lampreia estava longe, não queria se misturar com essa ideia.

EN – Inclusive o Fernando Henrique disse, li em algum lugar, que Lampreia pediu para o senhor não se aproximar muito dos indianos ao tratar dessa questão de ampliação e reforma do Conselho.

CA – Não, o que eu me lembro e que chegou a mim de não se aproximar – porque o Brasil tinha muito mais ação lá e a Índia era um país meio retraído, com posições firmes – não aproximar muito da Índia, não sei o que está nos Diários do FHC porque eu não li. Acho que agora vou ler, vou comprar esse troço (risos).

EN – Acabei de terminar o último dos quatro volumes.

CA - Meu nome aparece várias vezes?

EN – Muitas. Pincei só algumas aqui.

CA - Pois é. Não se identificar com a Índia era uma visão do Lampreia em relação a Genebra, porque eu saí da ONU e fui para Genebra. Era uma negociação relacionada à Rodada de Doha, Rodada do Milênio. E o Brasil tinha muitos pontos de convergência com a Índia. E eu me identificava mais com essa visão Renato Archer, de propriedade intelectual, investimentos etc. E o Itamaraty não conseguia me desmentir por que eram coisas muito fortes. Tinha o Serra no governo, aquela parte de medicamentos me deu muito apoio. Ou eu dei apoio a ele, não sei como você define. Isso já foi na época do Lafer, essa discussão. Antes eu me lembro de alguém

dizer, não sei se tiveram coragem de colocar num telegrama, para não se aproximar muito da Índia não.

EN – Agora eu me lembro, foi uma entrevista sua na revista "Cadernos de Desenvolvimento", do Centro Celso Furtado. Foi o senhor mesmo quem disse que um assessor do Fernando Henrique teria pedido para não se aproximar tanto.

CA - Ah, eu que contei. Nem pediu para mim. Essas coisas chegam assim, ele falou para um outro assessor meu: "*sabe, vocês podiam ir nessa linha*...". Você sabe como são essas instruções. Às vezes você recebe oficialmente, em outras um embaixador te liga. O que ocorreu em Nova York foi outra coisa. E aí sim eu estive com o Lampreia, ainda com relação ao Iraque, eu me envolvi muito. Não sei se o Fernando Henrique tem alguma anotação sobre isso, seria interessante. Eu tive um papel mais destacado, vamos dizer assim, em dezembro de 98 e janeiro de 99. Final do meu período. Eu fui presidente do Conselho de Segurança em janeiro, teve o ataque da Raposa do Deserto em dezembro. Enfim, resumindo uma longa história, eu tive que coordenar uma solução, um encaminhamento formal para a questão do Iraque. O Conselho estava paralisado. Isso se deu, não foi só eu, outras pessoas sugeriram, diplomatas da Argentina. Fizemos o negócio de três comissões sobre o Iraque e eu fui encarregado de presidir essas três comissões. E elas geraram uma mudança, sobretudo a de desarmamento, na maneira de conduzir a questão. E eu acho que o Lampreia estava preocupado com a questão, porque ele não queria descontentar a Madeleine Albright. Teve um dia que ele me deu um telefonema e eu estava muito preocupado: "Ih, lá vem o Lampreia". E foi pior, porque ele disse assim: "*A Madelene Albright me ligou*". Eu falei: "*Ih, Cassilda!*". Ela não era mais embaixadora. E não, estava me falando sobre Kosovo. Falei para mim mesmo: "*Ah, deixa Kosovo prá lá, a agente não pode fazer tudo*".

Mas deixa eu te contar uma coisa curiosa e talvez você tenha interesse em ver isso. Tem um livro de um embaixador de Singapura – Kishore Mahbubani – um cara muito famoso, acho que está vivo ainda, porque é mais moço que eu. Até fui no *think tank* dele. Conheci na ONU, tinha uma intimidade com ele na ONU porque nós tivemos um período comum de quatro ou cinco meses. Como membro do Conselho você não faz mais nada, só se ocupa do Conselho. Vou te contar uma história engraçada. Contei essa história em palestras, acho que nunca escrevi isso. Um dia, já como ministro, eu visito Singapura e o nosso embaixador lá me deu um livro do Mahbubani. E aí eu abri o livro no índice remissivo, às vezes eu procuro meu nome e Brasil, normalmente procuro Brasil para ver o que tinha e tal. No dia seguinte eu falei: "*ô Alberto, você não leu o livro. Porque eu sou citado na página tal e você não me disse*" (risos). E basicamente a citação que tem é sobre um episódio da minha saída. Porque você não tira um embaixador no meio da sua gestão no Conselho de Segurança. Eu não sei até que ponto, porque você sabe que no Itamaraty também tem as suas conveniências. O meu substituto foi o Gelson, que foi assessor diplomático do Fernando Henrique, um homem de muito talento, não tenho a menor restrição sobre ele. Porque eu já tinha recebido uma indicação de que eu ia sair, mas depois demorou a minha saída um pouquinho. Porque uma vez o Lampreia foi a Nova York e disse que ia nomear o Gelson. E ele que me ofereceu Genebra. Foi uma coisa correta, interessante, mas que tem outro aspecto. Mas a saída foi uma coisa que causou uma certa estranheza. Ficaram perplexos com a minha saída, eu estava no auge. O assunto mais importante daquela época era Iraque. A pessoa encarregada de fazer o relatório sobre a maneira como a ONU devia tratar o Iraque foi Celso Amorim, do Brasil. Podia ter sido outro, mas era eu. Fizemos esses relatórios que deram notícia no New York Times e tal. E aí pedem para sair? É

uma coisa muito estranha. E aí, segundo o Mahbubani, isso seria pressão americana. Ele cita isso como exemplo do limite que um país em desenvolvimento tem para atuar no Conselho de Segurança. Teria sido por pressões norte-americanas e que teria havido ligações do Chirac, principalmente, pedindo a minha permanência. O Chirac eu não sei e nunca soube. E eu nunca falei com esse cara sobre esse assunto. Isso ele ouviu de outras fofocas, não de mim. Tem esse livro, acho que "*The New Asian Century*", não tenho certeza.

EN – Ele está vivo ainda?

CA - Nunca houve falar que ele morreu, era mais jovem do que eu. Eu também já estou velho, mas enfim (risos). Então eu vi esse negócio. O que eu sei que sim, e isso me mandaram com muita discrição cartas do ministro do Exterior para o Lampreia, não só do francês, mas do inglês. Porque a coisa nossa resolveu o problema. Quando houve o ataque anglo-americano ao Iraque, a "*Operação Raposa do Deserto*", em dezembro de 1998, parecia que o Conselho de Segurança não ia mais funcionar. E o jeitinho que o Brasil deu, fazendo aquelas comissões e tal, tirando o australiano que era muito ferrenho. Eu fui sondado pelo Kofi Annan, um dia eu estava em Genebra, se eu queria ser o chefe dos inspetores no Iraque. Eu disse ao Kofi, que era meu amigo, que só aceitaria se houvesse o consenso do Conselho, porque não queria ver o meu nome vetado publicamente, como outros vetados pelos russos. Eu sabia que podia ser vetado pelos americanos. E eu sabia que os americanos não iam querer.

EN - O senhor acha que houve gestões sobre o presidente e o Itamaraty para a sua saída?

CA - Eu tenho sempre que falar a verdade e ser franco. A minha sensação é que o Lampreia, por uma questão burocrática, queria colocar o Gelson no posto e me deslocar para Genebra, porque eu tinha experiência. Apesar das nossas diferenças, ele achava que eu era uma pessoa que não iria dar rasteira. E tinha um outro candidato ao posto cujo nome eu não vou mencionar que achava que poderia dar rasteira nele. Eu acho. Então ele preferia que fosse eu. Mas, seja como for, e eu não me lembro mais quando ele foi visitar, ele foi a Nova York para me falar disso. Tinha uma diferença, mas ele me respeitava. Aí ocorrem esses fatos todos e foi uma surpresa absoluta para os outros membros do Conselho. Eu voltei lá depois como membro da Comissão de Desarmamento, quando eu já estava em Genebra. O espanhol dizia: "*tu estavas en el auge*!". Eu disse a ele que era por isso, quem tinha que estar no auge era o ministro. Mas enfim, não posso dizer que foi só por isso. Mas a pressa para a minha saída talvez explique. Porque você sabe que a remoção de embaixador às vezes leva muito tempo. E até uma vez eu recebi um telefonema: "*Olhe, Celso, você não vai? Vai logo*". Eu queria ir, mas não me marcavam audiência no Senado para a sabatina, como eu poderia ir? A certa pressa acho que sim, foi em função disso. Porque os americanos, sim, ligaram para ele, sim pressionaram.

EN - Sobre o Conselho de Segurança há uma outra entrada nos Diários da Presidência em 1996, acerca da expansão. Um jornalista japonês pergunta a ele como o Brasil iria se posicionar e ele relata o seguinte: "Quando eu era chanceler, não deu curso a essa questão. Foi o Celso Amorim quem deu, com o Itamar. Presidente-eleito na Argentina, eu baixei a bola. E sempre que posso baixo a bola". O que se entende é que ele não via no curto-prazo perspectiva de reforma e colocava mais ênfase nas questões da credibilidade e legitimidade no plano internacional.

CA – Acho que as coisas não são contraditórias. Eu tive conversas com o Fernando Henrique por telefone sobre isso. Não me lembro de memória. Num outro período, quando eu estava em

Genebra, houve um dos primeiros convites, acho que não foi para o G-8. O primeiro a ser convidado foi o Lula.

EN – No formato G-8+5, não é?

AMORIM – Isso, G-8 + 5. Mas teve umas reuniões lá, mais informais.

EN – Há também uma reunião informal com o Blair, Clinton e Cardoso na residência de campo do primeiro-ministro inglês, em Checquers, no Reino Unido. Ficaram lá três dias, creio que em 2001.

CA – Teve uma reunião de chefes de Estado na Itália também, mais intelectual.

EN – Da Governança Progressiva ou da Terceira Via e o interlocutor me parece que era o Bresser-Pereira, após sair do Ministério da Administração. Esses me parecem episódios em que o presidente Fernando Henrique quis se mostrar íntimo do Clinton e do Blair. Antes, em Camp David com o Clinton e em Checquers com o Blair. O senhor acredita que essa aproximação com lideranças do Primeiro Mundo evidenciam uma estratégia mais ampla de política externa?

CA – Acho que sim, que ele tinha uma identificação muito maior com esses...Isso se reflete também no número de viagens que ele fez à África. A Argentina ele prezava muito. A relação com a Argentina, eu acho que sim. Inclusive essa coisa de baixar a bola para não ter briga com a Argentina. Mas fora isso, aqui na América Latina não tinha assim uma grande... África ele foi pouquíssimas vezes. O próprio Lampreia foi poucas vezes, relativamente, apesar de ficar seis anos como ministro. Nesse final de período, eu estava em Genebra, eu comecei a sentir uma certa abertura novamente no Fernando Henrique. Eu me lembro de ter falado com ele. O Fernando Henrique também dizia que concordava com muita coisa e depois não fazia.

EN – Ele diz isso nos Diários: ele ouve todo mundo, mesmo que não concorde. E o interlocutor acha que concordou (risos).

AMORIM – Mas eu acho que eu mesmo falei: "*Puxa Fernando, mas que legal. Você está indo aí conversar pessoalmente. Isso talvez abra portas para o Conselho de Segurança*". E ele disse: "*Pois é, quem sabe...*". Eu escrevi alguma coisa sobre isso do Conselho de Segurança, não me lembro quando foi que eu escrevi e não me lembro o quanto da memória eu usei. Porque esse tema é importante: se você quer analisar a política internacional do Fernando Henrique, esse é um tema quase central. Publiquei esse texto em 2015. Quando a ONU fez 70 anos?

EN – Foi em 2015.

CA – Foi em 2015, o Patriota era ministro. Há um livro da comemoração dos 70 anos da ONU, com vários depoimentos. Tem um artigo do Sardenberg. E o meu trata da reforma do Conselho de Segurança: "*Apontamentos para um Caderno de Memórias*". Se você está interessado em saber a posição do governo Fernando Henrique em relação a esse tema, é central.

EN –Há um registro ainda nos Diários da Presidência que observa uma audiência que teve com o senhor no Palácio do Planalto em setembro de 2001, quando o senhor foi para Londres. Registra lá que conversaram muito sobre as "coisas do mundo". E em novembro de 2001, ainda nos Diários, diz que "a ação do Celso Amorim na OMC foi um trabalho extraordinário, excepcional" quando fala da Rodada Doha.

AMORIM – Que bom.

EN - Outra citação, de dezembro de 2002, quando há a escolha do ministério do governo Lula, ele disse que o José Dirceu o informou antes da imprensa que o senhor iria ser o chanceler do Lula. Diz que foi uma boa escolha, interessante, pela sua experiência e que estaria muito bem servido com um funcionário do Estado. São apenas algumas entradas dos Diários que pincei por achar interessantes. Creio que mostram a sua importância dentro do Itamaraty naquele momento. Na transição do governo Cardoso para o governo Lula, como foi a concepção da nova política externa? Havia uma ideia do presidente Lula de promover uma guinada em relação a Cardoso? Essa reorientação partiu do senhor?

CA – Não poderia partir de mim se o Lula não concordasse, mas que de fato eu tinha uma visão que era uma mudança. Eu tinha muito respeito pelo Fernando Henrique e foi ele a primeira pessoa para quem eu liguei quando o Lula ganhou. Encontrei Lula pela primeira vez na Embaixada da Alemanha Oriental, veja você... Esbarrei nele (risos). Então não conhecia o Lula. Conhecia o Marco Aurélio, mas não conhecia o Lula. Então eu tinha muito respeito pelo Fernando Henrique e me dava muito bem com o Celso Lafer também. O meu problema com o Celso Lafer é mais de temperamento do que de posicionamento ideológico.

EN – Teve algum choque específico?

CA – Comigo não. Umas duas ou três vezes eu aconselhei a ele. Na verdade, eu quase tive um choque. A coisa mais importante que eu fiz com relação a Doha foi com o Serra. Aliás, uma das coisas mais importantes que eu fiz na diplomacia. No período de ministro foi diferente. Mas como embaixador, talvez uma das mais importantes que saiu – eu chutei muita bola na trave, mas aí foi gol – é uma coisa que se chama "*Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública*", que trata de Propriedade Intelectual e Saúde. Isso aí só saiu – e digo isso sem nenhuma modéstia ou falsa modéstia – com uma combinação Serra-Celso Amorim. O Serra bancou, porque ele tinha força. Eu era embaixador e não tinha força, mas sabia como fazer. Sabia e queria. Então havia uma combinação. Não que o Celso Lafer fosse contra, mas na hora da pressão ele ia ceder. Isso está contado até por outras pessoas. Em livros sobre a Rodada de Doha e tal.

Então, voltando à sua pergunta sobre a guinada, eu acho o seguinte: eu tinha intuição, mas ele não me deu nenhuma orientação específica. Eu estive com ele duas vezes, falava tudo o que eu achava que devia ser, ele me fez perguntas e tal. Resumido nessa frase que eu disse: "*ativa e altiva*". O que aconteceu: quando o Lula me anunciou publicamente, eu tinha que resumir a política externa. Eu não tinha tido tempo e nem conversado com o suficiente. Então eu falei: "*olha, o problema é de modulação. Não é um problema de guinada, foi uma modulação. Uma modulação importante. Também não vai ser tudo igual".*

Você não elege um operário metalúrgico no lugar de um intelectual orgânico do sistema. Tem que ter uma mudança. Eu me lembro de um discurso que o Lula fez lá no Clube de Imprensa de Washington. Eu fiquei revendo o discurso e tal. Eu e o André Singer. O discurso que veio, a minuta que veio de Washington era tudo assim: '"*continuaremos... continuaremos...*". Eu falei: "*Pô, não precisava ser eleito, vai continuar tudo*". A palavra continuidade, continuar, continuação, devia ter umas dez vezes no discurso. Falei: "*uai, então não precisava ter sido eleito...*". Então, nesse sentido, sim, talvez tenha me ajudado a formular. Mas as intuições todas foram do Lula, não vou chamar para mim.

E aí, gente, porque eu disse "ativa e altiva"? Porque as posições nossas não eram erradas em noventa por cento dos casos ou noventa e cinco por cento dos casos. Mas a determinação de leva-las adiante e também, digamos, a capacidade de você tomar iniciativas...As instruções que eu recebia e que às vezes me incomodavam em geral eram do tipo: "*pode ir nessa linha, mas não seja protagônico*". Teve o negócio do Kosovo, se quiser eu te explico. Então, era uma obsessão você não aparecer muito. "*Não apareça do lado da Índia...*", "não faça onda que vá incomodar os americanos"... Eu só consegui esse negócio com relação à propriedade intelectual e saúde porque aí o Serra bancou. E aí o Itamaraty aceitou.

EN – Há um discurso do presidente Fernando Henrique na Assembleia Nacional Francesa em 2002 em que ele fala sobre "globalização assimétrica" e aumenta muito o tom de crítica à globalização. O senhor acredita que teria havido uma modulação na própria linha de ação do governo Cardoso com relação a essa abertura a que o senhor se referiu antes?

CA – Acho que sim. Esse negócio que eu te falei, não sei se era uma reunião, em algum lugar famoso ali perto do Lago Major, alguma coisa ligada à Terceira Via.

EN – Com o Massimo D´Alema, inclusive.

CA – É o D´Alema, primeiro-ministro. Eu não sei se, em função dessa reunião, me ficou a percepção de que o Fernando Henrique estava mudando, realmente até apostando na possibilidade de o Brasil... Para mim o Conselho de Segurança era uma materialização dessas coisas, de uma maior presença do Brasil, não é? As pessoas diziam: "*Trava, não pode fazer isso...*". Quer dizer, uma coisa está ligada à outra. Enfim, eu acho que houve, sim, uma evolução no final. Porque o Fernando Henrique sempre teve duas coisas: de um lado a coisa do neoliberalismo, da aceitação de doutrinas que acabavam gerando uma dependência. Por outro lado, um certo desejo de afirmação do Brasil. Não posso e não vou querer diminuir. Talvez oscilando, às vezes com uma leitura ao meu ver equivocada, com essa ideia de que você precisava baixar a bola e tal. E que variava. Fernando Henrique variava. Porque ele deu o livro lá do Cordell Hull? Porque ele concordava com a ideia. Se não, não teria dado. Mas ele aceitou. Eu falei com o Lampreia e ele disse: "*Fala lá para o Fernando Henrique*". Ele, Lampreia, ele sim não queria se envolver nessa. Lampreia jogava futebol e jogava bem. Mas sabe aquele jogador que só vai na certa? Que só vai na boa? (risos). Era um pouco o estilo dele. Eu não estou fazendo crítica, acho melhor deixar assim.

EN – Com o Lula o senhor teve mais abertura para bancar essas brigadas de cachorro grande?

CA – Eu acho que sim, pelas atitudes. Primeiro, na invasão do Iraque. Na nossa atitude com relação à ALCA, por exemplo, era uma situação difícil no governo. Na primeira reunião ministerial sobre a ALCA eram quatro ministros. Três estavam contra mim: o Palocci, o Furlan e o Roberto Rodrigues. E eu sozinho contra os três. E aí um dia eu falei para ele: "*olha, presidente, o senhor tem que fazer uma coisa maior"*. E aí a gente chamou outros, o Dulci, tal. Enfim, não vamos entrar em detalhes aqui. Agora, curiosamente, na coisa da ALCA, a ideia ocorreu na Cúpula das Américas, com o Itamar, em 1994. Eu, pessoalmente, não era a favor. Já tinha tido uma experiência de negociação com o negócio da Iniciativa Bush, não sei o quê e tal. Não era a favor. Mas eu sabia que, se naquela época eu dissesse não à ALCA, o Mercosul acabava. Então tinha que ter um jeito de jogar. O Itamar mandou uma carta muito importante para os três presidentes do Mercosul dizendo: "*tudo bem, vamos negociar, mas em conjunto*".

A carta é definitiva. Então, o que fizemos com relação à ALCA? Tentando melhorar ao máximo. Quem ajudou muito foi o Roberto Abdenur, que depois brigou comigo, mas foi um excelente secretário-geral. Participou das reuniões. E eu me lembro que ele me ligou e disse: "*olha, tem uma pressão enorme para ser cinco anos*". Nós estávamos sugerindo dez. Ele falou: "*posso aceitar sete e meio?*". Eu falei: "Não. Dez!". Nunca podia imaginar que em dez anos eu seria ministro de novo.

EN – E o governo Fernando Henrique Cardoso foi o interregno entre as suas duas gestões.

CA – Foi o interregno. Mas ele foi um pouco crítico. Eu não sei se foi ideia do Serra. Eram várias forças que atuam, não é? Ele foi um pouco crítico. Eu me lembro que na volta, no avião, com ele – porque nós viemos no avião-reserva porque o Itamar ficou em Washington. Ia ser embaixador e foi lá conhecer. E no avião reserva ele disse: "*não é uma coisa boa*". Ele foi mais crítico do que nós. Interessante.

EN – ***Interessante. Inclusive descobri um artigo do Fernando Henrique Cardoso de 1962, escrito entre "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional" e "Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico", em que encontramos um Cardoso mais radical. O texto poderia ter sido perfeitamente escrito por Anibal Pinto, Celso Furtado. Chamou minha atenção.***

CA – Era a linha dele. Mesmo quando saiu o "Dependência", ele não era visto como o vemos hoje. Eu achei que faltava calor naquela época.

EN – Ele era capaz dessas transições e modulações.

CA - Sim, isso sempre pesou um pouquinho na coisa dele. Acho que foi diminuindo com o tempo. Então, eu posso te dizer sinceramente: eu tive posições diferentes, especialmente nessa questão da reforma do Conselho, em que às vezes me apoiava e às vezes sentia que estavam me tirando o tapete debaixo, mas nunca veio uma instrução escrita para não fazer. Nunca. Nunca. Pelo contrário, às vezes pelas gestões que a gente fazia, às vezes em Brasília, quando não podiam ser feitas em Nova York, faziam, às vezes pela metade, tal, mas nunca diziam não. Mas a única coisa que teve uma certa violência foi esse telefonema que eu pensava tratar da questão do Iraque – e não era. Era sobre Kosovo, porque havia uma resolução russa condenando o ataque a Kosovo pela OTAN. E obviamente eu sabia que não iam apoiar a resolução russa porque eu tinha realismo. Então eu tinha sugerido abstenção. A pessoa que era o meu interlocutor direto era o Ivan Canabrava, subsecretário de Política. Concordou e o Lampreia pediu para votar não, porque a Madeleine Albright havia pedido para ele votar não. O que eu fiz: estava terminando esse relatório do Iraque, totalmente prioritário, eu também não podia criar um caso nessa história. Eu não fui à reunião. Mandei uma pessoa de nível mais baixo, que não era algo normal sobre esse assunto, pois sempre vai o embaixador. Contrariando também a prática, instruí também a pessoa que foi a não fazer explicação de voto. Normalmente você faz explicação de voto. Só não faz quando há um acordo entre todos para não fazer. Ou por alguma outra razão. Rarissimamente para não fazer. E aí eu me lembro que a pessoa que foi, o número três da Embaixada na época, deve ter sido em março ou abril de 1999. Estava ficando pronto o relatório sobre o Iraque. E eu tinha tanta preocupação de receber alguma pressão nesse relatório sobre o Iraque que quando ficou pronto, antes de dar oficialmente eu vazei para o *New York Times*, para não poder voltar. E queimava as pontes. Mas enfim.

EN – ***Fait accompli.***

CA – *Fait accompli*. Mas aí teve essa coisa do voto Kosovo, posição totalmente contrária, eu fiquei lá conhecido por respeitar e por defender, em discussões de horas e horas e horas, para colocar uma frase numa resolução, isso antes. E esse tema dizia assim: "*tá-tá-tá-tá-tá... respeitando os propósitos e princípios da Carta da ONU*". Os americanos não queriam essa frase.

EN – E é uma coisa óbvia para uma resolução.

CA – Uma coisa óbvia e era desnecessário. Mas eles não queriam, porque eles são muito jurídicos nessa apreciação. Achavam que isso ia criar problema. E não votaram. Mas enfim, nesse caso então nós votamos dessa maneira, o cara me falou da explicação de voto e eu disse: "*Não dá para explicar*". Ele perguntou: "*porque eu não posso explicar, embaixador?*". Eu disse: "*não dá para explicar porque você não pode explicar o inexplicável. Então todo mundo vai entender que eu recebi uma pressão e que é assim"*. E foi o que foi.

Então foi a única vez que eu tive uma divergência assim de conteúdo, séria com a linha que eu recebi. Também ali não era uma coisa propriamente para pedir demissão, pois também já estava saindo. Eu estava muito interessado no negócio do Iraque. O Iraque foi um dos negócios mais importantes que eu fiz como diplomata no exterior. Um foi o negócio do Iraque, os painéis do Iraque, os *Amorim Panels*. A outra foi essa coisa da Rodada de Doha, especialmente essa coisa da propriedade intelectual e saúde. Aquela coisa foi fundamental para a política: medicamentos genéricos etc. E até hoje, por exemplo, todos os documentos importantes da ONU, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sempre há uma menção: "*respecting the flexibilities established by the Doha Declaration of TRIPS and Health*". Está lá.

EN – O senhor mencionou ao longo da entrevista o pensamento de Fernando Henrique Cardoso hoje. Tenho duas perguntas para encerrar a entrevista, embaixador. Na perspectiva de hoje, o senhor diria que esse período dos governos Cardoso e Lula havia mais continuidade do que mudança?

CA– Da perspectiva de hoje?

EN – Sim, da perspectiva de hoje. Qual a sua avaliação global desse período de 16 anos?

CA – Acho que houve mudanças importantes, com diferentes intensidades. Intensidade afeta a qualidade. Se o Fernando Henrique fez cinco viagens à África e o Lula fez vinte cinco, trinta, sei lá quantas, isso é uma diferença. Imensa. Enfim, acho que jamais haveria uma *Declaração de Teerã*, para o bem ou para o mal, no governo Fernando Henrique. Pelo tipo de atitude, cautela, etc e tal. Mas eu acho que quando você olha o que está acontecendo já no Temer e, sobretudo, agora, não. Não tem comparação. Olhando desse ângulo, parece que elas são idênticas. Comparando com o que tem hoje. Porque acho que a diferença maior – volto a dizer, quantidade vira qualidade – mas a diferença maior foi a intensidade com que certos objetivos foram perseguidos. Acho que a diferença está no estilo da diplomacia, provavelmente. Nas pessoas, na participação. Sei lá quantas vezes o Lula foi à Índia. O Fernando Henrique também foi. Aliás o Bolsonaro vai também.

EN – Se a gente pega os dados das viagens à China, o Sarney foi uma vez, FHC uma vez e o Lula foi três.

CA – Índia e África do Sul acho que dá diferença também. Então essas coisas mudam. Mas, digamos, eu não posso dizer, tirando esse episódio de Kosovo, coisas que eu participei

diretamente – pode ter acontecido alguma outra coisa, não sei – eu participei muito pouco da política sul-americana, latino-americana. Das coisas que eu participei diretamente, não houve nada que me violentasse. Ninguém me cerceou no negócio do Iraque, coisa a que eu estava devotado. Mas isso, digamos, na minha opinião, era contra um princípio.

EN – O senhor diria então que o Brasil bateu no teto naquele momento até onde se propunha em termos de atitudes? Ali foi o limite da política externa do presidente Fernando Henrique Cardoso?

CA – Sim. Eu podia não concordar, mas eu não me envergonhava da política externa brasileira em momento algum. Não me envergonhava, aliás, da política brasileira, apesar de não concordar com as privatizações. Hoje é uma vergonha sem limites. Seu tivesse que colocar um título, colocaria: "*a vergonha sem limites*".

EN – É possível nos recuperarmos desse estrago todo na política externa de 2019 para cá?

CA - O estrago, na realidade, começou no Temer, na minha opinião. Mas, digamos, mais consertável. Houve alguma oscilação, dando menos ênfase à África. Por exemplo, o Serra entrou lá dizendo que ia fechar não sei quantas embaixadas, mas não fechou nenhuma. Esse aqui já fechou várias. Então, eu acho que consertável sempre é, mas leva muito tempo. Leva muito tempo. Porque credibilidade não é uma coisa .... Os caras vão chegar lá e vão dizer: "*olha, no Brasil não dá pra confiar, porque sei lá, de repente elegem um outro maluco, como já teve"*. Até porque nunca teve isso, gente. Se você pegar a política externa, pelo menos do Geisel para cá, ela vai seguindo uma linha.

EN – Com algumas diferentes nuanças, mas coerente...

CA – Coerente. As mudanças são de ênfase. Eu me dava com Sarney, por exemplo, não era íntimo amigo dele, mas até por causo do Zé Aparecido eu me dava com ele. O Sarney só tinha elogios à política externa do Lula.

EN – O próprio Tancredo, quando houve a redemocratização, disse que manteria as linhas gerais e consensuais da política externa do Itamaraty, o tal "Consenso de Tancredo", como diz o Ricúpero no livro dele. Isso é impressionante: apesar da mudança de regime ditatorial para uma democracia, na diplomacia houve muita continuidade.

CA - No período mais duro havia alguma autonomia, mas contaminou um pouco a política externa com aquele negócio da defesa da defesa da imagem do governo, digamos, no governo Médici. E , digamos, a fidelidade ideológica a um modelo ocidental era maior, apesar de algumas atitudes independentes em relação a 200 milhas e algumas outras coisas. Mas do Geisel para cá, nunca vi nenhuma coisa parecida com o que tem hoje. Não é igual não, parecido! A irresponsabilidade, sabe, enfim.

EN – O senhor acha que a academia influi mais hoje na política externa?

CA – Acho que os acadêmicos podem contribuir para a política externa e a concepção do Brasil. Claro que tem outras formas de influir, independentemente de você falar publicamente. Mas hoje em dia está muito expandido isso. Eu acho que é importante ter pessoas na área intelectual para ter uma visão. Isso vai influir depois. Os acadêmicos têm uma coisa muito engraçada. Não é que você tem que chamar um intelectual toda vez que tem que tomar uma decisão, não é isso.

Ele influi na maneira do país pensar naquele assunto, como os deputados e políticos pensam. Muitas vezes você pode influenciar mais a política externa por fora do que por dentro.

EN – Como o senhor, ex-ministro da Defesa, avalia a criação do Ministério da Defesa pelo presidente Fernando Henrique Cardoso?

CA - Essa é uma longa discussão, precisaríamos quase ter outra conversa. Mas eu acho que foi uma coisa muito positiva que ele fez. Acho que um Ministério da Defesa que atue coesamente vai levar de 20 a 30 anos. É muito difícil. Até no Pentágono foi muito difícil conseguir ter um pouco de coesão. E para você ver como foi relativo, no Iraque, Primeira Guerra do Golfo, eu não sei quem era o Secretário de Defesa dos EUA, mas sei que o Colin Powell era o chefe do Estado-Maior Conjunto. Agora, foi uma coisa boa ter criado. O caminho da democracia é esse.

EN – O senhor estava presente numa visita que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao ex-presidente Lula quando do falecimento da Dona Marisa Letícia. E o senhor falou a necessidade de eles se aproximarem para salvar o Brasil.

CA – Pois é. Eu sempre tive um pouco de ilusão sobre o Fernando Henrique. Porque como eu te disse, eu sempre admirava ele como intelectual. Inclusive quando eu li o "*Dependência e Desenvolvimento*", na juventude, não com os olhos que você vê hoje, eu não fiquei entusiasmado porque achei que o livro do Gunder Frank era melhor. Mas era uma boa linha. E a atuação intelectual dele, ele falando na SBPC, era de todos os intelectuais da época o que tinha maior liderança. Utilizava muitos conceitos weberianos, de sociedade civil e tal. Muito presente, muito carisma no meio intelectual. Então eu tinha muita admiração por ele. Como eu te falei, mando esse bilhete. Uma vez na transição para a democracia, em 1984, teve lá em casa a Maria da Conceição Tavares. Ela foi em Amsterdã e depois ficou hospedada lá em casa. E eu falei com ela: "*o Fernando Henrique podia ser o nosso chanceler*". Por que havia essa ideia de que ele podia ser. E a Maria da Conceição, que era admiradora também dele, disse, com aquele sotaque português dela: "*não, ele tem que estar, ele um senador da República, não sei o quê...*". E eu disse: "*tá bom, não vou insistir*" (risos). E o governo tinha um líder no Congresso, foi o lugar encontrado para o Fernando Henrique, coisa que não existia antes. Enfim, tinha admiração, mas depois eu me liguei mais ao Renato Archer e foi diferente.

EN – Então houve uma mudança na sua percepção?

CA – Eu contei pra você essas coisas sobre o passado. Com relação ao período quando o Lula foi eleito, a primeira pessoa para quem eu telefonei foi o Fernando Henrique. Então tinha uma admiração real por ele, embora discordando de muitas coisas. E quando o Brasil estava assim, até antes do impeachment da Dilma, o comportamento do Fernando Henrique já começou a me decepcionar. Eu acho que para ele ficou alguma coisa, não sei se ressentimento, inveja, eu não sei o que é que é. (Se você for citar alguma coisa, me pergunta apenas. Não tem problema não). Eu não sei o que é que é, mas o fato é que ele entrou numa linha de tudo menos PT. Não disse outro dia que nós estávamos numa democracia? Que democracia, gente? Claro que não estamos aqui conversando, a gente vai para um bar e conversa. Mas, o que está acontecendo com os artistas, Casa Rui Barbosa, o cinema, a censura. Eu fui presidente da Embrafilme no governo militar. No final do governo militar, governo Figueiredo, nunca ninguém ousou fazer o que esses caras querem fazer, de Ancine, de censura, de não poder tratar desse tema ou daquele. Claro que eu caí por causa de um filme que é o "*Pra Frente Brasil*". Mas teve o "*Eles não usam Black Tie*" e muitas outras coisas.

Enfim, então eu acho que realmente não dá mais. Mas até aquela época eu tinha uma ilusão. Quando eu vi os dois ali conversando, coisas humanas, da vida e tal, eu falei: "*poxa, vocês dois podiam se juntar para devolver esperança ao povo brasileiro*". Mas hoje em dia eu não acredito mais não, sinceramente. Acho que com relação ao Bolsonaro há uma coisa definitiva: você não pode ser neutro, como eu jamais seria neutro numa eleição entre o Bolsonaro e o Alckmin, ou entre o Fernando Henrique e o Alckmin. Aécio já é um caso diferente... mas mesmo Aécio. É difícil ser neutro, não dá para ser neutro. Não dá para ser neutro entre o fascismo e qualquer outra coisa.

EN – Isso muda a sua percepção sobre o legado dele?

CA –Dependente de como as pessoas vão escrever, sobre que período da vida você vai descrever. Eu não diria o legado dele, mas é parte da história que ele está deixando. E eu acho que essa coisa de tudo menos o PT acabou prevalecendo. Ainda mais porque o candidato era o Haddad, não é? Inclusive intelectual, da mesma estirpe.

EN – E eles parece que eles ainda conversam, se encontram, almoçam...

CA – O último artigo do Haddad cita o Fernando Henrique duas vezes.

EN – O senhor acha que ainda há espaço para um centro democrático de setores mais moderados, inclusive unindo PSDB, PT e outras forças para enfrentar isso aí?

AMORIM – Não sei, alguma coisa vai ter que juntar, não sei...

EN – Uma espécie de Frente Ampla, digamos?

CA **-** É. Mas não é fácil. Teria que se pensar alguma coisa diferente, nova, diferente do que foi no passado. Ás vezes as circunstâncias criam oportunidades. A gente não sabe, não é...

EN – Teve a Frente Ampla com Lacerda, Juscelino e Jango no começo da ditadura.

CA – Se você me falasse isso, eu jamais ia acreditar que era possível. Por causa do Lacerda, principalmente. Eu acho que em tese é possível. Agora, é preciso que as condições sociais sejam de tal ordem que levem a isso. Eu acho que nós estamos vivendo, para usar o título do - não acho que a nossa política é extremada, mas ela é vista como extremada – "*A Era dos Extremos*", do Hobsbawn. É muito difícil. Eu acho que as pessoas que estão apoiando Bolsonaro é tudo menos Lula. Tudo menos PT.

EN – E alguns setores que o apoiam estavam em todos os governos da Nova República.

CA – O governo do Lula não era um governo de esquerda. Não era. Eu estou falando essa coisa da ALCA. Palocci era do PT, um PT diferente, hoje se sabe. Furlan nem era um industrial de política industrial, propriamente. Era um produtor de frango com posição na FIESP.

EN – Roberto Rodrigues....

CA – Roberto Rodrigues *na época dizia: "Se vierem invadir minha terra vou ter que defender à bala*". Até no plano pessoal era uma pessoa amena, mas fazia esse tipo.

EN – Alguns ex-ministros, como os de Educação e Meio Ambiente, têm feito algumas reuniões para tentar algum tipo de união e coesão. O senhor acredita que é possível fazer algo parecido com os ex-chanceleres?

CA – Olha, eu até estimulei iniciativas, mas não foi possível.

EN – Não houve respostas nesse sentido?

CA - Não houve respostas. Não posso fazer críticas, eu não sei o porquê. Também não falei pessoalmente. Eu autorizei a gente que também estava querendo tocar. Eu falei: "bom, pode ir em frente nisso aí". Não funcionou.

EN – Ministro, muito obrigado pela gentileza da sua entrevista.

5. ENTREVISTA COM CELSO LAFER[237]

ADVOGADO, JURISTA, PROFESSOR, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1992), EMBAIXADOR EM GENEBRA (1995-1999), MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2001-2002), PRESIDENTE DA FAPESP (2007-2015).

ENTREVISTA REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2020, EM SEU ESCRITÓRIO, EM SÃO PAULO (RJ). TEMPO DE GRAVAÇÃO: 107 MIN

ENRIQUE NATALINO - Ministro, primeiro muito obrigado por me receber aqui em São Paulo. Estou fazendo a minha tese de doutorado sobre a formação do pensamento internacionalista do presidente Fernando Henrique Cardoso à luz da Escola de Cambridge da História das Ideias, na vertente contextualista de Quentin Skinner. E nesse sentido, estou inventariando as principais obras acadêmicas do intelectual e do político Cardoso para entender a gênese do seu pensamento ao longo de 70 anos. Desde o jovem estudante da USP até o ex-presidente, passando por diferentes contextos e vertentes políticas e ideológicas. No seu ensaio "FHC: o intelectual como político", o senhor tenta explicar o político Cardoso a partir da sua trajetória acadêmica. Como o senhor situaria Cardoso num contexto intelectual mais amplo?

CELSO LAFER - O ensaio que escrevi é uma interpretação de quem sempre foi próximo dele, primeiro no mundo universitário e depois na vida política. De modo que eu creio ter alguma percepção dessa interação entre pensamento e ação na obra dele e na sua trajetória.

EN - Há uma passagem do seu ensaio no seu livro "*Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia*", no qual o senhor cita Henry Kissinger, em sua obra "*The Necessity of Choice*", especificamente o capítulo "*The Policy-maker and the intelectual*". Como o senhor vislumbra essa dualidade entre o pensamento e a ação de Cardoso à luz das correntes de pensamento político brasileiro?

CL - São tempos diferentes. Eu acho - e já disse mais de uma vez - que a mente do presidente

[237] Celso Lafer nasceu em 1941 em São Paulo. É graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1964). É mestre (1967) e doutor (1970) em Ciência Política pela Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Tornou-se professor livre-docente em Direito Internacional Público (1977) e professor titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da USP (1988). Foi chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP e presidente do Conselho de Administração da Metal Leve. Foi responsável pela organização e chefe da delegação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). Ocupou os cargos de ministro das Relações Exteriores (1992), chefe da Missão do Brasil em Genebra (1995-1998), ministro da Indústria e Comércio (1999) e, pela segunda vez, ministro das Relações Exteriores (2001-2002). Em 2002 foi eleito como membro da Corte Permanente de Arbitragem de Haia, na Holanda. De 2007 a 2015 foi presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É professor-aposentado desde 2011. Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Paulista de Letras.

sempre foi voltada para a análise do presente à luz das suas repercussões para o futuro. Acho que, exceção feita ao seu primeiro livro "*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*", voltado para a interpretação do Brasil, marcado pelo Joaquim Nabuco e pelas especificidades do que foi a escravatura no Sul, distinta daquilo que foi a vida da escravatura em outras regiões do Brasil, os livros que se seguiram foram todos livros onde esta relação do presente com a perspectiva do futuro são sempre um dado constante. Se você tomar "*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*", o livro tenta entender o papel de uma burguesia nacional no desenvolvimento do país. Um pouco a discussão e a pauta da época, tendo em vista inclusive a tese do ISEB, que tinham um papel muito grande no debate público. Para ele esclarecer, no fundo, que a empresa buscava, antes de mais nada, uma estratégia de características próprias que não faziam dela, necessariamente, o ator social que o ISEB identificava.

O desdobramento disso foi o livro sobre a dependência, que escreveu no Chile junto com o Enzo Falleto. Este livro, que teve muito sucesso e grande repercussão, se beneficiou, primeiro, da experiência internacional dada pelo trabalho no CEPAL. Essa discussão centro-periferia, essas ideias do Prebisch, e tal. E também procurava levar adiante a reflexão do livro anterior. Agora, é interessante destacar que ele justamente sublinha no livro, e logo na introdução, que há especificidades, que você não deve fazer uma interpretação mecânica das relações centro-periferia e, por tabela, da dependência. Mesmo porque, depois, ele faz um ensaio sobre o consumo da Teoria da Dependência, no qual faz uma crítica ao que ele acha que é um uso não bem compreendido do uso que ele tentou fazer neste livro.

A experiência dele no exterior, como professor, foi também uma experiência que foi ampliando o campo das leituras e da repercussão dele. Primeiro, sem entrar com as repercussões no tempo, a coisa da América Latina, do Chile, da Cepal, e os muitos contatos que ele teve com os países da América Latina. Ele incorporou na leitura dele de sociólogo e analista política uma visão que saía dos horizontes específicos do Brasil, dado que uma parte dos nossos estudiosos, até pela tendência de um país continental, buscavam voltar-se para dentro, sem se preocupar com o que estava ocorrendo fora da nossa imensidão territorial. É por isso que ele e outros pensadores como Hélio Jaguaribe e Celso Furtado são pensadores brasileiros de irradiação latino-americana. Ele estudou na faculdade de Filosofia, como você viu e acompanhou, e foi influenciado pelos professores franceses, como o Roger Bastide e outros. Quer dizer, ele teve uma formação onde o lastro francês foi importante. E esse lastro francês, como ele insiste em mais de uma ocasião, sobretudo no que dizia o Roger Bastide, mostrava: "olha, *vai pesquisar. Vai para o campo*". Então, a ideia de pesquisa do campo, que já vem da tese de doutorado, vem das entrevistas que realizou, como em "*Empresariado Industrial*", mostram que ele sempre procurou testar os conceitos à luz de uma avaliação que a pesquisa reforça e amplia.

Naturalmente, ele foi para a França, e estava lá na época do Maio de 1968. Então, ele viu um grande movimento de transformação distinto daquilo que estava dentro das categorias mais tradicionais, da lógica dos movimentos sindicais, da greve etc. Então ele elaborou a "Teoria dos Curtos-Circuitos", que dizia que em determinado momento um fio desencapado na sociedade pode gerar um curto. Foi o caso de Maio de 1968, da Polônia do Solidariedade etc. Ele apresentou essa tese na Associação Internacional de Sociologia, se não me falha a memória, na Índia.

EN - Parece que foi em 1986, quando ele passou o cargo para o sucessor na presidência da ISA...

CL - É. E ele também viu nas *Diretas Já* um movimento que se enquadrava nessa história. É um exemplo de como você lida com uma categoria pré-determinada na qual precisa trabalhar. Pois ele também lecionou nos Estados Unidos e a experiência norte-americana, para ele, também alargou horizontes. E como ele mesmo disse, gostou dos Estados Unidos. Viu nos Estados Unidos uma sociedade interessante, mais próxima da sociedade brasileira do que a que ele e seus colegas tinham. Nesse sentido, o que eu quero dizer é que o pensamento internacional dele foi alimentado não só pelas leituras, mas pelas experiências de vida. E como todos os intelectuais, em momentos de dificuldades como foi o Brasil do regime autoritário, a ideia de ficar apenas no âmbito estrito de sua disciplina se tornou muito insatisfatório. Então, como você viu no ensaio que eu escrevi, você tem um intelectual que faz a crítica do poder, que foi o que ele fez. E esta crítica do poder levou a uma ação política. Ele conta - e terá contatado a você - como o CEBRAP foi criado e como, no primeiro momento, sobreviveu às dificuldades econômicas e políticas, o apoio da Fundação Ford e das Ciências Sociais norte-americanas, e dos amigos que se interessavam pelo assunto, entre outros, o Peter Bell, que estava à frente da Ford naquele momento...

EN - Foi nesse momento que o senhor o conheceu?

CL - Não, eu conheci antes, quando ele estava fazendo a pesquisa para o "*Empresariado Industrial*". Ele estava entrevistando o José Mindlin, da *Metal Leve*. Ele estava entrevistando o Mindlin, com quem eu me dava (o papai também fazia parte do Conselho da Metal Leve), e achou que eu gostaria de assistir à entrevista. Então eu ouvi a entrevista e nosso relacionamento começou. Eu fui fazer o meu doutoramento em Ciência Política em Cornell, fui em 65. Voltei em 67, depois dos créditos e comecei a escrever a tese, dar um pouco de aula, e coisa e tal. Fernando Henrique ia fazer o concurso para professor catedrático, que ele ganhou. Mas antes do concurso, e já pensando no que gostaria de pensar na organização da disciplina, ele juntava várias pessoas que estavam interessadas na matéria, eu inclusive. Foi aí que eu o conheci propriamente. Tanto que na minha tese de doutorado, que foi sobre o Programa de Metas de JK, há nos agradecimentos um registro à atenção que deu pela leitura que fez dos originais do livro. Então vem da segunda metade da década de 1960 e início dos anos 1970 o meu contato com ele. Depois quando veio a perda dos direitos e a aposentadoria compulsória, eu me juntei na formação do CEBRAP, de modo que a minha vinculação com ele vem daquela época.

Mas retomando o fio da meada, ele terá contato a você que houve um determinado momento em que Ulysses o procurou para pedir uma colaboração na redação do programa do MDB. E foi aí que ele travou contato com Ulysses e, portanto, com o mundo político da oposição na época. Foi com o Ulysses e com o Amaral Peixoto.

EN - Não sabia desse detalhe do Amaral Peixoto. Ele era da cúpula da ARENA, não?

CL - Naquela época ainda não era. Era da cúpula do MDB. Ele foi para a ARENA por conta das brigas do Estado do Rio com o Chagas Freitas. O Chagas Freitas assumiu o MDB, não havia mais espaço e o Amaral Peixoto saiu. Mas nesta época, o Amaral era uma personagem que

integrava este grupo de pessoas que estavam pensando em ver como caminhava a mudança política no país. Aliás, vale a pena ler, se você ainda não conhece, o livro do Amaral Peixoto chamado "*As Artes da Política*", história oral, que é extremamente interessante e muito enriquecedor na análise da história política brasileira. O Amaral Peixoto era um homem de grande sabedoria política, uma figura interessante. Eu conheci porque ele era do PSD e o meu tio, Horácio Lafer, era um prócer do PSD. Então eu conheci através dessas relações que os jovens têm com os mais velhos que possuem ligações políticas de família.

EN - Aliás, professor, uma nota interessante da sua biografia, professor, foi o fato de o senhor ter presenciado a posse do seu tio, Horácio Lafer, no Itamaraty, e a inauguração de Brasília.

CL - Foi um grande evento de diplomacia pública.

EN - O senhor teve a oportunidade de conhecer o Juscelino?

CL - Eu o conheci nessa época e depois tive a oportunidade de conhecê-lo melhor quando estava escrevendo a minha tese, longamente. Mas lá na inauguração tinha muita gente, houve um grande movimento. Inclusive, eu fui com mais dois amigos. Claro que não cabia mais ninguém no apartamento do tio Horácio. Ele arrumou um lugar para eu ficar com um amigo dele, que era um engenheiro da Novacap. Mas o Juscelino era de trato muito fácil. Na hora eu fui cumprimenta-lo. Ele me disse para passar lá no palácio depois para ver as coisas. Passei e achei que tinha um salão de barbearia (risos), enfim, essas experiências de um jovem num momento de grande euforia nacional. Depois eu escrevi sobre o Juscelino e o entrevistei longamente. E foi sempre uma convivência sempre muito especial.

No caso do presidente Fernando Henrique, ele tem características próprias que o tornam um raro exemplo de um intelectual bem-sucedido na política. Você tem, naturalmente, intelectuais relevantes, a exemplo de Rui Barbosa, na Primeira República. Ou de San Tiago Dantas, para dar um exemplo dos anos 50 e 60. Mas pessoas que não conseguiram efetivar as propostas que tinham. E o Fernando Henrique foi um que foi muito bem-sucedido nesse sentido. Mas voltando ao fio da meada, o contato com o MDB para a formulação do programa o levou a ficar mais próximo da ação política. E ele tinha feito também, a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns um estudo sobre pobreza na cidade de São Paulo. Um estudo importante e relevante sobre pesquisa também e das condições de vida. Ele nunca foi um intelectual exclusivamente de gabinete. A coisa da pesquisa sempre foi um dado forte. E evidentemente ele vem de uma família – e ele relata muito bem em "*The Accidental President of Brazil*" – de presença na vida política do país.

EN – Desde o Império, ligados ao Partido Conservador...

CL– Sim. E depois na própria geração dos avós e do pai, envolvidos em muitos conflitos políticos. O pai, ligado ao PTB. Então ele tinha uma certa proximidade com aquilo que era a prática da política vinda da tradição familiar, da tradição oral. Eu acho que, nesse sentido, um dos livros mais interessantes dele é "*O Presidente segundo o Sociólogo*", depoimento dado ao Roberto Pompeu de Toledo. É uma coisa muito viva e espontânea, que mostra também como

ele foi aprendendo as artes da política. Ele mesmo diz no livro que os professores iniciais dele na militância política foram o Ulysses e o Montoro. Cada um com diferenças pessoas muito diferentes entre si. Eu posso dizer porque conheci bem os dois. O Ulysses vinha de uma tradição política importante da Faculdade de Direito, do PSD. Tinha uma grande capacidade de articulação e sagacidade política. O Montoro tinha mais com o Partido Democrático Cristão, do qual ele proveio. Era mais uma vocação de professor e queria impulsionar uma democracia cristã *aggiornata*. Acho que a figura mais forte que marcou o Montoro foi o Jacques Maritain. O Maritain, de fato, fez no pensamento da Igreja esse *aggiornamento* – o respeito aos direitos humanos, à democracia, aos problemas sociais. Muito próximo da Democracia Cristã como se implantou na América Latina, no Uruguai, por exemplo. Montoro tinha uma visão mais doutrinária. E Fernando Henrique tinha uma visão muito clara quanto à redemocratização. Mas pensava mais como um grande artista da política, que creio que fosse a visão do Montoro. E o Fernando Henrique diz que herdou muita coisa dos dois. Uma das coisas que ele comenta no livro era um conselho do Montoro: "*Não inventa de fazer um discurso em cada lugar. Bobagem. Faz sempre o mesmo discurso. Porque a sua obrigação é firmar uma linha, não é dar aula. Então firma está linha e insiste*". E eu acho que o Fernando Henrique entendeu que isso era um componente importante. Agora, ele sempre talento e vocação política desde o início. Ele foi para o Conselho Universitário da USP, como representante dos assistentes, quando isso não era considerado normal. E ele foi muito bem-sucedido, porque as pessoas viam que ele era um jovem, mas um jovem com quem se podia conversar.

EN – Ele mostrava uma capacidade de interlocução política ainda como acadêmico.

CL – Mostrava. Sempre foi muito jeitoso. Ele gostava de citar um velho cacique da Universidade, que era o Professor Camargo, da Politécnica, que foi um professor da Matemática. Ele dizia: "*Escuta, Fernando Henrique. O pior não são os desonestos. O pior são os burros. Porque os desonestos nem sempre são desonestos, mas a burrice é uma coisa que não tem jeito. O sujeito é burro e fica burro o tempo todo. De modo que, parta do princípio de que, com os burros, às vezes a dificuldade é insuperável, porque não dá pra mexer com isso"* (risos). Enfim, então ele foi colhendo lições de vida nesse período todo. Bom, você se lembra que ele entrou como suplente da chapa do Montoro. Teve enorme apoio naquela época, porque representava a sociedade civil, o novo...

EN – Inclusive do jovem Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

CL – Ele também, deve ter contado a você. O Lula chegou a ele e disse: "*olha aqui, eu vou apoiar você, não vou apoiar o Montoro. Montoro disse que fala aos operários. Eu falo aos operários. Você não está dizendo que fala em nome dos operários, mas você está preocupado com os temas que nos preocupam. Então eu vou apoiar você*". Já mostra que o Lula certa vocação para autocentra-se.

EN – Não sei se o senhor viu o filme "O Irlandês". Lembra muito a organização dos sindicatos norte-americanos, a mecânica.

CL – Ah, o Hofa, não é? Muito interessante o modo como se exercia o comando desses sindicatos. Então, quando o Montoro foi para o governo de São Paulo, o Fernando Henrique foi

para o Senado. Agora, o Fernando Henrique ajudou muito o Montoro a montar o governo do Estado de São Paulo. A composição do secretariado, as indicações. O Montoro o ouviu muito e ele teve um papel importante nesse sentido. Então, também aí, por conta do relacionamento com o Montoro, muito positivo, ele foi adquirindo uma visão da política mais de dentro do que de fora.

EN – O Serra e o Miguel Reale Jr. estavam nesse secretariado, não?

CL – O Serra estava, o Miguelzinho estava, o Zé Carlos Dias estava.

EN – Ali foi um ensaio de governo do PSDB?

CL – Foi uma espécie de oportunidade que o Montoro criou, com muita generosidade, dando espaço a novos talentos que passaram a ter uma experiência governamental e muitos se beneficiaram do escopo que um estado do tamanho de São Paulo podia oferecer. Mas aí ele foi para o Senado. E naturalmente, como você sabe, o Congresso é um lugar onde você compartilha o poder, não exerce o poder como no Executivo. E eu acho que o Fernando Henrique cultivou os seus conhecimentos sobre como é que você faz essa costura política num plano mais alto, não? E aí com figuras representativas importantes, sobretudo aquelas grandes figuras que vinham heroicamente do MDB, da travessia do deserto.

EN –Brizola, Arraes...

CL – É, que vieram com a Anistia, que é uma das coisas que o governo Figueiredo fez e foi uma das coisas importantes da transição, porque incorporou uma massa de figuras públicas que tiveram a oportunidade de retorno.

EN– E algumas que estavam no ostracismo, fora da política...

CL – Fora do baralho. Alguns recuperaram, outros tiveram mais dificuldade.

EN – E ele me parece que tinha a capacidade de se colocar no centro do palco, junto a esse miolo do poder...

CL – Desse miolo oposicionista que estava se achegando ao processo de transição. Ele foi eleito para o Senado a título próprio e participou muito das coisas da Comissão de Relações Exteriores, dos temas da dívida externa, que eram os temas mais salientes da agenda de política externa do Brasil. E tinha muito contato com gente que estava envolvida nisso do governo e do parlamento. E teve um papel grande na Constituinte, que muito deve à qualidade da liderança dele. Muita gente trabalhou na história: Dr. Ulysses, sem dúvida nenhuma; Miguelzinho, que foi o consultor jurídico; Jobim, que teve um papel muito importante. Jobim, aliás, é uma pessoa que vale a pena você entrevistar.

EN – É um dos poucos que estiveram nos três Poderes na Nova República.

CL – Ele é uma pessoa muito objetiva na análise das coisas. Ele conta sempre uma história, dessas pequenas manhas na vida política, mas nem por isso menos relevantes. O Jobim, que era, enfim, um homem que estava lá no campo, chegava para o Dr. Ulysses, que estava

presidindo e dizia: "*Quando é que a gente bota em votação*?". Passou duas horas, três horas, quatro horas... E o Jobim repetindo a pergunta: "*que horas a gente põe em votação?*" Quando chegou nove horas da noite, o Dr. Ulysses disse: "*Põe em votação*". Aí, o Jobim perguntou: "*Dr. Ulysses, porque esta hora é a hora*?". Ele respondeu: "*Ô Nelson, é muito simples. Nesta hora os velhos estão cansados e querem ir para casa e os jovens estão querendo sair pra cuidar da vida. Então eles vão resolver logo esse negócio. Se você coloca isso às duas horas da tarde, eles vão discutir até as nove da noite*" (risos).

EN – Igual a um conclave papal: coloca os cardeais lá dentro, tranca à chave e tira a comida (risos)

CL – E tira a comida (risos). Então, quando veio a eleição do Tancredo e, antes, nas *Diretas Já*, e todo aquele jogo – vai ter eleição direta, não vai ter eleição direta. E a combinação, você sabe, era que se fosse direta seria o Ulysses. E se fosse indireta, seria o Tancredo. Uma coisa bastante complicada, porque quem é que vai pôr o guiso no gato?

EN – Ulysses e Tancredo dançavam um tango nesse jogo de disputa.

CL – Era uma coisa complicada. Mas aí o Montoro foi decisivo quando as Diretas Já se provaram inviáveis pelo Colégio Eleitoral.

EN – E o Fernando Henrique Cardoso sempre foi pró-Tancredo, com uma posição própria, ou apenas seguiu a posição do Franco Montoro?

CL – Ele tinha uma posição própria. Mas o Dr. Ulysses era uma cabeça realista. E aí veio a conversa dele com o Tancredo e a decisão foi esta. Agora, voltando ao Amaral Peixoto, que dizia que o sucesso de uma campanha presidencial depende da existência de um único coordenador político, um operador, como ele foi na eleição do Juscelino. E como Ulysses acabou sendo na eleição indireta de Tancredo. Mas aí o Tancredo morreu e assumiu o Sarney. E foi um período difícil, porque o Dr. Ulysses sempre foi muito altaneiro em relação ao Sarney e o Sarney enfrentou muitas dificuldades para operacionalizar a transição. Sarney dizia: "*o Dr. Ulysses vem aqui e diz que precisa nomear A, B, C, mas uma conversa política, uma discussão mais ampla ele não queria ter comigo*.". E o Ulysses me disse: "*olha, o Sarney é uma pessoa de boa conversa, mas eu não queria ter essa boa conversa. Eu queria exercer a liderança política que os dados de poder me davam*".

EN – No momento em que o Tancredo monta o seu ministério, o Fernando Henrique Cardoso tenta se colocar como chanceler?

CL – Acho que era uma coisa que ele gostaria, mas que não se colocou. Não se colocou porque as articulações do Dr. Tancredo tiveram o apoio do Olavo Setúbal, que naturalmente tinha a expectativa de ir para a Fazenda. Mas não era a expectativa do Tancredo, que queria indicar o Dornelles, pessoa de absoluta confiança dele. Ele seria o Ministro da Fazenda, operando através do Dornelles. Ele precisava dar uma coisa à altura para o Olavo. E foi o que aconteceu quando ofereceram para ele o Itamaraty, que ele acabou aceitando e gostando. E talvez devesse ter ficado...

EN – Como ocorreu antes com o Magalhães Pinto, no governo Costa e Silva, e com o Serra, no governo Temer...

LAFER – É. Acabou virando ministro das Relações Exteriores.

EN – E aí Tancredo cria o cargo de líder do governo no Congresso Nacional para o Fernando Henrique. Solução bem tancrediana, não é, ministro?

CL – Era uma maneira de atendê-lo. E o Fernando Henrique, como bom apreciador das artes da política, apreciava o talento do Tancredo, que era indiscutível. Você que veio lá das Alterosas deve ter ouvido infinitas histórias. Era uma pessoa interessantíssima, muito interessante...

EN – E foi uma pessoa muito coerente, a vida toda.

CL – Muito coerente. A linha de habilidade dele não excluía uma firmeza muito clara. E tem uma história que eu conto, até escrevi sobre ela, que mostra bem como ele era. Um dia eu conversando com ele – não conversei muito com ele, mas conversamos algumas vezes – você sabe que o Tancredo defendeu um veto do Getúlio na Câmara, um veto muito complicado, que ninguém queria aceitar porque sabia que era difícil. Então o Gustavo Capanema, outro ilustre mineiro com todas as habilidades mineiras disse: "*olha, o presidente confia na sua competência, na sua habilidade para você defender este veto etc*". E o Tancredo se virou para o Capanema e disse: "*Ah, Capanema, você está me dando esse negócio porque ninguém quer aceitar*" (risos). Ele se saiu bem e conseguiu sustentar o veto do presidente. E aí o Getúlio passou a chamá-lo a passar sábado à tarde no Palácio para conversar. E aí conversa pra cá, conversa pra lá, até que o Getúlio disse para ele: "*olha deputado, eu tenho um grande problema na minha vida*". E aí a resposta do Tancredo, e ele contando, eu não sou agora capaz de repetir: "*olha presidente, quem sou eu, o mais humildade egresso de São João del Rey, um jovem deputado na sua primeira experiência, quem sou eu para merecer a confiança do grande estadista que é...*". E Getúlio: "*Mas eu quero continuar essa conversa*". Tancredo responde: "*Diga lá, presidente*".

Getúlio contou a ele: "*olha, na minha vida, quando eu estou bem com o Oswaldo Aranha, eu estou mal com o João Neves. E vice-versa: quando eu estou bem com o João Neves, eu estou mal com o Oswaldo Aranha*". O João Neves era o ministro das Relações Exteriores. Getúlio então continuou: "*eu não estou bem com o João Neves, eu preciso me aproximar com mais intensidade do Oswaldo Aranha"*. Porque o João Neves fez a campanha do Getúlio, coisa que o Oswaldo não fez. Aí ele pediu ao Tancredo: *"conversa com o Oswaldo e ver o que ele quer*". O Tancredo respondeu: "*presidente, quem sou eu para fazer uma sondagem de um homem da eminência do Dr. Oswaldo*". Getúlio respondeu: "*eu sei que você conversa com o Oswaldo toda terça-feira. Aproveita, conversa e vê o que é que sai*".

Aí, no dia seguinte, ele foi. E no sábado seguinte, retornou ao Getúlio: "*Olhe presidente, tive uma longa conversa com o Oswaldo. A primeira coisa que eu disse foi: olha, a situação internacional, a Guerra da Coréia, a Guerra Fria, a instabilidade no mundo, enfim, porque que o Brasil precisa de alguém da sua estatura ou de alguém com grande estatura para representar o Brasil no mundo. E fiz um Carnaval... Nada. Bom, aí me lembrei que ele tinha*

sido ministro da Justiça. Então disse que havia esses problemas de ordem social, de ordem pública, o Sr. que foi ministro da Justiça logo após a Revolução de 1930, que foi um momento difícil, etc etc etc. Nada. Aí me lembrei da Fazenda. Aí eu só abri a boca para falar nesse assunto e ele fez uma exposição de meia hora sobre o que cabia fazer na área da Fazenda. E concluiu perguntando: 'você não está me trazendo uma sondagem do Getúlio, Tancredo? "

E Tancredo responde: "*Dr. Oswaldo, quem sou eu....*" (risos). Mas ele contando era uma cena extraordinária. Aí ele chega para o presidente e conta toda a conversa, o desfecho da conversa. E o Getúlio disse para ele: "*Olha, pode convidá-lo para a Fazenda que ele aceita*". Aí o Tancredo para a conversa comigo, olha para mim firme e diz: "*E assim nós derrubamos o seu tio do Ministério da Fazenda*" (risos).

E tem o desfecho que ele queria dar, porque ele me mandou lá um material da Câmara sobre o tio Horácio para o livro que eu escrevi sobre o perfil parlamentar dele, que a Câmara publicou. Mas é uma grande história! Enfim, me lembro também que pouco antes de ele desistir e renunciar ao governo de Minas para se lançar na campanha, houve um jantar pequeno e eu fui convidado. Estava ele, o Brossard, o Afonso Arinos. Fizeram uma análise da situação política daquele momento apenas recorrendo a figuras da Primeira República. Quer dizer, você precisava entender um pouco de Primeira República para decodificar. Mas foi assim... uma esgrima (risos). Tinha o Brossard para garantir o Rio Grande do Sul, o Afonso Arinos, enfim... foi inteligentíssimo, muito divertido. Essas artes da política o nosso presidente Fernando Henrique foi adquirindo nessa sua experiência parlamentar.

EN – O PSDB nasce nesse momento da redemocratização, durante a Constituinte de 1988, com uma proposta de país, com uma certa ideia de Brasil, parodiando a frase do general De Gaulle, buscando importar a ideia da socialdemocracia da Europa. E temos o Mário Covas logo em seguida com o seu "choque de capitalismo". Como era o debate sobre política externa dentro do PSDB?

CL – Já havia um bom debate sobre política externa e já havia a percepção de que a União Soviética estava desaparecendo. E que, portanto, o mundo estava mudando. E que não adiantava você imaginar o Brasil operando, como vinha, na lógica da substituição de importações. E o Covas estava de acordo com isto. O Covas era outro tipo de figura e de personagem. Também muito interessante e muito diferente do Ulysses, Montoro e Fernando Henrique, ainda que com eles tivesse com eles boas relações. Tinha um pouco as características da sua própria formação. Era engenheiro: pão, pão, queijo.

EN – Tinha uma visão mais cartesiana da política?

CL – Mais cartesiana. Era um homem de grande coragem pessoal e de grande coragem política. E era um homem que enfrentou greve em praça pública. Era um homem muito interessante. Era o sucessor natural do Fernando Henrique e não o foi por conta da doença que o ceifou. O Covas também era muito zeloso da sua própria autoridade. Então havia sempre um pouco essa coisa de ciumeiras internas. Mas o presidente Fernando Henrique descreve mesmo o PSDB como uma junção de pedaços: a democracia-cristã de Montoro, a socialdemocracia e muito daquilo que era a visão da recuperação do Estado de Direito, das franquias democráticas, que era muito

a linha com a qual Ulysses estava muito de acordo. Então, a formação do pensamento do presidente foi se enriquecendo com a prática política. Virou crítico do poder, depois alguém que apoia o poder e depois ele mesmo exercer o poder. Agora, ele sempre foi uma pessoa de leitura, nunca deixou de se sentir intelectualmente atraído pelas ideais. Uma coisa que eu digo, se você pegar os *Diários da Presidência*, que é um grande registro hoje em dia, você vai ver que aquilo que aquilo está permeado de observações, interesses...

EN – É possível perceber nos Diários a presença de observações acerca de tudo: pessoas, lugares, visões. Como o senhor compara o Diário de Getúlio Vargas com o do Fernando Henrique Cardoso?

CL – O Getúlio operava pelo silêncio, como o De Gaulle. E o Fernando Henrique, ao contrário, operava pela palavra, pela explicação. E se incomodava de não ser tão bem entendido, como era a aspiração dele. Eu me lembro de ter conversado muito com ele sobre duas observações. Uma que era uma observação da Hannah Arendt, que dizia que achava mais rica a experiência dos estudiosos da política que a tinham examinado de dentro, e não de fora, como Maquiavel e Tocqueville. Sâo os exemplos que ela dá. Coisa que o Fernando Henrique também achava. E o livro do Isaiah Berlin que ele cita, chamado "*The Sense of Reality*", que tem muito sobre como você capta essa realidade complicada e o que é o juízo político, "*political judgement*". É uma coisa que eu acho que ele, presidente, tem em grande dose. O bom juízo político na avaliação das circunstâncias. E uma paciência grande, imensa paciência.

EN – Nos livros pós-presidência o presidente sempre reitera a essa capacidade de ouvir mais do que falar. E o interlocutor acaba achando que ele concorda. Há uma citação do senhor num ensaio que cita o livro do Henry Kissinger, "The White House Years", que diz: "the high office teaches decision-making, not substance". Interessante essa frase à luz da sua afirmação de que o presidente tinha dois chapéus – o do pensador-intelectual e o de político. E conseguia muito usar os dois chapéus ao mesmo tempo.

CL – Eles não eram chapéus opostos, eram chapéus complementares. É muito boa essa observação do Kissinger, porque na hora H do processo decisório em que você está diante do desafio de decidir, você recorre ao repertório da sua experiência. Claro que você terá conselheiros e peritos que te ajudam, mas avaliar qual o caminho certo e não é requer o seu próprio juízo. Foi o que ele exerceu admiravelmente no Plano Real. Porque na época ele estava no Itamaraty – ele me sucedeu no Itamaraty. E o pessoal todo dizia: "*Ah, não aceita essa maluquice. Ninguém conseguiu, não vai conseguir também. Além do que você não é nem economista*".

EN – A indicação para a Fazenda, não é? Ele contou essa passagem, estava em Nova York, na residência do embaixador na ONU, Ronaldo Sardenberg...

CL – Ele acabou aceitando, com muita coragem. Teve o talento de montar uma equipe de qualidade. Ele já conhecia as pessoas, os economistas. Ele já conhecia o Malan de sempre. E ele soube conduzir esta equipe. Você pensa que uma equipe daqueles era fácil de conduzir? Cada um com a sua sabedoria. E ele conseguiu orquestrar aquele grupo fazendo funcionar muito bem. É uma prova de "*sense of reality*". Por quê? Porque não era um homem inseguro. O

inseguro é quem tem dificuldade de ter alguém de talento ao seu lado. Faço um parêntesis um pouco *pro bono*. Em 1992, na Rio 92, que era um grande desafio, era uma grande conferência, a primeira desde o fim da Guerra Fria, que tinha grandes assuntos não-resolvidos desde que eu assumi o Ministério, em substituição ao Rezek, eu disse: "*Vou chamar todo mundo*". Me disseram: "*Você está louco. Vai chamar todos esses cardeais do Itamaraty*? *Você não vai conseguir mandar neles e não vai conseguir conduzir esta conferência*". Eu disse: *"Bobagem. Vou mandar eles e vou conseguir conduzir essa conferência. Tem uma ampla agenda de problemas tão complicada que cada um deles terá uma responsabilidade muito grande e será um grande desafio diplomático e intelectual. Eles vão se ocupar disso porque vão se sentir desafiados e prestigiados. E vão tocar isso muito bem*". E assim foi. Eu fazia uma reunião da delegação todos os dias de manhã. A gente ia combinando e ajeitando. Todos se saíram muito, muito bem. A delegação brasileira foi ótima e o sucesso desta conferência foi grande. Obviamente porque eu também não me senti intimidado por ninguém e porque eu sabia o que eu queria.

EN – Uma dúvida, ministro: como se deu a circunstância do convite para o senhor ocupar o Itamaraty? Sabia-se que o Fernando Henrique era cogitado para ocupar o chanceler no início do governo Collor e o PSDB ensaiou uma aproximação com o governo. Quando o senhor entra, no chamado "Ministério dos Notáveis", foi escolha do PSDB ou uma escolha pessoal do presidente?

CL– Olha, há várias interpretações possíveis. Eu vou te dar a que eu acho mais verossímil, pelas conversas que eu tive e por aquilo que foi publicado, a começar pela autobiografia do Roberto Campos e pelo livro do Gutenberg sobre Ulysses. Bom, veio a ideia de uma grande reforma do ministério para dar suporte ao governo Collor antes das denúncias, coisa que tinha sido colocada pelo Hélio Jaguaribe em uma série de artigos. E ele estava no PSDB.

EN – O senhor ocupava alguma posição formal no PSDB nesse período?

CL – Não, mas estava ligado, dentro do círculo. Então veio a conversa, enfim. O partido entra, não entra etc. Então eu me lembro de ter tido uma conversa com o Montoro. Eu disse a ele: "*olha governador, eu acho que nós devemos entrar, porque esse momento é muito difícil. O país está numa situação muito complicada e acho que é a tarefa que nos cabe. E digo isto sabendo que se o PSDB entrar, o ministro será o Fernando Henrique, e é muito natural que o seja"*. Mas aí Covas vetou o ingresso do partido no governo Collor.

EN – O Covas vetou a entrada em 1990 e em 1992?

CL – Vetou em 1990 e, em 1992, em circunstâncias diferentes. Vetou, diga-se de passagem, com mais intuição política do que eu tive (risos). Faço o registro em *pro bono* do juízo político que fez o Covas, que era um juízo correto. Então começou a ideia da montagem. Quem ajudou o presidente Collor, além do Marcílio, foi o Bornhausen. A primeira ideia era chamar para o governo o PFL e foi oferecido ao partido Infraestrutura e Exterior. Exterior para o Roberto Campos. Depois esta oferta do Itamaraty para o Roberto Campos foi retirada. É o que diz o Roberto Campos nas memórias, *"Lanterna na Popa".* O Roberto Campos interpreta isso como fruto de uma ação implícita ou mais explícita do Marcílio. Porque se ele entrasse no Ministério

das Relações Exteriores iria disputar espaço com o Marcílio. E que para o Marcílio não seria confortável, ainda mais porque estava com um ministério muito abrangente, como o ministério da Economia. Eu acho que o Collor pensou um pouco e achou que não era o maior caminho para ele. Então ele ofereceu o Itamaraty para o Dr. Ulysses. É o que conta o Gutemberg no livro. Ulysses estava na África, numa reunião da [União] Interparlamentar. O Ulysses gostou, apreciou o convite, mas recusou. Então penso que neste jogo o Marcílio queria desde o primeiro momento que fosse eu. Então acho que assim que ele encaminhou a história.

Quando o Marcílio foi para o Ministério da Economia – eu procurei ajudar na montagem do Ministério, com nomes e sugestões, várias das quais foram aproveitadas. Aí havia o momento de escolher o secretário-executivo do Ministério. E ele, Marcílio, falou comigo. Eu disse: "*Não. Olha Marcílio, você precisa de um secretário-executivo que tenha talentos complementares aos seus e não talentos parecidos com os seus. Você precisa de um grande executivo, alguém que controle aquela máquina. Eu não vou ser capaz de fazer isso*". E expliquei por essa razão que não aceitava. Naturalmente que o nome havia circulado. Eu não conhecia o Collor, só tive contato com ele pela primeira vez no Itamaraty, numa cerimônia em que foi dada a Ordem do Rio Branco ao professor Reale. O Rezek era o ministro e aí eu fui.

Aí, eu estava em Nova York e o Marcílio, em um momento, disse: "*venha"*. Depois no dia seguinte ele disse: "não venha". Depois ele disse: "venha". E eu também aguardando orientação. Ele me disse: "*o presidente quer fechar o negócio e precisa definir isso. Então, ele vai te telefonar e você conversa com ele por telefone*. Eu disse: "*olha Marcílio, é claro que eu converso com ele por telefone. Mas é uma conversa que precisava de um certo aprofundamento. Porque é preciso ver e ele precisa se sentir à vontade de que eu sou a pessoa adequada para isso.*". E ele disse: '*olha, não tem jeito. Fala, tenha uma conversa longa e resolva*". E aí tive uma conversa com o Collor, que foi muito boa. E no dia seguinte fui a Brasília conversar com ele e foi muito boa a conversa.

EN – O presidente Collor gostava de temas internacionais, não?

CL – Ele gostava de temas internacionais, se preparava e ele sabia muito bem o que ele queria. Me disse: "*olha, vai ter a Rio 92 daqui a três meses. Coloca aquilo de pé*". Foi uma conversa muito abrangente. E assim foi. Enfim, não tenho a menor reclamação do presidente Collor. Foi sempre impecável. Para todos os despachos eu me preparava. E ele se preparava também. Ele gostaria que as coisas fossem para onde ele gostaria que as coisas tinham.

EN – Havia o Gelson Fonseca na assessoria diplomática também. Ele foi importante nessa articulação com a presidência?

CL– Tinha o Gelson na assessoria diplomática. Tinha o Osmar Chohfi também, que era o chefe do cerimonial, meu colega de turma. Enfim, ele sabia quem eu era. Então, correu tudo muito bem e assim que eu fui parar lá. Agora, essa história de como você vira ministro ou não vira ministro é parte do imponderável.

EN – Faz parte das grandes narrativas, com diferentes versões. E como foi a sua escolha para os cargos de embaixador e ministro no governo Fernando Henrique Cardoso?

CL - A outra história é como eu voltei ao ministério quando o presidente Fernando Henrique assumiu. Vários nomes foram aventados, etc e tal. E ele chamou o Lampreia, que tinha sido o secretário-geral dele. Entre parênteses: quem convidou o Lampreia para ser secretário-geral fui eu a pedido dele. Porque ele tentou falar com o Lampreia e não conseguiu. O Lampreia estava em Lisboa como embaixador e ele queria o lugar do Lampreia em Lisboa para acomodar o Zé Aparecido. Quando o problema surgiu, ele me pediu: "*liga para o Lampreia e convida*". Aí eu convidei o Lampreia em nome do Fernando Henrique. Ele manteve todo o meu gabinete. Todo o meu gabinete ficou com ele, nas posições onde estavam. O Synesio Sampaio Góes, por exemplo, estava lá. Depois ele os levou para o Ministério da Fazenda. Quer dizer, se houve uma transição tranquila foi da minha para o Fernando Henrique.

EN – Eu perguntei ao presidente na entrevista ontem como ele havia recebido o Itamaraty ao assumir. Ele disse que pode viajar muito. Parece ter havido uma grande continuidade de linhas de atuação.

CL – É, ele pode viajar muito. Um troque que os diplomatas usam é mandar o ministro viajar para não ficar aqui querendo atuar demais. (risos) Mas ele viajou bastante porque o ministério estava muito em ordem. O presidente é um gênio de habilidade e de competência política. Obviamente eu gostei muito desse período no Itamaraty e tive muito apoio da Casa naquela época, que estava atrapalhada quanto à repartição etc. De modo que quando eu fiz a transmissão do cargo a ele, após o discurso de transmissão, eu fui aplaudidíssimo. Mas assim, uma coisa imensa. O que faz o presidente Fernando Henrique? Uma coisa genial. Ele disse: "*olha, vocês estão aplaudindo o Celso e vocês têm toda a razão para aplaudi-lo. Porque eu sei de onde ele vem. Porque eu conheci muito bem o pai dele*". E fez um grande elogio ao meu pai. Eu fiquei satisfeitíssimo porque nada poderia me agradar mais naquele momento. Ele conhecia papai e coisa e tal. Então, enfim, tínhamos essa sinceridade.

Ele chamou o Lampreia quando ele assumiu a presidência e ele foi um ministro muito afinado com ele, não? Eu penso o seguinte: quem conduz a política externa, por ação ou omissão, é o Presidente da República. É o que diz a Constituição e a prática. Então, quem conduziu a política externa da presidência Fernando Henrique foi o presidente Fernando Henrique. Ponto. E o Lampreia foi um qualificado operador desta política externa e da visão que ele tinha, do rumo a tocar. Que era um pouco fruto de uma visão de que o mundo está interdependente, há globalização, vamos nos beneficiar do que a globalização oferece. Ele gostava de citar o Giorgio Napolitano: "*vamos nos globalizar para não sermos globalizados*". É uma boa frase. Depois o Lampreia quis ir embora, já estava cansado.

EN – Lampreia foi afinado até o fim com as ideias do presidente?

CL – Sim. Ele saiu porque ele quis, estava cansado, quis tocar a vida dele.

EN – É uma rotina muito puxada a de chanceler, com tantas viagens e reuniões?

CL – A rotina é muito puxada. E a avaliação é a de que o Lampreia segurou um ano porque esperava que a Conferência da OMC em Seattle fosse bem-sucedida e ele queria ter o prazer de participar disso, como participou das negociações da Rodada Uruguai. Quando ela não foi bem-

sucedida, ele resolveu penduras as chuteiras. E aí teve o problema da sucessão. Ele na ocasião falou comigo e disse: "*olha, vou conversar com o presidente e levar algumas sugestões. Vou levar os nomes do Seixas Correa, do Bambino e o seu. Pergunto se posso levar, e se ele perguntar você aceita*." E assim foi.

EN – O senhor chegou de Genebra e assumiu o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no começo da segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo os Diários da Presidência, foi um período de muitas turbulências...

CL – Sim, assumi o Ministério do Desenvolvimento e foi um momento muito difícil. Teve a crise do câmbio, teve a crise da economia, enfim. E havia muita expectativa de que você pudesse produzir desenvolvimento apertando um botão (risos).

EN – Já não eram os tempos do nacional-desenvolvimentismo.

LAFER – É, e as coisas não eram factíveis. Foi quando eu desenvolvi, *pro bono*, uma teoria dos tempos. Eu dizia que havia vários tempos. Você tem o tempo da mídia, que é um tempo online. Você tem o tempo financeiro, que é um tempo online. Você tem um tempo econômico, que é mais lento, porque é o do investimento. Você tem o tempo diplomático, que pode ser mais rápido na crise e mais lento nas negociações. E aí fui elaborando e disse: "*olha, vocês estão me pedindo para cumprir um tempo econômico que não dá pra fazer nesse momento*".

EN – Em um dos seus livros o senhor cita o meu conterrâneo Guimarães Rosa: "Todo tempo principia por uma palavra pensada". O presidente assume a presidência da República e o Danese vai cunhar o termo diplomacia presidencial. Qual o peso da palavra do presidente e, especificamente, do pensamento do presidente Fernando Henrique na sua política externa?

CL – Foi muito grande. A palavra do presidente sinaliza, dá rumo e tem várias funções. Desde a organização interna até a coisa conceitual, até a definição de rumos. E na diplomacia a palavra tem um poder muito grande. Em um dos meus textos eu cito o Romanceiro da Inconfidência, da Cecília Meirelles, sobre o poder das palavras. É o poder de criar, de destruir, de caluniar e de injuriar. E a palavra do presidente tem um grande papel, haja vista a palavra do atual presidente...

EN – Na sua teoria dos dois níveis de poder, do Putnam, ele diz que há política externa tem uma dimensão doméstica e outra externa. O presidente Fernando Henrique Cardoso, ao jogar para dentro e para fora na política externa, combinando a sua experiência intelectual e política, consegue organizar um pensamento internacionalista próprio? Existiria um pensamento cardosiano em política externa que pudesse ser sintetizado?

CL – Não é muito fácil eu te dar essa resposta. Eu diria que ele sempre deixou muito claro que cabia ao presidente da República, em todos os campos, inclusive na política externa, dar o rumo e o sentido de direção. Uma participação na economia mundial e no comércio internacional, atento aos dois níveis do Putnam e à existência de aspectos defensivos e ofensivos. Acho que ele deu realce aos temas ambientais internos e externos. A temática dos direitos humanos, que sempre foi uma temática dele. A dimensão da desigualdade que está na base das políticas

sociais, que correspondem ao período em que elas foram implantadas. E marcar uma presença importante na América Latina, daí a importância da reunião dos presidentes sul-americanos. A ideia de favorecer a integração e de dar a ela um laço concreto de infraestrutura física, valendo-se da região como uma unidade geográfica que se presta a isto em matéria de infraestrutura de transportes, energia, comunicações. A preocupação de cuidar do mundo latino-americano, que é a nossa vizinhança. De cultivar uma boa relação com os Estados Unidos, que ele conseguiu, sobretudo com o Clinton. Uma boa relação com a Europa comunitária, que ele também conseguiu. E de promover uma abertura em relação à Ásia. Foi à Índia, foi à China, foi ao Japão. Quer dizer, a ideia de não restringir a latitude da ação brasileira. Uma preocupação importante que foi a assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, dando sequência ao que vinha antes – o Tratado de Tlatelolco, mais a ABACC e mais o desmonte da rivalidade nuclear com os argentinos. São grandes linhas da ação dele. Também muita convicção de que a capacidade do Brasil de influenciar está ligada ao seu *soft power*. E o seu soft power está ligado à sua qualidade da sua ação interna, que legitima o escopo da sua ação externa. Para fazer isto, ele contou com a sua leitura do mundo de grande intelectual. A capacidade de orientar-se no mundo, de não se perder no mundo e de não ter medo do mundo. É um dado muito importante, fruto de uma postura não-provinciana. E, também, a história de alguém que não estava permanentemente atualizado. O Hurrel, naquele livro da Maria Angela D´Incao diz que latente à visão do presidente está a compreensão do jogo das forças sociais e econômicas que veio da sua leitura cuidadosa da obra de Marx, assim como da obra de Weber. O destaque que ele dá é Marx. Eu acho que o presidente conhece bem e sabe a importância do jogo das forças materiais, das quais ele não faz uma leitura mecânica, pelo contrário. O Hurrel diz que o Gelson e eu não somos bem isso, pois estamos mais influenciados pelas teorias das relações internacionais. Tendemos a ser construtivistas etc.

EN – A Escola Inglesa parece o ter influenciado bastante. Hedley Bull...

LAFER – Eu gosto muito da Escola Inglesa. Acho muito interessante o Bull, o Martin White.

EN – Isso vem da sua formação em Cornell ou antes o senhor teve contato?

CL – Quando eu fui para Cornell eu não tinha contato com a Escola Inglesa. O contato que eu tinha antes de ir para Cornell – e que se intensificou lá – foi o Raymond Aron.

EN – O senhor menciona em um dos seus livros que ele fez uma conferência na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1962.

CL – O Aron sempre me impressionou muito. Um pensador de grande qualidade.

EN – O presidente também diz em uma entrevista que o leu nessa época.

CL – E ele foi aluno dele.

EN – Do Aron? Não sabia. Em Paris?

CL – Em Paris.

EN – Interessante que o Aron também nunca foi um policy-maker, não é?

CL – Foi sempre um observador, um "*observador engajado*", como ele diz. Mas o Aron dizia o seguinte: "*eu sempre me coloco na posição de quem decide. Se eu estivesse na posição de decidir, o que eu faria*? " Então, está mais próximo dos dilemas da decisão dos que estão mais distanciados.

EN – O senhor disse então que o presidente faz essa ponte do seu pensamento com a sua ação. Parece-me que a tese do desenvolvimento dependente-associado foi a vitoriosa da teoria da dependência naquela disputa com o André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos. E ao chegar ao poder, nos anos 1990, pode implementar a sua tese dos anos 1960, com tanta coerência. Considerando a sua proximidade intelectual e política com o presidente ao longo de todo esse tempo – e os Diários da Presidência mostram que a sua interlocução com ele quando foi seu chanceler foi quase que diária – o senhor acredita que ele mudou a sua visão de mundo ao longo de dez anos como ator político central do país e condutor da política externa entre 1995 e 2002?

CL – Ele ampliou a visão do mundo. Ampliou a visão de mundo enriquecida com a experiência dele, que continuou a ser ampliar depois que ele deixou a Presidência, pelos contatos que ele tem e manteve.

ENRIQUE – Parece ser uma experiência interessante a de um ex-presidente que cria um Instituto para cuidar da preservação das suas memórias e do seu legado. Nunca houve isso no Brasil até então: JK saiu do poder e foi cassado. Quando o senhor o entrevistou ele estava exilado. Getúlio se matou. O Sarney retornou para o Congresso e o Collor foi para o ostracismo e só voltou na década seguinte. Parece-me que a primeira experiência de ex-presidente que emula a ideia dos presidentes americanos de criar um think tank em torno de si é do presidente Cardoso.

CL – E continua pensando o mundo. E bem, com interesse.

EN – Última pergunta, ministro. É possível pensar em uma tradição grotiana, kantiana e liberal do pensamento internacional aqui no Largo de São Francisco e, talvez, em São Paulo, contrapondo-se à Escola de Brasília, da UnB, mais ligado ao Itamaraty?

CL – Não é fácil eu responder à sua pergunta, porque na verdade estou falando sobre a minha Casa e sobre os meus companheiros de trabalho. Então, nem sempre é objetividade é clara. Naturalmente o pessoal que destaca o papel de Brasília destaca o fato de que a primeira escola de relações internacionais do Brasil é a UNB. E a UNB também foi criada com uma certa relação de proximidade com o Itamaraty. Foram professores lá, muitos integrantes dos quadros diplomáticos que trouxeram também para a UNB experiências. Agora, começando pelo Clodoaldo [Bueno], ele é um professor da UNESP, ou seja, do Estado de São Paulo. Um pesquisador muito interessante e original sobre a política externa da Primeira República, com uma obra de peso. Portanto, é algo que se coloca no Estado de São Paulo. No caso da Faculdade, eu acho que o âmago disto é o Departamento de Direito Internacional, começando pelo professor Marotta Rangel, que era um grande internacionalista, mas que também foi um grande

negociador na Conferência de Direito do Mar. A Conferência de Direito do Mar já foi uma inovação do ponto de vista de estruturação da ordem mundial, porque tem a história do patrimônio comum da humanidade, dos fundos oceânicos, da zona econômica exclusiva. Ele acompanhou isso, assim como acompanhou como negociador um pouco das Convenções de Genebra. Então ficou claro, no magistério de qualidade - ele tem uma formação francesa – de que você não poderia estudar o Direito Internacional inteiramente desvinculado da Sociedade Internacional, no qual se inseria. Por isso, por exemplo, ele me apoiou desde sempre nesta área de cursos de Teoria das Relações Internacionais que eu dei muito antes da criação do IRI, que eram interdisciplinares e eram abertos.

Agora, a criação da OMC, assim do Mercosul, levou a uma preocupação de muitos dos meus colegas com a temática da integração, o que ela significa política e juridicamente, e o que significa a OMC como instrumento jurídico da transferência internacional de recursos. Aí você tem uma área importante da diplomacia econômica que foi tratada em SP e não na OMC. Eu tenho sido um dos primeiros a escrever sobre o GATT e sobre a regulamentação jurídica do café, internacional e interna. Então se pode dizer que algo há no Estado de São Paulo que antecede a criação do IRI, que é uma institucionalização que veio depois. Mas veio meio emanada da Faculdade de Direito, porque era uma coisa que eu vinha pleiteando, com o apoio do Marcovitch, que era o Reitor. Eu fiz parte da comissão que concebeu a implantação do IRI, de maneira que era um desdobramento disso. Aí nesse meu livro tem o meu estudo de 1982 sobre o estudo de relações internacionais, necessidade e perspectiva, onde eu já discutia essa história. E no meu discurso de agradecimento de professor emérito do IRI, eu descrevo o surgimento do IRI e retomo as ideias do artigo de 1982 e faço o seu desenvolvimento. Eu acho que tem algo.

EN – Ministro Celso Lafer, muito obrigado por me receber aqui no seu escritório e pela sua generosidade em conceder esta entrevista.

6. ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

SOCIÓLOGO, PROFESSOR, SENADOR DA REPÚBLICA (1983-1994), MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1992-1993), MINISTRO DA FAZENDA (1993-1994), PRESIDENTE DA REPÚBLICA (1995-2002) E PRESIDENTE DE HONRA DA FUNDAÇÃO FHC.

ENTREVISTA REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2020, NA SEDE DO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SÃO PAULO. TEMPO DE GRAVAÇÃO:

ENRIQUE NATALINO: Boa tarde, presidente, a minha pesquisa sobre seu pensamento diplomático e internacional. A primeira pergunta que faria ao senhor: existe um pensamento internacional brasileiro?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: Bem, eu acho que tem uma certa tradição, que não é estável, varia, de pessoa a pessoa, de governo a governo. Mas o Itamaraty conseguiu um certa - não diria unidade - mas uma certa convergência com certas questões centrais. E, independentemente da variação de governos, eles têm uma certa visão do Brasil na América Latina e no mundo. Custou muito ao Brasil entender que ele parte do mundo e não apenas da região. Primeiro, custou a entender que a região faz parte também do jogo internacional. Não eram só os grandes. Depois ele percebeu que é preciso ter a região, mas não basta, é preciso ter um pouco mais de mundo. Eu acho que existe um pensamento, pelo menos no Itamaraty, mais ou menos consolidado sobre essa matéria. Uma preferência pelo multilateralismo nas negociações, porque acham que há mais vantagem no multilateral para nós do que no dois a dois. Porque negociar com os EUA, com a China, é difícil. E eu acho que, para resumir, o que é específico nosso, é reconhecer que nós somos excêntricos, estamos fora do centro. Mas somos potenciais candidatos a uma posição de proeminência na nossa área. Então, isso é o que eu acho que une. Quem é que pensa sobre coisas internacionais no Brasil? Antigamente, só os diplomatas. Eventualmente, os militares, com uma visão defensiva. Agora, os empresários, porque a globalização levou a isso. Não dá mais para você pensar isoladamente. A grande mudança que houve a partir dos anos 90 para cá, foi a globalização. Todo o pensamento anterior era defensivo. Agora, a ideia de você ter um papel para o Brasil sendo inserido no mundo, é mais recente. É mal compreendido e sempre tem um risco de suscitar a impressão de que há a subserviência a uma grande potência e não a defesa do interesse nacional. Eu acho que nessas grandes estruturas burocráticas, o Itamaraty e as Forças Armadas, foi-se consolidando a ideia de um interesse nacional, que deriva facilmente para uma posição de direita, que é perigosa. Mas é importante conciliar o seu interesse nacional e estar inserido no mundo.

EN: Quando o senhor escreveu os seus principais livros dos anos 1960, Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico, e Dependência e Desenvolvimento na América Latina, com Enzo Faletto, surgiu ali o conceito de "desenvolvimento dependente-associado". Primeiro, ataca a tese do ISEB do nacionalismo autárquico. Segundo, questiona a visão do PCB de que o Brasil deveria passar por uma revolução burguesa. De onde derivam estes seus

questionamentos?

FHC: Mais da análise que da formação. Porque a minha formação foi aqui em São Paulo, na USP e no meu tempo havia pouco interesse na coisa internacional. Era muito mais o Brasil e compreender a sociedade brasileira. A formação nossa na época era durkheiniana. Alguns tinham uma visão um pouco mais ampla do mundo e havia a tensão entre o pensamento populista e o pensamento comunista, exagerando. Foi daí que eu me formei, vendo o que estava acontecendo aqui e refletindo sobre o que acontecia no mundo. Quando eu fui para o Chile, tinha vivido na França antes. Você vivendo na França, como você viveu na Alemanha, você percebe que há uma certa identidade na América do Sul, pelo menos, mesmo que você não queira. Eu não sabia espanhol. Eu sabia francês. Bom, falei espanhol lá. Comecei a aprender espanhol na França porque os amigos meus eram latinos. E também, eu tinha muitos amigos argentinos. Mas enfim, agora por acaso, eu vou publicar, juntar coisas dos anos 70 e posterior à minha estada no Chile. Era muito difícil entender o que estava acontecendo no mundo porque nós não tínhamos nem os conceitos. A ideia de multinacional foi desenvolvida por um sujeito chamado Jack Behrman, um economista americano no começo dos anos 70. Não se tinha como conceituar as coisas.

A globalização para mim era internacionalização do mercado interno. Depois veio a globalização. Não se tinha essa ideia e eu achava que tinha essa possibilidade de um crescimento chamado dependente- associado. No fundo era a globalização, mas não tínhamos palavras para dizer o termo. Nas ciências humanas coisas são complicadas, é preciso criar conceitos para explicar as mudanças históricas. E a formação tradicional acadêmica nem cuidava desses temas. Cuidava de outros temas. Era diferente. Eu sempre pensei: meu pai era militar, meu avô também. Os militares sempre tiveram uma outra visão. Nacionalistas, mas sabem que existem os outros. Bom, e os empresários, com o Partido Comunista do mundo todo, não só aqui, inventaram a ideia de que existia uma burguesia progressista, que ia fazer como se fosse a revolução francesa. Era anacrônico. Eu fui fazer aquela tese sobre os empresários industriais e qual era a ideia política daquela época? Era que o Brasil estava sob o comando das forças reacionárias baseadas na agricultura, no campo, no latifúndio e tal. É preciso que a burguesia progressista atue em aliança com o campesinato, os sindicatos urbanos. Só que na realidade não era assim. Eles todos tinham muita ligação em parte com o campo, e também não viam a empresa estrangeira como inimiga. Alguns queriam se associar, outros não. Mas não era assim. Então o que eu digo é que estava tudo errado. A política que prevalecia já era uma visão inadequada. Eu não me refiro ao período do Getúlio, anterior, do Estado Novo, eles tinham que fazer o que tentaram fazer: fortalecer o Estado.

EN: Foi ideia do Juscelino o tripé desenvolvimentista formado pelo Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro?

FHC: Sim, mas o Juscelino tinha uma visão mais aberta e por isso foi muito criticado pela esquerda. Ele fez aliança com japoneses, com alemães, trouxe a indústria automobilística. Ali que foi a mudança. Isso era muito mal visto pela esquerda, porque era visto como uma traição nacional. O ISEB era o centro do pensamento nacionalista estatal. Bom, eu era da USP. A USP sempre criticava o ISEB, mas por um prisma também equivocado. Era a luta de classes. O ISEB

era nacional. Na verdade, os dois eram simplificações. E o Juscelino está no meio disso, muito mais concreto, pensando nos diferentes interesses, na experiência dele. Então, nessa época, o que era aceitável? Era aceitável a união com os outros dependentes, com os latino-americanos. O resto era visto como uma coisa perigosa.

EN: Inclusive foi ideia do assessor internacional do Juscelino, Augusto Frederico Schimdt, a ideia da Operação Panamericana, a OPA.

FHC: Mas a OPA incluía os EUA. A visão do ISEB não queria saber dos EUA. O Hélio Jaguaribe tinha muita influência. O Jaguaribe pessoalmente, era um tipo muito interessante. Eu me dei bem com o Jaguaribe, ele era o melhor ali no grupo do ISEB. O Cândido [Mendes] que é meu colega até hoje na Academia Brasileira de Letras não tinha a mesma visão. Era um homem mais de ação do que de pensamento. O Hélio queria ser de ação, mas era de pensamento. O Guerreiro [Ramos] também era bom, mas tinha uma visão também nacionalista. Não digo isso como crítica, porque era o ambiente da época. Nós tínhamos que refazer essa visão.

O que eu tentei fazer, mesmo sem ter muita consciência, naquele livro com o Faletto no Chile, era uma coisa despretensiosa. Era entender o que nós estávamos vivendo naquele momento. Eu trabalhava na CEPAL, conhecia o Prebisch, que era o chefe, um tipo muito esperto. Havia sido presidente do Banco Central da Argentina e tinha defendido o peso em função da exportação de carne, o que mostrava uma ligação internacional. O Prebisch achava que era preciso haver avanço na discussão comercial. Por isso, depois ele fez a UNCTAD, e foi ser presidente do BID. Ele presidia o BID e mantinha a CEPAL. Eu usava o gabinete dele. Quando ele vinha, usava esse gabinete. Ele ficava em Washington, ia e voltava. Criou o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social, o ILPES. O Prebisch foi o cara que que viu, do ângulo do comércio, a importância do comércio para o valor das exportações e da moeda. Mas toda corrente progressista queria o desenvolvimento urbano e industrial. Isso estava acontecendo e, mais tarde, se fundiram os interesses. Quando Enzo e eu escrevemos "*Dependência e desenvolvimento na América latina*", era uma discussão interna na CEPAL. O Prebisch fez um seminário e o Celso Furtado, que andou por lá, participou. O Celso morava na minha casa. O Weffort também participou. O Celso sabia muita coisa, tinha estudado na França, esteve nos EUA e tinha uma visão mais aberta. O Celso e o Prebisch disputavam um pouco. Claro que o Celso era jovem em relação ao Prebisch. Pertencia à jovem geração dos economistas formados na CEPAL. Desse seminário participaram o Celso, Prebisch, Aníbal Pinto e Santa Cruz, Oswaldo Sunkel e eu.

EN: O André Gunder Frank também participava desses seminários?

FHC*: Não, o André estava lá no Chile, mas não participava, não era da CEPAL. O André era uma pessoa curiosa. Eu me lembro do Frank aqui em São Paulo, muito antes de ir para o Chile, nos anos 50. Ele veio aqui e disse que nós éramos partidários do "fodalismo".*

EN: "Fodalismo" (risos)?

FHC: É, eu posso falar, porque a pronúncia no alemão soava "fodalismo" (risos). O que era uma bobagem, porque aqui ninguém mais tinha essa visão no círculo avançado. Inclusive o

Caio Prado Júnior, essa gente toda, tinha uma visão muito mais aberta de tudo isso. O Frank era um cara que tinha uma certa formação, mas também tinha do dom do espetáculo. Então, ele dizia: "*Quem é o dono da praça? Eu vou atacar o dono da praça*". Em cada país ele chegava, atacava e tal. Mas eu fui amigo dele. Ele tinha um filho que tem o mesmo nome do meu filho. Quando eu cheguei ao Chile, em 64, quem me esperava no aeroporto eram ele e o Weffort. Então, mas o Frank nunca foi aceito pela CEPAL. O Frank era marginal a isso, ele tinha uma formação no Canadá, sei lá onde.

EN: Ele estudou com o Milton Friedman, na Universidade de Chicago...

FHC: Isso, em Chicago. Ele era um tipo engraçado. E a mulher dele era chilena. Eu gostava do Frank como pessoa. Ele era muito gozável para um brasileiro. Ele era um "alemãozão" meio deslocado, assim. Mas tinha bastante cultura. Mas ele não participava da CEPAL. A CEPAL nem tomava conhecimento do Frank. A CEPAL era auto-referida, só discutia coisa da própria CEPAL. Eventualmente, [François] Perroux, na França, e coisa assim. Tinha os polos de crescimento, polos de desenvolvimento do Perroux. E foi a partir daquele seminário que nós fizemos o livro, que era o curso que eu dava na CEPAL, no ILPES. E no tal livro havia uma visão diferente da cepalina, da visão predominante. Eu estava vendo o que estava acontecendo, eu era brasileiro. Como é que você vai negar o crescimento aqui? Como é que você vai negar crescimento do estrangeiro?

EN: E a crise que resultou no golpe militar de 1964 colocou em xeque as teorias da CEPAL?

FHC: Completamente. Isso partiu de nós mesmos, nem tinha a pretensão de fazer nada. Na verdade, esse livro foi o início do relatório interno ao Prebisch na CEPAL.

EN: E o livro ganhou uma dimensão maior em virtude de algum fato específico?

FHC: Não, curiosamente, quando eu fui para a França, depois da CEPAL, contra a opinião do meu chefe, o Medina Echevarria, que era um cara culto, weberiano, tinha formação jurídica e sociológica, bem mais velho que nós, naturalmente, ele ficou horrorizado. Como é que eu iria embora da CEPAL? Ele disse: "*Tá maluco? É uma burocracia, o mundo é burocrático hoje. Eu saí da Espanha para voltar e nunca mais voltei. A CEPAL dá garantia e não eu sei o quê...*". Tinha passaporte diplomático, tinha tudo. E eu era P5. Na carreira acadêmica, que era burocrática, tinha P1, P2, P3, P5.... Depois, B1, B2.... Eu estava bem situado e com pouca idade. E o Medina ficou desesperado. Não adianta, eu não me sinto bem na burocracia. Então fui para a França. Quando eu cheguei na França, já tinha um conhecimento. Então eu tentei publicar esse livro. O editor famoso de uma casa de edição falou: "*Mas isso aqui não tem valor, é muito simples*". Bom, mas o livro fez sucesso, né? Foi publicado no México, pelo *Fondo de Cultura Económica*. O cara que era o curador era muito interessante. Nós tínhamos muita ligação com o México na CEPAL. Eu passei um tempo no México depois da CEPAL, o Celso também tinha muita ligação com o México. Ao final, foi publicado na França, finalmente. E vendeu muito, sobretudo nos Estado Unidos. E também na América Latina. E vende até hoje.

EN: O senhor vai aos Estados Unidos divulgar o livro em Princeton?

FHC: Não, não. Eu escrevi um prefácio para a edição americana no México, na casa do.... como chama é que chama... A esposa desse cidadão traduziu para o inglês.... o Héctor Urquidi. Eu fui para Yale porque eu era muito amigo do Alfred Stepan. Nós fizemos um seminário na casa do Stepan lá em Yale e eu expus as coisas, não sei o quê... Princeton foi muito depois. Eu passei um tempo no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Porque lá tinha o [Albert] Hirschman, que era um cara muito interessante. Foi muito amigo meu. Eu estive mais de uma vez em Princeton. Não era na universidade, era no instituto de altos estudos de Princeton. Mas essa coisa da preparação da publicação... ele foi publicado pela Universidade da Califórnia. E foi na casa do Stepan que nós fizemos um discurso longo, e tal... E lá quem imperava era o Stepan e, mais do que ele, o Juan Linz, que era um espanhol, mas dava aula lá. E inventou o negócio de "*situação autoritária*", criticando aqui, segundo ele não havia no Brasil autoritarismo. Autoritarismo era na Espanha. No Brasil, era uma situação autoritária. E aí o livro teve bastante influência. E até hoje está lá.

EN: "Dependência e Desenvolvimento na América Latina" parece ser ainda um dos mais citados nas Ciências Sociais na América Latina, ao lado do Gilberto Freire, do Celso Furtado e do Paulo Freire. A que o senhor atribui isso?

FHC: É um dos mais traduzidos, para umas vinte línguas. Tem em muitos lugares. O do Gilberto menos. O do Gilberto teve muita influência antes. Pode ter até hoje. Foi muito criticado na ocasião, mas foi um grande pensador, um grande escritor, além do mais. Melhor que todos nós. O Celso é bom também. Claro que todos nós ficamos datados. As coisas mudam, né...

ENRIQUE: Parece-me que do ponto de vista das trajetórias, há semelhanças entre as trajetórias do senhor e do Celso Furtado: essa capacidade de transitar entre o pensamento e a ação, na política e na academia....

FHC: O Celso também tinha, ele menos que eu na política. Na academia ele estava bem, na política também, foi ministro. E fez a SUDENE. Eu conheci o Celso na SUDENE. Eu fui lá, estava fazendo uma pesquisa sobre empresários. E o Celso era o Papa. Morava na Praia da Boa Viagem. Era uma pessoa modesta no modo de viver. A argentina com quem ele era casado era muito amiga da minha mulher, a Ruth. Ela era uma pessoa cientista, química... [inaudível]. Ela nutria um profundo desprezo por todos nós (risos), inclusive pelo Celso. Dizia que isso que nós fazíamos não era ciência, era bobagem.... (risos).

ENRIQUE: Nesse período no Chile o senhor e o Celso Furtado tiveram divergências de ideias? Ele continua sendo nacional-desenvolvimentista e o senhor defendia uma vertente mais liberal-cosmopolita de abertura do país.

FHC: Ele foi a vida inteira. Mas nós não tivemos divergências, nós moramos juntos. Ele passou só três meses no Chile nesse período em que eu estive lá. De lá ele foi para Yale. Nunca tivemos divergência pessoal.

ENRIQUE: Algum debate público?

FHC: Não me lembro de termo tido não. Acho o Celso uma grande personagem. Um tipo... ele

sabia o valor que tinha. Mais tarde eu fui para a Inglaterra e passei em Paris primeiro. Encontrei o Celso e tal. Fiquei na casa do Celso mais de uma vez em Paris. E o Celso dizia: "*não vai esquecer de usar a Gall, aquela capa*".... "*Isso era bobagem*", eu dizia. Cheguei na Inglaterra e me senti nu (risos). Todo mundo tinha que usar. E o Celso falava inglês perfeito. E tinha uma pronúncia nordestina insubstituível, em qualquer idioma. O Celso escreveu "*Formação Econômica do Brasil*" quando estava em Cambridge. Antes disso, ele se formou em Paris. Fez o curso de Economia lá. Mas depois foi para Cambridge. Eu também fui para Cambridge, mais tarde. Eu sempre tive boa relação com o Celso. Quando ele se separou dessa mulher, que era uma argentina, o filho dele trabalhou comigo no CEBRAP. Não tinha o brilho do pai. E o Celso se casou depois com a Rosa, a última mulher dele, que era uma jornalista e o ajudou muito. Muito competente, ela era muito dedicada ao Celso. O Celso era uma pessoa predominante, realmente uma grande figura. E disputava com o outro lado, o Roberto Campos. Mas o Celso era uma boa pessoa, um homem direito. Como todo mundo, tem lado, sua vaidade, e tal. E tinha razões para ter.

EN – Escrevia muito também, não?

FHC: O tempo todo. O Celso tinha uma noção, uma capacidade que pouca gente tem, que é organização do pensamento e das coisas. No sentido estrutural. Ele dá sentido às coisas. O Celso sabia fazer isso, construir dessa maneira. E ele tinha tido uma formação boa na França. Depois na CEPAL. Ele ajudou muito na Venezuela, o pessoal de Cuba também. Depois veio a revolução, tal, mas foi antes disso. O Celso era um tipo... ele foi muito importante na minha formação. Porque a gente lia o Celso. O Prebisch tinha um livro sobre Keynes. O Prebisch conhecia o Keynes. O Celso também. O Prebisch conhecia mais, era outra coisa. Tinha uma capacidade diferente do Celso. Ele juntava na mesa as pessoas e aí era um mata-borrão. Ele pegava as ideias de cada um e botava num contexto. E ele era um político. O Prebisch sempre foi uma pessoa de visão política, o Celso não. O Celso era muito mais um homem - embora nunca tivesse sido professor de universidade (foi na França, no Brasil não) – era mais acadêmico. Foi ministro e tal, andei com ele por aqui quando ele foi ministro. Eu tinha admiração por ele.

Mas enfim, voltando ao nosso tema, então a gente tinha que inventar conceitos porque o mundo tinha mudado muito. A gente não sabia qual era.... tinha o imperialismo, mas não era o suficiente. Porque o imperialismo não leva ao desenvolvimento. Leva à exploração de mão-de-obra, riqueza mineral. Isso é uma coisa antiga no mundo todo. Aqui estava um outro momento do capitalismo, não é? Eu tinha uma integração maior com os economistas. E o caso do Brasil e da Argentina, em menor escala, e do México, em maior escala que a Argentina e menor do que o Brasil, tinha desenvolvimento industrial real. Isso não impedia que houvesse, ao contrário, requeria associação com o mercado mundial. Só que toda essa época é dominada pela Guerra Fria, existia a União Soviética, tinha a Revolução Chinesa. Ninguém imaginou que a União Soviética fosse desabar, como desabou. E nem que a China fosse se transformar no que é hoje, uma potência que compete com os Estados Unidos. Eu não sei qual é o sistema que prevalece lá, mas é uma questão capitalista, não é? Ninguém podia imaginar isso naquela época. Não se esqueça que nessa época que eu estava no Chile, aqui na América Latina toda começa a haver ditadura. Depois teve a intervenção norte-americana em Santo Domingo.

EN: Em 1965, com mandato da OEA, e o Brasil apoiou, não é?

FHC: Sim, eles mandaram tropas para lá. O sentimento de repulsa a tudo isso era muito grande nos meios intelectuais. Era difícil divisar o que estava acontecendo. Todo o enigma de quem faz Ciências Humanas é tentar entender o que está acontecendo, as coisas mudam. E nem pensavam. Mas depois as coisas mudam. E quando as pessoas não mudam junto, aí atrapalha sempre, mudam da maneira como mudou. Houve um corte realmente grande, estrutural. Mas muda. Você entende o que era o nacional-desenvolvimentismo e o populismo porque eram de outro momento. Então dá para entender que as pessoas pensavam daquela maneira.

EN: O senhor tem um período nos anos 1970 no qual faz um debate com outros teóricos da dependência: Ruy Mauro Marini, Thotônio dos Santos, Vânia Bambirra, o próprio André Gunder Frank. Como o senhor os posiciona em relação ao seu pensamento internacional sobre o Brasil?

FHC - A Vânia foi minha assistente. Eu dava aulas na Faculdade de Economia do Chile. Sociologia, Economia e trabalhava na CEPAL. O Chile foi muito importante para mim nessa época. O Theotônio é mais original que o Ruy Mauro. Mas eles tinham uma visão, como posso dizer, muito dogmática do mundo. O Gunder Frank menos, mas tinha também. E eles não viam as transformações do mundo. Então o que eles achavam? A saída é a revolução. Eu não acreditava que fosse essa a saída. Eventualmente pode haver, mas não é necessário. Está havendo transformação. A transformação não depende só da revolução. Naquela época, qual era o grande debate que havia? Bom, aqui na América Latina, as cidades são muito inchadas, um terciário muito grande. Eu escrevi com o Reynand, um rapaz que era mexicano, foi embaixador do México aqui mais tarde, um artigo sobre emprego na Europa, nos Estados Unidos e aqui. Naquela época era diferente a estrutura de emprego. Eu sempre acreditei ... eu tinha lido Marx, mais do que esse pessoal. Eu li todo *O Capital* anos a fio. O sistema capitalista é dinâmico, ele não fica estagnado. As coisas mudam. Então eu nunca acreditei nessa teoria da marginalidade, da revolução por causa da acumulação de força e não sei o quê... E na falta de emprego. Eu sempre acreditei e achava que o sistema podia ser injusto, mas tinha uma certa dinâmica. E esse pessoal tinha uma visão muito mecânica, economicista e determinista. Eu nunca tive uma visão economicista. Mesmo que eu não soubesse, era política. As coisas dependem da força que você contrapõe. Você propõe para ganhar as pessoas. Como eu sou sociólogo de formação e minha formação é clássica, durkheiniana. Eu li muita Antropologia inglesa, esse tipo de coisa. Eu tinha uma noção mais rica do que era a dinâmica das sociedades, como é que funciona. E era visível que aqui tinha mobilidade social. Esse pessoal nunca viu o mundo de uma maneira dinâmica. Muito mais mecânica de choques: o lado bom e o lado mau. Era essa a grande subjacente nas nossas discussões, era isso... Isso traduzido politicamente era considerado um nacional-burguês, burguesia progressista, alguma coisa assim. E não socialismo proletário.

EN – Era a direita da esquerda?

FHC – É, a direita da esquerda. Na verdade, é mais complicado que isso. A visão da realidade é que é diferente. Não tem nunca como eu dizer que está certo ou errado. Depende. Mas a minha

convicção foi essa. Eu vi muita coisa acontecer. A única vantagem de viver muito é que você vê muita transformação. E tem um outro lado, que me pesou também. Meu bisavô já foi governador e senador. E o outro foi nomeado, mas foi assassinado antes no Império. Então depois meu avô, meu pai, meus tios.... Eu tinha uma certa noção do Estado. Você vê que na análise desse pessoal, na realidade, não existe Estado, só existem as classes. Olha, quem me fez ver a diferença maior foi o Touraine. Quando ele veio para o Brasil, eu tinha uma vantagem relativa, que era o seguinte: eu falava francês e eu tinha automóvel. Então eu andava com essa gente. O chefe do Touraine passou num curso aqui, nos anos 1950. E eu fui com ele mostrar uma campanha eleitoral.

EN – Era George Friedmann?

FHC – Sim, o Friedmann. Era um banqueiro, filho de um banqueiro [inaudível]. Ele mandou o Touraine para cá, era mais moço. O Touraine era jovem. Tinha feito pesquisas no Chile. Então, eu tinha essa formação da Universidade de São Paulo, fui assistente do Roger Bastide. Nós tínhamos os mesmos historiadores. Eu comecei a dar aulas quando tinha 21 anos na Faculdade de Economia. Eu era assistente de uma senhora chamada Alice Canabrava, da História Econômica. Era História Econômica da Europa, eu não sabia quase nada. Eu havia lido Weber e me virava um pouco. Eu tive uma certa noção, de Braudel, não sei o quê, da História. E tinha essa coisa de família. Meu avô participou da Proclamação da República contra o Imperador. Meu avô foi tenente. Meu pai foi tenente em 1922 e preso. Meu avô foi general e também em 1922, junto com o Hermes que era marechal. O Dutra era ajudantes-de-ordens do meu avô. Todos os dias pegava meu pai lá em casa. Então eu tinha uma certa noção, que aqui na USP ninguém tinha. Nem sabiam que eu tinha, porque São Paulo era muito longe.

EN: Voltando ao ponto central, presidente, a pesquisa trata da influência do político FHC no pensador internacionalista. Durante o governo Itamar Franco, o senhor teve ampla liberdade para formular a política externa? O presidente era tido como pouco interessado em assuntos internacionais, o senhor confirma isso?

FHC: Eu conto como era o meu relacionamento com o Itamar. Eu fui líder do MDB quando o Itamar era senador. Nunca me obedeceu. Porque o Itamar era muito peculiar, mas eu gostava dele. E ele de mim. Quando houve a crise do Collor e ele era o vice... primeiro eu me surpreendi com ele aceitar ser vice do Collor. Pensei que ele iria apoiar Mário Covas, mas ele apoiou o Collor. Em uma certa altura, o Itamar era vice e começou a haver a história do *impeachment*. Aquela onda, no comecinho disso, o Itamar foi lá me ver, pulando janela. O Itamar gostava desses mistérios. Era muito amigo do Maurício Correia. Um dia o Itamar me chamou no gabinete da Vice-presidência e perguntou: "*O que vai acontecer*? ". Eu disse: "*Itamar, você será presidente. Será uma questão de tempo para você chegar a ser presidente*". Também perguntou: "*E lá em São Paulo, o que eles pensam de mim*? Eu disse: "*Olha, lá em São Paulo, eu não posso falar por São Paulo, mas a percepção geral é a de que você é muito teimoso e muito estatizante e nacionalista"*. E ele: "*Mas você acha que eu sou?*". Eu disse: "*Olha Itamar, você não é burro, não é? Agora, você é teimoso*". E ele me autorizou e dei uma entrevista dizendo que ele seria um presidente mais amplo e tal. Essa entrevista foi aqui no Estadão. Eu sempre fui muito ligado aqui aos meios paulistas. Aí o Itamar ia lá em casa com o Maurício

Correa. Às vezes só nós dois, ele ia para a cozinha tomar café. Itamar era uma pessoa simples. E certo dia ele me perguntou: "*Você quer ser ministro da Educação*? ". Porque eu perguntava sempre a ele quem é que ele colocaria na Educação. Eu disse: "*Olhe, Itamar. Eu vou responder a você o que eu ouvi do Lorival Gomes Machado, que foi meu professor: educador é a mãe. Eu não sou educador. Eu sou pesquisador. Eu não sou educador, eu não entendo de educação. Olha Itamar, eu não preciso ser nada. Eu sou senador e não preciso ser nada*. " Aí ele inventou o negócio de Itamaraty. Eu disse: "*Olha, se você achar que está bem, é um lugar que me agrada*".

EN: Então a ideia da sua nomeação para o Itamaraty foi dele?

FHC: Dele. Me agrada, mas não é necessário. Depois eu ajudei o Itamar a fazer o ministério dele, na casa do Maurício Correa. E eu fiquei muito amigo do Itamar. Eu devo muito ao Itamar. Primeiro, porque ele me prestigiou imensamente. Segundo, o Itamar era um cara inteligente, ele não conhecia economia, nada, nem se interessava muito, apenas pela vida política e pelo poder. Ele era nacionalista, um pouco estatizante, não tinha muita noção de mercado, essas coisas. Era de Juiz de Fora, senador. Agora, o Itamar tinha um sendo político muito grande. Uma capacidade de entender e de se posicionar muito grande. O que ele fez com o Antônio Carlos Magalhães, o Itamar deu um nó no Antônio Carlos Magalhães.

EN: Ah sim, eu conheço a história.

FHC: O Itamar era de respeito, desse ponto de vista. Ele tinha suas peculiaridades. Eu gostava muito do Itamar.

ENRIQUE: Ele deu ao senhor total liberdade no Itamaraty?

FHC: Total. Desde o discurso de posse eu disse o que precisava ser feito. Eu achava que nós precisávamos ter uma presença maior no mundo. Eu fui ao Japão, à Indonésia, às Filipinas à Índia. Porque eu queria ver o Brasil de novo com uma visão mais aberta. Porque o nosso problema todo aqui é o seguinte: historicamente da América e ligado aos Estados Unidos. Mas não estamos muito longe dos Estados Unidos, o que é uma vantagem, não é? Você tem a possibilidade de ter vários parceiros. E eu sempre fui favorável a ter muitos parceiros.

EN: Essa convicção vinha da sua visão acadêmica e da sua experiência política?

FHC: Vinha dos dois. Eu sempre hesitei. Sempre fui uma pessoa que tenta pensar e tenta participar. Numa época eu fui muito mais acadêmico. Mas nunca deixei de me interessar pela vida política. Você vê pelos meus *Diários*: mesmo quando eu estou no auge da minha carreira política, eu tento entender o que estava acontecendo. Então, eu tinha uma certa visão dessas coisas. Então, voltando ao Itamar começou a me chamar, não sei bem por que razão, e ficou muito ligado a mim. E eu a ele. O pessoal faz intriga. Mas não, eu sempre respeitei o Itamar. Ele atrapalhou bastante com aquele negócio que ele fez em Minas Gerais, aquela questão da moratória e não sei o quê. Mas ele não sabia as consequências, não foi por astúcia.

EN: Pode ter sido mal assessorado?

FHC: Em certos aspectos, muito mal assessorado. Tinha um que era assessor dele para a parte econômica, foi secretário-geral em um ministério dele, no Ministério da Presidência, como se chamava...

EN: José de Castro?

FHC*: Não, o José de Castro era muito melhor, era advogado, tinha uma visão mais aberta.*

EN: Henrique Hargreaves?

FHC: A Ruth Hargreaves, irmã dele, era boa, ajudava.

EN: Alexandre Duperat?

FHC*: Esse era terrível. Tinha uma visão muito fechada, sabia pouco e acreditava muito. No meu tempo eu sempre lidei bem com o Itamar. Eu gostava do Itamar. Nós éramos companheiros de Senado.*

EN: Havia um transito bom entre vocês então?

FHC: Muito bom. Quando eu saí e entrou o Ricúpero, esse Duperat deu muito trabalho ao Ricúpero. Eu era ministro da Fazenda e saí para ser candidato a presidente. Na verdade, eu não pensava em ser.

EN: O senhor, como ministro da Fazenda, teve influência na política externa e continuou tendo com o Celso Amorim, que era o seu sucessor?

FHC: Ah, continuei. É o seguinte. Quando eu saí de lá, o Itamar botou o Amorim. O Zé Aparecido queria ser ministro. Era embaixador em Portugal, não me lembro. Ele estava em São Paulo operado do coração. Eu era amigo do Zé Aparecido, que me ajudou bastante na política também. Era uma pessoa interessante. O filho, melhor que ele até. Mais nítido nas posições. Mas o Zé Aparecido tinha enorme influência sobre o Itamar. Enorme. E o Itamar, quando ia tomar decisões de Economia, ele fazia o seguinte: ele tinha o ministro da Economia e foi mudando de ministro. O Paulo Haddad era amigo dele.

EN: E como foi a sua saída do Itamaraty?

FHC: Eu estava nos Estados Unidos e o Itamar me telefona. Eu estava na casa do Sardenberg: "*Está sentado ou em pé*", ele me perguntou. Aí eu perguntei: "*por quê*? ". Ele disse: "*Porque eu queria que você viesse para cá. Eu vou demitir o Eliseu*", ele disse. Eu reagi: "*Não faça isso, o Eliseu está reorganizando tudo. Ele é uma boa pessoa. Tenta manter o Eliseu*". Bom, eu estava certo de que eu tinha convencido o Itamar. E ele demitiu o Eliseu e eu não sabendo. De manhã, cedo, eu falei: "*o que é que é isso*? " A Ruth ficou furiosa. A inflação era muito alta. Mas eu, quando era ministro do Exterior, era sempre chamado pelo Itamar para as decisões de Economia. Ele me chamava porque nós erámos amigos. O quanto é preciso ser amigo de uma pessoa como Itamar e como eu. Por exemplo, fizeram a privatização da Siderúrgica Nacional. O Itamar era contra, de alma. Ele era estatizante. Mas tinha que fazer, porque tinha lei, comissão de não sei o quê e tal... Então, para definir o preço, me chamaram. Eu era ministro do Exterior.

Ele queria preço. Eu disse: "*leilão é leilão, preço é forma. Se você puser lá em cima, não tem candidato. Tem que competir, não sei o quê*".

Ele me ouvia e muitas vezes me chamou para, por exemplo, uma coisa dificílima como o acordo com a Bolívia. Porque o ministro das Minas e Energia era amigo do Itamar, mineiro, foi de uma empresa privada lá também, o Cícero Vasconcelos. Ele me liga: "*vem aqui que o Itamar não quer mais assinar o acordo*". Eu disse: "*como não quer mais acordo, nós temos marcada uma reunião em Cochabamba para assinar o contrato*". Eu fui. Cheguei lá e o Itamar me disse: "*não tem gás na Bolívia*". Eu respondi: "*como não tem gás na Bolívia, Itamar. Eu não sou engenheiro, você é engenheiro e deve saber que tem. A Petrobrás diz que tem*". Itamar diz: "*Ah, não, Aureliano garante que não tem, está tudo errado*". Aí chega o Aureliano. Aureliano era uma pessoa curiosa. Um bom cara, mas ele falava com voz de discos patrióticos: "O BRASIL É GRANDE. O POVO É BOM". Umas coisas assim. Aí entrou Aureliano lá e o Itamar disse: "*está vendo, o Fernando Henrique diz que tem*". E eu não sou nem engenheiro. Ai o Aureliano disse: "*deixa eu ver*". E pegou os documentos e levou para uma sala ao lado para ler. Voltou e disse: "*Não tem. A Petrobrás está errada*". O Itamar disse: "*cancela a viagem para a Bolívia*".

Eu voltei para o Ministério das Relações Exteriores, tinha um apartamentozinho lá dentro do Itamaraty. Eu não dormia lá, mas depois do almoço eu tirava uma soneca. Eu fiquei pensando. Aí me telefona o chanceler da Bolívia, chamava-se Maclien. E me disse: "*Olha, está um boato aqui de que o presidente não vem aqui para assinar o acordo*". Eu disse: "*não, não se preocupe. Ele vai, vai sim, não tem nada não*. " Aí me telefona o embaixador, esqueço o nome dele, e eu falo: "*não tem nada não*". Ele diz: "*vocês têm que vir para cá, ministro, está cheio de bandeiras do Brasil aqui*.". Aí eu voltei depois do almoço para falar com o Itamar: "*Itamar, eu não cancelei a viagem. Essa coisa internacional não dá para fazer assim. Agora nós temos que ir lá*". E no dia seguinte fomos. Eu, ele, Maurício Correia, que era muito amigo dele, o melhor. Era um ambiente pesado, uma salinha pequena com o presidente e uma sala maior para o pessoal que ia lá conversar com ele. O Itamar disse: "*difícil de conversar*". O Itamar tinha medo de avião. Descemos lá. Entrou o embaixador no avião. E avisou a ele que o carro era aberto. Ele olhou para mim e disse: "*eu não ando em carro aberto*".

EN: Será que era por causa da história do Kennedy? (risos)

FHC: Ele ia, era mais birra. Aí ele entrou no carro e ficou entusiasmado. Tinha muita bandeira do Brasil. Fomos lá, assinou tudo. Não fez discurso, mandou eu fazer o discurso para ele. Voltamos e nunca mais falamos no assunto. Fizemos o acordo com a Bolívia. O Itamar era assim: temperamental e um sujeito de bem. Ele não era burro e me ajudou muito. Quando ele me nomeou ministro da Fazenda nessas circunstâncias, me deu total liberdade. No final, tinha que fazer o Plano Real. Levei a ele uma pilha de leis e decretos. Eu falei: "*leia Itamar, esse negócio todo. Amanhã você me chama aqui e aí conversamos*". O Itamar disse: "*eu não li, mas provei tudo*". Ele não leu, mas era esperto. Chamou o José de Castro e explicou a ele e tal. Não era ingênuo. Se fazia, às vezes. Ele me deu muita liberdade. Eles queriam na verdade, o pessoal ligado ao Itamar, o objetivo era o seguinte: fazer tabelamento e prender o Abílio Diniz. Porque o Abílio era o símbolo do atravessador. Esse era o pensamento da turma do Itamar. Mas eles não entendiam nada. O Itamar, no início, deu trabalho sem querer. Porque ele fazia declaração

e a bolsa se movia. Até que a bolsa percebeu que não tinha consequência. Agora, se não fosse Itamar, eu não existiria.

EN – Presidente, como estou estudando o seu pensamento internacional à luz da sua formação intelectual e da sua experiência política, durante o período da Presidência como é que o senhor consolidou e conciliou a sua visão de intelectual e ideológica sobre o Brasil e o mundo com sua experiência política? Como o senhor conseguiu administrar essas duas facetas: a do intelectual-internacionalista e a do presidente-diplomata?

FHC: Eu vou dizer que elas foram mutuamente influenciadas. Como eu disse a você, a vida inteira eu tive interesse na vida política por conta até de família. E embora eu estivesse me retirado de tudo isso pela vida acadêmica, eu nunca perdi a noção da coisa política. E também quando eu estava no governo, procurava ler, entender, pensar e falar. Eu tenho uma frase que o meu pai dizia sempre que foi útil, sabe: "*Os que leem sabem muito. Os que veem às vezes sabem mais*". Quer dizer, eu sempre quis entender eu mesmo. Primeiro na Presidência. Não basta você ter um relatório, ler. Tem que sentir. Então para mim nunca houve uma separação tão radical entre a vida política e a vida acadêmica, embora eu saiba que são coisas diferentes. Na vida acadêmica, você descobre uma coisa e sai correndo para colocar seu nome embaixo. E na vida política, é melhor que o outro pense que foi ideia dele. É outra lógica. Você não pode usar a mesma lógica, não vai dar certo. A vida política depende muito do outro, de convencer o outro. E você não convence se você também não tiver a capacidade de entender o pensamento do outro. Não pode ser só de um lado, sobretudo na política democrática. Em nenhuma política, mas na política democrática, obviamente, não pode. Você tem que negociar e ter noção do principal. O que dá para fazer? Se você pensa que vai fazer tudo, não vai. Não é só você. A agenda não é só do presidente ou do partido do presidente. É do país. As forças estão brigando. Tem coisas que têm precedência. No caso da inflação, ou você acaba com a inflação, ou ela acaba com você. E assim vai, em vários setores. Educação é uma área dificílima, porque tem um pessoal que é ligado à universidade e pensa que sabe, não sei o quê e tal. E desprezam o político. Os políticos, por sua vez, desprezam a universidade porque não sabem o que é isso. Para você ter uma ideia, na Constituição do Brasil – e eu fui da Constituinte – eu me lembro da comissão que fez a revisão da Constituição. Não tinha nenhuma palavra sobre universidade. O artigo que tem lá hoje - e até hoje – fui eu quem escrevi. Eu dei uma liberdade uma liberdade à universidade por causa da Constituição, porque não tinha. Simplesmente são mundos tão distantes.

ENRIQUE – O senhor influenciou na redação na redação do Art 4º da Constituição Federal, que trata das relações internacionais do Brasil?

FHC – Quem influenciou mais foi o Montoro. Porque o Montoro tinha uma visão latino-americana forte. Bom, eu também tinha, né? Na verdade, na Constituinte, tanto eu quanto o Cézar Maia, que era muito ativo lá na parte da economia, e o Serra, e outros, vivemos no Chile. Nós falávamos espanhol e tínhamos uma visão latino-americana. Não era habitual isso. O habitual era o outro que eu tinha de início: a Europa ou os Estados Unidos. A geração posterior à minha foi toda influenciada pelos Estados Unidos. Na Constituinte, é uma fase intermediária. Ali, foi mais o Montoro. O Montoro era governador, na verdade. Mas ele tinha muita influência.

ENRIQUE – O senhor foi da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

FHC – Fui.

ENRIQUE – Essa experiência alterou sua visão internacional?

FHC – Sim. Eu influenciei e a Comissão me influenciou também. Nós fizemos uma mudança no regimento do Senado, criamos comissões, inclusive a de Relações Exteriores. Foi com o Eduardo Jorge, que era meu assessor no Congresso, enfim. Para mim nunca houve, assim, um hiato entre a vida cultura e a vida política. Não é o comum do político. Os políticos não sabem nada. E nem os intelectuais, que geralmente vivem num mundo bastante à parte. Mas uma pessoa que tem mais formação, por exemplo, Celso Furtado, transitava nos dois. Santigo Dantas transitava nos dois lados. Sarney também é uma pessoa interessante. Tem o Maranhão, por um lado, e do outro, a cultura. A Lei Rouanet, por exemplo, nós mudamos no tempo de Sarney.

EN - O senhor, depois da Presidência, continua tendo uma visão global do Brasil e do mundo. É mais fácil expressar essas opiniões como ex-presidente do que antes?

FHC: Não, antes era mais fácil. Porque você, como presidente, tem que saber a força da palavra. Esse presidente atual não sabe a força da palavra dele. Mas tem.

EN: O senhor continua sendo muito ouvido em política externa, mesmo sem a caneta.

FHC: Eu me dei bem no Itamaraty. Eu já tinha muito amigo lá, eu me dei bem com os embaixadores. Eu sempre gostei da coisa internacional. O Itamar não gostava. Aí depende um pouco sobre o falar ou não falar línguas.

EN: Entre 1992 e 2002, o senhor foi sucessivamente chanceler, ministro da Fazenda e presidente da República. Foram dez anos nos quais o senhor influenciou fortemente a política externa brasileira...

FHC: Porque o Brasil, na verdade, estava se projetando. Havia valorização, o Brasil tinha presença, nós éramos uma democracia e eu tinha gosto por essas coisas. E eu conheci as pessoas. Eu podia pegar o telefone e falar com os presidentes de vários países. Então eu tinha prazer nisso aí. É diferente você ter essa capacitação que eu tinha de quem não tem essa capacitação. O presidente atual não tem. Pega uma pessoa diferente de nós, o Lula, por exemplo. O Lula tem gosto por essas coisas. Embora ele não tenha a formação, o Lula tem intuição. Ele é capaz, ele gosta. Ele não se sente intimidado. A Dilma, não.

EN: O Lula criticava muito o senhor por viajar demais na Presidência.

FHC: Era mesmo, era o Fernando Viajando Cardoso (risos).

EN: Muito obrigado pela entrevista, Presidente!

FHC: Não há que quê, foi um prazer.